

Catecismo Católico Popular

CATECISMO Católico Popular

POR

Francisco Spirago

Versão feita sobre a tradução francesa do Padre N. DELSOR

PELO

Dr. Artur Bivar

3.^a EDIÇÃO

TERCEIRA PARTE

1 9 3 8

União Gráfica

R. de Santa Marta, 158

Lisboa

Nihil obstat

Olisipone, 2 Decembris 1938

Michael A. de Oliveira

Imprimatur

Olisipone, 3 Decembris 1938

† EM., Card., Patriarcha

Terceira parte do Catecismo

As fontes da graça

1. Pelas nossas fôrças próprias não podemos nem crer, nem observar os mandamentos; precisamos da graça de Deus (Ver 1.^a parte, pág. 282).

2. Obtemos a graça de Deus primeiramente pelos meios de santificação ou **fontes da graça**: a *santa missa*, os *sacramentos* e os *sacramentois*; depois pela *oração* e as outras boas obras (Ver 2.^a parte, pág. 340).

Entre os meios de obter a graça há uma pequena diferença. Uns **impetram** sómente a graça, como a missa, a oração e as outras boas obras, ao passo que os outros, isto é, os sacramentos, a **comunicam**. Todos os sacramentos conferem graças actuais; contudo a graça santificante só é dada àqueles que dela carecem, por dois sacramentos, o Baptismo e a Penitência (sacramentos de mortos); os outros sacramentos são destinados a aumentá-la na alma daqueles que já a possuem (sacramentos de vivos).

A. O santo sacrifício da Missa

1. Do sacrifício em geral

O sacrifício é uma *oferta* feita a Deus. A palavra *offerer* (em latim: *offerre*, entregar) quere dizer apresentar alguém, por afecto ou reverência, alguma coisa de certo valor, **entregar** uma coisa de valor em favor de outrem: e quando esta oferta de uma coisa estimável não se faz entregando-a à pessoa a quem se oferece, mas *destruindo-a* (consumindo-a), chama-se **sacrifício**. Quando um *pai* gasta toda a sua fortuna para mandar educar seus filhos, enquanto êle passa privações, diz-se: «Faz grandes sacrifícios por seus filhos»; quando um *soldado* parte para a guerra a-fim-de defender a pátria e expõe a saúde e a vida, diz-se: «Sacrifica-se pela sua terra». Contudo não se dá ordinariamente o nome de **sacrifício** senão a uma ofer-

ta feita a Deus; a pobre viúva que, por amor de Deus, oferecia no templo os dois últimos centis que possuía, fazia um grande sacrifício (S. Marc. XII, 43); durante o cativéssimo Tobias distribuía aos Judeus pobres todos os seus haveres por amor de Deus, e, com risco da sua vida, sepultava os seus compatriotas assassinados: fazia portanto a Deus um grande sacrifício (Tob. I); os Judeus faziam um sacrifício (oblação ou oferta), quando, depois da proclamação do decálogo, sobre o Monte Sinai, davam a Moisés, para construir o tabernáculo, ouro, prata, pedras preciosas, púrpura, etc. (Ex. XXXV). Aquél que observa os mandamentos de Deus ou pratica obras de misericórdia, faz também um sacrifício (Ecli. XXXV, 2-4). A coisa essencial num sacrifício é, portanto, dar ou também renunciar a um objecto de valor, por amor de Deus. Por esta oferta fazemos conhecer que Deus é o nosso supremo bem, a nossa felicidade, e que por conseguinte temos o dever de lhe sacrificar até o que nós mais estimamos. — Para dar a esta oferta todo o seu significado os homens costumavam destruir o objecto sensível: esta destruição impedia que se pudesse voltar a possuir aquél objecto e com isto se exprimia esta verdade: que nós não somos nada diante de Deus. A dádiva oferecida ocupava, com efeito, o lugar do homem: é por isso que aquél que fazia a oferta colocava muitas vezes a mão sobre o animal sacrificado, e fazia-se aspergi com o sangue ainda quente e fumegante da vítima. Estas espécies de ofertas exprimem, portanto, a adoração e constituem o sacrifício propriamente dito. Assim fizeram Caim, Abel, Noé. Abel imolava e queimava as primícias dos seus rebanhos; o seu irmão Caim queimava os frutos da terra (Gén. IV); Noé matou e queimou animais à saída da arca (Gén. VIII, 20).

i. Chama-se sacrifício a oferta voluntária e a destruição duma coisa sensível, para honrar a Deus como soberano Senhor de todas as coisas.

Vêem-se muitas vezes os homens oferecer um objecto precioso àqueles que pretendem honrar ou a quem apresentam as suas homenagens (que reconhecem por seus amos). Ouve-se às vezes contar que certos vassalos ofe-

receram ao seu soberano os primeiros e os mais belos frutos da terra ou outros presentes de grande valor: o homem pelo sacrifício procede da mesma forma para com Deus. E assim como no Estado há honras *exclusivamente* reservadas ao soberano, assim sucede com Deus: o sacrifício é uma homenagem que se não presta senão a Deus.

2. Há sacrifícios cruentes e incruentes.

Os sacrifícios de Caim e de Abel mostram-nos que se ofereciam em sacrifício diferentes dons: escolhiam-se quer no *reino animal* (bezerros, ovelhas, cabras, rôlas, etc.), e chamavam-se **cruentes** em que se derramava o sangue da vítima; quer no *reino vegetal*: eram os sacrifícios **incruentes** (em que se não derramava sangue). As ofertas escolhidas no reino vegetal podiam ser *alimentos* (farinha, bolos, molhos de trigo, etc.) ou *líquidos* (vinho, azeite, etc.). — Os *animais* eram imolados; o seu sangue era derramado diante do altar e a carne toda queimada (holocaustos), ou então separava-se uma parte destinada aos sacerdotes e a quem fazia a oferta. — Os *alimentos* eram queimados ou consumidos, ao passo que os líquidos eram ordinariamente derramados ao pé do altar.

3. Os sacrifícios podem ser oferecidos a Deus com a intenção de o louvar (adorar), de lhe dar graças, de impetrar dêle alguma coisa ou de o aplacar.

O sacrifício é uma expressão das *disposições interiores* do homem. Aquél que conhece bem a Deus, e sabe que Deus é o Criador omnipotente, conservando e dirigindo o mundo com sabedoria e bondade, sente-se vivamente penetrado de sentimentos de *louvor* (adoração), de *reconhecimento*, de *confiança* e de *arrependimento*. Ora, como o homem é naturalmente propenso a *dar a conhecer exteriormente* os sentimentos que o agitam, será levado a manifestar o seu louvor, o seu reconhecimento, a sua confiança e o seu arrependimento pela *oferta* (renúncia, destruição) dum objecto que lhe é caro. Como esta *disposição interior* é *essencialmente necessária* ao sacrifício, que sem isso não passaria de hipocrisia, chama-se também sacrifício, em sentido figurado, à simples intenção dum coração contrito (Ps. L. 19). Em Jerusalém ofereciam-se todos os dias sacrifícios de *louvor* (latrêuticos); Noé ofereceu um sacrifício de *acção de graças* (eucarístico) ao

sair da arca; faziam-se sacrifícios *impetratórios* antes das batalhas, e Judas Macabeu ofereceu um sacrifício *propiciatório* (para aplacar a Deus) pelos guerreiros mortos no combate (II Mac. X, 43).

4. Todos os povos da terra usaram sempre os sacrifícios.

Os sacrifícios existiram **sempre**. Aparecem já praticados pelos filhos dos nossos primeiros pais, Caim e Abel (Gén. IV), e achamo-los assim em todas as épocas, entre os **Judeus** e entre os pagãos. Os *Judeus* tinham sacrifícios *todos os dias*; pela manhã e à noite o sumo sacerdote oferecia-os no templo, em nome do povo; incensava primeiro (Ex. XXX, 7), e em seguida oferecia um *sacrifício incruento* de farinha, azeite e perfumes (Lev. 14) e finalmente o sacrifício *cruento* dum cordeiro dum ano e sem malhas, com ofertas de alimentos e libações (Exodo XXIX, 38). No dia de Sábado ofereciam-se, além disto, dois cordeiros dum ano com pão e vinho (Núm. XXVIII, 9). Cada festa tinha também o seu sacrifício particular. — Os **pagãos** ofereciam também sacrifícios, mas profanados por horríveis superstições, porque chegavam até a oferecer *sacrifícios humanos*, e dirigiam-se aos ídolos e não a Deus. «O que os Gentios imolam, escrevia S. Paulo, imolam-no aos demónios e não a Deus» (I Cor. X, 20). Conta a Escritura Sagrada que o rei dos Moabitas, cercado pelo rei de Israel, imolou o seu filho primogénito sobre as muralhas da praça para implorar o auxílio dos deuses (IV Reis, III, 27). Os **Fenícios** e outros povos da Ásia sacrificavam todos os anos, e sobre tudo na aflição, crianças a Moloc, o deus do fogo com cabeça de touro; punham a estátua incandescente e lançavam-lhe em seguida a criança nos braços. Os sacrifícios humanos encontravam-se em maior número na América, principalmente no México; era obrigatório entregar todos os anos perto de 20:000 vítimas aos sacerdotes mexicanos: abriam-lhes o peito e arrancavam-lhes o coração ainda palpante para o apertar sobre os lábios do ídolo. Estes horríveis sacrifícios usavam-se também entre os Gregos e os Romanos, tão célebres pela sua civilização, e entre os Teutões. Ainda hoje existem entre os idólatras: nas Índias sacrificam regularmente os mancebos sobre as alturas: prendem-nos a troncos de árvores, o povo dança em redor, e cada qual corta à vítima um bocado de carne. Com es-

tes sacrifícios julgam êles aplacar a cólera de suas falsas divindades. Tal é a desgraçada situação da humanidade fora da verdadeira religião.

5. O que levou mais os homens a oferecerem sacrifícios, foi, além da aprovação ou mesmo da ordem de Deus, a consciência de seus pecados e o desejo de se reconciliarem com Deus.

A **consciência de seus pecados** era para os homens um motivo poderosíssimo de oferecerem sacrifícios. «Os sacrifícios, diz S. Paulo, são oferecidos para nêles fazermos todos os anos menção dos pecados» (Heb. X, 3) e acrescenta êle, «sem efusão de sangue, não há remissão de pecados» (Ib. IX, 22). Deus *aprovou* muitas vezes os sacrifícios: manifestou a satisfação que sentia com os sacrifícios de Abel (Gén. IV, 4), com os de Noé (Ib. VIII, 21), e com os do profeta Elias, fazendo consumir as vítimas pelo fogo do céu (Ib. XVIII, 30). — Além disso, Deus **pediu** expressamente sacrifícios. Pediu a Abraão o sacrifício de seu filho Isaac (Gén. XXII, e, a seu mandado, Moisés fez numerosas prescrições sobre os sacrifícios (Lev. I, VI; XVII, 22). Esta aprovação e esta ordem de Deus foram para a posteridade um poderoso motivo de ser fiel a êste rito.

6. Os sacrifícios dos Judeus, particularmente o cordeiro *pascal* e o *bode emissário*, foram emblemas (figuras) do grande sacrifício cruento que o divino Salvador devia oferecer sobre a montanha do Calvário (Heb. X, 1-9).

Os sacrifícios do Antigo Testamento não eram mais do que a *sombra* do sacrifício da Cruz de Jesus Cristo (Col. II, 17). No Antigo Testamento tudo era coberto de *sangue* como figura do sangue de Jesus Cristo que nos devia purificar (Bossuet). Na **grande festa da expiação** o sumo sacerdote estendia as mãos sobre a cabeça de um *bode* que devia ser oferecido pelos pecados do povo; êle confessava estes pecados em voz alta (como se os pecados do povo devessem ser descarregados sobre êste animal); depois atiravam o bode para o deserto, para fazer compreender que o animal devia levar os pecados para

longe da presença de Deus (Lev. XVI). (Sobre o Cordeiro pascal, ver primeira parte pág. 219). Os sacrifícios do Antigo Testamento só tinham virtude pela Cruz de Cristo, de que eram tipos; o sangue do Cordeiro pascal com que tingiam as couceiras das portas só tinha eficácia por figurar o sangue de Jesus, o Cordeiro de Deus. Dava-se com os sacrifícios do Antigo Testamento o mesmo que com as estátuas dos Césares: a-pesar-de não têm vida, nem fala, salvavam a vida a quem se refugiava junto delas (S. Cris.). — Como os sacrifícios judeus eram uma figura do sacrifício expiatório do divino Salvador, cessaram, conforme os profetas o tinham anunciado, depois do sacrifício do Calvário (Dan. IX, 27; Os. III, 4): os mensageiros deixam de ter valor, quando chega aquêle que os enviou (S. Leão M.), como o molde se quebra logo que o artista terminou o seu trabalho. O símbolo deve ceder o lugar à realidade, como a noite à luz (S. Tom. de Aq.). — Os sacrifícios dos próprios pagãos não eram senão *tentativas para achar o verdadeiro sacrifício de expiação*: ofereciam animais imaculados, ou criancinhas inocentes, para terem *vítimas perfeitamente puras*. Demais, nunca davam tréguas aos sacrifícios; em vão se multiplicava o número das vítimas: sentia-se que era *impossível* expiar os pecados por meio do sangue dos bezerros e dos bodes (Heb. X, 10), ou aplacar a divindade com outras vítimas; sentiam a necessidade duma vítima dum valor infinito.

2. O sacrifício de Jesus Cristo sobre a Cruz

1. Todo o género humano foi resgatado pelo sacrifício de Jesus Cristo na cruz.

Toda a vida de Jesus Cristo foi verdadeiramente um sacrifício ininterrupto, que começou já na Incarnação; porque êle se *despojou então, como Filho de Deus, primeiro da sua forma divina* para tomar a aparência dum escravo (Fil. II, 7), e depois da *independência da sua vontade*, porque foi obediente a seu Pai até à morte, e à morte de cruz (lb. II, 8). Este sacrifício durou toda a vida de Jesus Cristo; efectivamente êle renunciou a *todos os bens terrenos*, e dizia de si próprio: «As raposas têm os seus covis e as aves do céu os seus ninhos, mas o Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça» (S.

Mat. VIII, 20). Ele recusou até a si próprio, em certas momentos, o *alimento corporal*, por exemplo, quando teve o colóquio com a Samaritana: «O meu alimento, disse ele então aos seus Apóstolos que lhe traziam de comer, é fazer a vontade d'Aquele que me enviou, para que eu cumpra a sua obra» (S. João IV, 34). A-pesar-de cansado de trabalhar, ele priva-se muitas vezes do sono, e retirava-se para uma montanha a passar lá a noite a orar a Deus (S. Lucas VI, 12). Jesus Cristo renunciou voluntariamente à sua *reputação*; não buscava a sua glória (S. João VIII, 50); sofria em silêncio os escárnios e zombarias, particularmente diante dos seus juízes (S. Lucas XXIII, 11). Ele permitiu que o tratassesem como um fáscinora, e até que lhe preferissem um assassino, Barrabás (S. Mat. XXVII, 17), e que o crucificassem entre dois ladrões (S. Marc. XV, 27). Finalmente, ele deu sobre a cruz o que tinha de mais precioso, *a sua vida*, porque segundo as suas próprias palavras, «ninguém tem maior caridade do que aquél que dá a vida pelos seus amigos» (S. João XV, 13). Por isso Jesus Cristo pôde com razão dizer, imediatamente antes da sua morte: **Tudo está consumado!** (id. XIX, 30). — Contudo, o sacrifício expiatório, propriamente dito, de Jesus Cristo, começa na sua Paixão sobre a cruz e termina quando morre; foi nela que o divino Salvador sacrificou o seu corpo. É verdade que não foi imolado como as outras vítimas, cortado em pedaços e queimado, mas foi horrivelmente torturado e arrancaram-lhe a vida. Sobre a cruz, Jesus Cristo podia dizer: «Eu sou um verme e não um homem» (Ps. XXI, 7); «estou esgotado como a água e todos os meus ossos se desconjuntaram» (lb. 14). É por causa deste sacrifício expiatório de Jesus Cristo que os profetas chamam ao Messias o cordeiro do sacrifício (Is. XVI, 1): S. João Baptista vendo dirigir-se a ele o divino Salvador, exclamou: «Eis aqui o Cordeiro de Deus, que apaga os pecados do mundo» (S. João, I, 29) e S. Paulo disse: «Cristo, o nosso Cordeiro pascal, foi imolado» (I Cor. V, 7).

Contudo o sacrifício da cruz distingue-se de todos os outros porque o sacerdote que o oferece é também a vítima, e porque é dum valor infinito.

Como Jesus Cristo se ofereceu a si próprio como vítima, chamam-no sacerdote, pontífice (Heb. V, 5); ele

próprio era a vítima, êle próprio era o sacerdote (S. Agost.) e os soldados não eram mais que os instrumentos de que Jesus Cristo se servia. Se Jesus não tivesse querido, êles não teriam tido *poder algum* sobre êle, e mostrou-lho desde o jardim das Oliveiras, visto que esta só palavra: «Sou eu», os derribou; além disso êles não podiam ser os sacrificadores porque, imolando Jesus Cristo, não fizeram uma obra agradável a Deus, mas cometaram o *maior de todos os crimes*; «Cristo foi oferecido porque assim o quis» (Is. LIII, 7). Todos os sacrifícios que foram oferecidos antes de Jesus Cristo, eram incapazes de reconciliar o homem com Deus, porque todos juntos não tinham mais do que um **valor** limitado. «É impossível, diz S. Paulo, que o sangue dos bezerros e dos bodes expie os pecados» (Heb. X, 4). Estes sacrifícios não tinham outro fim senão o recordar aos homens os seus pecados e despertar nêles sentimentos de arrependimento; por si próprios não podiam purificá-los do pecado; mas dá-se o caso contrário com o sacrifício expiatório de Jesus Cristo que é de um valor infinito, por ser êle o filho de Deus.

2. O sacrifício de Jesus Cristo na cruz é um sacrifício no qual o divino Salvador, para expiar os pecados do mundo, *toma o lugar de toda a humanidade, e contém uma satisfação superabundante.*

«Jesus Cristo sofreu em **nossa lugar**, diz o profeta; foi ferido por causa das nossas iniquidades, foi dilacerado por via dos nossos *crimes*» (Is. LIII, 5). «Eis aqui, exclamou S. João Baptista vendo Jesus Cristo, o Cordeiro de Deus que *apaga os pecados do mundo*» (S. João I, 29). Jesus Cristo, o segundo Adão, *cabeça* do género humano, sofreu pelos seus membros, Jesus, o bom *Pastor*, deu a vida pelas suas ovelhas (id. X, 15). Fêz-se como quem *paga as dívidas de outrem*. Conforme as palavras do *Padre Nossa*, os nossos pecados são verdadeiras dívidas que contraímos para com Deus, e por conseguinte é possível uma satisfação feita por terceira pessoa. Na vida ordinária, não só a fortuna, mas a vergonha ou os méritos podem passar aos descendentes, porque não só famílias, mas nações inteiras se orgulham de homens ilustres saídos do seu seio, e por outra parte, famílias e nações inte-

ras foram severamente castigadas pelo crime de um só homem. Como o pecado original passou a todo o género humano, do mesmo modo os méritos infinitos dum só passam a toda a humanidade; os homens são de alguma forma os membros dum grande corpo. — Jesus Cristo satisfez pelos pecados de todos os homens, tanto pelo pecado original como pelos pecados pessoais. Por isso o Apóstolo S. João disse: «Ele é a reconciliação pelos nossos pecados, e não só pelos nossos, mas pelos de todo o mundo» (I S. João II, 2). Jesus Cristo morreu por todos (II Cor. V, 15), êle é o verdadeiro Cordeiro pascal, cujo sacrifício não só livrou um povo inteiro do jugo de Faraó, mas livrou da escravidão do demónio o universo inteiro (S. Leão I). Mas a-pesar-de Jesus Cristo ter morrido por todos, nem todos participam do benefício da sua morte, mas apenas aquêles a quem são comunicados os merecimentos da sua paixão (Conc. Triden. sess. VI, c. 3). — A satisfação de Jesus Cristo foi superabundante, isto é, sofreu por nós mais do que era necessário; assim como o Oceano excede um átomo de água, assim a satisfação de Jesus excede a nossa dívida (S. Cris.). Bastaria uma só gota de sangue do divino Salvador para expiar os pecados de toda a humanidade (S. Greg. Naz.), porque êle é verdadeiro Deus e a menor de suas obras tem um valor infinito. — Jesus Cristo sofreu mais do que um homem pôde jamais sofrer, por isso sobre a cruz soltou esta queixa: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?»

Jesus Cristo quis sofrer tanto para nos mostrar o seu grande amor por nós e a gravidade da ofensa feita a Deus pelo pecado.

Certamente uma oração bastaria para nos salvar, mas não bastava para mostrar a grandeza do amor de Deus; o que bastava para a Redenção não bastava ao amor (S. Cris.), e é pela imensidão d'este amor que nós honramos o Sagrado Coração de Jesus. Com efeito o coração é o centro da vida corporal, é dêle que o sangue se reparte por todo o corpo para lhe conservar a vida; ora, como entre o corpo e o espírito há uma estreita união, o coração é também considerado como o centro da vida espiritual, como fonte de todos os desejos e sentimentos do homem (dai estas expressões: o coração regozija-se, o coração comove-se, cativa-se, etc.), e por consequência

também como a sede do amor (assim dizemos que alguém tem coração de mãe, querendo significar amor de mãe). Por conseguinte quando honramos o Sagrado Coração de Jesus, lebramo-nos do grande amor de Jesus Cristo por nós e sentimo-nos excitados a amá-lo em troca. — Para espalhar a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, Deus serviu-se de santa Margarida Maria Alacoque, do mosteiro da Visitação de Paray-le-Monial († 1690). O Salvador apareceu-lhe muitas vezes e mostrou-lhe o seu Coração traspassado por uma lança, espalhando torrentes de chamas, rodeado dum coroa de espinhos (por causa dos ultrajes dos pecadores, de que está saturado) e encimado por uma cruz brilhante. O divino Salvador pediu que expusessem imagens semelhantes à veneração dos fiéis e prometeu superabundância de graças e de bênçãos àqueles que honrassem este Coração dum modo particular. Ele prometeu especialmente graças de estado, a paz nas famílias, e consolação nos sofrimentos, a assistência na morte, bom resultado nos negócios e adiantamento na perfeição. Jesus pediu também que se estabelecesse uma festa do Sagrado Coração, na sexta-feira depois da oitava do Corpo de Deus, e há uma grande conveniência na escolha deste dia: foi numa sexta-feira que Jesus nos deu, pela sua morte na cruz, o maior testemunho de amor, foi então que o seu coração cessou de bater e foi trespassado por uma lança. — O SS. Sacramento do altar é também uma grande prova do amor de Jesus Cristo por nós. Assim como os raios do sol se concentram no foco dum lente, assim também os raios de amor do sol divino se concentram na adorável Eucaristia; a festa do Corpo de Deus recorda-nos, portanto, quanto Jesus Cristo nos amou. A devoção ao Sagrado Coração, como tudo o que vem de Deus, encontrou a princípio grandes obstáculos; contudo não tardou a espalhar-se por toda a terra e repetidas vezes foi objecto de graças divinas extraordinárias. Muitos papas a recomendaram (Clemente XIII, 9 de fevereiro 1765 — Pio IX, 19 de setembro de 1864, etc.). — Jesus Cristo quis ainda sofrer tantas dores para ser nosso modelo nas aflições. «Sofreu, diz S. Pedro, para nos deixar um exemplo» (I S. Ped. II, 21) e ele próprio nos tinha dito: «Eu dei-vos o exemplo» (S. João XIII, 15).

3. Para nos comunicar as graças que nos mereceu sobre a cruz, Jesus Cristo instituiu os

meios de santificação (fontes da graça), sobretudo a **santa missa** e os **sacramentos**.

Os meios de santificação são os **remédios** de Jesus Cristo, o bom Samaritano; são os **canais** pelos quais o divino Salvador nos faz chegar as graças que Ele nos alcançou na cruz (S. Boav.). O lado do Senhor foi aberto como se as graças da Igreja afi tivessem a sua origem (S. Ag.). A cada graça da Igreja está suspensa uma gota de sangue de Jesus Cristo (Mons. Martin). Como os meios de santificação na Igreja comunicam as graças que manam da santa cruz, a Igreja, administrando-os, serve-se sempre do *signo da cruz*; «a cruz é a fonte de todas as bênçãos» (S. Leão M.); a graça de Jesus Cristo está pregada na cruz e a ela está fortemente unida (Boudon). Devem-se entender estas palavras neste sentido: o sofrimento e a graça estão intimamente unidos. Do mesmo modo que o sol nada perdeu, nem da sua luz nem do seu calor, a-pesar-de iluminar e aquecer a terra há milhares de anos, do mesmo modo o tesouro do sacrifício da cruz de Jesus Cristo não diminui, a-pesar-de comunicar aos homens a graça e a salvação desde a origem dos séculos (Walter).

Aquél que não usa dos meios de santificação, não será salvo, não obstante a morte de Jesus Cristo.

O *remédio corporal* não restaura a saúde, se o doente o não tomar; aquél que vos criou sem vosso auxílio, não vos salvará sem a vossa cooperação (S. Agost.). O demónio emprega todas as forças para privar os homens dos meios de santificação da Igreja; como Holofernes, que cortou os aquedutos de Betúlia, para forçar a cidade a render-se por falta de água, o demónio afasta os cristãos dos canais da graça, inspirando-lhes repugnância e tédio pelos sacramentos.

3. Instituição e natureza do santo sacrifício da Missa

Como os fiéis não puderam assistir ao sacrifício de Jesus Cristo na cruz, o divino Salvador quis que eles pudessem assistir ao menos à sua renovação, para ganhar

os merecimentos que teriam tido se estivessem ao pé da cruz (Cochem) (1).

1. Para renovar o sacrifício da cruz, e comunicar os seus merecimentos a todos os homens, Jesus Cristo instituíu um sacrifício in-cruento na última Ceia em que transformou o pão no seu corpo e o vinho no seu sangue, e o deu a comer e a beber aos seus Apóstolos.

Depois de ter lavado os pés a seus discípulos, Jesus Cristo pôs-se outra vez à mesa, tomou o pão nas mãos, levantou os olhos ao céu, deu graças, abençoou-o, partiu-o e deu-o aos Apóstolos, dizendo: «**Tomai e comei, isto é o meu corpo**». Assim que os Apóstolos receberam o corpo de Jesus Cristo, o divino Salvador pegou no cális com o vinho, deu graças, abençoou-o e deu-o aos seus discípulos, dizendo: «**Tomai e bebei, este é o meu sangue**, o sangue do novo e eterno testamento, mistério de fé (um mistério que provará a vossa fé) que será derramado por vós e por muitos, para remissão de pecados. Fazei isto em memória de mim.» (Estas são quásitodas as palavras da consagração, que o sacerdote diz na missa).

Mas depois desta transsubstanciação, as espécies (os acidentes) do pão e do vinho ficaram.

O corpo de Jesus Cristo não teve por conseqüente a aparência de carne humana, mas a de pão: tinha o cheiro, o gosto, o peso, a cor, etc., isto é, o exterior, a aparência — em latim species, espécies — de pão. Igualmente o sangue de Jesus Cristo não tinha a aparência de sangue vermelho, mas de vinho: tinha o cheiro, o gosto, o peso, a cor, isto é, a aparência de vinho (2).

Por estas palavras: «Fazei isto em memória de mim», Jesus Cristo deu **aos Apóstolos** e aos seus

(1) Autor dum tratado popular sobre a «Santa Missa».

(2) Ver o capítulo do S. Sacramento do altar.

sucessores a ordem e o poder de oferecerem o mesmo sacrifício (Conc. Trid. sess. XXII, 1)

Quando Jesus Cristo deu aos seus doze Apóstolos o seu corpo a comer e o seu sangue a beber, ordenou-lhes que o oferecessem em vez dos animais destinados aos sacrifícios (S. Greg. Niss.). Para lhes recordar que tinham sido libertados da *escravidão do Egípto*, o Senhor tinha ordenado aos Judeus que imolassem todos os anos o *Cordeiro Pascal*; do mesmo modo prescreveu que, em lembrança da morte de Jesus Cristo sobre a cruz e da remissão da humanidade da escravidão do demónio, se oferecesse um sacrifício particular (Conc. de Tr. XXII, 1). Como este sacrifício devia recordar-nos o de Jesus Cristo sobre a cruz, o divino Salvador instituiu-o na véspera da sua paixão.

Os Apóstolos, e depois dêles os seus sucessores, os bispos e os sacerdotes, têm sempre oferecido este sacrifício.

No tempo dos **Apóstolos**, os cristãos já se reúniam para a *fracção do pão* (Act. II, 42), especialmente ao domingo (Ibid. XX, 7 e 11). S. Paulo diz muitas vezes que benziam e bebiam o cális e que partiam e comiam o pão (I Cor. X, 16; XI, 26); e acrescenta ainda: «Nós (cristãos) temos um altar de que não têm o direito de comer os que servem no tabernáculo», isto é, os Judeus (Heb. XIII, 10). Segundo a tradição, o apóstolo Santo André disse ao procônsul que o intimava a sacrificar aos ídolos: «Ofereço todos os dias no altar, ao verdadeiro Deus todo-poderoso, não a carne dos bezerros nem o sangue dos bodes, mas o Cordeiro de Deus, imaculado; e quando todos os fiéis reunidos se alimentaram da sua sagrada carne, o cordeiro que foi oferecido fica sempre intacto e vivo». Na sua primeira apologia ao imperador romano, S. Justino (ano 150) faz menção das partes do sacrifício cristão: leitura e explicação da Sagrada Escritura, oferta do pão e do vinho, transsubstanciação dos dons oferecidos e distribuição dêles aos fiéis. — Quando o papa S. Sisto era levado à morte, o diácono S. Lourenço seguia-o, exclamando: «Santo Padre, assim partes sem mim, quando nunca ofereceste o santo sacrifício sem a minha assistência?» (258). Os mais antigos Doutores da

Igreja falam do santo sacrifício da missa. Santo Ireneu, bispo de Lião († 202), disse: «O sacrifício da nova aliança é a santa ceia; Jesus Cristo instituiu como sacramento e como sacrifício. A Igreja oferece este sacrifício no universo inteiro». S. Cipriano, bispo de Cartago († 258), escreve: «Os sacerdotes na Igreja oferecem um sacrifício exactamente como o ofereceu o próprio Jesus Cristo» e acrescenta: «Nós oferecemos todos os dias, nos tempos de perseguição e de paz, o sacrifício pelo qual preparamos os fiéis para se imolarem como vítimas, pelo martírio». O único sacrifício, diz S. Leão Magno, do corpo e do sangue de Jesus Cristo substitui todos os sacrifícios antigos». — Todas as *pinturas a fresco* das catacumbas provam este sacrifício, assim como as mais antigas liturgias, isto é, os livros que contêm as orações usadas neste sacrifício e as cerimónias que se deviam observar para o oferecer, — os *altares*, os *cálices*, as *vestimentas sagradas* da mais remota era, dos quais se conservam muitos ainda hoje (como o altar de madeira sobre o qual Pedro e os seus sucessores até S. Silvestre celebraram a santa missa durante cerca de trezentos anos). De que teriam servido todos estes objectos, se não tivesse havido sacrifício? — Até ao século XVI, os próprios hereges não ousaram sublevar-se contra o santo sacrifício. Lutero, aconselhado pelo demónio, foi o seu primeiro e mais ardente adversário.

Este sacrifício foi já anunciado no Antigo Testamento, tanto por figuras como por profecias.

Muitos sacrifícios do Antigo Testamento foram *figuras* deste verdadeiro sacrifício (S. Agost.); o de Abel que foi agradável a Deus (Gén. IV), porque lho oferecia com fé no futuro Redentor e no seu sacrifício (Heb. XI, 4); o de Abraão, que, por obediência para com Deus, imolou o seu filho Isaac sobre o monte Mória, não lhe chegando a derramar o sangue (Gén. XXII); em particular o de Melquisedec (em português, rei da justiça), rei de Salém (isto é, da paz), que oferecia a Deus pão e vinho (Gén. XIV). Estes três sacrifícios são mencionados durante a santa missa, imediatamente depois da *consagração*. O sacerdote pede então a Deus que tenha por agradável o nosso sacrifício como os de Abel, Abraão e Melquisedec. — As *profecias* também anunciaram o santo sacrifício da missa. David predisse que o Salvador seria

eternamente sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (Ps. CIX, 5). O profeta Malaquias anunciou o santo sacrifício da missa aos Judeus que, depois de voltarem do cativeiro, cumpriam mal o ministério dos sacrifícios, dizendo-lhes: «Não me comprazo em vós, diz o Senhor dos exércitos, e não receberei ofertas das vossas mãos. Porque, desde o nascer até ao pôr do sol, o meu nome é grande entre as nações; e em todo o lugar se sacrifica, e é oferecida uma oblação pura ao meu nome, porque o meu nome é grande entre as nações; diz o Senhor dos exércitos» (Malaq. I, 10 e 11).

2. O sacrifício instituído por Jesus Cristo na última Ceia chama-se a missa ou o santo sacrifício da missa.

Nos primeiros séculos cristãos, despediam-se da igreja os catecúmenos e os penitentes antes de principiar o sacrificio. Esta expulsão chama-se em latim *missio*; anunciavam-na dizendo: *missa est*. Como o provam os documentos históricos, usavam-se então estas palavras para dissolver as assembleias: significavam portanto: a assembleia está terminada. Daí veio o hábito de chamar *missa* (*missa*) ao sacrifício que se seguia à despedida dos catecúmenos. O papa Pio I (cerca do ano 141) serve-se desta expressão que se encontra também repetidas vezes nos escritos de Santo Ambrósio e Santo Agostinho. Outros dizem que a palavra *missa* vem de que, nas palavras da consagração, o Filho de Deus é enviado *do céu à terra* (S. T. de Aq.) e que os fiéis pelo ministério do padre, e este pelo ministério dos anjos o enviam *da terra ao céu*. Deus primeiro manda-nos o seu Filho para o altar, e depois a Igreja envia Jesus Cristo a seu Pai, para que ele rogue pelos pecadores (S. Boav.).

O santo sacrifício da missa é o centro de todo o culto católico.

Muitos sacramentos e sacramentais só são administrados em união com a santa missa; de mais, ela é no culto divino o que a *pedra preciosa é para o seu engaste* (Huter); ela é um oceano onde se reúnem todas as torrentes de graças do sacrifício da cruz, e donde estas correm só-

bre os homens, à maneira de canais, por meio dos sacramentos. — A santa missa é o sol da graça que nasce todos os dias e cujos raios brancos se reflectem nos sete sacramentos, para assim formarem o dourado arco-íris da paz que une a riqueza do céu à indigência da terra (Gühr.). A santa missa excede eminentemente em dignidade os sacramentos; estes efectivamente não passam de vasos da misericórdia divina para os vivos, ao passo que a missa é um oceano inesgotável de liberdade divina para os vivos e mortos (Cochem). Pela santa missa os homens têm de algum modo sobre a terra as primícias do céu, porque, por este sacrifício, eles têm diante dos olhos e podem tocar com as mãos o Criador do céu e da terra (Urb. VIII). A santa missa encerra tantos mistérios, quanto de gotas tem o mar, quanto de raios tem o sol, quanto de estrélas tem o céu e de flores a terra (S. Boav.). Tirai este sacrifício à Igreja católica, e depois só ficará a incredulidade e o êrro (Id.). Se o santo sacrifício não fosse tão excelente, o demónio não lhe teria suscitado tantos inimigos dentre os hereges (Cochem).

A missa é verdadeiramente um sacrifício católico (universal), porque é oferecido em tôda a terra e sê-lo-á até ao fim do mundo, ininterruptamente.

Actualmente celebram-se cerca de 350:000 missas cada dia no universo inteiro. A tôda a hora do dia há missas: na Europa desde pela manhã até ao meio dia. Quando é meio dia nas nossas paragens, na América; quando chega a noite, nas ilhas do grande oceano (onde há uns 5 milhões de católicos); durante a noite, na Austrália e na Ásia. Portanto, segundo a profecia de Malaquias, «desde que o sol nasce até que se põe, oferece-se realmente a Deus um sacrifício sem mácula, em todos os povos e em todos os lugares da terra» (I, 10). O santo sacrifício da missa há-de ser oferecido até ao dia do juizo final (I Cor. XI, 26). Segundo as profecias de David, o Salvador havia de ser como Melquisedec, sacerdote por tôda a eternidade (Ps. CIX, 5); por isso nenhum inimigo da Igreja, nem sequer o Anti-cristo, conseguirão impedir que se ofereça o santo sacrifício da missa. A última missa há-de celebrar-se no último dia do mundo. É principalmente pensando na santa missa que Jesus Cristo dizia: «Estarei convosco todos os dias até à consumação dos séculos» (S. Mat. XXVIII, 20).

3. A santa missa é um sacrifício, porque nela se simboliza e renova, de maneira misteriosa, a morte de Jesus Cristo na cruz.

Já a **separação das espécies** do pão e do vinho simboliza a destruição da humanidade de Jesus Cristo (S. T. de Aq.), porque a carne e o sangue de Jesus Cristo afinal são separados como sobre a cruz, onde o sangue escorre do corpo por numerosas feridas; portanto esta separação simboliza a imolação do Cordeiro de Deus, que é Jesus Cristo. — Além disso, por si próprias, as **espécies do pão** e as **espécies do vinho** representam a Paixão e a morte do divino Salvador; com efeito, o pão é feito de grãos de trigo, primeiro moídos e depois cozidos no forno, e o vinho é preparado com uvas espremidas. A moedura e a cozedura dos grãos de trigo lembram de modo muito sensível a paixão do corpo de Jesus Cristo: o esmagamento das uvas lembra o derramamento do seu precioso sangue. — De mais, Jesus Cristo pelas palavras da consagração é colocado num **estado de abatimento** que equivale a uma aniquilação; de facto, Jesus Cristo toma então a aparência dum alimento, não se lhe reconhecendo já a sua divina Majestade, nem até a sua humanidade. Jesus Cristo, o Rei do céu e da terra, coloca-se, pelas palavras da consagração, num estado de indigência que **parece aniquilamento**; nem sequer se pode ver nêle um único raio da glória que emanava da sua forma de escravo e impunha respeito ao mundo; quando nasceu em Belém ainda era semelhante ao homem, aqui tem a aparência dum bocadinho de pão (Coch.); sobre a cruz só a divindade estava oculta, aqui até a humanidade está velada (S. T. de Aq.). Aquelle que os céus não podem conter, encerra-se debaixo da aparência dum bocadinho de pão como numa prisão; aquelle que no céu está sentado majestosamente sobre um trono, está aqui qual um cordeiro ligado com cordas para o sacrifício. Todo o exército dos anjos se maravilha de que a humanidade de Cristo, tão gloriosa no céu, assim se humilhe e abata no altar (Cochem). Por esta sua profunda **humilhação** reconcilia Cristo connosco o Pai, a quem havíamos provocado a ira, pois não há melhor meio de aplacar o ofendido do que humilhar-se diante dêle. Assim o rei Acab afastou de si o duro castigo com que Deus o ameaçava, por meio do profeta Elias, humilhando-se extraordinariamente diante de

Deus (III Reis, XXI, 27), e o mesmo fizeram os ninivitas (Jon. III). As palavras do sacerdote, na consagração, são a espada com que se sacrifica a Cristo dum modo misterioso. Também pela **comunhão** do sacerdote, que é como a **destruição** das espécies do pão e do vinho, torna-se sensível a morte de Cristo na cruz, isto é, o seu sacrifício. Por isso diz S. Paulo, que quando comeamos o corpo e bebemos o sangue de Cristo, anunciamos a morte do Senhor (I Cor. XI, 26). Na missa, porém, não se faz uma simples representação sensível da morte de Cristo na Cruz, mas sim uma *renovação* real desta morte, porque Cristo está realmente presente sob as duas espécies. Dá-se o mesmo que numa cópia de um documento original, que está autênticada com o selo da autoridade. Assim como esta cópia não é um documento diferente, mas o mesmo, assim o sacrifício inocruento de Cristo não é um sacrifício diferente, mas o mesmo. — Deu Cristo a entender na última Ceia que tinha o desígnio de instituir um **sacrifício** escolhendo para este acto precisamente o tempo em que se sacrificava e comia o Cordeiro pascal. Serviu-se também das mesmas palavras de Moisés, na conclusão da Antiga Aliança. Moisés, depois da legislação do Sinai, havia erigido um altar, sacrificando animais e aspergido o povo com o sangue dêles, dizendo: Este é o sangue da aliança que Deus contraíu convosco (Ex. XXIV, 8). De maneira semelhante se exprimiu Cristo na última Ceia; nela devia, pois, haver também um sacrifício. É também notável que Cristo fez que se seguissem imediatamente a Ceia e a sua amarissima Paixão e Morte. Com o que parece nos quis dar a entender que ambas não formavam senão um só sacrifício. O Concílio de Trento declarou solenemente: o Nosso Salvador instituiu na última Ceia um sacrifício visível, para representar o que uma vez se havia de oferecer na Cruz, e conservar a memória d'Ele até ao fim do mundo (C. Trid. XXII, 1). Sendo a religião cristã a mais perfeita, devia possuir o acto mais perfeito de adoração, que é o sacrifício, aliás seria nisto superada pelas outras. Se na Igreja católica não houvesse um sacrifício, não se teriam cumprido muitas figuras e profecias do Antigo Testamento, o que se não pode admitir.

4. O fim principal do sacrifício da missa é aplacar a Deus.

Isto deduz-se das palavras pronunciadas por Cristo na última Ceia: Isto é o meu sangue... que será derramado para remissão dos pecados. Este sacrifício incruento é, pois, como o cruento da Cruz, um verdadeiro sacrifício propiciatório (C. Trid. XXII, 2). Em verdade, por ele não somos novamente remidos, como pelo sacrifício cruento da Cruz, mas são-nos aplicados os frutos da redenção (do sacrifício da cruz) pelo sacrifício incruento (C. Trid. XXII, 2). Nem é suficiente este sacrifício incruento, por si mesmo, para reconciliar com Deus cada um dos homens; mas faz que, pelas graças que alcança, reconheçam os seus pecados e os detestem, confessem e evitem.

5. Na missa, o principal oferente (sacerdote) e a vítima que se oferece, é o próprio Jesus Cristo.

Cristo é o oferente. No altar o sacerdote não é senão o representante de Cristo e o instrumento de que Cristo se serve. Assim se deduz das próprias palavras que pronuncia o sacerdote na consagração: «Isto é o meu corpo; Isto é o meu sangue», embora não transforme o pão e o vinho no seu sangue, mas sim no corpo e no sangue de Cristo. Não é o sacerdote que faz que as oblações presentes se convertam no corpo e sangue de Cristo, mas o próprio Cristo (S. Cris.). Cristo é sumo sacerdote, é santo, inocente, imaculado, separado dos pecados, e mais puro que todos os espíritos celestes (Hebr. VII, 26). O seu sacrifício é, pois, santo, seja qual for o sacerdote, pois não são os homens que santificam esta oferenda, mas Cristo (S. Cris.). — Cristo é ao mesmo tempo a vítima. Cristo é o sacerdote que oferece o sacrifício (S. Agost.). Ele mesmo oferece e é oferecido (S. Cris.). Cristo, nosso Cordeiro pascal, que uma vez foi imolado na cruz, é imolado cada dia em nossos altares (S. Agost.). Jesus Cristo ofereceu-se exclusivamente a si próprio, porque entre todos os tesouros do céu e da terra nada se encontrava que pudesse servir de oferenda digna da Santíssima Trindade (Cochem). A humanidade de Jesus Cristo é o bem mais precioso que jamais existiu e que na realidade existe (S. Bríg.). Deus na verdade dotou a humanidade de Jesus Cristo de tão grandes perfeições que ela não podia receber mais; a própria inefável beleza da Mãe de Deus é, em comparação com a humanidade de Jesus Cristo, como um

simples archote na presença do sol; os privilégios de graças de todos os anjos e de todos os santos seriam, todos juntos, menores que os da humanidade de Jesus Cristo. Esta foi, com efeito, em virtude da sua união pessoal com a divindade, enriquecida de tesouros infinitos e participa duma dignidade infinita (Cochem).

Daqui se segue que:

1. O santo sacrifício da missa é o mesmo que o da cruz.

O sacrifício da missa não é simplesmente uma cópia do sacrifício da cruz, como o é um crucifixo ou uma imagem pendurada na parede; não é uma simples lembrança do sacrifício do Calvário (Conc. Trid. XXII, 3), mas é o **próprio sacrifício** que foi oferecido a Deus, sobre a cruz; por consequência ele tem o mesmo valor e a mesma eficácia (Rodr.). No sacrifício da missa a Paixão e a morte do Filho único de Deus renovam-se dum modo misterioso (S. Gr. M.); na missa o sangue de Jesus Cristo é derramado, como o indicam as palavras da consagração (S. Agost.). Na santa missa Jesus Cristo mostra a seu Pai as suas chagas para preservar os homens da perdição eterna (S. Lour. Just.); mostra-lhe as grandes dores que sofreu, quando morreu, e representa-lhas da maneira mais viva, como se acabasse de as sofrer (Cochem); celebrar a santa missa é fazer com que o filho de Deus morra novamente de um modo místico (Segneri). As principais cerimónias da santa missa dão a entender que o sacrifício da cruz se renova sobre o altar; a elevação da hóstia e do cális à consagração lembra a elevação de Jesus na cruz, quando o crucificaram; a oração do sacerdote com os braços estendidos, a cruz sobre o altar e sobre a casula,⁽¹⁾ e sobretudo as numerosas cruzes que o padre faz com a mão, recordam de uma maneira expressiva que se repete o sacrifício da cruz. — Na santa missa, Jesus Cristo renova em certo modo a **prodigiosa obra da redenção**; ele não só oferece a sua *humanidade*, como sobre a cruz, mas oferece também com ela tudo o que fez e sofreu durante os 33 anos da sua vida terrestre, e tudo apresenta com humildade e energia aos olhos da Santíssima Trindade (Cochem). Todas as orações que o Filho de Deus fez sobre a terra, repete-as em cada missa, em breve resumo.

(1) Como se usa em França.

e dirige-as a seu Pai como se as dissesse ainda uma vez (id.), tudo isso especialmente pela salvação daqueles que assistem à santa missa (id.). Jesus Cristo revelou-o a Santa Matilde: «Só eu, disse um dia Jesus a Santa Matilde, só eu sei e comprehendo perfeitamente como me ofereço todos os dias sobre os altares; nem os Querubins, nem os Serafins, nem todas as potestades celestes podem comprehendê-lo perfeitamente».

Entre os dois sacrifícios só há uma diferença: sobre a cruz Jesus Cristo ofereceu-se em forma humana e dum modo sangrento (doloroso); na missa ele oferece-se dum modo incruento (sem dor) debaixo das apariências do pão e do vinho.

2. O valor do santo sacrifício da missa não depende, por conseguinte, do estado de graça do sacerdote.

Com efeito, o sacerdote não é propriamente o padre que vemos ao altar, mas sim o mesmo Jesus Cristo. A virtude da Paixão e dos méritos de Jesus Cristo é-nos aplicada pela santa missa duma maneira muito diferente das outras boas obras (Conc. Trid. XXII). De facto, nas outras boas obras, o valor da obra depende do estado de graça daquele que a pratica; não acontece assim com a missa. Aquelle por quem um padre, quiçá indigno, oferece o santo sacrifício, não perde os frutos d'ele. O santo sacrifício da missa opera por si mesmo, sem depender da indignidade ou da santidade do sacerdote (Conc. Trid. XXII, 1). A missa celebrada por um padre indigno tem tanto valor, como a celebrada por um padre bom, do mesmo modo que a eficácia dos sacramentos não depende da dignidade de quem os administra (S. T. de Aq.). Se o filho do soberano mandar a seu pai um embaixador encarregado duma missão, o soberano ocupar-se-á pouco com a personalidade do embaixador: o que o determinará na sua decisão será unicamente a pessoa e a vontade de seu filho. O mesmo se dá neste caso.

4. As partes principais da Missa

A missa consta de uma preparação e

três partes principais: o ofertório, a consagração e a comunhão.

I. A parte principal da preparação é o Evangelho.

A preparação está, a bem dizer, fora da missa propriamente dita. Já nos tempos mais antigos se lia, antes do sacrifício da missa, um fragmento do Evangelho, que se explicava num sermão ou prática. A preparação da missa chama-se também missa dos catecúmenos, porque estes deviam assistir a ela, e comprehende tudo o que precede o ofertório ou oblação: as primeiras orações antes de o sacerdote subir ao altar (*salmo Judica me* e *Confiteor*), o *Intróito*, ou introdução, que se lê do lado da Epístola; os *Kyries* (preces de misericórdia) e o *Glória* (cântico de louvor) no meio do altar; as orações ou colectas (do lado da Epístola), nas quais o sacerdote ora com as mãos estendidas, como para recolher as preces de todo o povo; a *Epístola*, que se tira geralmente das Cartas dos Apóstolos, e o *Evangelho* que se lê do outro lado do altar, e se tira de um dos quatro evangelistas. Após o Evangelho, segue-se, aos domingos, geralmente o sermão e depois rezase no meio do altar o *Credo* ou profissão de fé, e com êle termina a preparação da missa.

2. No ofertório (offertorium) apresenta-se e benze-se o pão e o vinho.

Tôdas as coisas que se empregam no culto de Deus são primeiro consagradas (ou benzidas); e assim se faz neste ponto com o pão e o vinho. O padre pega na patena de ouro sobre a qual se acha a hóstia, que levanta, oferecendo-a a Deus; depois pega no cális, deita-lhe dentro vinho e também algumas gotas de água, levanta-o e igualmente o oferece; em seguida invoca o Espírito Santo e benze as ofertas com a mão. — A expressão **ofertório** não é perfeitamente justa, porque a *apresentação* propriamente dita da vítima não é nesse momento, mas só depois da *consagração* e da *comunhão*. Realmente, se o padre caísse doente ou lhe desse um acidente antes da consagração, poderia interromper o sacrifício; mas depois da consagração já não pode, e deveria comungar imediatamente e re-

tirar-se. Se o padre morre depois da elevação, é preciso que outro padre continue a santa missa, mesmo sem estar em jejum; se morresse antes da consagração, não seria necessário, não havia precisão de continuar. Daqui se pode concluir que a oferta verdadeira não se faz ao ofertório. A palavra *ofertório* provém de que outrora, nesta parte da missa, os fiéis ofereciam o pão e o vinho destinados ao sacrifício. (Hoje ainda existe esta oferta em certas dioceses, quer em géneros, quer em dinheiro). Com estes donativos tinha-se em vista compensar as despesas que traz a missa e a comunhão dos fiéis, prover à sustentação dos sacerdotes e socorrer os pobres; e como os fiéis, especialmente aos domingos e dias santificados, traziam oferendas mais copiosas, os sacerdotes costumavam, por gratidão, oferecer a missa pelo povo. Desta maneira se foi formando o costume, que hoje constitui obrigação estrita do pároco, de aplicar a missa aos domingos e dias santos pelos paroquianos vivos e defuntos, o que se chama aplicar a missa *pro populo*, isto é, pelo povo. — O pão deve ser preparado com *farinha de trigo*, e sem fermento, porque Jesus Cristo tinha na última Ceia pão sem fermento, que, além disso, melhor representa a pureza do Corpo de Jesus Cristo. (A Igreja grega serve-se do pão lêvedo). O pão tem a forma circular, para significar a eternidade de Cristo, que não tem princípio nem fim. Na santa missa não se pode usar senão uma *hóstia grande*: únicamente em caso de necessidade se poderia tomar uma pequena. O vinho deve ser preparado com *uvas esmagadas*: junta-se-lhe *uma pouca de água*, porque Jesus Cristo também assim fez (S. Cip.), por terem no Oriente o hábito de misturar água ao vinho para tornar este mais doce e mais agradável. Esta mistura deve também simbolizar o sangue e a água que correram da *chaga do coração* de Jesus Cristo.

3. Na **consagração**, o pão transforma-se no corpo de Jesus Cristo e o vinho no seu sangue; o sacerdote eleva-os para os mostrar ao povo.

A transubstanciação opera-se pelas palavras de que Jesus Cristo se serviu na última Ceia.

A consagração é o momento mais sublime da missa. A sua solenidade manifestou-se em todos os tempos por esta circunstância: que durante ela não se reza em voz al-

ta nem se canta. No Oriente, antes da consagração corre-se uma cortina, que oculta o sacerdote aos olhos do povo. No acto da consagração passa-se alguma coisa análoga ao que aconteceu com o *sacrifício do profeta Elias* sobre o monte Carmelo, onde Deus mandou o fogo do céu para consumir as vítimas (III Reg. 18); lá, foi um fogo natural; aqui, é o fogo *sobrenatural do Espírito Santo*. Assim como o fogo natural muda a madeira em cinzas, assim o Espírito Santo muda a oferenda, isto é, a substância do pão e do vinho, pelas palavras de fogo da consagração (Cochem). Por isso no Oriente, na Igreja primitiva, invocavam o Espírito Santo antes da consagração, a-fim-de lhe suplicarem que descesse do céu para mudar a oferenda (Liturgias de S. Tiago e de S. Crisóstomo). No acto da consagração, em virtude das palavras do sacerdote, o céu abre-se e o Rei Jesus Cristo, seguido dos anjos, seus cortesãos, desce do céu (S. Gr. M.). No momento da consagração, Jesus Cristo desce do céu sobre o altar com tanta rapidez como o olho que se abre vê de-repente os objectos mais distantes (S. T. de Aq.). No momento da consagração renova-se de algum modo o mistério da **Incarnação** do Filho de Deus e isto por obra do Espírito Santo, como aconteceu na saudação do arcanjo (S. J. Dam.). Assim como Maria, o sacerdote com algumas palavras atrai o Filho de Deus do alto do céu. Na missa Jesus Cristo parece incarnar de novo, e é por isso que se lê no fim do sacrifício o Evangelho de S. João onde vem dito: «E o verbo se fez carne, e habitou entre nós». É por igual motivo que nas missas solenes, durante o *Credo*, se canta num tom especial: «E incarnou da Virgem Maria por obra do Espírito Santo». — Na missa renova-se de algum modo o **nascimento de Jesus Cristo**, porque pelas palavras do sacerdote Jesus Cristo aparece no altar (S. Jer.); mas este nascimento distingue-se do de Belém, porque Jesus Cristo não nasce fisicamente, mas espiritualmente, e porque está revestido dumha carne não já mortal, mas dumha carne gloriosa em que brilham as cinco chagas sagradas (Cochem). Esta é a razão por que a Igreja recita na missa o cântico dos anjos, o *Gloria in excelsis* que ressoou no Natal pelos campos de Belém. É ainda por isso que Jesus, depois da consagração, tem aparição muitas vezes sob forma de um menino, por exemplo a S. Pedro de Alcântara e a outros santos; foi uma aparição semelhante, segundo se diz, que causou a conversão do chefe saxão Witikindo que combatia contra Carlos Ma-

gno, e que se introduzira no exército imperial, sob um disfarce, para assistir à missa. Podia, pois, dirigir-se-nos, a nós cristãos, cada dia, esta exclamação do anjo aos pastores: «Vede, eu vos anuncio uma grande alegria: hoje vos nasceu o Salvador do mundo».

4. Na **comunhão** o sacerdote consome o corpo e o sangue de Jesus Cristo (sob as duas espécies) e muitas vezes distribui aos fiéis o corpo do divino Salvador (só debaixo da espécie de pão).

Antes de distribuir ao povo a comunhão, recita-se a Confissão e o sacerdote abençoa os fiéis; depois toma o cibório ou a patena, e, sustendo entre os dedos uma partícula, diz: «*Eis aqui o Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo*», e acrescenta três vezes: «*Senhor, eu não sou digno que entreis em minha casa mas dizei sómente uma palavra e a minha alma será curada*». Abençoa, fazendo o sinal da cruz com a hóstia (para significar que lhes apresenta Jesus crucificado), todos aqueles a quem dá a comunhão, e ao dá-la, diz: «*O corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo guarde a vossa alma para a vida eterna. Assim seja*». As santas hóstias que sobram deixam-se no cibório, que se coloca no tabernáculo. Jesus Cristo fica presente nestas hóstias consagradas (Conc. Trid. XIII, 4), com as quais se dá *muitas vezes a comunhão aos fiéis fora da missa*. A comunhão pode dar-se a tôdas as horas em que é permitido dizer a missa, excepto na Sexta-feira Santa e no Sábado de Aleluia antes da comunhão do sacerdote; pode dar-se, seja qual fôr a côr da casula, mesmo com paramentos pretos (Pio IX, 23 de agosto 1868). Se as hóstias consagradas são insuficientes, o sacerdote pode *partir* as que estão no cibório (S. C. R. 16 março 1833) e, num caso urgente, pode dar durante a missa uma parte da hóstia grande.

5. As cerimónias da Missa

1. No decurso dos séculos têm-se acrescentado às partes assenciais do santo sacrifício da missa numerosas cerimónias simbólicas, que

não se podem omitir senão nos casos de extrema necessidade.

Tais cerimónias são, por exemplo: o sacerdote ora com os braços abertos, inclina-se, ajoelha-se, eleva os olhos ao céu, bate no peito, beija o altar, lava as mãos, volta-se e saúda o povo (*Dominus vobiscum*, o Senhor seja convosco) eleva a hóstia e o cális, parte a hóstia, abençoa o povo, etc. No total, faz o sacerdote umas 500 cerimónias desta espécie, com as quais a missa com pausa moderada dura *meia hora* ou o mínimo vinte minutos. Estas cerimónias só em casos de extrema necessidade se podem omitir em parte. Algumas delas suprimem-se em certos dias, como o *Glória* e o *Credo* nas missas de defuntos e em outras. As cerimónias põem ante os olhos dos fiéis a sublime majestade do Sacrifício e despertam-nos à consideração dos mistérios contidos na missa (Conc. Trid. XXII, 5). São numa acção solene o que no homem são os vestidos sumptuosos, contribuindo para aumentar a reverência. Se a missa se celebra com precipitação, os fiéis não concebem devoção alguma. Já no III século se acham na missa as orações e cerimónias seguintes: O povo canta um salmo (ainda hoje o sacerdote recita o salmo *Judica me* ao pé do altar), depois vem a confissão geral dos pecados, como agora o sacerdote e o ministro rezam o *Confiteor*. Saúdava-se o bispo à sua entrada no templo com um salmo a propósito (como ainda hoje se faz). Actualmente reza o sacerdote o *Intróito*. O bispo e o povo começavam logo a implorar alternadamente a misericórdia da Santíssima Trindade; agora o sacerdote alternando com os ministros recita os *Kyries* no meio do altar (*Kyrie eleison*: Senhor, tende piedade de nós; *Christe eleison*: Cristo, tende piedade de nós). Vinha depois logo a seguir a acção de graças pelo perdão dos pecados, que se obteve (hoje o *Gloria in excelsis* segue-se imediatamente ao *Kyrie*). Em seguida o bispo saudava o povo por estas palavras: «*Dominus vobiscum*, «O Senhor seja convosco»; e recitava, de braços abertos, uma oração em nome do povo (hoje temos ainda a saudação e a oração). Um leitor lia um capítulo das *epístolas dos Apóstolos* (é hoje a Epístola) e o diácono um capítulo do Evangelho (o Evangelho de hoje, que se ouve de pé). O bispo então fazia um discurso sobre o Evangelho (ainda hoje, na maior parte das paróquias, aos domingos e dias de festa, lê-se o

Evangelho na língua vulgar, seguido de uma prática). O Evangelho lia-se em outro lado, diferente daquele em que se lia a Epístola, para que o altar ficasse no outro extremo livre para as oblações ou donativos. Nesta altura um clérigo, ordinariamente o diácono, convidava os catecúmenos (isto é: os judeus e os pagãos que se preparavam para o baptismo) a saírem da igreja, e se não tinha confiança num assistente preguntava-lhe pela *palavra de ordem*, isto é, pela *profissão de fé* que ninguém conhecia senão os cristãos. (Hoje recita-se o *Credo*). Esta primeira parte da missa é como que a *introdução* ao sacrifício propriamente dito e chama-se **Missa dos catecúmenos**. — Neste momento começava a missa. Os fiéis colocavam sobre o altar o pão e o vinho (hoje a oblata que se faz em certas regiões, passando em roda do altar), os clérigos punham de parte o que era necessário para o sacrifício e o bispo oferecia-o a Deus e abençoava-o (*ofertório*). O bispo depois lavava os dedos com que havia tocado no pão (lavagem dos dedos, *lavabo*), depois um clérigo convidava todos os assistentes a orar pelos catecúmenos mandados retirar, pelos sacerdotes e por toda a Igreja, pelos amigos e inimigos (Hoje o sacerdote volta-se para o povo e diz: «*Orate, fratres.* «*Orai, irmãos!*») Como Jesus Cristo, na santa Ceia, primeiro dera graças a seu Pai, recitavam todos juntos um *acto de agradecimento*, que é hoje o Prefácio, que termina pelo *Sanctus* (louvor à SS. Trindade e ao divino Salvador), o que tudo é a oração preparatória para a consagração. Obedecendo ao convite que lhes era dirigido, todos os assistentes oravam pelos vivos, e em particular pelo papa, o bispo e o imperador (*Memento dos vivos*); invocava-se depois a SS. Virgem, os santos apóstolos e os mártires (como ainda hoje se faz no *Communicantes*). Seguia-se a consagração; o bispo pronunciava sobre as ofertas as palavras de Jesus Cristo (as palavras da consagração) e elevava as santas Espécies: logo o povo se prostrava em adoração (hoje observam-se as mesmas cerimónias). Em seguida orava-se pelos defuntos (*Memento dos mortos*) e comemoravam-se ainda vários mártires, depois recitava-se em voz alta o *Pater Noster*, dividia-se a hóstia em muitas partes, para distribuir a comunhão aos presentes, repetindo três vezes as palavras de penitência *Agnus Dei*: «*Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo, tende piedade de nós!*»: cerimónias que se observam ainda hoje. A comunhão era em seguida. O bispo consumia o corpo

e o sangue de Jesus Cristo, depois dava a comunhão aos fiéis, que recebiam a santa hóstia na mão esquerda; no intervalo cantavam-se salmos apropriados (hoje o sacerdote recita do lado esquerdo do altar um versículo de salmo, o *Commíumão*) depois conservavam-se junto do altar, numa pequena tórra ou num vaso em forma de pomba, as hóstias que ficavam (hoje guardam-se no sacrário). Depois de uma oração final, o bispo tornava a dizer a saudação *Dominus vobiscum* e despedia os fiéis com estas palavras: *Ite, missa est*, «ide, a missa terminou», e abençoava-os antes de partirem (hoje observa-se o mesmo). Na Idade Média terminava-se com o princípio do evangelho de S. João, onde se encontram as palavras: «E o Verbo se fez carne» e ainda: «Veio ao meio dos seus e os seus não o receberam». Este texto referia-se à presença de Jesus Cristo no sacrifício e à desgraçada condição desses homens que permanecem insensatamente afastados da santa missa. — (Ainda hoje parte das missas terminam com este Evangelho).

2. As cerimónias da missa representam em figura tóda a história da Redenção⁽¹⁾.

(1) A oração ao pé do altar simboliza os séculos durante os quais os homens, afastados de Deus (como o sacerdote está afastado do altar) esperavam a redenção; o «Kyrie», e o «Gloria in excelsis»; o nascimento de Jesus Cristo e o cântico dos nove coros de anjos em Belém; a colecta; a infância de Jesus Cristo, durante a qual o divino Salvador, retirado do mundo, orava em silêncio. — A Epístola, a mudança do missal ao Evangelho, significam a pregação do Evangelho aos Judeus por Jesus Cristo, e não o tendo estes aceitado é levado e anunciado aos pagãos; o «Credo» simboliza a grande difusão da fé (o Evangelho). O ofertório é Jesus Cristo preparando-se para a sua paixão pelo jejum e a oração; o Prefácio, que termina pelas palavras: Bemrito o que vem em nome do Senhor; hosanna no alto dos céus! recorda a entrada de Jesus em Jerusalém; o Memento dos vivos: Jesus na última Ceia, orando por tóda a Igreja. Aos cinco sinais da cruz, que o sacerdote faz antes da consagração sobre as ofertas, podemos recordar os desprezos que Jesus sofreu em casa de Anás, de Caifás, de Pilatos, de Herodes e segunda vez na de Pilatos. — A elevação das santas espécies é a elevação de Jesus na Cruz, e os 5 sinais da cruz que o sacerdote repete sobre as ofertas, as 5 chagas. Os 3 sinais da cruz sobre as ofertas, que precedem o «Pater», significam, as 3 horas durante as quais Jesus esteve pendente da cruz; o «Pater» com as suas 7 petições, as 7 palavras de Jesus na cruz; a fracção da hóstia, a morte de Jesus Cristo, em que a sua

6. Utilidade da Missa

1. O santo sacrifício da missa aplica-nos superabundantemente os merecimentos do sacrifício da cruz: obtém-nos, em especial, o perdão dos pecados, as bênçãos divinas, a recompensa eterna e a eficácia das nossas orações.

Podemos em cada missa colher os frutos e a utilidade que Jesus Cristo obteve na Sexta-feira Santa pela sua morte na cruz (S. T. de Aq.), porque, sendo o santo sacrifício da missa o mesmo que o da cruz, deve ter a mesma virtude e produzir os mesmos efeitos (Cochem). A morte e a Paixão de Jesus Cristo são os tesouros, a missa é a *chave que os abre* (Segneri); a cruz é a árvore da vida carregada de frutos celestes; a missa é a *salva de oiro* em que nos são apresentados. No santo sacrifício da missa são-nos comunicados os merecimentos do Salvador (Sanchez); recebemos, é certo, os frutos do sacrifício da cruz por outras fontes de graça, mas não **em medida tão abundante** como pela santa missa: nela distribui Deus seus favores de maneira mais abundante do que noutro tempo (S. Cris.). Em parte alguma as fontes da graça correm com tanta abundância como no altar (S. Domingos) e nenhuma língua humana seria capaz de descrever os frutos que dali provêm (S. Lourenço Jus.).

alma se separou do corpo. O «Agnus Dei», em que o sacerdote bate no peito, recorda os soldados e o povo que bateram no peito vendo a terrível agitação da natureza (S. Luc. XXIII, 48) e o centurião que exclamava: «Em verdade este homem era o filho de Deus» (S. Marc. XV, 39). A comunhão recorda a exposição de Jesus no sepulcro. As duas saudações ao princípio e no fim da missa, «Dominus vobiscum», são uma recordação do duplo aparecimento de Jesus aos seus apóstolos reunidos, em que os saudou dizendo: «A paz seja convosco!» O «Ite, missa est», com a bênção do sacerdote, recorda a Ascensão de Jesus Cristo, quando ele enviou os seus apóstolos para o mundo abençoando-os pela última vez; e o último evangelho recorda a propagação do evangelho, depois da vinda do Espírito Santo. Algumas vezes muda-se de novo o missal: os Judeus, antes da segunda vinda de Jesus Cristo, aceitarão o evangelho.— A missa é, portanto, um breve resumo da vida de Jesus Cristo: durante esta meia hora vê-se passar diante dos olhos o que Jesus fez sobre a terra durante 33 anos (Cochem).

Durante a missa o Filho do Padre eterno desce do Paraíso trazendo imensas riquezas e tesouros celestes (Cochem). Na missa o Pai celeste dá-nos o seu Filho, como não havia de nos dar tudo com êle? (Rom. VIII, 32). Se um cristão soubesse aproveitar a santa missa, ela enriquecia-o mais que tôdas as coisas criadas (Sanchez). Para se receber a maior parte dos sacramentos é necessário estar em estado de graça, sem isso não se participa dos méritos de Jesus Cristo e comete-se um pecado mortal; para ouvir a santa missa *não é exigido o estado de graça*, o pecador não comete pecado grave assistindo a ela, e pode até obter a graça da conversão (Cochem).

i. O perdão dos pecados: isto é, os pecadores recebem pelo santo sacrifício da missa a graça da penitência (Conc. Trid.); os justos, o perdão dos pecados *veniais* e a remissão das penas temporais.

As palavras de Jesus na consagração do vinho provam já que a santa missa procura a remissão dos pecados (S. Mat. XXVI, 28) e o Concílio de Trento ensina que «a missa é sobretudo um **sacrifício de expiação**» (XXII, 2). Distingue-se contudo a missa dos sacrifícios da *antiga lei*: estes não purificavam senão das manchas legais, não do pecado (Hebr. X, 1), «o sacrifício do Novo Testamento produz o perdão real dos pecados (Heb. IX, 9). Sobre a cruz Jesus exclamou: «Meu pai, perdoa-lhes, porque êles não sabem o que fazem» (S. Luc. XXIII, 24); solta o mesmo grito, na missa, em favor daqueles que assistem a ela (Cochem); na cruz perdoou ao *bom ladrão*, e o mesmo faz durante a missa. O sangue de Abel bradava vingança aos céus, o de Jesus, na missa, ao contrário brada misericórdia, e êste grito do Filho bem-amado de Deus é ainda mais poderoso que o de Abel (Heb. XII, 24). Jesus Cristo é o nosso advogado junto de seu Pai, é a reconciliação pelos nossos pecados (I S. Jo. II, 1), sobretudo na Santa missa. «Venho à santa missa, dizia Jesus Cristo a Santa Matilde, com tal carinho, que suporto pacientemente a presença de todos os pecadores, quaisquer que sejam os seus delitos, e perdoa-lhes com prazer tôdas as suas impiedades» (Cochem). Um exército estava prestes a ser tragado no mar por uma tempestade; o general de repente pegou numa criança nos braços e exclamou olhando para o céu: «Senhor, pela

inocência desta criança, tende piedade de nós!» e logo a tempestade serenou. Se Deus se deixou comover à vista de uma inocente criança, com mais razão o fará, quando no santo sacrifício da missa lhe apresentamos o seu próprio Filho! Assim como os homens, muitas vezes, por um presente que se lhes faz se sentem movidos a esquecer uma injúria recebida (por exemplo, Esaú deixou-se apaziguar pelos presentes que Jacob lhe fez ao voltar à sua pátria — Gén. XXXII, 20). Deus deixa-se apaziguar pelos dons da santa missa (Rodr.; S. T. de Aq.). Deus aceita a missa que um pecador lhe oferece com tanto gôsto como nós aceitariam de um inimigo um conto de réis para uma boa obra (Cochem). O Santo sacrifício da missa preserva o pecador da condenação eterna (S. Greg. M.), é o sol da Igreja que dissipa as nuvens e serena o céu (S. Leão). Contudo estes efeitos salutares sobre o pecador não se manifestam sempre imediatamente: Deus prepara a sua conversão para o tempo oportuno, em que o seu coração se tornará capaz de aceitar a graça. No sacrifício da cruz poucos assistentes se comoveram, mas no Pentecostes Deus comoveu-lhes o coração pela pregação de S. Pedro, e foi então que o sacrifício da cruz produziu os seus efeitos (Cochem). Muitos se convertem, passado muito tempo, pela graça de Deus, sem saberem que é pela virtude da santa missa (March.). A conversão opera-se sob a influência do Espírito Santo, que comove os corações dos que assistem à missa, como comoveu os corações dos que estavam perto da cruz, como o centurião e os outros que batiam no peito, dizendo: «Em verdade, aquêle era o Filho de Deus!» (S. Mat. XXVIII, 54). — As velas na santa missa simbolizam a graça actual que ilumina e aquece como a luz; ela é comunicada superabundantemente àqueles que assistem dignamente à santa missa (S. Cir. Jer.), porque se não era decente que quem tivesse servido a uma mesa real se retirasse sem ter matado a fome, não é admissível que aquêle que assiste com devoção à santa missa se retire para sua casa sem ter saboreado o alimento espiritual (Forner.). Quando a boca come, os membros do corpo saciam-se como a boca, embora êles próprios não comam; o mesmo sucede na santa missa: os assistentes comungam espiritualmente, embora não recebam a comunhão sacramental (Id.). Os justos obtêm pela missa o perdão dos pecados veniais, porque então se oferecem ao Pai celeste os tesouros da satisfação infinita de Jesus Cristo: «os pecados veniais fun-

dem-se na santa missa como a cera diante do fogo» (Cochem). O Concílio de Trento declara que pelo santo sacrifício da missa recebemos o perdão daqueles pecados, que cometemos *cada dia* (Conc. Trid. XXII, 1), e S. Agostinho diz que por um só *Padre-nosso*, recitado do fundo do coração, se expiam todos os pecados veniais *de um dia*; quanto mais os podemos expiar pelo sacrifício da missa? «Pela missa apagais mais pecados veniais do que os que cometeis durante o dia» (Cochem). A missa é também um sacrifício de expiação pelos pecados *de que se não tem consciência* (March.). Por isso desviam-nos de nós pela santa missa muitos castigos divinos. No reinado de David castigou Deus o povo hebreu com uma peste, que matou 70.000 homens; exortado pelo profeta, o desdito rei ofereceu ao Senhor um sacrifício de expiação e logo o flagelo desapareceu. Se, portanto, um sacrifício de touros e de ovelhas aplaca a justiça de Deus, qual deverá ser o poder do sacrifício da missa! É por isso que é comparada ao arco-íris, que é o sinal da misericórdia divina (Walter). «Se assistis à missa com freqüência, podeis esperar uma abreviação, um alívio do vosso purgatório, porque com aquela assistência tendes expiado grande parte das penas que mereceis» (Cochem). O bom ladrão, presente ao sacrifício cruento de Jesus Cristo, entrou no mesmo dia no paraíso.

2. As nossas **orações**, na santa missa, **são mais seguramente atendidas**, porque são apoiadas pelas de Jesus Cristo e dos seus anjos presentes ao sacrifício.

Durante a missa as nossas orações apoiam-se sobre a oração de Jesus Cristo (S. Cris.); esta nunca fica sem resultado, porque o Pai celeste sempre a atende (S. Jo. XI, 42). Com efeito, como a cabeça é mais importante que os outros membros, a oração de Jesus Cristo, nossa cabeça, tem maior virtude que a dos seus membros (Cochem), e os santos anjos aguardam o tempo da santa missa para intercederem em nosso favor com mais energia e eficácia (S. Cris.). Como o sacrifício da missa é mais excelente que todas as outras devoções, assim as *orações feitas durante a santa missa são mais eficazes que todas as outras* (Cochem). A oração que se faz em *união* com a divina vítima tem uma virtude inefável (S. Fr. de S.)

e o que não se obtém durante a santa missa dificilmente se obterá noutra ocasião (S. Cris.). Que aquêle que se queixa de não poder orar bem vá à missa, e Jesus Cristo orará por êle em seu lugar, e suprirá a deficiência das suas orações (Cochem). Aquêles que, podendo fazer à missa as orações habituais, as fazem em casa, procedem imprudentemente; o mesmo se diga, quanto aos padres, do breviário (Cochem).

3. Pela santa missa alcançamos a **felicidade e a bênção** para os nossos trabalhos e para os nossos empreendimentos.

Se já alcança a bênção de Deus aquêle que começa o trabalho de cada dia *em nome de Deus*, quanto mais o que o começa com a santa missa! Por isso alguns generais cristãos costumavam assistir à missa antes de entrar em batalha (como na que obrigou os turcos a levantar o cerco de Viena, em 1683, e nas Navas de Tolosa em 1212). Aquêle que assistiu devotamente à santa missa terá **bom êxito em tudo**, muitas vezes no próprio dia⁽¹⁾ (S. Cris.). S. Filipe de Néri, tão notável pelas grandes obras que levou a cabo, costumava celebrar missa antes de empreender alguma obra importante, porque então tinha a certeza de um feliz resultado. Aquêle que, pela manhã, esteve durante a missa tão perto do seu Salvador, sentir-se-á fortalecido para todo o dia (S. Fr. de S.). **Deus ajuda no trabalho** aquêle que tiver assistido devotamente de manhã à missa⁽²⁾. — Deus mesmo nos pecadores que se não emendam leva em conta as missas que ouviram. Como êles não merecem recompensa

(1) O pagem da Rainha Santa Isabel, de Portugal, escapou a uma morte certa, indo ouvir missa; é este o assunto da bela balada de Schiller «Visita ao ferreiro». 2.ª parte.

(2) S. Isidro, lavrador, em Madrid († 1170) levantava-se muito cedo para «ouvir missa antes do trabalho». Como seu amo, excitado pelas acusações dos outros criados, o censurava por isso, Isidro disse-lhe: «Se vê que trabalho menos que os outros, desconte-me na soldada os prejuízos que lhe causo». Mas o amo pouco depois convenceu-se de que Isidro, por uma força mística, «trabalhava mais que os outros» (viu anjos a trabalharem com êle) e deu-lhe licença para ouvir uma missa cada dia. Muitos viajantes têm observado que há «mais bem estar» entre as populações onde durante a semana se assiste ao santo sacrifício.

eterna, Deus, que na sua bondade não deixa nenhum bem sem recompensa, concede-lhes uma felicidade terrestre ou preserva-os de uma desgraça (Cochem).

4. Nós obtemos também uma **recompensa eterna** quando ouvimos missa em estado de graça.

Se qualquer oração do justo merece um prémio eterno, quanto mais a missa! (1) Cada vez que assistis à missa **aumenta** de modo admirável a vossa **futura felicidade** (Cochem); assim como quem sobe uma escada se eleva a cada degrau, assim a cada missa que ouvimos *elevamo-nos um degrau para o céu*. Quanto mais subimos mais nos aproximamos de Deus, mais claramente o conhecemos, com mais ardor o amamos, e mais abundantemente o fruímos. Além de que sereis ainda *mais gloriosamente recompensados no céu* por todos os *incômodos* que houverdes sofrido para ouvir missa, como levantar cedo, andar pela lama, arrostar com o rigor do frio, etc. (Cochem). Um homem que, por causa da grande distância que tinha a percorrer, deixara por muito tempo de ouvir missa, viu em sonhos um anjo que saíatrás dêle e lhe contava os passos que dava até chegar à igreja, para lhe serem pagos pontualmente. Desde então nunca mais se mostrou negligente em assistir a ela. Quão insensatos são aqueles que desprezando este grande tesouro não vão à missa! Os cristãos dos primeiros séculos compreendiam a utilidade da santa missa, estavam *prontos a perder antes a vida* do que a faltar ao santo sacrifício (Cochem); qual será então a nossa responsabilidade, nós que temos hoje tanta *facilidade* em assistir a él, sem que nos custe coisa alguma! Os sacrifícios de expiação dos Judeus ficavam-lhes muito caros; era preciso oferecer pelo menos uma ovelha, uma cabra, ou ser pobre para dar apenas duas rôlas; e nós temos um sacrifício tão poderoso, sem nos impor despesa alguma! (Id.). Vamos, pois, com confiança ao trono da graça (Hebr. IV, 16).

2. O santo sacrifício da missa aproveita, primeiramente, àquele por quem é oferecido; depois, ao sacerdote e aos assistentes; e final-

(1) Ver o capítulo das «boas obras», e, em particular, da oração (2.^a parte).

mente a todos os fiéis vivos e defuntos; é uma causa de alegria para os próprios anjos e santos.

O santo sacrifício **aproveita primeiramente àquele por quem é oferecido**. «Depende da vontade do sacerdote o aplicar os frutos da missa a quem quiser» (Pio VI); por isso foi sempre uso na Igreja dar ao sacerdote um honorário (esmola, *stipendium*) para que ofereça o santo sacrifício por uma determinada intenção. Este honorário não é dado para pagar a missa, porque o valor infinito da missa não se avalia em dinheiro; mas dá-se *para sustento do sacerdote* e para pagar as despesas do serviço divino (ajudante da missa, velas, hóstias, vinho, etc.). Por isso nos primeiros séculos a esmola não se dava em dinheiro, mas em géneros (pão, vinho, azeite, etc.). Foi sómente na Idade Média que se começou a dar em dinheiro. O **sacerdote** tira da missa mais frutos que os assistentes, porque está mais próximo da fonte das graças. Assim como um rei honra mais os embaixadores do seu povo que os súbditos em nome dos quais eles se apresentam, assim Deus vê o sacerdote no altar, não como um pobre pecador, mas como embaixador acreditado da sua bem amada Igreja e como representante de seu Filho: é por isso que a oração dêle é muito poderosa diante de Deus (Cochem). Durante a missa **os assistentes** são espiritualmente orvalhados com o sangue de Cristo (March.), e se pudéssemos ver o brilho e a beleza de uma alma assim, seríamos tentados a adorá-la (S. Mad. de Paz.). Se Cristo, no Calvário, orou até mesmo pelos inimigos que o rodeavam, muito mais ora na missa pelos fiéis que a ela assistem. Também o sacerdote ora pelos presentes dizendo, no *memento* dos vivos: «Lembrai-vos, Senhor, de todos os circunstantes, cuja fé e devoção vos são conhecidas». Se a participação nas acções más é pecaminosa, a participação nas acções boas (e portanto na missa) deve ser meritória. **Toda a Igreja** tira proveito dos frutos admiráveis e copiosos do sacrifício, em virtude da comunhão dos santos; com efeito, a missa não é, a dizer a verdade, senão uma embaixada da Igreja enviada com um presente inapreciável à Santíssima Trindade (March.). — Quando os *delegados de uma cidade* levam um presente ao rei, todos os habitantes têm parte naquela oferta; assim toda a cristandade tem parte na santa missa, embora na oferta não esteja representada senão por poucos mem-

bras (Rodr.): por isso o sacerdote diz nas orações da missa que apresenta aquela oferta por toda a Igreja e por todos aqueles que professam a fé católica e apostólica (oração depois do *Sanctus*); e oferece o santo sacrifício *pela salvação de todo o mundo* (oração ao oferecer o cállis). Sucedeu como no *Padre Nossa*, em que cada um ora por todos. Como Cristo morreu na cruz por todos os homens, assim há-de ser também na reprodução do sacrifício da missa; também aqui se oferece Cristo por todos. Se por misericórdia de Deus não existisse a missa, já todo o mundo teria perecido em virtude da multidão dos pecados cometidos (S. Leão, P. M.). — Os **defuntos** lucram também com a missa. A morte de Jesus Cristo na cruz aproveitou imediatamente aos defuntos, porque a sua alma desceu imediatamente ao limbo para libertar os justos; o mesmo sucede na missa, em que o sacerdote, no *memento* dos mortos, faz menção de todos os que repousam em Cristo: «Lembrai-vos, Senhor, dos vossos servos... que nos precederam... etc. «Dita uma missa, numerosas almas saem do purgatório» (S. Jer.), os anjos apressam-se a descer do céu, para voarem à prisão do purgatório e abri-la (S. Cris.). — O **Santo sacrifício causa uma grande alegria aos anjos e aos santos.** Como os santos amam e procuram antes de mais nada a glória de Deus e a salvação das almas, experimentam uma alegria inefável ao ver que pela santa missa se dá testemunho de honra à Santíssima Trindade e se trabalha poderosamente na salvação dos homens (Cochem); gozam ao ouvir os seus nomes no santo sacrifício, e sentem prazer como os companheiros do rei cujos nomes se pronunciam durante o triunfo real (S. Cris.). Se já os sacrifícios dos Hebreus exalavam um perfume agradável ao céu (Núm. XXVIII), que se não deve dizer do Sacrifício de Jesus Cristo? O perfume do sangue de Jesus Cristo, que sobe ao céu, conforta e rejubila todos os habitantes do paraíso (Cochem). Por isso os anjos descem do céu para assistir à missa e cooperar nela. «Assim como no nascimento de Jesus Cristo aparecem nos campos de Belém para cantar e adorar o Menino Jesus no presépio, assim fazem cada dia em todas as missas, porque o Filho de Deus incarna novamente» (Id.); os coros dos anjos estão ali em volta do altar para glorificarem Aquél que é oferecido (S. Cris.). Quando Deus mandou ao mundo o seu Filho único, disse: «Adorem-no todos os anjos de Deus!» (Hebr. 1, 6). Quando

assistis à missa, estais no meio de espíritos celestes (S. Cris.).

7. O fim da santa Missa

I. A missa é oferecida sómente a Deus, com quádrupla *intenção*: para o adorar e para o aplacar, para lhe pedir, para o louvar ou dar-lhe graças.

Quando oferecemos um sacrifício, reconhecemos que aquél a quem o oferecemos é o autor de todos os seres e o soberano Senhor de todas as coisas; e que por conseguinte lhe devemos submissão (S. T. de Aq.). O sacrifício é, pois, um acto de **adoração** que se não pode render a nenhuma criatura, nem a um anjo, nem a um santo; nunca se ofereceu um sacrifício senão ao verdadeiro Deus ou àquele que por êrro foi considerado como Deus (S. Agost.). No Antigo Testamento havia diversos sacrifícios: sacrifício pelos pecados, holocausto, sacrifício de louvores, etc.; mas hoje não temos senão um sacrifício, por meio do qual podemos obter tudo (S. Cris.). A **reconciliação** com a divindade é o verdadeiro fim do sacrifício da missa. O santo sacrifício é, pois, antes de mais nada, oferecido com esta intenção. — A santa missa tem também uma virtude infinita para **impetrar** uma graça; não há favor ou graça, por maior que seja, que não possa ser obtida pela santa missa (March.). O que nós, com efeito, pedimos, não é senão uma coisa criada e terrena, ao passo que o que oferecemos é um presente divino. É impossível que Deus nos deixe sem recompensa, quando lhe oferecemos com piedade o cálice do sangue do seu divino Filho, êle que, na sua generosidade, não deixará sem recompensa o copo de água fria dado a um pobre (Cochem). «Quando um general cai prisioneiro, diz S. Boaventura, não se lhe restitui a liberdade, se antes não pagar um resgate considerável», assim nós podemos dizer na missa: «Vêde, ó Pai celeste, nós temos prisioneiro o vosso Filho único que o mundo não pode abranger: não lhe daremos liberdade, se vós nos não concederdes o que vos pedimos com tanto empenho». — Pode oferecer-se também a santa missa para **louvar** a Deus. Não se deve louvar senão quem o merece: quantas más boas qualidades tem

um homem, mais digno de louvores é; ora Deus tem *perfeições infinitas* e todas as criaturas juntas não são capazes de o louvar como merece. Louvai o Senhor, exaltai-o quanto em vós couber, diz a Escritura, porque a sua grandeza é superior a todos os louvores (Eccli. XLIII, 32); mas não há senão um meio de louvar a Deus *como merece*: é a santa missa. «Jesus Cristo no altar celebra a divindade tanto quanto ela o merece, coisa que nem os anjos, nem os santos, nem muito menos os homens poderiam fazer». Na santa missa oferece-se a Deus Pai o seu Filho único com todos os louvores e com toda a glória que ele lhe testemunhou na terra (Molina). Por uma só missa recebe Deus uma glória superior à que todos os anjos e santos do céu lhe poderiam procurar; ela é tanto maior quanto o Filho de Deus é superior a todas as criaturas (Cochem). É absolutamente impossível louvar a Deus mais do que pelo sacrifício imaculado do altar; por isso Jesus Cristo o instituiu, a-fim-de que a Igreja pudesse render a Deus uma glória digna d'ele (S. Lour. Just.). A missa é por excelência um «sacrifício de louvores» (Ver as orações da missa depois do Memento dos vivos). Pode ainda celebrar-se a santa missa para **dar graças** a Deus. «Se recebésseis de alguém grandes benefícios, seriais obrigado, sob pena de passar por ingrato, a retribuir-lhe» (Cochem), ora os benefícios de Deus são inumeráveis. Com que magnificência não ornou ele a terra e o nosso corpo! Que cuidados não tem ele para nos conservar a vida! Quantos benefícios na obra da Redenção e na instituição dos sacramentos! sem contar as graças particulares que cada um recebe de Deus. Devemos, pois, dizer d'ele o que Tobias dizia de Rafael: «Que recompensa lhe daremos? que há que possa ser digno dos seus benefícios?» (Tob. XII, 2). Ora nós temos o santo sacrifício da missa, e por ele podemos testemunhar a Deus duma maneira conveniente o nosso reconhecimento pelos seus benefícios. Com efeito, na santa missa, como na última ceia, Jesus Cristo dá graças a Deus, e, vindo de uma pessoa divina, este acto de agradecimento infinito vale mais que todas as acções de graças dos anjos e dos homens. — Se todo o exército celeste e todas as almas piedosas se unissem a vós para dar incessantemente graças a Deus, isso seria menos que uma só missa ouvida com devoção! Nem os sentimentos d'elos, nem os vossos equivaleriam às homenagens que o Filho de Deus lhe presta numa só missa (Coch.). Oh! quão grande é o amor de Deus para

connosco, revelado não só com encher-nos de inumeráveis benefícios, mas com pôr em nossas mãos o melhor meio de lhe agradecermos dignamente tanta favores! (Segneri).

2. Pode oferecer-se também o santo sacrifício em honra dos anjos e dos santos (Conc. Trid. XXII, 3).

Quando oferecemos a santa missa em honra dos santos, fazemos como quando se dá uma festa em honra de um príncipe; embora não se faça menção dêle, o príncipe aceita-a com prazer. Embora na missa não se represente senão a Paixão de Jesus Cristo, e o santo sacrifício não seja oferecido senão a Deus, contudo os santos sentem um prazer particular quando esta representação se faz em sua honra (Cochem). O santo sacrifício da missa oferecido em honra de um santo não é mais do que um **sacrifício de ação de graças e de petição** (imperatório): com êle agradecemos a Deus todos os favores que concedeu aos santos e suplicamos-lhe que nos atenda por intercessão dêles. «Não se pode prestar aos santos um serviço mais agradável do que oferecer a Deus omnisciente o santo sacrifício da missa e agradecer-lhe as graças de que os enriqueceu» (Molina). Deste modo aumenta-se o gôzo *accidental* dos santos no céu, mas não o grau da sua glória (Cochem) (1). A *presença renovada* de seu Filho causa à SS. Virgem Mãe de Deus alegrias mil vezes maiores que todos os salmos, as ladaínhas e as orações. Por isso ela vos presta seguramente mais atenção quando ouvis ou mandais celebrar uma missa em sua honra (Cochem). O mesmo sucede com os outros santos. É porque se aumenta a honra dos santos que se diz: «Mando celebrar uma missa **em honra** de tal santo». Só se oferece o santo sacrifício a Deus: a veneração do santo não é mais que um fim acessório.

(1) Santa Gertrudes, que mandava a-míúdo celebrar a santa missa em honra dos santos, recebia de ordinário pessoalmente o agradecimento dêstes príncipes do céu: durante o Ofertório apareciam-lhe como que gozando maior felicidade, ornados de vestes mais brilhantes e rodeados de servos mais dignos (Santa Gertrudes).

3. Pode também oferecer-se a santa missa pelos defuntos, que fizeram parte da *Igreja católica* e que morreram *sem estarem* pùblicamente *em estado de pecado mortal*.

Pode oferecer-se o santo sacrifício da missa pelos **defuntos** (Conc. Trid. XXII, 2). Não cabe dúvida que o santo sacrifício possa ser útil aos defuntos: tem por efeito tornar-lhes Deus mais propício do que êles mereceram por seus pecados (S. Agost.). Desde a mais remota antiguidade que existiu o costume de celebrar missas pelos defuntos e de os comemorar, como ainda hoje se faz, depois da elevação, no *Memento dos mortos*. Esta oração de intercessão foi introduzida pelos próprios Apóstolos (Tert.); era por isso que Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho, pedia que depois da sua morte se lembrassem dela ao altar: não se preocupava de vestes preciosas e do embalsamento do seu cadáver, nem de um mausoléu ou sepulcro: não pensava senão nas orações que fariam por ela ao altar (S. Agost.). Que contraste com os cristãos do nosso tempo! A Igreja não pode, em caso algum, oferecer pùblicamente a missa pelos defuntos **de outra crença**: pagãos, judeus, protestantes. «Nós não podemos estar em comunhão, depois da morte dêles, com aquêles que não estavam em comunhão connosco durante a vida» (Inoc. III). A celebração de uma missa por essas pessoas não estaria em harmonia com a doutrina católica: «Fora da Igreja não há salvação» (Greg. XVI, 1842); seria *aprovar o erro e condenar a Igreja*. Com isto dar-se-ia lugar ao indiferentismo e ao escândalo dos fiéis. De mais, francamente, não seria *ridículo* oferecer a santa missa por aquêles que durante a sua vida a consideraram uma idolatria e uma loucura? A Igreja, portanto, não é intolerante por não oferecer o santo sacrifício pelos defuntos de outra crença; intolerantes são aquêles que o reclamam. Recusando-se a celebrar missa por aquêles que tôda a sua vida viveram pùblicamente no pecado, ou pelos **suicidas** e pelos que morrem em duelo, a Igreja não pronuncia uma sentença de condenação eterna: exprime simplesmente o seu horror ao pecado.

4. O santo sacrifício da missa pode ofere-

cer-se pelos vivos, quer sejam quer não sejam membros da Igreja católica.

Pode oferecer-se o santo sacrifício pelos **vivos** (Conc. Trid. XXII, 2): em todas as missas se diz o *Memento pelos vivos*. «Não podeis orar mais eficazmente pelos vosso*s amigos* do que ouvindo ou oferecendo por êles a santa missa (Cochem); pelo simples acto de assistir à missa podeis obter a conversão de muitos *pecadore*s** e procurar o melhor alívio aos enfermos e moribundos» (Id.). Pode-se até celebrar a santa missa pelos *infieis* (a-fim-de que Deus os leve ao conhecimento da verdadeira religião), porque Jesus Cristo morreu por todos os homens e a Igreja ora por aquêles que têm outra crença, por exemplo na Sexta-feira Santa. — **Quanto mais numerosas** são as pessoas pelas quais se oferece o santo sacrifício, **menores** podem ser os frutos que cada uma dêle tira (Cochem), por isso a Igreja proíbe severamente ao sacerdote que receba mais do que uma esmola por uma só missa. Em todo o tempo a Igreja nunca ofereceu o santo sacrifício senão por algumas pessoas: ora este procedimento seria muito *imprudente*, se a missa dita por cem ou mil pessoas granjeasse infalivelmente a cada uma tantos frutos como se fôsse dita por uma só. A Igreja, que é guiada pelo Espírito Santo, não pode cometer um êrro em matéria tão importante. Não obstante, esta decisão, no pensar de alguns teólogos, não implica precisamente que a Igreja negue o valor infinito da missa e a sua aplicação possível e íntegra a vários. Como se permite o estipêndio para sustentação do sacerdote, não seria decente que o que oferece uma missa só recebesse vários estipêndios, quaisquer que sejam os frutos da aplicação a muitos. Pelos excomungados *vitandos* não é lícito celebrar em nome da Igreja.

5. Podem oferecer o santo sacrifício da missa pelos fins mencionados não só o sacerdote, mas também os fiéis que a ela assistem.

Aquêles que assistem à missa **oferecem juntamente com o sacerdote**. «O assistir à missa não é propriamente uma oração, é a cooperação no oferecimento do sacrifício divino» (Cochem), que é oferecido pelo sacerdote em nome de todos os circunstantes. O sacerdote faz pessoalmen-

te a oferta, e os fiéis fazem-na por intermédio dêle (Bento XIV). É por isso que S. Pedro chama a todos os cristãos «um sacerdócio real» (S. Ped. II; 9), assim como os Judeus no Antigo Testamento eram chamados um reino sacerdotal (Ex. XIX, 6). O sacerdote ao altar em diferentes orações da missa (*Orate, fratres*, depois do *Memento dos vivos*, etc.) chama aos assistentes «sacrificadores». O sacerdote deve ter co-sacrificadores porque nunca pode celebrar missa sem um ajudante⁽¹⁾ que representa o povo. Como os assistentes são co-sacrificadores, isto é, tomam parte com o sacerdote na acção do sacrifício, a oração dêles tem, por assim dizer, a mesma virtude que a do sacerdote; os fiéis devem sempre oferecer por uma **intenção determinada** a missa que ouvem e é deste oferecimento que depende em grande parte a utilidade do sacrifício. Pode fazer-se quer no princípio da missa, quer ao Ofertório, ou imediatamente depois da consagração quando o sacerdote faz também actos de oferecimento⁽²⁾.

8. Valor do santo sacrifício da missa

i. Como o santo sacrifício da missa tem um valor infinito, a celebração da missa e a assistência a ela têm o maior valor entre todas as boas obras.

Um sacrifício é propriamente uma dádiva que fazemos a Deus; ora uma dádiva tem tanto mais valor quanto mais nobre é quem a dá e quanto mais preciosa ela for. Quanto mais santo for quem oferece o sacrifício, quanto mais valor tiver a vítima, tanto maior será também o seu valor aos olhos de Deus; ora na santa missa o sacrificador e a oferta são de uma dignidade infinita, porque é sacerdote e vítima aquélle de quem disse o Pai celeste: «Este é o meu Filho dilecto em quem pus todas as minhas complacências» (S. Mat. III, 17): a santa missa tem, pois, **um valor infinito**. Pela missa presta-se a Deus uma honra infinita, uma glória maior do que com todas as boas obras dos santos, porque a honra que os

(1) O que só seria permitido nos países infiéis onde não poderia encontrar um ajudante.

(2) Ver na Introdução da primeira parte.

santos deram a Deus tem um valor limitado, ao passo que a honra que se presta a Deus pela santa missa tem um valor infinito, porque nela é sacrificador e vítima o Filho de Deus (Gofine). A honra que Deus recebe pela santa missa não lhe é prestada por um homem ou um anjo, mas por Jesus Cristo; só ele conhece a grandeza da majestade divina e sabe o que convém a Deus; só ele está em estado de prestar à Majestade divina a honra que lhe é devida: tudo o que os anjos e os homens fazem para glória de Deus deve ser considerado, em confronto com a honra que Jesus Cristo lhe dá, quase como nada (Cochem). — Em nenhum outro sacrifício há tão profunda humilhação da vítima, porque na missa o glorioso Filho de Deus, um Senhor de infinita Majestade, abate-se sobre o altar como um verme desprezível, diante da Santíssima Trindade (Id.). O sacrifício da missa tem o mesmo valor que o sacrifício do Calvário (S. Cris.), porque no altar Jesus Cristo oferece-se como na cruz. Perante o sacrifício da missa, os sacrifícios do Antigo Testamento desaparecem como as estrelas diante do sol: só eram agradáveis a Deus por serem figuras do sacrifício cruento de Jesus Cristo (Cochem). Oferecer a missa, ou assistir a ela, é, pois, praticar entre todas as boas obras a que tem maior valor. Como o sol vence em esplendor todos os planetas e é mais útil à terra que todas as estrelas, assim o assistir devotamente à missa é superior a todas as boas obras em dignidade e utilidade (Cochem); é acto superior em valor a todas as nossas boas obras, como o sacrifício da cruz é superior a todas as outras obras do divino Salvador. Colocai no prato de uma balança as vosas boas obras, orações, jejuns, esmolas, mortificações, e colocai no outro uma só missa, e vereis que não há igualdade, mas que o prato sobre o qual se encontra a missa descerá muito mais profundamente (S. Lour. Just.); com efeito, pelas obras de penitência, não se apresentam a Deus senão obras humanas, ao passo que com assistir devotamente à missa não se oferece uma dádiva humana, mas dádivas verdadeiramente divinas: o corpo de Cristo, o seu sangue, as suas chagas, a sua paixão, os seus merecimentos, as suas virtudes, o Filho único do próprio Deus (Cochem). «Os fiéis não podem oferecer obra mais santa, nem mais divina que o santo sacrifício (C. Trid.). A missa é o sol dos exercícios de piedade (S. Fr. de S.); tem em si um valor maior que uma peregrinação a um santuário célebre (Cochem), é mais útil que a meditação,

a mais excelente das orações, porque na meditação representamo-nos Jesus Cristo pela imaginação, e na missa Ele está pessoalmente presente aos nossos olhos (S. Fr. de S.).

2. A celebração da missa ou a assistência ao santo sacrifício tem, como *boa obra*, tanto maior valor quanto maiores são a *santidade* e a *devoção* do sacerdote e dos fiéis.

A santa missa produz um *duplo efeito*; um, essencial e absolutamente independente da dignidade do sacerdote (ver pág. 25); o outro, como *boa obra* da parte dos fiéis (Conc. Trid. XXII), dependente da **perfeição e da devoção** do sacerdote e dos fiéis. «Quanto mais santo e agradável a Deus é o sacerdote mais favoravelmente é recebido o seu sacrifício» (Card. Bona), «e vale mais ouvir a missa de um sacerdote virtuoso que a de um sacerdote tíbio» (S. Boav.). Quanto maiores são a **santidade** e a **piedade** do sacerdote e dos fiéis que com Ele oferecem, mais abundantes são os frutos e maior é o valor da missa como *boa obra* (Sporer). Já assim foi no *sacrifício da cruz*: Ele tinha uma *virtude infinita* e abria o céu, e contudo muitos assistentes, em particular o mau ladrão, não tiraram proveito algum em virtude da própria indignidade.

9. A devoção durante a santa missa

Quando falamos com alguém não nos ocupamos senão do nosso interlocutor e esquecemos as outras pessoas. Devemos proceder também assim durante a santa missa, onde, estando na presença de Deus, não devemos pensar senão n'Ele, devemos esquecer tudo o mais, e tanto mais que não podemos praticar obra mais santa, mais divina do que assistir à missa (Conc. Trid. XXII), e sem isso, não tiramos dela muito fruto.

I. Devemos estar recolhidos durante a missa (isto é: devemos *evitar* tudo o que possa distrair-nos das nossas orações) e devemos *orar*, unindo-nos ao sacerdote, sobretudo nas três partes principais.

Os mineiros não acham as pedras preciosas escondidas na terra senão com trabalho; assim nós não adquiriremos os tesouros de graças da santa missa, que é também uma mina de oiro, senão esforçando-nos por estar recolhidos. Aquél que não está recolhido durante a missa não tira dela mais proveito do que um irracional presente na igreja (Alb. Stolz). O coração do que assiste sem devoção à missa é como um caminho público onde caem os frutos da árvore de graça da missa e são logo espezinhados pelos transeuntes.

1. Quando assistimos à missa, devemos, portanto, *abster-nos* de conversar, de rir, de olhar para um lado e outro, etc.; é igualmente inconveniente apresentar-se alguém na missa *com grande pompa de vestuário, com vestidos de sensação*.

Podem aplicar-se à igreja, onde Deus reside, as palavras que o Senhor dirigiu a Moisés na sarça ardente: «*Tira o teu calçado, porque a terra que pisas é santa*» (Ex. III, 5). A indignação que sentiu Jesus Cristo quando viu os *vendilhões e compradores no templo* faz-nos compreender quanto o ofende uma conduta pouco edificante na igreja (S. Mat. XXI, 13); «*a casa de Deus é uma casa de oração; não façais dela casa de soalheiro*» (S. Jo. Esm.). Na presença de um soberano, não teríeis a audácia de rir ou conversar; não ousaríeis mesmo sentar-vos: com que respeito mais profundo deveis estar diante do rei dos reis, diante do Filho de Deus! No templo de Jerusalém 700 sacerdotes e levitas serviam cada dia; imolavam as vítimas que depois queimavam, e tudo se fazia com tanto silêncio e tanto respeito como se não houvesse ali senão um homem (Fláv. Jos.). Alexandre Magno mandou um dia imolar um touro a um ídolo; um jovem nobre que tinha na mão um facho ardente não soube atirá-lo fora antes de terminado o sacrifício, a-pesar-de lhe estar queimando a mão; quanto mais deveríamos nós, cristãos, evitar tudo o que é contrário à santidade de um sacrifício infinitamente sublime! Os primeiros cristãos guardavam durante a missa tão profundo silêncio, que se diria não estar ninguém na igreja (S. Cris.). Des-

de tempos imemoriais as pessoas piedosas têm o costume de estar de joelhos durante toda a missa, ou pelo menos desde a consagração até à comunhão (1). Aquêles que durante a missa falam e riem mereciam ser fulminados (S. Cris.). Esses não tiram fruto algum da missa; o seu coração assemelha-se a uma estrada sempre sulcada de carroagens; os frutos que caem da árvore de graças da missa são imediatamente esmagados. É muito inconveniente assistir à missa de fato pomposo e de grande toilette, como fazem, infelizmente, muitas mulheres que vão à igreja para atraírem a atenção (2). S. Ambrósio diz dessas pessoas: «Quanto mais magníficente se mostra uma mulher diante dos homens, mais abominável é diante de Deus». Muitos Papas (S. Lino) e Bispos (S. Carlos Borromeu) ordenaram que todas as mulheres estivessem na Igreja cobertas de véu. S. Paulo parece ter exigido o mesmo (I Cor. XI, 5), recordando que a natureza deu à mulher, na longa cabeleira, um véu natural (ibid. 14). É também inconveniente cuspir na igreja ou nos bancos, e sujar assim o lugar onde outros devem sentar-se, tanto mais que em certas circunstâncias estas expectorações (sobretudo sendo de tuberculosos) podem comprometer a saúde dos outros. Em algumas igrejas põem-se avisos nas paredes recomendando que se não faça isto, como contrário ao respeito devido à casa de Deus.

2. Contudo não é necessário, para nos unirmos com o sacerdote durante a missa, dizer as mesmas orações que ele diz (3).

(1) Uma piedosa imperatriz que ouvia sempre a missa de joelhos, pedindo-lhe um dia que se pouasse, respondeu: «Como? nenhum dos meus servos ousa sentar-se na minha presença e eu havia de ousar fazê-lo diante do meu Senhor e meu Deus!» Santa Isabel de Hungria, durante a missa, tirava a coroa real.

(2) S. Crisóstomo dizia um dia a uma dessas pessoas: «Boneca valiosa, é esse um vestido próprio de uma pecadora arrependida que vem à igreja pedir perdão? Vistes sem dúvida para dançar ou mostrar-vos!»—S. Tomás Moro, chanceler de Inglaterra (+ 1535), dizia a uma donzela que vestia com excessivo cuidado: «Se em recompensa do cuidado que tomais por vós Deus justo vos não der o inferno, cometerei certamente uma grande injustiça».

(3) Embora não seja necessário, é o que mais se deve recomendar (N. desta edição).

A melhor oração durante a missa é a *meditação da Paixão de Jesus Cristo*, porque a missa é a renovação do sacrifício da cruz e foi instituída para nos recordar a morte de Jesus Cristo sobre a cruz.

É falta ler sem atenção e devoção as orações da missa num livro de piedade, ao passo que aquêle que só reza mentalmente não comete falta. Em todo o caso, quem reza com os lábios deve procurar não perturbar os vizinhos com os seus murmurios. É também recomendável rezar os *mistérios dolorosos do Rosário*, porque então medita-se a Paixão do Salvador.

Pode também recomendar-se durante a missa um **canto moderado**, porque induz à devoção: é uma oração eficaz que serve admiravelmente para glorificar a Deus.

O canto eclesiástico tem uma grande vantagem: **inspira devoção**. Por isso S. Agostinho dizia: «Quantas lágrimas derramei, ó meu Deus, ao ouvir vossos hinos e vossos cânticos! Como eu me comovia quando a vossa igreja ressoava de vossos cânticos melodiosos. Esses sons distilavam bálsamo em meus ouvidos e a vossa verdade descia ao meu coração para dêle fazer saltar a chama da devoção». — Além disso, o canto é uma **oração muito eficaz** que atrai poderosamente a nós o orvalho da graça, porque o canto, *vindo do coração*, é uma *oração fervorosa*. Porque todo o sentimento interior ganha em intensidade quando se traduz em palavras ou em actos⁽¹⁾. Os santos doutores da igreja não encontram palavras suficientes para exprimirem a importância do canto litúrgico. Dizem que *acalma a cólera de Deus, afugenta os demônios e atrai os santos anjos*, e até o Espírito Santo, ao coração dos cantores; que o canto dá asas ao espírito para se elevar da terra ao céu (S. Atan., S. Bas., S. Cris., S. Ambr.); que excita nos corações o desejo das coisas ce-

(1) Santa Gertrudes teve sobre a eficácia do canto a seguinte revelação: «Um dia que ela estava cantando pareceu-lhe que todas as suas palavras se despediam do seu coração como uma lança aguda para penetrar no coração de Jesus e trespassá-lo até ao fundo: da extremidade inferior da lança caíam gotas que figuravam as graças recebidas.

lestes (Bent. XIV) e que desprende da terra (Pio IX). O coração do homem, por insensível que seja, sentirá ao menos um começo de amor do céu ao ouvir um belo cântico de igreja. Tem já acontecido fazerem êsses cânticos correr lágrimas de arrependimento e de conversão (S. Bern.). — O canto convém também ao sacrifício da missa, porque aquêle que reflecte no que se passa sobre o altar durante a missa sente-se profundamente conovido e quererá exprimir os sentimentos que se agitam no seu coração; ora sentimentos poderosos (por exemplo uma grande alegria, uma dor acabrunhadora) não se exprimem por palavras, mas *por cantos*. «Nos seus cânticos a Igreja tem pois o meio de exprimir e de comunicar, pela maneira mais terna e perfeita, os sentimentos mais íntimos e os mais inefáveis» (Amberger). Sendo o canto a expressão mais alta dos sentimentos que vêm do fundo do coração, é também o meio mais perfeito de **glorificar a majestade de Deus**. Quando a Igreja fala da glória que os anjos e os santos rendem a Deus, representa-os cantando com entusiasmo um cântico de louvores. Por isso o canto é, na santa missa, um elemento importante: a Igreja pode passar sem edifícios artísticos, pinturas, ornamentos e vasos preciosos mais facilmente do que sem o canto, essa linguagem da oração. Eis por que Jesus Cristo com os Apóstolos, celebrada a *Santa Ceia*, entoou o hino de louvor, depois do qual saíram para o jardim das Oliveiras (S. Mat. XXVI, 30). Os mais antigos autores contam que os primitivos cristãos usavam o canto no santo sacrifício; para designarem o santo sacrifício servem-se da expressão: «Cantar a Cristo um hino de louvor», e ainda hoje, na missa cantada, a Igreja faz cantar ao sacerdote as orações, a Epístola, o Evangelho, o prefácio, o *Pater Noster*. — Os cantos populares durante a missa devem, quanto possível, **harmonizar-se com as orações do sacerdote e a solenidade do dia**; não são um simples ornamento exterior, acessório do serviço divino, mas uma oração, uma oferta que deve unir-se às do sacerdote no altar. Contudo convém **rejeitar o canto continuo** durante a missa, porque assim *perturba-se a devoção* na casa de Deus. — Este costume data de Lutero, que aproveitava os cantos litúrgicos para introduzir a sua doutrina; o canto continuo servia-lhe de прégação: atraiu ao protestantismo mais adeptos pelos cânticos do que pelos sermões. Os católicos quiseram servir-se do mesmo meio para manter a doutrina da Igreja e imitaram-no; antes de Lutero can-

tava-se pouco durante a missa; por isso os cânticos dessa época são muito curtos. O canto contínuo não corresponde, pois, ao sentimento católico (1).

3. Nas três partes principais convém suspender por algum tempo o canto ou a oração, para prestar atenção ao que se passa no altar.

A Igreja deseja que suspendamos o canto ou as orações nas três partes principais e por isso no-las indica pelos toques da **campainha**. Ao Ofertório, por exemplo, o sacerdote diz: «Nós vos oferecemos, Senhor, este cálice da salvação»; os fiéis devem, pois, oferecer ao mesmo tempo, para que as palavras do sacerdote sejam verdadeiramente expressivas.

No decurso da missa é bom observar as cerimônias seguintes:

Quando o sacerdote *começa a missa* devemos fazer o sinal da cruz e determinar a intenção pela qual queremos ouvir a missa.

O sacerdote faz o mesmo (2). Em muitas igrejas quando o sacerdote se transporta ao altar segue-se o costume muito recomendável de se porem em pé os fiéis, em sinal de respeito pelo representante de Jesus Cristo.

Ao *Evangelho* estão de pé os fiéis, pelo respeito à palavra de Deus, e fazem o *sinal da cruz* sobre

(1) O povo sente Iago e canta ordinariamente muito pouco, de modo que em muitas igrejas não se ouve senão o órgão. A Santa Sé proibiu também o canto em muitas cerimónias litúrgicas, por exemplo à elevação e à bênção do Santíssimo Sacramento (Congreg. Rit. 11, julho, 1857). — Quando se canta na igreja, é necessário não gritar, nem arrastar a melodia; só gente grosseira e mal educada assim faz para ser notada. «No canto a primeira regra é ser modesto: é necessário temperar o tom, a-fim-de que uma voz demasiado forte não fira o ouvidos» (S. Ambr.). «Agradareis tanto mais a Deus, quanto mais simplesmente cantardes» (S. Boav.). Se não cantais senão para atrair louvores, vendéis a vossa voz (S. Bern.). «Quem canta bem, reza dobrado».

(2) Ver mais acima as diferentes intenções pelas quais se pode ouvir missa.

a fronte, sobre a boca e sobre o coração, para indicar que crêem, professam e querem praticar a doutrina de Jesus Cristo.

Ao Ofertório devemos oferecer a Deus as ofertas que estão sobre o altar, assim como a nós mesmos e tudo o que possuímos⁽¹⁾.

Havemos de fazer propriamente como os primeiros cristãos e oferecer algum donativo. Quando, pois, o ministro da Igreja passa pedindo esmola, dêmos alguma coisa como oblação. O que vai a um teatro ou concerto paga de boa vontade a entrada; seria, pois, uma vergonha que o cristão nunca desse uma pequenina oferenda quando assiste ao santo sacrifício, para aliviar os gastos da Igreja. Como oração, no Ofertório, se pode dizer: Aceitai, Senhor, a oblação e com ela nós mesmos e tôdas as nossas coisas. Perdoai-nos benignamente os nossos pecados e dai-nos a vossa graça. Amen. (É muito bom o oferecimento de Santo Inácio de Loiola: Tomai, Senhor, e recebei tôda a minha liberdade, etc.).

Ao *Sanctus* louvamos a Deus e saüdamos o divino Salvador, que vai em breve descer sobre o altar.

O sacerdote recita três vezes o «*Sanctus*», triságio dos anjos (Is. VI, 3), e as aclamações do povo à entrada de Jesus Cristo em Jerusalém (S. Mat. XXI, 9).

À Elevação ajoelhamo-nos e adoramos o divino Salvador presente sobre o altar.

À Elevação fazei o que o sacerdote fizer. Ele faz uma genuflexão, adorando o seu Senhor e seu Deus que tem nas mãos. Imitai os três reis Magos aos pés do Menino Jesus, e os Apóstolos no Tabor. Ao levantar-se a Hóstia podemos dizer a seguinte oração: «Adoramos-te, ó Senhor Jesus Cristo, que sob as espécies de pão aí estás

(1) Encontram-se em todos os livros de piedade fórmulas apropriadas.

presente. Tem misericórdia de nós, ó grande Deus! ajuda-nos e protege-nos de tôda a necessidade». Como o sacerdote assim deveis tu olhar a Hóstia consagrada com suma reverência e devoção⁽¹⁾. Como o sacerdote, *contemplai* ao menos em espírito a santa Hóstia que êle levanta ao ar. Jesus prometeu a Santa Gertrudes, que aquêles que assim fizessem gozariam mais intensamente a visão de Deus no céu. Se a vista da serpente de bronze no deserto tinha já tanta virtude (Núm. XXI, 9), quanto mais útil deve ser a vista, cheia de fé, da santa Hóstia. Não fica, pois, bem, quando se eleva a Hóstia, baixar a cabeça de maneira que não a vejamos (pois para isso se eleva)⁽²⁾. Convém olhar com respeito as sagradas espécies. A Elevação certos fiéis ficam *frios* como se Jesus Cristo não estivesse presente. Uma comparação vos mostrará melhor a inconveniência desta conduta. Um amigo convidou-vos muitas vezes, nas suas cartas, a ir vê-lo; comovido por essas instâncias pondes-vos a caminho para corresponder aos seus desejos, mas à vossa chegada êle não vos dá as boas vindas, não vos dirige a palavra, e deixa-vos de pé, como se fosseis um desconhecido: não vos escandalizareis com esta falta de atenção? (Cochem). Todo o céu se põe em festa e faz preparativos para a consagração, e nós, pobres filhos dos homens, assistimos a ela sem respeito, sem reflectirmos no que se passa no altar. Oh! se Deus abrisse os olhos do nosso espírito, que maravilhas descobriríamos! (id.). E é porque não temos com os nossos olhos o abatimento do Filho de Deus, que nós não prestamos atenção a um espectáculo que faz tremer os anjos! (Id.).

É útil, imediatamente depois da Elevação, oferecer ao Pai celeste, por uma intenção determinada, o Salvador que está no altar, assim como a sua Paixão e morte.

(1) Os fiéis que, à elevação da Hóstia, recitarem com fé, piedade e amor a jaculatória «Meu Senhor e meu Deus», podem lucrar indulgência de 7 anos.

(2) Em certas igrejas algumas pessoas dizem umas às outras: «Seja louvado Jesus Cristo». Não é costume louvável; é melhor calar e de alguma maneira estremecer, porque é o Rei dos reis que desce do céu como vítima e como alimento, aos fiéis, precedido pelos coros dos anjos, que cobrem o rosto com as asas e cantam com júbilo cânticos de louvor (Liturg. de S. Tiago). O Senhor está no seu templo: emmudeça tôda a terra diante d'Ele (Hab. II, 20).

O sacerdote faz também imediatamente depois da Elevação um **acto de oferta**. Nós podemos dizer, por exemplo: «Ó Pai santíssimo, eu vos ofereço o vosso filho muito amado que está sobre o altar; eu vos ofereço a sua Paixão e morte, a fim de que tenhais piedade das almas do purgatório, de meu pai enfermo, etc.; para vos agradecer todos os favores que concedestes à Santíssima Virgem; para vos agradecer a saúde que me restituistes», etc. Oh! que alegria infinita vós dais ao Pai celeste prestando-lhe a homenagem desta oferta tão preciosa! Que rica recompensa recebereis em troca (Cochem). «Se alguém pudesse dar a Deus todo o mundo, não lhe daria tanto como lhe dá oferecendo-lhe piedosamente na missa o seu Filho muito amado» (Id.). Quando se oferece a Deus Pai o sangue de Jesus Cristo, esta oferta é tão preciosa que Deus Pai não tem tesouros bastantes para a pagar (Santa Mad. de Pazi). A oferta do precioso sangue tem grande virtude para aplacar a cólera de Deus; converte uma multidão de pecadores e alivia grande número de almas do purgatório (Id.). «Quaisquer que sejam os pecados de um homem, dizia Jesus a Santa Gertrudes, ele pode sempre esperar perdão se oferece a meu Pai celeste a minha paixão e morte». Pode-se, é certo, fazer este oferecimento fora da missa, mas tem menos eficácia (Cochem).

A Comunhão devemos comungar espiritualmente, se o não fazemos sacramentalmente.

Os primitivos cristãos comungavam todas as vezes que assistiam à missa; hoje é mais raro um cristão ser tão perfeito que possa comungar todos os dias (1). A comunhão espiritual é o vivo desejo de receber Cristo sacramentado, que podemos expressar acompanhando com o sacerdote as palavras: Senhor, eu não sou digno de que entreis na minha pobre morada, mas dizei uma só palavra

(1) Contudo a disposição essencial e suficiente para comungar com proveito é a ausência do pecado mortal e a rectidão de intenção, segundo o declarou a S. C. do C., em 20 de Dezembro de 1905. Recorde-se a exortação de Plo X à comunhão frequente e diária, renovando o desejo dos Padres do Concílio Tridentino.

e minha alma será salva. (Veja-se a doutrina da Comunhão espiritual ao tratar da Eucaristia).

A Bênção do sacerdote devemos fazer o sinal da cruz e pedir a Deus a sua bênção.

Ao último Evangelho devemos fazer como no primeiro.

II. Quando numa igreja se celebram muitas missas ao mesmo tempo, deve-se prestar atenção só a uma, pelo menos principalmente.

Deve-se, quando fôr possível, prestar atenção à missa que se pode mais facilmente seguir com a vista. Em muitas igrejas onde se celebram muitas missas ao mesmo tempo, vêem-se pessoas que não fazem senão levantar-se, fazer sinais da cruz, bater no peito, etc.; é fatigar-se inutilmente e diminuir a sua devoção⁽¹⁾. Contudo quem assistisse, de facto, a muitas missas, tiraria fruto de cada uma delas, porque em tôdas o sacerdote ora pelos assistentes. — Não é pois repreensível a atenção a várias missas, sem fazer exterioridades ridículas ou querer seguir de tal sorte a muitas que não atenda a nenhuma, visto a devoção pedir certa tranqüilidade.

10. Obrigação de ouvir missa

i. O mandamento da Igreja obriga todos os fiéis, sob pena de pecado mortal, a assistir com devoção a uma missa inteira aos domingos e dias de festa⁽²⁾.

Os primeiros cristãos, que com risco da própria vida iam à missa às Catacumbas, serão os acusadores dos de nossos tempos, que por uma negligência sem limites, pelo mais fútil motivo deixam de assistir a ela nos domingos.

(1) Por isso em certas dioceses quando se dizem várias missas ao mesmo tempo, não se toca a campainha senão a uma, que é a mais solene.

(2) Ver o Segundo Mandamento da Igreja.

São dispensados únicamente aquêles que sofreriam grave dano com irem à missa, ou que são impedidos por *obras de misericórdia*.

Encontra-se em *impossibilidade* de ouvir missa aquêle que está gravemente enfermo ou vive entre heterodoxos, onde se não celebra missa alguma. Está também dispensado o que para ir à Igreja teria de sofrer **graves prejuízos**, por exemplo, na saúde, na fazenda, na honra, etc., pois Jesus Cristo disse: «O meu jugo é suave, e leve o meu fardo» (S. Mat. XI, 30). Segundo a doutrina tão autorizada de S. Afonso de Ligório (Moral, IV, 326 e seg.), desculpa-se quem está doente e não pode ir à Igreja; quem sentiria um *incômodo* certo ou mesmo provavelmente prejudicial à saúde; quem não tem *fato decente* e se exporia certamente a mofas (dano na honra); quem se exporia a sofrer muito de homens grosseiros; quem tivesse que *andar muito* (mais de uma légua) para ir à igreja, também pode muitas vezes ser desculpado, sobretudo se o tempo está muito mau⁽¹⁾. Desculpam-se também os *viajantes* que sofreriam um dano muito considerável nos seus negócios; os *operários* que os patrões obrigam a trabalhar aos domingos e dias santos, e que sem trabalho ficariam sem pão (são contudo obrigados a buscar colocação noutra parte, a fim de poderem cumprir os seus deveres cristãos); aquêle que, indo à missa, sofreria perseguições dos membros da sua família poderá às vezes ficar em casa (mas deverá procurar exercer sobre êles uma influência benéfica, instruindo-os); também pode excusar-se de ir à missa um dos membros da família (nos lugares onde há só uma missa) para ficar guardando a casa, se fôr preciso. — As **obras de misericórdia** são também desculpa suficiente; elas são também um excelente meio de servir a Deus (S. Tiago I, 27), e em certas circunstâncias, mais agradáveis a Deus que um sacrifício (S. Mat. IX, 13). São dispensados, por conseguinte: aquêles que devem tratar *doentes*, a mãe que deve ocupar-se dos seus *filhinhos*; aquêles que são indispensáveis para *prepararem as refeições* para a família. Se um *incêndio* reben-

(1) Um rei da Prússia encontrou uma vez a igreja deserta num dia de vendaval do mês de dezembro; à noite, ao invés, a-pesar das rajadas de neve ainda mais fortes, o teatro estava cheio. «Ai está — exclamou o rei — fazem-se sacrifícios pelo prazer, mas não se faz nenhum por Deus».

:a durante a missa, aquêles que podem levar socorro estão evidentemente dispensados.

2. Só ouve missa **inteira** quem assiste na igreja às três partes principais da mesma missa, sem omitir parte alguma considerável.

É necessário, pois, estar presente às **três partes principais**. Quem omite uma voluntariamente não cumpriu o seu dever: por isso é que não se deve chegar depois do ofertório, nem sair antes da comunhão. Em geral, o mesmo se diz de quem omite tudo o que precede o Evangelho e *ao mesmo tempo* tudo o que se segue à comunhão; chegar depois do Evangelho é já omitir uma parte considerável da missa. Os que estiverem nestas circunstâncias devem ouvir outra missa, se puderem. — Deve-se assistir às três partes principais da **mesma missa**. Não basta, portanto, assistir a *uma* missa desde a Elevação até ao fim, e a *outra* desde o princípio até à Elevação (Inoc. XI), porque o cristão não deve separar o que Jesus Cristo uniu: quem chega só depois do Ofertório é obrigado a assistir a *outra missa inteira*. — Deve-se assistir à missa **na Igreja**, porque a oração de um povo reúnido é soberanamente poderosa: onde estão reunidas duas ou três pessoas, Jesus Cristo será no meio delas (S. Mat. XVIII, 20). Não basta ficar em pé ou sentado fora da igreja a não ser que uma multidão muito grande impeça a entrada. Em muitas paróquias existe o abuso de ficar durante a missa diante da igreja no adro. Para destruir esse abuso, S. João Esmoler, patriarca de Alexandria (+ 619), em vez de celebrar a missa na igreja misturou-se com os fiéis que haviam ficado fora. Admiraram-se estes daquele procedimento, mas o santo disse-lhes: «O pastor deve estar no meio das suas ovelhas: se ficais aqui, fico aqui também, se entrareis na igreja, entrarei convosco». Estas palavras lograram pleno êxito, pois desde aquelle dia nunca mais se viu ninguém fora da igreja durante a missa.

3. Não se assiste **devotamente** à missa senão evitando o que pode distrair na oração e unindo-se ao sacerdote, sobretudo nas três partes principais da missa (1).

(1) Sobre a devoção durante a missa, ver pág. 48 desta terceira parte.

4. Pode-se ouvir missa em qualquer igreja aos domingos e dias santos, mas é conveniente assistir a ela na própria paróquia.

O Concílio de Trento deseja que os fiéis freqüentem a sua igreja paroquial, sobretudo aos domingos e dias santos (Conc. Trid. XXII). Nesses dias o pároco oferece o santo sacrifício por todos os seus paroquianos vivos e defuntos, e cuida nos seus sermões das necessidades das suas ovelhas; é na igreja paroquial que se anunciam os casamentos, os dias de jejum, as solenidades e os decretos eclesiásticos, e que os paroquianos podem aprender a conhecer o seu pároco, que é o seu pastor e pai espiritual. Mas não existe mandamento que obrigue a assistir à missa na paróquia, o que seria, aliás, contrário ao costume universal (Bent. XIV). Pode-se também ouvir a missa numa capela pública (Id.), ou semi-pública (Leão XIII), como nos hospitais, casas de educação, escolas, etc.

5. Recomenda-se muito que se ouça missa todos os dias, tanto quanto possível, porque deste modo participa-se de grandíssimas graças.

Se a missa só se dissesse num lugar, se não houvesse senão um sacerdote para a celebrar, com que diligência os cristãos acorriam a ela! Ora hoje o santo sacrifício é oferecido em todos os lugares e por numerosos sacerdotes! e nunca se depolará bastante essa tibieza, essa preguiça que resultam da facilidade de ouvir missa todos os dias! (T. Kemp.). Muita gente considera perdida a meia hora que consagra à missa e não ao trabalho; e contudo não é assim, nada se perde, porque se **trabalha melhor** quando se tem ouvido missa. Não disse porventura Jesus Cristo: «Procurai primeiro o reino de Deus e o resto vos será dado por acréscimo!» (S. Mat. VI, 33). Sofreis o maior dos danos quando descurais o assistir ao Santo Sacrifício; se chovesse ouro deixaríeis certamente o vosso trabalho para recolher êsses tesouros, seria insensatez ficardes na vossa ocupação; mas sois por igual insensatos quando por preguiça descurais o assistir à missa, onde correm torrentes de ouro celeste (Cochem). Descurando o assistir à missa, privais-vos de um benefício cem vezes maior que o que tirais do vosso trabalho quotidiano. O loucura! O cegueira!

dos homens! Preferem perder os mais preciosos tesouros antes que algumas moedas de dinheiro (Id.). Disponde, portanto, o vosso trabalho de maneira que possais ouvir missa todos os dias, e, se não podeis, dai esmola a um pobre, para que assista à missa por vós: êle o fará de boa mente, e assim participareis de graças abundantes (Id.). Com efeito pode-se aplicar a outrem a assistência à missa como qualquer outra boa obra, sem perder com isso⁽¹⁾. O sacerdote mesmo supõe, na oração depois de *Sanctus*, que os assistentes oferecem êste sacrifício de louvor por êles mesmos e por todos os seus. Sobretudo não vos deixeis desviar do serviço de Jesus Cristo pelas murmuracões dos homens: se vos envergonhásseis do divino Salvador, êle um dia se envergonharia de vós (S. Luc. IX, 26⁽²⁾).

11. Tempo da santa Missa

A hora, o dia, quantas vezes por dia

1. A missa pode começar-se desde uma hora antes da aurora, até à uma hora depois do meio dia (cân. 820); no Natal, à meia noite.

Os primeiros cristãos celebravam os santos mistérios quâsi sempre de noite, para estarem mais a salvo das surpresas dos pagãos; mais tarde celebravam-se ainda durante a noite em diversas épocas do ano, por ex. no Natal, no sábado de Aleluia, na festa de S. João Baptista, e nos sábados das Quatro Têmperas.

2. O santo sacrifício celebra-se a uma hora oportuna para a assistência dos fiéis em tôdas as paró-

(1) Ver mais acima o capítulo: «Oferecimento da missa».

(2) S. Luís, que cada dia ouvia uma ou mais missas, tendo sabido que êste costume provocara murmuracões dos seus cortesãos, disse aos da sua comitiva: «Como essa gente se inquieta sem razão! se eu passasse no jôgo ou na caça o dôbro do tempo, de-certo ninguém diria nada». — Como dissessem a S. Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, que o assistir à missa não convinha à sua alta posição, respondeu êle: «Tenho por grande honra, pelo contrário, o poder prestar tão pequeno serviço ao maior de todos os Senhores».

quias nos domingos e dias santos, e além disso em quase todos os dias da semana.

Todos os domingos e dias santos todo o *padre*, que tem cura de almas, é obrigado a dizer missa (Conc. Trid. XXIII, 14) e mesmo em virtude das suas funções é obrigado a dizê-la por todos os seus fregueses vivos e defuntos (Conc. Trid. XXIII, 1). As missas que os párocos têm obrigação de celebrar chamam-se *missas paroquiais*. Dizem-se sempre a horas em que os paroquianos possam facilmente ir à igreja.

3. Nenhum sacerdote pode dizer *mais do que uma missa por dia*.

Só no dia de Natal e de Finados todo o sacerdote pode dizer três missas. Em certas paróquias muito extensas os párocos podem *binar*, isto é, celebrar duas vezes missa com licença do bispo, aos domingos e dias santos.

No princípio da Idade Média os sacerdotes tinham-se habituado a dizer muitas missas umas após outras; para combater os abusos que daí muitas vezes resultavam, Inocêncio III proibiu que se celebresse mais do que uma vez por dia, mas permitiu as três missas do Natal. Bento XIV permitiu, além disso, aos sacerdotes de Espanha e de Portugal que celebrassem três missas no dia dos Fiéis defuntos (1748), concessão agora extensiva a todo o mundo (cân. 806). Contudo o *padre* não é obrigado a celebrar, nem os fiéis a ouvir três missas do Natal, e menos ainda em dia de Finados. Os sacerdotes das grandes paróquias obtêm do bispo licença para *binar* na mesma igreja, ou quando é demasiado pequena para conter todos os fiéis ou quando é necessário haver duas missas a horas diferentes, para que possam revezar-se os paroquianos e assistir todos. Às vezes é também necessário celebrar em igrejas diferentes (coisa freqüente nas freguesias rurais) para que possam assistir os que vivem em casais ou povoados distantes.

Por outro lado, nenhum sacerdote pode celebrar missa na Sexta-feira Santa. Na Quinta-feira

Santa e no Sábado de Aleluia só pode haver em cada igreja paroquial (ou de regulares) uma missa solene.

Se a festa da *Anunciação de Nossa Senhora* cai em quinta-feira Santa pode-se celebrar mais do que uma missa; mas se cai em sexta-feira Santa ou Sábado de Aleluia fica adiada para a segunda-feira a seguir ao domingo de Pascoela (Congr. Rit. 10, dez. 1733).

12. Lugar do Santo Sacrifício

1. Os Apóstolos celebravam o Santo Sacrifício nas casas, *sobre mesas*.

(Ver Act. II, 46; Col. IV, 15). Ainda hoje se mostra em Roma na igreja de Latrão a Mesa sobre a qual S. Pedro, segundo a tradição, celebrou a missa. O concílio de Niceia (325) fala de uma mesa *santa* sobre a qual o sacerdote imolava de uma maneira incruenta o Cordeiro de Deus, cujo corpo e sangue os cristãos recebiam. Serviam-se de uma mesa, porque Jesus Cristo, na *última ceia*, oferecera o Santo Sacrifício sobre uma mesa⁽¹⁾, e a-fim-de que os fiéis, no tempo de perseguição, pudessem facilmente escondê-la ou transportá-la para outra parte.

2. Na época das grandes perseguições celebrava-se o Santo sacrifício nas *Catacumbas* (corredores subterrâneos), sobre os **túmulos dos mártires.**

Daí vem a *forma de túmulo* que se dá ainda hoje ao altar e o uso de depor nos altares as *reliquias* dos mártires, uso que nos recorda também a nossa comunhão com os santos do céu⁽²⁾. É por esse mesmo motivo que mais tarde se construíram as igrejas sobre os túmulos dos santos (S. Pedro de Roma), e que nelas se enterraram os mártires e os cristãos ilustres; daí também o costume, nos funerais, de cantar a missa de *Requiem em presença do*

(1) Esta mesa de cedro mostra-se ainda no tesouro da basílica de Latrão.

(2) O sacerdote beija muitas vezes o altar para venerar as reliquias e porque a pedra do altar é figura de Cristo.

cadáver. — Como nas galerias subterrâneas os cristãos precisavam de *luzes* para o santo sacrifício, a Igreja conservou as velas no altar durante a missa. As luces são emblema da *graça divina*, luz e calor, que nos é comunicada com abundância durante a santa missa; indicam também a presença da *luz do mundo*, isto é, do Homem Deus, que nos iluminou com o seu Evangelho. A luz é também símbolo da alegria, pois a do sol nos alegra, ao contrário do que fazem as trevas. Assim é costume constante entre os povos acender muitas luces para significar o júbilo em faustos acontecimentos. (Por isso as fogueiras nos montes, as danças à luz dos archotes, a iluminação dos edifícios, etc.). Por esta razão a profusão de lumes é tanto maior na igreja quanto maior é a solenidade que celebramos; por isso também se acendem luces ao ler-se o Evangelho na missa, em prova da alegria pela palavra de Deus que ilustra o nosso entendimento. Usam-se luces de cera porque esta é o produto mais puro do reino animal, como o azeite o é do reino vegetal. (De que maneira o círio representa Cristo declarar-se-á ao tratar-se da procissão da Candelária).

3. Quando acabaram as perseguições, celebrou-se a missa nas igrejas sobre **altares** de pedra, que têm a forma de mesa ou de sepulcro.

No Antigo Testamento fazia-se um altar com pedras ou um pequeno montão de seixos, aplanado na parte superior, que se cobria com ornamentos; Noé levantou ao sair da arca um destes altares, e assim Abraão, Isaac, Jacob, Moisés, noutras circunstâncias. No templo de Jerusalém encontravam-se dois altares, o dos holocaustos no vestíbulo e o do incenso no santuário. — Os altares devem ser todos de pedra; pelo menos é necessário um **quadrado de pedra** consagrada (pedra de ara) pelo bispo, e que contenha relíquias de santos em uma pequena cavidade; sobre esta pedra é que se coloca a hóstia e o cális, porque Jesus Cristo, que deve repousar sobre o altar, é o fundamento e a pedra angular da Igreja (Ps. CXVII. 22). O altar deve ser também coberto com **três toalhas de linho**, a fim de absorver o precioso sangue, se sucedesse derramar-se, e também para que Jesus Cristo repouse sobre o altar como estava no presépio e no túmulo. A toalha deve ser branca para simbolizar a pureza e a santidade da vítima. Sobre cada altar é absolutamen-

é necessária **uma cruz**, porque o sacrifício do Calvário renova-se ali, e **duas velas** de cera. O altar ordinariamente está colocado de maneira que o sacerdote olha para o **Oriente**, porque durante o sacrifício é necessário elevar o coração e as mãos para Aquél de quem provém toda a luz espiritual. O altar é **elevado**, primeiro por causa da sua dignidade; depois, para que os fiéis possam ver todas as cerimónias, e, finalmente, porque Ele é figura da montanha sobre a qual se realizou a obra da redenção. Os **degraus** do altar advertem-nos ainda de que é preciso elevar-nos até Jesus Cristo praticando a virtude.

As **Igrejas** são ordinariamente construídas em sítios elevados ou no meio das povoações e as antigas, pela maior parte, são em estilo românico ou gótico.

Construíram-se as igrejas em **sítios elevados** ou colinas, porque se consideravam as alturas como lugares sagrados: foi sobre montanhas que Deus se revelou no Antigo Testamento; foi sobre montes que Jesus Cristo orou; sobre um monte se erguia o templo de Jerusalém, figura da Igreja cristã, que, segundo as palavras de Jesus Cristo, deve repousar sobre uma rocha. As alturas convidam também particularmente à **oração**: aí está-se longe do rumor do mundo e muito mais perto de Deus, e Jesus mesmo ofereceu o seu sacrifício cruento sobre uma colina. Isaías chama à igreja «monte da casa do Senhor». Se as igrejas se encontram **no centro das vilas e aldeias**, de que são o mais belo ornamento, é para fazer compreender que o Bom Pastor está no santo sacramento do altar, no meio das suas ovelhas (1). — A palavra **igreja** querer dizer congregação ou assembleia (do grego *Ekklesia*) e

(1) É necessário distinguir as capelas das igrejas; ao passo que nas igrejas se celebra o serviço divino e se conserva constantemente o SS. Sacramento, as capelas muitas vezes não são mais do que santuários para exercícios de piedade. São pequenos edifícios nos caminhos públicos (capelas públicas), ou salas particulares nas habitações (capelas particulares), nos paços dos reis, dos príncipes, dos bispos, etc. ou em estabelecimentos públicos, hospitais, escolas, etc. (capelas semi-públicas). Não se pode celebrar a santa missa senão em capelas que obedecem a certos requisitos, os quais vêm expressos nos breves ou documentos que as autorizam.

aplica-se ao lugar destinado à reunião dos fiéis. Chama-se também à **igreja** «casa de Deus». As igrejas ordinariamente são *igrejas paroquiais* ou *igrejas conventuais*, as dos bispos chamam-se *catedrais*, porque o bispo tem nelas a sua cadeira; algumas igrejas grandes chamam-se *basílicas* (de *basileys*, em grego: rei) porque nos primeiros séculos foram estabelecidas em certos edifícios espaçosos destinados à administração da justiça real; não se chamavam *templos* (contemplar), porque este nome designava vulgarmente a habitação dos ídolos. — Muitas igrejas são em estilo **românico**, com arcos de abóbada redondos, paredes muito maciças, janelas raras e pequenas, ornadas apenas no interior. — A maior parte das grandes igrejas (1) são em estilo **gótico**, com arcos ogivais, numerosos pilares, janelas grandes e com vitrais de côn. O interior e o exterior são ornamentados com arte consumada; todas as linhas nesse estilo tendem para o alto para se unirem longe de nossos olhares. Este simbolismo nota-se não só nas paredes e nas colunas, mas também nas janelas e torres, etc., lembra uma alma a levantar o vôo para o céu e recorda ao visitante que é *viajante* sobre a terra, e que deve dirigir seus passos para a pátria celeste onde se reunirá no amor aos santos que o esperam no céu. É gótico o templo da Batalha.

O interior e o exterior da igreja são dispostos de modo que nos inspirem devoção.

Exterior. A igreja de ordinário é maior e *mais elevada* que os outros edifícios, porque é a habitação do Altíssimo; está voltada para o *Oriente*, porque nela se adora o sol de justiça, Jesus Cristo; tem a *forma de uma cruz*,

(1) As maiores igrejas do mundo são: S. Pedro de Roma, que pode conter 100:000 pessoas; S. Paulo na mesma cidade (40:000), a catedral de Milão (37:000), as catedrais de Colónia e Estrasburgo (30:000), a igreja de Santo Estêvão, em Viena (12:000). — A mais alta é a de Colónia cujo zimbório se eleva a 156 metros. O de Estrasburgo a 142 metros, o de Viena a 137 m.; S. Pedro de Roma a 136. O maior sino é o de Colónia que pesa 27:000 kg. O da igreja do Sagrado Coração de Montmartre é quase do mesmo tamanho. A igreja de Santo Estêvão de Viena tem um sino de 18:000 kg. Dizemos ainda que Moscovo possui um sino de 50.000 kg., de 7 metros de altura e com um diâmetro de 6. Em Portugal devemos mencionar como templos monumentais o da Batalha, o de Mafra (cujo carrilhão é dos mais notáveis) e o dos Jerónimos, além de outros.

porque nela se renova o sacrifício da cruz e se prega a doutrina do Crucificado; tem uma torre que, como o dedo indicador, nos mostra a pátria e parece dizer-nos: «Procurai as coisas do alto» (Col. III, 1). A torre encerra os sinos,⁽¹⁾ que chamam para os ofícios divinos ou para a oração, e com seus sons majestosos realçam a solenidade das festas. A torre é encimada por uma cruz, porque na igreja se prega o Crucificado e porque Jesus Cristo crucificado reconciliou o céu com a terra; muitas vezes tem um relógio, que nos adverte que aproveitemos as horas da vida. — O interior da igreja divide-se em três partes: o pórtico ou vestíbulo, a nave (o corpo) e o presbitério (reservado aos sacerdotes), com o que se assemelha à arca de Noé, que também estava repartida em três compartimentos. O vestíbulo, onde estavam outrora os catecúmenos e os penitentes, exorta-nos ao recolhimento antes de entrarmos na igreja; a nave, muitas vezes ladeada de outras naves, é para os fiéis como que o navio onde devem navegar para o porto da eternidade, ou acolher-se nêle para se salvarem da perdição eterna, como na arca de Noé. — O presbitério está separado da nave pela mesa da comunhão (dantes era uma cortina: teia) e é reservado aos sacerdotes; também se lhe dá o nome de côro, porque antigamente servia também para os cantores, os quais tomavam lugar diante do altar. — No interior da igreja encontra-se muitas vezes uma grande cruz sobre o altar, para nos recordar imediatamente quem é o dono da casa; uma pia de água benta junto da porta, para que tomado água benta nos lembremos de que é preciso ter o coração puro para comparecer diante de Deus; um ou mais altares; no altar-mor o tabernáculo onde se conserva o SS. Sacramento e diante do qual arde continuamente uma lâmpada, a qual mostra que a «luz do mundo» se encontra sobre o altar (em muitas igrejas guarda-se o Santíssimo em uma capela lateral, destinada à comunhão, para evitar irreverências); imagens ou estátuas dos anjos e dos santos, presentes invisivelmente nas funções; um púlpito, pia baptismal, confessionários, bancos para o povo, às vezes bandeiras, troféus de antigas vitórias ganhas em lutas heróicas, que simbolizam o triunfo do cristianismo e nos recordam o nosso dever de combater o demônio e as nossas más paixões. As igrejas têm quase todas

(1) Antes da invenção dos sinos davam-se aqueles sinos batendo em chapas de metal, fazendo girar matracas, ou tocando uma buzina.

órgão (invenção do século XIII) e a maior parte delas têm vitrais pintados, pelo menos no côro; a luz difusa que espalham simboliza o conhecimento imperfeito das coisas divinas ao qual estamos reduzidos neste mundo. — Aquêles que dizem que não têm *precisão de ir à igreja*, porque em toda a parte podem orar a Deus, esquecem completamente que Jesus Cristo está ali presente sob as espécies sacramentais, que ali se nos inspira mais piedade e que a oração feita no lugar sagrado tem muito mais virtude, e, enfim, que a Igreja ordena, sob pena de pecado mortal, que se vá à missa aos domingos e dias santos. É muito bom, além disso, rezar também fora da igreja; quem tem esse costume nunca deixa de a freqüentar.

Tôdas as igrejas e todos os altares devem ser *santificados* por uma sagrada ou bênção particular, antes de nêles se celebrar missa.

Moisés, por ordem de Deus, consagra o *Tabernáculo* (Ex. XL, 9), e Salomão o templo que havia construído (III Reis, VIII). O segundo templo foi mesmo novamente consagrado, porque fôrâ profanado pelo rei Antíoco, que nêle mandara colocar um ídolo, e os Judeus celebravam todos os anos a festa da dedicação. — Só o *bispo* (1) tem poder para fazer a *consagração de uma igreja*, que consiste nas seguintes principais cerimônias: o bispo prostra-se diante da porta principal e recita as ladaínhas dos santos; depois dá *três voltas*, aspergindo as paredes com água benta, ao redor da igreja pelo exterior (para nos recordar o Deus trino em pessoas que ali deve ser adorado). Ao passar junto da porta bate nela com o báculo fazendo com êle um sinal da cruz no limiar, para figurar o poder da cruz ao qual nada pode resistir; entra finalmente na igreja e ajoelha para invocar o Espírito Santo. Escreve em seguida numa camada de cinzas (2), que cobre o chão em forma de cruz o alfabeto grego e o latîno (3), e em seguida dá *três voltas* à igreja, pelo lado de dentro, aspergindo as paredes com água benta, depois percorre a nave em forma de cruz, para recordar os mistérios da Santíssima Trindade e da Cruz de Jesus Cristo.

(1) Um sacerdote pode benzer, mas não sagrar, uma igreja com autorização especial.

(2) Só a penitência e os sofrimentos conduzem ao céu.

(3) Todos os povos da terra são chamados à Igreja.

Faz em seguida sobre as paredes, em recordação dos Apóstolos, que nos trouxeram a luz da fé, unções em doze sítios onde ardem velas, e começa a consagração do altar. Desde a mais remota antiguidade o aniversário da *dedição* celebrava-se em todas as paróquias; mas por causa dos abusos que se introduziram, não se celebra já senão uma festa da dedicação única para todas as igrejas de uma nação (todavia as catedrais e basílicas celebram a festa particular de sua *sagração* ou *dedição*). — Se se comete publicamente um *crime* na igreja: assassinio, suicídio, etc., a igreja é profanada e deve imediatamente ser encerrada até à sua *reconciliação*.⁽¹⁾ — Por exceção, e com autorização expressa do bispo, pode-se celebrar missa *fora da igreja*, em tempo de guerra, depois de um incêndio; em grandes solenidades a missa diz-se muitas vezes *ao ar livre*⁽²⁾ (missa campal). No mar não se pode celebrar missa senão com licença do papa. A falta de altar fixo, serve-se o sacerdote de *um altar portátil*, que é uma pedra quadrada, consagrada pelo bispo, de tamanho suficiente para receber o cális e a hóstia.

13. Vestimentas e vasos sagrados

Quando se é recebido em *audiência* por um rei da terra, vestem-se em sinal de respeito fatos de festa; o sacerdote faz o mesmo quando aparece no altar em presença do maior dos reis. Estas vestes especiais do sacerdote no altar indicam também que ele *não opera em seu próprio nome*, mas como representante de Jesus Cristo. — No Antigo Testamento já Deus havia prescrito aos sacerdotes vestes particulares para o serviço divino (Ex. XXVIII, 4), no Novo foram os Apóstolos que inauguraram as vestes litúrgicas (Conc. Trid. XXII, 5).

i. Na missa o sacerdote reveste-se dos seis or-

(1) Quando se demoliram as paredes para as reconstruir, ou quando se fizeram grandes reparações que fazem perder a forma primitiva, é necessária nova *sagração*.

(2) Em 1904, no monte Sameiro, perto de Braga, foi rezada ao ar livre uma missa perante mais de 400.000 fiéis. Nem uma igreja com o dôbro da capacidade de S. Pedro de Roma teria bastado para conter tão grande multidão. Nas grandes peregrinações de Fátima, celebram-se também missas ao ar livre perante centenas de milhares de pessoas.

namentos seguintes: o *amito*, a *alva*, o *cordão* ou *cíngulo*, o *manípulo*, a *estola* e a *casula*.

Estes ornamentos são na maior parte de origem oriental. O *amito* é um pano de linho branco de que os Orientais se serviam para cobrir o pescoço, e com que os sacerdotes *envolviam a cabeça* (como o capuz dos religiosos) para serem menos facilmente distraídos durante o sacrifício. Este costume foi conservado em várias ordens religiosas, mas hoje não se coloca senão sobre o pescoço e os ombros. — A *alva* é uma veste de linho branco que desce até aos pés. No Oriente era uso vestir uma longa veste branca em certas circunstâncias, por exemplo nos casamentos, em que o convidado recebia a veste nupcial em casa dos esposos. Jesus Cristo faz alusão a esse uso na parábola do festim das bodas (S. Mat. XXII, 12). — O *cíngulo* ou *cordão* serve para segurar as longas pregas da veste, que impediria o passo ao sacerdote. Os Orientais cingem assim a veste *para as suas viagens e ocupações*; foi assim que Tobias, procurando um companheiro, encontrou um jovem com os rins cingidos e pronto para caminhar (Tob. V, 5). O simbolismo d'este vestido foi indicado por Jesus Cristo mesmo, quando disse: «Cungi vosso rins» (S. Luc. XII, 35). — O *manípulo* era primitivamente um lenço de linho que o sacerdote levava no braço esquerdo para *limpar o rosto*; simboliza o feixe de boas obras que se deve apanhar. — A *estola* provém sem dúvida da guarnição da antiga toga, insignia da mais alta dignidade romana. Com as suas duas extremidades pendentes do pescoço sobre o peito, é o símbolo da *dignidade sacerdotal*: o sacerdote serve-se dela em todas as funções litúrgicas. — A *casula* é uma veste munida de uma abertura para a cabeça, que cobre o peito e as costas, descendo até aos joelhos. Primitivamente era um longo manto fechado de todos os lados, donde vem o seu nome de *casula*, que quere dizer *casa pequena*. — Fora da missa o sacerdote traz nas suas funções uma túnica de linho, mais curta que a *alva*, chamada *sobrepeliz* ou *roquete*, e nas ocasiões solenes uma *capa* ou *pluvial* (espécie de manto). As vestes especiais do diácono e do sub-diácono são a *dal-mática* e a *túnica*.

Tôdas as vestimentas do sacerdote ao altar lhe recordam a *Paixão de Jesus Cristo* ou os seus próprios deveres.

O *amito* ou *umeral* recorda o véu com que os soldados cobriram o rosto de Nosso Senhor; a *alva*, a veste de ignomínia que Herodes lhe mandou vestir; o *cordão*, as cordas com que os soldados o amarraram; o *manípulo*, o véu da Verónica; a *estola*, a cadeia que Jesus Cristo levou depois da sua condenação; a *casula*, com a cruz, recorda o levar da cruz. — O *amito* exorta⁽¹⁾ o sacerdote à *piedade* (modéstia dos olhos); a *alva*, à *pureza* do coração; o *cordão*, à *castidade* (à mortificação) e à *preparação para a morte* (viagem para a eternidade); o *manípulo*, às *boas obras*; a *estola* recorda-lhe a sua alta *dignidade*; a *casula*, o seu fardo (os graves deveres do seu estado).

2. Os **vasos sagrados** mais importantes são no culto divino o *cális*, a *patena*, o *cibório* (píxide) e a *custódia*; o livro que serve na missa chama-se *missal*.

Nos primeiros séculos os cálices eram de pedra, de vidro, de madeira, de bronze e de barro. Segundo a disciplina actual, a copa do cális deve ser de *ouro* ou de *prata* e *dourada* no interior; o estanho é permitido nas igrejas pobres. — A *patena* é um pequeno prato de *ouro* ou de *prata* *dourada*, sobre o qual se depõe a hóstia: o cális e a patena devem ser consagrados pelo bispo. — O *cibório* é um cális grande onde se conservam as santas hóstias para a comunhão dos fiéis. — O *ostensório* (ou *custódia*) é uma peça de ourivesaria, muitas vezes em forma de sol, em que se expõe a sagrada Hóstia à vista dos fiéis. O *missal* contém as orações comuns a todas as missas e as particulares dos diversos tempos e festas do ano. Os mundanos repetem muitas vezes o que Judas dizia, vendo a Madalena derramar perfumes sobre a cabeça do divino Salvador: «Para que serve este desperdício?» Esquecem completamente que a beleza da casa de Deus e dos objectos que ela contém contribui poderosamente para alimentar a *piedade*. O nosso culto tão belo produz em nós, e mesmo nos que têm outras crenças, uma impressão à qual se não resiste. É, aliás, justo empregar no serviço de Deus o que há mais precioso de tudo o que

(1) Esta exortação é contida na oração que o sacerdote diz ao vestir cada um dos paramentos.

dêle vem (1). Para Deus e para o seu culto convém empregar tudo o que há mais belo e mais rico: seria porventura justo que a casa de Deus fôsse menos adornada que a casa dos ricos?

14. Côn das vestimentas sacerdotais

Entre os *Judeus* os sacerdotes, por ordem de Deus, usavam vestes de diferentes côres (Ex. XXVIII, 39); o branco, o vermelho, e o azul desempenhavam no templo papel importante. — Os pagãos também exigiam que as vestes dos seus sacerdotes fôsssem brilhantes de alvura. É por isso, sem dúvida, que os primeiros cristãos, anteriormente judeus e pagãos, empregavam diferentes côres no culto divino. *Aquêles que servem a Deus no céu* estão vestidos com magnificência (de virtudes e dons sobrenaturais) e o trono de Deus está rodeado de um arco-íris de sete côres (Apoc. IV); ora a Igreja militante da terra, que é uma imagem da Igreja triunfante, quis recordar esta descrição do céu pelo emprêgo das côres litúrgicas, que muito concorrem para o esplendor do culto. O segundo motivo é que a própria terra, em virtude da sua rotação ao redor do sol, muda de côn segundo as estações; a Igreja, que gosta de seguir a marcha da natureza como se vê na harmonia das principais festas com as diferentes partes do ano, sentiu-se levada a variar as suas côres no culto, que é o seu movimento em torno do sol de justiça. Os homens são de seu natural levados a tornar conhecidos os seus sentimentos pela diversidade das côres, e a Igreja, que se adapta de boamente aos desejos inocentes da *natureza humana*, escolheu certas côres para o culto divino.

I. As côres litúrgicas são: o branco, o vermelho, o verde, o violáceo (roxo) e o negro (e azul) (2).

(1) Frederico o grande, rei da Prússia, tendo assistido um dia a uma missa católica, exclamou, segundo se diz: «Os outros tratam a Deus como seu criado ou semelhante, mas os católicos tratam-no verdadeiramente como Deus».

(2) Alguns místicos viram na própria criação o simbolismo das côres litúrgicas. Deus criou primeiro a luz (branco), que separou das trevas (negro). No segundo dia criou o azul do firmamento, do qual se-

A cõr **branca**, cõr da *luz e da claridade*, é símbolo das alegrias eternas (da claridade no céu), da inocência e da pureza (que são sempre acompanhadas de uma viva iluminação da inteligência). — O **vermelho** é a cõr do fogo e do sangue, e torna-se símbolo do amor e do martírio. — O **verde**, cõr da primavera, é emblema da esperança. — O **azul** é a cõr do céu e da água; simboliza a fé. — O **violáceo (roxo)**, cõr do crepúsculo, é cõr triste e significa penitência e purificação, e consequintemente a humildade. — O **negro**, atributo da noite, representa a morte que extingue a luz da vida. Significa também a tristeza, porque a obscuridade entristece ordinariamente o coração, ao passo que a luz o alegra.

1. A cõr **branca** usa-se nas festas de Nossa Senhor, da Santíssima Virgem, dos Anjos e dos Confessores⁽¹⁾.

Jesus Cristo é a *Luz do mundo*, isento de todo o pecado. — A Virgem santa deu à luz a «Luz do Mundo» e foi preservada da mancha do pecado original. — Os anjos encontram-se na luz eterna e gozam de uma santidad perfeita: aparecem quásí sempre revestidos de roupagens brancas e assim costuma representá-los a arte cristã, tão expressiva no seu simbolismo. — Os santos confessores resplandeceram já sôbre a terra de grande claridade e fizeram brilhar diante dos homens a luz das suas boas obras. — Na festa da *Natividade de S. João Baptista*, a-pesar-de êle ter sido mártir, a Igreja serve-se da cõr branca, porque êle foi santificado já antes de nascer.

2. A cõr **vermelha** usa-se no dia de Pentecostes e nas festas dos Mártires.

parou as águas azuladas; no terceiro dia criou os vegetais que são de cõr verde e, no quarto, os astros, cõr de fogo (vermelho).

(1) Por privilégio especial algumas igrejas usam a cõr azul na missa da Imaculada Conceição. Em Portugal goza dêste privilégio a capela da Universidade de Coimbra. (O simbolismo desta cõr consiste em recordar que na Imaculada Conceição tudo foi celestial, e o azul é a cõr do céu).

N. do T.

No dia de Pentecostes o Espírito Santo, que acende em nossos corações o fogo do amor de Deus e do próximo, desceu sobre os Apóstolos em forma de línguas de fogo. — Os santos mártires derramaram o seu sangue por Jesus Cristo e mostraram assim o seu imenso amor, porque ninguém tem mais amor do que quem dá a própria vida por Jesus Cristo. Serve ainda a côr vermelha para as festas da Santa Cruz, em memória do sangue que Jesus Cristo nela derramou por todos nós.

3. A côr **verde** usa-se nos domingos depois da Epifania e nos domingos depois de Pentecostes (antes da Quaresma e do Advento).

Nos domingos depois da Epifania a Igreja celebra a primavera, isto é, a juventude de Jesus Cristo e a sua entrada na vida pública, que deu ao mundo a esperança da salvação; nos domingos depois de Pentecostes a Igreja celebra a sua própria juventude ou *primavera*, isto é, a germinação do grão de mostarda do reino de Deus.

4. A côr **violácea** (roxa) serve no tempo do Advento, durante a quaresma e nos dias de jejum e nas Rogações.

O Advento é a época da *expectação e do desejo* do divino Salvador e da *penitência* dos pecados de que ele nos vem libertar; a quaresma recorda-nos o tempo do *jejum e da paixão* de Jesus Cristo. O violáceo (roxo) serve também na administração dos sacramentos da Penitência, da *Extrema-Unção* e do *Baptismo* (até ao lançamento da água) e nas rogações.

5. A côr **negra** usa-se na Sexta-feira Santa e nas missas pelos defuntos.

Nos paramentos pretos da missa encontram-se às vezes ornatos brancos, com o que se mostra que as almas do purgatório breve irão gozar de Deus no céu. Na missa pelos meninos baptizados falecidos só se usa a côr branca porque, tendo morrido na idade da inocência e com a graça do baptismo, vão logo para o céu.

II. Estas várias cores simbolizam também toda a vida de Jesus Cristo, servem para nos indicar o sentido das solenidades e animam-nos a levar uma vida cristã, agradável a Deus.

As cores mostram-nos a significação das festas do ano eclesiástico. As cores do ciclo do Natal dizem-nos: (roxo no Advento) que Jesus Cristo Salvador do mundo foi esperado durante 4.000 anos na fé e na penitência; (branco no Natal) — que nasceu para alegria da humanidade; (verde nos domingos depois da Epifania) e que durante a sua juventude e a sua vida pública encheu o universo com a esperança da salvação. — As cores do ciclo da Páscoa dizem-nos: (roxo na quaresma) que Jesus Cristo teve de sofrer muito por nós; (negro na Sexta-feira santa) morrer por nós; (branco na Páscoa e na Ascensão) e entrar assim na glória do céu. — As cores do ciclo de Pentecostes dizem-nos: (vermelho no Pentecostes) que o divino Salvador enviou o Espírito de amor, (verde nos domingos depois de Pentecostes) e que então começou a primavera do reino do Salvador, da Igreja, esperança de toda a humanidade. — As cores na linguagem da Igreja são ainda uma viva **pregação moral**. Pelo branco a Igreja exorta-nos a tender para a *santidade*; pelo vermelho anima-nos ao *amor de Deus*; pelo verde, adverte-nos que não procuremos o céu sobre a terra, mas coloquemos a nossa esperança na *pátria futura*; pelo roxo (violáceo), convida-nos à *penitência*; pelo negro, recorda-nos a *morte* e exorta-nos a orar pelos nossos queridos defuntos. Nunca admiraremos demais a sabedoria com que a Igreja organizou o culto divino!

15. A língua litúrgica da Igreja

A Igreja emprega na missa a língua **latina**.

1. A língua latina convém ao culto católico porque é *venerável, misteriosa e invariável*.

A língua latina é **venerável** pela sua *antigüidade*: era a que empregavam os cristãos dos primeiros séculos para celebrar os louvores de Deus⁽¹⁾. «Sente-se comoção e en-

(1) Se bem que é verdade ter o grego sob este ponto de vista maior dignidade; por isso a Igreja Católica

tusiasmo quando se ouve oferecer o Santo Sacrifício na mesma língua e com as mesmas palavras de que se serviam os primeiros cristãos nas profundidades sombrias das catacumbas» (Gir.). — A língua latina é uma língua **misteriosa**, porque, como língua morta, o povo não a comprehende. Empregando-a dá-se a entender que no altar se passa alguma coisa que se não pode comprehender, alguma coisa misteriosa. Nos primeiros séculos do cristianismo, o altar estava encoberto por um véu desde o *Sanctus* até à Comunhão. Este uso desapareceu, mas existe sempre um véu diante do altar: é a língua latina que o povo não comprehende, e que nos torna os santos misteriosos veneráveis. — Finalmente por ser língua morta é **invariável** e significa com isto a imutabilidade da doutrina católica, que não muda, como não mudam as formas desta língua (1). — Além disso, convém notar que os *Judeus* e os *Pagãos* se serviam, no seu culto religioso, de uma língua que não era a língua vulgar. Entre os Judeus, por exemplo, empregava-se o *antigo hebreu*, que era a língua dos Patriarcas. Jesus Cristo e os Apóstolos assistiram ainda ao ofício divino que se celebrava nessa língua e a história não nos diz que Jesus Cristo e os Apóstolos hajam censurado esse costume. — Na *India*, o *sâncrito* é a língua sagrada, e difere dos dialectos que usa o povo. — Os *Gregos*, quer os não unidos quer os unidos, empregam nas suas igrejas o *grego antigo*, e não o grego moderno ou vulgar. — Até na *Igreja russa* se servem do grego antigo, ao passo que o povo fala o eslavo. — A *igreja anglicana* emprega o *inglês antigo*. Só os Romenos unidos se servem, com aprovação de Roma, da sua língua materna.

2. A língua latina no serviço divino é muito útil à Igreja: contribui para manter a sua *unidade* e evita muitos *inconvenientes*.

A língua latina serve para **manter a unidade** na Igreja; liga entre si, e com a Igreja-Mãe de Roma, as Igrejas espalhadas pelo universo, e assim *colma em parte*

usa ambos os idiomas; porém no ocidente emprega comumente o latim, mais semelhante às nossas línguas modernas.

(1) Deste modo favorece a sua conservação, pois, com a mudança das palavras, variam também pouco e pouco os conceitos.

o abismo que separa os diferentes povos da terra. «A língua latina da Igreja faz de todos os povos e de todas as raças do mundo uma só família de Deus, o reino de Jesus Cristo. O altar é cópia da Jerusalém celeste, em que todos os anjos e os santos cantam com uma voz unânime os louvores de Deus» (Gir.). Se a língua latina não fosse a língua oficial da Igreja, seria impossível haver, nos concílios, uma discussão comum entre os bispos, uma troca recíproca dos pensamentos e dos pareceres dos teólogos e doutores de tantos povos diversos. Que enorme prejuízo daí viria à Igreja! (Deh.). A língua latina, que vem de Roma, recorda-nos também que pertencemos à Igreja romana e que foi de Roma, Igreja-Mãe, que os missionários foram enviados às nossas terras a espalhar nelas a fé católica; ela é, pois, uma exortação contínua à unidade. — A língua latina evita muitos inconvenientes; como língua morta, não varia: o sentido das palavras permanece o mesmo através dos séculos, o que não se dá com as línguas vivas, que mudam muitas vezes no decurso dos séculos. Se a língua litúrgica fosse uma língua viva, facilmente nela se introduziriam heresias. Por outro lado o latim evita que homens grosseiros abusem, fora dos ofícios divinos, das palavras e orações sagradas para fazerem com elas audaciosos gracejos, ou que mofem das coisas santas. — A Igreja todavia não teve a mínima ideia de manter os fiéis na ignorância do significado das funções sagradas: pelo contrário, ela ordena aos seus sacerdotes que expliquem a missa e as suas cerimónias, tanto na escola às crianças como no púlpito aos adultos (Conc. Trid. XXII, 8). Além disso, não é necessário que o povo conheça todas as cerimónias nos seus mais pequenos pormenores. «Se entre os ouvintes alguns há que não compreendem palavra por palavra o que se reza ou canta, sabem contudo que se reza e canta em louvor de Deus, e isto basta para excitar a piedade» (1) (S. Agost.; S. T. de Aq.). De mais, a experiência ensina que a língua latina não impede nada a piedade dos fiéis; com efeito as nossas igrejas, a-pesar desta língua, esião de ordinário tão cheias, que não bastam para conter os fiéis.

(1) Multas vezes se dá o caso de pessoas pouco instruídas, que assistem a uma ópera italiana, nada perceberem do diálogo; mas basta-lhes para deleite entender em conjunto a acção e perceber a beleza da música. Assim também o que não entende o latim, percebe todavia a solenidade do culto e entra em sentimentos de devoção.

— A Igreja também não tem a intenção de depreciar a língua *nacional*, porque a emprega com freqüência na pregação, na administração dos sacramentos, no confessionário, nas devocções da tarde, nas orações depois da missa, etc.; portanto, se se emprega a língua latina na missa, mais do que nas outras funções litúrgicas, é porque a missa é um sacrifício e não uma прédica ou uma instrução para o povo. De mais, o padre deve recitar em voz baixa a maior parte das orações da missa, e o povo não as ouviria, portanto, mesmo se fôssem ditas em língua vulgar. «Além de que o santo sacrifício da missa consiste mais nas acções do que nas palavras: as accões, as cerimónias, os movimentos, falam suficientemente por si mesmos uma linguagem comprehensível» (Belarm.). — Se, como alguns desejam, se empregasse exclusivamente a língua *vulgar* no culto divino, os indivíduos de nacionalidade diferente tornavam-se como estranhos à sua religião. O emprêgo da língua nacional diminuiria até o respeito que se deve ter à missa, assim como o zelo de assistir a ela, como a experiência o demonstrou no tempo da Reforma, quando, para imitar os protestantes, se haviam traduzido fielmente as orações da missa. Aquêles que desejariam se empregasse a língua nacional no serviço divino, viriam, quando muito, uma vez à igreja por curiosidade, para de novo se afastarem dela, porque não é a língua latina o que elas detestam, são as verdades da religião, que lhes advertem que mudem de vida. «Essas pessoas deviam ocupar-se menos de corrigir as palavras da bôca do que os sentimentos íntimos dos seus corações» (Mons. Sailer).

16. O canto litúrgico

1. O canto litúrgico de que a Igreja se serve durante a missa é o *canto gregoriano* ou **canto-chão**.

Ouve-se o canto-chão, por exemplo, na missa solene, quando o sacerdote entoa o *Gloria in excelsis* ou o *Credo*, ou canta o *Prefácio* e o *Pater noster*; chama-se **gregoriano**, porque o papa S. Gregório Magno o aperfeiçoou e porque durante o seu pontificado se espalhou o uso dêle. É provável que o santo pontífice se tenha ocupado dêle em virtude de uma inspiração ou de uma revelação divina: é por isso que é sempre representado com uma pom-

ba junto do ouvido. Este canto é de uma *gravidade sobrenatural*, de uma tranqüilidade sacra, de uma *majestosa sublimidade*; é isento de todos os movimentos apaixonados ou estrondosos e não procura os efeitos; *distingue-se* assim do canto das ruas, dos concertos, dos teatros e dos divertimentos públicos. É como a *linguagem do outro mundo mais elevado*, é o verdadeiro canto da oração. No canto-chão olha-se antes de mais nada para as *palavras do texto*, que se *percebem muito distintamente*; a bela e modesta melodia só se nota em segundo lugar. Mas este canto não é ligado pelo ritmo nem pela medida, e é precisamente esta *independência* que cativa o homem, como a torrente da eloquência lhe arrasta o coração. O canto gregoriano é invariável como a liturgia, e conserva-se *por toda a parte e sempre o mesmo*; é assim que ele responde melhor à essência e às qualidades da nossa Igreja, à sua unidade e universalidade. «Os cristãos piedosos preferem este canto a qualquer outro, porque ele eleva os corações à devoção e à piedade» (Bento XIV). Se os mundanos não lhe acham gôsto, é porque, como diz o Apóstolo: «o homem animal não saboreia as coisas de Deus» (I Cor. II, 14). Esses assemelham-se a uma peça que tem má ressonância. (O Santo Padre Pio X empreendeu com grande empenho a restauração deste canto na Igreja, banindo dela a música profana).

2. Além do canto-chão, ouve-se na igreja o **canto popular católico** (cânticos sagrados cantados pelo povo), e a **música instrumental** (acompanhamento do canto a órgão e outros instrumentos).

Eis a origem do **canto litúrgico popular**. Nos primeiros séculos cristãos, quando a língua litúrgica era a língua do povo, este tomava parte até certo ponto nos *cantos da Igreja*. Quando no V século os povos germânicos invadiram o império romano, formaram-se novas línguas, como o italiano e o francês. Desde então o povo não podia já interessar-se pelo verdadeiro canto litúrgico, e começaram a compor-se cânticos na língua popular, que foram sobretudo cultivados na Alemanha, especialmente no tempo das cruzadas. Assim nasceram os cânticos das procissões, das peregrinações, à Santíssima Virgem, com melodias tão simples como encantadoras. O cântico sagra-

do degenerou completamente sob a influência de Lutero, que se serviu dêle para propagar a sua heresia; êle fazia cantar continuamente e introduzia os seus erros nos cantos (ganhando mais partidários com hinos do que com sermões): estes cantos eram tão animados e agitados, que muitos cantores, ao executá-los, de boamente marcariam o compasso a murro (Döllinger). Os católicos daquele tempo, querendo combatê-lo, usaram também o canto contínuo e defenderam nos seus cânticos as doutrinas católicas atacadas. Dêste modo nasceram cantos sem valor (porque o cântico deve ser a expressão de sentimentos do coração e não um sermão) e missas cantadas, que se conservaram até hoje com grande detimento da piedade. Na missa só se deve usar moderadamente o canto popular, para evitar que os fiéis desconheçam o espírito dos mistérios e para não perturbar mutuamente a serenidade da devoção. Pelos fins do século XVIII, nos tempos do Josefismo, compuseram-se muitos cânticos para a missa, com um texto quase mundano e melodias lastimáveis, dos quais se podia dizer que, embora parecessem eclesiásticos, todavia eram de todo profanos. — A música instrumental não é mais do que um meio auxiliar para elevar mais facilmente a alma para Deus. «Pelo prazer que se sente ao ouvir aqueles sons, os espíritos dos tibios são mais excitados à devoção» (S. Agost.) e mais facilmente se elevam das coisas sensíveis às coisas sobrenaturais. Mas a música instrumental não deve ser nos ofícios da igreja fim de si mesma: ela é únicamente serva do canto e não tem outro fim que não seja reforçar as palavras do canto (Bento XIV). Com efeito, no culto divino, a coisa principal é a palavra simples, a oração, ou a palavra solene, o canto, que é a efusão do coração; o som dos instrumentos não é senão uma coisa acessória e não necessária. Não se deve, pois, permitir nunca que os instrumentos, por exemplo o órgão, abafem o canto e não deixem entender as palavras dêle. Menos ainda se pode tolerar que a música instrumental seja mais uma recreação para os ouvidos do que a expressão dos sentimentos piedosos: neste caso já não seria um auxiliar, mas sim a destruição da oração. Entre os Judeus, sensuais, a música instrumental estava em uso em atenção à sua fraqueza (S. T. de Aq.), porque não se podiam despertar nêles sentimentos elevados senão por um prazer sensível (S. Cris.). Nos primeiros séculos cristãos não havia música instrumental nos ofícios divinos; os cristãos não queriam fazer ressoar nas suas orações os ins-

trumentos de que os pagãos se serviam nas suas danças e nos seus sacrifícios para excitarem as mais vergonhosas paixões. Foi apenas no século XIII que o órgão apareceu na Igreja. No século XVI, em que alguns príncipes, amigos das artes, tinham nas suas côrtes grandes orquestras, encontram-se nas igrejas *rabeções, flautas, trombetas, etc.*; e mais tarde os regentes das orquestras mundanas tornaram-se também directores dos coros de igreja. Habitaram-se, infelizmente, a executar na casa de Deus a mesma música que executavam nas festas profanas, por isso durante muito tempo não se ouviu nas igrejas senão música profana e uma música instrumental, que não se importava com as palavras sagradas. — Aquêles que mais contribuíram para a **restauração do canto litúrgico** foram: **Palestrina**, maestro da capela Sistina († 1594), que compôs obras cheias de dignidade, em que as palavras sagradas se percebem distintamente; tornou imortal o seu nome com a *missa do papa Marcelo*. O seu contemporâneo **Orlando Lasso**, dos Países Baixos, maestro de capela na igreja de Latrão, trabalhou no mesmo sentido, e mereceu o nome de «príncipe da música». Além de 800 obras profanas compôs 1:500 obras litúrgicas, das quais as mais belas são os 7 *salmos penitenciais* a cinco vozes, em que exprime de maneira inimitável os sentimentos de arrependimento e de contrição. Esta obra valeu-lhe ser chamado como mestre de capela para Munich, onde morreu em 1594. Cita-se ainda **Gabrieli**, organista da basílica de S. Marcos de Veneza, e **Allegri**, cujo *Miserere* a 9 vozes e 2 coros é afamado como obra prima. — Estes velhos mestres não fizeram uso da música instrumental, mas puseram em relevo a pura música vocal sem acompanhamento de instrumentos. — Quem ressuscitou a **música instrumental** foi o músico **Bach** de Eisenach († 1750): ele compôs trechos de música litúrgica, que se distinguem pela sua *gravidade moral*. Nos fins do século XVIII, três homens aperfeiçoaram admiravelmente a música instrumental: **Haydn**, da Baixa-Austria (que compôs 15 missas e morreu em Viena em 1809); **Mozart** de Salisburgo, que morreu em Viena com 39 anos, em 1791, e que ainda criança atraiu a atenção pública pelo seu talento musical e compôs 8 missas antes da idade de 18 anos; finalmente, **Beethoven**, de Bonn, que morreu em Viena em 1827, e que compôs 2 missas extremamente compridas. Contudo a música sacra destes três últimos não pode considerar-se como modelo, porque *quasi se não importa com o espírito da Igreja*. Exprime em verdade alguns sen-

timentos de adoração, mas pouco se diferencia das composições profanas e tem a marca da época incrédula em que viveram aqueles compositores. Nos tempos modernos tem-se trabalhado muito para restaurar o canto litúrgico (no que principalmente se têm distinguido os beneditinos). Devido aos energéticos esforços do Dr. Fr. Witt, inspector do Seminário católico de S. Emmeran, fundou-se em Ratisbona, em 1861, a **Associação de Santa Cecília (Caecilienverein)**, cujos estatutos foram aprovados por Pio IX, a 16 de dezembro de 1870, e que tem por fim cultivar o canto-chão, restaurar os cânticos populares e introduzir uma música instrumental litúrgica.

17. Audição da palavra divina

Na multiplicação dos pães o divino Salvador mandou-os distribuir por meio dos seus Apóstolos (S. Mat. XV, 36); hoje faz distribuir ao povo gratuitamente pelos seus Apóstolos (II Cor. XI, 7) o pão da alma, a palavra de Deus.

i. A palavra de Deus é o alimento de nossas almas, como o pão é o do corpo, porque lhes conserva a vida, as fortifica e sacia.

O alimento da nossa alma é a palavra de Deus (S. Ambr., S. Cris., S. Greg. M.) segundo as próprias palavras de Jesus: «O homem não vive só de pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus» (S. Mat. IV, 4). A palavra de Deus **preserva** a alma **da morte, iluminando a nossa** inteligência e **mostrando-nos o caminho do céu**. A vossa palavra, Senhor, é facho para meus passos e luz para meus caminhos (Ps. CXVIII, 105). Na noite desta vida ela faz-nos ver o caminho da pátria, como o facho que guia o viandante de noite; descobre-nos **as manchas da nossa alma**, como o espelho mostra as do corpo (S. Bernardino). S. Agostinho diz de S. Ambrósio, cujos sermões ouvira em Milão: «Este homem abriu-me os olhos». Ela **fortifica-nos, determinando a nossa vontade para o bem** ⁽¹⁾, é **um martelo** que parte os rochedos (Jer. XXIII,

(1) Contavam os gregos nas suas fábulas que Orfeu tocava tão perfeitamente a lira, que com seus melódiosos acentos civilizara homens grosseiros, domesticara

28), é mais afiada que *uma espada de dois gumes* (Hebr. IV, 12). A pregação abala os corações, como o relâmpago e o trovão (S. Jer.); pelo trovão das ameaças divinas, acorda os homens, para a sua salvação, do sono da indiferença (Wen.); é a charrua que revolve o solo da alma e arranca as raízes do vício (S. Jer.); é fogo que devora a ferrugem do pecado e inflama o amor de Deus (id.); favorece o progresso na virtude, como a chuva que cai do céu para regar a terra, torná-la fértil e fazer-lhe produzir o pão que comemos (Is. LV, 10). A palavra de Deus sacia; mata a fome da alma dando-lhe o verdadeiro **contentamento**: «Aquél que vem a mim, diz Jesus Cristo, nunca terá fome» (S. Jo. VI, 35). A palavra de Deus sacia: pois tira a fome da alma, dando-lhe verdadeira alegria. A palavra de Deus excede em muito o manjar corporal, pois que este só sacia para pouco tempo, mas a palavra de Deus para sempre; o manjar do corpo causa fastio com a abundância, mas não o manjar espiritual.

O homem *indiferente* à palavra de Deus está em risco de perder a sua alma.

Quem não toma alimento nenhum morrerá, e quem não ouve a palavra de Deus, alimento da alma, perderá a vida espiritual (S. Dionísio Cartus.). Neste mundo somos viandantes, que vamos pela estrada longa e perigosa da eternidade; se o viajero, que caminha sem luz nas trevas, se perde, também nós, em a nossa peregrinação para o céu, não chegaremos à bem-aventurança sem a luz da palavra de Deus, que ilumina a nossa inteligência e nos ensina a conhecer o nosso caminho e o nosso fim (S. Agost.). Tudo morreria se o sol deixasse de brilhar, porque a luz e o calor são as condições essenciais da vida, e todas as almas morreriam espiritualmente sem a palavra de Deus, que é o sol da nossa alma (S. Bernardino).

2. Todo o cristão é por conseguinte obrigado ou a assistir com freqüência à pregação

animais ferozes e até ressuscitara mortos. Esta lenda de Orfeu encontra-se realizada pela palavra de Deus; foi ela que civilizou os povos pagãos, degradados abaixo dos animais ferozes, e que converteu também homens eminentes, especialmente S. Agostinho. S. Antão Eremita foi levado a uma vida santa por um sermão sobre o mancebo rico do Evangelho: «Vende todos os teus bens».

ou a ler livros piedosos, e a aplicar a si mesmo e seguir a palavra de Deus que leu ou ouviu.

Deve-se **pregar todos os domingos e dias santos** em todas as igrejas paroquiais (Conc. Trid. XXIII, 1; V, 2); como a homilia se ajuntou sempre à missa, quem assistia a esta ouvia também a palavra de Deus. A Igreja não fêz, pois, um *mandamento particular* de ouvir a *predica*: este dever está compreendido no de ouvir missa. A *prédica* era a ocupação principal de Jesus Cristo (S. Luc. IV, 43) e dos Apóstolos (S. Marc. XVI, 20); em todos os tempos os bispos e os sacerdotes foram seus fiéis imitadores. A palavra divina tem *um poder* e uma eficácia maiores que a leitura dos livros piedosos, assim como a chuva tépida que cai das nuvens é mais eficaz que a água da fonte com que se regam as plantas. As leituras mais recomendáveis são a História Sagrada, a Vida dos Santos, os Anais das Missões, os livros de meditação (Imitação de Cristo, Filoteia (Vida devota) de S. Francisco de Sales, etc.). Os livros piedosos são pregadores que se podem ouvir a qualquer hora; são *espelhos* em que se vêem e reconhecem as próprias faltas, em que se aprendem as virtudes de que podemos adornar a nossa alma (Scar.). A utilidade da leitura dos bons livros demonstra-se pela experiência: foi assim que se converteu em 1521 Santo Inácio de Loiola (1). Nesta **leitura**, porém, é preciso **não ler de-pressa nem muito de cada vez**, se se quere tirar proveito; é o mesmo que com o alimento: se se engole sem se mastigar, ou se se come mais do que o que o estômago pode digerir, o alimento não aproveita (C. Hugo). É necessário, depois, **aplicar a si mesmo** o que se leu ou ouviu. O alimento corporal não aproveita senão a quem *assimila*, assim o alimento espiritual não aproveita senão a quem *reflecte*. Aquelle que não guarda a palavra de Deus no seu coração não tirará do sermão utilidade, como a galinha que deixa arrefecer os ovos não tira dê-

(1) A mesma graça foi concedida a S. João Colombino. João regressou um dia da câmara, e como o jantar não estava pronto, sua mulher deu-lhe a ler a vida dos santos. Lançou primeiro o livro ao chão; depois apanhou-o e leu a vida de S. Maria Egípcia. Esta leitura comoveu-o tão vivamente que se converteu e levou uma vida cristã. Fundou depois a ordem dos Jesuatos (+ 1367).

les os pintaínhos (S. Agost.). — Quem anda passeando num belo jardim e aprecia os perfumes que êle exala, traz de lá ordinariamente algumas flores, para respirar à vontade o seu bom aroma; assim depois da leitura espiritual, é necessário colher um ramo de piedosos pensamentos e reflectir nêles durante o dia. A maior parte das pessoas, infelizmente, não tornam a pensar no que ouviram ou leram: assemelham-se a um homem que vê o rosto *num espelho* e vai-se embora esquecendo-se do que viu (S. Tiag. I, 23), ou então são como *a água* que arrefece em se afastando do fogo (L. de Gr.). Provém isto de andarem muito *distraídos* com os cuidados da terra, ou de terem *prevenções* contra a palavra de Deus, ou de terem muitas paixões e *maus desejos*; êsses tais são a estrada larga, o terreno pedregoso, as silvas onde cai a semente (S. Luc. VIII). Alegam muitos que não tiram fruto algum do sermão por terem *má memória* e nada recordarem do sermão, mas iludem-se; quando se tira água com um cêsto sujo, é verdade que escorre a água mas ao menos o cêsto fica limpo; o mesmo sucede a quem tem *má memória*: esquecerá talvez muitos pensamentos, mas a sua alma perderá a pouco e pouco as suas manchas.

Mas é uma *falta aplicar aos outros* a palavra de Deus e não a aplicar a si próprio; ou ir ouvir o pregador *para o criticar*, como faziam os fariseus; ou não observar a palavra de Deus porque o pregador *não a observa*.

É necessário **aplicar cada um a si mesmo o sermão**. Muitos distribuem o sermão entre os ouvintes sem guardarem nada para si⁽¹⁾ (Meh.). Outros, a exemplo dos fariseus, *não ouvem o pregador senão para o criticarem*: Jesus Cristo, os Apóstolos e os maiores santos falaram sempre com simplicidade, a-fim-de que os ignorantes os pudessesem *compreender*; êles não queriam agradar aos ouvintes, nem dar-lhes gôsto, mas sim ser-lhes úteis para o tempo e para a eternidade. Não é a beleza do discurso

(1) Um dia em que S. João de Capistrano pregava contra o jôgo e o luxo, muitos homens foram levaram-lhe as cartas, os dados, etc., e as mulheres os seus objectos de «toillette» e lançaram-nos ao fogo. O mesmo sucedeu depois de sermões de S. António de Lisboa e de outros santos. Isto é o que se chama aplicar cada um a si mesmo o sermão.

o que mais importa, mas a *verdade*; «palavras verdadeiras valem mais que palavras eloquentes» (S. Agost.). Quem assiste com espírito de fé ao sermão de um sacerdote pouco eloquente tirará sempre proveito para a sua alma. Nunca ouvi um sermão, dizia Mons. Ketteler de Magúncia, sem aprender nêle alguma coisa nova. — Outros não põem em prática a palavra divina **porque o pregador não a observa**; assemelham-se a insensatos que encontrassem no seu caminho um poste indicador e não continuassem o caminho sem o poste ir também com êles (S. Agost.). O pregador não é mais do que o *cabaz* de que o semeador divino se serve para espalhar a semente celeste: não olheis ao estado miserável do cesto, mas à excelência da semente e à dignidade do semeador: pouco importa o aspecto exterior do carteiro, contanto que as cartas que traz sejam agradáveis.

3. Quem assiste à preédica ou lê assiduamente livros de piedade, salva-se mais facilmente.

«Aquêle que é de Deus, diz o divino Salvador, ouve a palavra de Deus» (S. Jo. VIII, 47); e ainda: «Bem-aventurados aquêles que ouvem a palavra de Deus e a guardam» (Luc. XI, 28). Aquêle que gosta de ouvir falar de Deus *possui o amor de Deus*, porque se ouve com gôsto falar do que se ama; ora quem ama a Deus está em estado de graça. — O apetite é sinal de boa saúde: assim o desejo do alimento celeste é o **sinal mais certo de que a nossa alma está sã** (S. Cris.), isto é, em estado de graça. A repulsão que se sente pela palavra de Deus é um sinal de enfermidade da alma, como a repulsão pelos alimentos é um sintoma de doença corporal (S. Antônio). Os homens depravados não assistem nunca à preédica; a palavra de Deus é odiosa para os perversos, como a luz é molesta aos olhos enfermos.

A utilidade do sermão depende das luzes que o Espírito Santo dá ao pregador e aos ouvintes.

É por isso que antes do sermão se invoca o auxílio do Espírito Santo. «É Deus, e não o pregador quem corrige os homens» (Did. Niss.); os pregadores plantam e

segam, mas só Deus faz crescer (I Cor. III, 6). Por magnifico que seja o cordame de um navio, faltando o *vento* é impossível pô-lo à vela a navegar; o mesmo sucede com o sermão: qualquer que seja a sciéncia do prègador e a sua eloquência, se falta o Espírito Santo, que lhe dá virtude, tudo é apenas vaidade (S. Cris.). Um ministro do Evangelho, cheio de Espírito Santo, apresenta-se como um anjo e comove os corações mais duros (B. Jo. de Ávila) (1), tais foram S. Francisco de Sales, que converteu com os seus sermões 70.000 heres, S. Domingos, S. António de Lisboa, S. João Nepomuceno, que tiveram tanta nomeada. — «À vista de um belo escrito não se admira a pena, mas o escritor; ao ouvir um belo sermão é necessário louvar o prègador mas o Espírito Santo» (S. T. de Aq.). A palavra de Deus *nem sempre produz os seus efeitos imediatamente*; é como a semente que *não germina* e não dá frutos senão passado *certo tempo*; muitas vezes fica estéril, pois, segundo Jesus Cristo, três quartos da semente perdem-se; e, quando dá frutos, não é sempre com igual abundância em todos os ouvintes (Mat. XIII, 8).

(1) Um oficial superior que gostava de procurar e ouvir os mais eloquentes prègadores de França, assistiu um dia a um sermão do Santo Cura de Ars, Vianney, que não era bem falante, mas que era esclarecido de Deus († 1859). Interrogado sobre quais as suas impressões, o oficial respondeu: «Até hoje agradaram-me sempre os prègadores; mas hoje já eu não agradeço a mim mesmo».

B. Os Santos Sacramentos

No dia de Pentecostes o Espírito Santo anunciou a sua chegada por um sinal *que se viu e ouviu*. As línguas de fogo indicavam que os Apóstolos eram esclarecidos sobrenaturalmente e recebiam o dom das línguas; o rumor figurava a força que lhes era comunicada. É do mesmo modo, quere dizer: por um sinal sensível, perceptível à vista e ao ouvido, que o divino Salvador quere comunicar-nos a sua graça. Para este fim prescreveu o emprêgo de **palavras** e de **coisas sensíveis** que significam claramente esta comunicação. Como a água purifica, ordenou que para nos purificar do pecado original se lançasse água sobre nós e que ao mesmo tempo se empregassem palavras que indiquem o poder da Santíssima Trindade. Para nos comunicar os sete dons, a luz e a força do Espírito Santo ordenou que à oração, para invocar o Espírito Santo, se ajuntasse a imposição das mãos, porque é a mão que distribui, e a unção com o azeite, porque o azeite alumia e aquece. Para manter em nós a vida da alma, instituiu a sagrada Eucaristia sob as aparências do pão e do vinho, etc.

1. Os sacramentos são *sinais sensíveis* (que se podem ver e ouvir) instituídos por Jesus Cristo, para nos comunicar as *graças* do Espírito Santo.

Em cada sacramento há, portanto, um **sinal** sensível e uma **acção**, e, depois, **palavras** que acompanham a acção e o sinal, e, finalmente, o **efeito**, a **comunicação da graça**. Nos sacramentos os sinais não só simbolizam a graça, mas comunicam-na realmente: são sinais *eficazes*. Há muitos sinais que indicam uma coisa, mas não a dão. Assim o fumo é sinal de fogo, mas não o produz. O sol, ao contrário, é um sinal eficaz do dia, pois não só o anun-

cia, senão também o causa. Poderiam pois com razão os sacramentos chamar-se **instrumentos**, e as **graças** que produzem podem chamar-se **efeitos** destes instrumentos. Quem se admirasse de ver que as graças são comunicadas à alma por meio de água, azeite, etc. esqueceria que os conhecimentos intelectuais nos são também comunicados pelos olhos, pelos ouvidos, etc., e que as virtudes e os vícios nos são transmitidos por hereditariade corporal. Por que é, pois, que a iluminação da alma não lhe poderá ser comunicada por um meio sensível? (1) Os sinais sacramentais assemelham-se à humanidade visível de Jesus Cristo, e às graças por elas comunicadas a divindade invisível, escondida sob a humanidade. A palavra sacramento (*de sacramentum*, isto é: santificado) indica alguma coisa *sagrada*, alguma coisa *misteriosa*, porque nos primeiros séculos da Igreja escondiam-se dos pagãos as coisas santas.

Jesus Cristo instituiu **sinais sensíveis** a fim de que simbolizem convenientemente as graças que produzem e para que o homem possa reconhecê-las melhor.

A *água*, como purifica das manchas e apaga o fogo, faz compreender admiravelmente, **simboliza**, significa que no baptismo a alma é purificada e que o fogo do inferno se apaga para nós (e mitiga em parte o fogo das concupiscências). O *azeite* serve para alumiar e robustece o corpo: apropriadamente mostra, pois, que pela confirmação (crisma) a nossa alma é esclarecida e fortalecida. Pelos sinais sensíveis reconheceremos pois facilmente os seus efeitos. De mais, para comunicar as suas graças e os seus benefícios, Jesus mesmo se serviu quásí sempre de sinais *particulares*, a-pesar-de que a sua palavra só, só o seu pensamento teriam bastado: ele curou os leprosos tocando-os (S. Mat. VIII, 3), os dois cegos tocando-lhes nos olhos (S. Mat. IX, 29); soprou sobre os Apóstolos quando depois da ressurreição lhes disse: «Recebei o Espírito Santo» (S. Jo. XX, 22). Já no Antigo Testamento Deus espalhava os seus benefícios por meio de diferentes sinais: a vara de Moisés, a serpente de bronze, o fel do peixe na cura de Tobias, a água do Jordão na cura da lepra. Ao

(1) Tanto mais que os sinais sacramentais não têm este poder por si mesmos, mas sim pela instituição divina.

instituir sinais sensíveis, Jesus Cristo tem também por fim **humilhar** o homem orgulhoso: o homem que um dia quis *igualar-se a Deus*, agora, para obter a felicidade eterna, depende das mais baixas criaturas, da matéria inerte. O homem perdera a felicidade deixando-se tentar pelas coisas sensíveis; convinha fazê-lo regressar ao estado sobrenatural pelo mesmo meio (S. Greg. M.). Pelo mesmo motivo quere Deus que veneremos as imagens e as relíquias. — Os sinais sensíveis são **absolutamente necessários aos homens**; se nós fôssemos puros espíritos não teríamos precisão de sinais corporais para transmitir os dons espirituais, mas, compostos de um corpo e de uma alma, precisamos dêles (S. Cris.). Tendo o pecado sido cometido pela alma e pelo corpo, ambos devem ser purificados do pecado (S. Ambr.). De mais, se a graça não fôsse comunicada por sinais exteriores, mas apenas por desejos interiores, sempre se duvidaria se ela fôra recebida; pelos sinais sensíveis tem-se a certeza de que se receberam os sacramentos.

Aos sinais sensíveis instituídos por Jesus Cristo a Igreja acrescentou certos usos ou **cerimónias**, para simbolizar mais claramente as graças que devem ser produzidas e para aumentar a devoção tanto de quem ministra os sacramentos como de quem os recebe.

As diferentes cerimónias simbólicas são como um *espelho*, no qual se vê imediatamente o que se vai passar na alma. «Os benefícios de Deus, distribuídos pelos sacramentos, são pelas cerimónias gravados mais profundamente nos corações dos fiéis» (Cat. Rom.); as cerimónias **aumentam também a piedade** do ministro e de quem recebe o sacramento. Um *rei* da terra que se nos apresenta na sua magnificência real e acompanhado dos grandes do seu reino, inspira-nos mais respeito do que se o vissemos na sua vida particular; o mesmo sucede com os sacramentos (Deh.). Por isso nunca são ministrados sem cerimónias, que são os seus adornos habituais (Bel.). Por que adornou Deus o céu de milhões de estrelas e a terra de uma imensa variedade de seres vivos e inertes? de certo para sua glória. E por esse mesmo motivo que a Igreja rodeou a administração dos sacramentos de tão numerosas e tão belas cerimónias: quere com elas **aumentar a glória de Deus**. — As cerimónias são também uma *preparação* para se receber o sacra-

mento propriamente dito: dispõem elas em certo modo o terreno do nosso coração, para que a boa semente do sacramento aí produza mais frutos. — Todavia as cerimónias podem omitir-se em caso de necessidade, por exemplo, no baptismo de socorro (urgente). — O livro litúrgico que contém as cerimónias (ritos) usadas na administração dos sacramentos chama-se *Ritual*.

2. Jesus Cristo instituiu 7 sacramentos: o Baptismo, a Confirmação, a Eucaristia (o SS. Sacramento do altar), a Penitência, a Extrema-Unção, a Ordem e o Matrimónio.

Esta doutrina é tão antiga como a Igreja; todas as seitas que se separaram da Igreja nos primeiros séculos, bem como os gregos e os russos, conservaram os 7 sacramentos; isto explica a dura resposta de Jeremias, bispo scismático de Constantinopla, aos protestantes, em 1575, quando procuravam aliança com ele (Meh. V, 9). — A Sagrada Escritura indica a instituição dos 7 sacramentos de um modo muito vago, mas também não diz que haja mais ou menos de 7: é a **tradição** que neste caso fixa a regra. É de notar-se que os 7 sacramentos satisfazem às *necessidades da nossa alma*, que correspondem às do nosso corpo. A vida da nossa alma começa, com efeito, pelo Baptismo: a Confirmação fortalece-a; é alimentada e levada à perfeição pela Eucaristia. Se a alma morre pelo pecado, recobra a vida pela Penitência e a Extrema-Unção; pela Ordem e pelo Matrimónio perpetua-se de geração em geração.

Os 7 sacramentos conferem-nos a graça de Deus nos momentos da vida em que mais carecemos dela.

Ao nascer, ao entrar na adolescência, quando perdemos a amizade de Deus, ao entrar num novo estado, na morte. Os sacramentos são como os nós que sustentam a haste do trigo. Assim como no Oceano há ilhas e portos onde os marinheiros podem abrigar-se e repousar de suas fadigas, assim como ao longo dos caminhos há estalagens onde os viandantes descansam, assim também na peregrinação desta vida encontramos a espaços os santos sacramentos para nos fortalecermos e reconfortarmos (S. Cris.).

3. Há três sacramentos que se podem receber uma vez só: o Baptismo, a Confirmação e a Ordem, porque imprimem na nossa alma um carácter indelével (Conc. Trid. VII, 9).

Este carácter indelével consiste numa *santificação particular* e numa *união especial com Jesus Cristo*; por este sinal conhecem os Anjos os que pertencem à sua família e que devem proteger (S. Cir. J.). Quem possui este carácter pertence à família de Deus de maneira particular. Pelo baptismo torna-se o homem irmão de Cristo; pela confirmação soldado de Cristo; pela ordem ministro e representante de Cristo. Desenvolvamos esta ideia. Pelo baptismo entra em especial relação com Deus Pai (como filho de Deus); pela Confirmação, com Deus Espírito Santo (como lutador armado dos seus dons) e pela Ordem sacerdotal com o Filho de Deus (como representante d'Ele). — Estes caracteres ficam impressos na alma, ainda quando se comete um *peccado mortal*. Há sinais indeléveis nos estofos, no papel, e assim sucede com estes três sacramentos. O carácter sacramental é como o parentesco de consangüinidade, que não pode de maneira alguma perder-se. O filho continua sendo filho, ainda que se converta em inimigo do pai. Por isso estes sacramentos *não se conferem senão uma vez*, ainda que depois a pessoa se tivesse afastado e voltasse à Igreja. Quando um soldado desertou da bandeira e volta ao seu regimento não se lhe dá novo uniforme, mas basta o antigo (S. Agost.)⁽¹⁾. O carácter destes três sacramentos ficará gravado na alma até na outra vida, e será para os justos um sinal de glória e honra, e um sinal de vergonha para os condenados. À vista daquele sêlo, os bem-aventurados serão eternamente glorificados pelos seus companheiros, e os condenados eternamente injuriados e cruelmente atormentados pelos demónios.

4. Dois sacramentos, o Baptismo e a Penitência, têm por fim principal *fazer nascer ou renascer a graça santificante*; os outros sacramentos supõem-na ou *aumentam-na*.

(1) Este pensamento de S. Agostinho é originado no direito militar romano e não corresponde aos costumes actuais.

Os sacramentos são os **remédios** que o bom Samaritano emprega para dar ou conservar a saúde da nossa alma (S. Cris.). O Baptismo e a Penitência chamam-se **sacramentos dos mortos** (dos que estão espiritualmente mortos), porque foram instituídos em benefício daqueles cuja alma está morta pelo pecado. Os outros sacramentos chamam-se **sacramentos dos vivos** (dos que vivem espiritualmente), porque foram instituídos para aqueles que já estão em estado de graça, que possuem a vida espiritual. — Como de manhã os primeiros raios de sol dissipam as trevas e despertam as criaturas do seu sono, mas os raios que mais tarde envia aumentam a claridade e o calor, assim acontece com os sacramentos. O Baptismo e a Penitência expulsam da alma a noite da morte e levam-lhe a luz da fé e da esperança, como também o calor da caridade: vêm depois os outros sacramentos a aumentar esta luz da graça. — Pode também suceder que o Baptismo e a Penitência aumentem a graça santificante. Com efeito, se se muda seriamente de vida, se se tem contrição perfeita, possui-se já o Espírito Santo, e, com ele, a graça santificante antes do Baptismo ou da Confissão: o centurião pagão Cornélio e a sua família foram cheios do Espírito Santo antes do baptismo, durante a pregação de S. Pedro (Act. X, 44); ou pode alguém que não tenha cometido pecado mortal confessar-se e receber o sacramento da Penitência.

Cada sacramento tem, além disso, um fim particular, e produz, por consequência, uma graça especial.

Assim o Baptismo dá a graça de *crer e viver conforme as prescrições do Evangelho*; a Confirmação, a graça de *confessar animosamente a fé de Jesus Cristo*; a Eucaristia, a de *crescer na vida espiritual*; a Penitência *preserva das recaídas no pecado*; a Extrema-Unção *produz a cura*; a Ordem e o Matrimónio conferem as *graças necessárias para os respectivos estados*. — Os sacramentos produzem em nossas almas efeitos admiráveis e são, infelizmente, tão pouco apreciados! Que se não faz para conservar ou recobrar a saúde do corpo! dão-se passeios regulares, tomam-se os mais custosos remédios, vai-se às mais afastadas estações de águas, etc. Manter a saúde, muito mais importante, da alma seria tão fácil e não se empregam os remédios que temos à mão! Que leviandade! que responsabilidade!

5. Os adultos, para alcançarem a graça dos sacramentos, devem *preparar-se convenientemente* para os receber: preparam-se para o Baptismo e para a Penitência por uma séria emenda da vida, e para os outros sacramentos purificando-se de todo o pecado mortal.

Quem, portanto, recebe os sacramentos do Baptismo ou da Penitência *sem propósito sério de emenda, ou os outros sacramentos em estado de pecado mortal, comete um sacrilégio* e não obtém as graças do Espírito Santo, enquanto não fizer desaparecer os obstáculos que se lhes opõem.

Nos primeiros séculos o Baptismo era precedido de uma *preparação de dois anos*, que tinha por fim reformar os sentimentos pagãos. S. Pedro nos seus primeiros sermões exige sempre em primeiro lugar a penitência e a conversão, e só depois o Baptismo (Act. II, 38; III, 19). Ainda hoje a Igreja exige que o fiel se confesse antes de receber os sacramentos dos vivos. E, pois, verdadeira loucura confessar-se únicamente por hábito, por ex., para ganhar a indulgência concedida em determinado dia, sem pensar seriamente em mudar de vida! «Os sacramentos contribuem para a salvação dos que dêles fazem bom uso, mas são a perdição dos que dêles abusam» (S. Agost.). Uma comida forte tomada por um doente, não lhe dá saúde, mas causa-lhe a morte e quem beber numa fonte medicinal por um vaso envenenado perderá a vida: há exceção apenas para o baptismo das crianças, em que não se requere preparação. — Se alguém teve a desgraça de receber indignamente um sacramento, **participará contudo da graça do sacramento, removendo os obstáculos que a impedem**; os sacramentos são como os raios do sol: se se fecham as janelas de um aposento o sol não levará lá dentro nem luz nem calor; mas se se abrirem entrará livremente. Após uma conversão sincera, não é portanto necessário receber de novo certos sacramentos recebidos indignamente: *elos revivem por si mesmos, excepto a Eucaristia*⁽¹⁾, que, recebida em es-

(1) E a penitência, porque não é possível uma conversão séria sem se receber novamente este sacramento.

tado de pecado, não produz graça alguma, ainda que mais tarde se receba absolvção desse pecado. **Quanto mais dignamente** se recebe um sacramento **maior número de graças** se recebem: quanto mais seca é a lenha, melhor arde; quanto mais puro é o vaso com que se vai à fonte da salvação, mais sã é a bebida. As coisas santas devem ser tratadas santamente.

A Igreja exige absolutamente que aquêle que recebe os sacramentos tenha *capacidade e vontade* de os receber.

Para saborear o alimento corporal o corpo humano deve ter certos órgãos; assim não se podem receber os sacramentos, alimento da alma, se se não possuem **certas qualidades**; para empregar uma comparação vulgar: o calçado supõe os pés. Quem não é baptizado, não pode receber sacramento algum, excepto o baptismo; aquêle cujo estômago não suporta nenhum alimento, não pode receber a Sagrada Eucaristia; nem uma criança, o sacramento da Penitência, nem um homem são o sacramento da Extrema-Unção; nem uma mulher o sacramento da Ordem. — Aquêle a quem se ministra um sacramento **contra vontade**, não recebe a graça respectiva. A Igreja nunca aprovou que os soberanos obrigassem seus vassalos a receber o baptismo, como fez Carlos Magno aos Saxónios. (Assim o reprovou no tempo dos visigodos que obrigaram os Judeus a receber o baptismo, e no século XVI, quando alguns mouriscos foram obrigados a baptizar-se). A Igreja limita-se sempre a proceder por instruções e exortações com os que não são seus filhos. Por isso ainda hoje se faz no baptismo esta pregunta: «Queres ser baptizado?» — Contudo ministram-se os últimos sacramentos — a Extrema-Unção e a Absolvção — aos moribundos cristãos ainda que *hajam perdido os sentidos*, supondo-se que os teriam pedido se soubessem que caíriam naquele estado. O mesmo se supõe nas crianças filhas de pais cristãos e que recebem o baptismo.

6. Ainda que o ministro do sacramento seja indigno, as graças do Espírito Santo são produzidas pelo sacramento (Conc. Trid. VII, 12).

O sacramento tira a sua eficácia dos merecimentos de Jesus Cristo, e não dos do ministro: «não está na mão do homem conferir as coisas divinas» (S. Ambr.). Os sacramentos são santos em si e por si mesmos, e não por serem ministrados por um homem piedoso (S. Agost.). A má conduta do sacerdote não enfraquece a graça do sacramento (S. Cris.). Deus está acostumado a operar até com instrumentos indignos (S. Ambr.) e o ministro não é mais do que instrumento de Jesus Cristo (I Cor. IV, 1). Um porteiro coberto de lepra, contanto que tenha a chave, pode abrir tão bem como um porteiro são. O mesmo acontece com a absolvição e com os outros sacramentos (Santa Brígida). Um juiz pode ser um scelerado maior que o acusado, e contudo tem o poder de o condenar. Uma semente boa germina e dá fruto, quer o semeador a tenha espalhado com mãos puras, quer com elas manchadas (S. Agost.). Uma moeda dada por um criminoso tem o mesmo valor que teria se caísse das mãos de um homem honesto. Tão bom é o vinho oferecido em vaso de vidro, como em vaso de prata: o mesmo sucede na administração dos sacramentos, ao contrário do que sustentava a heresia dos Donatistas. Se os sacramentos não pudessem ser ministrados senão por ministros virtuosos, seria preciso renová-los indefinidamente, porque nunca se saberia com certeza se o ministro é digno. Desapareceria então toda a prudente certeza no negócio da nossa salvação (S. Boav.).

A Igreja exige do ministro do sacramento que ele se sirva do sinal sensível simultaneamente com as palavras, sem alteração essencial, e que tenha a intenção de fazer o que faz a Igreja.

Se alguém, por exemplo, usasse no baptismo vinho em vez de água, **mudaria essencialmente** a matéria, porque o vinho tem natureza e uso diferentes da água: e o baptismo será inválido. Mas se empregasse água quente ou não benzida, a variação não seria essencial e o baptismo seria válido. Se se dissesse: «Eu te baptizo em nome de Cristo», as palavras seriam essencialmente mudadas, porque o sentido das palavras não é o mesmo, e não seria válido o baptismo; se, porém, uma ou outra palavra fôsse mal pronunciada, como acontece às pessoas que não sabem bem a língua, o baptismo seria válido. Se se lançasse primeiro a

água sobre a cabeça do baptizado não pronunciando as palavras senão depois, o baptismo seria inválido: é necessário proferir as palavras **ao mesmo tempo** que se lança a água. O relógio não indica as horas se não tiver peso ou se não lhe derem corda; uma peça de seda não é um vestido: é necessário cortá-la e cosê-la; o banho com água não se torna baptismo senão quando se pronunciam as palavras ao mesmo tempo que se lança a água (Deh.). Só no sacramento da Penitência e do Matrimónio se encontra uma excepção. Em geral os protestantes, quando baptizam, têm a **intenção de fazer o que faz a verdadeira Igreja**, por isso o seu baptismo é válido quando observam todas as outras condições.

1. O Baptismo

Baptizar quere dizer mergulhar na água, *lavar*. Já os povos pagãos, egípcios, gregos e romanos, se serviam da água para purificações religiosas e para se tornarem agradáveis aos deuses; na antiga Roma imergiam-se na água lustral os meninos ao oitavo dia do nascimento e as meninas ao nono. Entre os *Israelitas* a lei prescrevia muitas espécies de ablucções, segundo as impurezas legais (Lev. XII, XV); ainda antes da publicação do Decálogo, tinham já de purificar-se pela água (Ex. XIX, 10), e S. João Baptista no deserto baptizava os penitentes para simbolizar a remissão dos pecados *pela penitência*. Diferente é o Baptismo de Cristo: este sacramento tem *um poder transformador*, porque apaga, por virtude própria, os pecados e enche a alma do Espírito Santo (S. Mat. III, 11).

1. Para administrar o baptismo lança-se água sobre o neófito pronunciando ao mesmo tempo as palavras prescritas por Jesus Cristo. Deste modo o homem é purificado do pecado original e de todos os outros pecados e fica livre das penas que por estes merece; recebe a graça santificante, torna-se filho de Deus, herdeiro do céu e membro da Igreja.

No nosso baptismo dá-se uma coisa análoga ao que sucedeu no baptismo de Jesus. Somos lavados com água enquanto se diz: «Eu te baptizo em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo»; e então o Espírito Santo desce sobre nós, mas não em forma de pomba. Tornamo-nos templo d'Ele e possuímos a graça santificante. Deus Pai parece exclamar: «Eis aqui o meu filho muito amado em quem pus todas as minhas complacências»; tornamo-nos filhos de Deus. O céu abre-se-nos e tornamo-nos herdeiros do céu. Que no baptismo recebemos a graça san-

rificante deduz-se do facto de *nos serem apagados todos os pecados*. — Passa-se connosco qualquer coisa de análogo quer à cura, operada pelo profeta Eliseu, do sírio Naa-mán (IV Reis, V, 14), porque somos lavados com água, e **perdemos a lepra** da nossa alma, isto é, o pecado original e os pecados pessoais, quer à passagem dos Israelitas pelo Jordão (I Cor. X, 2), porque passamos através de água e chegamos à terra prometida da Igreja, tornando-nos seus **membros**, adquirindo direito a todas as suas fontes de graça, participando das suas orações, dos seus sacrifícios, de todos os seus favores, tornando-nos seus súbditos, obrigados a obedecer-lhe. Aquelle que possui a graça santificante é já por isso **filho de Deus e herdeiro** do céu, mas só o baptizado pode dizer com pleno direito: «*Padre Nossa*» — por isso dantes não se dava a conhecer a Oração Dominical aos que não eram baptizados (1). É porque pelo baptismo *nos purificamos dos pecados* que S. Paulo diz: «*Não há nenhuma condenação para aquêles que estão em Cristo*» (Rom. VIII, 1). Os efeitos do baptismo são indicados pelas palavras de S. Pedro, no dia de Pentecostes: «Fazei penitência, e que cada um de vós se faça baptizar em remissão de seus pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo» (Act. II, 38). — S. Paulo chama ao baptismo «um banho de regeneração e um renascimento do Espírito Santo, a-sim-de que, justificados pela sua graça, sejamos, segundo a nossa esperança, herdeiros da vida eterna» (Tit. III, 5-7): «nós fomos todos baptizados, acrescenta êle, num só espírito para formar um só corpo» (I Cor. XII, 13).

Cristo **preceituou** o baptismo, antes de subir aos céus.

Antes da sua Ascensão mандou Cristo aos apóstolos: «Ide e ensinai todas as gentes e baptizai-as em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo» (S. Mat. XXVIII, 19). Verosimilmente **elevou** Cristo o baptismo **a sacramento** por ocasião do seu próprio baptismo no Jordão

(1) O rei de França S. Luís costumava dizer: «Amo a capela do castelo onde fui baptizado muito mais que a catedral de Reims onde fui coroado, porque a dignidade de filho de Deus que recebi no baptismo é muito maior que a dignidade de rei». Na morte perderei a dignidade de rei, mas como filho de Deus obterei a glória eterna.

(Cat. Rom.). Cristo fêz-se baptizar no Jordão para santificar a água e dar-lhe o poder de comunicar a santificação (S. Greg. Naz.). Que Cristo instituiu o seu Baptismo quando ainda vivia S. João Baptista, colige-se de que, antes de êste ser martirizado, já os discípulos de Cristo baptizavam (Jo. IV, 2), do que se queixaram a seu Mestre os discípulos de João (Jo. III, 26). E como o Baptismo é a *porta* para os outros sacramentos, dificilmente se concebe que outro fosse instituído antes d'este. — Com a manifestação simultânea das três Pessoas divinas, no Baptismo de Cristo, significou-se que o Baptismo se há-de administrar em nome das três Pessoas da Santíssima Trindade. E pela manifestação do Espírito Santo, pela voz do Pai que se ouviu: «Este é o meu Filho muito amado...» e pelo abrir-se dos céus a Cristo, mostrou-se quão grandes efeitos devia ter para os homens êste sacramento.

2. O baptismo produz efeitos análogos aos da água: purifica-nos das *manchas* de todos os pecados; apaga-nos as chamas do inferno e do purgatório; comunica-nos uma *nova vida*; mata a *séde* da nossa alma; dá-nos *fôrça* para observar os mandamentos; faz-nos produzir *frutos* para a vida eterna e introduz-nos na sociedade universal da Igreja.

A água purifica o corpo de suas manchas e apaga o fogo; fria, restitui os sentidos aos desmaiados; apaga a sede, fortifica o corpo (1) e torna os campos férteis; é com ela que a farinha se amassa para fazer o pão: o baptismo, que materialmente é de facto um lavacro ou banho de água, produz os mesmos efeitos, mas de um modo espiritual. A água aproximada do fogo toma a qualidade d'este: assim a água baptismal recebe uma *virtude divina* pela operação do Espírito Santo (S. Cir. Alex.). Toda a criança recém-nascida tem o *pecado original*; os adultos, além d'esse, têm *pecados pessoais*; todos estes **pecados desaparecem** nas fontes baptismais como a scentelha nas águas do Oceano (S.

(1) Os antigos Germanos usavam muitos banhos frios, e a utilidade da hidroterapia, de tratamento Kneipp, é hoje universalmente reconhecida.

Greg. M.); por isso nunca se impôs penitência aos recém-baptizados. Assim diz S. Pedro: Baptize-se cada um de vós em nome de Jesus Cristo, para remissão de vossos pecados (Act. II, 38). Aquél que morre imediatamente depois do baptismo vai, pois, **directamente para o céu** (Conc. Flor.), é livre do fogo do inferno, como se depreende das palavras de Cristo: «O que crer e fôr baptizado será salvo» (S. Marc. XVI, 16); e não passará pelas chamas do purgatório, isto é, não lhe ficam penas alguma-s a satisfazer pelos seus pecados. Aos que renascem pelo baptismo, nada os impede de entrar no reino dos céus (Conc. Trid. V, 5). E por isso que nos primeiros séculos do cristianismo muitos catecúménos, como Constantino Magno, aguardavam até ao leito da morte para receberem o baptismo: baptismo bem inútil, se a sua conversão não era sincera! — Como o baptizado recebe o *Espírito Santo* e com él a graça santificante, a sua alma começa uma vida nova, isto é: **a vida em Deus**; o baptismo é, pois, o *nascimento da alma*, ao passo que os outros sacramentos são o seu alimento e o seu remédio (Deh.), e chama-se *regeneração* porque começamos uma vida nova (S. Jo. Dam.). Enquanto o homem se lavou exteriormente, renovou-se interiormente e torna-se uma nova criatura: de pecador fêz-se justo (S. Leão M.). O dilúvio fêz morrer sérres vivos; o baptismo dá vida aos que estavam mortos (S. Proclo). Como os cristãos alcançam a vida da alma nas águas do baptismo, antigamente usava-se a figura do peixe nas sepulturas, como símbolo do cristão; pois à semelhança do peixe, o cristão nasce na água. O baptizado, com a vinda do Espírito Santo a si, adquire a **verdadeira paz da alma** (ver o capítulo da graça santificante); assim como nos sentimos felizes depois de uma boa confissão, assim os primeiros cristãos se sentiam felizes, cheios de inefável contentamento, depois do baptismo; pode-se, pois, dizer com tôda a verdade: **o baptismo apaga a sede da nossa alma**. — O Espírito Santo que desce sobre o baptizado **ilumina-lhe a inteligência e fortalece-lhe a vontade**. Quando Saulo, perseguidor dos cristãos, recebeu o baptismo, caíram de seus olhos umas como escamas (Act. IX, 18): era sinal que a sua cegueira espiritual desaparecia; e esta maravilha sucede na alma de todo o baptizado. O baptismo dá também força para resistir às tentações do demónio. Resta depois do baptismo a tríplice concupiscência, e por conseguinte as tentações, como os israelitas, a-pesar-do seu livramento da escravidão do Egipto pela passagem do Mar

Vermelho, não deixaram de estar expostos, durante a permanência no deserto, aos ataques dos seus inimigos. A serpente, segundo se diz, perde a sua força na água, e o demónio perde o seu poder no baptismo (S. Cip.). — A vontade do baptizado, em virtude d'este sacramento, fortalecida pelo Espírito Santo, está mais apta para praticar as boas obras: «a terra ressequida não produziria fruto nenhum se não fôsse regada, e nós, como lenha seca, nunca dariamo fruto nenhum se não fôsse a chuva salutar que vem do alto» (S. Iren.). Quem possui o Espírito Santo possui o amor de Deus (Conc. Trid. VI, 7), que nos une intimamente a Deus (S. Jo. XIV, 23; I S. Jo. IV, 16); tornamo-nos uma só coisa com Jesus Cristo no baptismo, pois por él recebemos o Espírito Santo, e com êste, o amor de Deus (Gál. III, 27-28). É pela água que o trigo se amassa em pão; é pelo baptismo que nos tornamos uma só coisa com Jesus Cristo (Tert.). Por él também somos unidos a Jesus Cristo como os membros do corpo à cabeça (I Cor. XII, 13); tornamo-nos membros de um grande corpo que é animado por Jesus Cristo (S. Jer.). Tôdas as graças que recebem os membros da Igreja provêm de Jesus Cristo (S. Agost.); él é, pois, realmente a cabeça visível do grande corpo da Igreja, e nós somos os seus membros (I Cor. VI, 15); somos incorporados nêle pelo baptismo (Act. II, 41). O baptizado é cortado do tronco do velho Adão pecador e enxertado em Jesus Cristo como um homem novo. Deixa de ser geração do Adão terreno, para ser descendente do Adão celestial (S. Leão M.). O baptismo assemelha-se à porta da arca de Noé: é por él que se entra na Igreja. Como são grandes os efeitos do baptismo! De todos os benefícios de Deus, a graça do baptismo é a mais excelente, a mais magnífica, a mais preciosa (S. Greg. Naz.). Como desejariamos ardentemente o baptismo, se ainda o não houvessemos recebido!!!

Os efeitos do baptismo sensibilizam-se com várias cerimónias cheias de sentido.

O tomar um nome e a introdução do que se baptiza, do vestíbulo para o templo, significam que entra na igreja e começa a ter personalidade na comunhão dos santos. A imposição das mãos e a expiração significam a infusão do Espírito Santo. A unção com óleo na cabeça indica que o baptizado adquire uma dignidade real; a vestidura branca

significa a graça santificante; os círios acesos, a luz da bem-aventurança de que o baptizado se faz participante.

3. O baptismo é o mais importante dos sacramentos, porque é absolutamente *necessário* para a salvação (Conc. Trid VII, 5); por conseguinte as crianças que morrem sem baptismo não entram no céu.

Jesus Cristo diz: «Se alguém não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino dos céus» (S. Jo. III, 5); Jesus não exclui ninguém, nem mesmo uma criança (S. Ambr.); o baptismo é o navio que conduz ao céu (S. Bas.). Assim como a água é absolutamente necessária à vida temporal, assim o baptismo é indispensável para a vida eterna. Mas porque o baptismo é de tão grande necessidade Deus quis que ele fosse *extremamente fácil* de receber; não é preciso senão água para conferir o baptismo, e água encontra-se em toda a parte; todas as crianças podem ser baptizadas, e qualquer pessoa pode baptizar em caso de necessidade. Até o baptismo de desejo basta, quando é impossível receber o baptismo de água. — Mas as crianças que morrem sem baptismo não podem gozar a felicidade eterna. Qualquer criança, ao nascer, traz consigo o pecado original, falta-lhe, pois, a graça santificante, sem a qual ninguém pode entrar no céu; «as criancinhas que morrem antes do baptismo, não chegam, pois, à glória, celeste, mas o juiz divino não as condena às penas do inferno, porque não cometem nenhum pecado pessoal» (S. Greg. Naz.). Gozam uma certa felicidade natural, sem dor corporal e sem tristeza espiritual (S. T. de Aq.; S. Boav.); são, portanto, felizes como os homens que vivem felizes sobre a terra, mas a sua felicidade é, comparada com a dos bem-aventurados do céu, o que a pálida luz de uma lâmpada é para o brilho do sol. É, pois, terrível a responsabilidade dos pais que, por negligência, deixam os seus filhos morrer sem baptismo. A felicidade eterna da criança depende, portanto, completamente da vontade dos outros, e sobretudo dos membros da família (1).

(1) S. Agostinho conta que uma criança morta ressuscitou diante das relíquias de Santo Estêvão a fim-de-lhe ministrarem o baptismo.

4. Os pais devem, portanto, mandar baptizar os seus filhos logo que nascem, porque os recém-nascidos estão sempre em perigo de morte (S. T. de Aq.).

O baptismo das crianças está em uso na Igreja desde os tempos apostólicos. Já os Judeus eram obrigados a circuncidar os filhos aos oito dias depois do nascimento, e como as cerimónias do Antigo Testamento eram figura dos nossos sacramentos, daí se pode coligir o que se deve praticar com êles (S. Agost.). S. Afonso acusa de pecado mortal os pais, que, sem motivo grave, adiam o baptismo **mais de dez dias**. Há tantas crianças que morrem de tenra idade, que Jesus Cristo pôde dizer com tôda a verdade: «Deixai vir a mim as criancinhas, porque delas é o reino dos céus» (S. Mat. X, 14).

5. Em caso de necessidade qualquer pessoa pode baptizar (Conc. Lat. IV), em qualquer parte e sem as cerimónias solenes.

De ordinário são as parteiras que ministram o **baptismo de urgência**. Até um Judeu pode baptizar (Nicolau I) e o baptismo dos hereges é válido, se baptizam convenientemente (Conc. Trid. VII, 4). Os pais e as mães só devem baptizar quando mais ninguém está presente; contudo o baptismo por êles ministrado não seria inválido, embora fosse abusivo. O **baptismo de urgência** faz-se da seguinte maneira: lança-se água, se é possível, sobre a cabeça ou sobre outra parte do corpo e dizem-se ao mesmo tempo as palavras prescritas por Jesus Cristo: «Eu te baptizo em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo»; não é essencialmente necessário lançar a água em forma de cruz. Se a criança vive bastante tempo transporta-se à igreja para se fazerem as outras cerimónias; mas se, depois de uma investigação séria, se duvida da validade do baptismo, o sacerdote baptiza-o novamente sob condição (1).

(1) Com efeito, o baptismo de urgência faz-se ordinariamente no meio de grande comoção, pode ter sido mal feito.

Só os sacerdotes são os ministros ordinários do baptismo; conferem-no na igreja e com cerimónias solenes.

Nos primeiros séculos da igreja só o bispo baptizava, os sacerdotes só o faziam com autorização do bispo (Tert.). Mas quando as dioceses se tornaram maiores, e o bispo já não podia ir a toda a parte para baptizar, os sacerdotes receberam o direito de baptizar *em virtude mesmo do seu sacerdócio*; contudo numa *paróquia* só o pároco, ou o seu representante (naturalmente o bispo da diocese também) pode usar este direito. Primitivamente o baptismo ministrava-se em capelas chamadas *baptistérios*: eram pequenos edifícios de pedra, com uma grande bacia que continha a água baptismal; estavam situados ordinariamente perto e algumas vezes mesmo dentro da igreja episcopal. Quando cerca do ano 600 o baptismo das crianças se tornou geral e o dos adultos menos freqüente, erigiram-se *pías baptismais*, isto é, bacias de pedra com a água consagrada, como hoje existem. Algumas são artisticamente trabalhadas. — Em todo o tempo foi severamente proibido o baptismo nas casas particulares; só se ministrava o baptismo em capelas particulares aos príncipes e aos reis (Clem. V, 1311). As cerimónias do baptismo não teriam sentido nas casas particulares; uma acção tão santa como o baptismo deve fazer-se na igreja e ainda hoje o baptismo não deve nunca ser ministrado numa casa particular sem licença expressa do bispo.

6. Quando o baptismo de água é impossível, pode ser *suprido* pelo desejo do baptismo (baptismo de desejo) ou pelo martírio por Jesus Cristo.

O Concílio de Trento diz: Depois da promulgação do Evangelho não se pode alcançar a justificação sem o *lavacro da regeneração* ou sem o desejo dêle (VI, 5). O imperador Valentiniano II pusera-se a caminho para ir a Milão receber o baptismo, mas foi assassinado em viagem, e S. Ambrósio disse nessa ocasião: «O seu desejo do baptismo purificou-o». — Todos os patriarcas, os profetas e pessoas santas do Antigo Testamento tinham o desejo do

baptismo (1) (**baptismo de desejo**), isto é, um grande amor de Deus e o desejo ardente de fazer tudo o que Deus ordenasse (por conseguinte, de receber o baptismo); ora aos olhos de Deus a vontade vale por obras, no que se mostra a sua grande misericórdia. «Contudo pelo baptismo de desejo não são perdoadas todas as penas temporais do pecado» (S. T. de Aq.), (2) — O martírio por Jesus Cristo chama-se também **baptismo de sangue**. Foi o que receberam os *Inocentes* de Belém, que a Igreja honra como santos e cuja festa celebra três dias depois do Natal; foi também o que receberam todos aqueles que antes de serem baptizados sofreram a morte, quer pela fé católica, quer por uma virtude cristã, quer pelo cumprimento cristão de um dever, por exemplo S. João Baptista e Santa Emerenciana que, sem ser ainda baptizada, orava junto do túmulo de Santa Inês e foi lapidada pelos pagãos. A Igreja nunca rezou pelos mártires de Jesus Cristo não baptizados; e, com efeito, o divino Salvador disse: «Aquél que perde a vida por minha causa encontrá-la-á» (S. Mat. X, 39). Esse recebeu o baptismo de sangue. Aos mártires o martírio serve de verdadeiro baptismo, porque morrem realmente em Cristo, ao passo que os baptizados em água só de uma maneira mística e figurativa morrem n'Ele (S. Clem. † 100).

7. Nos primeiros tempos da Igreja administrava-se solenemente o baptismo, 1.^º no Sábado da Aleluia, 2.^º no Sábado antes de Pentecostes e 3.^º, no Oriente, também no dia da Epifania (festa dos Reis).

Na época das perseguições ministrava-se o baptismo na noite do sábado anterior à Páscoa e ao Pentecostes.

(1) Isto parece menos exacto, pois não estando ainda instituído o baptismo, o desejo déle não podia estar incluído no desejo de fazer tudo o que Deus manda.
(Nota do tradutor espanhol).

(2) Em resumo: o baptismo de desejo (também chamado baptismo de fogo), que justifica e salva o adulto que não pode receber o baptismo de água, nada mais é do que o acto de caridade ou de contrição perfeita dos pecados, no qual está incluído o desejo de fazer tudo quanto Deus manda, e, portanto, de receber o baptismo logo que seja possível.
(Nota do tradutor espanhol).

Na Páscoa, porque o baptismo é uma ressurreição espiritual (Rom. VI, 4); no Pentecostes, porque nesse dia foram baptizados os primeiros três mil convertidos e porque pelo baptismo se recebe o Espírito Santo. Ministrava-se também no dia da Epifania, porque nesse dia a Igreja celebra o baptismo de Jesus no Jordão. Fora desses dias, baptizavam-se também as pessoas gravemente enfermas, bem como aquêles que eram muito instruídos na doutrina do cristianismo. — É em memória desta tradição que no sábado de Aleluia e na vigília do Pentecostes se faz ainda hoje a **bênção das pias baptismais** e se ministra solenemente o baptismo na igreja de S. João de Latrão. — Nalguns países, por exemplo na Boémia, onde S. Cirilo e S. Metódio, vindo do Oriente, baptizaram sem dúvida no dia de Reis, faz-se também uma bênção solene das pias baptismais na vigília da Epifania. A bênção da água baptismal faz-se com muita solenidade, recitando-se belas orações entremeadas de cânticos; depois imerge-se na água o círio pascal; fazem-se sobre ela expirações, etc. e, finalmente, mistura-se o óleo dos catecúmenos e o santo Crisma.

Nos primeiros tempos da igreja o baptismo era precedido de uma instrução religiosa chamada **catecumenato**.

Aquêle que desejava fazer-se cristão devia apresentar-se ao bispo, que lhe dirigia várias perguntas: se o achasse digno, recebia-o solenemente como catecúmeno: *impunha-lhe as mãos*, para significar que o Espírito Santo lhe seria em breve comunicado, traçava-lhe o sinal da cruz *sobre a fronte e o peito*, porque o catecúmeno devia ter no espírito e no coração a doutrina do Crucificado, isto é, crê-la e conformar com ela a sua conduta; finalmente, punha-lhe *sal na boca* como sinal de preservação da corrupção do pecado. Usava então o nome de **catecúmeno de primeira classe**, e durante dois anos ensinavam-lhe a história bíblica do Antigo e do Novo Testamento, os dez mandamentos de Deus e os dois preceitos da caridade. — Os catecúmenos tinham na igreja um lugar reservado no vestíbulo, e podiam assistir ao *começo da missa e ao sermão*, mas deviam retirar-se antes do Ofertório; fazia-se então recitar aos assistentes o símbolo dos Apóstolos e quem o não sabia era despedido. No fim do segundo ano tornavam-se **catecúmenos de segunda classe**, ou inscritos,

isto é, notados no registo. Em todos os dias da quaresma faziam-se a estes catecúmenos homilias especiais; deviam também *jejuar* e fazer ao bispo uma *confissão*, que, é claro, não era um sacramento. Eram santificados durante êsse tempo por diferentes orações litúrgicas, bênçãos e consagrações: expirava-se sobre êles, para indicar a próxima comunicação do Espírito Santo; exorcizavam-nos para expulsar o demónio; punham-lhe saliva nos ouvidos e nas narinas para lhes fazer compreender que os seus sentidos espirituais deviam ser abertos às verdades divinas (S. Marc. VII, 33); ungiam-lhes com azeite o peito e as costas, para os advertirem de que o Espírito Santo os ajudaria a levar o jugo de Jesus Cristo. Depois do domingo de Ramos, na última semana antes do baptismo, ensinavam-lhes a doutrina do mistério da Santíssima Trindade, o símbolo dos Apóstolos e a Oração dominical. Tôdas estas cerimónias, com a recitação do Credo e do Padre Nossa imediatamente antes do baptismo, conservaram-se até nossos dias, com a diferença que a instrução religiosa se dá aos meninos já baptizados logo que chegam ao uso de razão.

Imediatamente antes do baptismo o neófito devia fazer o *voto solene* de crer a doutrina de Jesus Cristo e de a praticar; a êste voto dá-se o nome de **promessas do baptismo**.

O catecúmeno, voltado para o Ocidente, renunciava ao demónio, a tôdas as suas obras e tôdas as suas pompas, isto é, à idolatria e aos costumes idólatras, por exemplo ao teatro, e à vaidade do mundo, por exemplo ao luxo no vestuário. Depois, voltando-se para o Oriente, jurava crer na doutrina de Jesus Cristo e conformar com ela a sua conduta. A isto é que se chama ordinariamente **promessas do baptismo**: chama-se-lhe também *aliança do baptismo*, porque Deus por sua parte promete, para a observância dêste voto, o auxílio da sua graça, e depois da morte a ben-aventurança eterna. As *promessas do baptismo* são análogas ao *juramento de bandeiras* do soldado; com efeito, o cristão pelo baptismo alista-se sob a bandeira de Jesus Cristo e promete combater os inimigos de Deus. Estas promessas são também como a *aliança* que os *esposos* celebram ao altar e pela qual se prometem mutuamente amor e fidelidade; no baptismo a alma contrai uma aliança com o seu divino Espôso. Nêle adquirimos pois direitos e deveres.

— Convém que aquêles que foram baptizados em criança **renovem** essas promessas quando atingiram já a idade de razão, sobretudo no *aniversário do seu nascimento e do seu patrono*, e antes de receber os sacramentos⁽¹⁾. S. Crisóstomo tinha também o costume de renovar este voto *nas tentações* e dizia: «Eu renuncio ao demónio e dou-me inteiramente a Jesus Cristo». — No tempo das perseguições — e este uso não seria descabido em nossos dias — os cristãos *renovavam solenemente* cada ano as promessas do baptismo *num dia fixo*, que S. Gregório de Nazianzo chama o dia brilhante das luzes. Os cristãos infiéis às suas promessas do baptismo ouvirão no dia de juízo dos lábios de Jesus Cristo estas palavras do Evangelho: «Servo infiel, pelas tuas palavras te sentenceio, isto é, segundo a promessa solene que me fizeste um dia» (S. Efr.).

No baptismo *imersa-se* o neófito na água; algumas vezes *aspergiam-no* com água ou apenas lha faziam correr sobre a cabeça.

A cerimónia do lavacro no baptismo fez-se de diferentes maneiras. A princípio o sacerdote e o padrinho, e para as mulheres a madrinha, davam a mão ao catecúmeno para o fazerem descer os degraus do baptistério e o mergulharem *três vezes* na água, enquanto o sacerdote pronunciava as palavras sacramentais. Esta tríplice imersão recordava ao mesmo tempo o mistério da *Santíssima Trindade* e simbolizava o encerramento no túmulo e a *ressurreição* de Jesus Cristo ao terceiro dia; ao mesmo tempo queria-se figurar a morte do *velho homem pecador* e o nascimento do homem novo (Rom. VI, 3-11). Quando se baptizavam grandes multidões, fazia-se sómente a *aspersão*, e este modo foi talvez empregado para o baptismo dos primeiros três mil cristãos no dia de Pentecostes. Nos séculos seguintes empregou-se exclusivamente a *infusão*, quere dizer: lançava-se três vezes água sobre a cabeça, pronunciando as palavras prescritas; nos primeiros séculos este modo só se empregava em caso de necessidade (por exemplo, quando se tratava de um enfermo que se não podia meter na água).

No baptismo dava-se a cada neófito o nome de um santo, o **seu patrono** (nome de baptismo).

(1) Ver esta fórmula nas orações que se lêem no princípio do catecismo.

O baptizado ficava assim sob a protecção especial de um santo ou de um anjo, que devia ser o seu modelo, e além disso o seu protetor, como o seu padrinho o era para a vida sobre a terra. Já Sócrates havia dito: «Os pais devem dar a seus filhos os nomes de pessoas virtuosas, a-fim-de os convidarem a imitar aqueles cujos nomes usam.» Os nossos patronos poderiam dizer ao cristão infiel o que Alexandre Magno dizia a um soldado covarde que tinha o seu nome: «Muda de nome, ou honta o que tens!» — Dando ao neófito o nome de um santo faz-se-lhe compreender que se tornou **filho de Deus**, que está incorporado na *sociedade dos santos* e destinado à santidade. Quando Deus favoreceu certos personagens com *graças particulares* muitas vezes lhes mudou os nomes: Abrão chamou-se Abraão, Simão tornou-se Pedro e Saulo passou a ser Paulo. — A Igreja deseja que os pais escolham para seus filhos **nomes de santos** (Rit. Rom.), porque então sente-se mais estímulo à vida cristã. Muitas vezes, infelizmente, os pais escolhem nomes *ridículos*, algumas vezes detestáveis, mesmo nomes de divindades do paganismo ou de inimigos famosos do cristianismo e da Igreja (Sigfrido, Crimilda, Artur (?)) não são nomes de Santos). O sacerdote, embora inscreva êsses nomes no registo, não os impõe ao baptismo; contudo nada impede que se dêem às crianças os nomes de pessoas mortas em cheiro de santidade. Não está bem dar às meninas nomes derivados de um santo varão: por exemplo Josefina, Guilhermina, etc.; porque um homem, embora seja santo, não pode servir de modelo a uma mulher. Também se não devem dar a um menino demasiados nomes de santos. (Nisto, a-pesar-do que diz o autor, podem seguir-se os costumes de cada região. As pessoas reais costumam receber muitos nomes, para se colocarem sob a protecção de muitos santos. Nas Filipinas era muito freqüente entre os cristãos tomarem os homens nomes de santas Anita, Rito, etc. *Quum Romae fueris, romano vivito more.* (Nota do Padre Ruiz Amado).

No baptismo solene deve assistir ao baptizado *um padrinho*, o máximo dois.

Os padrinhos **garantem** a promessa do neófito de conservar a fé católica e levar uma vida cristã. Exigindo a presença dos padrinhos, a Igreja faz como quem *prudentemente empresta dinheiro*, que exige um fiador (Tert.).

A criança que vem ao mundo tem necessidade de *uma* alma que a crie; assim também o novo baptizado precisa de alguém que o faça crescer na santidade cristã (S. T. de Aq.). Os padrinhos têm, portanto, obrigação de olhar pela educação cristã dos seus afilhados, no caso de falecerem os pais, ou descurarem essa educação. Actualmente, onde as crianças são bem instruídas, por meio da escola pelo menos, na doutrina cristã, o facto de ser padrinho já não tem uma significação tão importante; contudo os padrinhos devem sempre manter a sua influência sobre os afilhados em caso de necessidade. Ser padrinho é, pois, mais alguma coisa do que contrair a obrigação de dar um presente, e não é conveniente ser padrinho de muitas crianças. — Os padrinhos contraem com os seus afilhados **parentesco espiritual**; com efeito o baptismo é um nascimento (I S. Ped. II, 2). Ora pelo baptismo a Igreja torna-se mãe espiritual do baptizado; o padrinho que presente na Igreja sustenta na pia a criança, é seu pai espiritual; é por isso que se chamam *compadres* ao padrinho e à madrinha. O parentesco espiritual dos padrinhos com o baptizado é *impedimento dirimente* do matrimónio, e é para não multiplicar os impedimentos (Conc. Trid. XXIV, 2), que a Igreja não tolera senão um padrinho e uma madrinha. Mas um é absolutamente necessário, e que tenha pelo menos catorze anos de idade. Devem ser *católicos* e os não católicos só são tolerados como testemunhas do baptismo (e isto onde não cause escândalo a sua intervenção, isto é, nos países onde vivem promiscuamente hereges e católicos); devem também ter recebido a *Confirmação* (o que todavia não é essencial) e levar vida honesta. Os inimigos da Igreja, as pessoas casadas apenas civilmente, não podem portanto servir de padrinhos. Os pais não podem nunca ser padrinhos, e bem assim os religiosos e os clérigos de ordens sacras a não ser por justa causa, com licença do superior ou do Ordinário do lugar. — **Cerimónias que os padrinhos devem observar** no baptismo: a madrinha traz a criança e espera no vestíbulo da igreja, porque a criança não foi recebida na sociedade cristã. Chega o sacerdote e quando ele pregunta que nome deve receber a criança e o que ela deseja da Igreja, respondem-lhe: «a fé e por ela a vida eterna». O sacerdote faz então as cerimónias já descritas para a recepção no catecumenato, coloca a estola sobre a criança e introdu-la na igreja juntamente com padrinhos, para indicar que é pelo poder eclesiástico que ela é recebida na Igreja. Recita-se em seguida o *Credo* e o *Padre Nossa* e logo de-

pois o padrinho, em nome da criança, faz as *promessas do baptismo* (1). No fim da cerimónia o sacerdote deseja a paz ao novo baptizado, ao que os padrinhos respondem Amen; e depois os padrinhos inscrevem seus nomes no registo.

As três belas *cerimónias* que se seguem ao baptismo, simbolizam a grande *dignidade* e os *deveres* do baptizado.

O sacerdote unge com o **santo crisma** em forma de cruz o alto da cabeça do baptizado. Esta unção recorda ao baptizado que se tornou *cristão*, isto é, consagrado (Cristo significa *ungido*). Recorda-lhe também a *dignidade real* do cristão; él é filho do rei do céu e deve dominar as más inclinações do seu corpo (Gén. IV, 7). (Os reis também são ungidos no alto da cabeça com o santo Crisma). Esta unção convida além disso o cristão à mansidão (o azeite abranda) e ao exercício das obras de misericórdia; ela significa que o Espírito Santo desceu para iluminar e fortalecer (o azeite alumia e fortifica). Veste-se à criança um **vestido branco**: os primeiros cristãos usavam-no durante 8 dias na igreja, isto é, até ao primeiro domingo depois de Páscoa (2). Este vestido branco recorda que o baptismo purificou o neófito de todos os pecados (inocência baptismal); simboliza, portanto, a veste nupcial da graça santificante que o baptizado deve conservar intacta até à morte. — O baptizado (o padrinho em nome das crianças) segura em seguida na mão **uma vela acesa**, que lhe recorda que o Espírito Santo iluminou a sua inteligência (Ef. V, 8) e recorda-lhe as palavras de Jesus Cristo: «Que a vossa luz brilhe diante dos homens, para que êles vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está nos céus» (S. Mat. V, 16); a vela ensina por conseguinte a necessidade das boas obras: a fé não deve ser morta, mas vivificada pelas boas obras; indica ainda que o baptizado está *no caminho* que conduz à *luz eterna*, que é um viajante munido duma luz para se guiar nas trevas. — Todas estas cerimónias santificam o homem e o consagram como um templo do Espírito Santo.

(1) As três primeiras preguntas responde: «Renuncio»; às três últimas diz: «Creio».

(2) E por isso que esse domingo se chama «in Albis» (depositis), querer dizer: domingo da deposição do vestido branco baptismal.

O baptizado era de ordinário *confirmado* imediatamente depois do baptismo e recebia em seguida a sagrada *Comunhão*.

Depois do baptismo dava-se ao baptizado uma instrução mais minuciosa sobre a santa missa, os sacramentos e a oração, o que se chamava instrução *místagogica*, isto é, que iniciava nos mistérios, cujo conhecimento se conservava sob o segredo do arcano. Antes do baptismo os catecúmenos não teriam ainda compreendido bem essas instruções, porque a sua inteligência não estaria ainda bastante esclarecida pelo Espírito Santo. Este método indica quanta importância a Igreja liga à instrução religiosa!

2. A Confirmação

Confirmação quere dizer *robustecimento* (do latim *firniare*: robustecer); e tal é o efeito da Confirmação, que também se chama *perfeição*, porque é o complemento do baptismo, *imposição das mãos* (Act. VIII, 17) ou *sacramento do santo crisma* por causa das cerimónias com que se confere (o bispo unge a fronte). Embora Jesus Cristo tenha comunicado o Espírito Santo aos seus Apóstolos já antes da Ascensão, os Apóstolos haviam ficado muito timoratos: fugiram do jardim das Oliveiras, e conservaram-se em suas casas com as portas fechadas. Esta timidez desapareceu quando receberam a *plenitude do Espírito Santo* no Pentecostes. Nós também recebemos o Espírito Santo no baptismo, mas não recebemos a sua plenitude senão na Confirmação. No Pentecostes o Espírito Santo desceu sob a forma de certos *sinais sensíveis*, sob forma de línguas de fogo e no meio do rumor do vento; os sinais sensíveis da Confirmação são a imposição das mãos, a unção com o santo crisma e a oração do bispo. No Pentecostes os Apóstolos receberam os sete dons do Espírito Santo, em especial o dom da *fortaleza*, e *graças particulares*, como o dom das línguas e dos milagres; a Confirmação confere-nos os mesmos dons, excepto as graças extraordinárias que parecem estar suspensas. A Confirmação é, portanto, para os cristãos o que o Pentecostes foi para os Apóstolos.

1. Na Confirmação o bispo estende as mãos sobre os confirmandos e invoca sobre êles o Espírito Santo, ungindo-lhes a fronte com o santo Crisma, orando ao mesmo tempo e impondo-lhes as mãos: dêste modo recebe o cristão os dons do Espírito Santo, em particular a *firmaza na fé*.

Cerimónias: O bispo estende as mãos primeiramente sobre todos os confirmandos: isto significa que uma força

superior é comunicada; as mãos é que servem para dar. Depois aproxima-se de cada um deles e impõe-lhe os *quatro dedos da mão direita* sobre a cabeça, ao mesmo tempo que lhe faz na testa com o polegar a unção do santo Crisma em forma de cruz, para recordar ao confirmado que nunca se deve envergonhar de trazer de certo modo na fronte a fé de Jesus Cristo crucificado, isto é, de a professar publicamente. Pronuncia ao mesmo tempo esta fórmula: «Eu te assinalo com o sinal da cruz e te confirmo com o crisma da salvação, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Assim seja.» Em seguida o bispo dá ao confirmado uma leve bofetada, para lhe fazer compreender que deverá sofrer perseguição pela fé e diz-lhe: «A paz seja contigo», porque os sofrimentos padecidos por amor de Jesus Cristo dão uma grande paz de alma; e nas perseguições deve conservar a serenidade interior e confiar em Deus. No fim da cerimónia o bispo dá a todos a sua bênção. O santo crisma é uma mistura de azeite de oliveira e de bálsamo, e é consagrado só pelo bispo, consagração que se faz na catedral na Quinta-feira santa.

Os Apóstolos ministraram já a Confirmação, por exemplo: na Samaria e em Éfeso.

Os santos Apóstolos Pedro e João impuseram as mãos aos cristãos de Samaria para fazerem descer sobre êles o Espírito Santo (Act. VIII, 11-17), e S. Paulo fez o mesmo em Éfeso (*Ibid.* XIX, 5). Recebendo então a Confirmação recebiam-se também as *graças extraordinárias* do Espírito Santo como o dom das línguas e de profecia (Act. XIX, 5). De ordinário também na imposição das mãos o Espírito Santo descia sobre os confirmados sob um *sinal sensível*, de sorte que os Apóstolos não precisavam usar o santo Crisma (S. T. de Aq.). Ao princípio usava-se apenas o azeite: só no VI século é que se encontra o uso de misturar bálsamo ao azeite (Bent. XIV). Os papas e os doutores mais antigos falam da Confirmação. «Todos os fiéis, diz S. Urbano († 230), devem depois do baptismo receber o Espírito Santo pela imposição das mãos, a fim de se tornarem cristãos perfeitos.» — S. Cipriano († 250) escreve: «que o sacramento do santo Crisma é tão santo como o baptismo» e S. Agostinho: «que da cessação do dom das línguas não se deve inferir que o Espírito Santo se não comunica pela imposição das mãos. Essas graças extraordinárias eram necessárias nos primeiros séculos da Igreja,

para facilitarem a sua difusão.» As seitas mais antigas, como os Nestorianos, os Jacobitas, mantiveram este sacramento, assim como a Igreja grega, que prepara o santo Crisma com azeite, (que é sempre a parte principal), vinho e 35 espécies aromáticas. — O concílio de Trento declara expressamente que a Confirmação é um verdadeiro sacramento (VII, 1) e não uma simples cerimónia, outrora anexa ao baptismo, nem uma simples profissão de fé pública feita diante da comunidade cristã.

2. A Confirmação produz em nós efeitos análogos aos do azeite e do bálsamo: torna-nos suaves, isto é, aumenta o nosso amor de Deus e do próximo; ilumina a nossa inteligência, fortalece a nossa vontade, preserva a alma da corrupção do pecado e enche-nos do perfume das virtudes cristãs.

O azeite amacia os objectos ásperos (quando se esfregam uns nos outros), alumia (quando arde numa lâmpada), fortalece (os atletas gregos esfregavam-se com azeite antes de combater). O bálsamo preserva da corrupção, como se vê pelas múmias do Egito (que após tantos séculos se conservam incorruptas), e exala um cheiro agradável. Como o azeite deixa nódoas difíceis de tirar, indica também o carácter indelével da Confirmação. A Confirmação **aumenta o amor de Deus e do próximo:** por outras palavras, a Confirmação aumenta a graça santificante, ou ainda, pela Confirmação recebemos a plenitude do Espírito Santo. É por isso que ela é o complemento do sacramento do baptismo. Sem dúvida, no baptismo tornou-se o homem templo do Espírito Santo, mas na Confirmação recebe a sua plenitude. Os cristãos não confirmados são portanto como uma igreja muito bem adornada, onde se não conserva o SS. Sacramento (Massl.). Sem a Confirmação o baptizado é como uma criança que ainda não tem todo o seu desenvolvimento (S. Clem.). O baptismo e a Confirmação estão quase nas mesmas relações que o sacerdócio e o episcopado: no baptismo torna-se o cristão soldado de Jesus Cristo; na Confirmação recebem-se as armas para o combate (S. Melquidas). Os confirmados terão, portanto, um grau de glória no céu, mais alto do que aqueles que são

apenas baptizados (S. T. de Aq.). Isto explica-nos por que é que nos primeiros séculos se confirmavam já as crianças de tenra idade. A Confirmação ilumina a **inteligência**, isto é, o homem reconhece a vaidade dos bens e dos prazeres da terra e toma por êles viva desafeição; ela destrói o amor do mundo, e este efeito está sempre ligado a um aumento do amor de Deus. Pela Confirmação todos os nossos pensamentos e desejos se elevam para o céu; o homem, de terreno, faz-se celestial, de carnal faz-se espiritual, e, por conseguinte, perfeito cristão (S. Melquíades). Pela Confirmação à timidez sucede a **firmeza na fé**. Antes do Pentecostes os Apóstolos eram como as crianças sem ânimo; depois do Pentecostes foram como leões. É assim que o Espírito Santo ainda hoje procede nos Confirmados: êles podem dizer: «Tudo posso nAquele que me conforta» (Fil. IV, 13). S. Vicente Férrer é de opinião que no fim do mundo o Anti-Cristo empregará todos os esforços para impedir os cristãos de receberem a Confirmação, a-sim-de os fazer apostatar mais facilmente. Como a Confirmação robustece a vontade, o confirmado **resiste mais facilmente às tentações e não cal tão facilmente no pecado**. Se contudo tem a desgraça de cair em pecado mortal, deverá sofrer uma pena mais grave, como o soldado que depois de jurar fidelidade à bandeira se passa ao campo inimigo. Quanto mais forte é a vontade **mais facilmente se chega à virtude**. A Confirmação ajuda sobretudo a praticar a **humildade** e a **mansidão**, que o azeite e o bálsamo simbolizam. O bálsamo, que misturado com todos os líquidos cai no fundo do vaso, representa-nos a humildade; o azeite, que flutua, é figura da mansidão que torna o homem superior a tôdas as adversidades (S. Fr. de S.). A Sagrada Escritura dá sempre às virtudes o nome de bom odor (II Cor. II, 15), porque as almas virtuosas são tão agradáveis a Deus como a nós os perfumes. Por isso muitos corpos de santos exalam um suave perfume.

3. Os fiéis devem receber a Confirmação ao chegarem ao uso da razão (Cân. 786 e Concílio Plen. Port. 187).

Não convém receber a Confirmação antes da idade de razão (cerca dos sete anos) (Rit. Rom.). Não se pode todavia fixar uma idade determinada, porque, em muitas partes pelo menos, a extensão das dioceses não permite

aos bispos visitarem as paróquias senão com intervalos muito grandes. Este sacramento pode ser administrado mesmo antes dos 7 anos, se a criança estiver em perigo de morte, ou se parecer conveniente ao ministro por justas e graves causas (Cân. 788). — Aquêle que *adia inconsideradamente* a recepção da Confirmação assemelha-se a um viajante que deve passar por caminhos perigosos e recusa as armas que lhe oferecem: pode pagar cara a sua imprudência (Mehler). Embora a Confirmação não seja absolutamente necessária à salvação, contudo Deus punirá severamente o desprezo que se tem por este sacramento (1). Nos primeiros tempos da Igreja impunha-se a penitência de três anos, reservada aos pecadores graves, aos pais que descuravam a Confirmação dos seus filhos. Basta saber, de mais, que Jesus Cristo quere que todos estejamos cheios do Espírito Santo (S. Jo. VII, 37 e seg.).

4. Antes da Confirmação deve o cristão confessar-se (se já chegou ao uso da razão) e, se é possível, receber a *Sagrada Comunhão*, porque é preciso estar em estado de graça para ser confirmado.

Quem recebesse a Confirmação em estado de pecado mortal, seria como um homem que lançasse um licor precioso num vaso impuro. Quem tivesse a certeza de estar em estado de graça poderia receber a Confirmação sem ser preciso confessar-se. Era por este motivo que nos primeiros séculos da Igreja nunca se pôs dificuldade em dar este sacramento às *criancinhas* imediatamente depois do baptismo, uso que ainda hoje se observa entre os gregos.

O confirmando deve ser bem instruído nas verdades da fé e preparar-se para a Confirmação com *recolhimento, oração e jejum*.

Assim procederam os Apóstolos, que se prepararam desta maneira durante os dez dias que precederam o Pen-

(1) Os Doutores da Igreja contam que um certo Novato, que descurara a Confirmação, tornou-se here-siarca famoso e teve uma morte horrível. Atribuem este fim ao seu desprezo por este sacramento.

tecostes (Act. I, 14); por isso vários sínodos ordenaram que os confirmados recebessem antes da Confirmação **instruções particulares**, rezassem durante sete dias pelo menos 7 Padre-Nossos 7 Ave-Marias em honra do Espírito Santo e jejuassem na véspera da Confirmação. Por isso todo o crismado deve ser apresentado pelo seu pároco ou apresentar um certificado que ateste ter sido suficientemente preparado.

5. Na sua cidade episcopal o bispo administra ordinariamente a Confirmação no Pentecostes, e nas outras povoações da sua diocese administra-a por ocasião da visita pastoral.

Nos primeiros séculos dava-se de ordinário a confirmação na Páscoa e no Pentecostes, isto é, depois do Baptismo. S. Jerónimo narra que no seu tempo (400) os bispos iam aos campos confirmar aquéllos que haviam sido baptizados pelos sacerdotes ou diáconos; hoje a confirmação dá-se em geral durante a visita episcopal. Os bispos podem também crismar com menos solenidade em qualquer lugar e tempo, por ex. aos doentes. — Um sacerdote só pode confirmar com autorização do papa; este caso pode dar-se nos grandes territórios das missões que os bispos não podem percorrer inteiramente, e onde os pagãos convertidos estariam expostos a perder a fé se não fossem robustecidos pela Confirmação. Numa construção todos os trabalhos são feitos pelos operários, mas é o arquitecto que tem o direito de coroar a obra: assim também é o bispo que deve dar a Confirmação como que para acabar o edifício espiritual (S. T. de Aq.). Tem-se mais respeito a um sacramento quando é o bispo que o administra.

O crismado recebe também na Confirmação o nome de um santo, patrono da Confirmação.

Quando outrora a Confirmação se seguia imediatamente ao baptismo não se tomava senão um nome. Mais tarde introduziu-se o abuso entre os novos convertidos de conservar depois do baptismo os seus nomes pagãos e foram obrigados a tomar na Confirmação nomes de santos. Assim como o soldado deve ter os olhos no general,

assim o confirmado, como soldado de Cristo, deve imitar o santo cujo nome recebeu na Confirmação e que deve ser o seu modelo ao mesmo tempo que o seu *intercessor* no céu. Além dêste guia celeste, tem também um guia terreno.

Na Confirmação o crismado é assistido por um padrinho.

Quando alguém vai esgrimir precisa de outrem que o auxilie com a sua arte e os seus conselhos: o mesmo sucede com a Confirmação (Rit. Rom.). O padrinho da Confirmação deve amparar o seu afilhado nas circunstâncias difíceis da vida; por seu lado o afilhado deve saber que, mais tarde, não deve fiar-se demasiado em si próprio, mas atender os avisos de outrem. O padrinho deve fazer o possível para que o seu afilhado trilhe o caminho da virtude e contrai com o afilhado **um parentesco espiritual** que todavia não constitui *impedimento do matrimónio*. O padrinho deve ser já crismado, mais velho que o seu afilhado, do mesmo sexo que êle, ser bom cristão e não deve ser o mesmo padrinho do baptismo. Nos primeiros tempos em que a Confirmação se seguia ao baptismo, o mesmo padrinho servia para os dois sacramentos.

Na Confirmação deve evitarse o luxo no vestuário e qualquer outro adôrno supérfluo.

Deus resiste aos soberbos e o Espírito Santo não desce a uma alma orgulhosa (I S. Ped. V, 5), preocupada com os seus vestidos e atavios e esquecida do principal. — **Regras que se hão-de observar na Confirmação:** já se não exige hoje o estar em jejum para receber este sacramento, o que, de mais, seria quase impossível, atenta a duração da cerimónia. O vestuário deve ser simples e deve-se ir de frente descoberta, para ser ungida. Cada crismado, munido de um livro de orações e do seu bilhete, deve ser apresentado ao bispo; os adultos ajoelham em sinal de humildade; as crianças ficam de pé, e por detrás está o *padrinho*, com a mão direita apoiada no ombro direito do afilhado (1). Todos os confirmados

(1) Para regularidade da cerimónia seria óptimo, onde as circunstâncias o permitissesem, disporem-se os confirmados em duas alas desde o altar até à porta

devem estar já na igreja para a *imposição geral das mãos* pelo bispo; por isso em certas dioceses fecham-se as portas, para se não confirmar quem não esteve presente a esta primeira cerimónia. Também ninguém se deve retirar antes de ter recebido a *bênção solene* do bispo, embora ela não seja parte essencial do sacramento⁽¹⁾. Depois da Confirmação não devem os fiéis entregar-se a festins e recreações tumultuosas, que poderiam afastar o Espírito Santo. «Não contristeis o Espírito Santo», diz S. Paulo (Ef. IV, 30). Se na nossa época a fé de tantos cristãos é tão fraca, é porque se não tem pelo sacramento da Confirmação a estima que merece.

da Igreja, os rapazes do lado da epistola e as meninas do lado do evangelho; e o bispo sentado no seu trono, junto do altar mor, deve fazer com que se aproximem dêle um a um.

(1) Em virtude de certo pânico umas crianças sairam da igreja antes de receberem a bênção episcopal. Preguntou-se para Roma se haviam sido realmente confirmadas, e a resposta foi afirmativa (Congr. Ind. 22 junho 1892).

3. O SS. Sacramento do altar

1. Instituição e natureza do SS. Sacramento do altar

Nos sacrifícios da antiga Lei o povo consumia uma parte das vítimas. Jesus Cristo quis também que o povo pudesse participar do seu sacrifício.

Jesus Cristo prometera aos Judeus em Cafarnaúm, depois da maravilhosa multiplicação dos pães, que lhes daria a sua carne como comida e o seu sangue como bebida (S. Jo. VI, 26).

Depois do assombroso milagre da multiplicação dos pães deram-se as turbas a procurar Jesus, e o encontraram na sinagoga de Cafarnaúm; queriam receber de novo pão de suas mãos. Prometeu-lhes Jesus *um pão que os tornaria imortais*, e como êles lho pediram Jesus respondeu: «Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue não tereis a vida em vós. Aquêle que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia» e acrescentou: «A minha carne é verdadeiramente *um alimento* e o meu sangue é verdadeiramente *uma bebida*». Ouvindo estas palavras os Judeus não puderam conter as murmurções e retiraram-se.

Jesus Cristo cumpriu esta promessa na *última ceia*, transformando o pão no seu corpo e o vinho no seu sangue e dando-o a comer e a beber aos Apóstolos (S. Mat. XXVI, 26).

Contudo os Apóstolos não viam a *aparência da carne*: a aparência do pão (as espécies), isto é, a cor, o sabor, o cheiro, havia ficado; também não viram a *aparência do*

sangue: as espécies do vinho haviam permanecido; só a substância se havia mudado. O interior de um ovo muda-se também em passarinho vivo e contudo a casca não muda (S. T. de Aq.).

I. O corpo e o sangue de Jesus Cristo sob as aparências do pão e do vinho constituem o SS. Sacramento do Altar.

Também aqui encontramos as coisas que constituem um sacramento. Os sinais sensíveis são as *aparências do pão e do vinho*, depois as *palavras de Jesus Cristo*. A graça invisível é a recepção do corpo e do sangue de Jesus Cristo e as graças que produz em nossa alma. A instituição d'este sacramento realizou-se na *última ceia*. O sinal sensível simboliza a graça invisível: o **pão**, que se prepara com grãos de trigo moídos e com água, e se coze ao fogo, representa o corpo de Jesus Cristo, que sofreu infinitamente; o pão *sem fermento* figura a pureza do corpo de Jesus Cristo; a forma *redonda* significa que sob as espécies do pão está escondido o Deus que, como o círculo, não tem princípio nem fim (Hebr. VII, 3). O **vinho**, espremido de *uvas pisadas*, simboliza o sangue de Jesus Cristo, que foi espremido do seu corpo. A água *misturada* com o vinho significa que em Jesus Cristo a humanidade está intimamente unida à divindade. O pão e o vinho, que formam juntos os *principais* alimentos do corpo, indicam que o corpo e o sangue de Jesus Cristo são os principais alimentos da alma. — Este sacramento tem diferentes *nomes*. Nós dizemos: sacramento do *Altar*, porque a transsubstanciação se faz sobre o altar; *SS. Sacramento*, porque não comunica apenas graças como os outros sacramentos, mas o próprio Autor das graças; sacramento de *Amor*, porque é a maior prova do amor de Jesus Cristo aos homens; e simplesmente *Sacramento*, porque é o sacramento por excelência; *Pão do céu*, porque contém como alimento o divino Salvador descendido do céu; *Pão dos Anjos*, porque nos torna semelhantes aos anjos e exige pureza angélica nos que o recebem; *Viático*, porque dá força aos moribundos para a sua *viagem* da eternidade; *Hóstia* (*vítima*) e *Eucaristia* (*boa graça*), porque é a melhor graça que se nos dá e o melhor meio de que dispomos para dar graças a Deus pelos outros benefícios. O povo também costuma chamar-lhe *Nossa Pai*, porque com

efecto Jesus Cristo ali presente é para nós um pai carinhoso que nos dá o melhor dos alimentos, a-fim-de sustentar a nossa vida espiritual.

Dizemos: **sacramento do Altar**, porque o sacerdote, por ordem de Jesus Cristo, faz no *altar* o que o divino Salvador fez na última ceia.

Jesus disse aos seus Apóstolos: «Fazei isto em memória de mim» (S. Lucas XXII, 19); o sacerdote pronuncia, pois, sobre o pão e o vinho as mesmas palavras que Jesus Cristo disse na última Ceia, e com elas transforma o pão no corpo de Jesus Cristo e o vinho no seu sangue. Também se lhe dá o nome de *Sacramento do altar*, porque se conserva sobre o altar.

O lugar onde se guarda, nas igrejas, o SS. Sacramento, chama-se **tabernáculo** ou **sacrário**.

Tabernáculo vem de uma palavra latina que quiere dizer tenda de campanha, e é uma pequena tenda sólidamente fechada, que se levanta ao centro do altar; o interior deve ser dourado ou forrado de seda branca, e o exterior é em geral ornado de símbolos do SS. Sacramento: espigas, uvas, cális, cordeiro. Na Idade Média, em vez do tabernáculo actual, havia uma pequena torre (*custódia*) perto do altar. Chamamos-lhe *tabernáculo*, isto é, tenda sagrada, porque o tabernáculo dos Israelitas, com a sua nuvem misteriosa, era figura dêste em que habita o nosso Deus (Apoc. XXI, 3). No tabernáculo encontra-se o *cibório* com as hóstias, coberto com um véu para indicar que Jesus Cristo está ali escondido sob as espécies do pão. Muitas vezes o tabernáculo contém também o *ostensório* (*ostendere* — mostrar), ou *custódia*, que serve para expor o SS. Sacramento nas ocasiões solenes. Para dar a conhecer que o SS. Sacramento se encontra numa igreja faz-se arder constantemente diante do tabernáculo a **lâmpada do santuário**, que nos recorda que no altar está Aquél que é a luz do mundo e ao mesmo tempo é eterno. — Em geral a luz simboliza a *presença de Deus*; Deus com efeito habita uma luz inacessível (Tim. VI, 16) e muitas vezes se manifestou no esplendor da luz, como na sarça ardente, sobre o monte Sinai, no Tabor e no dia de Pentecostes. — A lâmpada do santuário subs-

titui o candelabro de sete ramos do templo de Jerusalém, sobre o qual ardiam constantemente as lâmpadas. No nascimento de Jesus Cristo brilhou uma luz pelos campos de Belém. O tabernáculo assemelha-se ao presépio onde estava reclinado o Menino Jesus; e a lâmpada figura a estrela que a ele conduziu os santos Magos. — Jesus Cristo está sempre no meio de nós, foi logo com toda a verdade que disse: «Estarei convosco até à consumação dos séculos» (S. Mat. XXVIII, 20). Entre nós e os santos a diferença é apenas de graduação: Jesus Cristo está presente a uns e a outros, a diferença está em que os habitantes dos céus gozam da sua visão directa, ao passo que para nós está velado sob as santas espécies. O mandado conservado na arca da aliança era figura do nosso Deus presente no tabernáculo (Ex. XVI, 33). Em certa ocasião um católico, indo de viagem, visitou uma igreja protestante digna de se ver. Como ao entrar tirasse o chapéu, disse-lhe o ministro que o acompanhava: «Senhor, ponha o chapéu, que não está aqui ninguém». Isto nunca se pode dizer nos templos católicos. Aqui sempre está alguém; ou seja: Deus no Sacramento.

2. Cristo chama ao Santíssimo Sacramento do Altar «mistério de fé», porque não o podemos compreender com o nosso fraco entendimento, mas devemos crê-lo.

Jesus Cristo escondeu-se sob as aparências de pão e de vinho para experimentar a nossa fé, para ver se damos mais crédito à sua palavra que aos nossos olhos. Com efeito, se vissemos o corpo e o sangue materiais de Jesus Cristo para então crermos, não teríamos merecimento algum. Por isso disse em certa ocasião S. Luís Rei de França: «Se Cristo obrasse um milagre, ao fazer-se a Transubstancialção, de modo que pudéssemos ver com os olhos o seu sagrado Corpo, eu fechava os meus para não perder o merecimento da fé». Quis também Jesus Cristo evitar que nos aterrássemos com o esplendor da sua majestade; se fôssemos testemunhas do esplendor do seu corpo glorificado, sentiríamos o que sente um olho enfermo ferido pelos raios do sol, que por isso se interceptam com uma cortina. Moisés cobriu o rosto quando Deus lhe apareceu na sarça ardente, e no Tabor os Apóstolos não puderam suportar o esplendor sem

véu do corpo glorificado de Jesus Cristo; por isso se prostraram com a face no chão. Além disso também na vida ordinária não podemos sempre fiar em nossos sentidos, que muitas vezes nos induzem em erro: uma vara assim mergulhada na água parece-nos torta, um imenso corpo celeste parece-nos um pequeno ponto luminoso, etc. — As seguintes comparações podem fazer-nos compreender em parte este mistério: o calor natural do corpo humano muda o pão e o vinho em carne e sangue; a vinha transforma em vinho a água da chuva; as abelhas o suco das flores em mel; Jesus Cristo logo, com mais razão, pode pelo poder da sua palavra, mudar o pão na substância do seu corpo, o vinho na substância do seu sangue (S. Alb. Mag.). Não poderá porventura Deus o que pode um corpo? «Aquélle que tudo tirou do nada, pode também mudar o que já existe» (S. Ambr.). Quem da terra faz brotar o pão, também pode transformar o pão no seu próprio corpo (S. Gaud.). Muitos hereges interpretaram de mil maneiras a doutrina católica sobre a presença real de Jesus Cristo no SS. Sacramento do Altar, assim como as palavras: «Isto é o meu corpo; este é o meu sangue» (1). Devemos considerar também os muitos milagres que Deus fez no decurso dos séculos para atestar a sua presença no SS. Sacramento do altar. Assim hóstias consagradas permaneceram intactas em meio de incêndios; outras, roubadas, espalhavam grande claridade no sítio onde estavam escondidas; algumas Hóstias consagradas deixaram correr sangue, outras pairavam nos ares; Jesus Cristo mostrou-se na sagrada Hóstia sob figura de menino, de homem e de cordeiro; alguns viveram muito tempo só da sagrada comunhão, como Santa Catarina de Sena, Santa Rosa de Lima, Santa Lidvina, Santa Ângela de Foligno, o B. Nicolau de Flüe, Catarina Emmerich, etc.

Em todos os tempos os cristãos creram que o corpo e o sangue de Jesus Cristo estão presentes sob as espécies sacramentais do pão e do vinho.

(1) Um pintor refutou-os todos num quadro simbólico. Representou Jesus Cristo na última ceia, e aos seus lados Lutero e Zuínglio. Por baixo do quadro escreveu: «Jesus Cristo diz: «Isto é o meu corpo»; Lutero diz: Isto «torna-se» o meu corpo; Zuínglio diz: Isto «significa» o meu corpo! Qual dos três tem razão?» Estas poucas palavras do pintor provam mais que todos os argumentos.

S. Agostinho diz: «Jesus Cristo tomou-se a si mesmo em suas mãos quando apresentou o seu corpo aos discípulos». S. Cirilo de Jerusalém: «Jesus Cristo mudou um dia a água em vinho; pode logo mudar o vinho em seu sangue» e: «Quando Jesus Cristo assegura que é o seu corpo, quem teria a audácia de duvidar?» Só assim se explica a calúnia dos pagãos, que acusavam os cristãos de imolar crianças, cuja carne cobriam de farinha para a comerem. Não sem razão se valiam os cristãos do peixe como figura de Cristo, como se vê ainda nas Catacumbas: com o que significavam que Ele é nosso manjar sob as espécies sacramentais (e porque a palavra peixe, em grego *ichthys*, se compõe das iniciais das palavras: *Jesus Cristo, filho de Deus, Salvador* (N. do T.).

3. Debaixo das espécies do pão e debaixo das espécies do vinho, Jesus Cristo está presente com a sua divindade e com a sua humanidade, sem se dividir.

Onde está o corpo ou o sangue de Cristo, aí deve estar Cristo todo, porque Ele não morre, por conseguinte o corpo não pode ser separado do seu sangue nem o corpo e o sangue ser separados da sua alma. As próprias palavras do divino Salvador: «Isto é o meu corpo que por vós será entregue» (S. Luc. XXII, 19) e: «Este é o meu sangue que será derramado por muitos», provam que sob as espécies do pão e do vinho está o corpo vivo, o sangue vivo de Jesus Cristo, e por conseguinte Jesus Cristo vivo. Assim como na pequena menina do olho se retrata uma paisagem inteira, assim se encontra também Jesus Cristo todo na mais pequenina hóstia.

4. Quando se partem as espécies sacramentais, Jesus Cristo está presente ainda na mais pequenina parte de hóstia ou de vinho consagrado.

Jesus Cristo está presente em cada hóstia, e quando o sacerdote parte a hóstia, Jesus Cristo está todo em cada uma das partes. Se se quebra um íman em muitos peda-

ços, cada um deles será ainda um íman completo, com dois pólos. Em cada pedaço de um espelho quebrado refletem-se as imagens como no espelho inteiro. Contudo não há muitos corpos de Jesus Cristo, mas sómente *um corpo* cheio da divindade de Jesus, que está em cada hóstia (S. Alb. Mag.). Pela consagração o corpo de Jesus Cristo *não aumenta; não diminui* pela comunhão. «Assim como não diminui a luz de um facho, embora nêle se acendam outros mil fachos, assim o corpo de Jesus Cristo não diminui embora se dê em alimento a milhares e milhões de pessoas» (S. T. de Aq.). Era por isso que Santo André dizia ao procônsul de Acaia: «Ofereço todos os dias sobre o altar ao verdadeiro Deus omnipotente o Divino Cordeiro Imaculado, e quando todo o povo dos fiéis tem comido a sua carne sagrada, o Cordeiro que foi oferecido fica ainda inteiro e vivo».

5. No SS. Sacramento Jesus Cristo está presente enquanto subsistem as espécies do pão e do vinho.

Cristo não está só presente durante a santa missa, desde a consagração até à Comunhão, mas também antes e depois enquanto há hóstias consagradas no sacrário. Não está só presente *no momento* da comunhão (como dizia Lutero), mas também **antes e depois da comunhão** (Conc. Trid. XIII, 4), aliás Jesus Cristo não teria dito: «Tomai e comei: isto é o meu corpo». Era já o seu corpo *antes* da comunhão. Jesus Cristo está presente também no nosso corpo enquanto duram incorruptas as espécies sacramentais. Daqui vem que os Santos Doutores chamam aos cristãos *Christophoros* (que levam a Cristo consigo), porque levam a Jesus Cristo no coração depois da comunhão; daqui vem também o fazermos a genuflexão diante do tabernáculo.

6. Para cumprirmos os nossos deveres para com o SS. Sacramento devemos visitá-lo a-miúdo, adorá-lo e comungar.

Devemos visitar o SS. Sacramento, especialmente nas aflições.

Devemos visitar com freqüência o SS. Sacramento. Os *pastores e os Reis* que visitaram o Salvador ~~no presépio~~, deram-nos o exemplo. Todos os santos costumavam orar com fervor diante do Santíssimo. O santo rei Venceslau da Boémia visitava-o durante a noite e S. Luís Gonzaga ficava horas inteiras diante do sacrário. O cardial Belarmino, que se tornou notável muito cedo pela sua ciência profunda, quando ainda era estudante entrava em todas as igrejas que encontrava e recitava alguns *Padre-Nossos* diante do altar. Como lhe preguntassem a razão d'este procedimento, respondeu: «Será conveniente passar diante da casa de um amigo sem o ir cumprimentar?» Há párocos zelosos que têm o costume de nunca fecharem a igreja, mas de a conservarem aberta todo o dia, e são os primeiros a dar ao povo o exemplo de visitar a miúdo o SS. Sacramento. — A todos os que estão em **aflição** dirige Jesus Cristo estas consoladoras palavras: «Vinde a mim, vós todos que estais sobrecarregados e aflitos, e eu vos consolarei» (S. Mat. XI, 23). Jesus Cristo no SS. Sacramento dá-nos mais consolação do que as que o mundo nos pode oferecer com as suas festas (Santa Teresa); junto d'ele os contristados recobram alegria, os insensatos sabedoria, os fracos força, os pobres riqueza (Santo Af.). As ovelhas que estão perto do pastor recebem às vezes d'ele alguns pedaços do seu alimento (Santa Teresa). Quando a águia vê de longe a presa, precipita-se logo do alto; assim devemos fazer nós com o SS. Sacramento, que é o sustento de nossas almas. Semelhantes ao veado sequioso, os santos corriam a esta nascente celeste (S. Jer.). Assim como um homem bem criado paga a visita que se lhe faz, assim Jesus Cristo não deixará a nossa visita sem recompensa. É insensatez ir ter com os homens nas aflições, para lhes contar as misérias, em vez de ir à igreja queixar-se a Jesus, que quere e pode ajudar-nos. Sabemos que os Israelitas eram sempre vencedores quando levavam a *arca da aliança* ao combate, refugiemo-nos também junto da arca da nova aliança, onde encontraremos sempre pronto socorro em nossas aflições.

A Igreja recorda-nos o dever de **adorar** o SS. Sacramento: pela *lâmpada do santuário*, pelo *toque da campainha* durante a missa e quando se leva o Sagrado Viático aos enfermos, pela *procissão do Corpo de Deus* e pela *Exposição freqüente* do SS. Sacramento.

Damos testemunho dos nossos sentimentos de adoração **a joelhando** diante do Santíssimo; devemos fazê-lo ao entrar e ao sair da Igreja; à elevação, à Bênção com o SS. Sacramento (com ambos os joelhos), e quando o sacerdote o levá aos enfermos (1). Quando nos aproximamos do Soberano ou nos encontramos com él, prestamos-lhe sinais de reverência; e até aos demais superiores nós o fazemos. Da mesma maneira havemos de proceder para com Deus realmente presente sob as espécies sacramentais. — Antes da sagrada Comunhão devemos também adorar o SS. Sacramento. «Ninguém deve comer a carne de Cristo antes de o adorar» (S. Agost.). Muitos cristãos, infelizmente, não têm senão uma fé morta; passam friamente diante do SS. Sacramento. Para avivar a nossa fé na presença de Jesus na Eucaristia, Urbano IV (1264) instituiu a procissão do Corpo de Deus, em seguida a uma aparição com que foi favorecida Santa Juliana, religiosa de Liège. Desde a instituição da dita festa costuma-se muitas vezes expor o Santíssimo à adoração dos fiéis, colocando uma hóstia grande na custódia, que se põe descoberta sobre o altar ou no trono. Faz-se assim, por exemplo, na oração das Quarenta Horas, que se celebram em muitos lugares ordinariamente antes da Quarta-feira de Cinzas para desagradar o Senhor das ofensas que recebe nas folias do carnaval. Existem também confrarias do SS. Sacramento, cujos membros passam cada um pelo menos uma hora por mês em oração diante do Sacrário. A adoração perpétua é uma confraria (2), cujos membros organizam as suas horas de adoração de maneira que a adoração se faça sem interrupção de dia e de noite. Jesus Cristo instituiu este sacramento antes da sua morte, precisamente para que o tenhamos em mais alta estima, porque o presente que um amigo nos faz ao deixar-nos tem para nós mais valia (S. Bern.). Se já os Judeus não ousavam nem fitar nem tocar a Arca da Aliança, que era apenas figura deste Sacramento, que respeito não devemos nós ter pelo SS. Sacramento do Altar! (Hunolt).

Jesus Cristo convida-nos a **alimentar-nos** da S.

(1) Rodolfo de Habsburgo dá-nos um belo exemplo. Andando um dia à caça encontrou um sacerdote que levava o Viático a um enfermo; desceu logo do cavalo, prostrou-se e ofereceu ao sacerdote a sua montada que consagrhou dali em diante ao serviço de Deus.

(2) Em certas dioceses a adoração perpétua está organizada alternativamente entre todas as paróquias.

Eucaristia dizendo: «Se não comerdes a carne do Filho do homem, e se não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós» (S. Jo. VI, 54).

O alimento dêste Sacramento chama-se **Comunhão**, isto é: união com Jesus Cristo; por ela recebemos a Jesus Cristo em nós, como Zebedeu o recebeu em sua casa. As figuras da Sagrada Comunhão foram: a árvore da vida no Paraíso terreal, cujos frutos deviam dar a nossos primeiros pais a imortalidade do corpo; o Maná; o Cordeiro Pascal; o pão que deu a Elias novas fôrças para continuar a sua viagem de quarenta dias até ao monte Horeb; a transformação da água em vinho nas bodas de Caná, e a multiplicação dos pães. A Sagrada Comunhão é também por sua vez figura do alimento que Deus nos há-de dar no céu.

7. Os simples fiéis não recebem a sagrada Comunhão senão sob as espécies do pão; só o sacerdote comunga sob as duas espécies na missa.

Com efeito o sacerdote oferece um sacrifício que simboliza e renova o de Jesus Cristo sobre a cruz. Ora, no Calvário, Jesus Cristo derramou quâsi todo o seu sangue, que foi assim separado do corpo. Esta separação do corpo e do sangue de Jesus Cristo deve, logo, ser figurada na missa pela separação das espécies do pão e do vinho. Os fiéis, pelo contrário, quando comungam não oferecem sacrifício, mas alimentam-se da Sagrada Eucaristia. Não é necessário que os fiéis participem do cális, porque quem recebe o SS. Sacramento sob as espécies do pão recebe tanto como o sacerdote na santa missa, pois Jesus Cristo está presente todo debaixo de cada uma das espécies, e o mesmo Divino Salvador disse: «Aquêle que comer este pão viverá eternamente» (S. Jo. VI, 59). Os primeiros cristãos perseveravam na comunhão da *fracção do pão* (Act. II, 43); e não se faz menção do cális. A Igreja teve razões graves para proibir aos fiéis o uso do cális: o precioso sangue facilmente se derramaria, muitos não gostariam de beber depois de outros e por esse motivo se afastariam da comunhão, o vinho altera-se facilmente e não se encontra facilmente em toda a parte, além de que muitas pessoas teriam repugnância pelo vinho e seria fácil pegarem-se certas doenças, especialmente da língua e da garganta. É verdade que os papas S. Leão († 461), e S. Gelásio († 496) ordenaram o uso do

cális, mas era para combater a heresia dos *Maniqueus*, que pretendiam que o vinho era invenção do demônio e que não se podia beber. Mais tarde foi permitida também aos *Hussitas* (1433) a comunhão sob as duas espécies, para os reconduzir ao seio da Igreja católica. Na Igreja Oriental a Hóstia é imbebida no precioso sangue e assim se dá aos fiéis.

A instituição da Sagrada Comunhão manifesta-nos o grande amor de Deus aos homens.

O maior amor sobre a terra é o da mãe a seus filhos. É por isso que Deus, querendo fazer-nos compreender a imensidão do seu amor, o comparou ao amor maternal. Mas onde se ouviu jamais que uma mãe desse a comer a seus filhos a sua própria carne para lhes conservar a vida? E que pastor houve aí que amasse o seu rebanho até ao extremo de o alimentar da sua carne e do seu sangue? (S. Cris.). Porque Cristo nos alimenta com sua própria carne e com o seu sangue, é muitas vezes comparado com o Pelícano, ave da qual diziam os antigos que abria o peito e criava os filhos com o seu próprio sangue. (O Pelícano é uma ave aquática que vive no Jordão, no Nilo e no Danúbio, que se alimenta de peixes com cujo sangue tem muitas vezes avermelhado o peito onde leva os seus filhinhos). Por isso antigamente foi tomado o Pelícano como figura de Cristo, que nos sustenta no SS. Sacramento com a sua verdadeira carne e o seu sangue, e com êles nos restituí a vida. Ainda hoje se vê este símbolo de Cristo nalguns sacrários. Santa Catarina de Sena viu muitas vezes nas mãos do sacerdote um fogo ardente em vez da Santa Hóstia. Deus queria deste modo manifestar como é grande o seu amor aos homens no SS. Sacramento.

8. A doutrina do SS. Sacramento foi, entre todos os dogmas do Catolicismo, o mais combatido pelos hereges.

Quando um assassino quere matar rapidamente, dirige seus golpes ao coração: mas o coração do Cristianismo é a Eucaristia, por meio da qual Deus está connosco. Por isso todos os que quiseram aniquilar a verdadeira fé combateram antes de tudo a doutrina da presença real de Cristo no Sacramento e procuraram explicar de várias mane-

ras diferentes as palavras do Senhor: «Isto é o meu Corpo; Este é o meu Sangue». Os livres-pensadores atrevem-se a acusar os católicos de idolatria e paganismo, porque, segundo pensam, adoramos um pedaço de pão. Como se vê, essa gente imita os Judeus, que disseram quando Cristo prometeu a Eucaristia na Sinagoga de Cafarnaúm: «Como pode este dar-nos a comer a sua carne?» (Jo. VI, 53). Se as palavras de Cristo acerca deste sacramento não se devesssem entender à letra, o Senhor não teria deixado de responder aos escandalizados judeus: «Não deveis entender as minhas palavras literalmente, mas em sentido figurado!» Cristo não o fez, antes explicou com maior precisão este mistério. Assim como durante a vida de Cristo muitos perderam a fé nélle, por causa deste Sacramento (pois desde então o abandonaram muitos dos seus discípulos e já o não acompanhavam (Jo. VI, 67); o mesmo tem sucedido em todos os tempos. Quem diz: «como pode estar escondido Cristo sob as espécies de pão?» acaba por dizer também: «Como pode estar escondido Deus debaixo da figura de homem?» Os homens detestam o que não entendem.

2. Necessidade da sagrada Comunhão

1. O Santíssimo Sacramento é o alimento de nossas almas. Eis a razão por que a sagrada Comunhão é um meio para atingirmos neste mundo a perfeição espiritual ou a santidade e um dia alcançarmos a vida eterna.

O SS. Sacramento é o **alimento da nossa alma**, porque dele depende a vida da alma: com efeito, Jesus nos diz: «Aquele que me come viverá por mim» (S. João, VI, 58), e «Se não comerdes a carne do Filho do homem e se não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós» (Ib. 54). A sagrada Comunhão é pois o **meio** indispensável para chegarmos à **santidade** e à vida eterna. Sem uma boa alimentação não podemos conservar a **saúde**; do mesmo modo sem a sagrada Comunhão, não podemos ser **santos**, robustos, tendo boa saúde espiritual (Ségur). Há duas classes de almas às quais é indispensável a sagrada comunhão: As almas perfeitas, para se manterem na perfeição, e as imperfeitas, para a alcançarem; as fortes

para não enfraquecerem; as fracas para se fortificarem. Comungai pois muitas vezes (S. Fr. de S.). Foi a comunhão quotidiana que tanto contribuiu para a santificação dos primeiros cristãos, e que produziu tantos mártires nos primeiros séculos do cristianismo. De mais, todos os santos comungavam muitíssimas vezes. E todavia a comunhão freqüente não é por si só um sinal de santidade, nem a recompensa da santidade, como o alimento não é por si só sinal de força corporal, pois não é mais que o meio de a adquirir.

Aquêle pois que recebe raras vezes a sagrada Comunhão, poucos progressos fará na santidade.

A convicção de que, mesmo depois de termos feito penitência, ainda somos **indignos**, não deve afastar-nos da sagrada Comunhão, pois a Igreja põe nos lábios dos mais santos, antes da comunhão, as palavras do Centurião pagão: «Senhor, não sou digno nem merecedor de que entreis em minha morada tão pecadora...» (S. Fr. de S.). Só Jesus Cristo é digno de comungar, porque só Deus pode receber dignamente a Deus (S. Af.). De mais a mais, Jesus não instituíu o Sacramento do Altar para os Anjos, mas sim para os homens, e aquêle que melhor reconhecer a sua miséria e mais desejar remediar-a, pedirá muitas vezes a sagrada Comunhão. As **nossas faltas diárias** também não devem ser um obstáculo para a comunhão freqüente, antes nos devem estimular a corrigirmo-nos; com efeito, a Sagrada Comunhão purifica-nos dos pecados veniais e enfraquece as nossas más inclinações. Se recebemos a Jesus, não é para o santificarmos, mas sim para que ele nos santifique a nós (S. Boav.). — A privação das **consolações espirituais** ainda menos nos deve impedir de nos aproximarmos muitas vezes da sagrada Mesa. Acaso não acharíamos insensato aquêle que recusasse pão e preferisse morrer de fome, porque com o pão lhe não davam mel? (S. In. Loio.), ou aquêle que se não quisesse aproximar do lume enquanto não sentisse calor? (Gerson). Os santos ensinam que mais vale comungar ainda que se sinta pouca devoção do que desprezar de todo a comunhão. «Aquêle que censura a comunhão freqüente, faz o papel de demónio» (Ségur). Os soberanos Pontífices têm recomendado muitas vezes e instantemente, a comunhão freqüente e mesmo a comunhão quo-

tidiana (Congr. Rit. 11 de dez. 1885, S. Penit. 19 de dez. 1886, Congr. Conc. 20 de dez. 1905). Todos os santos têm envidado os maiores esforços no sentido de espalharem o uso da comunhão freqüente. Recorrendo à comunhão freqüente, S. J. Bosco de Turim († 1888) transformou em firmes e convictos cristãos 200:000 crianças italianas, abandonadas de todos, e dessas, 6:000 vieram a ser padres, quase todas comungavam todos os domingos, muitas três vezes por semana e algumas todos os dias: era pela comunhão que êles recebiam a força necessária para se emendarem.

Mas aquêle que durante muito tempo se *descuidar de receber a Sagrada Comunhão*, verá a sua alma *definhar*.

O corpo também não pode viver sem alimento. Não há dúvida que, assim como muitos santos viveram sem tomar alimento corporal, muitos houve também que viveram durante anos sem comungar, por exemplo Santa Maria Egípcia, que passou 47 anos no deserto, e muitos solitários, como S. Paulo e Santo Antão. O Espírito Santo, que os havia encaminhado para a solidão, compensava o que lhes faltava com os sacramentos (Ben. XIV); mas a maior parte deles receberam a Sagrada Comunhão antes de morrer. Seja como fôr, aquêle que não pode receber realmente a Sagrada Comunhão é obrigado a comungar espiritualmente, isto é, a ter o desejo de a receber, esperando a ocasião de comungar sacramentalmente (S. T. de Aq.).

2. Somos obrigados, sob pena de pecado mortal, a receber a Sagrada Comunhão uma vez cada ano no tempo pascal, e além disso no caso de nos encontrarmos em perigo de morte. Além disso, a Igreja deseja que todos os fiéis comunguem as mais vezes que seja possível.

Os primeiros cristãos comungavam todos os dias que ouviam missa, a-pesar-de não serem todos santos. Mais tarde o papa S. Fabião († 250) ordenou que comungas-

sem ao menos nas três festas principais do ano. Na Idade Média a maior parte dos cristãos tornaram-se uns indiferentes, e passavam anos sem se ajoelharem à Sagrada Mesa; foi então que o Concílio de Latrão (1215) ordenou que todos os católicos chegados à idade da razão comungassem ao menos uma vez cada ano no tempo pascal, sob pena de incorrerem em pecado grave e de serem privados de sepultura eclesiástica. As crianças podem ser admitidas à comunhão logo que pelo desenvolvimento das suas faculdades estejam em estado de distinguir este alimento celeste do alimento terreno, e que se tenha a certeza de que vão comungar com a necessária devoção (Cat. rom.). É perigosíssimo estar muito tempo afastado dos sacramentos, e é duma grande importância comungarem enquanto possuem inocência; na Idade Média, as crianças faziam a sua primeira comunhão aos sete anos, e até ao século XII dava-se a comunhão aos recém-nascidos. — Sobre a idade que se requere nas crianças para receberem a sagrada comunhão foi renovada a disciplina eclesiástica por decreto da Sagrada Congregação dos Sacramentos, datado de 8 de agosto de 1910, e aprovado pelo Santo Padre Pio X (começa pelas palavras *Quam singulari Christus amore*). Segundo este decreto, a idade requerida para as crianças receberem a primeira comunhão é a mesma que se exige para lhes impor o dever da confissão, isto é, sete anos.

Não se requere o conhecimento completo da religião para cumprir esta obrigação que não é só das crianças, mas também respectivamente dos pais, do confessor, dos mestres e do pároco.

Manda o Sumo Pontífice a todos os Ordinários que façam conhecido este decreto aos fiéis, determinando que seja traduzido em língua vulgar e lembrado ao povo, todos os anos, no tempo pascal.

A parte histórica do decreto mostra como o costume, contrário à constante doutrina da Igreja, provém dos erros jansenistas que representam a Eucaristia como uma recompensa e não como um remédio e auxílio para a humana fragilidade.

Insiste o decreto na suma utilidade da comunhão quotidiana, assim para as crianças como para os adultos.

Eis as regras fixadas na reunião magna da Congregação da Disciplina dos Sacramentos, realizada a 15 de julho de 1910.

I. A idade de discreção, tanto para a comunhão co-

mo para a confissão, é aquela em que a criança começa a raciocinar, isto é, pelos sete anos, mais ou menos, e também menos. Desde então, começa a obrigação de satisfazer ao duplo preceito da confissão e comunhão.

II. Para a primeira confissão e para a primeira comunhão não é necessário pleno e perfeito conhecimento da doutrina cristã. A criança deverá depois continuar a aprender gradualmente o catecismo inteiro conforme a capacidade da sua inteligência.

III. O conhecimento da religião requerido na criança para que esteja convenientemente preparada para a primeira comunhão é que comprehenda, segundo a sua capacidade, os mistérios da fé necessários *necessitate mediū*, isto é, de necessidade de meio, e que saiba distinguir o pão eucarístico do pão ordinário e corporal, a fim de se aproximar da Santa Eucaristia com a devoção que a sua idade comporta.

IV. O dever do preceito da confissão e comunhão, que obriga a criança, recai sobre aqueles que, sobretudo, estão encarregados dela, a saber: os pais, o confessor, os mestres, o pároco. É ao pai ou aos que o substituem e ao confessor, que pertence, segundo o catecismo romano, admitir a criança à primeira comunhão.

V. Tenham os párocos o cuidado de, uma ou mais vezes por ano, anunciem e terem uma comunhão geral das crianças, e de admitirem a ela não só os neo-comunhantes, mas os outros que, com o consentimento dos seus pais ou do seu confessor, já tenham precedentemente participado da santa mesa. Haja para todos alguns dias de preparação e de instrução.

VI. Todos os que têm cargo de crianças, devem pôr todo o cuidado em as fazer aproximar muitas vezes da santa mesa, depois da primeira comunhão e, se fôr possível, todos os dias, como o desejam Cristo Jesus e nossa Mãe a Santa Igreja: vigie-se que o façam com a devoção de que a sua idade é capaz. Os encarregados disso lembram-se também da obrigação que têm de velar por que as crianças assistam às lições públicas do catecismo e, quando não possam, de suprir de algum modo a sua instrução religiosa.

VII. O costume de não admitir à confissão as crianças, ou de as não absolver, quando atingiram o uso de razão, é totalmente reprovável. Os Ordinários terão cuidado de fazer que êsses abusos desapareçam, empregando até os meios de direito.

VIII. É detestável abuso o de não dar o Viático e a Extrema-Unção às crianças depois do uso de razão e enterrá-las segundo o rito para as crianças. Os ordinários tomam disposições rigorosas contra os que não queiram abandonar este costume.

Foram aprovadas pelo Sumo Pontífice, no dia 7 de agosto, estas regras e ordenou que fôssem promulgadas com o decreto.

Os Ordinários devem também, cada cinco anos, expor à Santa Sé como o decreto se observa.

O Concílio Plenário Português determinou que as crianças façam a primeira comunhão, particularmente e sem aparato aos sete anos, como manda o decreto; e depois mais tarde a comunhão solene com toda a pompa do costume, ao terminar o curso do catecismo. O fim desta resolução é gravar bem no ânimo das crianças, já mais desenvolvidas, a recordação dêste grande acto e dos deveres que ele impõe ao cristão. — Temos também obrigação de comungar **em perigo de morte**; aquêle que está perigosamente doente, pode dizer como os discípulos de Emaús: «Senhor, ficai connosco, porque está a chegar a noite» (S. Luc. XXIV) e depois de ter comungado, pode repetir com o Vélio Simeão: «Agora, Senhor, deixai morrer em paz o vosso servo, porque os meus olhos viram o Salvador» (S. Luc. II, 29). Por isso se chama também à Sagrada Comunhão «Viático», isto é, provisão para a última viagem. Todavia, não se dá a Sagrada Hóstia àqueles que não podem engoli-la ou que provavelmente a *vomitariam*. Quando o perigo de morte se prolonga, o doente pode comungar muitas vezes se o desejar (cân. 864, § 3). As crianças gravemente doentes e que têm a idade da razão (7 anos pouco mais ou menos) podem receber a Sagrada Comunhão, ainda mesmo que até então não tenham sido admitidas aos Sacramentos da Penitência e Eucaristia: nesse caso, o pároco deverá instruí-las nas verdades fundamentais da fé e nas que respeitam aos sacramentos que vão receber (Ben. XIV).

A Igreja recomenda aos fiéis a comunhão freqüente, e mesmo quotidiana, segundo as normas traçadas pela Santa Sé; e que, assistindo à missa, comunguem não só espiritualmente, mas sacramentalmente, achando-se devidamente dispostos (cân. 863).

Não se pode duvidar das regras práticas que hão-de regular a Comunhão freqüente, depois que Pio X, por meio da Sagrada Congregação do Concílio (20 de dezembro de 1905), declarou que deviam observar-se as seguintes:

«1.º Dê-se ampla liberdade a todos os fiéis cristãos, de qualquer classe e condição que sejam, para comungarem freqüentemente e diariamente, pois assim o deseja ardentemente Cristo nosso Senhor e a Igreja Católica: de maneira que a ninguém se negue essa liberdade, desde o momento em que esteja em estado de graça e tenha recta e piedosa intenção.

2.º A recta intenção consiste em que aquêle que comunga o não faça por vaidade, rotina ou fins terrenos, mas para agradar a Deus, unir-se mais e mais com Ele pelo amor e aplicar esta medicina divina às suas fraquezas e defeitos.

3.º Pôsto que muito convenha que os que comungam, freqüente ou diariamente, estejam livres de pecados veniais, pelo menos dos completamente voluntários, e do afecção a êles, basta, todavia, que estejam limpos de pecados mortais e tenham propósito de nunca mais pecar; e com este sincero propósito não pode deixar de suceder que os que comungam diariamente se vejam, a pouco e pouco, livres até dos pecados veniais e da afeição a êles.

4.º Se bem que os Sacramentos da Nova Lei produzam o seu efeito por si mesmos, causam-no, todavia, tanto mais abundante quanto melhores são as disposições dos que os recebem; por isso, se deve empregar todo o cuidado para que a Sagrada Comunhão seja precedida de uma preparação diligente e seguida da conveniente acção de graças, proporcionada às fôrças, condição e deveres de cada um.

5.º Para que a Comunhão freqüente e diária se faça com mais prudência e tenha mais mércimento, convém que seja com conselho do confessor. Tenham, entretanto, os confessores muito cuidado em não afastar da Comunhão freqüente ou diária os que estiverem em estado de graça e se acerquem com recta intenção.

6.º Como é evidente que pela Comunhão freqüente ou diária se estreita a união com Cristo, resulta uma vida espiritual mais exuberante, se enriquece a alma com mais efusão de virtudes e se lhe dá um penhor muitíssimo mais seguro de felicidade; exortem, por isso, o povo cristão a êste tão piedoso e salutar costume, com repetidas instâncias e grande zélo, os párocos, os confessores e pregadores,

conformemente à sã doutrina do Catecismo Romano (Part. II, c. LXIII).

7.^º Promova-se a Comunhão freqüente e diária principalmente nos Institutos religiosos de qualquer classe que sejam, para os quais, todavia, fica em vigor o decreto *Quemadmodum*, de 17 de novembro de 1890, dado pela S. C. dos Bispos e Regulares. Promova-se também, quanto seja possível, nos seminários de clérigos, cujos alunos aspiram ao ministério do altar; e bem assim em quaisquer outros colégios cristãos.

8.^º Se há alguns Institutos de votos simples ou solenes, cujas regras, constituições ou calendários, determinem e mandem alguns dias de Comunhão, tenham-se estas normas como meramente directivas e não como preceptivas. E o número de comunhões prescritas deve ser considerado como o mínimo para os religiosos piedosos. Pelo que se lhes deve deixar sempre livre a Comunhão mais freqüente ou diária, segundo as normas anteriores dêste decreto. Para que, porém, todos os religiosos de ambos os sexos possam inteirar-se bem das disposições dêste decreto, os superiores de cada uma das casas terão o cuidado de fazer que todos os anos, na infra-oitava do *Corpus Christi*, seja lido à comunidade em língua vulgar.

9.^º Finalmente, abstenham-se todos os escritores eclesiásticos, desde a promulgação dêste decreto, de toda a disputa ou discussão acerca das disposições para a Comunhão freqüente ou diária».

O sacerdote é obrigado a recusar absolutamente a Sagrada Comunhão a certas pessoas, em particular aos maçónicos, aos católicos que não são casados senão civilmente, ou que contraíram um casamento mixto sem a bênção e a dispensa da Igreja, enfim, a todos aquêles cuja conduta constitui escândalo público.

Os Maçónicos estão excomungados (Cân. 2335); além disso, corre que êles profanam a Sagrada Hóstia em cerimónias abomináveis. Os católicos que não são casados senão civilmente ou que contraíram um casamento mixto sem a licença da Igreja, têm de regularizar a sua união perante Deus⁽¹⁾, antes de poderem ser admiti-

(1) Ver adiante o sacramento do Matrimónio.

dos à Sagrada Comunhão. — Entre os que dão *escândalo público*, devemos contar: os *usurários* já condenados como tais; os que publicam livros contra a religião e a Igreja, ou que fazem discursos ímpios, e em geral todos os que foram condenados pelos tribunais por crimes graves; mas, desde que hajam reparado públicamente o escândalo, podem ser admitidos de novo à Comunhão e assim é que, se antes houverem já recebido o sacramento da penitência, não podem ser excluídos da sagrada mesa. É evidente que se devem também recusar os sacramentos aos que os pedirem em *estado de embriaguez*; mas o sacerdote, para lhes poupar a honra, deve fazer o possível por avisar particularmente essas pessoas de que não se aproximem da Sagrada Mesa (S. Carlos Borr.). Se a-pesar-de tudo elas se apresentarem, passará adiante sem lhes dar a comunhão e sem dizer nada, a-fim-de não chamar a atenção e evitar todo o escândalo. Não se devem tratar com excessiva severidade os pecadores cujos crimes não são públicos: Jesus Cristo não excluiu Judas da comunhão (S. T.).

O sacerdote também não dará a sagrada Comunhão àqueles que a não sabem distinguir dum alimento ordinário, ou que se prevê que a não receberiam respeitosamente.

Assim, pois, não serão admitidas à Comunhão as crianças que ainda não tenham o uso da razão; sedantes eram admitidas, é porque havia motivos que já não existem (Conc. Trid. XXI, 4); é preciso instruir-las primeiramente nos principais pontos da doutrina e da moral (Ben. XIV). Os **idiotas** e os **mentecaptos** são, em geral, incapazes de receber a S. Comunhão; não deve haver exceções a não ser que tenham de tempos a tempos períodos lúcidos, ou se estiverem em perigo de morte. Deve-se também pôr tôda a dificuldade em dar a sagrada Comunhão aos que são vítimas dum acidente em estado de embriaguez, pois que o Salvador recomendou que se não lançassem pérolas a porcos. (Demais, nesse estado há grande propensão para o vômito).

3. Efeitos da Sagrada Comunhão

A sagrada Comunhão é duma grande utilidade para as almas e para os corpos: «a Majestade divina, diz S.

Afonso, paga generosamente a hospitalidade que lhe oferecemos.»

A sagrada Comunhão produz nas almas o mesmo efeito que o pão e o vinho nos corpos (S. T. de Aq.).

O pão e o vinho como alimentos terrestres: 1.^º unem-se muito intimamente ao corpo; 2.^º entretêm em nós a vida e contribuem para o nosso desenvolvimento; 3.^º fazem desaparecer a fadiga e a fraqueza, e fortificam o corpo; 4.^º dão uma certa alegria (deleitam o paladar); 5.^º influem indirectamente no espírito: *mens sana in corpore sano*. A sagrada Comunhão tem para a alma os mesmos efeitos.

I. A sagrada Comunhão une-nos intimamente a Jesus Cristo. Aquêle que come a minha carne, disse Jesus, e bebe o meu sangue, fica em mim e eu fico nêle (S. João, VI, 57).

A Sagrada Comunhão é uma espécie de desposório. No desposório, o espôso eleva a espôsa à situação social que ele próprio ocupa; se é príncipe, torna-se princesa, se é rei ou imperador ela torna-se rainha ou imperatriz. Pois anàlogamente a Comunhão tira a alma do seu estado abjecto e desprezível e faz dela a espôsa de Jesus. A sagrada Comunhão é também uma espécie de Incarnação continuada: pela Incarnação, Jesus Cristo uniu-se à humanidade, pela Comunhão une-se a cada homem em particular. «Assim como dois bocados de cera fundidos se unem um ao outro, assim também Jesus se une connosco na comunhão. Ele está em nós e nós estamos nêle» (S. Cir. Jer.). Pela comunhão tomamos a natureza de Jesus Cristo. «Aquêle que o recebe muitas vezes, é por assim dizer transformado nêle» (S. Agost.). Pela comunhão, ele muda a nossa, na sua própria natureza, como um pouco de fermento transforma uma grande massa de farinha e a torna semelhante a si; a nossa carne transforma-se em certo modo na sua carne e o nosso sangue no seu sangue (S. Cip.). E por isso que a comunhão se distingue dos alimentos ordinários: o alimento corporal é inferior ao

homem; e o homem assimila-o, isto é, transforma-o na substância do seu corpo; pelo contrário, a comunhão, sendo superior, é ela que transforma o homem em si (S. Agost.). A nossa natureza *ennobrece-se* pela comunhão, assim como uma árvore silvestre se *ennobrece* pela enxertia (S. T. de Aq.). A santa Comunhão une-nos também **uns aos outros**; é por ela que todos os católicos ficam constituindo *um só corpo*. «Ainda que em grande número, diz S. Paulo, nós somos um mesmo pão, um mesmo corpo, nós todos os que participamos de um só pão» (I Cor. X, 17). É por isso que os santos Padres chamam Comunhão a reunião de todos os fiéis em e com Jesus Cristo, e entre elas (*Communio, Communis unio*). Chamam-lhe também «sinal de unidade, laço de caridade, símbolo da paz e da concórdia» (Conc. Tr. XIII, 7).

2. A Sagrada Comunhão esclarece a inteligência e fortifica a vontade.

Cada comunhão dá-nos novas **graças actuais**, isto é, esclarece a inteligência e fortifica a vontade. A Comunhão, como o sol nascente, expulsa as trevas e traz consigo a luz; por isso a Igreja manda acender uma vela sempre que se dá a sagrada Comunhão aos fiéis. Reconheceram-no ao partir o pão, contam os Santos Evangelhos a respeito dos dois discípulos de Emaús (S. Lucas, XXIV). Como o pão que o Anjo trouxe, no deserto, ao profeta Elias perseguido pela rainha Jesabel, o sustentou durante 40 dias e 40 noites para chegar ao monte Horeb, assim, na peregrinação desta vida, a sagrada Comunhão **fortifica-nos**, permite-nos repelir os ataques do mundo sedutor e chegar felizmente à montanha de Deus (III Reis XIX). A Sagrada Comunhão dá-nos forças para resistir às tentações e praticar a virtude; «ela transforma em leões aquêles que antes de a receberem eram tímidos, por isso o espírito infernal treme quando vê os nossos lábios húmidos com o sangue de Jesus» (S. Cris.). Para simbolizar este efeito da sagrada Comunhão, dava-se dantes às custódias a *forma de torre*; como para nos dizer que a sagrada Eucaristia era uma torre de fortaleza. quem tem de suportar muitos sofrimentos e adversidades, deve aproximar-se muitas vezes da sagrada mesa para se fortificar. Os primeiros cristãos, expostos a tantas perseguições, iam buscar à Sagrada Comunhão a força e coragem para afron-

tar a morte no martírio (S. Cip.); nunca se expunham a um perigo sem terem recebido a sagrada Comunhão, pois sabiam que a força lhes faltaria, se antes não tivessem recebido a sagrada Eucaristia (id.); é preciso, pois, quando andamos expostos a tentações violentas, que a recebemos muitas vezes, porque para expulsar o anjo exterminador, tem ela mais virtude do que o seu símbolo, o sangue do Cordeiro pascal nas padieiras das portas das casas dos Israelitas; quebra a força do demónio (S. In. M.).

3. A sagrada Comunhão conserva e aumenta a vida da alma.

A sagrada comunhão conserva a vida da alma, porque a preserva do pecado mortal; por isso é que o sacerdote diz, ao distribuí-la: «O corpo de Nossa Senhor Jesus Cristo guarde a tua alma para a vida eterna. Amen». A sagrada Comunhão conserva a vida da alma, a graça santificante, como o pão e o vinho conservam a vida do corpo. «Assim como me enviou o Pai que vive, disse Jesus, e eu vivo pelo Pai, do mesmo modo aquél que me come também esse viverá por mim.» Isto é: «Foi por vontade de meu Pai Celeste que eu me fiz homem; mas o meu Pai comunicou também a sua vida divina à minha humanidade, e aquél que recebe a carne desta humanidade receberá também uma vida divina». E Jesus acrescenta: «Aquél que comer dêste pão, viverá eternamente» (S. João VI, 59); isto é, não cairá em pecado mortal; a sagrada Comunhão é pois o remédio que nos preserva das quedas no pecado mortal (Conc. de Tr. XIII, 5), é o antídoto contra o pecado (S. In. de Ant.). Quem raras vezes comunga facilmente cairá em pecado mortal; pelo contrário, quem comunga muitas vezes perseverará na graça: «comungai muitas vezes, porque o inimigo de Deus não pode estar muito tempo onde Deus estiver» (S. Jos. de Cup.). Por isso diz Jesus: «Eu sou o pão vivo que desci do céu» (S. João VI, 51), mais precioso que o Maná do deserto que não podia dar uma vida eterna (Id. 49). A sagrada Comunhão aumenta pois em nós a graça santificante, da mesma forma que uma boa alimentação aumenta a saúde do corpo; e já que a nossa felicidade futura depende do grau de graça santificante, a Comunhão contribui para aumentar a nossa felicidade eterna. Por isso Jesus dizia a Santa Gertrudes: «Assim como no mundo tem mais horas aquél que foi duas vezes cônsul do

que o que foi só uma, assim no céu terá uma glória maior por toda a eternidade aquélle que recebeu mais vezes a sagrada Comunhão».

4. A sagrada Comunhão enfraquece os nossos maus hábitos e purifica-nos do pecado venial.

O médico prescreve uma alimentação fortificante àquelas que têm uma constituição fraca; a alma também tem à sua disposição um alimento capaz de *fazer desaparecer as suas fraquezas* e de a fortificar; este alimento é a sagrada Comunhão. Aquélle que comunga muitas vezes, não sente tão violentamente os acessos de cólera, inveja, impureza e de outras más inclinações (S. Bern.). A Comunhão apaga o fogo da concupiscência, como uma bebida fresca apaga o calor interior, ela é o trigo dos eleitos e o vinho que faz germinar as virgens, as almas puras (Zac. IX, 12); «quem ama esta carne não mais amará a sua carne» (S. Greg. Nis.). — A comunhão purifica-nos dos pecados veniais, mas não dos pecados mortais; é como que um fogo que destrói a palha e a madeira, mas não consome a pedra e o ferro; é como que um alimento e um medicamento da alma, coisas úteis a um doente, não a um cadáver. Aquélle, pois, que comunga muitas vezes e só tiver pecados veniais, não necessita de se confessar cada vez que comungar. Se se tiver confessado na véspera e cometer depois um pecado venial, não precisa de se reconciliar antes de comungar, pois a sagrada comunhão apaga o pecado venial e as penas temporais dos pecados.

5. A Sagrada Comunhão produz muitas vezes uma alegria inefável.

Esta alegria daquele que comunga com as devidas disposições é um antegôsto da felicidade eterna. Também o Maná tinha um sabor muito agradável parecido com o do mel. «Na sagrada Comunhão saboreia-se a doçura na sua própria fonte» (S. T. de Aq.). É por isso que nos versículos («Panem de célo», etc.) que se recitam antes de se dar a bênção do SS. Sacramento, chama-se à Eu-

caristia «pão cheio de tôda a doçura» (Sap. XVI, 20). O prazer que se sente na Comunhão é tanto mais delicioso, quanto melhores são as *disposições* de quem comunga; todavia, Deus privou dêle muitas vezes os santos, para os experimentar.

6. A Sagrada Comunhão santifica o nosso corpo e depõe nêle o germe da ressurreição gloriosa.

Segundo os Doutores, a sagrada Comunhão comunica ao *corpo* do homem uma tal nobreza e uma tão alta dignidade, que basta ter recebido uma só vez esta carne divina para ter a certeza da ressurreição da carne, consoante aquela promessa de Jesus Cristo: «Aquêle que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no dia de Juízo» (S. João, VI, 55). Jesus Cristo, pela sua carne sagrada, deposita na nossa carne a semente da imortalidade (Clem. Al.); à comunhão, para nós, substitui a árvore da vida que estava no paraíso terreal e que devia comunicar aos nossos corpos a imortalidade. Na comunhão recebemos o **perdão das penas temporais do pecado**, segundo a intensidade da nossa devoção (S. T. de Aq.). Se as doenças do corpo desapareciam só com o contacto da fímbria do **vestido de Jesus**, por que não hão-de desaparecer as da alma quando temos a felicidade de receber o próprio Jesus Cristo no nosso coração? (S. Cris.). Por isso é que S. Luís Bertrand († 1580) recomendava a sagrada Comunhão aos doentes, porque muitas vezes ela lhes restituí a **saúde do corpo**.

Mas estes favores só são obtidos por aqueles que se preparam convenientemente para a sagrada Comunhão e a recebem muitas vezes.

Aprende-se a receber bem o divino Salvador, recebendo-o muitas vezes, assim como em geral não se faz bem uma coisa sem a aprender pelo *exercício* (S. Fr. de S.).

4. Preparação para a sagrada Comunhão

1. Devemo-nos preparar convenientemente para a sagrada Comunhão.

Antes da Comunhão devemo-nos esforçar para nos tornarmos quanto possível **semelhantes a Jesus Cristo**; porque só assemelhando-nos espiritualmente a Ele é que *nós poderemos unir a Ele* pela sagrada Comunhão. Os líquidos só se misturam se tiverem alguma afinidade entre si; por exemplo, o vinho mistura-se com a água, mas não com o azeite. **Quanto melhor** nos preparamos para a sagrada Comunhão *tantas mais graças* receberemos. Quanto mais seca é a lenha melhor arde; quanto melhor fôr a nossa preparação, mais ardente será em nós o amor de Deus. Mas aquele que **não** se prepara ou que **se prepara mal**, atrairá sobre si a *maldição de Deus*. Acabarã por *perder o respeito* devido ao S.S. Sacramento, e até perderá a fé na presença real de Jesus Cristo na Eucaristia. «Aquele que só comunga por hábito (isto é, por ser costume da gente da alta roda comungar), não terá parte nas liberalidades de Deus» (S. Gertr.).

2. Em particular devemo-nos purificar de todos os pecados mortais pela confissão, e fazer boas obras; principalmente devemos jejuar e orar.

Quando o rei vai a uma cidade, logo lá se apressam em limpar as ruas e em as ornamentar; pois assim devemos fazer quando o Rei dos céus vem até nós: cumpre que purifiquemos o nosso coração pelo sacramento da **penitência** e que o ornamentemos com boas obras. «*Examine-se* pois a si mesmo o homem, e assim coma daquele pão e beba daquele vinho» (I Cor. XI, 28). É pois preciso que nos examinemos conscientemente antes de ir comungar, procedendo como a serpente que, antes de beber, deita fora o seu veneno (S. Bern.). José de Arimateia depositou num sepulcro novo o corpo inanimado de Jesus, embrulhado num lençol branco (S. Mat. XXVII, 59). — Se tivéssemos de receber em nossa casa um príncipe, não porfíramos todo o cuidado em fazer desaparecer

tôdas as nódoas da casa? (S. Boaventura). Os vóstolos não deixaram assentar o seu Mestre sobre a burrinha sem a terem *enfeitado* e coberto com seus mantes; por nossa parte, também devemos adornar as nossas almas com as virtudes, antes de recebermos Jesus Cristo na sagrada Comunhão (S. Cris.). — Mas aí! há pessoas que pensam que basta comungar *em certos dias de festa*, sem se preocuparem com fazer uma boa confissão. «Para comungar, diz S. Crisóstomo, não é preciso que olhemos para a solenidade do dia, o que é necessário é vigiar pela pureza da consciência. Não devemos pois apreciar nem os que comungam muitas vezes nem os que comungam raras vezes, mas sim aquêles que comungarem com coração puro.»

Aquêle que comunga sabendo que está em pecado mortal, comete um sacrilégio.

«Comungar assim, diz S. Paulo, é tornar-se réu do corpo e sangue do Senhor» (I Cor. XI, 27), isto é, tão criminoso como os carrascos de Jesus. Esse atentado é por assim dizer maior que o dos Judeus que o crucificaram, porque êles só levantaram uma vez a mão sobre o Filho de Deus, enquanto os que comungam indignamente o fazem *muitas mais vezes* (Tert.). Imitam Judas, que vendeu Jesus por trinta dinheiros, e o atraíçoou com um ósculo de paz; Herodes, porque fingem que vão adorar Jesus Cristo, e na realidade vão para o matar (S. Cris.). O seu crime é maior que o de Baltásar, que só pôs mãos sacrilegas nos vasos do templo, enquanto êsses atacam o próprio Deus. Aquêle que comunga indignamente procede como um homem que fechasse um vestido precioso numa coisa cheia de lixo (S. Agost.), procede como os Filisteus, que se apoderaram da Arca da Aliança e a pusseram a par do ídolo Dagon, porque põem Jesus ao lado do demónio (Mar. Lat.). A sagrada Comunhão produz os efeitos da luz; assim como esta é agradável para os olhos sãos e prejudicial para os olhos doentes, assim também o corpo de Jesus Cristo é remédio para as almas puras e morte para as impuras. A sagrada Comunhão é semelhante à *coluna de nuvem* do deserto que guiava os Israelitas e cegava os Egípcios (Ex. XIV, 20), é semelhante àqueles alimentos fortificantes que ocasionam doenças graves, quando se introduzem num estômago doente (Cat. Rom.). — Se, todavia, antes da Comunhão nos

Lembrarmos de algum pecado mortal esquecido, não é preciso que nos vamos confessar imediatamente; basta acusá-lo **na confissão seguinte**, porque, tendo sido esquecido involuntariamente, foi perdoado como os outros quando o sacerdote nos lançou a absolvição (S. Af.).

A Comunhão sacrílega traz consigo a cegueira do espírito, a dureza do coração, castigos temporais e a morte eterna.

A Comunhão mal feita produz efeitos contrários aos da Comunhão recebida com as devidas disposições. Aquêle que comunga indignamente torna-se um lobo, quando se está alimentando com a doçura do Cordeiro (S. Cris.). O demónio apodera-se inteiramente dêle, como se apoderou de Judas depois da indigna comunhão dêste no Cenáculo (S. João XIII, 27). Se a Arca da Aliança, que não era mais que um símbolo, foi causa de tantos desastres para os Filisteus (I Reis 5), se o rei Baltasar foi castigado tão severamente só por ter profanado os vasos do templo (Dan. V), que suplício não merece aquêle que profana o corpo de Jesus Cristo?! Doenças e uma morte repentina são os castigos ordinários da Comunhão indigna (I Cor. XV, 30). Judas é um triste exemplo dêsses castigos. «Aquêle que comunga indignamente sente no íntimo da sua alma o temor, o desespôro e o ódio de Deus, princípio das torturas que o esperam na eternidade» (Mar. Lat.). O homem que se apresenta no festim (isto é, à mesa da sagrada Comunhão), sem a veste nupcial (isto é, sem a graça santificante), será atirado para as trevas exteriores (S. Mat. XXII). S. Paulo (I Cor. XI, 29) exorta vivamente os cristãos a que evitem a Comunhão indigna: «Todo o que come dêsse pão ou bebe dêsse cáli indignantemente, diz êle, come e bebe a sua própria sentença, porque não faz diferença entre o corpo do Senhor e os alimentos ordinários.»

Ainda que o estado de graça seja bastante para se receber dignamente a Sagrada Eucaristia, recomenda-se todavia que antes da comunhão nos desliguemos completamente de qualquer afeição terrena desordenada.

«Se estais em estado de graça, diz S. Crisóstomo, por que não recebeis a Comunhão para vos manterdes em gra-

ça?» Para comungar basta que não tenhamos consciência dum pecado mortal (S. T. de Aq.). Mas quanto menos afeiçoados estivermos às coisas terrenas, maior será o nosso amor para com Deus (a graça santificante), e quanto maior fôr o nosso amor de Deus mais abundantes graças nos trará a sagrada Comunhão. Quando muitas pessoas acendem velas numa mesma lâmpada, tôdas vão lá buscar luz e calor, mas a vela mais grossa será a que mais recebe (S. Cat. de Sena). O avarento, o ambicioso, o intemperante, etc., pouco proveito tirarão da Comunhão: só o coração puro, como o dum anjo, é morada digna de Deus.

3. Quando tenhamos de receber a sagrada Comunhão somos obrigados a estar em jejum, isto é, sem comer nem beber coisa alguma, desde a meia noite precedente.

Com este jejum se há-de despertar em nós a reverência ao Santíssimo Sacramento. Devemos dar preferência ao alimento celeste sobre os alimentos da terra, do mesmo modo que para entrar numa casa damos o primeiro lugar à pessoa mais distinta. O corpo de Jesus foi depositado num sepulcro onde não tinham ainda pôsto ninguém. Santa Margarida, filha do rei da Hungria, passava o dia da véspera da Comunhão a pão e água e a noite em orações.

Aquêle que está *em perigo de morte* pode receber a sagrada Comunhão sem estar em jejum, não só uma mas muitas vezes.

A necessidade não tem lei (S. T. de Aq.). — Essa comunhão chama-se comunhão por *viático*.

Os doentes que estiverem de cama já há um mês, sem esperança certa de brevemente convalescerem, podem, mediante conselho prudente do confessor, receber uma ou duas vezes por semana a sagrada Comunhão, ainda que tenham tomado antes algum remédio ou alguma coisa a modo de bebida (cân. 858, § 2).

Requerem-se, portanto, quatro condições para que os doentes possam utilizar esta concessão: 1.^a que estejam doentes há um mês (30 dias ou mesmo 26 ou 27), entendendo-se por doentes não só os que estão de cama, mas também os que, embora gravemente doentes, não podem conservar-se na cama ou podem levantar-se algumas horas ao dia; 2.^a que haja a certeza moral de não melhorar brevemente, isto é, dentro de cerca de 3 ou 4 dias; 3.^a que haja o conselho prudente do confessor; 4.^a que os doentes não tomem nada por modo de comida, sendo-lhes permitido apenas o uso de algum remédio (sólido ou líquido) e de líquidos, como são o caldo, o leite, o café, ainda mesmo que se lhes misture alguma substância sólida (farinha, açúcar, pão ralado, óvo..., dissolvidos) uma vez que pela mistura não percam a natureza de alimento líquido.

4. Antes da Comunhão devemos fazer os actos de fé, esperança e caridade, e o acto de contrição.

Santo Agostinho diz: «Ninguém deve receber a carne de Cristo antes de a ter adorado». Antes da Comunhão dos fiéis, a Igreja obriga o padre a despertar os actos dessas virtudes nos corações dos que vão comungar. Depois de o ajudante ter dito a *Confissão*, o padre implora o perdão dos pecados abençoando os assistentes, mostra-lhes em seguida a sagrada Hóstia, e repete as palavras de S. João Baptista: «Eis aqui o Cordeiro de Deus, eis aquêle que apaga os pecados do mundo», e depois repete três vezes as palavras do centurião: «Senhor, eu não sou digno nem merecedor de que entreis em minha morada tão pecadora, mas dizei uma só palavra e a minha alma será curada». — Quando se trata da Comunhão solene das crianças é costume renovar também as promessas do baptismo. Para nos preparamos para a sagrada Comunhão devemos fazer primeiro um *acto de fé*: Jesus, com efeito, exigiu sempre a fé viva, antes de conceder o favor de um milagre. Aos dois cegos perguntou antes de os curar: «Acreditais que eu o possa fazer?» e só os curou depois de êles terem respondido afirmativamente (S. Mat. IX, 28). 2.^º um *acto de esperança*: durante a vida mortal de Jesus Cristo, aquêles que se lhe dirigiram cheios de confiança nunca voltaram com as mãos vazias; uma mulher doente havia do-

ze anos, que tocou sómente na fímbria da sua túnica, ficou imediatamente curada, em recompensa da sua confiança (Ibid. 20). Jesus só dá a quem espera. 3.^o um acto de caridade: quanto maior for o nosso amor por Deus, tanto mais generoso élé será connosco. «É preciso receber por amor aquél que só se dá a nós por amor» (S. Fr. de S.). Amai-o a él, que por vosso amor desce sob essas aparências para unir a luz da sua eternidade com a terra da vossa enfermidade (S. Agost.). Recomenda-se muito a assistência à missa antes da Comunhão, ou quando mais não seja, que se esteja em oração durante um quarto de hora pelo menos.

5. Devemos também preparar o nosso corpo, vestindo-nos com asseio e convenientemente, e aguardar com todo o respeito na igreja a ocasião de comungar.

Devemo-nos apresentar à sagrada mesa vestidos convenientemente. Antes de dar a Comunhão aos apóstolos, Jesus Cristo lavou-lhes os pés, e os israelitas foram obrigados a lavar os próprios vestidos, antes da promulgação do Decálogo. «A limpeza do corpo é sinal da pureza da alma» (S. Fr. de S.). Ninguém se deve apresentar no banquete do noivado sem levar a veste nupcial, e havíamos de ir à sagrada Ceia com um vestido sujo? (Did. Niss.). — Contudo não se deve ligar importância demasiada aos vestidos; esquecer-se-ia a coisa principal, e perder-se-ia a devoção. Deixar-se levar pelo orgulho na ocasião de comungar, é tornar estéril a comunhão. Vestir *pobremente* não é vergonha: o próprio Jesus Cristo era pobre e amava os pobres, — élé não olha para o exterior, mas sim para o íntimo do coração do homem. À mesa da sagrada comunhão devemos estar com todo o respeito, isto é: devemo-nos abster de tudo o que possa perturbar a devoção; devemos sobretudo evitar o riso, o receber Nosso Senhor de corrida, o bater com força no peito, olhar para um lado e para outro, estender muito a língua, e trincar a sagrada hóstia. Os soldados devem depor as suas armas antes de comungar⁽¹⁾.

(1) Não se deve ir comungar de luvas. Quando o padre diz: «Domine, non sum dignus», bate-se no peito, e caminha-se modesta e lentamente para a sagrada mesa, com os olhos baixos. Ajoelhemos, façamos o sinal da cruz,

5. Depois da Sagrada Comunhão

Depois da sagrada Comunhão devemos dar graças a Deus (fazer acção de graças), apresentando-lhe as nossas petições e orando especialmente por nossos pais, pelo Papa, pelo nosso bispo, pelas autoridades civis, pelos amigos e bemfeiteiros, e enfim pelas almas do purgatório.

A acção de graças deve durar pelo menos um quarto de hora⁽¹⁾ (S. Af.). Quem se retirar sem dar graças depois da sagrada Comunhão comete uma grosseria, como aquêle que, convidado para a mesa dum grande dêste mundo, partisse sem lhe ter agradecido (S. Cris.); procede como Judas, que saiu do Cenáculo logo em seguida a ter comungado (Id.). S. Filipe Néri, vendo uma vez um que havia comungado sair imediatamente da igreja, mandou dois acólitos acompanhá-lo com velas acesas (pois levava consigo o Santíssimo Sacramento). Depois da sagrada Comunhão devemos apresentar a Jesus **as nossas petições** e desejos. Quando um soberano pára em algum sítio com a sua comitiva, aproveitam os súbditos a ocasião para lhe apresentar memoriais. Do mesmo modo devemos nós aproveitar a presença de Jesus Cristo em nosso peito. A rainha Ester apresentou a Assuero o seu pedido em favor do povo Judeu, durante o banquete que ela lhe tinha oferecido, porque sabia que era o tempo mais propício, e foi atendida (Est. VII). O melhor tempo para falardes com Deus, são êsses momentos em que tendes convosco o Hóspede divino (S. Mad. de Paz.). As orações que fizermos

estendamos a toalha, e tendo adiantado muito de vagar a língua até ao lábio inferior, recebamos a sagrada Hóstia, com os olhos fitos nela (e não no sacerdote, como costumam as crianças e a gente rude) e depois de a engolir respeitosamente (pois se a conservássemos na boca até se desfazer, não haveria propriamente comunhão), voltemos para o nosso lugar de mãos postas ou cruzadas sobre o peito. Se a Sagrada Hóstia ficar pegada ao céu da boca, despega-se com a língua, sem levar os dedos à boca.

(1) Depois da missa, o padre recita o «cântico dos três jovens na fornalha de Babilónia».

logo imediatamente depois da comunhão, têm um valor muitíssimo maior do que tôdas as outras, aos olhos de Deus, pois que são santificadas pela presença de Jesus Cristo (S. Af.). Nem sempre temos a Jesus connosco (S. Marc. XIV, 7). Oh! que tesouros de graças perdem aquêles que depois de comungar, não pensam em pedir nada! (S. Af.).

Não é decente escarrar ou comer logo depois da sagrada Comunhão, nem tão pouco entregar-se nesse dia a divertimentos mundanos.

Não é decente cuspir, porque podemos ainda ter na boca alguma parcela da sagrada hóstia, que caíria por terra. (Todavia não é razoável o escrúpulo de algumas pessoas que têm receio de cuspir ou escarrar quando já decorreu bastante tempo depois da comunhão). Deve-se esperar, sendo possível, pelo menos um quarto de hora antes de comer, porque as sagradas Espécies subsistem em nós pouco mais ou menos esse tempo. Devemos abster-nos de divertimentos mundanos nos dias em que comungamos, para não perdermos a graça que a comunhão nos trouxe (1). Apanhar pedras preciosas para um saco rôto, é expor-se a perdê-las. Uma rapariga pobre, casada com um homem distinto, perde a sua dignidade se, depois da morte do marido, casa com outro de condição obscura (Segn.). O mesmo acontece neste caso. Muito convém, no dia em que comungamos, ir de tarde fazer uma visita a Jesus Sacramentado para lhe retribuir aquela que Ele nos fez a nós na sagrada Comunhão.

6. A comunhão espiritual

Comunga-se espiritualmente quando se tem um desejo sincero de receber a sagrada Eucaristia.

Um criminoso condenado a morrer de fome, admitido à confissão, mas privado de receber a sagrada Comunhão, ajoelhou-se diante do Santíssimo Sacramento e dis-

(1) Que dizer da insensatez de alguns pais que escolhem o dia da primeira comunhão para levarem os filhos para o teatro?

se: «Senhor Jesus, vós estais aqui presente sob as apariências do pão; a minha alma deseja-vos, mas não posso receber-vos realmente; vinde pois a mim de um modo invisível; vós que sois todo poderoso, podeis fazê-lo». Procedei da mesma forma; e tereis comungado espiritualmente: «Crede, e tereis já recebido», diz S: Agostinho. «Não é, pois, difícil comungar espiritualmente: basta recolhermo-nos um instante, transportarmo-nos em espírito ao tabernáculo e dizer: «Senhor Jesus, vinde ao meu coração» (Mar. Lat.).

Devemos comungar espiritualmente durante a missa quando o sacerdote comunga, e depois da missa durante as visitas que fizermos ao Santíssimo Sacramento.

Os primeiros cristãos comungavam todas as vezes que ouviam missa; nós deveríamos fazer o mesmo, mas nem sempre estaremos devidamente preparados. Pelo contrário é-nos lícito fazer a comunhão espiritual a qualquer hora: quantas mais vezes a fizermos, mais proveito tiraremos: para se comungar espiritualmente nem é necessário estar em jejum, nem é preciso licença do confessor.

Pela comunhão espiritual obtemos de Deus graças análogas às da comunhão sacramental.

A comunhão sacramental pode-se comparar com os vasos de ouro, a espiritual com os de prata. Durante a sua vida terrestre, Jesus curou não só aqueles a quem falava pessoalmente, mas também os ausentes que assim o desejavam ardente mente (o criado do centurião). E agora continua a fazer o mesmo (Coch.). Aquêles que se desejam alimentar com esse pão celeste, gozar-lhe-ão os frutos e as vantagens pela vivacidade da sua fé (Conc. Tr. XIII, 8). A comunhão espiritual é a melhor preparação para a comunhão sacramental. Jesus Cristo não veio ao mundo sem que antes a humanidade sentisse um vivo desejo da sua vinda; e também não gosta de entrar numa alma que não deseja vivamente recebê-lo (Ávila).

4. O Sacramento da Penitência

1. Natureza e necessidade da Penitência

Desde que o peixe mordeu no anzol, logo se lhe sente a dor; o mesmo acontece com o que peca. «Entretanto aquilo que Deus nos impõe como castigo fá-lo servir para a nossa salvação. Manda-nos a dor para castigar o pecado, mas também para nos livrar dêle» (S. Cris.).

Chama-se ordinariamente **penitência** (arrependimento) a dor interior que sentimos do pecado, e a aversão que experimentamos pelas criaturas para nos voltarmos para Deus.

Toda a nossa vida devia ser propriamente uma penitência contínua. «Se não fizerdes penitência, disse Jesus, morrereis todos» (S. Luc. XIII, 5). «Desgraçados de vós, disse também, de vós os que ridez agora, porque ficareis tristes e chorareis» (Id. VI, 25). Muitas vezes ele ameaça com a condenação eterna aqueles que só querem gozar a vida (S. João XII, 25). Ninguém, mesmo que estivesse isento de pecado, se deveria expor a sair desta vida sem penitência (S. Ag.). Assim como para aproveitar uma amêndoia precisamos de lhe partir a casca, assim para alcançar o céu precisamos de fazer penitência (S. Jer.). Até os grandes santos, como S. Luís de Gonzaga, fizeram grandes penitências para expiar as suas pequeninas faltas, rezaram, jejuaram, dormiram sobre a terra nua, etc.

Jesus Cristo elevou a penitência à dignidade de **sacramento** quando depois da sua Ressurreição deu aos seus Apóstolos o poder de perdoarem os pecados.

«Os pecados, disse ele, serão perdoados àqueles a quem vós os perdoardes, e não serão perdoados àqueles a

quem vós os não perdoardes» (S. João XX, 23). Por estas palavras Jesus Cristo deu aos seus Apóstolos, primeiro o poder de perdoar os pecados, e segundo, aos fiéis o preceito de confessar os seus pecados ao sacerdote para obterem o perdão dêles. Assim, pois, o sacramento da Penitência foi o primeiro dom que o Salvador ressuscitado deu à humanidade; os dias em que os dois sacramentos, o da Eucaristia e o da Penitência, foram instituídos, são como dois fachos luminosos colocados dum e doutro lado daquele dia em que Jesus morreu na cruz. Em muitas circunstâncias Jesus nos deu a conhecer as condições necessárias para se obter o perdão dos pecados: *Cura do paralítico* (S. Mat. IX); — o pecado é uma paralisia espiritual; ao perdoar os pecados, impõe-se ao pecador um acto de penitência, como Jesus ordenou ao paralítico que levasse o seu catre; — *Cura do leproso* (id. VIII) — o pecado é uma lepra da alma; o pecador deve mostrar-se ao padre que, em nome de Deus, o declara purificado; — *Perdão de Madalena* que cai chorando aos pés do Salvador e o ouve dizer-lhe: «Os teus pecados te são perdoados» (S. Luc. VII). Muitos pecadores imitam a conduta de Madalena; lançam-se, cheios de confusão, aos pés do sacerdote que faz as vezes de Jesus e obtêm assim o perdão dos seus pecados.

i. No sacramento da Penitência, o cristão arrependido confessa os seus pecados a um padre a quem o bispo da respectiva diocese tenha concedido jurisdição, e êsse, fazendo as vezes de Deus, perdoa-lhe os pecados pela absolvição.

Cerimónias. O pecador põe-se de joelhos no confessional, recebe a bênção do padre enquanto faz o sinal da cruz, recita a primeira parte da Confissão, acusa os pecados e termina dizendo a segunda parte da Confissão (*portanto peço e rogo, etc.*). Em seguida o padre faz-lhe algumas perguntas, se o julga conveniente, dá-lhe os seus conselhos, impõe-lhe a penitência, e por fim absolve-o abençoando-o, enquanto o penitente faz o acto de contrição. Antes de se levantar faz o sinal da cruz, e saindo dos pés do confessor logo deve cumprir a penitência,

e preparar-se para a Comunhão, se tem de comungar em seguida. A fórmula da absolução é a seguinte: «**Eu te absolvo de todos os teus pecados em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo. Assim seja.**» A absolução é um acto judicial (Conc. Tr. XIV, 9); é como o relâmpago, um fogo devorador que consome os pecados. Quando o confessor não pode absolver o penitente, não deixa de lhe lançar a bênção a-fim-de que a recusa não seja conhecida dos circunstantes ⁽¹⁾.

2. O sacramento da Penitência é absolutamente necessário para a salvação a todo o cristão que, depois do baptismo, cometeu pecado mortal (Conc. de Tr. XIV, 1), porque sem esse sacramento (na realidade ou em desejo) não pode recuperar a graça santificante (Id. VI, 29).

Este sacramento é tão necessário àqueles que pecaram depois do baptismo, como o baptismo é necessário aos que não são baptizados (Conc. Tr. XIV, 2). Os San-

(1) No confessionário deve haver uma grade ou uma placa de metal crivada de orifícios (a que se chama ralo) por onde se confessam as mulheres. Os homens, segundo o costume dos lugares, ou se confessam pela grade ou aos pés do sacerdote, pela abertura anterior do confessionário. Certos confessionários são trabalhados com arte: no exterior há quadros cujos assuntos despertam a compunção, por exemplo: o filho pródigo, Madalena, S. Pedro chorando o seu pecado. Vê-se também nalguns a imagem de Jesus crucificado, do Bom Pastor, para incutir confiança ao penitente. Sobre os confessionários antigos havia muitas vezes uma rosa com cinco fólias. A rosa tem espinhos, mas o perfume que exala é muito bom. A confissão em si é custosa, mas põe-nos em estado de graça e torna-nos de novo agradáveis a Deus. A rosa simboliza também o segredo a que é estritamente obrigado o confessor. Os antigos Romanos já costumavam pendurar uma rosa por cima da mesa do festim, para avisar os convidados de que não fizessem uso do que ouvissem na confidência da mesa. Daí a expressão «sub rosa» (debaixo da rosa), ainda hoje em uso, e que significa: «Confio-te isto em segredo». As cinco fólias da rosa representam as cinco partes do sacramento da Penitência, ou também as cinco chagas de Jesus Cristo, às quais devemos a graça de nos serem perdoados os nossos pecados.

tos Padres chamam à Penitência **o segundo baptismo**, ou *a tábua de salvação depois do naufrágio*: pelo baptismo, subimos a um barco que deve levar-nos a porto de salvamento; se pecamos gravemente, o barco sossobra, e nós só nos podemos salvar agarrando-nos a uma tábua, que é o sacramento da Penitência (S. Jer.). Todos os que secretamente são mordidos pelo demónio, a antiga serpente, não podem ser curados se escondem ao médico as suas feridas (Id.). O pecador afastou-se de Deus por orgulho, e só pela humildade pode voltar para Deus (S. Greg. M.).

Aquélle que cometeu um pecado mortal deve aproximar-se **quanto antes** do sacramento da Penitência.

Quanto para mais tarde se difere a conversão, mais difícil ela se torna. Se desmanchamos uma perna ou um braço, é-nos necessário endireitá-lo **imediatamente**, se não produz-se uma inchação que torna difícil a cura; desde que entra a água num navio avariado, é preciso extraí-la imediatamente, para que não vá ao fundo; se pega fogo numa casa, é forçoso apagá-lo prontamente para evitar uma destruição total (S. Jer.); os que se envenenam, se não vomitam imediatamente o *veneno*, estão perdidos (S. Anast.); o mesmo acontece com o pecado mortal. Os olhos não suportam o mais pequeno argueiro, começam logo a chorar até o deitarem fora; façamos o mesmo ao pecado. A Igreja por isso não fixou horas para a absolvição: o pecador pode voltar para Deus a *qualquer hora* (Cat. Rom.). Quanto mais se adiar a conversão, **mais severos serão os castigos**. **Quanto mais** se retardar a penitência **mais severamente** Deus nos julgará (S. Ag.). Não abuseis da paciência de Deus (S. Antonin.). Aqueles que adiam a penitência até à hora da morte (Job. XXII, 16) tira Deus ordinariamente a *possibilidade* de se reconciliarem com êle. Por justo castigo do pecado, aquêles que não fizeram o bem quando podiam, não poderão fazê-lo quando o desejariam fazer (S. Ag.). «Procurar-me-eis, diz Jesus, e não me encontrareis» (S. João VII, 34); passou o tempo da graça, é inútil querer ir fazer compras quando já passaram as horas do mercado (S. Greg. Naz.). É verdade que Jesus perdoou a um ladrão, para que não caíssemos em desespéro, mas perdoou a um só para que não abusássemos adiando a penitência até à hora da morte (S.

Ag.); as conversões à hora da morte são mais um milagre que um exemplo (S. Bern.). Aos que retardam a sua conversão, acontece como à figueira em que Jesus Cristo não achou fruto e que amaldiçoou imediatamente (S. Mat. XXI, 19). Os que adiam a sua conversão estão expostos a **morrer impenitentes**. Não vos fieis no dia de amanhã, *vós que não sabeis se vivereis mais uma hora* (S. Agost.). É certo que Deus prometeu perdoar aos pecadores, mas não lhes prometeu o dia de amanhã (Id.). A penitência não tem *valor nenhum*, quando já não podemos pecar mais: nessa ocasião já não sois vós que deixais o pecado, mas sim o pecado que vos deixa a vós (S. Ambr.). Emfim, na hora da morte o pecador assustado *perde* muitas vezes a *presença de espírito*; ei-lo tomado de angústia e de perturbação, como o viajante que, ao cair da noite, vê que se perdeu no caminho. Acostumado aos seus maus hábitos, já não tem *fôrça* para fazer uma verdadeira penitência, como aquêles que, depois de terem dormido muito, ficam na cama, a-pesar-das boas resoluções que fizeram de se levantarem de-pressa (S. Ag.). A penitência de um doente, por fôrça há-de ser doentia; a penitência de um moribundo provavelmente é ferida de morte (S. Ag.). Ninguém quere dormir numa casa que ameaça ruína; e vós, num corpo frágil, ousais viver semanas, meses e anos em pecado mortal! (S. Vic. Fer.).

3. Não nos devemos *envergonhar* de confessar os nossos pecados, pois que o padre não pode nunca revelar nada da confissão e acolhe-nos *com bondade*; e, além disso, aquêle que se envergonha agora de se confessar ao padre, ficará *envergonhado* depois diante do mundo inteiro e *desgraçado* durante a eternidade.

O padre não pode nunca revelar **nada** da confissão, ainda com risco da própria vida. O padre **acolhe** sempre **com bondade**⁽¹⁾ todo e qualquer pecador. Para um padre, não há alegria maior do que é ver um pecador

(1) Acusava-se uma pessoa a S. Francisco de Sales de pecados graves: «Que pensa de mim?» preguntou-lhe ela. — «Penso que é uma santa», respondeu ele, porque só os santos se confessam assim».

acusar com sinceridade os seus pecados graves: é, como um pescador que só fica satisfeito quando vê na sua rede peixes muito grandes (S. Vicente Fer.). Deus estabelece muitas vezes como *pastores de almas grandes pecadores convertidos*, para que tenham mais compaixão dos penitentes, porquanto aquêles que cometem grandes pecados, mais facilmente os perdoam aos outros (S. Bern.). Para que vos haveis de envergonhar de confessar os vossos pecados a um pecador como vós ou talvez ainda maior do que vós? (S. Ag.). Jesus não deu a anjos nem a arcangels o poder de perdoar, mas sim o deu a homens (S. Cris.). — Os que têm vergonha de se confessar a um padre, **serão um dia envergonhados** diante do mundo inteiro e ficarão eternamente desgraçados; são para êles estas ameaças de Deus: «Descobrirei na tua face a tua vergonha e mostrarei a tua nudez, a tua ignomínia às nações e aos reinos; sobre ti lançarei as tuas abominações e cobrir-te-ei de infâmias; farei de ti um exemplo das minhas vinganças» (Naum III, 5, 7). Mais vale acusar as nossas culpas a um servo de Deus, que terá piedade do pecador, do que ser coberto de vergonha *diante do mundo inteiro*; mais vale confessar-se uma vez voluntariamente do que ser *forçado a fazê-lo durante toda a eternidade!* (S. Agost.). Aquêles que se envergonham agora de se confessar, no dia de juízo serão confundidos, não diante dum ou duas pessoas, mas diante do universo inteiro (S. Cris.). Quando o homem esconde, Deus descobre: quando o homem descobre, Deus esconde (S. Ag.). Mais vale confessarmo-nos do que ficarmos a arder eternamente! O demónio é que nos enche de receio e de vergonha antes da confissão: quando pecamos, ele tira-nos o receio; quando nos devemos confessar inspira-nos-lo e causa-nos perturbação (S. Cris.). Como explicar que homens que caminham corajosamente para o combate, desprezando a morte, tremem como lebres diante do confessionário? Os primeiros cristãos não se envergonhavam de confessar as suas culpas, e muitas vezes o faziam em público perante a assembleia dos fiéis; S. Agostinho publicou as suas confissões e patenteou as suas culpas ao mundo inteiro. Quem seria hoje capaz de fazer o mesmo? Assim como um doente razoável toma de boa vontade o remédio que promete curá-lo, por amargo que seja, assim também a alma doente não deve rejeitar a penitência que lhe restituirá a vida (Tert.). Se não tivestes vergonha de vos ferir não a tenhais também de vos curar (S. Ag.).

4. Aquêles que por vergonha ocultam na confissão um pecado mortal, cometem um sacrilégio e não alcançam perdão; tôdas as confissões que se seguirem são nulas, até que numa confesse todos os pecados cometidos depois da última confissão bem feita. Um tal pecador passa uma vida amargurada e corre o risco de morrer impenitente.

O demónio procede como o lobo: êste agarra a ovelha pelo pescoço para que ela não possa gritar; o demónio fecha a bôca dos pecadores para que estes não possam confessar os seus pecados. Aquêle que voluntariamente deixa de confessar um pecado mortal, comete um horrível **sacrilégio**⁽¹⁾. — Quem na confissão ocultar conscientemente um único pecado mortal que seja, não obtém **perdão de nenhum**: se abrirmos tôdas as fechaduras dum a porta, menos uma, a porta fica fechada na mesma; ora assim sucede com os pecados mortais, essas fechaduras da alma, que devem ser submetidas ao poder das chaves do sacerdote: a porta do perdão não se abre. — Quando uma confissão é **sacrílega**, tôdas as que se lhe seguem são igualmente **sacrílegas**. Para se voltar à graça de Deus é preciso não só confessar o **pecado escondido**, mas também todos os pecados cometidos desde a **última confissão válida**, ainda que já se tenham confessado. Dá-se com a confissão o mesmo caso que se dá quando se faz uma conta: se nos enganamos num algarismo, é preciso voltar ao princípio. Se ao abotoar um vestido saltamos um botão em claro, depois é preciso desabotoar tudo para tornar a apertar (S. Vic. Fer.). — Um tal pecador **passa uma vida amargurada**. «O pecado oculto, diz Orígenes, é semelhante a um alimento indigesto que fica no estômago e o indispõe». É semelhante ao lixo que uma criada negligente esquece num canto e que corrompendo-se espalha um cheiro infecto. É a imagem do pecado oculto (S. Bernardino). O pecado ocultado na confissão flagela a consciência do pecador, despedaça-lhe o coração e enche-lhe a alma de angústia e de terror (S. Ambr.). — Aquê-

(1) O sacrilégio é a profanação e o desprezo das coisas santas. (Ver 2.^a parte pág. 130).

le que esconde um pecado mortal na confissão, corre o risco de **morrer impenitente**. Esse pecado traz consigo a morte da alma: é como um abcesso que não pode rebentar cá para fora, e abrindo para o interior causa a morte; é como um navio no qual só se taparam alguns buracos, esquecendo-se de tapar o maior, e que bem de-pressa irá a pique. Por isso S. Boaventura dá o conselho seguinte: «Confessai primeiro o pecado de que mais vos envergonhais; a confissão dos outros ser-vos-á fácil. Desde que o general foi posto fora do combate facilmente se desbarata todo o exército». Se vos fôr muito custoso o acusar-vos, dizei pelo menos ao confessor: «Ainda tenho um pecado que não me atrevo a confessar», e então êle vos ajudará. *Aquêle que mente na confissão, engana-se a si mesmo, e não a Deus.*

2. O confessor

1. Só o sacerdote que tiver autorização do bispo da diocese, pode absolver os pecados.

Foi só aos **apóstolos** e seus sucessores, os bispos, que Jesus deu o poder de perdoar os pecados: foi só a estes que êle disse depois da sua ressurreição: «Recebei o Espírito Santo! Aquêles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos» (S. João, XX, 23). Jesus mandou aos Apóstolos que desatassem as ligaduras a Lázaro ressuscitado, para fazer compreender que lhes dava o poder de absolver (S. Ag.). Esse poder dos Apóstolos chama-se **poder das chaves**, porque com êle abrem os Apóstolos as portas do céu aos pecadores: «o confessor é o porteiro do paraíso» (S. Prosp.). Os bispos podem dar aos padres a faculdade de perdoar os pecados, se os julgarem aptos para ouvirem confissões. Um padre que haja recebido do bispo da sua diocese a jurisdição para confessar, tem em geral faculdade de confessar *em toda a diocese*; mas se vai para outra diocese, já não tem essa faculdade, e necessita de a solicitar ao respectivo bispo, tal como sucede a um juiz que só pode dar sentenças na comarca para onde foi nomeado pela autoridade legítima.

2. O padre aprovado para ouvir confissões não pode perdoar aquêles pecados dos quais

o papa ou o bispo reservou para si a absolvição (Conc. Trid. XIV, 11), salvo se tiver autorização do papa ou do bispo para absolver êsses pecados.

Chama-se a êsses pecados *casos reservados*. Os bispos reservam para si ordinariamente a absolvição dos grandes crimes, por exemplo: a apostasia, o perjúrio, o homicídio, o envenenamento, o fogo pôsto; a Igreja quere dessa maneira inspirar aos fiéis um grande horror por êsses delitos. Os juízes civis também não podem decidir tôdas as causas: há certos crimes que são reservados para os tribunais superiores. — Todavia, em **perigo de morte**, *qualquer* padre, mesmo aquêle que não tem aprovação, pode absolver *todos* os pecados (Conc. Trid. XIV, 7). Nos santuários muito freqüentados e nos *lugares de peregrinação*, os padres ordinariamente têm o poder de absolver *casos reservados* (ao bispo do lugar); em muitas dioceses, os padres podem também absolver êsses casos numa missão, no tempo pascal, numa confissão geral, etc.

3. No confessionário, o sacerdote faz as vezes de Deus.

Se Jesus estivesse nun confessionário e um padre noutro, tanto perdoaria os pecados Nosso Senhor como o sacerdote (S. Afonso). O confessor, pois, faz as vezes de Jesus, e é por isso que êle é bom e indulgente como um pai, donde vem o chamar-se-lhe pai ou padre espiritual. Os santos, sabendo que o confessor faz as vezes de Deus, seguiram sempre fielmente os seus conselhos. «Aquêle que obedece ao seu confessor, pode estar certo de que Deus não lhe pedirá contas das suas acções» (S. Filipe Néri); ainda mesmo que o confessor se *engane*, o penitente que lhe obedecer de boa fé não cometerá pecado algum; obedecendo, procederá com segurança (Alvarez). Aquêle que pretende fazer progressos na santidade, deve obedecer ao seu confessor como a Deus (S. Filip. Néri).

No confessionário, o sacerdote exerce uma *tríplice função*: é doutor, médico e juiz.

Como **doutor** (mestre), o padre deve instruir o penitente, quando nota que este ignora pontos importantes, relativos à sua conduta moral; deve mostrar, como um anjo da guarda, o bom caminho àqueles que se extraviam (S. Greg. Mag.). — Como **médico**, ensina o penitente para que lhe faça conhecer o estado da sua alma carregada de pecados, que são verdadeiras doenças, exactamente como o médico do corpo se informa do estado do doente. Ainda como médico indica ao penitente os remédios de que este deve usar para recuperar a saúde espiritual, do mesmo modo que o médico do corpo prescreve os remédios para as doenças corporais. — Como **juiz**, o sacerdote deve examinar se o penitente merece ou não a absolvição: no primeiro caso, dá-lha, no segundo caso adia-a; e impõe-lhe a penitência que tem a cumprir para satisfazer pelos pecados.

4. O padre não deve em caso nenhum revelar o que soube em confissão. Essa obrigação chama-se o segredo da confissão ou o segredo sacramental (sigilo).

O confessor não deve dizer absolutamente nada, do que conheceu em confissão, mesmo com risco da própria vida (1). Não pode nunca dizer coisa alguma, nem que seja para afastar de si a maior das desgraças. Um rei perguntou ao capelão mor da sua corte se lhe revelaria o projecto dum atentado contra a sua vida, de que viesse ao conhecimento em confissão. Por coisa nenhuma, respondeu o padre. Então a minha vida está em perigo? perguntou o rei. — «Ainda em maior perigo estaria se não fosse a confissão e o segredo sacramental» (2) — O padre de-

(1) S. João Nepomuceno, vigário geral do arcebispo de Praga e pregador da corte real da Boémia, não se deixou abalar nem pelas promessas, nem pelas ameaças e torturas do rei Venceslau: não quis de maneira nenhuma revelar a confissão da rainha. O rei mandou-o atirar ao rio Moldava (1339) que banha a cidade de Praga, mas o aparecimento milagroso de cinco luzes revelou o lugar onde estava o corpo do santo mártir. Quando em 1719 foi aberto o seu túmulo na igreja de S. Vito em Praga, acharam-lhe a língua num perfeito estado de conservação. Expõem-na todos os anos na catedral no dia da sua festa (16 de maio).

(2) O catequista perguntará por que é que este padre tinha razão.

ve guardar o segredo mesmo para com o penitente. — Um criado dum pároco acusou-se em confissão de que lhe roubava o celeiro: o amo viu-se obrigado a deixar como até ali a chave na porta. — Mesmo nos tribunais o padre nada pode dizer: não há mandamento algum que possa prevalecer contra os mandamentos de Deus. Em diversos países é proibido o juiz interrogar um sacerdote do que sabe pela confissão. — Um padre que neste ponto faltasse aos seus deveres, seria degradado para sempre e sofreria penas eclesiásticas gravíssimas. De mais, não se citam exemplos do contrário. Tem havido padres bastante pervertidos para renegarem a religião católica, mas nunca nenhum violou o segredo sacramental. — Esse segredo protege o penitente e a santidade do sacramento. O penitente pode dar ao padre licença de fazer uso do que lhe disse em confissão, mas o padre só pode usar dessa licença em casos excessivamente graves e quando não haja perigo de tornar a confissão odiosa. — Mas existiria o segredo se alguém fora da confissão falasse de coisas que tivesse dito em confissão? (1)

5. Todos os fiéis podem escolher livremente o seu confessor.

Quando se trata de confissão, é preciso evitar o menor constrangimento, para não expor ninguém a esconder um pecado. Santa Teresa diz: «Quanto mal não pode fazer o espírito das trevas, quando se impõe à força a confissão!» Por isso ninguém é obrigado a confessar-se ao seu pároco ou a um padre da paróquia, mesmo no tempo pascal, se não é do seu agrado (Bent. XIV). Nenhum confessor, pois, está autorizado a mandar ninguém embora, sob o pretexto que é doutra paróquia. Os religiosos são obrigados a confessar-se aos padres da sua ordem; as religiosas têm um confessor especial designado pelo bispo, e têm, além desse, um confessor extraordinário que vai à casa religiosa ao menos quatro vezes no ano e ao qual todas se devem apresentar; podem, além disso, pedir confessor especial (cân. 520 e 521). As religiosas e as

(1) O criado de que falámos, estando embriagado, dizia ao seu pároco: «Eu confessei-lhe que o roubava no celeiro e o senhor não tira as chaves?» O seu amo mandou-o embora imediatamente. Podia fazê-lo? É claro que sim.

irmãs de congregações que se acham *fora* do convento, podem confessar-se a qualquer padre aprovado (cân. 522).

Aquêle que deseja *progredir* na perfeição deve confiar-se à direcção dum confessor prudente e certo (S. Filipe Néri).

Aquêle que quere aprender uma *arte* ou um *ofício* deve ter um mestre; com mais razão o deve ter quando se trata de aprender a arte dificílima da perfeição cristã (Cassiano); aquêle que pretende subir a montanha muito alta, precisa dum guia experimentado: o mesmo acontece com aquêle que deseja chegar ao cume da perfeição cristã. Antes de uma pessoa escolher o seu confessor, deve reflectir por muito tempo e recorrer à **oração** (S. Fil. Néri). Santa Teresa procurou 20 anos um confessor que compreendesse o estado da sua alma; não cessou de orar até que Deus lhe enviou o padre Baltasar Álvares, da Companhia de Jesus, e depois outros que a dirigiram pelos caminhos por onde Deus a conduzia. Deve-se escolher um confessor *prudente*, pois também não confiaríamos as nossas doenças corporais ao primeiro médico que nos aparecesse (S. Bas.). Para um processo de cujo êxito depende uma grande fortuna, iremos procurar o advogado mais hábil que possamos encontrar; acaso havemos de proceder com menos prudência num negócio do qual depende a nossa eternidade? (Hunolt). Devemos escolher um confessor em quem tenhamos toda a **confiança** (S. F. de Néri), e é preciso conservarmos-lha; quando o demónio quere perder uma alma, põe toda a sua astúcia em semear a desconfiança entre o penitente e o confessor e assim prepara as maiores desgraças (Id.). Não devemos, sem grave motivo, mudar de confessor (S. Fr. de S.), assim como também se não deixa facilmente o médico que conhece por experiência o nosso temperamento; todavia, de *tempos a tempos*, podemos e devemos confessar-nos a outro *padre*, porque nos não devemos ligar como escravos a nenhuma criatura.

3. Os efeitos da penitência

Não é fácil fazer verdadeira penitência, é preciso alcançar uma grande vitória sobre si mesmo para fazer a um homem a confissão das faltas mais humilhantes. Por isso Deus recompensa abundantemente a verdadeira pe-

nitência; a confissão é um grande acto de humildade e Deus dá a sua graça aos humildes (I S. Pedro, V, 5).

Recebendo dignamente o sacramento da Penitência participamos das graças seguintes:

1. Obtemos o perdão de todos os pecados actuais e das penas eternas que por elas mereciamos, mas não de todas as penas temporais (Conc. Tr. VI, 30; XIV, 12).

«Se o ímpio, diz o Senhor, fizer penitência de todos os seus pecados, viverá e não morrerá; não mais pensarei nas suas iniqüidades» (Ezeq. XVIII, 21). E por isso Jesus disse à Madalena: «Perdoados te são os teus pecados» (S. Luc. VII, 48). Aquél que confessa as suas prevaricações, não tem Jesus por juiz mas sim por advogado e protector (Cassiod.); no julgamento final ele não fará menção dos pecados que foram apagados pela penitência (S. Bern.); só o que fôr declarado na confissão, é que então será escondido (S. Amb.). O pecado cura-se desde que é acusado, mas o silêncio torna-o maior (S. Bern.); já Séneca dizia: «Aquél que se arrepende de ter pecado, fica completamente inocente.» — A absolvição, na confissão, muda em pena temporal⁽¹⁾ a pena eterna que tínhamos merecido (S. Boav.). Deus faz como um rei que comuta a pena de morte em prisão mais ou menos longa. Santo Agostinho exclama: «Vós não deixais sem castigo, ó meu Deus, os pecados daquele a quem perdoastes». O pecado não fica nunca sem castigo: «ou o homem se castiga a si mesmo, fazendo penitência, ou Deus o castiga do seu pecado» (S. Greg. M.). A todo o pecado se há-de seguir ou a expiação ou o castigo (S. Ans.). Quanto mais tivermos pecado, mais teremos que sofrer

(1) Deus castiga ainda os pecados já perdoados. Perdoou a Adão, e todavia expulsou-o do paraíso terrestre impondo-lhe severos castigos. — Moisés obtém o perdão da dúvida com que tinha ofendido a Deus, mas não lhe foi permitido entrar na terra prometida (Núm. XX, 21). Os judeus que, no deserto, murmuraram contra Deus, obtiveram o seu perdão pela oração de Moisés, mas morreram no deserto (Ibid. XIV). — Deus perdoou também a David que cometera dois grandes crimes, mas David perdeu o seu filho (II Reis XII, 14).

na eternidade (S. Bern.). Mesmo depois de uma ferida estar curada fica uma cicatriz no corpo humano (Id.); é com razão que o pecado se chama dívida, porque assim como precisamos de pagar as nossas dívidas, assim devemos também expiar os nossos pecados (S. Greg. M.).

Temos de expiar as penas temporais do pecado ou neste mundo ou no purgatório.

Na terra expiamo-las: 1.^o cumprindo a penitência que o confessor nos impõe no confessionário; 2.^o fazendo voluntariamente obras de penitência, como a oração, o jejum, a esmola e outros exercícios de piedade; 3.^o aceitando pacientemente os males que Deus nos envia e sobretudo a morte (Conc. Tr. XIV, 13); 4.^o ganhando indulgências (1).

Deus, na sua sabedoria, não deixa o pecado sem castigo, a-fim-de que não façamos pouco caso dêle (S. Ag.).

Com o baptismo, recebe-se o perdão de tôdas as penas merecidas pelos pecados, mas já não acontece o mesmo com o sacramento da Penitência, porque o pecado cometido depois do baptismo é muito mais grave que o que foi cometido antes dêle. Este é um pecado de fraqueza, o outro *um pecado de malícia* pois que a pessoa baptizada, iluminada pelo Espírito Santo, conhece melhor os seus deveres (Conc. Tr. XIV, 8). Uma pessoa baptizada, profana, com o pecado, o *templo do Espírito Santo* (I Cor. III, 17) e comete uma espécie de perjúrio, porque afasta para longe de si o Espírito que recebeu no baptismo e viola a promessa solene que então fez. Um bom pai perdoa a primeira vez uma falta do filho que lhe promete corrigir-se, mas, se este reincide, o pai, a-pesar-de lhe perdoar outra vez, não deixará de o castigar. O mesmo acontece com Deus: no baptismo, perdoa todos os pecados e todos os castigos do pecado, mas depois, não é tão indulgente.

Quanto mais perfeita fôr a nossa contrição, tanto mais penas do pecado nos perdoa Deus.

(1) Ver mais adiante a doutrina sobre a satisfação e as indulgências.

«Muito será perdoado àquele que tiver amado muito», disse Jesus a Madalena (S. Mat. VII, 47). Algumas vezes, Deus toca de tal maneira o coração do homem, que este alcança imediatamente o perdão de todos os seus pecados e de todos os castigos que tinha de sofrer por eles (S. T. Aq.).

2. O Espírito Santo volta a nós e dá-nos outra vez a graça santificante; a absolvição faz reviver os merecimentos de todas as boas obras feitas antes em estado de graça.

A alma do pecador recupera a sua beleza diante de Deus: o pecador convertido recebe, como o filho pródigo, um *rico vestido*, isto é, a graça santificante, e um *anel*, isto é, o sinal da amizade de Deus (S. Lucas XVI, 22). O pecado manchou a veste cândida recebida no baptismo, pela penitência essa veste é purificada no sangue de Jesus, e onde o pecado tinha deixado nódoas veremos um dia *ornamentos de ouro* (Santa Gert.). Seria um milagre, com uma só palavra, tornar branca a pele de um *negro*; mas a absolvição produz no pecador arrependido efeitos bem mais maravilhosos: a alma, que antes dela era negra como um vestido de luto, torna-se *branca como neve*. A penitência é uma escada pela qual subimos até ao ponto de onde tínhamos caído (S. Efr.). Quando o pecador volta a estar em estado de graça, torna-se **filho de Deus, herdeiro do céu**, e pode outra vez fazer **obras meritórias** de vida eterna (1). A penitência faz também **reviver os merecimentos de todas as boas obras** anteriormente praticadas em estado de graça, e que com o pecado mortal estavam como perdidos (mortificados) (Ez. XVIII, 24), o que não quer dizer que Deus tivesse tirado os merecimentos dessas obras por causa do pecado, mas sim que o próprio homem fazia com que essas obras ficassem sem virtude. Só ao homem compete destruir esse obstáculo, e o *grau* do seu arrependimento determina a medida em que elas revivem (S. T. Aq.); um prado queimado por uma longa estiagem readquire a sua primitiva frescura com uma chuva branda e uma temperatura favo-

(1) Veja-se a doutrina da graça santificante, primeira parte pag. 281.

rável; quanto mais ameno fôr o tempo, tanto mais esplêndidamente reflorescerá a vegetação.

Se antes da confissão já possuímos a graça santificante, a confissão aumenta-a em nós.

Aquêle que não cometeu o pecado mortal ou que tem contrição perfeita de seus pecados, possui a graça santificante antes da confissão; mas quanto mais elevado é o grau da graça santificante, tanto mais elevada será a nossa glória no céu. E pois insensato dizer-se: «Para que me hei-de eu confessar? não tenho pecados mortais!»

3. O Espírito Santo dá-nos fôrça para combater os nossos pecados.

Uma pessoa que quebrou uma perna, é raro recuperar suas antigas fôrças; fica fraca e vê-se obrigada a trazer um *aparelho* e a apoiar-se a um pau. O mesmo acontece ao pecador depois da conversão: precisa do socorro divino, que recebe no sacramento da Penitência. A penitência como que aplica um aparelho nas pernas partidas até que recobrem a antiga fôrça (S. Amb.). «Na Penitência dá-se com o pecador o mesmo que com um coxo que recebe umas muletas. Assim como ao filho pródigo deram calçado para que pudesse andar mais facilmente no caminho espinhoso dos mandamentos, assim também o recém-convertido recebe do Espírito Santo fôrça para combater as suas más inclinações. O fim da confissão não é só perdoar os pecados, ela é também um remédio contra o pecado» (S. T. Aq.). Os pecadores convertidos tornam-se ordinariamente fiéis e zelosos servos de Deus; foi por isso que Jesus disse que há no céu mais alegria por um pecador que faz penitência do que por noventa e nove justos que perseveraram (S. Lucas XV, 7). A quem preferireis? A um soldado que nunca foi à guerra e por consequente nunca fugiu do inimigo, ou a outro que fugiu diante dum inimigo superior, mas que, para reparar o mal feito, se bate com mais coragem e obriga o adversário a ceder? O primeiro é a imagem dum justo tibio, o outro a de um penitente zeloso (S. Vic. Fér.).

4. O Espírito Santo dá-nos no sacramento da Penitência uma grande tranqüilidade de

alma, e, se a nossa conversão é sincera, sentimos grandes consolações.

A penitência restitui o sossêgo à nossa alma; o Espírito Santo é um consolador (S. João XIV, 26). Quando nos descarregamos dos nossos pecados na confissão, estabelece-se imediatamente na nossa alma uma grande tranqüilidade, como outrora no mar, quando os marinheiros lançaram à água Jonas, o profeta culpado de desobediência às ordens de Deus (S. Cris.). O sacramento da Penitência distila sobre a alma ferida o bálsamo da consolação (S. Lour. Just.); e muitos pecadores asseguram que, depois da confissão, lhes parecia que os tinham aliviado dum fardo imenso, que se sentiam mais felizes do que se lhes tivessem dado todos os tesouros da terra; isso provém de que êles sentem que estão na vizinhança de Deus. Esse sossêgo da alma reage também *dum modo salutar sobre o corpo* e contribui poderosamente para o restabelecimento da saúde; por isso os santos instaram sempre com os doentes para que recebessem os sacramentos. O pecador convertido muitas vezes recebe grandes consolações. «Bem-aventurados os que choram, diz Jesus, porque serão consolados» (S. Mat. V, 5). Quando o filho pródigo voltou para a casa paterna, o pai mandou matar o vitelo mais gordo, chamou músicos, deu um festim de alegria, quis que todos se regozijassem e ordenou que houvesse danças (S. Luc. XV). Do mesmo modo procede Deus ainda hoje, quando um pecador volta para êle com sinceridade: enche-o de consolações e de felicidades. Que consolação para os desgraçados pecadores! Poderiam fazer inveja aos justos, como se vê pelas palavras do filho mais velho ao pai, quando êste acolheu o pródigo com tanta benevolência (S. Luc. XV, 29). Com essas consolações dá-nos Deus coragem, para que prossigamos com perseverança no caminho penoso da virtude (Rod.); porque todos os convertidos devem contar com rudes combates contra a sua natureza corrompida. O Senhor concede-nos as consolações à entrada do caminho da piedade; *mas tarde tirano-las*, porque elas prejudicam-nos. Semelhantes ao açúcar que, se tomarmos demais, é causa de corrupção, as consolações poderiam produzir em nós o verme da vaidade, isto é, uma vã complacência. Quando, pois, Deus nos tira essas consolações, devemos-lho agradecer (S. Fr. de S.), porque com isso quere-nos experimentar, por vezes bem

duramente, mas para assim nos dar ocasiões de termos merecimento. É então que, com Jesus na cruz, devemos exclarar: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?» (S. Af.).

Mas só quando recebemos **dignamente** o sacramento da Penitência, é que alcançamos essas graças; obter-se-ão com abundância, se o recebermos **muitas vezes**.

Quantas **mais vezes** se espanhar uma casa, *mais limpa* ela anda; o mesmo acontece com o coração (S. Jer.), quanto mais recorremos à confissão tanto mais nos desprendemos do demónio. Assim como as *andorinhas*, cujos ninhos tenham sido muitas vezes destruídos, dificilmente os reconstruirão na mesma casa, assim também o demónio passará a atormentar menos aquélle que o expulsa a cada instante para longe de si pela confissão (Hunolt). Basta, sem dúvida, confessarmo-nos *uma vez por ano* para satisfazermos ao preceito da Igreja, mas não basta essa confissão anual para nos assegurar suficientemente a salvação; a alma daquele que se confessa só pela Páscoa, deve ter o aspecto duma casa que só é varrida *uma vez por ano*: quando chegar o tempo da prova terá talvez a sorte de Absalão, que só cortava o cabelo *uma vez por ano* (II Reis XIV, 16). Pois não é uma loucura ter mais cuidado com o calçado do que com a alma? Tem-se um grande cuidado em limpar a-miúdo o calçado, e não se tem repugnância em deixar estar a alma sempre coberta de pó (S. Cris.).

Como se recebe dignamente o sacramento da Penitência

A Igreja não prescreve *um determinado lapso de tempo* que obrigatoriamente deva ser reservado para a preparação para receber o sacramento da Penitência, porque na verdade a penitência não se mede pelo tempo, mas sim pela *sinceridade* dos sentimentos (S. Cris.). Todavia não nos devemos contentar com alguns instantes de preparação. Noé gastou 100 anos para construir a arca, e vós não quereis consagrar algum tempo para construir a arca que deve salvar-vos da desgraça temporal e eterna? (S. T. de Aq.).

Para receber dignamente o sacramento da Penitência, devemos observar as seguintes regras:

Visto que se comete o pecado com o *coração*, com a *bôca* e com as *acções*, é preciso destruí-lo pela dor que sente o *coração*, que a *bôca* exprime e que a *acção* realiza (S. Boav.). Devemos imitar o filho pródigo. Logo que sentiu em si a inspiração do Espírito Santo, reflecte em tôdas as faltas que cometera e reconhece tê-las cometido (**Exame de consciência**). Reconhece a sua ingratidão para com seu pai e o seu coração sente uma dor viva por ter sido tão ingrato (**contrição**); quere voltar para seu pai e começar uma vida nova (**propósito firme de emenda**); vai ter com o pai, prostra-se diante dêle, acusa-se das suas faltas e pede-lhe perdão (**confissão**); não quere, daí em diante, ser tratado como filho, mas únicamente como escravo (**satisfação**). O pai abraça-o e dá-lhe um beijo (**absolvição**). Prepara-lhe um banquete (**comunhão**). O sacramento da penitência é semelhante a uma harpa cujas cordas devem ser retesadas e afinadas para que desfira belos sons (C. Hugo).

1. Devemos examinar a nossa consciência, isto é, investigar cuidadosamente os pecados que tivermos cometido e que ainda não tenham sido confessados.

Devemos proceder a esse exame com todo o cuidado, como se tivéssemos de comparecer logo em seguida no tribunal de Deus. O exame de consciência não deve ser superficial, pois então o sacramento da Penitência poderá fazer-nos mais mal do que bem. Mas esse cuidado não deve ser exacerbado, como acontece com as pessoas escrupulosas: Deus não pede o que ultrapassa as nossas forças. O exame de consciência é extremamente importante: é por él que começamos a conhecer-nos a nós mesmos, e esse conhecimento é o princípio de tôdas as conversões. Assim como não se pode curar uma doença que se ignora, assim também não podemos nem lastimar, nem confessar, nem combater um pecado que ignoramos (Stolz). Muitos homens há que se não conhecem a si mesmos; há muitos

que sondam os segredos da natureza, calculam o curso dos astros, e os movimentos de todos os corpos, mas sem nunca pensarem em si próprios e sem nada saberem do que se passa no seu íntimo. A-pesar-de tôda a sua ciência e da alta consideração de que gozam, são desgraçados porque não tomam cuidado com os seus defeitos ainda os mais grosseiros (S. Vicente Fer.). Que importa que conheçais a altura do céu, a largura da terra e a profundidade dos mares? se não vos conhecereis a vós mesmos, sereis como um homem que construísse uma casa sem alicerces (S. Bern.). O Criador deu um livro a cada homem: a consciência. É preciso folheá-lo muitas vezes, porque é o único da vossa biblioteca que podeis levar para o outro mundo (Id.). Aquêle que se conhece a si mesmo conhecerá também a Deus (Cl. Alex.). Se nós nos julgarmos a nós mesmos, não seremos depois julgados por Deus (I Cor. XI, 31).

O exame de consciência deve começar pela invocação do Espírito Santo.

Com uma luz encontra-se com mais facilidade um objecto na escuridão: o mesmo acontece quando procuramos os nossos pecados. Desde que num quarto *penetram os raios do sol*, notam-se nêle muitas poeiras que antes disso se não viam; assim também logo que uma alma é iluminada pelo Espírito Santo, descobre em si própria as mais pequeninas imperfeições (S. Bern.). O *conhecimento de nós mesmos* é um dom de Deus que só *pela oração* podemos alcançar (S. Fr. Xav.). Como os nossos olhos que tudo vêem, excepto a si mesmos, o nosso espírito é perspicaz para os defeitos dos outros, mas cego para os próprios (S. Bas.). É bom também retirarmo-nos *para a solidão* para fazermos o nosso exame de consciência: é então que o Espírito Santo fala ao coração dos homens (Os. II, 14).

No exame de consciência *devemos pôr de parte o nosso amor próprio*, e empregar séria diligência para conhecer os nossos defeitos.

Há alguns pecadores que, como os doentes, não querem confessar a si mesmos a gravidade das suas faltas por amor próprio, isto é, por vã complacência nas suas

pretendidas qualidades: por exemplo, por se comprazerem no seu nascimento, na sua estatura, na sua voz, nos seus conhecimentos, nas suas virtudes, etc. Alguns mesmo tomam as suas culpas por perfeições, por exemplo: a fraude torna-se prudência, o orgulho firmeza de carácter, etc. São como a mãe que não vê defeitos no seu filho e só nota nêle qualidades dignas de elogio; a mentira nêle é sinal de muito espírito, a impertinência é considerada intrepidez, a gula é sinal duma boa saúde, etc. (Alb. Stolz). É preciso fazer o exame de consciência, como se fôssemos inimigos de nós mesmos; os nossos inimigos espiam cuidadosamente as nossas faltas (Id.).

É mais fácil recordarmo-nos dos nossos pecados se procedermos metódicamente no exame, seguindo os dez mandamentos da lei de Deus, os mandamentos da Santa Madre Igreja, os pecados mortais e os deveres do próprio estado. Também nos podemos utilizar dum «Exame de consciência» dos que se encontram em todos os livros de piedade, todavia nem sempre se encontram todos os pecados nesses formulários⁽¹⁾.

A respeito dos pecados mortais, devemos investigar quantas vezes os cometemos.

Devemos indicar na confissão o número dos pecados mortais (Conc. Tr. XI, cap. 5 e cân. 7). Se não nos pudermos lembrar do número exacto, é preciso, pelo menos,

(1) Exame de consciência para crianças: — Mandamentos da lei de Deus: 1 Esquecer-se de rezar. Rezar sem devoção. 2 Praguejar e jurar. 3 Mandamentos da Santa Madre Igreja. Não ter ouvido missa aos domingos ou dias santos. Ter estado distraído na igreja. Ter comido carne em dias proibidos. 4 Ter faltado ao respeito aos pais, ter-lhes desobedecido. 5 Ter-se zangado com as outras crianças, ter-lhes batido, dar-lhes maus exemplos, atormentar os animais. 6 Ter pensado, dito ou feito qualquer coisa contra a pureza. 7 Ter roubado, não ter restituído o que roubou. Ter feito mal ao próximo, ou enganado alguém. 8 Ter acusado falsamente o próximo. Ter mentido. Ter contado as faltas dos outros. Ter injuriado alguém. 9-10 Ter desejado os bens do próximo (Pecados capitais). Ser orgulhoso, arrebatado, avarento, guloso, preguiçoso no estudo e no trabalho.

dizê-lo pouco mais ou menos, conforme nos lembramos (S. Af.). Ou então devemos procurar lembrar-nos há quanto tempo cometemos êsse pecado, quantas vezes por mês, por semana, por dia (S. Af.).

Não é necessário, mas é muito útil, fazer também exame sobre os pecados veniais.

Não somos obrigados a acusar-nos dos pecados veniais; mas é bom e útil fazê-lo (Conc. Tr. XIV, cap. 5). Talvez que o defeito ordinário do exame de consciência seja o de nos não determos nos pecados mortais que nos cobrem de vergonha, para investigarmos com exactidão demasiada os pecados veniais. Assim faziam os fariseus que coavam um mosquito e engoliham um camelo (S. Mat. XXIII, 24). Daí provém que muitos não se corrigem, apesar das suas numerosas confissões. Oh! quantas pessoas que parecem piedosas, levarão os seus pecados para a eternidade! Que triste morte!

É preciso também examinar se não há *alguma circunstância* que mude a natureza do pecado ou o agrave.

Devemos acusar as circunstâncias que mudam a espécie do pecado (Conc. Tr. XIV, cap. 5 cân. 7). Por exemplo: Se nos apossamos dos bens dos outros usando de violência, não basta só dizer: «Furtei» porque o furto e o roubo, são duas espécies de pecados. Aquêle que fura numa igreja, deve indicar essa circunstância, que torna o furto em sacrilégio. — Aquêle que deu escândalo comendo carne em dia proibido ou profanando o domingo deve declarar esta circunstância, que agrava o pecado.

Torna-se mais fácil o exame antes da confissão, se tivermos o hábito de fazer todos os dias exame de consciência *antes de nos deitarmos*.

Se não houver cuidado de reparar continuamente a nossa casa, não tardará esta a ficar em mau estado, e a reparação depois será difícil. O mesmo acontece à nossa alma, se não tivermos cuidado a vigiar pelo exame de consciência (Scar.). O amo que *todos os dias faz as suas*

contas com o seu feitor impede que a negligência nas contas introduza a desordem nos seus negócios: o mesmo acontece com a alma, se a fizermos dar contas todos os dias (S. Cris.). — O exame de consciência diário é muito útil: **preserva-nos do pecado mortal.** Se os marinheiros se apressarem a extrair imediatamente com a bomba a água que entra no navio e a tapar as fendas, o navio não sobrará: assim também a alma se preserva do pecado mortal, livrando-se dos pecados veniais pelo exame de consciência e tapando com firmes e boas resoluções as brechas que nela se tenham produzido (S. Ag.). Os negociantes que têm o cuidado de assentar todos os dias as suas perdas e ganhos, estão menos expostos a contrair dívidas grandes (S. Efr.). O exame de consciência diário manterá **pura a nossa alma**, assim como os nossos vestidos estarão sempre limpos se os escovarmos todos os dias. **Conduz-nos** também à **perfeição moral:** assim como os alunos que mais vezes são interrogados e com mais severidade, mais progressos fazem, também nós faremos progressos na virtude se nos examinarmos muitas vezes com seriedade. Se à noite tomardes a vós mesmos contas das vossas ações, dormireis mais sossegados (S. Cris.). O exame de consciência é ainda mais importante do que a oração mental (S. Inácio Loi.). Se um rei soubesse que os seus inimigos estavam escondidos numa certa zona do seu reino, por certo que os mandaria procurar para que não pudessem fazer-lhe mal. Vós também trazeis convosco inimigos vossos, que são as vossas paixões: procurai-os todos os dias para os descobriredes, e feri-os com a espada da contrição (S. Ber.). Não basta, pois, investigarmos os nossos pecados; é preciso também *arrependermo-nos* dêles e esforçarmo-nos por vencê-los com *boas resoluções* (Luís de Gran.).

2. Devemos arrepender-nos sinceramente dos nossos pecados, isto é, sentir na nossa alma a dor de ter ofendido a Deus, e detestar cada uma das nossas ofensas, confiando ao mesmo tempo na misericórdia divina.

Madalena, lançando-se aos pés de Jesus Cristo, debulhada em lágrimas, tinha a contrição (S. Luc. VII); o mesmo se deu com S. Pedro que, depois de ter negado a Jesus Cristo, saiu e chorou amargamente (S. Mat. XXVI).

75), e com David que se prostrou por terra, sem querer comer nem beber, para expiar os pecados que o profeta Natán lhe recordara (II Reis XVI), e exclamou: «Tende piedade de mim, Senhor, segundo a vossa grande misericórdia, e apagai as minhas iniquidades com a multidão das vossas misericórdias. Vós não rejeitareis, Senhor, um coração contrito e humilhado» (Ps. L). A verdadeira contrição é, pois, uma **dor da alma**. Uma *acção exterior*, por exemplo, a recitação duma fórmula de acto de contrição, as lamentações à moda das carpideiras judias na casa de Jairo (S. Mat. IX, 23), o rasgar os vestidos (Joel, II, 13), só por si não constituem o arrependimento. Aquél que mostra o seu arrependimento exteriormente sem o ter no coração, é um **hipócrita**. Sem dúvida que aquél que sentir um verdadeiro arrependimento o *manifestará exteriormente*, porque, sendo nós homens, nem sempre podemos esconder o que se passa no nosso coração. O verdadeiro arrependimento **refere-se a Deus**. É por isso que se lhe chama **sobrenatural**; procede da fé em um mundo sobrenatural, invisível. Aquél que se arrepende dos pecados só por causa das suas funestas *conseqüências temporais*, não tem a verdadeira contrição, mas só uma contrição *natural* que não tem nenhum merecimento diante de Deus. Foi assim que se arrependeu Antíoco Epifânio, esse rei cruel, quando se via roido pelos vermes, mas não se arrependeu pelo motivo de ter ofendido a Deus (II Marc. IX, 13); é assim que um jogador, um bêbedo, um criminoso apanhado em flagrante delito, se lastimam dos seus excessos, quando lhes vêm as conseqüências funestas. A desgraça temporal pode ser a ocasião mas não deve ser o motivo do nosso arrependimento proveitoso. A verdadeira contrição é um **sério desgosto** e uma aversão completa ao pecado: é antes uma *questão de vontade* que de sentimento. «Se o que outrora vos causava prazer e alegria enche agora a vossa alma de amargura, se os gozos outros tempos vos fazem agora sofrer cruelmente, então tens um verdadeiro arrependimento» (S. Ag.). Aquél que de todo o coração se desliga do afecto às coisas passageiras, esse volta sinceramente para Deus (S. Bern.); mas aquél que se arrepende dos seus pecados e os comete *novamente*, não tem verdadeiro arrependimento. «Onde não há emenda alguma, é falsa a penitência» (Tert.). Seremos hipócritas e não penitentes, se continuarmos a fazer o mal de que nos mostrávamos arrependidos (S. Isid.); aquél que tem verdadeiro arrependimento, detesta **toda** a ofen-

sa feita a Deus. Aquelle que continua preso a uma só que seja das suas más inclinações, esse não tem verdadeira contrição. «De que serve quebrar todos os laços, se ainda há um que vos liga ao inferno?» (S. Ag.). Uma dor dos pecados **sem confiança na misericórdia de Deus** será desespero: foi esse o arrependimento de Judas, verdadeiramente oposto ao de S. Pedro.

O verdadeiro arrependimento manifesta-se muitas vezes com lágrimas.

Vemo-las na Madalena em casa de Simão (S. Luc. VII, 38), em S. Pedro, depois de ter negado a Jesus (S. Mat. XXVI, 75). S. Pedro chorou tôda a vida o seu crime, e as suas lágrimas, diz a lenda, cavaram dois sulcos nas suas faces. As lágrimas são uma coisa preciosa e, como tal, devem-se reservar só para as ofensas a Deus (Santa Rosa de Lima). As lágrimas de penitência não são indispensáveis, mas são dum grande eficácia, obtêm-nos o perdão com muita mais certeza; são elas a mais energica linguagem do pecador e obrigam Deus a perdoar (S. Jer.); filhas do arrependimento, apagam as nódoas dos pecados (Santo Ag.). As lágrimas são como que uma espécie de baptismo, mas enquanto no baptismo propriamente dito serve a água de fora, na penitência tomamos a água de dentro (S. Boav.). Essas lágrimas contribuem para esclarecer a inteligência. Assim como depois da chuva o ar fica mais puro, assim também o espírito fica mais puro depois das lágrimas do arrependimento (S. Cris.). Quanto melhor conhecemos a enormidade dos nossos pecados, tanto mais os choramos: as lágrimas da penitência tornam mais claro o olhar do espírito (S. Greg. M.) e provocam uma mudança de vida radical como as águas medicinais que curam as doenças do corpo (Wen.); as lágrimas da penitência regozijam-nos com consolações interiores, do mesmo modo que o orvalho reanima as plantas (S. Cris.), e à maneira dum licor que inebria agradavelmente (S. Boav.). Uma lágrima de amor de Deus dá-nos mais alegria que todos os sorrisos (S. Cris.), é mais doce do que as diversões do teatro (Tert.), põe em fuga os demónios e alegra os anjos, como o vinho alegra o coração dos homens (S. Bern.). As lágrimas ardentes da penitência expulsam os demónios como a água a fervor expulsa os cães (S. Boav.). As lágrimas da penitência têm pois o

mesmo efeito que a água benta: «Chorai sobre vós mesmos, para que seja escusado que outros chorem sobre vós depois da vossa morte» (S. Amb.).

Chegaremos a ter o verdadeiro arrependimento se reflectirmos que, pelo pecado, ofendemos a infinita Majestade de Deus, entristecemos o melhor de todos os pais e o nosso maior benfeitor.

Considerai os milhões de estrélas que há no firmamento, a multidão imensa de homens sobre a terra, o número incalculável de anjos, etc., e conclui daí quão grande é a **majestade de Deus**; ora eis aí o senhor todo poderoso que vós ofendestes! — Considerai além disso o grande amor do **Pai celeste** para convosco, pois que, para vos salvar, deu o que tinha de mais querido, o seu Filho unigénito (S. João III, 16): que ingratidão não é ofender um Pai tão bom! (S. Ag.). Lembrai-vos também de todos os sofrimentos que Jesus padeceu por vós! Lembrai-vos dos **benefícios incalculáveis** que recebestes de Deus durante a vossa vida: saúde, alimento, vestidos, casa, etc.; tudo isso são dons de Deus, que ele às vezes tira aos homens ingratos⁽¹⁾. E em vez de vos mostrardes reconhecidos para com o vosso bemfeitor, fazeli-lo afligir, ofendei-lo pagando-lhe os seus benefícios com negra ingratidão!

O arrependimento que provém do perfeito amor de Deus chama-se **contrição perfeita**. Aquél que tem contrição perfeita, obtém imediatamente o perdão dos pecados, mesmo *antes da confissão* (Conc. Trid. XIV, c. 4).

Um pai enviou dois filhos à cidade a fazer compras; no caminho, ficam a divertir-se e chegam com umas poucas de horas de atraso. Chegados perto de casa, ficam cheios de receio: um chora porque sabe que o seu pai lhe vai bater; o outro porque tem pena de ter desgostado o

(1) Sobre o amor e bondade de Deus, ver 1.^a parte, pág. 128.

pai. Este representa a contrição perfeita, o outro a contrição imperfeita. «Temos contrição perfeita quando nos arrependermos dos nossos pecados *por termos ofendido a bondade de Deus*» (Santo Af.). David, S. Pedro e Madalena, o publicano que orava no templo tiveram a contrição perfeita, e todos foram logo perdoados! A contrição perfeita não é mais do que, segundo as palavras de Jesus a Madalena (S. Luc. VII, 47), um **grande amor de Deus**; ela é pois o efeito do Espírito Santo, está *em estado de graça*, isto é, livre do pecado mortal; «o menor grau de contrição perfeita basta para destruir imediatamente *todas as culpas*» (S. T. de Aq.). Se não tivermos cometido nenhum pecado mortal, um acto de contrição perfeita aumenta a graça santificante e perdoa as penas temporais devidas pelos pecados passados. — A contrição perfeita deve juntar-se o **desejo de se confessar**, no que é semelhante ao *baptismo de desejo*; mas depois de uma pessoa a ter excitado no seu coração, não é preciso que se vá confessar *imediatamente*, basta ter o firme propósito de se confessar quando a Igreja o exige (1). Quando se faz o acto de contrição perfeita, *não é expressamente necessário desejar a confissão*, basta não a excluir.

Devemos fazer muitas vezes durante a vida actos de contrição perfeita, mas sobretudo quando estivermos **em artigo ou em perigo de morte**.

Se de uma viagem, quer em comboio, quer em vapor, ou em automóvel, ou em carruagem, receardes sobrevenha algum acidente, fazei logo um acto de contrição perfeita e ficareis reconciliados com Deus (2). É provável que, quando foi o dilúvio e a destruição de Sodoma, muitas pessoas se salvassem da condenação eterna fazendo um acto de contrição perfeita (Cat. Emmerich). Se tiverdes a

(1) Antes da comunhão.

(2) Quando ardeu o teatro do «Ring» em Viena, a 8 de dezembro de 1891, morreram centenas de pessoas. e uma rapariga nova saída há pouco do colégio fez em voz alta, no meio da multidão, um acto de contrição. Apalpou à volta de si e encontrou a fechadura duma porta que se abriu por acaso. Passou assim ela e seus vizinhos para uma sala de cujas janelas saltaram para redes que tinham sido estendidas em baixo; foram as únicas pessoas que se salvaram. — Um pai de família teve uma hemorragia. Foram logo chamar um padre, mas entretanto seu filho mais novo, que tinha feito há pouco a primeira comunhão, vendo o pai em perigo

desgraça de *ofender a Deus mortalmente*, caindo em vós, e reconhecendo o vosso pecado, fazei imediatamente um acto de contrição perfeita: e não vos arrisqueis a ir para a cama, ou a começar de manhã o trabalho diário ou a encetar uma *viagem* sem antes disso cuidardes de assegurar a vossa salvação eterna excitando-vos à contrição perfeita. Para aquél que tem boa vontade não será muito difícil excitar-se à contrição; pois no Antigo Testamento, a contrição perfeita era o único meio de obter o perdão dos pecados. O cristão é obrigado, sob pena de pecado mortal, a fazer um acto de contrição perfeita à hora da morte, no caso de se reconhecer em pecado grave e não se poder confessar. Mas aquél que *nunca rezam*, que *nunca assistem aos sermões, práticas e conferências religiosas*, que nunca lêem um livro de piedade, terão dificuldade em se excitarem à contrição perfeita; são semelhantes a um relógio enferrujado que não trabalha, nem mesmo dando-lhe Deus a corda por meio da graça actual. «Aquél que desprezam o sermão e a oração precisam duma misericórdia extraordinária, dum milagre da graça para se excitarem à contrição perfeita» (Lerc.). Acérca do valor desta contrição, dizia o sábio cardinal Franzelin: «Se eu pudesse percorrer o mundo como pregador, as mais das vezes tomaria para assunto dos meus sermões a contrição perfeita».

Podemos também excitar em nós uma verdadeira contrição, reflectindo nos justos castigos de Deus, que os nossos pecados merecem.

Lembremo-nos dos castigos que sofreram os anjos soberbos, os primeiros pais, os habitantes de Sodoma, os contemporâneos de Noé, etc., pensemos nas penas terríveis do inferno. Se não cairdes nestes abismos eternos, não escapareis às *penas do purgatório*, as menores das quais são maiores que todas as dores da terra (S. T. de Aq.), que todas as torturas dos mártires (S. Ag.). Essas penas aguardam com certeza todos os homens, ex-

de morte, foi buscar ¹in crucifixo que estava pendurado na parede e veio pô-lo em frente do pai, recitando o acto de contrição perfeita. O pai chorou de comovido e, morrendo antes de chegar o padre, é de crer que se salvou para a eternidade.

cepto os maiores santos. A ofensa a Deus é pois uma coisa terrível! Como podereis não a lastimar?

A contrição que procede do temor de Deus, chama-se **contrição imperfeita ou atrição**. Aquêle que tem contrição imperfeita só recebe o perdão dos pecados *pela absolvicão do sacerdote*.

Era imperfeita a contrição dos *Ninivitas* assustados com a прègação do profeta Jonas (Conc. Tr. XIV, c. 4). Os que são inspirados só pelo temor, têm ainda inclinação para o pecado, embora exteriormente dêle se abstêham⁽¹⁾ (S. Ag.); por isso mesmo a sua contrição é menos eficaz. Essa contrição imperfeita é como uma pequenina fáscia, que a confissão e a absolvicão inflamam para destruir a palha dos pecados.

Mas aquêles que se confessam sem contrição, não recebem de Deus o perdão dos seus pecados.

Quem se confessa sem dor de ter cometido os pecados nem intenção de se corrigir, e só *por hábito* (rotina) ou sem reconhecer a malícia dos seus pecados, não tira proveito algum da confissão (S. C. Borr.). Assim as palavras da absolvicão são ineficazes numa alma mal disposta, que não quer desligar-se do pecado (Luís de Gran.). Uma confissão sem contrição é como um tiro de espingarda sem bala, uma agulha sem linha, uma espiga sem grão; quem se confessa sem contrição, malha em palha seca (Abra. a S. Cl.). Jesus Cristo que amaldiçoou a *figueira* que só tinha ramos e fôlhas sem ter fruto *nenhum*, repele a confissão sem verdadeira contrição, porque na árvore da penitência as palavras de acusação não são mais que os ramos e fôlhas, e a contrição é que é o fruto (S. Gr. M.). Quem se confessa sem contrição, é semelhante a um homem que *descobre as suas feridas* ao

(1) O que se abstém de pecar por temor meramente servil, que não exclui afecto ao pecado, não tem a atrição suficiente para alcançar o perdão por meio da absolvicão sacramental. Parece que a este caso se refere S. Agostinho no lugar aqui citado.

médico, mas não lhes põe *remédio nenhum* (Id.); parece-se com um *comediante*⁽¹⁾ (S. Cris.). A história do filho pródigo mostra-nos claramente que a confissão não é tudo; seu pai pouco caso fez das suas palavras, mas desde que viu a sinceridade da sua conversão, não o deixou falar mais: abraçou-o imediatamente. *Para obter a misericórdia de Deus, é preciso que nos arrependamos dos nossos pecados*, tendo um sincero pesar de os ter cometido.

É necessário ter um *propósito firme de emenda*, isto é, estar *bem resolvido*, com a *graça de Deus*, a evitar seriamente *todo* e qualquer pecado e todas as ocasiões de pecar.

O propósito firme de emenda está intimamente ligado à verdadeira contrição (Conc. Tr. XIV, c. 4); e provém dela como a água da fonte. «Mas enquanto a vontade estiver afeiçoada ao pecado, nem o pecado mortal nem o pecado venial nos são perdoados» (S. T. Aq.). Mas aí não se julgue que esse **propósito firme de emenda** é tudo! porque muitos não põem em prática as suas resoluções: são como algumas viúvas que gritam desesperadamente, comprazendo-se em fazer elogios sobre elogios das boas qualidades do seu defunto marido, declarando que não tornarão a casar, mas que bem depressa esquecem os seus protestos e contraem novas núpcias (Mehler). Aquêles que ou numa doença ou por um acidente tomam as mais santas resoluções, *sem as porem em prática*, são semelhantes ao lôbo que, ouvindo os latidos dos cães e os gritos do pastor, volta assustado para a floresta, mas fica sendo lôbo na mesma (S. Ag.); são como aquêles que ajuntam muitos materiais para um edifício, *mas não se resolvem a começar a construção* (Wen.). Um firme propósito de emenda é como um prego bem pregado que ninguém pode arrancar, a não ser que faça grandes esforços para isso; mas o de muitos homens é semelhante a um prego mal pregado que oscila com a menor coisinha que se lhe pendure (S. Vic. Fer.). O caminho do inferno está coberto de boas resoluções que não se cumpriram. Nem todos estão resolvidos a **evitar todos os pecados**. S. Sebastião prometeu ao prefeito de Roma que lhe

(1) A palavra *hipócrita* significa também em grego *comediante*.

restituïria a saúde se êle destruísse todos os seus ídolos; o prefeito obedeceu, e todos destruíram menos um pequenino, de ouro, que herdara dos seus antepassados e que escondeu: o santo não pôde curá-lo e revelou-lhe o motivo por que o não fazia, censurando-o por isso. Muitos pecadores fazem o mesmo: não querem renunciar ao seu pecado favorito e não podem livrar-se do demónio para se tornarem amigos de Deus, pelo qual devemos sacrificar tudo. O penitente deve também **evitar** sériamente qualquer **ocasião** próxima **perigosa**, por consequência o bêbedo evitaria a todo o custo a taberna, e o jogador desenfreado afastar-se-á de qualquer ajuntamento onde se jogue. «Só quem renuncia a todas as ocasiões perigosas, só esse renuncia inteiramente ao vício» (S. Isid.). Quem tem ódio ao seu próximo, ainda que seja um ódio muito fraco, evita a sua companhia e foge de se encontrar com êle; mas aquêle cujo ódio é muito grande, evita tudo o que pode lembrar-lhe o seu inimigo, até evita os parentes e amigos dêle; desfaz-se mesmo do seu retrato, dos presentes que dêle recebeu, etc.; assim deve proceder quem tem verdadeiro horror ao pecado: deve afastar tudo o que conduz ao pecado e tudo o que lhe diz respeito. Quem se quere emendar sem renunciar à ocasião do pecado, é semelhante a um homem que tira uma importuna teia de aranha *sem matar a aranha*: a teia torna a aparecer daí a pouco. Ou então é como aquêle jardineiro, que corta os ramos duma árvore que o incomoda, mas lhe deixa o tronco: dentro em pouco a árvore terá uma vegetação ainda maior (Scar.). Os pecadores que se confessam sem renunciar às ocasiões de pecar, hão-de levar depois uma vida pior do que até então. Se vos quereis desembaraçar das móscaas que vos invadem a mesa, é preciso tirar da mesa os doces que as atraem, se não, elas voltam outra vez; assim também deveis afastar de vós os atractivos do pecado, as más ocasiões, se de-veras quereis não mais pecar. Mas as melhores resoluções não servem de nada se Deus nos não ajudar, assim como os grãos de semente não amadurecem se lhes faltar a chuva e sol. Nos nossos bons propósitos, pois, não devemos contar com as nossas pretendidas forças (como S. Pedro na última Ceia), devemos **apoiar-nos unicamente na graça Deus**.

O nosso propósito firme de emenda deve ter por objecto *um determinado pecado*, e especialmente o nosso defeito dominante.

Quando tomamos numerosas *resoluções*, não executamos nenhuma. Proceder assim é querer levar ao címo dumha montanha *uma porção de pedras muito grandes ao mesmo tempo*; nem uma só chegará lá acima. Combatendo seriamente um só defeito, já atacamos os outros, assim como quando puxamos violentamente as rédeas dum cavalo que se empina, dando-lhe *vigorosas chicotadas*, chegamos a domar ao mesmo tempo os outros que vão atrelados com êle (Rodr.). Se cada ano arrancássemos um vício, bem de-pressa chegariam a ser perfeitos (T. de Kempis).

4. Devemos *confessar* todos os nossos pecados: isto é, para se obter a absolvição do sacerdote, devemo-nos acusar de todos os pecados mortais de que tivermos consciência, com exactidão, sinceridade e humildade, indicando o seu **número** e as **circunstâncias** que lhes mudam a espécie (Conc. Tr. XIV, c. 5, cân. 7).

Não é necessário, mas é salutar, confessar também os pecados veniais no tribunal da Penitência (Conc. Tr. XIV, c. 4).

Quem involuntariamente se esquece de confessar um pecado *mortal*, deve acusá-lo na confissão seguinte.

Oonfessar-se significa acusar-se uma pessoa a si próprio, em voz baixa, de maneira que os assistentes nada ouçam e só ouça o confessor, que também deve falar em voz baixa. — **Com exactidão.** É preciso evitar o exprimirmo-nos dum modo geral e vago: confessar-nos-famos mal se dissessemos sómente: «Pequei contra o 3.^º, 5.^º e 7.^º mandamento»; ou «não amei a Deus de todo o meu coração; disse mal do próximo, tive maus pensamentos, praticuei más acções, etc». Esses modos de dizer nada determinam; mas a exactidão não nos impedirá de sermos *conscios*, evitando uma *tagarelice inútil*. (As mulheres e a gente rude não sabem às vezes dizer o pecado que fize-

ram, sem contar ponto por ponto a história, e os prece-
dentes, o que se disse e o que lhe responderam, etc.). As
expressões devem além disso ser convenientes e não deve-
mos nomear os *nossos cúmplices*. — **Com sinceridade.** Na
confissão é preciso evitar as expressões equívocas e tôdas
as *desculpas*; quem recorre ao equívoco, não mente ao pa-
dre mas sim a Deus (por exemplo: se em lugar de dizer-
mos: «eu roubei um tostão», disséssemos: «tirei uma coi-
sita pouca»). O penitente deve ser tão sincero como o
crystal é claro e límpido, a-fim-de que o confessor veja o
estado da sua consciência; quem se desculpa procede dum
modo tão insensato como os nossos primeiros pais que, no
paraíso terreal, deitavam a culpa um ao outro, e foram
severamente castigados. «Se vos acusardes, Deus vos des-
culpará; se vos desculpardes, Deus vos acusará» (S.
Agost.). — **Com humildade.** Já manifestamos êsses senti-
mentos, de humildade, quando nos ajoelhamos diante do
confessor. O penitente não se deve melindrar se o con-
fessor, fazendo-lhe as suas exortações, não lhe dá títulos
ou lhe faz perguntas; o confessor tem autoridade para is-
so, porque está fazendo as vezes de Deus, diante do qual
o penitente não é mais que *um pobre pecador* (1). Quan-
do o padre vê ou presume que a confissão é incompleta
deve fazer *preguntas*, como o guarda de alfândega, que
não se contenta só com perguntar ao viajante se tem qual-
quer coisa a declarar, mas abre tôdas as malas para as re-
vistar cuidadosamente. Devemos **acusar** os nossos pecados
oralmente. Quem não pode falar, por exemplo, um surdo-
mudo, um enfermo que perdeu o uso da fala, deve acu-
sar-se *por sinais* (movimentos da cabeça, pressões); um
surdo-mudo que soubesse escrever, poderia acusar-se por
escrito. Não se pode dar a absolvição a *um ausente*, ain-
da que se acuse por carta ou por intermédio dum pró-
prio (Clem. VIII, 20 de junho de 1602). Devemos pelo
menos acusar **os pecados mortais**; e isso basta para a
confissão. Quando *as traves ardem*, também se queima a
lenha miúda, mas não vice-versa. Muitos infelizmente não

(1) S. Luís, rei de França, disse a um padre que lhe dava timidamente na confissão o título de Majes-
tade: «Eu aqui não sou rei, nem vós meu súbdito; pe-
lo contrário, eu é que sou vosso filho e vós sois meu
pai». A imperatriz Constância mandou chamar o ple-
to abade Joaquim para se confessar a él: queria, po-
rém, ficar assentada no seu trono. O abade disse-lhe:
«Se quereis tomar o lugar de Madalena e que eu tome
o de Jesus, descel e pondes-vos de joelhos, quando não,
retiro-me».

acusam senão os pecados mortais e calam os veniais: confessando também estes, expiamos uma grande parte das penas que por êles devemos (S. Boav.), e alcançamos também maior tranqüilidade de alma, porque em muitos casos é difícil decidirmos nós mesmos se os pecados são mortais ou veniais. Quem não tem pecados mortais para confessar deve acusar pelo menos alguns pecados veniais ou um pecado mortal já confessado, a fim de que haja matéria para a absolvição. Devemos acusar todos os pecados mortais. Quando seja impossível acusá-los todos, basta confessar um ou outro, tendo uma sincera vontade e resolução de os declarar a todos, sem omissão de nenhum, se tal fôsse possível; é o caso dos moribundos, dos que se acham em perigo de vida (por exemplo num naufrágio), dos doentes que falam com muito custo, dos enfermos dos hospitais, onde há muitos doentes na mesma enfermaria que poderiam ouvir facilmente a confissão (ou dos feridos no campo de batalha); também no caso de o sacerdote não querer ouvir toda a confissão (como pode suceder em tempo de epidemia), basta a confissão sumária. — Devemos acusar todos os pecados mortais de que tivermos consciência nesse momento. Se acontecer esquecermo-nos de algum pecado mortal, temos obrigação de o declarar na confissão seguinte: e não devemos ficar inquietos por só nos lembrarmos desse pecado depois de termos comungado; a confissão não foi sacrílega. — Devemos, além disso, indicar o número dos pecados mortais, e, se não pudermos indicar o número exacto, declaremo-lo pouco mais ou menos. Indicando com má fé um número menor, cometemos um sacrilégio, e a confissão é nula. Devem-se acusar também as circunstâncias que mudam a espécie do pecado. Aquêle que roubou numa igreja não pode dizer simplesmente: «Eu roubei», porque esse roubo é um sacrilégio; aquêle que empregou violência para tirar uma coisa qualquer, ou que deu um grande escândalo com seus discursos inconvenientes, deve também declarar essas circunstâncias; mas não somos estritamente obrigados a acusar as circunstâncias que sómente agravam o pecado sem lhe mudar a espécie.

5. Devemos satisfazer, isto é, cumprir a penitência que nos fôr imposta pelo confessor.

O sacramento da Penitência nem sempre perdoa todas

as **penas temporais do pecado** (1). A misericórdia de Deus não vai até ele se esquecer da sua *justiça* (S. Ag.); é por isso que se impõem ao pecador obras de penitência que sirvam para expiar as penas temporais. Essas obras, se são castigos, são também **remédios**. O pecador é semelhante a um soldado ferido: não basta tirar-lhe as balas que lhe penetraram no corpo, é também necessário receber alguns remédios para fechar a ferida; o confessor faz o mesmo ao penitente; não só o livra do pecado, mas também lhe receita obras de penitência que o **preservem de recair no pecado** (Deh.). Para este fim escolhe ele as obras satisfatórias opostas às más inclinações do pecador: mandará ao avarento que dê esmola, ao desregrado que jeje, etc. Não há nada mais eficaz para arrancar as raízes do pecado do que a *oração*, o *jejum* e a *esmola*, porque essas obras combatem as principais más inclinações do homem, a *concupiscência dos olhos*, a *da carne* e a *soberba da vida*, combatendo-as precisamente com as virtudes contrárias (Conc. Tr. XIV, c. 8).

O confessor dá ordinariamente como penitência a *oração*, a *esmola* e o *jejum*, a fim de nos fazer expiar uma parte das penas *temporais* do pecado, e enfraquecer as nossas más inclinações (Conc. Tr. XIV c. 8).

Nos primeiros séculos da Igreja, impunham-se penitências muito severas, por exemplo: o jejum a pão e água, a abstinência de carne e vinho; a privação da Sagrada Comunhão, confissão pública das culpas diante de toda a comunidade cristã, etc. Essas penitências não duravam só alguns dias, mas sim muitas vezes meses e anos, e às vezes duravam toda a vida. Muitos penitentes, como Santa Maria Egípcia, retiravam-se para o deserto para ali fazerem penitência durante muitos anos. Essas penitências não eram impostas só por crimes; mas também por pecados mortais menos graves (não observar o jejum, faltar à missa, desordens na igreja, olhares atrevidos, etc.). Hoje impõem-se penitências leves, que não estão nada em proporção com os castigos que realmente merecemos; por isso devemos, como mais adiante havemos de dizer, impor a

(1) Ver mais acima os efeitos do sacramento da Penitência.

nós mesmos castigos voluntários, a fim de não nos expormos a um longo e doloroso purgatório depois da morte.

Se há motivo, o confessor manda também reparar o dano que tivermos causado ou suprimir o que é objecto de escândalo.

A quem tiver roubado os bens de outrem, manda que os restitua ou que repare o prejuízo que causou; a quem prejudicou a honra do próximo, manda que se desdiga ou que peça perdão à pessoa ofendida, etc. O confessor, em qualquer desses casos, mostra-se muito indulgente e não exige nada que seja impossível nem extremamente difícil. Se o fizesse, o penitente podia recorrer a outro confessor (S. Af.).

Devemos, sem demora, cumprir fielmente a penitência imposta pelo confessor, oferecendo-a em união com as satisfações de Jesus Cristo.

Cumprindo a penitência imposta pelo confessor (*penitência sacramental*) expiamos muitas mais penas temporais do que por todas as outras obras satisfatórias que pudéssemos impor a nós mesmos. E, com efeito, tem ela mais valor em razão da *virtude da obediência* que praticamos para com o sacerdote que faz as vezes de Deus. Essa penitência sacramental perderia pois o seu valor, se a mudássemos à nossa vontade: devemos, pois, cumpri-la **fielmente**. Se julgarmos que a não podemos cumprir, devemos declará-lo imediatamente ao confessor. É necessário cumprimos a penitência **sem demora**, porque ela só apaga as penas dos pecados se a cumprimos em estado de graça: ora, pois, nunca temos tanta certeza de estar nesse estado de graça como imediatamente depois da confissão. Contudo, não é forçoso cumprir a penitência *antes da Comunhão* nem antes de recebermos a absolvição. Mas quem deixar de a cumprir, perde muitas graças e *peca contra a obediência* que deve ao representante de Deus. É certo que a confissão fica válida, mas semelhante pecador dá direito a que se duvide da sinceridade da sua conversão, como o doente que depois da saída do médico, recusa tomar os remédios que este receitou. Todas as nossas obras satisfatórias são por si mesmas sem merecimento: só recebem valor da satisfação de Jesus Cristo (Conc. Tr. XIV, c. 8).

por isso a Igreja termina as suas orações por estas palavras: «Per Dominum nostrum Jesum Christum» — por Jesus Cristo Senhor Nossa. As nossas obras de penitência são *necessárias*, a-pesar-das satisfações de Jesus Cristo, que pela sua satisfação só nos mereceu aquilo que nós não podíamos alcançar por nós mesmos. Abriu-nos o céu: é a nós que cumpre merecer entrar nêle, pelas nossas boas obras, e aplicando em nosso benefício pela nossa penitência pessoal o que Jesus Cristo nos mereceu. «Só podemos ser glorificados com Jesus, se com êle sofrermos» (Rom. VIII, 17).

Devemos além disso fazer penitências voluntárias e suportar pacientemente os sofrimentos da vida, a-fim-de expiarmos ainda mais as penas temporais dos nossos pecados (Conc. Tr. XIV, c. 9).

Cumpre que façamos penitências **voluntárias**. Quem deve cem escudos não se julga quite depois de pagar trinta ou quarenta escudos; não está tranqüilo, senão depois de ter pago a dívida inteira; assim também devemos trabalhar continuamente para a expiação dos nossos pecados (S. Gr. M.). Uma grande chaga reclama o uso constante de remédios, e um grande crime exige uma grande satisfação (S. Ambr.). Devemos reconciliar-nos com Deus por uma longa e constante penitência (S. Cipr.). «Se quereis que Deus vos não castigue, castigai-vos a vós mesmos» (S. Ag.). Afastemos pois de nós grandes castigos por uma pena leve (S. Cris.). *Tôda a nossa vida na terra deveria ser uma penitência contínua.* Não acrediteis naquele que desaprova as obras de penitência, ainda mesmo que êle tenha o dom dos milagres (S. João da Cr.). Só somos sustentados pela graça se fizermos penitência (S. Ag.). Todavia não convém *exagerarmos* as obras de penitência; o demônio leva muitas pessoas a mortificarem-se muito severamente para as tornar, por êste mesmo exagero, incapazes de fazer para o futuro as obras de penitência necessárias (S. Af.). Também expiamos as penas temporais do pecado, suportando com paciência as **misérlas** desta vida. Um doente que tem uma parte do corpo gangrenada, deixa que o médico lha corte; assim também o pecador deve deixar o divino médico curar a sua alma com o ferro candente dos sofrimentos (S. Gr. M.). O merecimento dos

sofrimentos não está na sua intensidade, mas sim na maneira de os suportar (S. Fr. de S.). Suportando pacientemente os sofrimentos leves, podemos expiar muito mais do que com penitências rigorosas que a nós mesmos imponhamos voluntariamente. Devemos julgar-nos muito felizes por podermos expiar os nossos pecados neste mundo, pois as penas do purgatório são bem piores e não dão merecimento nem aumentam a felicidade do céu, porque são simplesmente satisfatórias sem serem meritórias (S. T. de Aq.). Podemos expiar muitas penas temporais, sobretudo aceitando resignadamente a morte das mãos de Deus. «Quem morre resignado com a vontade de Deus, deixa aos outros a certeza de que se salva» (S. Af.). Desde que Jesus morreu por nós, a morte não mais nos aparece como um castigo, e, aceitando-a livremente, podemos satisfazer mais do que com muitas outras penitências.

Fazendo obras de penitência e suportando com resignação os sofrimentos, não só expiamos as penas temporais do pecado, mas aumentamos ainda a nossa glória no céu.

Pela satisfação não só obtemos o perdão, mas também uma recompensa da parte de Deus (S. Cip.). Todos os sofrimentos são castigos do pecado, mas são também, por misericórdia de Deus, degraus pelos quais subimos ao céu (S. Fr. de S.). Que testemunho da grande bondade e da misericórdia de Deus!

5. A confissão geral

1. A confissão geral é a acusação de todos os pecados que cometemos durante um período bastante longo, ainda que a maior parte dêles tenham já sido confessados nas confissões ordinárias.

Limpam-se os quartos da casa umas poucas de vezes por semana; mas no fim de mais ou menos tempo, faz-se uma limpeza geral e a fundo; caiam-se as paredes, constata-se o soalho, etc. Assim fazemos também com a nossa alma: purificamo-la muitas vezes durante a vida pela confissão, mas de tempos a tempos, purificá-la-emos a fundo

com a confissão geral. Esta confissão pode ser de toda a vida ou desde a última confissão geral.

2. A confissão geral produz em nós os frutos seguintes: dá-nos *um conhecimento mais exacto de nós mesmos*; aumenta em nós a *humildade* e a *paz da alma*, e obtém-nos de Deus *numerosas graças*.

A confissão geral dá-nos **um conhecimento** mais exacto de **nós mesmos**, fazendo-nos ver as nossas faltas mais recônditas. Quando pescamos à rede ou à cana, apanhamos poucos peixes, porque êles se escondem junto das margens; mas se *esvaziarmos o tanque por completo*, logo os encontraremos todos; o mesmo acontece com as confissões ordinárias e com as confissões gerais (Scar). — A confissão geral **aumenta** em nós a **humildade**. A seguinte comparação no-lo fará compreender: Um batalhão de soldados não oferece tanta resistência ao inimigo como o exército inteiro: assim também as nossas confissões ordinárias não têm tanta energia para nos humilhar, como o conjunto de todos os nossos pecados, a confissão geral (Scar.). — A confissão geral dá-nos uma **paz de alma** mais completa. A primeira conta que um feitor apresenta ao seu amo deixa sempre margem ao receio de que tenha havido engano; mas quando se *revêem as contas gerais, se repassam e se verificam*, todo o receio se desvanece (Hunolt). — Pela confissão geral obtemos **graças muito grandes**. Assim como um pobre excita tanto mais compaixão e recebe maior esmola, quanto mais descobre a sua indigência, assim também o pecador excita a misericórdia de Deus e recebe graças tanto maiores quanto mais se humilha pela confissão da sua miséria e da sua pobreza (Rodr.). S. Inácio de Loiola, S. Carlos Borromeu, S. Francisco de Sales, chegaram a um alto grau de santidade pela prática da confissão geral; para muitos tem sido ela o princípio duma vida santa (S. Leonardo P. M.); disso podemos concluir que ela é uma fonte abundante de graças.

3. A confissão geral é *necessária* para todos aqueles que uma vez fizeram uma confissão nula⁽¹⁾ e depois não se tornaram a confessar bem. É de simples

(1) Acérca dos pecados calados na confissão, vide pág. 162.

conselho quando se escolhe um estado de vida ou se está em perigo de morte.

Os noivos, antes de casar, os clérigos antes de se ordenarem, etc., farão com proveito confissões gerais, assim como os *moribundos* que, como os marinheiros numa tempestade, devem alijar tudo para não se afogarem. O que grande consolação não sente *um moribundo* ao pensar que pôs em ordem todos os seus negócios! (S. Leonardo de P. M.). O confessor só *proibirá* a confissão geral aos *es-crupulosos*, que não se podem curar com uma confissão geral, mas somente com uma obediência pontual.

6. Instituição divina da confissão

I. Jesus Cristo instituiu a confissão no dia da sua Ressurreição, dizendo a seus Apóstolos: «Os pecados serão perdoados àqueles a quem vós os perdoardes e não serão perdoados àqueles a quem os não perdoardes» (S. João, XX, 23).

Não há dúvida que, por estas palavras, Jesus Cristo deu em primeiro lugar aos seus Apóstolos o poder judicial sobre as almas, mas por isso mesmo impôs aos fiéis o dever de lhes descobrirem o estado da sua alma, pois sem isso os sacerdotes não poderiam proceder com justiça. O sacerdote neste caso é como um *juiz de direito*: o estado manda-o para uma cidade para lá administrar justiça: está pois autorizado a perdoar ou condenar, mas como *juiz*, e não segundo a sua vontade ou os seus caprichos, nem dum modo parcial perdoando aos ricos, aos nobres e aos que andam bem vestidos, e condenando os outros. Deve, pelo contrário, proceder com justiça, por consequência, deve tomar conhecimento de todo o processo; exigir que lhe contem tudo, interrogar, citar testemunhas, etc. O confessor deve proceder do mesmo modo. Para proferir uma sentença equitativa, precisa de conhecer o estado da alma do pecador, e por isso este deve confessar-lhe todas as suas culpas, e se o não faz, o padre deve interrogá-lo e depois, se reconhece que o pecador está arrependido, dar-lhe a absolvção. Mas, no

Tribunal da Penitência, o inquérito não é tão severo como nos tribunais judiciais: basta que o pecador dê a conhecer o seu arrependimento por uma confissão sincera. São sobretudo as palavras de Jesus Cristo: «Os pecados não serão perdoados àqueles a quem vós os não perdoardes», que indicam a necessidade da confissão do pecador.

2. A confissão está em uso na Igreja, desde a sua origem (Conc. Tr. XIV, 6).

A confissão já existia no Antigo Testamento, não como sacramento, mas como figura. A primeira confissão fez-se no *paraíso terrestre*, entre Deus como confessor, e Adão e Eva como penitentes; Deus pretendeu também uma declaração (confissão) de Caim, que a recusou e foi amaldiçoado; David confessou o seu crime e alcançou o perdão. Segundo a lei de Moisés, estava em uso entre os judeus uma espécie de acusação dos pecados (Lev. V. 6; IV, 6), e os que se apresentavam a S. João Baptista para receber o baptismo, confessavam também os seus pecados (S. Marc. I, 5). Jesus Cristo, que não veio destruir a lei, mas sim completá-la (S. Mat. V, 17), confirmou e aperfeiçou a confissão que existia já, e ligou a ela graças particulares.

1) Já no tempo dos Apóstolos «os cristãos acorriam a confessar-lhes (declarar) o que tinham feito».

Em Éfeso os convertidos iam procurar S. Paulo (Act. XIX, 18), e S. João diz também que se obtém o perdão dos pecados, confessando-os (I S. João I, 9).

2) Os santos Padres e os Doutores dos primeiros séculos exortam freqüentemente nos seus escritos os cristãos a confessarem-se, e para esse fim servem-se muitas vezes de belas comparações.

Belas comparações: Tertuliano († 240) compara os cristãos que não querem confessar os seus pecados ao sacerdote, a um doente que, por vergonha, não quere mostrar ao médico as suas feridas. — Orígenes († 254) compara o pecado a um alimento indigesto que tortura o estômago até que se deite fora: o pecado tortura a alma até

ser confessado, «O doente, diz S. Basílio, dirige-se a quem lhe possa curar as doenças»: assim também o pecador deve recorrer àqueles que têm o poder de perdoar os pecados, isto é, aos dispensadores dos mistérios de Deus. S. Gregório Magno compara o pecado a uma chaga purulenta que é preciso sarar, ou a um veneno que se introduziu no sangue e que deve ser eliminado. «Não basta, diz S. Agostinho, confessar os pecados só a Deus, para quem nada há escondido; é preciso também acusá-los ao sacerdote, que é o seu representante». S. Leão I, numa carta aos bispos de Compania, em 450, censura a severidade da confissão pública e declara que basta acusar os pecados na confissão secreta. Convém notar também que os santos doutores advertem os cristãos de que não escondam nenhum pecado na confissão. Em frente de todos estes documentos autênticos, o historiador protestante Gibbon declara que não se pode pôr em dúvida que a confissão existisse já durante **todos os quatro primeiros séculos** da Igreja. As provas da existência da confissão nos séculos seguintes são inumeráveis; conhecem-se, entre outros, os confessores dos soberanos cristãos: no século VIII, Carlos Martel teve por confessor S. Martinho; no século IX, Carlos Magno tinha por confessor Hildebrando, arcebispo de Colónia; no século X, o imperador Otão confessava-se a S. Ulrico, bispo de Augsburgo, etc.

3) Das seitas separadas da Igreja, as mais antigas conservaram a confissão.

Isto prova a antigüidade da confissão, ainda que nessas seitas a confissão tenha sido quase sempre desfigurada.

4) É impossível provar que a confissão seja uma instituição humana.

Nas invenções humanas conhece-se quase sempre o nome do inventor. Sabe-se, por exemplo, que Arquimedes inventou os espelhos ustórios, Bertoldo Schwarz a pólvora de guerra, Gutemberg a imprensa, Galileu o pêndulo, etc. Também sabemos quando foi instituída a festa do Corpo de Deus. Mas quem inventou a confissão? Em que país, em que época foi ela inventada? Qual foi o santo, o doutor da Igreja, o Papa que a inventou? A ne-

nhuma destas preguntas respondem os adversários da Igreja, prova de que as suas objecções não têm fundamento. Além disso, a introdução da confissão teria provocado a sublevação do povo, como aconteceu no séc. XIX na protestantizada Inglaterra, quando os Puseístas a quiseram restabelecer. Só um insensato pode dizer que a confissão **foi inventada pelos padres**. Pois os padres haviam de inventar uma coisa que *lhes causa os maiores embraços*, sem lhes trazer nenhuma vantagem temporal, e que a maior parte das vezes lhes arruina a saúde, porque para o padre não há trabalho mais custoso, mais doentio, do que estar a ouvir confissões? Os padres não têm motivo algum para desejarem sequer a instituição da confissão, tanto mais que êles são também *obrigados* a confessar-se como os simples fiéis. Os protestantes dizem que a confissão foi instituída **em 1215 pelo concílio de Latrão**, porque nesta época foi ordenado a todos os cristãos que se confessassem *ao menos uma vez cada ano*; mas se um pai escrevesse a seu filho dizendo-lhe que o fosse ver pelo menos uma vez por ano, quem seria tão insensato que tirasse a conclusão: «O filho antes disso nunca tinha ido ver o pai»?

A instituição da confissão manifesta a grande misericórdia e a infinita sabedoria de Deus.

Oh! como nos é fácil obter graça diante de Deus, a nós, que, pelo pecado, nos tornamos semelhantes aos condenados à morte! Deus não exige de nós nem cruéis sofrimentos, nem peregrinações a Jerusalém, etc., mas sómente que nos *acusemos* dos nossos pecados a um ministro seu, que nós podemos escolher livremente, e que é obrigado a guardar o *mais rigoroso segredo*! Nenhum potentado terreno concederia a sua graça a um malfeitor sob tais condições. Que não é capaz de fazer um prisioneiro, fechado num cárcere subterrâneo, para recuperar a sua liberdade? Durante anos e anos lima os ferros das grades ou procura abalar uma pedra; e aquêle que está prisioneiro do pecado pode obter a sua liberdade sem custo nenhum! Oh! abismo insondável de misericórdia! (Veith). — Não se pode negar, diz o filósofo Leibnitz, que esta instituição (a confissão) seja obra da **sabedoria divina**. Um bom médico mostra a sua sabedoria curando por meios contrários, a fim de afastar não sómente a doença, mas tam-

bém as suas causas (S. Boav.); ora sabe-se que todos os pecados provêm do orgulho (S. T. de Aq.); e, a confissão é o contrário do orgulho, pois humilha o pecador. A sabedoria de Deus sobressai também em que ordena o que em si é fácil e todavia *extremamente penoso*, porque a confissão exige um grande desprendimento de nós mesmos; ordena o que é simplicíssimo e que todavia produz imensas bênçãos. Quem diz: «Eu não preciso de me confessar, arranjo-me directamente com Deus», é tão insensato como o criminoso que dissesse: «Eu não preciso de nenhum juiz; cá me arranjarei com o soberano».

7. Utilidade da confissão

A confissão é extremamente útil não só ao homem *em particular*, mas também à sociedade civil.

1. A confissão dá ao homem *em particular* as seguintes vantagens: o conhecimento de si mesmo, a delicadeza de consciência, a paz interior, a firmeza de carácter e a perfeição moral.

O penitente deve confrontar a sua conduta com os mandamentos da lei de Deus: é desse modo que **aprenderá a conhecer-se**, e o princípio de toda a conversão é o conhecimento de si mesmo. — Pela confissão tornamo-nos **mais conscientes**. Quando nos confessamos muitas vezes, os mandamentos da lei de Deus gravam-se mais profundamente na alma; e quando estamos prestes a pecar, lembramo-nos logo do mandamento que vamos transgredir; de mais, só o pensamento de que nos devemos confessar, nos desvia do pecado. Com efeito, muitos recuam em face dum pecado, só por lhes ser insuportável terem de o declarar ao confessor (Alb. Stolz). A experiência ensina que um homem torturado por um pecado mortal recupera imediatamente a **paz interior**, depois de ter **confessado as suas culpas**. O homem é levado por uma necessidade imperiosa a confessar as suas faltas: Deus levou isso em conta instituindo a confissão. Por outro lado, a certeza de que os pecados nos são perdoados exerce sobre o homem um efeito consolador: Jesus deu a Madalena, para a consolar, a certeza de que os seus pe-

cados lhe eram perdoados. — A confissão dá-nos uma grande **firmeza de carácter**. Por ela aprendemos a *vencer-nos*: ora a vitória sobre si mesmo é a primeira virtude dum homem de carácter. A confissão dá também o *Espírito Santo* que esclarece a inteligência e fortifica a vontade; e quanto mais a nossa vontade se volta para o bem, tanto mais se torna firme o nosso carácter. — Sendo a confissão um grande acto de *humildade*, torna o homem forçosamente humilde; ora a humildade é o fundamento de toda a **perfeição moral**, é por isso que os orgulhosos fogem tanto da confissão. Quem se confessa com boas disposições, desprende-se completamente dos laços do demónio; porque quem diz a verdade, quando tão facilmente poderia mentir e quando é tão grande a tentação de mentir, afasta-se de veras do pai da mentira, do demónio, para voltar àquele que é a própria verdade. Mas, quanto menos poder tem sobre nós o demónio, tanto mais facilmente chegaremos à perfeição moral aproximando-nos de Deus. Todos os que *começam a levar uma vida dissoluta, abandonam* em primeiro lugar a confissão; pelo contrário se alguém se quere corrigir, o seu primeiro cuidado é fazer uma confissão bem feita. «O princípio das acções boas é acusar as más» (S. Ag.). Reconhecer a própria falta é sinal de ter começado a corrigir-se (Séneca).

2. A confissão traz à sociedade civil as seguintes vantagens: desaparecem as *inimizades*, restituem-se os *bens mal adquiridos*, evitam-se muitos *crimes*, e combatem-se eficazmente muitos *vícios*.

Com efeito, quem não quer *perdoar* ao seu próximo, nem *restituir os bens mal adquiridos*, não pode ser absolvido na confissão; é por isso que aqueles que não têm a nossa crença preferem ter criados católicos, que mandam confessar muitas vezes. Os amos que não deixam confessar os seus criados, são pois inimigos de si próprios. — No confessionário faz o padre todos os esforços por *desviar* os homens dos seus maus intentos, do suicídio, da vingança, etc., indica-lhes também quais os meios a empregar para dominarem as suas paixões; ali, mais do que com os seus sermões, contribui o padre para *melhorar os costumes*, porque uma conversa a sós entre duas pessoas é muito mais eficaz. O Papa S. Pio V

dizia: «Dai-me bons confessores e eu encarrego-me de reformar o universo inteiro». O socialismo quase não se desenvolve nas províncias essencialmente católicas. Se hoje se descobrisse que a confissão esteve em uso num povo pagão da antigüidade, não haveria elogios bastantes para uma instituição tão prudente; mas como está em uso na Igreja católica, e ela é obra de Deus vivo, têm-na por uma loucura, uma opressão das consciências. Como os homens são conseqüentes!

8. A recaída no pecado

Ao aproximar-se a Arca da aliança, o Jordão deteve o seu curso, e as suas águas aglomeraram-se como montanhas; mas logo que ela passou, as ondas acumuladas precipitaram-se com mais violência para o Mar Morto (Jos. IV). O mesmo acontece a muitos cristãos: quando se aproximam dos sacramentos, reprimem um pouco as suas paixões; mas em breve lhes dão de novo livre curso e pecam ainda mais que dantes. «Muitos começam bem mas poucos perseveram» (S. Jer.); metem mão ao arado, mas olham para trás (S. Luc. IX, 62); são semelhantes aos animais imundos, que depois de se lavarem se lançam de novo na lama (II S. Pedro II, 22), ou ao cão que volta a comer o que vomitou (Prov. XXV, 11).

i. Aquêle que, depois da sua conversão, volta a cair em pecado mortal, torna mais difícil a sua nova conversão e deve esperar castigos mais severos.

É uma grande desgraça recair em pecado mortal depois da conversão: é mais difícil ao pecador converter-se segunda vez. O pecado pela repetição converte-se em costume e o costume custa a perder. É quase impossível que aquêles que uma vez se tornaram participantes do Espírito Santo e que depois disso tornaram a cair, se renovem pela penitência (Heb. VI, 4). Os reincidentes raras vezes retomam o bom caminho (S. Bern.); a recaída no pecado é semelhante à *recaída nas doenças corporais*, de que estávamos curados: esta segunda doença torna-se bem pior do que a primeira (Id.). A recaída é como *uma segunda fractura duma perna*, que se não cura facilmente (S. Elig.).

Jesus Cristo diz que o demónio volta a um tal pecador com sete *espíritos maus* muito piores do que êle (S: Lucas XI, 24); o demónio procede com esta alma como um carreiro prudente, cuja vigilância redobra com o preso que uma vez lhe escapou. O reincidente *contristou o Espírito Santo* (Ef. IV, 30); chegou mesmo a expulsá-lo da sua alma e *profanou o templo de Deus* (I Cor. II, 17; tornou-se *pois indigno* do socorro do *Espirito Santo*). Quem rasga de novo as feridas já curadas, é indigno de nova cura (S. Cris.). Se o favorito dum príncipe lhe é infiel, a-pesar-de tôdas as promessas não tornará a gozar tão cedo da consideração de que gozava primitivamente. «Quem ora se liga a Deus ora o abandona, acaba por perdê-lo (S. Ag.). — O reincidente deve também contar **com castigos mais severos** da parte de Deus: «Não tornes a pecar, diz Jesus àquele que acaba de curar, para que te *não aconteça alguma coisa pior*» (S. João V, 14). A própria justiça humana castiga mais severamente as recaídas; por isso se pregunta em alguns países ao acusado se foi condenado alguma vez.

2. Quem torna a cair no pecado mortal, deve arrepender-se logo e confessar-se imediatamente; quanto mais diferir a penitência, mais difícil e incerta será a sua conversão.

Deve imitar S. Pedro que, caindo em si, depois de ter negado a Jesus, saiu imediatamente do átrio do palácio do pontífice e chorou amargamente (S. Mat. XXVI, 65). Fácilmente se apaga um princípio de incêndio, e assim acontece também com a queda no pecado mortal (S. Bernardin.); se o reincidente faz penitência imediatamente, a sua queda pode mesmo contribuir para aumentar nêle a graça. Muitos Santos, David por exemplo, foram, pela sua recaída, elevados a uma grande santidade, porque os seus sentimentos de penitência venceram a sua afeição ao pecado e lhes proporcionaram um grau mais elevado de graça (Ben. XIV). Quanto mais se difere a penitência, tanto menos piedade Deus terá de nós; pois pensais que haveis de obter fôrça para o combate, se depois da vossa conversão ofendeis ainda quem a dá? Um navio avariado mete sempre mais água se as bombas não funcionarem imediatamente. Deus fixou para cada homem o número de talentos

tos que lhe havia de dar, *prevê* também o *mánero de pecados* que perdoará; se esse número é atingido, Deus cessa de perdoar (S. Af., S. Bas., S. Jer., S. Amb.); suporta por um certo tempo o pecador, mas decorrido esse tempo, acabou-se o perdão (S. Ag.). Voltaire converteu-se na primeira doença que teve; mas tornou a cair na impiedade, tornou-se pior do que era dantes e teve uma morte horrorosa.

3. Se, por fraqueza, tornamos a cair num pecado *venial*, não nos devemos perturbar, mas sim humilhar diante de Deus.

Perturbar-se ou zangar-se com isso seria dum orgulhoso, que, não podendo suportar a vista da sua fraqueza, se irrita por ser homem e não anjo (S. Fr. de Sales). Com essa inquietação o homem não se livra do pecado; agastando-se por se ter encolerizado, alimenta essa mesma cólera em vez de a abafar (Id.). Ninguém pode ser isento do pecado venial sem uma graça especial de Deus, como a que foi concedida à Santíssima Virgem (Conc. Tr. VI, 23). Deus permite que caiamos no pecado venial, para nos manter na humildade; procede connosco como uma mãe que deixa correr o seu filho sózinho num prado verde, onde, se cair, pouco se pode magoar, mas que num caminho perigoso o toma em seus braços. Deus salva-nos dos grandes perigos com a sua mão omnipotente, mas permite-nos quedas ligeiras (S. Fr. de S.). Assim como uma criança que caíu chora e logo se levanta, assim também nos devemos arrepender imediatamente das nossas faltas, considerar a nossa fraqueza, despertar a nossa confiança em Deus, e não nos perturbarmos mais; será esse o meio de tirar vantagem das nossas faltas (S. Fr. de S. e S. Af.) que nos devem humilhar mas não nos devem desanimar (S. Fr. de S.). É-nos impossível conservar na sua primitiva frescura a roupa que trazemos vestida, mas podemos mudá-la quando estiver enxovalhada. É-nos impossível ser isentos de culpas, mas podemos purificar-nos logo que as hajamos cometido (Scar.). O justo peca sete vezes por dia (Prov. XXIV, 16), mas arpende-se outras tantas (S. Fr. de S.).

4. Como nos é impossível perseverar na

graça de Deus até à morte sem um socorro especial do Espírito Santo, devemos pedir com fervor a graça da *perseverança*.

Para perseverar no bem, o justo não só precisa da *graça santificante*, mas também da *graça actual*, como os olhos mais sãos, para verem bem, precisam da luz do sol (S. Ag.). Sem um socorro especial de Deus, não pode o justo perseverar em estado de *graça santificante* (Conc. Tr. VI, 22): sem êle caíríamos imediatamente nas nossas antigas faltas e até em outras mais graves, assim como também toda a criação recaíria no nada se Deus a não conservasse (Rodr.). A graça da *perseverança* é um grande dom de Deus (Conc. Flor.); sem ela, todos os outros favores de nada servem, porque só aquêle que perseverar até ao fim é que será salvo (S. Mat. XXIV, 13). Como *numa construção*, os alicerces não têm valor algum se não se acabar o edifício; «o soberano juiz não preguntará aos cristãos como êles principiaram, mas sim como acabaram; S. Paulo começou mal, mas acabou bem; Judas pelo contrário principiou bem, mas terminou a sua vida com a traição e desespéro» (S. Ag.). Santo Agostinho assevera que podemos alcançar a graça da *perseverança final*, *implorando-a humildemente*.

Podemos também assegurar a nossa salvação fazendo muitas *obras boas* (II S. Pedro, I, 10); a *oração constante* e a *devoção sincera à Mãe de Deus* são excelentes meios de perseverar no bem.

Quantas mais boas obras tivermos feito, menos Deus nos condenará. Por isso dizia o profeta ao rei Josafat: «Merecieis com justiça a cólera do Senhor, mas encontraram-se em vós *obras boas*» (II Par. XIX, 3). Depois da sua queda, David e S. Pedro alcançaram perdão e acharam misericórdia, atendendo às boas obras que dantes tinham feito. — **A oração constante** é também um meio precioso de perseverar no bem: para não cairrem à terra os *pássaros* batem constantemente as asas no ar, e nós, para não cairmos no pecado mortal, devemos constantemente fugir para o nosso divino Salvador, que nos recomenda que oremos sem cessar (S. Luc. XVIII, 1). Orando com consciência, com mais certeza perseveraremos na graça de Deus

até à morte (S. T. de Aq.). A água quente não arrefece enquanto a tivermos ao pé do lume, e o amor de Deus não desaparecerá do nosso coração enquanto o aproximarmos de Deus, com repetidas orações jaculatorias (S. Cris.). — Com uma **devoção sincera à Santíssima Virgem** também se obtém a graça da perseverança final (S. Af.); se Maria vos fôr favorável, tereis certa a vossa salvação (S. Bern.).

9. As indulgências

As penas eternas são perdoadas ao pecador que faz penitência, mas não sempre as penas temporais. Deve *expiar* estas neste mundo com as doenças, desgraças, tentações, perseguições, obras de penitência voluntárias, etc., ou depois da morte no purgatório (Ver 2.^a parte, pág. 384). Santa Maria Egípcia († 431) viveu durante 17 anos uma vida dissoluta; depois da sua conversão, sofreu no deserto, durante 17 anos, padecimentos horríveis, tentações, fome, sede, as intempéries das estações, o frio, o calor: o mesmo fizeram muitos penitentes. Todavia, atendendo ao seu grande arrependimento, ou por intercessão doutros santos, perdoa Deus a certos penitentes toda a pena temporal ou pelo menos uma parte dela. No Antigo Testamento, Deus castigou os judeus pelas suas murmurações, mandando-lhes serpentes de fogo; perdoou àqueles que olhavam para a serpente de bronze, elevada num poste, a qual simbolizava o divino Salvador (Núm. XII). O rei da parábola perdoou ao servo, que de joelhos lhe pedia perdão, os dez mil talentos que este lhe devia (S. Mat. XVIII, 26) e Jesus deu entrada no paraíso, no mesmo dia da sua morte, ao bom ladrão, que morreu à sua direita no Calvário (S. Luc. XXIII, 43). Jesus Cristo deu o mesmo poder à sua Igreja.

i. A Igreja recebeu de Deus o poder de comutar em obras de piedade ou de perdoar por completo ao pecador as penas temporais que lhe restam depois da sua reconciliação com Deus (Conc. Tr. XXV).

Com efeito, Jesus deu tanto a S. Pedro como aos outros Apóstolos o poder de afastar todos os obstáculos para a entrada no céu. Disse a S. Pedro: «Tudo o que

desligares na terra será desligado no céu» (S. Mat. XVI, 19) e aos outros Apóstolos: «Tudo o que desligardes na terra será desligado no céu» (Ib. XVIII, 18). Ora os pecados mortais e as penas temporais impedem a entrada no céu; aquêles para sempre, estas temporariamente; o chefe da Igreja ou a totalidade dos bispos podem pois perdoá-los, uns e outras. Foi assim que S. Pedro perdoou, em nome de Jesus Cristo, o resto da sua pena ao pecador da igreja de Corinto, que mostrara um sincero arrependimento (II Cor. II, 10). Se a Igreja pode perdoar as penas eternas, com mais razão pode perdoar as temporais, que são incomparavelmente menores. O soberano que pode indultar a pena de morte melhor pode perdoar a de prisão. O mesmo sucede aqui. Quando a Igreja perdoa as penas temporais do pecado, não deixa propriamente nenhuma dívida por pagar, pois que *substitui a satisfação que falta, indo buscá-la ao tesouro dos merecimentos infinitos de Jesus Cristo e dos Santos.* Muitos fiéis têm feito mais obras de penitência do que tinham obrigação de fazer, atendendo aos seus pecados, e as suas satisfações são, *em virtude dos merecimentos de Jesus Cristo,* bastante consideráveis para ultrapassar muito as penas dos vivos (S. T. de Aq.); todas estas satisfações aproveitam àqueles que estão em comunhão com os santos⁽¹⁾. O Filho de Deus confiou a distribuição do tesouro destes merecimentos a S. Pedro, a quem deu as chaves do céu (Clem. VI).

1. A Igreja primitiva impunha aos pecadores **obras de penitência pública**, para expiar as penas temporais; mas comutava-as em penas *mais leves* ou *perdoava-as* por completo quando o penitente mostrava sério arrependimento ou quando um mártir intercedia em seu favor.

Os primeiros cristãos eram, na maior parte, pagãos convertidos, por consequência dum carácter um pouco rude, e era preciso tratá-los severamente. **As penitências públicas** consistiam, em geral, na exclusão da comunhão cristã. Os penitentes tinham só licença para ficarem de pé ou de joelhos no vestíbulo da igreja até ao princípio do sacrifício; não podiam comungar, e só recebiam a absolvição depois de completo o seu tempo de penitência. Du-

(1) Ver dogma da Comunhão dos Santos, 1.^a parte.

rante esse tempo, deviam jejuar a pão e água uns certos dias. Essa penitência pública durava ordinariamente sete anos: impunham-na pelos grandes crimes, como a apostasia, a entrega dos livros da Sagrada Escritura aos infieis, etc. Em crimes mais graves, como o homicídio, o culpado era submetido a uma penitência de doze anos, e às vezes, por toda a vida. No caso de faltas de menos importância, impunham-lhe só um jejum de quarenta dias (uma quarentena), análogo ao da Quaresma. — Mas a Igreja sabe que Deus impõe ao pecador penas temporais, não tanto para o castigar como para o desapegar dos bens terrenos e o corrigir; por isso, quando o penitente mostra pela sua conduta e pelo seu zélo que a sua conversão é sincera, e não superficial, quando mostra que tem um grande amor de Deus, as penas temporais parecem supérfluas. É por isso que a Igreja perdoava muitas vezes a penitência, no todo ou em parte, aos grandes pecadores penitentes. Como todos nós formamos uma só família, a comunhão dos santos, podemos também satisfazer uns pelos outros. «O que os nossos amigos fazem em nosso lugar, parece ser feito por nós próprios, porque a amizade reúne duas pessoas numa só pela mútua inclinação» (S. T. de Aq.); por isso também a Igreja perdoava muitas vezes as penas canónicas, todas ou parte, graças à intervenção pessoal ou escrita dos mártires.

2. Nos séculos seguintes, depois da abolição das penitências públicas, a Igreja permitiu aos pecadores arrependidos substituírem **por esmolas, por cruzadas ou por peregrinações**, as obras de penitência prescrita para a expiação das penas temporais do pecado.

Dantes, só com muitas súplicas se obtinha o perdão das penitências canónicas; hoje, é a própria Igreja que oferece esse perdão aos fiéis. Na Idade Média, a Igreja tinha graves motivos para conceder o perdão das penas canónicas em troca dumha **esmola**. Com efeito, nessa época reinava por toda a parte a ambição e a cobiça (basta recordar os nobres que viviam da pilhagem nos seus castelos); ora, para combater eficazmente um vício, é preciso praticar a virtude contrária; e o dinheiro que se recolhia era empregado na construção de conventos, catedrais (1) e

(1) Foi assim que se edificou a basílica de S. Pedro em Roma, e uma ponte sobre o Elba, na Saxónia.

mesmo de pontes. — Em 1095, no concílio de Clermont, o papa Urbano II concedeu a remissão inteira de todas as penas canónicas, por conseguinte uma indulgência plenária, a todos os que tomassem parte na cruzada para a conquista da Terra Santa. Quando em virtude das desgraças que aconteceram aos cruzados, dificilmente se encontravam soldados que quisessem fazer parte daquelas expedições, concederam os papas o perdão completo das penas canónicas a quem mandasse à cruzada um homem ou contribuísse com uma esmola para as despesas da campanha; essa graça foi também concedida aos pais, irmãos, irmãs, espôsas e filhos dos cruzados. Nas mesmas condições foram também pregadas cruzadas contra os inimigos da Igreja, os Albigenses em França, os Mouros na Espanha e Portugal⁽¹⁾, os Hussitas na Boémia, e mais tarde contra os Turcos. — No século X, já temos notícia de peregrinações a Jerusalém, a Roma, a Sant'Iago de Compostela na Espanha, gozando dos mesmos privilégios. Quando os Turcos se apoderaram da Terra Santa, e a peregrinação aos Lugares Santos se tornou impossível, o papa Bonifácio VIII concedeu indulgência plenária a todos os que em 1300 visitassem durante quinze dias consecutivos as basílicas de S. Pedro e S. Paulo em Roma. (Era a indulgência dos jubileus do ano santo, que devia repetir-se todos os cem anos, e que os papas têm facilitado cada vez mais). Cinquenta anos depois (em 1350) foi de novo concedida a indulgência do jubileu do ano santo, mas mandando visitar uma terceira igreja, a basílica de S. João de Latrão. Nesta ocasião, três milhões de peregrinos foram a Roma. Esta indulgência do jubileu foi depois concedida todos os 33 anos em honra dos 33 anos da vida terrestre de Nosso Senhor Jesus Cristo, e mais tarde este intervalo foi reduzido a 25 anos, mas com a condição de que os peregrinos visitariam uma quarta igreja, a de Santa Maria Maior. Mais tarde, os papas (como Bonifácio IX, em 1400) concederam a diferentes cidades (Munich, Colônia, Magdburgo, Meissen, Praga), que nelas se ganhasse a indulgência do jubileu, com a condição porém de que os fiéis entregariam o custo dum a peregrinação a Roma ao pregador encarregado de pregar as indulgências. Foi então que surgiram os mais graves abusos; os pregadores das indulgências, ou questores, quase todos Franciscanos ou Do-

(1) Assim se fez para aquela memorável expedição que deu em resultado a vitória das Navas de Tolosa, em 1212.

minicanos encarregados desde o tempo das cruzadas de publicarem as condições em que se podia alcançar o perdão das penas temporais dos pecados, deixaram-se algumas vezes cair em grandes *exageros*; por isso, os bispos, e até alguns concílios (por exemplo o de Latrão em 1215), viram-se obrigados a castigá-los com rigor. O concílio de Trento (XXI, 9) cortou de vez os abusos suprimindo o cargo de questor das indulgências.

3. Nos tempos modernos, permite a Igreja mais freqüentemente que dantes a expiação das penas temporais por *obras mais fáceis*, e em particular pela **oração** e recepção dos **sacramentos**.

Com isto quere a Igreja induzir os fiéis a receberem com freqüência os sacramentos, e por conseguinte a corrigirem-se e a converterem-se, a orar com fervor, a entrar nas confrarias, a recitar o Rosário, a honrar as imagens e relíquias dos santos, a assistir às missões, etc. A Igreja esforça-se, como boa mãe que é, por adoçar um remédio amargo, a-fim-de que seus filhos o aceitem com prazer. Para exprimir a grandeza das penas perdoadas, a Igreja serve-se da terminologia da *antiga disciplina*. Se a Igreja concede indulgência de 300 dias pela recitação dum determinada fórmula de oração, quere isso dizer que quem recitar essa oração expia tantas penas temporais como outrora o teria feito com uma penitência de 300 dias. Servindo-se destas expressões, a Igreja quere exprimir a sua elevada estima pelas antigas instituições e lembrar também aos fiéis a antiga severidade, a-fim-de os animar a multiplicarem essas obras tão fáceis.

2. A remissão das penas temporais, que se obtém quando em estado de graça fazemos as obras prescritas pela Igreja, chama-se *indulgência*.

A indulgência (remissão, perdão) é pois uma espécie de absolvição das penas temporais (Martinho V, Greg. VII), depois de termos recebido no confessionário a absolvição dos pecados e das penas eternas. A indulgência é como uma *amnistia* concedida por um soberano. Entre os agra-

ciados pode encontrar-se um malfeitor cuja pena de morte já doutra vez tivesse sido comutada em prisão, e porque manifestou um grande arrependimento, e pelo seu bom comportamento e pelo seu trabalho, ficou inteiramente livre ou pelo menos vê diminuir alguns meses ou anos o tempo da sua pena. — Mas a indulgência **não é nem a remissão dos pecados mortais nem das penas eternas**: estes e aquelas devem já ter sido perdoados pelo confessor se quisermos ganhar as indulgências; «ela não é a absolvição dos pecados, mas sim o perdão total ou parcial da satisfação» (Gerson). «A indulgência não é pois um meio de evitar a confissão, e não tem por fim facilitar o pecado; pelo contrário obriga a uma conversão sincera» (Bourdaloue). A indulgência também não é simplesmente a remissão das penas canónicas, mas sim a remissão real da pena com que Deus castiga o pecado.

A Indulgência só perdoa as penas temporais que não contribuem para a felicidade eterna.

A indulgência não suprime todos os sofrimentos d'este mundo, livra-nos sómente daqueles que apenas deviam castigar o homem, mas não nos livra dos que Deus envia para nos corrigir e para nos preservar duma recaída. Para estas últimas não existe obra alguma satisfatória, e, se assim não fôsse, a indulgência tornar-se-ia um obstáculo para a perfeição. O profeta anunciara a David a morte de seu filho como castigo de seus pecados: ele rezou e jejuou para salvar o seu filho, mas Deus não aceitou essas obras satisfatórias para este efeito, e o filho morreu (II Reis, XII). — A indulgência também não suprime os sofrimentos que para os justos são uma provação destinada a aumentar a sua glória eterna: ninguém pode salvar-se sem sofrer; a própria Mãe de Deus, a-pesar-de estar isenta de todo o pecado, teve de suportar grandes dores. Se a indulgência suprisse êsses sofrimentos, impedir-nos-ia de alcançar a bem-aventurança eterna. As indulgências, do mesmo modo que os sacramentos, não conjuram senão os males que não contribuem para a salvação da nossa alma.

Quem não estiver em estado de graça não pode ganhar indulgências; as suas boas obras podem contribuir para a sua conversão, mas não para a re-

missão das penas temporais merecidas pelos seus pecados.

Assim como um *membro morto* não pode receber influxo algum dos membros vivos, assim também os membros vivos da Igreja, os Santos, não exercem, pela aplicação das suas obras satisfatórias, influência nenhuma sobre um homem em estado de pecado mortal, que por consequência é um membro morto da Igreja (S. T. de Aq.). O pecado mortal é como que um *escudo de aço* impenetrável, sobre o qual ressaltam todas as graças que Jesus nos adquiriu (1).

A Igreja concedeu indulgências à recitação de certas *orações*, à visita de alguns *santuários*, ao uso de certos *objectos* bertos; e concede também *indulgências pessoais*.

Já não se concedem indulgências só em troca duma esmola (Conc. Tr. XXI, 8). — As *orações indulgenciadas* são, por exemplo: os actos das Três Virtudes Teologais, as *Avé-Marias* ao toque das Trindades, as orações para depois da Santa Missa prescritas por Leão XIII, etc. Devem ser vocais, mas não é preciso dizê-las de joelhos, se essa condição não fôr expressamente indicada (Cong. Ind. 18 de setembro de 1862). Podem ser ditas em todas as línguas, com a condição de serem fielmente traduzidas e as traduções terem a aprovação do Ordinário diocesano (Cong. Ind. 29 de dezembro de 1862). As orações podem ser recitadas alternadamente com as outras pessoas (Id. 29 de fevereiro de 1829). Essas orações, como as outras boas obras, não podem ser modificadas, e devem-se observar exactamente as condições de tempo, lugar, etc. (Id. 18 de fevereiro de 1835); um êrro ligeiro não faz perder as indulgências (S. Af.). A certas orações andam anexas indulgências que se ganham de cada vez que se recitam (*toties quoties*); a outras orações, indulgências, que só se ganham *uma vez por dia*. — Os *santuários* com cuja visita se ganham indulgências, são por exemplo, a Via-Sacra em Jerusalém e todas as vias-sacras (estações) erigidas canonicamente à imitação daquela; a Escada santa (2) (hoje em Roma) que

(1) Ver os efeitos das boas obras, 2.^a parte pág. 335.

(2) Essa escada compõe-se de 28 degraus e foi levada por Santa Helena de Jerusalém para Roma no ano de 326. Quem a subir de joelhos meditando na pa-

Jesus Cristo subiu e desceu em casa de Pilatos. — Ganham-se também muitas indulgências visitando o túmulo de S. Pedro em Roma, as igrejas das estações de Roma onde se conservam relíquias insignes, a Porciúncula em Assis, os Lugares Santos de Jerusalém, o túmulo do apóstolo Sant'Iago em Compostela na Espanha, etc. — Os objectos pleitos que podem ser enriquecidos com indulgências são os crucifixos, terços, medalhas, imagens e estátuas; mas devem ser benzidos pelo Papa ou por um sacerdote que tenha recebido essa faculdade (1). — Os membros das confrarias e muitos padres têm indulgências pessoais.

3. A indulgência é plenária, quando por ela se obtém a remissão de todas as penas temporais do

xão de Jesus Cristo ganha uma indulgência de 9 anos por cada degrau (Pio VII, 2 de setembro de 1817). A Escada santa, em cópia, encontra-se em vários santuários a que vão peregrinações (por exemplo, em Lourdes) e ganham-se certas indulgências subindo-as de joelhos.

(1) Os objectos de matéria frágil, como o vidro, o gesso, etc., não podem ser indulgenciados. Perdem as indulgências quando o objecto se parte em muitos bocados, por exemplo, se a um térço faltarem mais de metade das contas, ou se mais de metade das cruzes das estações duma via-sacra estiverem quebradas. Os objectos indulgenciados se forem vendidos perdem as indulgências (Cong. Ind. 5 de junho de 1721), não as perdem, porém, se os emprestarmos a outra pessoa (Cán. 924 § 2) para ela se servir dêles (Id.), e podemos mandar indulgenciar os objectos para fazermos presente dêles, sem que com isso percam as indulgências (Id. 12 de março de 1855). Nos crucifixos e a imagem de Jesus que recebe as indulgências: podemos pols fixar essa imagem noutra cruz (Id. 11 de abril de 1840). O mesmo crucifixo pode receber várias indulgências, por exemplo, as da boa morte, as da via-sacra (Id. 29 de fevereiro de 1820). O mesmo térço pode também receber diversas indulgências (Leão XII, 1823). Todavia não se podem ganhar todas as indulgências que estão anexas a um objecto, com uma só oração. Quem trouxer consigo ou guardar em sua casa um objecto benzido pelo Papa e recitar pelo menos cada semana um térço do Rosário, ou fizer muitas vezes obras de misericórdia, ou assistir à santa missa (ou a celebrar) ganha uma indulgência plenária nas sete festas de Nossa Senhor, nas cinco festas da Santíssima Virgem, na festa dos Apóstolos, na de S. João Baptista, na de S. José e na de Todos os Santos. Nesses dias é preciso receber os sacramentos da Penitência e da Eucaristia e rezar pelas intenções do Sumo Pontífice (Pio IX, 14 de maio de 1853). Nos outros dias em que fazemos destas boas obras, ganham-se indulgências parciais. Emfim, ganha-se uma indulgência plenária na hora da morte (Leão XIII, 23 de fevereiro

pecado; é parcial, quando só concede o perdão de parte dessas penas⁽¹⁾.

A extensão da indulgência deve em princípio corresponder à *grandezza da boa obra* que se pratica: para uma obra fácil, a indulgência será pequena; para uma obra difícil, será grande. «Se quem concede as indulgências nos dispensa das obras de penitência em troca de quase nada, sem motivo grave, peca, mas os fiéis ganham a indulgência» (S. T. de Aq.). Todavia não se vá julgar que é coisa muito fácil ganhar inteiramente uma indulgência plenária, porque quem tem ainda *uma afeição culpável às coisas terrenas*, não está isento de pecado, e merece ainda uma pena temporal: precisa de ser *purificado* pelos sofrimentos. Deus, que é justíssimo, só diminui o castigo na medida em que detestamos as ofensas que lhe fazemos (Bourdaloue).

A Igreja, em regra geral, só concede indulgências **plenárias** com a condição expressa de que, além das obras prescritas, recebamos os sacramentos da Penitência e da Eucaristia⁽²⁾, e de que oremos segundo as *intenções do Sumo Pontífice*; muitas vezes manda mais que visitemos uma igreja pública.

de 1878). Todos os crucifixos e têrcos que vêm da Terra Santa e lá foram tocados nos Lugares Santos, têm as indulgências papais (Inocêncio XI, 28 de janeiro de 1688).

(1) Quem não pode lucrar plenáriamente uma indulgência concedida como plenária, lucra-a parcialmente segundo a disposição que tiver (cán. 926).

(2) Por exemplo: recitando todos os dias durante um mês os actos das três virtudes teologais, ganha-se uma indulgência plenária num dia à escolha, contanto que nesse dia se recebam os sacramentos da Penitência e Eucaristia, e se ore pelas intenções da Igreja (Bento XIII, 15 de janeiro de 1728). O mesmo acontece com a oração: Seja louvado e adorado a cada momento, o santiíssimo e diviníssimo Sacramento! (Pio VI, 24 de maio de 1776). Quem disser todos os dias do mês: Doce Coração do meu Jesus, que tanto nos amais, fazel que eu vos ame cada vez mais! ganha uma indulgência plenária no dia que escolher, com a condição de receber nesse dia os sacramentos da Penitência e Eucaristia, visitar uma igreja e orar pelas intenções do Sumo Pontífice (Pio IX, 26 de novembro de 1876). As mesmas indulgências andam anexas à recitação da jaculatória: Doce coração de Maria, sede a minha salvação! (Pio IX, 30 de setembro de 1852).

Se fôr prescrita a confissão, é ela obrigatória mesmo que se não esteja em pecado mortal (Congr. Ind. 19 de maio de 1759), mas pode fazer-se nos oito dias que precedem ou nos oito dias que seguem o dia para o qual foi concedida a indulgência; a comunhão pode fazer-se na véspera ou dentro da oitava (cân. 931 § 1). Os fiéis que se confessam ao menos duas vezes por mês ou costumam comungar diariamente podem, sem outra confissão, ganhar tôdas as indulgências que ocorram, menos a do jubileu (cân. 931, § 3). Se para essas indulgências nos mandam fazer muitas visitas a uma igreja, é preciso entrar e sair da igreja tantas vezes quantas são determinadas e orar de cada vez pelas intenções do Sumo Pontífice (Congr. Ind. 29 de fevereiro de 1864). Mas só se pode ganhar uma vez por dia a indulgência plenária, embora se façam muitas vezes as obras prescritas (cân. 928). Os doentes são só obrigados a confessarem-se; a santa Comunhão e as outras obras podem ser substituídas por um exercício de piedade indicado pelo confessor. Os membros de tôdas as confrarias, associações e congregações, se a doença ou qualquer outra causa os impedir de visitar uma igreja, podem ganhar as indulgências fazendo tôdas as outras boas obras que o seu estado lhes permitir (Pio IX, 25 de fevereiro de 1877). — As **orações** que se devem recitar segundo as **intenções da Santa Igreja** e do Sumo Pontífice são da livre escolha de cada um (cân. 934, § 1); satisfaz-se com a recitação de 1 Padre-Nosso, Ave-Maria e Glória (S. Pen. Ap., 20 set. 1933); para lucrar as indulgências plenárias *toties quoties*, para as quais se impõe a visita dum' igreja, convém e basta recitar em cada visita 6 Padre-Nossos, Avé-Marias e Glória (S. Pen. Ap., 5 jul. 1930). Essas orações devem ser *vocais* (S. Af.), e podem-se recitar antes ou depois da Comunhão (Congr. Ind. 19 de Maio de 1759). Nessas orações, pede-se a *concórdia entre os príncipes cristãos, a extirpação das heresias e a exaltação da santa Madre Igreja*. — Em vez de uma igreja, é também permitido visitar uma capela pública, não sendo consideradas tais as dos conventos ou seminários, etc. em que os fiéis não têm entrada livre (Congr. Ind. 22 de agosto de 1842); nessas só as pessoas que fazem parte do estabelecimento é que podem ganhar as indulgências. Podemos fazer as visitas desde o meio-dia do dia precedente até à meia-noite do dia de-

signado (cân. 923). Nessas visitas é que se recitam as orações conforme a intenção do Sumo Pontífice.

As indulgências plenárias mais importantes são: a do Jubileu, da Porciúncula e a indulgência da bênção papal⁽¹⁾.

A indulgência do Jubileu ⁽²⁾ é concedida todos os 25 anos e pode ser ganha durante um ano; já atrás dissemos como é que ela se estabeleceu na Igreja. Para ganhar essa indulgência, o Santo Padre prescreve a recepção dos sacramentos da Penitência e Eucaristia, a visita a certas igrejas, preces segundo as intenções do Romano Pontífice, e algumas vezes também um dia de jejum e uma esmola facultativa. Quem não puder cumprir a visita e as duas últimas obras, pode fazê-las comutar pelo seu confessor. Durante o prazo do jubileu, os confessores podem absolver os casos reservados, levantar as penas eclesiásticas (censuras) e dispensar alguns votos, excepto o voto de castidade ou de entrar em religião, mas só uma vez. Durante todo o ano do jubileu, as indulgências, excepto as da hora da morte e as das Avé-Marias, são suspensas para os vivos, mas podem ser aplicadas a modo de sufrágio pelos defuntos. Em geral só podemos ganhar uma vez, e para nós mesmos, a indulgência do jubileu. Em certos jubileus não tem sido assim. A indulgência do jubileu só se ganha em Roma; mas os papas costumam no ano seguinte estender essa indulgência a todo o mundo católico, durante um certo tempo. Concedem também, em certas circunstâncias, como na sua elevação ao pontificado, na abertura dum concílio, nas conjunturas difíceis para a Igreja, um jubileu extraordinário. — **A indulgência da**

(1) Para Portugal há também o Jubileu do Santíssimo Sacramento, a 24 de março (festa da Instituição do Santíssimo Sacramento). Este jubileu é igual ao da Porciúncula, e pode ganhar-se tantas vezes quantas se visitar uma igreja onde se encontre o Santíssimo Sacramento, fazendo as orações e cumprindo as demais condições do estilo, como na Porciúncula.

(2) Já entre os judeus o 50.^º ano se chamava jubileu; os escravos recuperavam a liberdade, e as terras alienadas para pagar dívidas voltavam à posse do seu primeiro proprietário.

Porciúncula (1) ganha-se nos dias 1 e 2 de Agosto. Ganha-se tantas vezes quantas se visita, depois de ter recebido os sacramentos, a igreja da Porciúncula em Assis, ou uma outra igreja pública de Franciscanos (*Capuchinhos, Recoletos ou Clarissas*), orando em cada visita pelas intenções do Sumo Pontífice; mas não podemos ganhar para nós mesmos senão uma indulgência plenária (*Inoc. XI, 7 de março de 1678*), devemos aplicar as outras em sufrágio pelas almas do purgatório (2). — Quem, depois de confessado e comungado, receber a **bênção papal** e orar pelas intenções da Igreja, ganha uma indulgência plenária. Antes de 1870, o Papa lançava a bênção *urbi et orbi* do alto da Loggia da Basílica de S. Pedro, depois da missa cantada, nos dias das festas solenes. Os *bispos* podem lançar a bênção papal no dia de Páscoa e em outro dia de festa do ano à sua escolha (menos no tempo do jubileu). Algumas *Ordens religiosas* podem em certos dias, com licença do bispo da diocese, dar a bênção papal aos fiéis que visitem a sua igreja, o mesmo podem também fazer os missionários ao encerrar uma missão. Os membros da Ordem Terceira de S. Francisco recebem a bênção papal duas vezes por ano.

Pode-se ganhar uma indulgência plenária *na hora da morte*, quando, depois de ter recebido os sacramentos e invocado o santíssimo Nome de Jesus, se recebe a **bênção papal**, ou se tem um objecto benzido ao qual estejam anexas as indulgências papais

(1) Eis a sua origem: S. Francisco teve na sua igreja da Porciúncula, perto de Assis, uma visão em que lhe apareceu Jesus Cristo, acompanhado da Santíssima Virgem e de muitos Santos (1221). O santo religioso pediu ao divino Salvador que concedesse uma indulgência plenária a todos os que, depois de terem recebido os sacramentos, visitassem essa igreja. Jesus Cristo mandou-o ao papa para confirmar essa indulgência, e este concedeu-lhe o que ele queria, fixando o dia 2 de agosto para se ganhar. — Os seus sucessores concederam o mesmo favor às igrejas das três Ordens de S. Francisco e a muitas igrejas paroquiais, afastadas mais duma légua duma igreja franciscana.

(2) Quem se confessa duas vezes por mês, não é obrigado a confessar-se especialmente para ganhar esta indulgência (*Cong. Ind. 12 de março de 1855*). Pode-se receber a sagrada Comunhão na véspera da festa (*Id. 6 de outubro de 1870*) e não é necessário comungar numa igreja franciscana (*Pio IX, 12 de Julho de 1847*).

(crucifixos e terços); os membros da maior parte das confrarias podem também ganhá-la, assim como também as pessoas que rezarem *todos os dias os actos das três virtudes teologais*, ou outras orações prescritas.

Quando é impossível receber os sacramentos, é preciso pelo menos ter-se um *perfeito arrependimento dos pecados cometidos*; e não se podendo pronunciar com a boca o *sagrado Nome de Jesus* é preciso pelo menos invocá-lo com o coração. Mas em todos os casos é absolutamente necessário estar resignado com a vontade de Deus (Ben. XIV, 5 de abril de 1747) (1). — Quasi todos os sacerdotes que podem administrar os últimos sacramentos estão autorizados a dar a **bênção papal aos moribundos** (Mesmo decreto). Os sacerdotes que receberam do papa essa faculdade, como são os missionários, podem deitar a **indulgência da boa morte aos crucifixos, terços, medalhas, etc.**, e basta que os fiéis tenham êsses objectos em suas casas para ganhar a indulgência da hora da morte (Leão XIII, 23 de fev.^º de 1878). — Podem ganhar a indulgência plenária na hora da morte os irmãos da Ordem Terceira, os membros da Obra da propagação da fé, das Congregações Marianas, etc. Quem disser **todos os dias os actos das três virtudes teologais**, ainda mesmo que sejam resumidos em poucas palavras, ganha a mesma indulgência (2) (Ben. XIII, 15 de jan.^º de 1728). — A hora da morte só se pode ganhar *uma indulgência plenária*. Essas indulgências são *puramente pessoais*; ainda que se tenha direito a muitas em consequência das boas obras, ou por se pertencer a várias confrarias, só se ganha uma delas, não se podendo aplicar as outras às almas do purgatório. Os moribundos já não podem fazer obras de pe-

(1) Veja-se este ponto no capítulo imediato, que trata da Extrema-Unção.

(2) Ganhá também essa indulgência quem disser todos os dias as seguintes orações: Seja em tudo feita, louvada e exaltada a justíssima, altíssima e amabilíssima vontade de Deus! (Pio VII, 19 de janeiro de 1818) Santo Anjo do Senhor, meu zeloso guardador, pois a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, guarda, governa e ilumina. Amen (Pio VI, 11 junho de 1796). A fórmula de saída: Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo e a invocação frequente dos Santíssimos Nomes de Jesus, José e Maria (Clemente XIII, 5 de set.^º de 1759).

nitência, por isso a Igreja lhes perdoa as penas temporais da maneira mais fácil, do mesmo modo que o Estado perdoa os impostos aos lavradores vítimas das saraivadas, inundações, tremores de terra (1), etc.

A Igreja concede ordinariamente indulgências **parciais** de 50, 100, 300 e 500 dias, 3, 5, 7, 10 e 15 anos.

As indulgências de muitos milhares de anos nunca foram concedidas pela Igreja e são apócrifas (Ben. XIV). Em época nenhuma do cristianismo, os fiéis tiveram vida tão longa que pudessem fazer neste mundo uma penitência que levasse tanto tempo. Estas *determinações de tempo* não indicam o número de dias que temos de sofrer no purgatório, esse só Deus o sabe: indicam sómente uma remissão proporcional às antigas penas canónicas que duravam aquèle tempo.

4. Só o Papa pode conceder indulgências plenárias, indulgências pelos defuntos, tanto plenárias como parciais, e indulgências válidas para toda a Igreja, pois só ele possui jurisdição espiritual sobre o Universo *inteiro* e é o distri-
buïdor dos tesouros comuns da Igreja.

Das palavras de Jesus a seus apóstolos: «Tudo o que desligardes na terra será desligado no céu», e: «os pecados serão perdoados a quem os perdoardes»; devemos concluir que os **bispos** têm o direito de conceder indulgências, mas só **parciais**, e só para a diocese que está sob a sua jurisdição. Com efeito, um decreto do concílio de Latrão (1215) restringiu esse poder dos bispos; os juízes civis só podem julgar as pessoas que vivem na área da sua jurisdição. Os Cardiais podem conceder indulgências de 200 dias (cân. 239, § 1, n.º 24); os Metropolitas

(1) É muito notável a indulgência plenária concedida por Pio X (9 de março de 1904) pelo seguinte acto de aceitação da morte: *Meu Deus e Senhor, desde agora recebo da vossa mão, com ânimo tranquillo e resignado, qualquer género de morte, que fôr mais do vosso agrado, com todas as suas aflições, penas e sofrimentos. Todos os fiéis que confessados e comungados, fizerem este acto com verdadeiro amor de Deus, durante a vida, num dia à sua escolha, ganham a sobredita indulgência em artigo de morte.*

podem conceder 100 dias na diocese própria e nas sufragâneas (cân. 274, n.º 2); os Bispos residenciais podem conceder 50 dias nos lugares da sua jurisdição (cân. 349, § 2, n.º 3).

5. Podemos aplicar as indulgências em sufrágio pelas almas do purgatório, mas só as que a Igreja designa expressamente: em particular pode-se aplicar às almas do purgatório uma indulgência plenária oferecendo por elas o santo sacrifício da missa num altar privilegiado.

Por virtude da comunhão dos Santos podemos ser úteis às almas do purgatório *aplicando por elas as nossas boas obras*, e por conseguinte aquelas a que está ligado o perdão das penas temporais do pecado. Mas só podemos aplicar por elas as indulgências, depois de *as termos ganho* (S. Af.). Por isso quem quiser aplicar uma indulgência por um defunto, deve necessariamente estar *em estado de graça*, e portanto isento de pecado mortal, como a alma pela qual a aplica. A pessoa que quere socorrer as almas do purgatório deve vigiar por que não seja ela própria digna do inferno (S. Francisco Xavier). A aplicação das indulgências aos defuntos não é uma espécie de absolvição das penas temporais (porque a Igreja não tem jurisdição sobre as almas do purgatório), é tão somente uma *intercessão, um sufrágio* (Pascoal I, João VIII). Não é, pois, absolutamente certo que o defunto *saia imediatamente do purgatório* desde que se lhe aplicou uma indulgência; só Deus é senhor de regular a remissão da pena.

— **Indulgência de altar privilegiado:** o altar privilegiado é aquele a que o Santo Padre concedeu indulgência plenária, aplicável ao defunto em sufrágio de cuja alma se celebra nêle o santo sacrifício da missa. Os Bispos podem designar e declarar um altar privilegiado quotidiano perpétuo nas suas igrejas catedrais, paroquiais e quasi-paroquiais, se nelas ainda não houver nenhum privilegiado (cân. 916). Alguns altares são pelo papa privilegiados *para sempre* por motivos particulares; em geral, têm a inscrição: *altare privilegiatum*. É expressamente proibido aos padres pedirem esmola mais avultada pelas missas que celebram nesse altar (Cân. 918, § 2). Essa indulgência

só se pode aplicar àquela alma em sufrágio da qual se diz a missa (22 de fevereiro de 1864 e 31 de agosto de 1848); contudo, o padre pode ao mesmo tempo orar por outros defuntos. Nem sequer é necessário que, oferecendo o santo sacrifício, o padre tenha a intenção de ganhar a indulgência: ganha-se só pelo facto de a missa ser dita naquele altar (Cong. Ind., 5 de março de 1855). Pergunta-se porém: pelo facto de se ter celebrado a santa missa em sufrágio dum defunto num altar privilegiado, ficará essa alma livre de todas as penas do purgatório? Resposta: isto depende única e exclusivamente da misericórdia de Deus (Cong. Ind. 28 de junho de 1840). É certo todavia que há mais segurança de ganhar a indulgência plenária do altar privilegiado do que quaisquer outras indulgências plenárias, porque aquela depende da celebração da santa missa e não do estado de graça do homem. Um sacerdote pode ter pessoalmente privilégio de altar privilegiado por um decreto do Sumo Pontífice, ou seja para todos ou seja para alguns dias da semana. Por exemplo, os padres que fizeram o voto heróico de caridade pelas almas do purgatório têm todos os dias o privilégio pessoal do altar (Pio IX, 30 de setembro de 1852). A indulgência de altar privilegiado é, em regra, aplicada por um defunto, mas há excepcionalmente indultos de altares privilegiados *pro vivis et defunctis*.

6. É extremamente útil ganhar as indulgências (Conc. Trid. XXV), porque afastamos de nós muitos males temporais, abreviamos as penas futuras do purgatório e somos animados a fazer muitas obras boas.

Pelas indulgências afastamos de nós *doenças, desgraças, tentações, etc.* Não ganhar indulgências é expor-se necessariamente a penas temporais; quem não se preocupa com as indulgências é semelhante a um viajante que, podendo chegar ao fim da sua viagem por um caminho mais curto e fácil, escolhe pelo contrário o caminho mais difícil: procede duma maneira inconsiderada e é inimigo de si próprio. Os maiores livres-pensadores têm reconhecido os admiráveis efeitos das indulgências, sob o ponto de vista *moral e religioso*. D'Alambert diz a propósito do jubileu de 1775: «que este retardou 20 anos a revo-

lução», e Voltaire faz esta declaração: «Mais um jubileu como êste, e dão cabo da filosofia» (a falsa filosofia dos enciclopedistas). — Muitos murmuram contra as indulgências, *porque as não compreendem*; imitam Lutero, que se revoltou contra as indulgências, mas fêz mais tarde esta confissão: «Eu não fazia ideia nenhuma do que fôssem as indulgências». Outros não querem indulgências, porque lhes disseram ou porque leram em qualquer parte que na Idade Média houvera abusos por causa delas. Mas haverá no mundo uma coisa sagrada de que se não tenha abusado? O abuso não diminui o valor do que é bom. Se as indulgências não fôssem boas, não teriam tantos inimigos. Não são os frutos maus que as abelhas escolhem e picam.

5. A Extrema-Unção

Jesus Cristo é o bom samaritano que por intermédio do sacerdote, seu representante, derrama, Ele também, óleo nas chagas do enfermo, a-fim-de o curar espiritual e corporalmente.

1. Na Extrema-Unção o padre unge com óleo santo os órgãos dos cinco sentidos dum cristão gravemente enfermo e ora por êle: com isso é curada a alma do doente e muitas vezes também o corpo.

Cerimónias. O pároco, ou o seu representante, faz nos órgãos dos cinco sentidos do doente, que foram instrumentos do pecado (olhos, ouvidos, narinas, boca, mãos, pés, e raras vezes nos rins), unções em forma de cruz com o óleo dos enfermos, e na unção de cada sentido diz: «*O Senhor te perdoe por esta unção e por sua piedosíssima misericórdia todos os pecados que cometeste pela vista, (ouvido, olfacto, etc.).*» Quando o doente está mesmo a morrer, o sacerdote faz uma unção sobre a fronte, e continua depois com as outras unções, caso a vida do doente se prolongue. Chama-se ordinariamente à Extrema-Unção «*sacramento dos moribundos*», e também *último sacramento*, porque, em geral, se recebe pouco tempo antes de morrer (1). O nome de Extrema-Unção vem-lhe de ser a derradeira unção que se recebe.

A Extrema-Unção é um sacramento instituído por Nossa Senhor Jesus Cristo (Conc. Trid. XIV, 4).

(1) Convém evitar o erro de alguns que o supõem sacramento de mortos; é sacramento de vivos que exige o estado de graça em quem o recebe.

Santiago já fala da Extrema-Unção: «Algum dentre vós está doente? pois chame os presbíteros da Igreja, e que estes orem sobre ele e o unjam com óleo em nome do Senhor. E a oração da fé salvará o doente; o Senhor o aliviaria e, se ele tem pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Santiago, V, 14). O papa Inocêncio I (em 400) declara expressamente que estas palavras se referem a um sacramento, o da Extrema-Unção aos moribundos. S. Cesário, bispo de Arles (século VI), convida os cristãos a receberem o corpo do Senhor numa doença grave e a que se façam ungir com óleo, a fim de recuperarem a saúde com a remissão dos pecados. Os heresiarcas mais antigos conservaram este sacramento.

2. Os efeitos da Extrema-Unção são análogos aos do azeite: *fortifica, cura, e torna o homem mais capaz* de alcançar a vida eterna.

O azeite *fortifica* o corpo (os antigos lutadores de círco, antes dum combate decisivo, esfregavam o corpo com azeite, para adquirirem força e não serem facilmente agarrados pelo seu adversário); a Extrema-Unção acalma a dor e *cura* as feridas (por isso é que o bom Samaritano deitou azeite nas feridas do judeu; a gente do povo esfrega também as mãos com azeite quando se queima no lume); o azeite *torna-nos mais ágeis e desembaraçados*: a enguiça escorrega por entre os dedos, precisamente porque tem o corpo oleoso.

1. A Extrema-Unção **fortifica** o doente dando-lhe energia para suportar com resignação as suas dores, e para vencer todas as tentações.

A experiência ensina que muitos doentes depois de receberem a extrema-Unção, ficaram mudados por completo. Antes de a receberem estavam impacientes e tinham medo à morte; depois, ficam *tranquilos, pacientes e resignados* com a vontade de Deus. À hora da morte o demónio emprega todos os meios para tirar ao moribundo a confiança na misericórdia de Deus (Conc. Tr.). A Extrema-Unção afugenta o demónio. Quando Santo Eleázaro estava para morrer, contraíram-se-lhe os músculos do rosto, e ele queixou-se de que o demónio o ator-

mentava; mas logo que recebeu a Extrema-Unção, o seu rosto retomou a anterior expressão de alegria.

2. A Extrema-Unção **cura** a alma e muitas vezes também o corpo; tem por fim perdoar os *pecados mortais* que o doente não pode confessar por causa da sua fraqueza corporal ou espiritual, e perdoa muitas *penas do pecado*. Restitui também a *saudade*, quando esta é útil para a salvação da alma.

A Extrema-Unção **supre** tudo o que o doente não pôde fazer, sem culpa sua, recebendo o sacramento da Penitência. Ela é pois o *suplemento da penitência*: é a *penitência dos doentes*. Muitas vezes, atenta a sua fraqueza corporal ou espiritual, o doente não se pode confessar bem, nem fazer grandes obras de penitência: a Igreja tem compaixão dêle, e pela Extrema-Unção recomenda-o à misericórdia de Deus⁽¹⁾. As penas do pecado são perdoadas conforme o *arrependimento* ou *devoção* com que se recebe esse último sacramento. Muitas vezes a Extrema-Unção **restitui a saúde** (Conc. Tr.). Quando Deus prevê que, se o doente se curar, empregará o resto da vida na salvação da sua alma, restitui-lhe a saúde, dando-lhe como que uma moratória graciosa para melhor se preparar para a morte; mas se Deus prevê o contrário, chama-o para a sua eternidade. Muitas vezes também Deus deixa morrer o doente, porque ele já é velho e, segundo as leis da natureza, deve morrer. Mas, geralmente, todos os doentes que receberam dignamente a Extrema-Unção, sentem **pelo menos um grande alívio**: pela confissão e reconciliação com Deus, alcança-se um grande sossego de espírito que reage sobre o corpo de maneira salutar. Todavia a Extrema-Unção só restitui ao corpo a saúde, por uma virtude divina (S. T. Aq.). É pois uma tolice ter medo da Extrema-Unção com o pretexto de que se morre dela. Deus, longe de fazer crescer no campo os alimentos do corpo para nos matar, cria-os para que vivamos; do mesmo modo também não criou o alimento espiritual, e por consequência os sacramentos, para que por eles morramos, mas sim para que por eles vivamos. Não

(1) É claro que o enfôrmo não pode calar pecados propositadamente na confissão, na esperança de que lhe serão perdoados pela Extrema-Unção; pois isto tornaria sacrílego e infrutuoso este sacramento.

há razão para dizer que a Extrema-Unção é *supérflua*, que nos havemos de curar sem ela: quem é tão destituído de senso que reputa supérfluo um remédio cujo efeito é certo?

3. A Extrema-Unção torna-nos *mais capazes* de alcançar a vida eterna, porque extingue as penas temporais e aumenta em nós a graça santificante, e por isso mesmo o amor de Deus.

As penas do pecado são perdoadas na proporção da intensidade do arrependimento e da devoção que sentimos recebendo a Extrema-Unção. Quem a recebe dignamente, terá menos que sofrer depois da morte; a enguia, que é viscosa, facilmente se escapa das nossas mãos; assim também pela graça da Extrema-Unção atravessamos rapidamente as penas do purgatório e chegamos mais de-pressa ao céu. Este efeito é comum a todos os sacramentos, pois que aumentam em nós a graça santificante; mas à hora da morte este aumento tem maior importância, *porque a glória no céu* corresponde ao grau da graça santificante.

3. Quem não estiver gravemente enfermo não pode receber a Extrema-Unção; quem estiver gravemente enfermo pode recebê-la imediatamente, a-fim-de recuperar a saúde espiritual e corporal.

Entende-se por doença grave a que apresenta **perigo de morte** (Rit. Rom.); não podemos pois receber a Extrema-Unção por nos doer a cabeça ou os dentes. Também não pode ser administrada a um soldado antes de partir para uma batalha, nem a um condenado à morte, porque êsses não são doentes; os *vélhos*, pelo contrário, podem receber a Extrema-Unção desde que se sintam indispostos, porque a velhice é, por si mesma, uma doença perigosa. Quem cair gravemente doente, deve **imediatamente** receber este sacramento, porque quem por sua culpa o receber já **sem conhecimento**, não colherá dêle tantos frutos como se o recebesse com arrependimento e devoção. «A graça comunicada por este sacramento é muito mais abundante, quando o doente, ao recebê-lo, conserva ainda pleno uso de razão, e pode ainda excitar em si sentimentos

tos de fé e piedade» (Cat. Rom.). Além disso, a Extrema-Unção recebida tão tarde com dificuldade pode ser útil ao corpo; só um insensato é que chama os bombeiros só quando a casa já está quase toda consumida pelas chamas. O mesmo acontece aqui. «Em nossos dias, a Extrema-Unção restituí tão raras vezes a saúde, porque a maior parte da gente *deixa ficar* quase para a hora da morte o recebê-la, e então seria necessário um milagre para que ela curasse» (Bell.); pela sua negligência, tornaram-se indignos da graça de serem curados. Quem despreza um sacramento tão importante é inimigo de si mesmo; é semelhante aos soldados duma fortaleza que, a pesar de saberem que o inimigo se aproxima, não querem sortir-se nem de provisões, nem de munições, porque têm em si mesmos uma confiança presunçosa (Drex.). Aquél que vai partir para a eternidade desprezando este sacramento, é como aquél viajante que não leva dinheiro para a viagem (S. Clem. Hofb.): esse desprêzo não é isento de *pecado mortal*, porque é uma ofensa grave ao Espírito Santo (Conc. Tr. XIV, cap. 3).

Quem não tem o uso da razão não pode receber a Extrema-Unção.

A Extrema-Unção é o complemento do sacramento da Penitência: ora, quem é incapaz de receber este sacramento não pode também receber o seu complemento. A esta categoria pertencem em primeiro lugar as **crianças que ainda não atingiram a idade do uso da razão**; mas não devemos crer que se trata só das crianças com menos de 7 anos; a experiência mostra que há crianças de 5 anos que na hora da morte pediram um padre, porque se sentiam culpadas de faltas, por exemplo, contra os seus pais. As pessoas que durante a sua vida nunca tiveram juízo, não podem receber a Extrema-Unção (1).

Na mesma doença não se pode receber mais que uma vez a Extrema-Unção.

Mas se nos curarmos e depois recairmos com a mes-

(1) O catequista terá pois o cuidado de explicar às crianças que ainda não fizeram a sua primeira comunhão, que no caso de doença devem pedir a Extrema-Unção e a santa Comunhão.

ma doença, podemos tornar a recebê-la (Conc. Tr.; Cat. Rom.).

4. Antes de receber a Extrema-Unção, deve o doente confessar-se e comungar; ordinariamente, recebe a bênção papal depois da Extrema-Unção⁽¹⁾.

Devemos **confessar-nos** e estar em estado de graça para receber o sacramento da Extrema-Unção, porque este é um remédio; ora, os remédios dão-se aos vivos e não aos mortos: a Extrema-Unção é pois para os que têm a vida espiritual, isto é, a graça de Deus. Todos os padres que tiverem autorização do bispo podem, servindo-se da *fórmula prescrita* (Congr. Ind. 18 março de 1879), dar a bênção papal que também se chama **absolvição geral** (Ben. XIV, 5 de abril 1747) e à qual está ligada **uma indulgência plenária**. Por sua parte o doente deve invocar com a bôca o nome de Jesus (ordinariamente o sacerdote sugere-lhe uma oração jaculatoria em que se encontra o nome de Jesus) ou pelo menos invocá-lo com o coração se não puder falar (o sacerdote dá-lhe o crucifixo a beijar); é essa uma condição essencial para ganhar a indulgência (Congr. Ind. 20 de agosto de 1765). Esta bênção papal, como a Extrema-Unção, só pode ser dada uma vez na mesma doença (Id.). Pode-se também, em artigo de morte, ganhar uma indulgência plenária por meio dum **crucifixo indulgenciado para a hora da morte**; convém pois ter o cuidado de mandar benzer um crucifixo, um terço ou uma medalha com esta intenção por um sacerdote que tenha a competente faculdade. Pode também dar-se a **esse crucifixo as indulgências para a Via-Sacra** (Congr. Ind. 29 de fevereiro de 1820). A indulgência está anexa à imagem de Cristo que se pode mudar para outra cruz sem a perder (Congr. Ind. 11 de abril de 1840). Há um costume piedoso de acender ao pé do moribundo **uma vela benta** no dia da festa da Purificação de Nossa Senhora; com isso implora-se a assistência de Deus em seu favor, porque, ao benzer essa vela, o sacerdote rogou a Deus que introduza na luz eterna quem acender essa vela benta, figura

(1) Esta bênção papal chama-se também **indulgência da hora da morte**.

do divino Salvador, que é a luz do mundo. Contudo é bom evitar que se fatigue o doente fazendo-lhe ter na mão a vela acesa, bem como ter cautela com a luz, pois já tem havido incêndios por causa das imprudências.

A família do doente deve fazer com que este receba a tempo os sacramentos.

O médico, ao ver que a doença é perigosa, deve prevenir a família, cuja responsabilidade ele partilha: por isso os católicos devem sempre preferir um médico, que seja católico prático. Muitas vezes a família tem medo de causar um grande susto ao doente, prevenindo-o para receber os últimos sacramentos; esta compaixão é uma verdadeira *crueldade* e êsses parentes são semelhantes a quem não quere avisar um cego que caminha para um abismo, com o pretexto de que vai assustá-lo. De que responsabilidade se sobrecarregam por sua cobardia! — Teremos pois cuidado em **preparar** bem o **quarto** do doente, e **preparar** também tudo o que é preciso para a Extrema-Unção. Cubra-se uma mesa com uma *toalha branca* e sobre ela ponha-se um *crucifixo* e duas *velas acesas*, um copo com *água benta*, da qual o sacerdote se servirá para aspergir o doente e o quarto; um copo com *água pura*, para dar de beber ao doente e outro para o sacerdote purificar os dedos antes e depois de ter dado a Sagrada Comunhão. Preparar-se-ão também num prato uns bocadinhos de *algodão em rama*, com os quais o sacerdote limpará as partes em que tiver feito as unções, e as suas próprias mãos. Durante a confissão todos deixarão o quarto, porque é sempre difícil falar em voz baixa a um homem perigosamente doente (1).

(1) O catequista explicará por que é que se leva uma lanterna com o sacerdote que vai sacramentar o doente e se vai tocando uma campainha, e exortará a imitarem o exemplo tantas vezes citado de Rodolfo de Habsburgo, quando se encontrou um sacerdote que levava o viático.

6. A Ordem

Antes da sua Ascensão, Jesus Cristo elevou as mãos, abençoou os seus Apóstolos e mandou-os pelo universo inteiro para pregar o Evangelho e administrar os sacramentos (S. Lucas, XXIV, 50). O bispo faz quase o mesmo na ordenação. A imposição das mãos mostra que comunica qualquer coisa: é com efeito com as mãos que se distribuem os dons.

1. Na ordenação, o bispo impõe as mãos aos futuros sacerdotes e invoca o Espírito Santo; além disso, unge-lhes as mãos, e entrega-lhes os vasos sagrados. Deste modo recebem os ordinandos, com graças abundantes, o poder sacerdotal, e em particular o poder de oferecer o santo sacrifício da missa e o de perdoar os pecados.

Cerimónias. O bispo confere as ordens durante a santa Missa. Os que vão ser ordenados de presbíteros prostram-se primeiro por terra, enquanto se implora a intercessão dos Santos; depois o bispo impõe as mãos sobre a cabeça de cada um deles e o mesmo fazem os outros sacerdotes que se acham presentes: em seguida reveste-os com as vestimentas sacerdotais, entoa o hino *Veni Creator Spiritus* e, enquanto ele se canta, faz as unções em forma de cruz, nas palmas das mãos dos ordinandos e com isso lhes dá o poder de abençoar e de tocar na sagrada Hóstia. Em seguida, faz-lhes tocar no cális e na patena, e dá-lhes o poder de oferecerem o santo sacrifício da missa e além disso dirige-lhes as palavras de Jesus Cristo: «Recebei o Espírito Santo: os pecados serão perdoados àqueles a quem os perdoardes, etc.». Emfim os novos sacerdotes

prometem ao bispo obediência e respeito. A unção das mãos e a entrega dos vasos sagrados são cerimónias aces-sórias que não se usavam antes do século IX, e que ain-dá hoje se não usam na igreja grega. A ordenação não dá só o **poder** sacerdotal, dá também a **graça**. «A ordenação dá o Espírito Santo» (Conc. Tr. XIII, 2).

Os *Apóstolos* já conferiram o sacerdócio pela ora-ção e imposição das mãos.

Com efeito, os Apóstolos sagraram S. Paulo e S. Bar-nabé pela oração e imposição das mãos (Act. XIII, 3). S. Paulo, por sua vez, sagrou S. Timóteo (II Tim. I, 6). S. Agostinho já chama à Ordem um sacramento e combate os Donatistas que ensinavam que o carácter do baptismo não se podia perder, mas que se podia perder o direito de o administrar, e o Santo Doutor dizia: «Ambos são sacra-mentos que não podem ser renovados». — Jesus Cristo ins-tituíu evidentemente o sacramento da Ordem, na última Ceia.

2. Pela ordenação recebe-se um cargo de alta dignidade, mas também um ministério penoso e de grande responsabilidade.

Pela ordenação sacerdotal, o padre recebe uma alta **dignidade**, pela qual é merecedor de grande reverênça (por isso se lhe dá o tratamento de «Reverendo»). A mu-i-toes respeitos ultrapassa a dignidade dos imperadores e dos reis, e mesmo a dos anjos, porque os reis podem perdoar aos condenados à morte mas não podem absolvê-los dos pecados, nem mudar o pão no corpo de Jesus Cristo. Os monarcas, é certo que são os representantes de Deus, mas não são mediadores entre Deus e os homens como o sa-cerdote. Os sacerdotes receberam um poder que nem aos anjos foi concedido (S. Agost.); e, com efeito, nenhum anjo pode, com uma palavra sua, mudar pão no corpo de Jesus Cristo: todos os anjos juntos não podem absolver-nos dum só pecado (S. Af.). O ministério sacerdotal só se ocupa de interesses celestes; os que vivem num corpo ma-terial, devem desempenhar funções angélicas (S. Cris.). O sacerdote está colocado entre Deus e os homens; apre-senta a Deus as nossas orações, e transmite-nos os dons

de Deus (Id.); é o mediador entre Deus e os homens (S. Lour. Just.), é um embaixador que advoga junto de Deus a causa dos homens (S. Jer.); é um anjo do Senhor (Mal. II, 7), isto é, um mensageiro que Deus envia aos homens para lhes fazer conhecer as suas divinas vontades. «O sacerdote é o enviado de Deus para nos conduzir à pátria celeste; é o representante de Deus, ou ministro plenipotenciário de Deus» (S. Cris.); por isso, as honras que prestamos ao sacerdote, é ao próprio Deus que as prestamos (Id.). «Quem vos ouve, disse Jesus, a mim ouve, e quem vos despreza a mim despreza» (S. Lucas XVI, 16). S. Francisco de Assis dizia que, se encontrasse ao mesmo tempo um anjo e um padre, saudaria primeiro o padre e depois o anjo. Contudo os homens grosseiros e ímpios (é preciso ser uma coisa e outra) insultam os sacerdotes com apelidos deprimentes, chamando-lhes corvos e outros nomes injuriosos. Estas injúrias poderiam perseguir-se em juízo, e são punidas pelo código penal de todos os estados civilizados. O ministério sacerdotal é **penoso** porque os sacerdotes têm graves obrigações a cumprir: têm de rezar todos os dias o ofício divino no seu breviário, que leva cerca de uma hora; são obrigados ao celibato durante toda a vida; têm obrigação de ir a qualquer hora, e muitas vezes de noite, visitar os doentes, mesmo que estejam atacados de doenças contagiosas, e ministrar-lhes os *últimos sacramentos*. Muitas vezes, têm de passar horas e horas a ouvir confissões, muitas vezes também têm de estar em jejum muito tempo para dizerem missa tarde. Cumpre-lhes evitar os divertimentos mundanos (ainda mesmo lícitos); devem ser generosos para com os pobres, e edificar a todos com bons exemplos para serem o sal da terra (S. Mat. XV, 13). Além disso, quanto mais o padre estiver animado de zélo pelas almas, tanto mais exposto estará às perseguições e às suspeitas caluniosas, sobretudo na nossa época. O mundo costuma recompensar muito mal o padre animado de espírito apostólico; os mundanos procedem para com o sacerdote como o cão da fábula, mostrando os dentes e mordendo as mãos àquele que procurava tirá-lo da água. — O ministério sacerdotal impõe uma **grande responsabilidade**: se o lobo vem e devora as ovelhas, é ao pastor que se pedirá conta delas. Os sacerdotes um dia hão-de dar conta de todas as almas que lhes foram confiadas (Hebr. XIII, 17), e os que tiverem de dar contas de muitas almas, têm deveres penosos e perigosos (S. Bern.). No dia em que foi ordenado, S. João Crisóstomo

dizia em um sermão: «agora é que eu preciso de muitos milhares de intercessores, para que no dia de juízo não seja lançado nas trevas exteriores».

Já que é tão grande a *dignidade* do ministério sacerdotal, deve-se respeito ao sacerdote em razão do seu carácter, ainda mesmo que a sua vida não corresponda à sua dignidade.

Coisa nenhuma pode fazer perder o carácter sacerdotal, nem mesmo uma vida *desregrada*; por isso devemos sempre respeitar os padres: os próprios *reis pagãos* testemunharam grande veneração aos sacerdotes do Deus vivo⁽¹⁾. — Deus permite que os sacerdotes *tenham algumas fraquezas*, a-fim-de que mais se *compadecam* dos ignorantes e dos pecadores (Hebr. X, 2); permitiu que S. Pedro e S. Paulo dessem tão grandes quedas a-fim-de que êsses Apóstolos exercessem maior misericórdia para com os pecadores (S. Bern.). S. Francisco de Assis dizia dos padres: «Eu não quero ver as faltas que podem manchá-los, prefiro antes reconhecer nêles os representantes de Deus», e Santa Catarina de Sena: «Ainda mesmo que os padres fôssem demónios incarnados, deveríamos todavia respeitar a sua dignidade se não quisermos ofender a Deus». Mas quem atribui a todos os sacerdotes as faltas de *um só* comete uma grande injustiça. Quem será tão insensato que despreze Jesus Cristo e os Apóstolos a pretexto de que Judas fazia parte do colégio apostólico? Que sociedade podeis mostrar-me na terra, composta de pessoas isentas de toda a culpa? (S. Agost.).

Já que o ministério sacerdotal é tão custoso e tem

(1) Quando Alexandre Magno ia contra Jerusalém, o Sumo Sacerdote veio ao seu encontro com todos os outros sacerdotes revestidos das vestes sacerdotais para impear clemência. Alexandre prostrou-se diante d'ele e concedeu-lhe o que pedia. Como um dos generais se admirasse, Alexandre respondeu: Não é a pessoa do homem sacerdote que eu honro, mas sim o verdadeiro Deus de quem êle é o representante. Alexandre contou-lhe que êsse sacerdote tão ricamente vestido lhe aparecera em sonhos antes da campanha e o tinha animado a empreender a viagem; por isso também ao vê-lo tinha ficado aterrado. — O cruel Atila, rei dos Hunos, que ia saquear Roma, decidiu-se a retroceder, a pedido de S. Leão Magno (452). O mesmo se deu com Genserico, rei dos Vândalos (455).

tantas *responsabilidades*, ninguém deve aspirar ao sacerdócio sem ter verdadeira *vocação*.

Ninguém deve ir para padre se não tiver *predilecção* pelo sacerdócio; os que não querem dedicar-se à *salvação das almas*, os que só querem enriquecer, ou só se desejam livrar dos cuidados temporais, e os que passam uma vida *frívola*, não devem pensar em ser padres. Por conseguinte, os pais pecam gravemente quando por vaidade obrigam os filhos a ser padres sem vocação. Quem vai para padre sem ter vocação, sentir-se-á descontente e desgraçado toda a vida; não cumpre os deveres do seu ministério e com isso dá um grande escândalo, ao mesmo tempo que certamente se expõe à *condenação eterna*. Entrar no sacerdócio sem vocação é um sinal de reprovação (S. Cip.). Os padres sem vocação são como os peixes grandes apanhados numa rãde: agitam-se, rasgam-na e facultam assim a fuga aos peixes pequenos (Segneri). Por isso houve grandes santos que se recusaram a receber a dignidade sacerdotal ou episcopal. S. Cipriano escondeu-se quando o quiseram fazer bispo de Cartago. S. Francisco de Assis não passou de diácono e nunca quis ser ordenado presbítero, e muitos outros fizeram o mesmo. Reconheciam-se indignos d'este ministério e só o aceitavam quando se conveniam de que era essa a vontade de Deus. — Deus chama ao sacerdócio quem Ele quere: por isso dizia Jesus aos Apóstolos: «Não fostes vós que me escolhestes, mas sim eu que vos escolhi a vós» (S. João XV, 16).

3. Pela ordenação recebe-se o poder perpétuo, mas não a *autorização* de exercer perpétuamente o ministério sacerdotal. Depois de ter recebido o sacerdócio, os novos padres precisam ainda da *missão eclesiástica* ou *jurisdição*, para poderem exercer o seu ministério sacerdotal num lugar determinado.

A ordem comprehende, primeiro, a transmissão do poder sacerdotal, isto é, a capacidade de ensinar, oferecer o santo sacrifício e dirigir os povos. No Antigo Testamento o poder transmitia-se pela descendência legítima de

Aarão (Ex. XXVIII); no Novo Testamento transmite-se pela descendência espiritual por meio da ordenação. Além do poder inerente ao caráter sacerdotal, o novo padre recebe abundantes *graças de estado*. Pelo sacramento da Ordem, o padre, ainda que exteriormente fique o mesmo que era dantes, é interiormente transformado num homem melhor (S. Greg. Nis.). A Ordem imprime na alma do sacerdote um caráter indelével: por isso o caráter sacerdotal nunca se pode perder, nem mesmo pelos maiores pecados. (O heresiárca boémio Huss ensinava o contrário). Não se dá uma segunda vez o sacramento da Ordem a um padre que, tendo apostatado, regresse ao grémio da Igreja. Todos os actos do poder de ordem que exerce um padre ou um bispo apóstata são válidos (mas não os que demandam jurisdição, como o perdoar pecados; e assim é que só podem perdoar os pecados aos moribundos, e somente no caso em que se não pode chamar outro padre). Por esse motivo é que os padres da igreja grega, separada de Roma desde 1053, não são ordenados de novo quando voltam à Igreja católica, enquanto que os protestantes são ordenados porque nesta seita as ordenações são nulas. — O papa dá aos bispos a missão apostólica ou a jurisdição; o papa ou os bispos dão-na aos padres. Mas nem a autoridade civil nem a sociedade cristã podem dar a missão eclesiástica, porque não têm poderes espirituais, e ninguém pode dar o que não tem. Já nos tempos apostólicos os diáconos não eram nomeados pelo povo, eram os apóstolos que lhes davam a sua missão (Act. VI, 3-6); por isso Timóteo recebeu a consagração episcopal e as suas instruções não do povo mas de S. Paulo (I Tim. IV, 14). Por isso os apóstolos se chamam «servos de Jesus Cristo» (I Cor. IV, 1). Quem, sem a missão episcopal, exercesse o ministério sacerdotal, seria, segundo as palavras de Jesus Cristo, um ladrão e um assassino, porque não teria entrado no aprisco pela porta, mas sim pela janela (S. João X, 1). O padre pode ter a jurisdição no foro íntimo para o confessionário, e deve tê-la do bispo da diocese onde quere ouvir as confissões, ou então a jurisdição ordinária, inerente a um ofício eclesiástico, que dá o direito de exercer todas as funções sacerdotais, tal é a jurisdição do pároco. O catequista ou mestre que dá a instrução religiosa, deve também receber a licença do bispo para ensinar licitamente. A usurpação das funções eclesiásticas é castigada pelo código da maior parte das nações, mas deve sobretudo esperar castigos da parte de Deus. No tempo de Moisés o fogo de-

vorou 250 revoltosos que tiveram a audácia de oferecer incenso no tabernáculo, e a terra abriu-se debaixo dos pés dos seus três chefes, para os engolir (Núm. XVI). O rei Ozias, a-pesar-do aviso do sumo sacerdote, ousou oferecer incenso no templo: foi imediatamente coberto de lepra, de que nunca se curou (II Par. XXVI).

4. Só os varões podem receber o sacerdócio, e devem ter pelo menos vinte e quatro anos (Cân. 975).

O papa dá, quando muito, uma dispensa de quinze meses aos que ainda não fizeram 24 anos. Além da idade exigida, os candidatos ao sacerdócio devem ter as condições necessárias, distinguir-se por uma grande pureza de costumes, gozar duma boa reputação, ser de nascimento legítimo, e isentos de defeitos corporais que possam provocar zombarias. Não pode receber ordens quem tiver sido casado duas vezes, ao passo que quem tenha sido casado uma vez só, pode recebê-las sob certas condições. Mas nem todos podem ser padres (Ef. IV, 11; I Cor. XII, 29); as mulheres não o podem ser porque devem guardar silêncio na igreja (I Cor. XIV, 34). Todavia, todos os fiéis são algumas vezes chamados sacerdotes (I S. Pedro II, 9), porque devem, em honra de Deus, fazer boas obras que são, até um certo ponto, sacrifícios espirituais (Cat. Rom.); são sacerdotes porque se imolam a si mesmos, pela renúncia e pela mortificação (S. Efr.). No mesmo sentido todos os fiéis são chamados reis, porque devem imperar sobre as suas más inclinações.

5. O sacerdócio é precedido de outras seis ordens, quatro menores e duas maiores.

As ordens menores e maiores são como que os degraus duma escada pela qual se ascende ao sacerdócio (Conc. Tr. XXIII, cân. 4). Com tôdas essas ordens preparatórias quere-se fazer compreender bem quão grande é a dignidade do sacerdote. Pela mesma razão deve haver um certo intervalo entre as ordens (cân. 978). A condição prévia das ordens, a porta por assim dizer, é a tonsura, pela qual se é separado dos leigos e recebido no estado eclesiástico ou na clerezia. Para conferir a tonsura, o bispo

corta ao candidato os cabelos em forma de cruz, a fim de simbolizar a renúncia a todas as vaidades do mundo e a inteira consagração ao serviço de Deus: muitos religiosos usam a cabeça rapada em forma de coroa. Os clérigos, nos países católicos, devem trazer sempre a tonsura, ou a chamada coroa, isto é, um círculo raspado no alto da cabeça. Vêm depois as quatro ordens menores que dão o poder de desempenhar certas funções eclesiásticas, por exemplo, ajudar à missa, tocar os sinos, abrir e fechar a igreja, etc. Das três ordens maiores que se seguem, a primeira é a de subdiácono. Esta ordem, que no tempo de Urbano II em 1100 estava no grupo das ordens menores, conta-se entre as maiores desde o concílio de Trento. O subdiácono recebe o poder de se ocupar de tudo o que é preciso para o santo sacrifício da missa, como preparar as vestimentas, os vasos sagrados, as hóstias e ajudar o sacerdote ao altar: é obrigado a rezar o brevíario e a guardar o celibato. Com licença do papa, um simples padre pode conferir a tonsura e as quatro ordens menores; mas só o bispo pode conferir as três ordens maiores.

6. O sacramento da Ordem tem três graus: o subdiaconado, o diaconado e o sacerdócio. Essas três ordens não constituem mais que um só sacramento.

A segunda ordem maior é a de diácono. Os apóstolos confiaram aos diáconos, antes de mais nada, o cuidar dos pobres (Act. VI, 2). O diácono pode pregar, baptizar e dar a sagrada comunhão (1). — Segue-se depois o sacerdócio ordinário, chamado presbiterado, que dá o poder de oferecer o santo sacrifício da missa e de perdoar os pecados; depois a plenitude do sacerdócio, o episcopado, que dá o poder de ordenar sacerdotes, de confirmar e governar a Igreja. O episcopado é conferido por três bispos. — Estas três ordens juntas fazem um só sacramento. O diaconado já faz parte do sacramento da Ordem, pois que, pela imposição das mãos e pela oração, confere uma pequena parte do poder sacerdotal. S. Paulo põe sempre os

(1) Os quatro diáconos mais célebres da Igreja são Santo Estêvão, que foi lapidado pelos judeus (+35), S. Lourenço, que foi queimado sobre uma grêlha (256), S. Vicente e S. Francisco de Assis, o célebre pregador da penitência, o fundador das três Ordens, em cujo corpo Deus imprimiu os estígmas da Paixão de Jesus Cristo (1226).

diáconos ao lado dos bispos e dos presbíteros; os santos Doutores dão-lhes sempre os mais elevados títulos. S. Policarpo chama-lhes «servos de Deus» e o concílio de Trento conta-os na hierarquia eclesiástica de direito divino (Conc. Trid. XXIII, 6). O presbiterado pertence ao sacramento da Ordem, porque confere uma grande parte do poder sacerdotal. O episcopado não é mais que a perfeição do sacramento da Ordem, pois que dá a plenitude do poder sacerdotal. O bispo é, pois, mais do que um simples padre. A diferença essencial entre o padre e o bispo é que só este pode conferir o sacerdócio (S. Jer.). Quando no concílio de Alexandria (319) os Arianos acusaram S. Atanásio, bispo desta cidade, de ter mandado maltratar um padre chamado Isquiras, o concílio afastou essa acusação, declarando que Isquiras não era padre, porque não tinha sido ordenado pelo bispo, mas sim por um simples presbítero.

7. Os fiéis devem pedir a Deus que mande bons padres à sua Igreja.

Jesus diz-nos: «Rogai pois ao Senhor da seara que mande operários para a sua seara» (S. Mat. IX, 38), e com efeito, é pelos padres que a bênção ou desgraça cai sobre os povos. Um sentimento de gratidão deve induzir os cristãos a orar pelos sacerdotes, que fazem ao povo muitos benefícios em ordem ao seu bem temporal e eterno. Quando no Antigo Testamento todos os flagelos não bastavam para tirar o povo dos seus erros, mandou Deus então o mais terrível de todos, o de maus sacerdotes. Pedi pois instantemente ao Senhor que vos mande bons padres (S. Clem. Hofb.); é com esse fim que se jejua nas Quatro Têmportas, e é ao Espírito Santo que devemos dirigir essa oração, porque ao padre que não é inspirado pelo Espírito Santo podem-se aplicar estas palavras do divino Salvador: «Se um cego guia outro cego, ambos caem na covada» (S. Mateus, XV, 14). Os Lazaristas erigiram a confraria do Espírito Santo, com o fim de pedir padres segundo o coração de Deus.

7. O matrimónio

1. Instituição e natureza do matrimónio

O que o alimento é para cada um de nós, é o matrimónio para todo o género humano (S. Agost.). Assim como o alimento contribui para a conservação de cada homem, assim também o matrimónio contribui para a conservação do género humano. Como o *fim principal* do matrimónio, a *educação conveniente dos filhos*, só se pode obter por um laço indissolúvel entre o homem e a mulher, o Criador, na sua sabedoria, criou, desde o princípio, duas criaturas humanas e disse: «O homem deixará seu pai e sua mãe e unir-se-á a sua mulher, e serão dois numa só carne» (S. Mat. XIX, 5; Gén. II, 24).

I. O próprio Deus instituiu o matrimónio já no *paraíso terreal*, tanto para a *conservação* do género humano como para *amparo mútuo* dos esposos.

Deus instituiu o matrimónio **para conservação do género humano**: com efeito, disse a nossos primeiros pais: «*Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra*» (Gén. I, 28). O matrimónio é o viveiro do cristianismo, que enche a terra de cristãos a-fim-de completar o número de eleitos no céu (S. Fr. de S.); um casamento é uma árvore no jardim de Deus, cujos frutos são os filhos virtuosos. Deus também instituiu o matrimónio para **amparo mútuo dos esposos**; com efeito élle disse antes da criação de Eva: «*Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe uma companheira que lhe seja semelhante*» (Gén. II, 18). A mulher, como parte mais fraca, necessita de guia e amparo; e por sua vez o homem, que há-de cuidar do sustento da vida com grandes esforços e chega muitas vezes debilitado e desanimado, necessita dos cuidados e conso-

lações da companheira da sua vida. Para serem felizes, a mulher necessita de um varão protector, e o varão de uma mulher que o conforta (Goethe). O varão distingue-se pela inteligência e pela actividade e procura fora de casa, no mundo, o seu campo de acção: na mulher está mais desenvolvido o sentimento e a inclinação para estar em casa. Por isso diz um poeta: «A morada do homem é o mundo, e o mundo da mulher é o lar doméstico». Os mesmos nomes com que se designam contêm em si as qualidades que os distinguem. O varão (*vir*) tem como próprias a força e a virtude operativa. A mulher (*foemina*) está destinada à criação dos filhos e ao recato do lar doméstico. (A raiz, *fe*, em grego *the*, significa criar aos peitos). Nas línguas germânicas o nome de varão vem de uma raiz que significa entendimento (*mann-mens*), e o da mulher de outra que exprime a ideia de prazer (*Frau, Freude*, alegria). O varão e a mulher completam-se pois mútuamente, e exercem reciprocamente uma influência vantajosa. Deste modo o matrimónio promove a felicidade terrena dos cônjuges conforme uma frase de Schiller: «Onde se juntam a força e a meiguice existe agradável harmonia». O matrimónio tem um terceiro fim: o de **evitar os pecados** de que fala o Apóstolo na sua primeira epístola aos Coríntios VII, 2. Quem condena o matrimónio solta as rédeas à luxúria (S. Bern.). Muitos fazem uma baixa ideia do matrimónio e têm-no sómente como um meio de satisfazer legitimamente as suas *inclinações sensuais*; êsses serão desgraçados e desprezaráo os deveres que o matrimónio impõe. É muito importante que as pessoas casadas tenham em alta estima o fim do seu santo estado.

O matrimónio é pois uma instituição divina e não humana.

Como o matrimónio é de origem divina, a Igreja chama-lhe muitas vezes um estado santo e agradável a Deus, e condenou a doutrina dos Maniqueus, que reprovavam o casamento. Os próprios povos mais selvagens têm o casamento como uma instituição divina, sempre celebraram as suas uniões matrimoniais com cerimónias religiosas; escolhiam para isso um dia de festa, ofereciam sacrifícios, e os seus sacerdotes recitavam orações, etc. Por isso Deus promulgou leis positivas sobre o matrimónio, primeiro por intermédio de Moisés e depois pela boca de Nosso Senhor

Jesus Cristo. — Jesus santificou o casamento assistindo às bodas de Caná, onde começou a pregar a sua doutrina.

2. O matrimónio cristão é um *contrato especial* celebrado na presença do ministro da Igreja, pelo qual dois nubentes cristãos se comprometem a viver perpétuamente vida comum, e ao mesmo tempo recebem de Deus as graças que lhes são necessárias.

O matrimónio cristão não é pois um *contrato ordinário*, é um contrato que *comunica a graça*. Esse contrato é celebrado diante do ministro da Igreja, não para que os nubentes recebam uma *bênção litúrgica*, mas para que sejam unidos pelo próprio Deus, como verdadeiros esposos. É pois o **contrato de casamento** celebrado diante do ministro da Igreja, que Deus elevou à dignidade de **sacramento** (S. Af.). O contrato e o sacramento do Matrimónio não podem ser separados um do outro (Pio IX, 22 de agosto de 1852); onde falta um, falta o outro também (Pio IX, 27 de setembro de 1852). Um contrato de matrimónio que *não foi celebrado na forma prescrita pela Igreja* é *nulo* diante de Deus e de *nenhum valor* (Conc. Tr. XXIV, 1), e um contrato de matrimónio que é inválido, tão pouco se pode tornar sacramento, exactamente como o vinho que não é vinho natural não pode ser mudado no sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo (Galura). Não há matrimónio, quando o matrimónio entre cristãos não é um sacramento (Pio IX, 9 de setembro de 1852). — O casamento é a **Imagem da união de Jesus com a sua Igreja** (Ef. V, 32). Há uma só Igreja que é a Esposa de Jesus Cristo, por isso o homem não pode ter *mais do que uma* mulher; a união de Jesus Cristo e da Igreja foi enriquecida de graças, o mesmo se dá com a união dos esposos; Jesus Cristo e a Igreja são inseparavelmente unidos, a união dos esposos é pois *indissolúvel*; Jesus Cristo é o *chefe* da Igreja, o homem é o chefe da mulher; a Igreja obedece a Jesus Cristo, a mulher deve obediência a seu marido; Jesus Cristo e a Igreja são *animados do mesmo espírito*, por isso o homem e a mulher devem sempre proceder de comum acôrdo; Jesus Cristo não abandona a sua Igreja e a Igreja guarda ao seu Sal-

vador uma inviolável fidelidade, assim também os esposos devem ser fiéis um ao outro.

Já S. Paulo e os mais antigos Doutores chamam ao matrimónio um sacramento.

S. Paulo chama ao matrimónio um grande sacramento porque él é a figura da mística união de Jesus com a Igreja (Ef. V, 32). Se o matrimónio simboliza uma união rica em graças, deve ser él em si mesmo uma fonte de graças, isto é, um sacramento. «O privilégio do matrimónio cristão, diz S. Agostinho, consiste na santidade do sacramento». Se os pagãos reputavam *feliz* o casamento de que nasciam muitos filhos, o cristão liga mais importância à santidade do sacramento (S. Cris.). — «Assim como o sacramento do Baptismo permanece nos que apostataram, assim também o sacramento do Matrimónio permanece nos esposos que se divorciam e se casam com outros» (S. Agost.). Já Tertuliano († 240) menciona como sacramento o matrimónio juntamente com o Baptismo, a Confirmação, a Eucaristia; e segundo muitos Doutores, Jesus Cristo **Instituiu-o nas bodas de Caná**. Todas as antigas seitas, mesmo as que outrora se separaram da Igreja, consideraram o matrimónio como um sacramento; esta crença é, pois, anterior aos scismas mais antigos. Demais, a Igreja declarou expressamente que o matrimónio é um dos sete sacramentos instituídos por Jesus Cristo (Conc. Tr. XXIV, 1).

O chamado casamento civil distingue-se do casamento cristão por não ser sacramento, não devendo por isso o cristão considerá-lo como um casamento real e verdadeiro diante de Deus.

O verdadeiro autor do casamento civil foi Lutero, que concedeu ao Estado o direito de legislar acerca do casamento. O que Lutero deixou incompleto, terminou-o a Revolução francesa, declarando que o casamento era um **contrato civil** que devia ser realizado perante o **empregado do Estado**. O casamento civil é **obrigatório** quando os nubentes são obrigados a contraí-lo para que o seu enlace seja reconhecido pelo Estado (sucede assim em Por-

tugal, na França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Hungria e nos países Danubianos); é **facultativo** quando os nubentes podem livremente escolher o casamento civil ou o canónico (como na Inglaterra e na América do Norte); é **permitido** quando os católicos o não podem contrair, sendo apenas reconhecido para os não católicos (1). — O casamento civil **não é sacramento**, porque não se contrai na forma prescrita por Deus e pela Igreja. O casamento civil obrigatório é apenas uma **formalidade civil**, exigida para que o matrimónio seja reconhecido pelo Estado. Os católicos podem submeter-se a esta exigência, porque sem isso o seu casamento não teria efeitos civis (Bento XIV, 17 de fev. de 1746); mas o casamento canónico deve realizar-se o mais depressa possível, e antes dêle não podem os nubentes viver unidos, porque só depois do casamento religioso é que são verdadeiramente esposos.

O casamento civil é de perniciosas consequências para o Estado; porque arruina a fé, a autoridade e a moralidade.

O casamento civil, diz Leão XIII, é uma instituição nefasta (18 de março de 1895). O Estado que introduz o casamento civil obrigatório, despreza a lei de Deus, pois considera nulo e mero concubinato o casamento religioso prescrito pelo próprio Deus. Que se diria se fôsse legalizado o roubo, proibido por Deus? E procede-se acaso doutro modo, instituindo o casamento civil obrigatório? Esta revolta contra a lei de Deus destrói necessariamente a fé e a autoridade divina; destruindo porém a autoridade divina, destrói também a humana, e prova-o em demasia o que se passa actualmente. O casamento civil arruina também a **moralidade**. Os cônjuges unidos apenas civilmente podem *divorciar-se facilmente* (basta por exemplo uma ofensa grave, uma ausência prolongada, uma leve infidelidade, etc., para o conseguirem) e aos divorciados é permitido contrair *novo casamento*, abrindo-se dêste modo todas as portas a uma desenfreada licença, ao amor livre do socialismo. Assim o provam os numerosos divórcios que acompanham o casamento civil. Em Paris, dois anos depois da introdução do casamento civil, houve cinco mil divórcios; três anos mais tarde estavam separados

(1) Assim era em Portugal, até que a lei da república o tornou obrigatório.

vinte mil esposos (Weiss, 17, 423). E não é de admirar; pois, no casamento civil, a *promessa de fidelidade* não se fêz a Deus.

2. Propriedades do matrimónio

Por disposição expressa de Jesus Cristo o matrimónio cristão é *uno* e *indissolúvel*.

Jesus Cristo elevou o matrimónio ao estado de *perfeição evangélica*, que impõe deveres importantes e obrigações mais estritas do que antes dêle; por isso concedeu-lhe *mais graças*.

1. O matrimónio cristão é *uno*, isto é, só pode ser contraído entre *um homem e uma mulher*.

Deus quis que o matrimónio fosse *uno*, pois criou sómente *um homem e uma mulher*, e Jesus Cristo também afirmou que o matrimónio era *uno no princípio* (S. Mat. XIX, 4). O matrimónio a que falte esta qualidade não pode ser uma comunidade de vida; será necessariamente origem de contínuas *guerras domésticas*. Todavia nos tempos primitivos Deus tolerou a *poligamia* aos patriarcas, porque queria assim prevenir maiores males, mas Jesus Cristo proibiu-a (S. Luc. XVI, 18) e a Igreja manteve enérgicamente esta proibição (Conc. de Tr. XXIII, 2). A poligamia existe ainda entre os Maometanos e os Judeus do Oriente, ao passo que no Ocidente os Judeus têm seguido desde a Idade Média a civilização europeia e abandonado a poligamia. Nalguns povos pagãos, como os Medos (segundo Estrabão) e os antigos Bretões (como refere César), também existiu a poliantria.

2. O matrimónio cristão é *indissolúvel*, isto é, os esposos não podem contrair novo matrimónio enquanto ambos forem vivos.

A indissolubilidade do matrimónio existe 1.º para *proteger a mulher*; seria grande injustiça repudiar a mulher depois de sacrificada a sua juventude e beleza; que poderia ela fazer depois? 2.º para *proteger os filhos*. O fim principal do matrimónio é a *boa educação dos filhos*;

ora não se conseguiria êste fim, a educação dos filhos seria impossível, se os esposos pudessem separar-se livremente. Por isso Jesus Cristo proibiu severamente que se contraísse novo casamento enquanto ambos os cônjuges fôssem vivos (S. Mat. V, 32; S. Marc. X, 11 seg.). Moisés permitira excepcionalmente aos Judeus que repudiassom suas espôsas, por causa da dureza de seus corações e para evitar piores consequências (S. Mat. XIX, 8), mas Jesus Cristo revogou esta permissão, dizendo: **O homem não deve separar o que Deus uniu** (S. Mat. XIX, 4-9). Por isso os *papas* nunca permitiram que um dos esposos legítimos contraísse nova união enquanto o outro vivesse: preferiram que as maiores calamidades sobreviessem à Igreja a consentirem nisso. Henrique VIII de Inglaterra quis separar-se de sua legítima espôsa Catarina de Aragão para casar com Ana Bolena, uma dama da corte. Pediu licença ao papa Clemente VII, que lha recusou, a-pesar dos méritos que o rei adquirira na defesa da fé católica. Mesmo quando o rei, em 1535, começou a perseguir cruelmente os católicos e introduziu na Inglaterra a doutrina de Lutero, o papa ficou inabalável; nem podia proceder doutro modo, porque *não tinha autoridade para abolir o direito divino*. «O matrimónio, diz Santo Agostinho, é um laço de ferro». Pode-se revender uma casa que não agrada, mas não se pode entregar a mulher que se desposou (S. Cris.); deve a alma separar-se do corpo primeiro que o marido da sua companheira (S. Fran. de S.). Portanto, se um dos esposos contraísse novo casamento enquanto vivo o outro, cometaria um adulterio e o segundo matrimónio seria nulo. Todavia os esposos podem separar-se, por um motivo grave, não podendo, porém, contrair outra união enquanto ambos vivos (I Cor. VII, 11). Se um dos esposos violou a fidelidade conjugal, é lícita a separação *por tôda a vida* (S. Mat. V, 32), porque, violando-se um contrato, perde-se o direito que a êle se tinha. Pode haver separação temporária, quando um dos cônjuges tem uma vida dissoluta, maltrata o outro, o ameaça de morte, etc.; esta separação porém deve ser autorizada pelo *juiz eclesiástico*, podendo contudo retomar a vida comum, quando assim o desejarem, sem que para isso tenham de consultar pessoa alguma.

3. As graças do matrimónio

Pelo matrimónio, os esposos cristãos obtêm o aumento da graça santificante e as graças especiais que lhes são necessárias para o cumprimento dos deveres do seu estado (Conc. de Tr. XXIV).

As graças especiais são as seguintes: 1.^a O seu amor mútuo é santificado; 2.^a recebem a força para guardarem inviolavelmente a mútua fidelidade e para sofrerem com paciência as dificuldades do seu estado. Logo que alguém tenha entrado para o estadoconjugal, deixa de ser «livre» e independente, isto é, senhor da sua vontade, do seu tempo, dos seus bens, da sua pessoa, mas torna-se dependente, ligado pela vontade do cônjuge, — fica realmente sob o jugo. «O matrimónio, diz Santo Ambrósio, é um jugo levado por duas pessoas». Que dificuldades nêle se encontram! as doenças, os defeitos do cônjuge, algumas vezes filhos disformes, débeis, de má índole, etc. — Seria uma ilusão imaginar que o matrimónio é uma senda juncada de rosas. Não é sem razão que o vulgo lhe chama a cruz do matrimónio. Assim como através das urzes a gente se embaraga e rasga, igualmente se encontram mil contrariedades no matrimónio (S. Cris.) (1). Por isso é muito necessária aos casados a graça de Deus. — Antes da amputação de um pé, tem-se o cuidado de ligar as veias e as artérias para que o ferido não perca sangue; do mesmo modo o laço do matrimónio dá aos esposos a força e a energia para não sucumbirem perante as numerosas dificuldades do seu estado. 3.^a Recebem enfim a graça necessária para bem educarem os filhos, fazendo deles perfeitos cristãos. «Desgraçados dos esposos que, ao contraírem o matrimónio, só pensam nos prazeres e não na graça e nos mistérios que o sacramento figura e concede» (Greg. XVI).

(1) Casar-se diz-se em latim *nubere* (de *nubes*, nuvem), porque, diziam os romanos, o que se casa fica como que envolvido numa nuvem; ele não sabe se cairá dela uma chuva branda para fertilizar a terra ou se dela sairá saraiva e relâmpagos para a devastar.

4. Impedimentos do matrimónio

Só se pode realizar um casamento se nenhum impedimento a isso se opuser.

Os impedimentos são *dirimentes* e *impedientes*.

1. Os impedimentos **dirimentes**, ou os que tornam nulo o matrimónio, são: a falta de idade, a impotência, o vínculo conjugal, a disparidade de culto, as ordens sacras, os votos solenes, o rapto, o crime, a consangüinidade, a afinidade, a pública honestidade, o parentesco espiritual, o parentesco legal (Cân. 1067-1080).

Falta de idade. Não podem contrair matrimónio os homens antes dos dezasseis anos, e as mulheres antes dos catorze, concluídos. — **Impotência.** É a incapacidade para as relações conjugais. — **O vínculo conjugal.** Contraído validamente um matrimónio, nenhum dos cônjuges pode passar a segundas núpcias durante a vida do outro. A esposa de um indivíduo dado como morto, que desposou outro, deve voltar imediatamente para junto do seu primeiro marido, se este reaparecer um dia. — **Disparidade de culto.** Um católico não pode contrair matrimónio validamente com uma pessoa *não baptizada*, como seria, por exemplo, com uma judia, com uma pagã, ou mesmo com uma protestante, a quem não houvesse sido conferido o baptismo. O papa dispensa dêste impedimento quando há razões absolutamente graves, mas o casamento celebra-se fora da Igreja e sem missa nem bênção. — **Ordens sacras e votos solenes.** Neste impedimento estão incluídos tanto os presbíteros, diáconos e subdiáconos, como os que em religião fizeram votos *solenes*, ou *votos simples*, a que a Santa Sé haja dado a força de anularem o matrimónio. — **Rapto.** Nenhum homem pode casar com a mulher que foi *raptada* violentemente ou *reclusa* por força em vista de a obrigar ao matrimónio. Mas, saindo a mulher do poder do raptor e posta em lugar seguro, o impedimento cessa. — **Crime.** O matrimónio é nulo por *crime*. — 1.º entre aqueles que durante um legítimo matrimónio cometaram adulterio entre si com promessa mútua de matrimónio, ou com matrimónio atentado, ainda que o

fôsse pelo laço civil sómente. — 2.^o entre aquêles que durante um matrimónio legítimo consumaram adultério, tendo um dêles matado depois o outro cônjuge legítimo. — 3.^o entre aquêles que se auxiliaram física ou moralmente para dar a morte ao outro cônjuge, muito embora não tivesse havido adultério entre ambos. — **Consangüinidade.** Em linha recta, isto é, entre ascendentes e descendentes (pai e filha, avô e neta, etc.), o matrimónio é sempre nulo. Na linha colateral (irmãos, tios e sobrinhos, primos, etc.), a consangüinidade dirime o matrimónio até ao terceiro grau (v. g. entre filhos de dois primos co-irmãos). O quarto grau de consangüinidade já não é impedimento para o matrimónio, ao contrário do que sucedia antes do Código Canónico. Como se vê, em direito canónico os graus são tantos, quantas as gerações a partir do tronco comum a ambos os cônjuges. Na verdade os matrimónios entre parentes seriam perigosos para os bons costumes, porque os parentes, sem este impedimento, perderiam o respeito que entre êles deve existir. Além disso os filhos de parentes nascem freqüentes vezes tarados física e moralmente, surdos-mudos, idiotas, disformes, etc. Contudo, havendo causas proporcionadas, a Santa Sé concede dispensa dêste impedimento na linha colateral, exceptuando entre irmão e irmã. — **Afinidade.** É o parentesco que resulta de um matrimónio válido, contraído à face da Igreja. Só existe entre o homem e os consanguíneos da mulher, ou entre esta e os consanguíneos do marido. Dirime o matrimónio em linha recta, sempre, e em linha colateral, até ao segundo grau. Exemplifiquemos: um viúvo não pode unit-se matrimonialmente com a mãe, a filha ou irmã da sua falecida espôsa, nem a viúva com o pai, o filho ou o irmão de seu defunto marido. Todavia os parentes de um cônjuge não são afins dos parentes do outro: assim o irmão do marido pode desposar a irmã da cunhada; podem casar pai e filho com mãe e filha, dois irmãos com duas irmãs, etc... Com justa causa também o Papa dispensa da afinidade, como da consangüinidade. — **Honestidade pública.** Provém de um matrimónio nulo, ou de um concubinato público e notório, qual é o chamado casamento civil. Este impedimento só vigora na linha recta e até ao segundo grau. Portanto um homem não pode casar com a avó, com a mãe, com a filha, ou com a neta da pessoa com quem estivesse unido civilmente, ou concubinariamente, mas poderia casar na linha colateral v. g. com a irmã. — **Parentesco espiritual.** Só anula o matrimónio

entre o baptizado e o baptizante, e entre o baptizado e o padrinho. Já não é proibido o casamento entre compadres.

— **Parentesco legal ou Adopção.** Este impedimento só vigora nos países onde está em uso a adopção e nos mesmos termos em que a lei civil a admite. Em Portugal não existe.

2. Os impedimentos **impedientes** são os que proíbem a celebração de um matrimónio mas não o anulam. E são: o voto simples, a adopção legal (onde o direito civil a admite como impedimento impediente), e a religião mixta.

Voto simples. Entende-se o voto simples de virgindade, de castidade perfeita, de não casar, de receber ordens sacras ou de entrar em religião. — **Religião mixta.** Dá-se entre um católico e um herege ou scismático. Estes matrimónios são proibidos por lei divina pelo perigo de perversão do outro cônjuge e dos filhos que venham a nascer. Mas tomando compromisso a parte não católica de remover êsses perigos e de educar todos os filhos no catolicismo, a Igreja dispensa dêste impedimento por *causas graves*. Porém a experiência prova que os casamentos mixtos são muito nocivos à Igreja. — **Entre católico e apóstata.** O pároco não deve assistir a estes casamentos sem licença do Ordinário e deve fazer quanto possa para os impedir. Para ser considerado apóstata não se exige estar filiado na maçonaria, ou noutra sociedade condenada, nem basta deixar de praticar os deveres que a religião impõe. É apóstata quem deixa de professar a fé católica. — **Entre católico e pecador público.** Em geral o pároco antes de assistir a estes casamentos deve recorrer ao Ordinário, podendo. Estes dois últimos casos não se consideram impedimentos propriamente ditos, visto que o Bispo pode autorizar estes matrimónios sem necessidade de recorrer à Santa Sé. Nos impedimentos estabelecidos por *direito natural*, isto é, pelo próprio Deus, (como entre pai e filha), não pode o Papa dispensar. Em geral só a Santa Sé pode dispensar dos impedimentos matrimoniais que sejam de *direito eclesiástico*. Porém, em *casos urgentes* também se pode recorrer ao Ordinário. E tanto aos Prelados, como aos párocos e confessores, dá o Código de Direito Canónico poderes especiais para o perigo de morte. A taxa módica que se costuma exigir pela concessão da dispensa, é regulada

segundo os haveres dos que a pedem e destina-se a sustentar os encargos da Igreja.

3. Certos impedimentos são **meramente civis**, tais como a menoridade, a profissão militar, a dilação ou prazo legal para as viúvas.

Os menores não podem contrair matrimónio sem consentimento dos pais ou, na falta d'estes, do conselho de família. — Os que estão sujeitos ao serviço militar, para se casarem, precisam de licença da autoridade competente. É temporariamente proibido o matrimónio às viúvas para que a filiação dos filhos que porventura nascerem no primeiro ano se não confunda, e por causa do respeito que devem ao falecido espôso. — Se não estiverem em contradição com a lei divina, as leis *civis* relativas ao matrimónio devem cumprir-se, não por temor do castigo, mas pelo respeito para com Deus (Pio VIII) de quem o poder civil é representante (Rom. XIII, 1).

A autoridade eclesiástica, por motivos razoáveis, costuma dispensar de certos impedimentos do matrimónio; a autoridade civil faz outro tanto na sua esfera.

O poder de dispensar dos impedimentos é reservado ao papa. Fora de casos urgentes e do perigo de morte o bispo não pode dispensar sem autorização pontifícia. Dos impedimentos, porém, que o próprio Deus estabeleceu, como o parentesco entre irmão e irmã, a idade, a violência, nem mesmo o papa pode dispensar. Ele não costuma dispensar para o matrimónio do padrasto com a enteada, ou do sogro com a nora. Raras vezes dispensa do impedimento das ordens maiores. Do voto solene, da disparidade de culto (cristãos e não cristãos), do parentesco espiritual entre o padrinho e o afilhado, do parentesco entre tio e sobrinha ou tia e sobrinho e dos outros impedimentos meramente eclesiásticos, dispensam com mais facilidade, porque «a harmonia que a Igreja quere manter com o poder civil (que os não reconhece) é um motivo legítimo de dispensar» (Rauscher). — Pela concessão da dispensa, exige a autoridade eclesiástica uma taxa que é regulada segundo os haveres dos que a pedem e se destina a sustentar os encargos da Igreja.

Se o matrimónio tiver sido contraído com impedimento dirimente (que o anula), é necessário ou separar os cônjuges e declarar nulo tal matrimónio, ou renová-lo, depois de obtida a respectiva dispensa.

Se a nulidade do matrimónio é conhecida publicamente, deve renovar-se o casamento na igreja, perante o pároco e duas testemunhas; se não fôr pública, renova-se o consentimento em particular. E se apenas um dos esposos conhecer esta nulidade e recear que o outro aproveite esta circunstância para dissolver o matrimónio ou que se perturbe a felicidade da família, o papa pode então dispensar da renovação do consentimento e declarar válido o matrimónio (é o que se chama a validação ou sanação *in radice*). Para se descobrirem mais facilmente os impedimentos, procede-se na paróquia ao exame dos noivos e publicam-se três vezes os banhos na igreja. Os noivos que ocularem voluntariamente um impedimento, principalmente dirimente, cometêrão pecado mortal.

5. Cerimónias do casamento

1. Antes da realização do casamento, devem os nubentes submeter-se às prescrições da Igreja, que regulam os esponsais, a publicação dos banhos e a recepção dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia.

1. **Os esponsais** consistem na promessa que duas pessoas livres, homem e mulher, após madura reflexão, fazem mútuamente, por escrito, de se casarem num tempo determinado.

Os esponsais ou promessa mútua de casamento, e o mesmo diremos da promessa unilateral em que apenas uma das partes se quis obrigar, só valem no foro da consciência se revestirem a forma preceituada pela Igreja (Cân. 1017). Esta forma consiste em que a promessa de casamento seja feita por escrito, assinada por ambas as partes e pelo

pároco ou pelo Ordinário. A assinatura do pároco ou do Ordinário pode ser suprida pela assinatura de duas testemunhas e, quando uma ou ambas as partes não podem assinar, menciona-se esse facto no texto do documento, assinando então mais uma testemunha. As promessas de casamento feitas da outra forma são nulas no foro da consciência, por disposição da Igreja. Contudo muitas vezes pode suceder que alguém seja obrigado em consciência a contrair matrimónio, do qual fêz promessa meramente oral, mas essa obrigação nunca advirá deste prometimento nulo, mas resultará de alguma fraude ou violência que não encontra outro meio de reparação afora o mesmo casamento. Antigamente o contrato esponsalício meramente verbal surtia todos os seus efeitos e era tido em grande honra na Igreja. Era para o casamento o que o *noviciado* é nas ordens religiosas: tempo de prova e de reflexão, e, uma vez feita a promessa, a nenhuma das partes era lícito desligar-se dela sem causa grave. Hoje visto que as promessas de casamento não costumam ser feitas por escrito, bem podemos dizer que os esponsais desapareceram dos costumes. Todavia antes de fazerem tais promessas os jovens devem **reflectir seriamente** no passo que se propõem dar, conforme as palavras do poeta: «Aquêle que se quere ligar para sempre, deve examinar se o seu coração encontra o coração que lhe convém. A loucura é de curta duração e o peso é longo». Este cuidadoso exame é necessário; porque um casamento celebrado é indissolúvel. Os jovens devem, pois, no tempo que precede o seu matrimónio descobrir um ao outro, *sem mentira nem fraude*, todas as circunstâncias cujo conhecimento é necessário ou deseável para poderem consentir no casamento. O que usa de mentira ou de embuste prepara para si desgostos, dissabores e um casamento infeliz. De ordinário, as promessas de casamento fazem-se *particularmente* (um faz a proposta e outro aceita-a), e ambos a renovam diante de *testemunhas*. Muitas vezes estas promessas fazem-se sob determinadas condições, como, «se o pai consentir», etc. Uma promessa inconsiderada de casamento tem sempre penosas consequências. «Os resultados de um casamento realizado levianamente são sempre tristes». Os jovens devem sempre consultar os pais ou amigos sérios. A Sagrada Escritura diz: «Meu filho, nada faças sem pedires conselho para que não tenhas de te arrepender da tua acção» (Ecli. XXXII, 24). Mas deve-se pedir primeiro a Deus, porque é a Senhor que dá uma mulher prudente (Prov.

XIX, 14); é necessária a oração para ser dado um passo tão importante como é um casamento indissolúvel (S. Amb.). Na escolha, não se deve olhar só para o dinheiro, para um nascimento ilustre, etc., mas *em primeiro lugar para a virtude e piedade*, que constituem o melhor dote dos noivos cristãos, porque um homem que não ama a Deus não amará de forma alguma sua espôsa. O que deseja ser feliz no casamento, não procura uma noiva carregada de ouro, mas ornada de virtudes (S. Agost.); olha para a beleza da alma e nobreza dos costumes (S. Cris.). Se os noivos procurarem o que é divino, encontrarão também os bens terrestres, se, porém, não se preocuparem com as coisas divinas, faltar-lhes-ão os bens da terra (Id.). A beleza corpórea pode cativar durante algum tempo, mas o encanto será de curta duração, se o corpo não for habitado por uma alma virtuosa. Quando o amor não tem outra mola, não tarda a extinguir-se (Id.). Contudo não são dignos de censura aquêles que, na escolha de uma espôsa, olham também as vantagens temporais, como a beleza, a fortuna, o nascimento, etc. Estas vantagens não se opõem à santidade do casamento (Cat. Rom. 1). Em-fim o homem deve escolher uma companheira que não lhe seja inferior em educação e instrução geral para que possa interessar-se nos trabalhos e esforços do marido. É aqui que tem aplicação o provérbio: «Cada qual com seu igual». O que *viver virtuosamente*, obterá certamente uma boa espôsa. Será dada uma mulher virtuosa em prémio das suas boas acções (Ecli. XXVI, 3).

2. Os banhos ou proclamações fazem-se na igreja paroquial, durante três domingos ou dias santos consecutivos, à missa conventual ou noutra ocasião de grande concorrência (Cânon 1.024).

Nos banhos deve mencionar-se o nome, profissão, naturalidade e domicílio dos noivos. Publicam-se os banhos para a investigação dos impedimentos que possam existir e para tornar conhecido o projectado matrimónio, para que a freguesia não se escandalize por ver duas pessoas a viverem juntas. Ninguém pode casar-se no mesmo dia em que foram lidos os banhos pela última vez. Se o casamento não se realizar nos seis meses seguintes à publicação dos banhos, é necessária nova publicação. Por um motivo particular, como pela aproximação do

Advento ou da Quaresma, com autorização do bispo, podem-se omitir as proclamações.

3. A Igreja deseja a recepção dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, antes da celebração do matrimónio, porque os noivos devem estar em estado de graça para participarem das graças d'este sacramento.

Os noivos deveriam receber os sacramentos da Penitência e da Eucaristia ao menos nos **três dias antes** do casamento (Conc. Tr. XXIV, 1). É bom fazerem uma *confissão geral*, que produz uma contrição mais profunda e dá maior tranquilidade à consciência. Jesus Cristo que se dignou assistir às bodas de Caná, deve também honrar os noivos com a sua presença para os santificar e para lhes enriquecer com graças e bênçãos a união. Felizes os esposos que preparam no seu coração uma digna morada ao Hóspede celeste! Podem esperar que ficará com êles enquanto durar a sua união e que os cumulará abundantemente com os bens da sua graça. Aquêles, porém, que indignamente recebem os sacramentos, que entram no matrimónio com um pecado mortal na consciência, não só ficarão privados de todas as graças, mas atraírão sobre si a maldição de Deus: estes noivos assemelham-se a soldados que vão sem armas para o combate.

2. Conforme as prescrições da Igreja, o contrato matrimonial, para ser válido, deve realizar-se perante o pároco ou o Ordinário no território da sua jurisdição, ou perante sacerdote por um deles delegado, e na presença de duas testemunhas.

A realização do matrimónio deve pois ser *pública* (as duas testemunhas são os representantes da paróquia) e ao mesmo tempo *eclesiástica* (deve fazer-se perante a Igreja). Já nos primeiros séculos, os matrimónios eram contraídos na presença do bispo. S. Inácio, bispo de Antioquia, disse: «Convém que os noivos só realizem o seu casamento com o conhecimento e permissão do bispo, para

que o contraiam apenas segundo a vontade de Deus». Foi Deus que apresentou Eva a Adão; é, pois, Deus que deve atar o laço sagrado do matrimónio (S. Fr. de S.). O matrimónio é santificado pela bênção do sacerdote (S. Ambr.). — Todo o matrimónio que não fôr contraído **segundo as prescrições da Igreja**, isto é, perante o pároco ou Ordinário ou sacerdote delegado por um dêles no território da sua jurisdição e na presença de duas testemunhas, é **nulo** diante de Deus e considera-se como não feito. O consentimento faz o casamento (cân. 1081). Nenhuma autoridade humana o pode suprir. Mas esse consentimento pode estar *viciado*, quer por *erro sobre a pessoa*, como se Tício julgasse que a pessoa presente era Caia, quando de facto era outra pessoa, quer por *violência* ou *mêdo grave* que dêem causa ao contrato e que provenham de uma causa *extrínseca* e *injusta*. Nesses casos o matrimónio ficaria nulo. E tenha-se em vista que o *mêdo reverencial*, acompanhado de ameaças de deserdamento, de maus tratos etc. pode muitas vezes ser reputado grave, sobretudo com relação à mulher, que de seu natural é mais tímida. Portanto a Igreja proíbe os matrimónios clandestinos, isto é, prescreve que os nubentes compareçam perante o pároco ou o Ordinário, os quais aliás só têm jurisdição para este efeito dentro do seu território. O pároco, o Ordinário ou o sacerdote delegado devem *pedir e receber* o consentimento dos nubentes, não basta que o ouçam. Por conseguinte seria nulo um matrimónio de surpresa em que os nubentes comparecessem perante o sacerdote e significassem o seu consentimento, sem que este lho pedisse. Bastaria a presença das testemunhas, quando circunstâncias graves impedissem a presença do pároco, do Ordinário, ou do sacerdote delegado, quer no caso de perigo de morte, quer no caso de se prever que essas circunstâncias hão-de durar um mês. Mas, nestes dois casos, encontrando-se outro sacerdote, deve chamar-se, embora a sua falta não torne nulo o matrimónio. A Igreja não aplica estas regras aos matrimónios que os não católicos contraem entre si, e que podem ser válidos embora *clandestinos*. Mas o casamento meramente civil dos católicos é, diante de Deus, uma união concubinária.

3. O casamento celebra-se ordinariamente antes do meio dia, na igreja paroquial,acom-

panhado de cerimónias solenes, juntamente com a celebração do santo sacrifício da missa.

O casamento é um acto importante e decisivo para toda a vida; é um «grande sacramento». Convém pois que os nubentes executem com a maior piedade uma acção tão importante e não se apressem a sair da igreja, mas fiquem alguns instantes em acção de graças diante do Santíssimo Sacramento. Já os primeiros cristãos selavam com a oração a aliança do casamento e confirmavam-na com o santo sacrifício (Tert.) e ainda hoje o deseja a Igreja, pois inseriu no missal uma missa especial para os esposos. Quando o matrimónio, por causas justas, tiver de celebrar-se secretamente diante de testemunhas de confiança, deve-se pedir licença ao bispo (Código Canónico 1:105). Em algumas dioceses é necessária licença do bispo para a celebração do matrimónio depois do meio dia. O casamento só excepcionalmente pode celebrar-se no leito do moribundo, para regularizar uma situação pecaminosa e reparar os escândalos. O casamento pode celebrar-se todo o ano, mas as bênçãos solenes, salvo licença especial do Ordinário, não podem ser dadas desde o 1.º domingo do Advento, até ao Natal e desde quarta-feira de Cinzas até à Páscoa, inclusivamente (Cód. Can. 1108). É o chamado tempo clauso.

As cerimónias usadas na celebração do matrimónio simbolizam os deveres dos esposos e também as graças que recebem no sacramento.

Os nubentes aproximam-se do altar (onde reside Jesus Cristo, fonte de todas as graças); a nubente tem na cabeça uma coroa que simboliza a vitória alcançada pela conservação da inocência. Põem-se ambos de joelhos: a nubente à esquerda do nubente, porque o marido é o chefe da família. As testemunhas estão detrás deles. Ambos, com voz clara, respondem ao sacerdote que contraem o matrimónio voluntária e livremente, prometendo em seguida afeição, fidelidade e assistência mútuas. Então, como para confirmarem estas promessas com juramento, juntam as mãos direitas, que o sacerdote envolve na estola, para simbolizar a indissolubilidade da união conjugal e abençoá-los, ratificando o casamento em nome da Igreja. O sacerdote benze também os anéis que os esposos introduzem no de-

do anular da mão esquerda. Os anéis, pela sua forma circular, não tendo princípio nem fim, simbolizam a unidade e indissolubilidade do matrimónio e recordam-lhes, durante a vida, a fidelidade que, junto do altar, juraram um ao outro. O sacerdote recita enfim uma oração pelos recém-casados e celebra a *missa do casamento*. Se os novos esposos são católicos, recebem uma *bênção solene* e a espôsa uma *bênção especial*, que não se dá às viúvas. Nestas bênçãos pede-se para eles a paz, a felicidade, uma longa vida, etc. — A Igreja dá esta bênção para imitar a Deus que, no paraíso terrestre, abençoou Adão e Eva (Gén. I, 28). Na Igreja grega, no fim da cerimónia, dão a beber aos esposos vinho bento que é símbolo da afeição. Este vinho é tanto melhor e mais agradável quanto mais velho for; o amor mútuo dos esposos deve também aumentar com os anos e tornar-se cada vez mais íntimo e santo. Se o vinho se não conserva muito bem fechado, perde o gosto e o aroma, torna-se semelhante à água: do mesmo modo o afecto conjugal se se deixar dominar por influências perversas, arrefecerá e a felicidade doméstica destruir-se-á. Parte-se em seguida o copo por onde beberram o vinho e lançam-se fora os restos (porque o que não guarda a fidelidade conjugal parece-se com um copo partido votado à destruição). Na Igreja grega, os esposos levam velas; o espôso acende a da espôsa. Isto significa que o amor dos cônjuges há-de fundar-se em motivos sobrenaturais. — A cerimónia religiosa é em geral seguida de uma festa de família, o *banquete de bodas*. Não há nisto mal algum, pois o próprio Filho de Deus assistiu a uma reunião semelhante; se, porém, os novos esposos se entregam a divertimentos demasiado livres, se não observam a decência nas palavras, afastam de novo as graças que acabam de receber. Mais valia passarem esse dia tão importante no temor de Deus e na oração, sem se entregarem às alegrias mundanas.

6. Deveres dos esposos

Os casados têm de cumprir os seguintes deveres:

1. A mulher deve respeitar e obedecer a seu marido, porque este é, na família, o representante de Deus.

A superioridade do marido baseia-se no facto de o homem ter sido criado primeiro e a mulher formada dêle: demais, a mulher foi dada ao homem como compa-nheira (I Cor. XI, 9 e sg.). A constituição corpórea revela também o privilégio do homem. O homem é fisicamente mais robusto; tem uma voz mais forte e sonora, criada para o mando, um andar firme e compassado, um olhar tranqüílo. A barba que lhe emmoldura o rosto é um sinal de autoridade que se encontra em todo o reino animal, onde o macho goza de várias prerrogativas: a juba do leão, os galhos do veado, o canto e a magnífica plumagem das aves masculinas, o andar altivo do galo. É apenas a beleza física a que se atribui à mulher; o homem tem a beleza da energia. O homem é, pois, a **cabeça da família**, de que a mulher é, em certo modo, o corpo, e assim como o corpo obedece à cabeça, assim a mulher deve obedecer ao marido (S. Ag.). — O homem é o chefe da mulher como Cristo é o chefe da Igreja; e do mesmo modo que a Igreja obedece a Cristo, também as mulheres devem ser submissas em tudo a seus maridos (Ef. V, 24). É por isso que a mulher deve estar na Igreja de **cabeça coberta**, para mostrar que está sob o domínio do homem, que pelo contrário descobre a cabeça, porque superior a él só está Deus (I Cor. XI, 10). A mulher deve temer o marido (Ef. V, 33), isto é, testemunhar-lhe o conveniente respeito. Foi só depois da queda, que Deus mandou à **mujer que obedecesse** ao marido (Gén. III, 16). Eva foi a primeira a comer do fruto proibido parecendo aspirar à soberania; foi por isso que Deus a submeteu ao homem (S. Ef.). — O marido tem, pois, **direito de mandar a espôsa**, mas deve fazê-lo com bondade, docura e indulgência, lembrando-se que a espôsa é de condição igual à dêle. Deus não criou a mulher da cabeça do homem para que o não domine, nem dos pés dêle para que não seja sua escrava: formou-a de uma costela, próxima do coração, para que fôsse da mesma condição do homem. Por isso Santo Ambrósio diz ao marido: «Tu não és o senhor, mas o espôso; ela não é tua escrava, mas tua espôsa. Deus quer que não lhe faças sentir o teu poder». Em virtude da sua natureza fraca, a mulher tem direito a ser tratada respeitosamente (I S. Pedro III, 7). Assim como a natureza protege, de um modo especial, os membros mais fracos, assim também a mulher, como parte mais fraca, tem todo o direito a um tratamento indulgente. Quando o homem maltrata a mulher, é él que se avulta e não ela;

assemelha-se então a um animal feroz (S. Cris.). Não é, porém, menos afrontoso para a mulher pretender dominar e ter direito de o fazer, exigir a obediência do marido e dizer sempre a última palavra. Neste caso obra contra a vontade do Criador, que fez o marido senhor da mulher. Seria contra a natureza obedecer o marido à mulher; por isso o marido que em tal consenté torna-se o ludibrio da sociedade. Como à mulher não pertence mandar, deve dar às suas exigências a forma de petição ou desejo. O marido, como representante de Deus na família, tem também o dever de **dirigir a família**. Não foi a Maria, mas a José que o anjo apareceu para lhe ordenar que fugisse para o Egipto, porque ao marido compete dirigir a família (S. Vic. Ferr.).

2. A *espôsa* deve esforçar-se por **tornar agradável a vida** ao marido.

Deus criou a mulher para **auxiliar** o marido. Provam-no as palavras que Deus pronunciou quando se propunha criar a mulher: «Não é bom que o homem esteja só, façamos-lhe um auxiliar semelhante a élle» (Gén. II, 18). O fim da mulher é pois ajudar o marido. Quando este regressa a casa cansado do trabalho, talvez de mau humor, ela não deve acolhê-lo com ar carrancudo, mas com aspecto risonho e amigo, deve procurar alegrá-lo e proporcionar-lhe algum recreio. Esforçar-se-á por ser o bálsamo que cura a ferida. É dela que se deve poder dizer com Schiller: «Honrai as mulheres; elas circundam de grinaldas celestes a vida terrestre». É, porém, motivo de grande tristeza, quando pelo contrário o marido pode dizer: «As mulheres apenas servem para encher a vida da terra de abrolhos e espinhos». É uma desgraça quando a mulher se torna a *cruz do marido* (Galura). A mulher não deve ser rochedo onde o homem naufrague, mas deve ser refúgio onde élle descanse após os penosos trabalhos da vida. Oh! quão digno de lástima deve ser um marido que perece no próprio asilo da sua habitação, porque só lhe aumentou o peso do fardo da vida aquela que tinha por dever aliviá-lo! Em muitos casos a mulher é a causa de o marido fugir de casa para a taberna, onde se entrega à bebida e ao jôgo. Feliz, porém, o marido a quem a espôsa trata afectuosamente! Há-de preferir o lar doméstico à taberna e não se deixará arrastar com tanta facilidade. O seu trabalho há-de ser também mais abundantemente abençoado.

«Aquêle que tem em casa a felicidade, diz o poeta, tem-na também e maior fora de casa» (Rückert). Deus dá mais valor a uma mulher perfeita do que às pedras mais preciosas (Prov. XXXI, 10). As pedras preciosas servem para ornato; o seu possuidor faz delas, no tempo da prosperidade, um ornamento de valor; e servem-lhe de recurso na pobreza. Assim uma espôsa virtuosa é já por si mesma uma fonte de riqueza; é uma jóia preciosa cujo valor é inestimável em todas as vicissitudes da vida. Mãos débeis e joelhos fracos, eis a mulher que não torna feliz o marido (Ecli. XXV, 32).

3. O homem e a mulher devem-se mútuamente amor, fidelidade e auxílio, em todas as circunstâncias da vida.

Os maridos devem **amar** as espôsas como Cristo ama a Igreja (Ef. V, 25), como êles amam os seus próprios corpos (Ibid. 28), como se amam a si mesmos (Ibid. 33). Os esposos não devem amar-se sómente com um amor natural, como fazem os entes irracionais, nem sómente com amor humano, como os pagãos. Mas os maridos devem amar as espôsas como Cristo ama a Igreja, e as mulheres devem amar os maridos como a Igreja ama a Cristo (S. Fr. de S.), portanto com um *amor santo*. Contudo o marido não deve amar de tal modo a espôsa que chegue a cair na *idolatria*, pois ela é apenas uma criatura miserável como êle. Se o marido assim ama a espôsa, cria ne-la o espírito da soberba e prepara um flagelo para seu próprio castigo. O amor que deve haver entre marido e mulher, há-de ser de modo que sofram com paciência e perdoem com magnanimidade as mútuas fraquezas. Por conseguinte os esposos devem sofrer mútuamente as suas fraquezas com paciência e indulgência ou fingir ignorá-las generosamente. Sócrates dá neste particular um grande exemplo: tinha uma mulher insuportável, Xantipa, e quando ela o injuriava não se impressionava mais do que com o rodar de um carro. Um dia estava ensinando os discípulos à porta de sua casa, a espôsa começou a injuriá-lo, arremessando-lhe por fim com um balde de água. «Eu bem sabia, disse Sócrates a sorris, que depois do trovão viria a chuva!» E afastou-se. A mulher cristã deve procurar corrigir o marido antes com o silêncio, a resignação e a oração do que censurando e disputando; tal foi o

procedimento de Santa Mónica, mãe de Santo Agostinho, para com seu marido, Patrício: «falava-lhe mais com os seus costumes cristãos do que por meio de palavras» (Santo Agost.). Um santo disse: A bondade da mulher muitas vezes torna bom o homem mau (S. Antonin.). E há um ditado que diz: *As mulheres prudentes sabem, com o silêncio, fazer inclinar a vitória para o seu lado.* Logo que os esposos começam a disputar entre si, destroem a sua própria felicidade e têm já o *inferno na terra*; porque onde a paz não domina, não se encontra prazer nem na comida, nem na bebida, nem no sono; há ausência de consolação e alegria, não obstante tôdas as riquezas que se possuam. — Os esposos têm obrigação de guardar uma **fidelidade mútua e inviolável** (Heb. XIII, 4), isto é, *não devem ter relações culpáveis*; são obrigados até a evitar *tôda a aparência de infidelidade*, portanto tôda a familiaridade suspeita. «É desta familiaridade que nascem os ciúmes, demolidores da felicidade conjugal; a mais extrema pobreza, uma doença incurável, o fogo, a espada são mais toleráveis do que êste mal» (S. Cris.). Os judeus *lapidavam* os esposos que faltavam à fidelidade conjugal, porque colocavam êste crime na categoria de homicídio (Lev. XX, 10), e S. Paulo ameaça-os com a condenação eterna (Ef. V, 5). Quando se casam, os esposos trocam entre si *aneis* em que, diz S. Francisco de Sales, estavam gravados antigamente os selos. Por intermédio do sacerdote, a Igreja benze um anel, que em primeiro lugar dá ao homem como sêlo do Sacramento que lhe fecha o coração para qualquer amor, diferente do de sua *espôsa*, enquanto esta viver. Depois disto, o homem coloca êste anel na mão da espôsa para lhe ensinar também que durante a vida do marido deve ter o coração fechado para todo o amor estranho. — Os esposos nada devem negar um ao outro (I Cor. VII, 1-5); todavia hão-de evitar todo o excesso (Tob. VI, 16) e não ter intenções além das sugeridas pelo arcanjo Rafael ao jovem Tobias (VI, 22); de contrário o demónio apoderar-se-á dêles (Ib. 16). Muitas pessoas casadas perderam-se eternamente, porque, sem motivo algum, se subtraíam ao cumprimento dos deveres conjugais ou transpunham as barreiras postas pela natureza, pela honestidade e pela temperança (S. Jer.). — O **auxílio** mútuo consiste na coabitacção sem nunca se abandonarem sob pretexto de contrariade ou de desgraça, excepto quando viajam ou trabalham noutro lugar; os esposos *devem auxiliar-se na educação dos filhos, socorrer-se na doença, consolar-se um ao*

outro na dor, auxiliar-se no cumprimento dos deveres religiosos, etc. Deus criou Eva para Adão únicamente para que lhe servisse de auxiliar.

4. O marido e a mulher são ambos obrigados a cuidar dos seus filhos e a educá-los cristãmente.

Os filhos, como as riquezas, não são propriedade dos pais: são dons de Deus (Ps. CXVI, 4): são criaturas do Altíssimo, destinadas para uma felicidade sublime; são *filhos do Pai celeste*, que dão o nome de pai a Deus que reside no céu. Por conseguinte os pais, rigorosamente falando, são apenas os servos de Deus que, na educação dos filhos, hão-de regular-se pela vontade divina.

Os cuidados que os pais têm obrigação de dispensar aos filhos são: *evitar tudo o que possa prejudicar-lhes a saúde, alimentá-los e cuidar-lhes do futuro.*

O primeiro dever dos pais é *evitar tudo o que pode prejudicar a saúde dos filhos*, pondo-se, pois, em guarda contra as paixões e os excessos, porque de outro modo podiam facilmente transmitir-lhes os próprios vícios e doenças. O fruto não cai longe da árvore. Os pais, para correm apó os prazeres, *não devem deixar os seus filhos entregues a si mesmos*. Lembrai-vos das inquietações de S. José e da Santíssima Virgem quando perderam o menino Jesus na sua ida a Jerusalém: sob o domínio da mais intensa dor procuraram-no durante três dias (Luc. II, 48). Considerai o cuidado que *as aves do céu têm pelos seus filhos!* A avezinha débil nunca abandona o ninho para que a ninhada não pereça de frio, e apenas nascidos os novos passarinhos, traz-lhes no bico o alimento procurado por toda a parte. Os pais têm obrigação de angariar, com o seu trabalho, **o alimento diário** dos filhos e o que lhes for necessário para a conservação da vida: até as feras alimentam os seus filhos. Infelizmente, muitos pais são bem mais cruéis que a avestruz (Latment. IV, 3), que confia os próprios ovos à areia do deserto e os abandona. Os pais são certamente culpados quando obrigam prematuramente os filhos ainda fracos a um trabalho demasiado penoso. «*Não são os filhos que devem entesourar para os pais, mas os pais para os filhos*» (II Cor. XII, 14). Finalmente os pais

devem cuidar do futuro dos filhos. Vêde como as aves do céu se ocupam dos seus! A que trabalhos se entregam para os ensinar a voar a fim de poderem um dia fazer outro tanto. Com maioria de razão hão-de os homens preparar o futuro dos seus filhos, angariar-lhes e deixar-lhes uma pequena herança: as excessivas despesas dos pais são, pois, um crime para com a família. Devem mandá-los instruir nas escolas e habilitar para o estado ou ofício para que se sintam inclinados: todavia os pais não têm direito de obrigar os filhos a abraçar tal ou tal estado; só podem auxiliá-los com os seus conselhos. Têm obrigação também de lhes inspirar o temor de Deus, o que sobretudo assegurará a felicidade temporal e eterna dos filhos. É com razão que David diz: «Fui jovem e envelheci, e não vi o justo abandonado nem os seus filhos mendigando pão» (Ps. XXXVI, 25). Emfim os pais devem orar pelos filhos para lhes atrair a bênção de Deus. Assim fazia Job todos os dias com o receio de os filhos terem ofendido ao Senhor (Job. I, 5); assim fazia Santa Mónica e sabe-se com que resultado. «Os pais devem falar muitas vezes de Deus, aos filhos, e a Deus dos filhos» (S. Fr. de S.). Finalmente, quando prestes a morrer, os pais não devem deserdar os filhos, ainda que a isso tenham direito. (Mas tirar ao filho indigno a preferência entre os irmãos não só é justo, mas conveniente para o bem de todos). Hão-de lembrar-se que, deserdando-o, não corrigem um filho de maus hábitos; que êles mesmos muitas vezes desobedeceram ao Pai celeste e que todavia não queriam perder a sua parte no paraíso.

Na educação dos filhos, os esposos devem observar as regras seguintes: mandá-los baptizar logo após o nascimento, instruí-los na doutrina cristã, dar-lhes em tudo bom exemplo e tratá-los mais com amor do que com severidade.

«Educar os filhos quere dizer conduzi-los a Jesus Cristo (S. Car. Bor.). Os pais devem mandar baptizar os filhos o mais cedo possível após o nascimento. Os que, sem motivo importante, diferem o baptismo por mais de dez dias cometem pecado mortal (S. Af.). (Veja-se a página 104, n.º 4). Os párocos são obrigados a instruir os fiéis na igreja; e os pais têm a mesma obrigação em casa (S. Agost.). Vós, pais, sois os apóstolos de vossos fi-

lhos; a igreja é a vossa casa (S. Cris.). Os pais que não ensinam aos filhos os princípios da religião expõem-se a condenar-se eternamente (Bento XIV). Eis como devem desempenhar-se dêste encargo: em ocasiões propícias inculcar-lhes-ão as ideias e verdades fundamentais da religião; um Deus que tudo conhece e nos há-de receber no céu, se lhe obedecermos, etc. Nunca devem, porém, assustar os filhos, falando-lhes apenas do inferno e do demônio, porque assim podem inspirar-lhes aversão a Deus; nem dar-lhes falsas ideias religiosas dizendo por exemplo que foi o menino Jesus que lhe trouxe determinados presentes, etc.; os filhos reconhecerão mais tarde que os enganaram e não acreditarião daí por diante coisa alguma (1). Os pais hão-de também fazer conhecer aos filhos a vontade de Deus. Foi assim que Tobias ensinou a seu filho ainda criança quanto devia evitar o pecado (Tob. I, 10) e próximo à morte deu-lhe ainda úteis lições (Tob. IV). Além disto devem reprimir, logo no princípio, as más inclinações dos filhos, criando-os na disciplina e correção do Senhor (Ef. VI, 4). Devem ensiná-los a orar, a fazer primeiro o sinal da cruz, a pronunciar piedosamente o Santo Nome de Jesus, a recitar o Padre-Nosso, a Avé-Maria e o Credo. As orações habituais das crianças devem ser curtas para que não se fatiguem com elas. No exame dos esponsais interrogam-se os nubentes sobre a religião, para se saber se estão suficientemente instruídos nos princípios religiosos. — Os pais devem igualmente dar bom exemplo aos filhos. Os bons exemplos são mais eficazes do que os melhores discursos; os olhos convencem-se com efeito melhor do que os ouvidos, esquece-se o que se ouve, mas lembra sempre o que uma vez se teve diante dos olhos (S. Amb.). Os filhos prestarão sempre muito mais atenção às ações dos pais do que às suas palavras; aquelas têm uma linguagem própria, mais eloquente do que a dos lábios (S. Cip.). As obras dos pais são os livros em que os filhos se instruem (S. Cris.). É por isso que os

(1) Este juízo do autor parece demasiado rigorista e não condiz com a experiência, pois os mais dos que entre nós têm crenças firmíssimas, acreditavam em pequenos que o menino Jesus e os santos Reis lhes traziam presentes, e nesta ingénua credulidade gozavam imensas delícias. As crianças malorzinhas que já têm compreensão, deve-se-lhes fazer ver que os verdadeiros presentes que nos traz o menino Jesus são os dons da sua graça, deixando aquéles ingénuos artifícios para os meninos que não podem compreender ainda o que são estas graças.

pais devem ter muita cautela para não darem escândalo aos filhos. Santo Ambrósio dá a uma mãe o seguinte conselho: «Vigia cuidadosamente para que o teu filho não veja em ti nem em seu pai o que seria pecado se ele o cometesse». Os criados também devem abster-se de praticar ou de dizer o mal diante das crianças. Para se evitar um incêndio, os donos de casa exortam os criados e as criadas a andar cautelosamente quando levam uma luz na mão; com maioria de razão devem avisá-los de que não deixem cair qualquer fáscia de mal no coração inocente da criança, para não incendiar a casa de Deus» (S. Cris.). As crianças consideram efectivamente como permitido o que vêm fazer em sua casa; têm mesmo uma inclinação muito acentuada para imitar tudo o que vêm: o carácter das crianças é como um espelho onde se reflecte tudo o que as rodeia. Os pais devem ter sempre presentes à memória estas palavras de Jesus Cristo: «Se alguém escandalizar algum destes pequeninos que crêem em mim, mais lhe valeria que lhe suspendessem ao pescoço a mó de um moinho e que o precipitassem no fundo do mar» (S. Mat. XVIII, 6). Os pais que por negligência tiverem perdido a alma de seus filhos, hão-de ouvir estas terríveis palavras: «exigirei o seu sangue das vossas mãos» (Ezeq. XXXIII, 8). — Do mesmo modo que as feridas se lavam com vinagre e se curam com azeite, assim também os pais, na educação dos filhos, devem aliar a severidade com o amor (S. Gr. M.). Severidade demasiada é erro. O leão, tão selvagem e tão cruel, aterra os outros animais com os seus rugidos, mas apenas entra na caverna onde estão os filhos, perde a cólera e sossega completamente; o seu exemplo devia fazer corar certos pais (S. Agost.). Os filhos, pois, só raras vezes devem ser castigados e com sossego; o castigo é um remédio, ora um remédio tomado com demasiada freqüência e com excesso, é prejudicial e arruina a saúde do homem (Hunolt). Julgais então fazer dos vossos filhos homens bem educados, injuriando-os e dirigindo-lhes injéctivas? O ourives não se serve continuamente do martelo, mas dá uma bonita forma às joias, apertando levemente o metal ou fazendo-lhe uma ligeira dobra (S. Ans.). Os pais que incessantemente repreendem os filhos, obram com tanta inexperiência como um jardineiro que fecha por todos os lados uma árvore, impedindo-a de desenvolver os ramos (Id.). Mais vale observar as boas inclinações dos meninos e cultivá-las, do que investigar só as más para as castigar. Todavia o

amor dos pais para com os filhos não deve degenerar em fraqueza. Portanto não hão-de deixar impunes todas as faltas, sob pena de se assemelharem aos macacos, que asfixiam os filhos, abraçando-os; porque o excesso de amor dos pais para com os filhos conduz-los à condenação eterna. Aquél que poupa a vara, odeia o filho (Prov. XIII, 24), e o que amimar o filho, tremerá um dia diante dèle (Ecli. XXX, 9). Os pais não devem permitir tudo aos filhos; o que estes lhes pedirem caprichosamente, devem recusar-lho firmemente, mas sem dureza (Fénelon).

A educação cristã dos filhos é o mais importante dever dos pais, porque é do seu cumprimento que depende a felicidade temporal e eterna dos filhos e dos pais.

Os pais devem ligar tal importância à educação dos filhos que nada lhes cause maior tristeza do que terem filhos mal educados nem maior alegria do que terem-nos bem educados (II S. João, 3, 4). A educação cristã dos filhos pertence principalmente à mãe, em cujos joelhos a criança passa quase exclusivamente os primeiros anos da existência. Em razão dos deveres que a sua situação lhe impõe, o pai tem pouco tempo para isso e também menos inclinação e habilidade (Albano Stolz). Na educação o pai e a mãe devem completar-se um ao outro; pela força de vontade e severidade o pai é o representante do poder e da justiça de Deus; pela docura e ternura, a mãe é a imagem da bondade e misericórdia divinas. Em razão da sua dignidade, o pai deve, pois, confirmar o que a mãe ensina aos filhos e obrigar estes a executar as ordens maternas. — **A felicidade futura das crianças depende da educação.** De ordinário as crianças ficam durante a vida o que foram na juventude, como um campo que produz bons ou maus frutos, segundo a cultura que recebeu, como cera mole de que se pode fazer livremente um anjo ou um demónio. É porque as impressões recebidas na juventude nunca se apagam na alma. Os sinais que se gravam na casca das árvores novas não desaparecem, engrossam e alargam-se cada vez mais à proporção que o tronco se desenvolve (S. Cir. Jer.); um vaso novo conserva por muito tempo o aroma do licor que nêle se derramou (S. Canídio). Os hábitos contraídos na juventude pouco se perdem na velhice. O homem não muda facilmente na idade

avançada; pode vergar-se uma árvore nova, mas não um tronco velho; é o ferro quente, e não o frio, que se pode pôr em obra. Só o campo que fôr lavrado na primavera e não o que fôr no estio, produz frutos. A alma da criança é como um regato cristalino que os raios do sol podem iluminar até ao fundo; o pecador de idade madura assemelha-se a um pântano (Alb. Stolz). É fácil dirigir as naturezas juvenis, é, porém, difícil arrancar os vícios que se desenvolveram connosco (Séneca). Os maiores criminosos que se encontram nas prisões são aquêles cuja educação foi desprezada na juventude. Se alguém fôr condenado depois da morte, os pais são de certo cúmplices da sua desgraça. Reflecti, pois, pais cristãos, na responsabilidade que pesa nos vossos ombros! «Infelizmente muitos pais estimam menos os filhos do que o gado; têm mais cuidados pelos seus jumentos e cavalos do que pelos filhos». Os pais que desprezam a educação dos filhos são piores do que assassinos; aquêles matam a alma, ao passo que estes só matam o corpo; no primeiro caso a morte é eterna e podemos escapar a ela, e no segundo a morte é instantânea e todos havemos de morrer um dia (S. Cris.). Muitos pais esforçam-se para deixar *fortuna e propriedades* aos filhos, mas não se inquietam com a sua educação, como um homem que rodeia de magníficos jardins uma casa votada à ruína (Id.). — **A felicidade temporal e eterna dos pais depende também da educação dos filhos.** Muitas vezes Deus castiga severamente na terra os pais que têm *educado mal os filhos*, e em geral os próprios filhos são os instrumentos dêsse castigo. O sumo sacerdote Heli mostrou-se fraco para com os seus dissolutos filhos; Deus predisse-lhe, por intermédio de Samuel, terríveis castigos, que não tardaram a sobrevir-lhe: os dois filhos perceram no mesmo dia em uma batalha e o pai caiu sem vida, da cadeira em que estava sentado, ao receber esta triste notícia (I Reis IV, 18). O rei David não punia as faltas de seu filho Absalão, que muito amava; foi duramente castigado com a revolta do próprio filho contra élé (II Reis, XVII). Os pais que educam mal os filhos não têm a esperar coisa alguma boa depois da morte; serão tratados como os ímpios. «Se alguém não tem cuidado dos seus e principalmente dos da sua casa, renegou a fé e é pior que um infiel» (I Tim. V, 8). Os pais que, pelo contrário, educaram bem os filhos recebem de Deus grandes recompensas, principalmente na eternidade. Da educação dos filhos depende a felicidade da mãe (I Tim. II,

15). O pai de um bom filho não se contristará na hora da morte, nem será confundido diante dos seus inimigos (Ecli. XXX, 5). Ao comparecerem diante de Deus, os bons pais poderão dizer: «Guardai os que me deste e nenhum deles se perdeu» (S. João, XVII, 12). O lavrador não teme o trabalho por causa dos frutos que espera; assim os pais, pensando na recompensa eterna, não devem recuar diante de qualquer sacrifício, necessário para a boa educação dos filhos.

7. Os matrimónios mistos

1. A Igreja nunca aprovou os matrimónios mistos, isto é, os matrimónios entre católicos e não católicos, pelas seguintes razões: 1.^a nestes matrimónios é quase impossível a boa educação dos filhos; 2.^a não pode haver verdadeira tranqüilidade da alma nem verdadeira felicidade; 3.^a o cônjuge católico corre o risco de perder a fé; 4.^a o cônjuge não católico pode, segundo os princípios da sua religião, abandonar em qualquer ocasião o cônjuge católico e contrair novo casamento.

O cônjuge não católico (protestante, velho católico, scismático) não auxiliará o cônjuge católico na educação dos filhos; até lhe porá obstáculos com os seus sarcasmos, desprezos da crença e dos costumes religiosos. Ainda mesmo que nada disto haja, o exemplo da parte não católica causará por si só má impressão aos filhos. — Num matrimónio misto, não há verdadeira felicidade. «Para que o casamento seja perfeito, é necessário que nêle reine a concórdia (S. Amb.), principalmente no mais importante negócio — a religião». Ora é impossível que os esposos se amem sinceramente, se não tiverem os mesmos sentimentos a respeito do que mais interessa a existência. Como é que se pode chamar união ao casamento que não tem unidade em matéria de religião? (S. Amb.). Que penosa impressão não sentem os esposos quando têm de separar-se no caminho para a igreja?! «Antes pois de um

casamento, devem informar-se em primeiro lugar acerca da religião» (Id.). — Nos matrimónios mistos, os direitos das duas partes são desiguais. A parte não católica pode, efectivamente, **divorciar-se e contrair novo casamento**; a parte católica pelo contrário, em caso de divórcio (que não tarda a realizar-se se uma beleza estranha cativa o coração da parte não católica), não pode tornar a casar-se enquanto viver o outro cônjuge. Só no ano de 1840 houve na Prússia três mil divórcios deste género. Que triste situação para um católico assim divorciado! está casado e não tem consorte, que vê passar pelo braço de outro. Só pode passar a vida na solidão, talvez no desprezo do mundo também. Tem por única consolação as censuras que a si mesmo faz sobre a sua leviandade e desobediência de outrora; e como o seu coração deve sangrar de dor quando tem de separar-se de uma parte dos filhos! Vê-se, pois, quanta razão tem a Igreja em procurar impedir que os seus filhos façam tais uniões. Não queirais desposar uma pessoa estranha à vossa fé (S. Ambr.).

2. A Igreja só tolera os matrimónios mistos quando realizados sob as seguintes condições: 1.^a deve haver causas justas e graves para o casamento; 2.^a a parte não católica deve prometer que deixará livre a parte católica na prática da religião; 3.^a os dois cônjuges devem prometer educar todos os filhos na fé católica; 4.^a há-de haver certeza moral do cumprimento destas promessas. Estas promessas devem ordinariamente ser feitas por escrito. Além disto a parte católica fica obrigada em consciência a procurar prudentemente que a parte não católica se converta à verdadeira fé (Cân. 1.061, 1.062).

Esta tolerância ou permissão dos matrimónios mistos não deve ser considerada como uma aprovação, porque,

a-pesar-de tôdas as condições, a Igreja desaprova-os. A Igreja olha tão rigorosamente para a educação católica dos filhos, porque é êste o fim principal do matrimónio; educar os filhos para Deus tal é, com efeito, o fim do matrimónio. O seu fim é menos deixar herdeiros do que criar servos da verdadeira religião (Cat. rom.). É por isso que a parte católica é obrigada a assegurar, primeiro que tudo, a salvação da alma dos filhos. «Ai da mãe que assassina a alma do filho, educando-o no êrro!» Oh! as primeiras chamas de um amor louco serão depressa extintas; a consciência retomará os seus direitos, e então começará uma vida tormentosa que arruinará para sempre a verdadeira felicidade da família. O sofrimento começará com o primeiro filho que deveria trazer à espôsa as doces alegrias de mãe. O filho é subtraído à verdadeira fé para ser educado num espírito inimigo da religião. Que remorsos despedaçam então o coração materno! E cada filho que devia ser para a mãe uma nova bênção de Deus, aumenta a sua falta e torna-se um novo acusador da sua infidelidade (Mons. Korum). A parte não católica pode facilmente dar o consentimento para a educação católica dos filhos, pois que, segundo a sua doutrina, podemos salvarnos em tôdas as religiões, e muito mais na religião católica que, na opinião dos não católicos, contém todos os ensinamentos essenciais de Jesus Cristo. A parte não católica que der êste consentimento não comete, pois, *injustiça alguma* para com os filhos, ao passo que a parte católica cometaria um grande crime se consentisse na educação não católica dêles. — A parte católica deve levar a não católica ao conhecimento da verdade, não empregando, porém, a violência nem as discussões irritantes; a Igreja detesta o proselitismo furioso, que só aumenta o número dos católicos de nome e não o dos seus verdadeiros filhos; ela só deseja conversões absolutamente voluntárias e de convicção. O consorte católico há-de exercer a sua salutar influência, orando e dando bom exemplo; há-de instruir mais com a sua conduta do que falando (I S. Pedro, III, 1). Se o cônjuge católico se mostrar económico, modesto, indulgente, paciente, fiel, etc., o não católico reflectirá e julgará da árvore pelos frutos. Todavia poderá aquèle tentar, em ocasiões oportunas, combater os preconceitos dêste, mas serena e prudentemente, evitando tornar-se importuno bem como toda a palavra que possa ferir-lo nas suas convicções religiosas, porque não é culpado de não ter nascido nem sido edu-

cado na verdadeira fé. Finalmente o consorte católico *deve cumprir sem temor os deveres da sua religião* (a oração, a assistência à santa Missa, freqüência dos sacramentos, etc.), com o que melhor ganhará a estima do seu cônjuge. Um heterodoxo sensato nada tem que objectar contra o uso destes meios (a oração, o exato cumprimento dos próprios deveres, etc.), pois com isto nada perde, antes tem muito a ganhar. Diz-se ordinariamente: «Os católicos e os protestantes são cristãos, estando, pois, de acordo nas coisas principais em matéria de religião e discordando apenas nas acessórias». Isto não é exacto. O que o católico tem como verdade divina, considera-o o protestante como uma instituição humana; por exemplo, o católico vê na santa missa a renovação do sacrifício da cruz, ao passo que o protestante considera-a como idolatria. Não há, pois, unidade de vistas sobre este ponto. Nos primeiros séculos toleravam-se os matrimónios mistos *por zelo* para com a religião católica, porque as espôsas católicas costumavam resolver seus maridos a abraçarem a fé católica; por exemplo, Santa Cecília com Valeriano, Santa Clotilde com Clóvis, rei dos francos. Hoje, porém, mudaram as circunstâncias e costuma suceder o contrário: e ainda que as espôsas católicas não abandonem a sua religião, contudo costumam cair num lamentável indiferentismo: já se não pode contar com os cristãos dos nossos dias.

Não se cumprindo estas quatro condições, a Igreja não abençoa tais matrimónios.

Quando a Igreja, prestadas as cauções de que acabámos de falar, concede dispensa para um matrimónio misto (v. g. de um protestante com uma católica), o consentimento é prestado perante o pároco que faz as interrogações do estilo, mas não se permitem os ritos da Igreja, e, sobretudo, é proibida neste caso a celebração da Missa nupcial (cân. 1.102).

3. Os cristãos católicos que contraem matrimónio perante o ministro de alguma seita protestante ou acatólica cometem pecado mortal, incorrem em excomunhão reservada ao

Ordinário (cân. 2319). O seu casamento fica nulo.

Tais católicos cometem pecado mortal (Greg. XVI, 23 de maio de 1845), porque desobedecendo às prescrições da Igreja dão grande escândalo e renegam a sua fé; separam-se da verdadeira Igreja, para receberem um sacramento na igreja daqueles que têm outra religião. Dão pois preferência a uma igreja estranha em prejuízo da Igreja católica, ou pelo menos colocam esta a par daquela. Por outras palavras, favorecem o êrro; por este crime incorrem êles em **excomunhão** e não podem ser absolvidos, e muito menos receber a comunhão, se não mostrarem um arrependimento sincero e que estão resolvidos a submeter-se às prescrições da Igreja (Pio VI, 13 de julho de 1782). Por vezes se convertem no leito da morte alguns destes. Assim como um vulcão está tranquilo durante anos, e depois começa a lançar vapor e a soltar espantosos ruídos, do mesmo modo acontece a estas pessoas cuja consciência parece adormecida durante anos, mas na hora da morte desperta com todo o seu poder: as chamas do desespere elevam-se de repente como prelúdio do inferno. O que sobretudo os há-de atormentar, é este pensamento: «se realmente a religião católica é a única verdadeira, fora da qual não há salvação, trabalhei eu para a perda da alma de meus filhos. Que destino me está reservado no tribunal de Deus?» (Stolz).

8. O celibato

1. O celibato voluntário é um estado mais perfeito do que o matrimónio; o que não se casa, pode cuidar melhor da *salvação da sua alma* e alcança um grau mais elevado de bem-aventurança celeste.

Só o celibato **voluntário** é meritório aos olhos de Deus; porque há também o celibato involuntário, por exemplo, quando uma donzela não tem dote ou quando a lei proíbe temporariamente o matrimónio em razão do serviço militar ou do magistério. Na Alemanha as professoras não podiam casar-se; por isso tinham de optar entre

o seu lugar e o casamento. É mais perfeito e mais agradável a Deus viver na virgindade ou no celibato do que casar-se (Conc. Tr. XXIV, 10). A virgindade excede o matrimónio como os anjos excedem os homens (S. Cris.), a virgindade goza de tantas vantagens sobre o matrimónio, como o céu sobre a terra, a alma sobre o corpo (S. Isid.); o matrimónio merece os nossos respeitos, merece-os porém mais a virgindade (S. Amb.); as virgens são obras primas da graça de Deus (S. Cip.). Por isso os pagãos tinham em grande respeito as pessoas que viviam puras no celibato; assim procediam os romanos para com as *Vestais*. Uma noiva considera-se tanto mais ditosa quanto mais nobre e rico fôr o seu noivo; devemos, pois, confessar que excede a todas em felicidade aquela que escolher para *espôso* a Jesus Cristo por meio da castidade. Por isso Santa Inês dizia ao filho do prefeito de Roma: «sou já noiva e o meu noivo é mais nobre do que tu! Afasta-te, alimento de vermes!» O celibatário pode **cuidar melhor da salvação da sua alma**; tem mais tempo para pensar nas coisas de Deus; o casado, porém, tem de pensar também em agradar ao seu consorte e assim fica dividido (I Cor. VII, 32, 34). O celibatário alcança um **grau mais elevado de bem-aventurança**. S. João viu no Apocalipse cento e quarenta e quatro mil que estavam diante do trono de Deus e cantavam um *cântico novo* que ninguém mais podia cantar: eram as almas virgens (Apoc. XIV, 1-5). O que seguir o conselho do Senhor terá maior glória (S. Agost.); as virgens pertencem de certo modo à *nobreza do céu* (Lerch.). Dizendo: «aquele que deixar a sua casa, os seus irmãos ou as suas irmãs, o seu pai ou a sua mãe ou a sua *espôsa* ou os seus filhos por causa do meu Nome, receberá cem por um e terá a vida eterna» (S. Mat. XIX, 29), o divino Salvador referia-se aos que renunciarem ao matrimónio por amor de Deus; elas gozarão alegrias cem vezes maiores do que as do matrimónio. Os protestantes erram, por conseguinte, quando afirmam ser o casamento de mais valor e mais perfeito do que a virgindade ou o celibato.

2. Por isso o divino Senhor aconselhou o celibato pela palavra e pelo exemplo.

Jesus Cristo disse que há pessoas que renunciaram ao matrimónio por amor do reino dos céus e acrescenta: «quem

pode compreendê-lo, compreenda-o!» (S. Mat. XIX, 12). S. Paulo diz também: o que casa a sua filha faz bem, mas o que a não casar faz melhor (I Cor. VII, 38); e mais adiante: é mais feliz a viúva se assim ficar (I Cor. VII, 40). O Salvador viveu virgem e os apóstolos foram virgens ou celibatários, separando-se das suas espôsas os casados ao serem chamados ao apostolado. Muitos santos fizeram voto de virgindade a exemplo de Maria, segundo se depreende das palavras que disse ao anjo (S. Luc. I, 34); e os Santos Padres são de opinião que também o fez S. José. Santa Teresa de Jesus, Santa Madalena de Pazzi e Santa Rosa de Lima fizeram êste voto na sua meninice. Muitos santos preferiram antes os tormentos e a morte do que violarem o seu voto de castidade; Santa Inês não quis desposar o filho do prefeito de Roma, que lhe fez sofrer a morte depois de terríveis suplícios († 304). O mesmo aconteceu na Sicília a Santa Águeda († 252) e Santa Luzia († 304). Santo Hilário, bispo de Poitiers e doutor da Igreja († 368), fôra casado antes de ser bispo e tinha uma filha. Durante o exílio que teve de sofrer pela fé, ela, chegada à idade núbil, escreveu a seu pai que desejava casar-se com determinado jovem. O santo respondeu: eu regressarei em breve e levar-te-ei o retrato de outro noivo; compará-los-ás e tomarás então uma decisão. À sua chegada, apresentou-lhe a imagem de Cristo crucificado, aconselhando-lhe que se consagrasse a Jesus Cristo pelo voto de virgindade perpétua. A donzela seguiu o conselho paterno e morreu pouco depois santamente. Exortando-a na sua derradeira hora, o santo bispo dizia-lhe: «Eis o teu espôso que vem convidar-te para o banquete nupcial eterno». Houve até esposos que, a exemplo da Santíssima Virgem e S. José, Santa Cecília e Valeriano, Santa Cunegundes e o imperador S. Henrique, etc., guardaram continência no matrimónio.

C. Os Sacramentais

Jesus Cristo também nos deu certos meios especiais para obtermos **a bênção de Deus**.

Por meio dos sacramentos obtemos em primeiro lugar a graça de Deus para a nossa alma, isto é, a influência do Espírito Santo (graça actual), e o embelezamento da alma pelo mesmo Espírito (graça santificante). Além disto, Deus deu-nos meios particulares para alcançarmos particularmente **a sua bênção**, que consiste na **isenção dos males temporais**, como a doença, a pobreza, a desonra, a desgraça, a tentação, etc., e **no dom dos bens temporais**, como a saúde, uma longa vida, a fortuna, a honra, a felicidade, etc. A maldição de Deus é o contrário da sua bênção e consiste na infelicidade que Deus envia aos homens, quer na vida, quer na morte. Consegue-se a bênção divina: 1.^º começando todas as obras em nome de Deus (ou de Jesus Cristo); 2.^º santificando o domingo; 3.^º honrando os pais; 4.^º dando esmolas; 5.^º assistindo freqüentemente à santa missa; 6.^º, e de um modo particular, fazendo uso dos **sacmentais**.

1. Chamam-se sacramentais as bênçãos e consagrações feitas pela Igreja, bem como os objectos por ela benzidos e consagrados.

A maldição de Deus pesa, desde o pecado original, sobre as criaturas (Rom. VIII, 20) e sobre toda a natureza (Gén. III, 7); Deus deixou na terra os vestígios da sua ira. Estes vestígios são a doença e morte dos homens e das criaturas inferiores; a guerra e os ódios entre os homens e até entre os mesmos animais; as tempestades, os tufões e as inundações; os vendavais, a saraiva e a geada; o calor e o frior excessivos; os animais ferozes e venenosos; os parasitas dos homens e dos animais; os insectos

que assolam as florestas, os campos e os vinhedos; os vermes e as lagartas que roem as flores, os frutos e as árvores; as dores e acidentes da maternidade, etc. A terra é realmente «um vale de lágrimas». Para afastar estes males, Jesus espalhou muitas bênçãos e concedeu aos Apóstolos o poder de *expulsarem os demónios e curarem os doentes* (S. Mat. X, 1; S. Luc. IX, 1). A Igreja usa muitas vezes dêste poder, benzendo e consagrando, por meio dos seus ministros, certos objectos e pedindo ao Senhor que, por êles, expulse os demónios e cure as doenças. Nestes actos litúrgicos, a Igreja serve-se de *sinais sensíveis*, principalmente do sinal da cruz, da água benta e, nas consagrações, muitas vezes do óleo sagrado. Acende-se também uma vela que simboliza a luz do mundo, o divino Salvador. *Incensam-se* por vezes os objectos benzidos e consagrados para significar que estão envolvidos e como que vestidos nas orações da Igreja (simbolizadas pelo incenso) e que devemos servir-nos dêles com devoção. O nome de *sacmentais* vem-lhes da *semelhança* que têm com os sacramentos. Nuns e noutrous usam-se palavras e sinais sensíveis que têm *eficácia sobrenatural* e significam as graças que conferem (a água significaria a purificação; o óleo, a saúde, etc.). Todavia os *sacramentos* têm uma eficácia muito maior do que os *sacmentais*; os primeiros obram por si mesmos e são necessários para a salvação, não assim os segundos. Os *sacmentais* são meios secundários de obter a graça.

Para benzer, o ministro da Igreja implora a bênção de Deus sobre as pessoas e as coisas.

A bênção de Deus é uma coisa diferente da graça de Deus. Esta embeleza a alma, enquanto que a bênção de Deus afasta os males terrestres, como as doenças, as desgraças, as aflições, as tentações, etc., traz-nos os **bens terrestres**, como a saúde, a fortuna, a honra, a felicidade, etc. — A bênção dos objectos refere-se propriamente, em última análise, às pessoas que dêles fazem uso.

Costumam usar-se as seguintes bênçãos de pessoas: a bênção do povo à missa, a dos penitentes pelo confessor, a dos que recebem a comunhão, a dos noivos, a das mulheres de-

pois do parto, a de S. Brás (3 de fevereiro), a dos moribundos e a dos cadáveres.

Na primeira vez que sai à rua, depois do parto, a mulher com o recém-nascido vai à igreja solicitar a bênção de Deus para si e para seu filho. Essa bênção vem-nos do Antigo Testamento: quarenta dias depois do nascimento duma criança (se fôsse um rapaz; oitenta dias depois, se fôsse uma rapariga), a mãe devia apresentar-se no templo com seu filho. Até a Mãe de Deus se submeteu a essa lei. (Festa das Candeias ou Apresentação de Jesus no templo). — A Igreja estabeleceu também a bênção de S. Brás como recordação do santo bispo de Sebastro, na Arménia († 316), que curou uma criança, que tinha uma espinha de peixe atravessada na garganta, colocando em cruz, no pescoço da criança, duas velas acesas, que a mãe tinha oferecido à igreja, e orando pelo doentinho. Ao lançar esta bênção o padre pede a Deus que, por intercessão de S. Brás, preserve os cristãos das doenças da garganta. A bênção dos moribundos costuma recitar-se só em latim para não afligir o enfermo.

Estão em uso as seguintes bênçãos de coisas: a bênção do pão, dos ovos e da carne (na Páscoa); do vinho (festa do Apóstolo S. João Evangelista); dos frutos da terra (Procissão de S. Marcos e das Rogações, e nas preces para mudança de tempo), a dos animais (dia de Santo Antão); enfim as bênçãos das casas (das escolas), dos navios e de outros objectos de que os homens ser servem. O uso destas bênçãos varia conforme as terras: em muitas festas ou romarias benzem-se pães.

Jesus Cristo mostrou-se neste mundo não só como vencedor dos espíritos maus, mas também como senhor de toda a criação e de todas as fôrças da natureza. Já no seu nascimento, uma estréla maravilhosa apareceu no céu; na sua morte, houve um não menos portentoso eclipse do

sol, a despeito de tôdas as leis da natureza; à sua voz as ondas do mar embravecido acalmariam-se, e as águas ofereceram a seus pés um pavimento sólido. A sua oração fez secar a figueira estéril; por sua ordem, o pão multiplicou-se nas mãos dos seus discípulos que o repartiam. Sofrimentos de todos os géneros, a própria morte e a corrupção do túmulo, cederam à sua vontade omnipotente. — Ora, a Igreja faz as vezes de Jesus Cristo; tem pois o direito de pedir que Deus abençoe as fôrças da natureza, e a sua súplica não deixará de ser ouvida.

As bênçãos pertence também o **exorcismo** ou conjuração do demónio, que consiste em ordenar aos espíritos maus, em nome de Jesus Cristo, que saiam das pessoas ou das coisas.

Jesus deu aos Apóstolos o poder de expulsar os espíritos imundos (S. Mat. X, 1; S. Marcos XVI, 17; S. Lucas IX, 1). Os exorcismos usam-se no baptismo e na bênção da água. Hoje está pouco em uso o exorcismo dos possessos ou dos obsessos (os que o demónio priva do uso de alguns dos seus membros); o sacerdote só pode ler êsses exorcismos tendo para isso uma licença especial do seu bispo.

Pela *consagração*, o ministro da Igreja não se limita a benzer certas pessoas ou certas coisas, mas também as santifica ou consagra especialmente para o serviço de Deus.

Estão em uso as seguintes consagrações: para as **pessoas** a consagração dos papas, dos imperadores, reis, abades e religiosas.

A consagração dos sacerdotes e dos bispos é um *sacramento*.

As consagrações usadas para as **coisas** são: a bênção da água⁽¹⁾ (ordinariamente faz-se nos do-

(1) O autor abrange na epígrafe de consagração todos os actos litúrgicos que dedicam um objecto ou uma pessoa ao culto divino, mesmo quando no sentido estrito da palavra não sejam consagrações.

mingos, antes da missa cantada), das pias baptismais (no sábado de aleluia e no sábado véspera de Pentecostes), das velas (na festa da Purificação, e a do círio pascal no sábado santo), das cinzas (quartas-feiras de cinzas), dos ramos (domingo de Ramos), a consagração dos santos óleos (na quinta-feira santa, na catedral), dos cálices, a bênção dos paramentos sacerdotais, dos crucifixos, imagens, rosários, medalhas, bandeiras e estandartes, enfim, a bênção e consagração dos lugares destinados ao culto, isto é, das igrejas, capelas, altares e cemitérios.

Numa palavra, a Igreja consagra tudo o que serve ao culto divino.

2. Jesus Cristo recomendou o uso dos sacramentais; mas foi a Igreja quem os instituiu.

Jesus abençoou o pão e os peixes (S. Mat. XIV, 19), as crianças (S. Marcos X, 16) e os seus discípulos, quando subiu ao céu (S. Lucas XXIV, 50). — Já antes da vinha de Jesus Cristo se usavam as bênçãos; o próprio Deus abençoou nossos primeiros pais (Gén. I, 26), Isaac abençoou Jacob (*Ibid.* XXVII, 27), Jacob, antes de morrer, abençoou seus doze filhos (*ibid.* XLIX, 28), Moisés, antes de morrer, abençoou o povo de Israel (Deut. XXXIII). Aarão, e depois dêle os sacerdotes judeus, tinham obrigação de abençoar o povo no adro do templo, de manhã e à tarde: estendiam as mãos sobre o povo invocando três vezes o nome de Jeová (Lev. IX, 22; Núm. VI, 23).

Ordinariamente, é o sacerdote quem benze e consagra.

Muitas bênçãos e consagrações são reservadas aos bispos ou aos sacerdotes para isso expressamente autorizados, por exemplo, a consagração ou bênção das igrejas, dos altares, dos cemitérios, cálices, sinos, etc. Os leigos também podem abençoar, mas não em nome da Igreja. A sua bênção tem tanta mais virtude, quanto mais intimamente êles estiverem unidos com Deus. Os pais aben-

çoam muitas vezes os filhos, por exemplo, antes de uma viagem, antes do casamento, à hora da morte. Há também o costume de fazer o sinal da cruz sobre o pão antes de o partirem; esta bênção é uma espécie de oração para pedir a Deus que o alimento que vamos tomar nos seja proveitoso.

3. O uso dos objectos benzidos ou consagrados purifica-nos dos pecados *veniais* e preserva-nos de muitas *tentações* e *males corporais*, mas não das tentações e males corporais que contribuem para a salvação da nossa alma.

O pecado *venial* arrasta consigo *penas temporais* que ordinariamente nos atingem na terra, por exemplo, sofrimentos corporais, tentações, etc. Ora, os sacramentais purificam-nos dos pecados veniais, e por conseguinte das consequências funestas desses pecados. — Os santos atestam, por experiência própria, que os sacramentais preservam das *tentações*: Santa Teresa não se cansa de encarregar a eficácia da água benta contra o demónio; e a bênção de S. Brás, por exemplo, prova que os sacramentais nos preservam dos *males corporais*; além disso, já também os apóstolos ungiram e curaram muitos enfermos com óleo bento (S. Marcos VI, 13). Os sacramentais são em certo modo *remédios*. O soldado que vai para a guerra levando consigo um crucifixo, uma medalha ou uma imagem benzida e que com confiança espera que Deus o preserve, não só não é culpado de superstição, mas cumpre um acto de piedade; o mesmo acontece com o enfermo que toma muitas vezes a água benta ou faz o sinal da cruz sobre os seus membros doentes, esperando que com isso será curado mais depressa. Oh! quão numerosos são os que por este meio obtiveram o socorro do céu! Mas, caso a doença seja útil para a *salvação da alma*, nenhum dos sacramentais a fará desaparecer porque então seriam obstáculos para a salvação. — Por certo que os sacramentais não aliviariam os sofrimentos do filho pródigo, nem a doença de S. Inácio de Loiola antes da sua conversão. Além disso, não devemos esperar dos sacramentais maior virtude do que a que êles têm pelas orações da Igreja, porque doutra sorte haveria pecado de *superstição*: por exemplo se acreditássemos que trazendo connosco

um objecto benzido, teríamos preservativo seguro contra os incêndios, ou que caindo à água nos não afogaríamos, ou que tendo em nossa casa um ramo bento, ou acendendo uma vela benta no dia da Purificação de Nossa Senhora quando estiver a trovejar, os raios não nos atingiriam. Os sacramentais não têm efeitos infalíveis para as coisas temporais, assim como também os não têm as orações. Os sacramentais não têm a mesma eficácia que os sacramentos. Os sacramentos comunicam-nos a graça do Espírito Santo; os sacramentais não fazem mais que dispor a alma para a receber mais facilmente. Os sacramentos produzem a santificação interior, os sacramentais a santificação exterior. — É a *oração da Igreja* que dá aos sacramentais toda a sua *virtude*: o padre benze ou consagra sempre *em nome da Igreja*. Mas esta oração da Igreja tem uma grande eficácia porque está unida à oração de Jesus Cristo e de todos os santos. Devemos, pois, ter uma grande estima pelas bênçãos da Igreja!

4. Os sacramentais são sobretudo úteis quando estamos isentos de *pecado mortal*, e quando deles fizermos uso com *confiança*.

A eficácia dos sacramentais depende muito da *dignidade* e da devoção de quem os emprega: quem vive em *pecado mortal* não tirará muito proveito dos objectos benzidos, da água benta, ou da bênção do sacerdote. Todos êsses sacramentais não lhe serão mais úteis do que o foi a Arca da Aliança durante a guerra aos Judeus que tinham caído em pecado mortal (I Reis IV). Quem não tem *fé*, quem não tem *confiança* nos sacramentais, obterá tão pouco socorro como quem ora duvidando e hesitando (S. Tiago I, 6); elêys operam como a oração. O próprio Jesus Cristo operou menos milagres nos lugares em que havia menos fé, por exemplo em Nazaré (S. Mat. XIII, 58), e as suas palavras: «A tua *fé* te curou» (S. Marcos, V, 34), indicam que primeiro que tudo élle queria recompensar esta virtude divina. Os cristãos piedosos têm o hábito de *venerar os sacramentais e de a elêys recorrer com freqüência*: — por exemplo, tomam muitas vezes a água benta, trazem consigo objectos benzidos, têm em suas casas imagens bentas,oram de preferência em lugares consagrados, onde a oração é mais eficaz. «Só a visita duma igreja pode alcançar a graça da conversão e livrar-nos das

tentações do demónio» (S. T. de Aq.). Devemos fazer uso dos sacramentais sobretudo nas **tentações difíceis e nas doenças**. «Quando estais doente, porque é que só procurais remédio em casa do médico e não ao pé de Jesus Cristo, como se ele não fôsse também o médico do vosso corpo?» (S. Efrém).

D. A Oração

1. Natureza da oração

1. A oração é uma elevação da alma para Deus.

Quando nós *conversamos* com alguém, pensamos só nessa pessoa e esquecemo-nos de tudo o mais. Devemos também fazer assim quando falamos com Deus, isto é, quando oramos. Na *oração* devemos dirigir para Deus todas as potências do nosso espírito; a *inteligência*: pensando nélle; a *memória*: esquecendo todas as coisas terrestres; o *coração*: regozijando-nos por conversarmos com Ele. Por isso, só o simples facto de pensarmos em Deus (sem levantar para Ele o coração com o afecto) não é uma oração: os demónios também pensam em Deus e contudo nãooram. — Símbolos da oração: a *Ascensão* de Jesus Cristo ao céu; as *nuvens* de incenso que sobem para o alto; a *cotovia* que canta elevando-se nos ares, etc. Em muitos santos (S. Afonso de Ligório, S. Catarina de Sena, por exemplo), via-se exteriormente o que se passava nas suas almas: os seus corpos elevavam-se da terra durante a oração e eram rodeados de luz. «Para o homem, a mais alta dignidade e a maior honra é poder falar e conversar familiarmente com Deus, seu Criador» (S. Cris.). Não podemos admirar bastante a *misericordiosa condescendência* de Deus que nos permite, e até nos ordena, que lhe falemos (Idem).

Ordinariamente, a oração é acompanhada de certos **sinais exteriores**: por exemplo, pomos-nos de joelhos, juntamos as mãos, batemos no peito, etc.

Orando de joelhos, reconhecemos que diante de Deus somos pequenos; juntando as mãos, confessamos que pre-

cisamos de socorro, que estamos sem recursos, como que encadeados, culpados (S. Cip.); batendo no peito, declaramos que somos pecadores e que merecemos castigos. Algumas vezes, quando oramos, prostramo-nos por terra para reconhecer que diante de Deus não somos mais do que pó; assim fez Judit, antes de entrar no campo dos inimigos (Jud. X, 1), e Jesus Cristo assim procedeu no jardim das Oliveiras (S. Mat. XXVI, 39); assim fazem os padres, além doutras vezes, na sexta-feira e sábado santos, em que se prostram nos degraus do altar. Nas orações fervorosas, elevam algumas pessoas as mãos ou estendem os braços em cruz, significando do primeiro modo o ardente amor de Deus e do segundo a nossa união com a oração de Jesus Cristo estendido na cruz. Assim orou Moisés durante a batalha dos Israelitas contra os Amalecitas (Ex. XVII, 12); Salomão na dedicação do templo (II Par. VI, 12); assim ora o padre na missa. A tradição diz que Jesus Cristo orava assim quando passava as noites nas montanhas (Cat. Rom.). Podemos também orar voltando o rosto para o templo, como fazia David (Ps. V, 8, e Daniel VI, 10). Sem dúvida, Deus não precisa desses sinais para conhecer o interior das almas, mas com isso o homem anima-se a si mesmo, e anima os outros a orarem com maior devoção (S. Ag.). Esses sinais não são sempre necessários (e por vezes não são convenientes) na oração: podemos omíti-los por um motivo razoável, por exemplo, por causa da fadiga, da doença, ou quando oramos no meio dum trabalho qualquer (1). Podemos pois orar e passear ao mesmo tempo, como fazem os peregrinos, ou quem vai no caminho quando dão as Ave-Marias (ainda que em alguns países há o piedoso costume de parar ao ouvir o toque de Trindades e rezar ostensivamente estas orações).

2. Podemos orar ou só mentalmente, ou ao mesmo tempo mental e oralmente.

Cristo elevou os olhos antes da Ceia e inclinou a cabeça, dando graças a seu Pai celestial, e ao mesmo tempo orava em espírito; assim podemos nós também orar mui-

(1) Santo Inácio de Loiola aconselha que se omitam tôdas estas demonstrações exteriores quando oramos diante doutras pessoas, excepto quando o pedirem as rubricas do culto público.

tas vezes sem precisar de articular palavras: por exemplo, orar enquanto estamos a trabalhar ou quando vamos a andar, sem que ninguém o saiba. É a oração mental; pois orar é levantar o coração a Deus e pedir-lhe graças, o que se pode fazer sem palavras exteriores. A oração **vocal** (que fazemos com os lábios) é necessária e útil, porque o homem compõe-se de alma e corpo, e ambos devem prestar homenagem a Deus (Os. XIV, 3). Além disso é natural que o homem manifeste externamente os seus sentimentos interiores (S. Mat. XII, 34); sem a oração vocal, a religião cristã não teria laços alguns sociais, e cairia em ruínas. A oração vocal excita os sentimentos do coração e por conseguinte aumenta a devoção, e deserta-a também no próximo; feita em comum, a oração vocal torna Deus mais propício às nossas súplicas (S. Mat. XVIII, 19).

A oração de quem ora só com os lábios não tem valor algum.

Por isso Jesus se queixava dos Fariseus: «Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim» (S. Mat. XV, 8). Muitos invocam a Deus com a voz do corpo e não com a voz do espírito (S. Ag.). A oração é como uma corda que se tem de puxar para que o sino toque lá em cima aos ouvidos de Deus; o que puxa a corda tão frouxamente, que não faz tocar o sino, nada consegue. As *cerimónias* que acompanham a oração também não têm valor, se as nossas disposições interiores não correspondem aos nossos actos exteriores. Quem, sem nenhum sentimento interior, se põe de joelhos, bate no peito, etc. é um hipócrita (ou distraído). Deve-se adorar a Deus em espírito (S. João III, 24). Quem ora sem pensar no que está a fazer, é semelhante aos moínhos de orações dos índios.

A expressão mais enérgica da oração vocal é o canto.

O canto religioso é uma excelente forma de oração: eleva poderosamente o espírito para Deus, e S. Paulo recomenda-o vivamente (Col. III, 16). O canto religioso foi especialmente cultivado por David (+ 1015 antes de Jesus

Cristo), por Santo Ambrósio, bispo de Milão († 397) e por S. Gregório Magno († 604) (1).

Na oração vocal podemos-nos servir das fórmulas usuais ou falar a Deus segundo a nossa própria inspiração.

As fórmulas ordinárias são, por exemplo, a Oração dominical (*Padre-Nosso*) e a saudação Angélica (*Avé-Maria*). **Nos livros de orações** encontram-se fórmulas para todas as ocasiões da vida; mas não devemos comprar senão os que são aprovados pela autoridade eclesiástica, porque se encontram à venda alguns que são compostos por inimigos da Igreja para destruir a religião. É preciso ter cautela sobretudo quando se compram a vendedores ambulantes ou em lugares de peregrinações. Mas a piedade não consiste em nos prendermos servilmente a fórmulas, devemos alternativamente falar a Deus com toda a liberdade; Deus gosta muito que nos entretenhamos familiarmente com Ele, como um filho com seu pai. Assim oraram os três jovens na fornalha de Babilónia e assim também orou Jesus no jardim das Oliveiras, rezando segundo a necessidade do momento (S. Mat. XXVI, 39). Não precisamos servir-nos de palavras estudadas: falaremos a Deus com toda a familiaridade e confiança; a linguagem simples sempre foi a linguagem do coração. Deus não olha às palavras, ou à elegância da linguagem, mas sim ao coração. «Os homens julgam o coração segundo as palavras, mas Deus pesa as palavras segundo o coração» (S. Gregório Magno). — Também não é preciso dizer muitas palavras (S. Mat. VI, 7); Deus não conta o tempo mas sim o fervor da oração. A curta oração do bom ladrão não foi abundantemente compensada?

Podemos orar sós ou com outras pessoas.

Jesus recomendou estes dois modos de orar, tanto a oração em particular (S. Mat. VI, 5) como a oração em comum (*Ibid. XVIII, 19*).

3. Podemos orar com intenção de louvar

(1) Sobre o canto chão (canto da igreja), ver pág. 78 desta III parte.

a Deus, de o aplacar, de lhe pedir, ou de lhe dar graças.

Louvamos a Deus por causa das suas *infinitas perfeições*. Quando viajamos em países estrangeiros, falamos com *admiração e louvor* da beleza das suas paisagens; ora pois, que é a beleza do mundo visível em comparação com a magnificência de Deus? Ah! como nos sentiríamos transportados de alegria, com que aclamações não saúdaríamos as grandezas de Deus, se pudéssemos contemplar a sua beleza infinita! Por isso os Anjos que contemplam sem véu a sua majestade infinita, louvam-no e bemdizem-no, cantando: «Santo, santo, santo» (Is. VI, 3), como cantaram nos campos de Belém os louvores do Salvador recém-nascido (S. Lucas, II, 14). Como os anjos vêem a Deus «face a face» e estão repletos de admiração, a sua oração torna-se um *canto de Louvores*. Cantar louvores a Deus, tal é a ocupação dos habitantes do céu (Apoc. IV); e nós mesmos sobre a terra, reconhecendo a majestade de Deus pela criação e pela revelação, somos levados a louvá-lo a miúdo. A Igreja louva a Deus sem interrupção. O Glória e o Sanctus na missa, o Te-Deum nas grandes solenidades, o Gloria Patri em honra da S.S. Trindade, a saudação cristã, contêm todos louvores a Deus. Glorificando a Deus, começamos neste mundo a ocupação dos habitantes do céu, que louvam a Deus eternamente (Tert.). A oração dos três jovens na fornalha da Babilónia⁽¹⁾ (Dan. III), o Magnificat da Santíssima Virgem eram cânticos de louvores (S. Luc. 1). — Deus quiere que lhe **peçamos** tudo o que nos é necessário; sem a oração *não costuma dar-nos coisa alguma* (S. Tiag. IV, 2). Quem nada pede nada alcança (S. Teresa). Deus não só quiere que lhe peçamos com instância, mas quiere também que lhe peçamos de tal modo que lhe façamos violência a Ele próprio (S. Greg.). Deus procede como os Lacedemónios que punham o pão em cima dum poste elevado a-fim-de que, esforçando-se por atingi-lo com as suas flechas, os filhos atormentados pela fome merecessem o alimento. Não há dúvida de que Deus conhece todas as nossas necessidades (S. Mat. VI, 32) e podia ajudar-nos sem que lho pedíssemos; mas quiere que o imploremos, a-fim-de que tenhamos êsses dons não como qualquer coisa que êle

(1) O sacerdote recita êsse cântico depois da santa missa.

nos deve, mas como *benefícios* feitos a nós e reconheçamos tanto mais a nossa *dependência* para com él; quere pois tornar-nos *humildes e reconhecidos*. Temos alguns exemplos de petições, como na oração de *Jesus no jardim das Oliveiras* e sobre a cruz; na de Santo Estêvão moribundo, dos Apóstolos na tempestade, dos cristãos pedindo por S. Pedro encarcerado, de Santa Mónica, etc. A súplica torna-se uma *oração propiciatória*, quando pedimos a Deus o *perdão dos nossos pecados*. David e os Nínivitas fizeram uma oração propiciatória (ou de penitência): pertencem a este número os salmos penitenciais de David e nomeadamente o *Miserere*, que começa por estas palavras: «Tende piedade de mim, ó meu Deus, segundo a vossa grande misericórdia» (Ps. L) e que se canta, por exemplo, nos enterros.—Deus quere que lhe *lhe démos graças* por cada um dos seus benefícios (I Tess. V, 18), como vemos pelas palavras de Jesus ao leproso que havia curado (S. Luc. XVII). O reconhecimento é o melhor meio de obter novos benefícios de Deus. A oração de Noé ao sair da arca foi uma oração de acção de graças (Gén. VIII). Deus subtrai muitas vezes os seus benefícios àqueles que não sabem apreciá-los e nunca lhos agradecem; envia-lhes muitas vezes a miséria, a fome, as más colheitas, o granizo, etc. (1).

2. Utilidade e necessidade da oração

1. Pela oração podemos alcançar de Deus todos os bens; mas Deus nem sempre atende imediatamente a nossa oração.

Jesus fêz-nos esta promessa: «Tudo o que pedirdes a Deus com confiança, pela oração, recebê-lo-eis» (S. Mat. XXI, 22); e mais ainda: «Pedi e vos será dado» (Ibid. VII, 7). Pela oração, torna-se o homem em certo modo todo poderoso (S. Cris.); ela é a chave de todos os tesouros da bondade divina (S. Ag.). Com o dinheiro obtém-se dos homens tudo o que se quere, com a oração obtém-se tudo de Deus. Aquelle pois que se achar em necessidade deve implorar o socorro de Deus; se o não faz, não tem que queixar-se da sua miséria, mas sim do seu descuido e da sua insensatez; merece que se indignem

(1) Ver, sobre o reconhecimento. II parte, pág. 326.

contra ele como contra um mendigo que, tremendo de frio e morrendo de fome, recusa ir procurar um rico que prometeu socorrê-lo. Invoca a Deus nos perigos e ele vos ajudará em vossas aflições. Assim fizeram os Apóstolos no meio da tempestade, e Jesus socorreu-os. Deus nem sempre atende imediatamente a nossa oração; é preciso bater muitas vezes à porta deste grande Senhor, antes de ela se abrir (S. Ag.). S. Mónica pediu durante dezoito anos a conversão de seu filho. Deus deixa-nos pedir durante muito tempo, para ver se o nosso pedido é sincero, e afirmar que temos em maior estima as graças recebidas (Idem). Quem deixa de orar por ver que não lhe dão logo o que pede, mostra que liga pouca importância ao seu pedido; se pelo contrário queremos sinceramente ser ouvidos, pediremos com tanto mais fervor, quanto para mais tarde Deus guardar o dar-nos o que lhe pedimos. Tal foi a conduta do cego de Jericó: Quanto menos atenção Jesus parecia dar às suas palavras, mais ele gritava: «Jesus, filho de David, tende piedade de mim» (S. Luc. XVIII, 35). Houve um santo que dizia falando com Deus: «Senhor, vós demorais os vossos benefícios, para nos ensinardes a fazer oração» (S. Ans.). Outras vezes Deus não nos ouve imediatamente, porque sabe que o que lhe pedimos nos seria, nessa ocasião, mais prejudicial do que útil.

Deus ouve mais depressa a nossa oração, quando a ela juntamos o jejum e a esmola, quando fazemos votos ou promessas ou quando invocamos a intercessão dos santos; a oração também é ouvida mais depressa quando muitas pessoas a fazem juntamente; a oração do justo é também acolhida mais favoravelmente.

O jejum e a esmola são as duas asas da oração (S. Ag.). Temos um exemplo na oração do centurião gentio Cornélio (Act. X). O exemplo de cidades e nações que foram libertadas dum flagelo por causa dum voto junto com as orações públicas são numerosos⁽¹⁾. — Quando oramos diante das imagens dos Santos ou junto dos seus tú-

(1) Marselha, que no século XVIII foi livre da peste após um voto ao Sagrado Coração de Jesus, Oberamergau, etc.

mulos ou relíquias, Deus ouve mais depressa as nossas orações. «Sem dúvida Deus está em toda a parte, mas não houve em toda a parte do mesmo modo as nossas orações» (S. Ag.). Nas águas medicinais obtém-se com mais freqüência a saúde. Deus também ouve mais depressa as nossas orações quando feitas em comum. Jesus Cristo disse: «Se dois de vós se unirem entre si sobre a terra, seja qual for a coisa que êles pedirem, meu Pai que está nos céus lha fará» (S. Mat. XVIII, 19). Quando os cristãos se juntam para orar, são como um exército poderoso que obriga Deus a ouvi-lo (Tert.). A madeira também arde mais depressa quando estão muitas achasumas ao pé das outras; podemos nesse caso juntar-lhes também lenha; uma chama ateia a outra (1). Qual não foi o poder da oração comum dos primeiros cristãos em favor de S. Pedro no cárcere! Por isso é que em tempo de calamidades se organizam procissões públicas. A oração que proferem os lábios do justo é também ouvida muito mais depressa. «A oração fervorosa e constante do justo pode muito» (S. Tiago V, 16); porque era justo é que Elias pedindo a seca e depois a chuva, foi logo ouvido (III Reis, 17).

Deus algumas vezes não atende as nossas orações, porque não quer conceder-nos o que nos seria prejudicial, ou porque não somos dignos de ser ouvidos.

Deus é semelhante ao médico que, por amor para com o doente, não lhe permite o que o poderia prejudicar (S. Ag.). Deus rejeita por piedade a súplica daqueles que empregariam mal o objecto pedido (Idem.). Santa Mónica pediu a Deus com fervor que impedissem a viagem de seu filho à Itália: não foi ouvida, porque a estada em Itália devia ser útil a Agostinho, pelos sermões de S. Ambrósio que o trouxeram ao bom caminho. Por isso também S. Agostinho dizia mais tarde: «Ó meu Deus, vós não ouvistes a minha mãe nessa ocasião para lhe con-

(1) No reinado de Marco-Aurélio (em 170) uma legião cristã foi envolvida pelo inimigo e posta em grande risco, porque não tinha água. Todos os soldados cristãos se puseram a orar com fervor, e pouco depois uma forte tempestade lhes trouxe a água desejada. Oh! como é poderosa a oração em comum.

cederdes o que ela já vos pedia há tanto tempo». — Se o filho pródigo tivesse pedido a Deus que o salvasse da miséria, talvez êle o não tivesse ouvido porque a felicidade no exílio ser-lhe-ia prejudicial. Muitas vezes Deus não nos ouve porque nós somos **Indignos** disso, orando *sem devoção e sem confiança* (S. Tiag. I, 7), ou em estado de *pecado mortal* e sem querermos desenraizar as nossas más inclinações (S. João IX, 31). Outros não são ouvidos porque *não oram com perseverança*, e com isso mostram que pouca importância ligam à graça que estão pedindo. **Todavia ninguém ora em vão:** Se Deus não nos concede o que lhe pedimos, com certeza nos dá outra coisa melhor (S. Cris.). Deus procede como um pai, que para sossegar o filho que lhe pede uma *faca* lhe dá *uma maçã muito boa* para o sossegar. O próprio pecador não ora em vão; pela sua oração obtém as graças que lhe são necessárias para a sua conversão. «Quando orais sem serdes ouvidos, nunca atribuais a Deus a esterilidade de vossa oração, mas sim dizei a vós mesmos que pedistes mal, ou que teríeis tirado pouco proveito do bom êxito da vossa oração. Nesse caso Deus vos dará uma outra *graça* e que será *melhor* do que a que pedieis» (M. Lataste). Deus pode fazer infinitamente mais do que o que nós lhe pedimos e compreendemos (Ef. III, 20).

Em todo o caso aquèle que pede deve esforçar-se por obter com as suas fôrças naturais o que faz o objecto da sua petição.

Deus ajuda quem procura ajudar-se a si mesmo; não protege os cobardes, mas sim os valentes. O *general*, assim como o seu exército, seriam uns insensatos, se, em vez de combater, pretendessem alcançar a vitória só pela oração. Tôdas as nossas acções devem ser acompanhadas de coragem e energia, assim como de orações e de confiança em Deus; seria tentar a Deus se lhe pedissemos um *milagre*, para passarmos a vida na indolênciia. Se um homem *caisse numa estrada* e pudesse levantar-se sózinho, não acharíamos que era um escárneo se êle nos chamasse para o ajudarmos a pôr de pé? O mesmo acontece com Deus.

2. A oração muda os pecadores em justos e mantém os justos no estado de graça.

Pela oração é que o pecador obtém o perdão dos seus pecados. O bom ladrão na cruz só disse a Jesus estas palavras: «Senhor, lembrai-vos de mim quando estiverdes no vosso reino», e logo Jesus lhe perdoou (S. Lucas, XXIII, 43). O publicano no templo disse contrito: «Meus Deus, tende piedade de mim, pecador», e voltou justificado para sua casa (S. Luc. XVIII, 13). Quando David ouviu as censuras de Natán, respondeu-lhe: «Pequei contra o Senhor», e logo o profeta anunciou ao rei que os seus pecados lhe eram perdoados (II Reis XII, 12, 13). Quem começa a orar deixa de pecar, quem deixa de orar começa a pecar (S. Ag.); o pecado mortal e a oração não podem viver juntos (S. Teresa); a oração transforma o homem; ilumina os cegos, fortifica os fracos e santifica os pecadores (S. Lour. Just.).

A oração muda os pecadores em justos, porque lhes obtém a graça do arrependimento e da conversão.

Pela oração atraímos sobre nós o Espírito Santo (S. Efrém), isto é, obtemos com ela graças actuais. Quant mais o nosso globo se aproxima do sol, tanto mais luz e calor dêle recebe: e quanto mais, pela oração, nos aproximamos de Jesus Cristo, sol de justiça, tanta mais luz e força obteremos (Oríg.). A oração obtém-nos luzes interiores, que nos fazem reconhecer cada vez mais a majestade e a bondade de Deus, o verdadeiro fim da nossa existência, a vontade de Deus, o justo valor dos bens terrenos, a nossa própria indigência, etc., a oração é pois como um grande livro de sermões (S. Vicente de Paula). Em muitos santos, as luzes interiores resplandeciam exteriormente; o rosto de Moisés estava iluminado quando ele desceu da montanha depois de ter conversado com Deus, e Jesus Cristo transfigurou-se enquanto orava (S. Luc. IX, 29). Pela oração obtemos também novas forças que nos tornam capazes de suportar os sofrimentos (S. Bern.); ela é para a alma um orvalho, que conforta a alma, assim como também durante a noite as plantas são refrescadas pelo orvalho e retomam um novo vigor (S. Cris.). A oração é para a alma o que o sono é para o corpo; a alma, assim como o corpo, repousa e recupera novas forças. Depois de um longo trabalho e antes de começarmos acções importantes, devemos recorrer à oração, como Jesus Cristo, que de vez em quando se retirava pa-

ra orar, e, na véspera da sua Paixão, orou por muito tempo no jardim das Oliveiras. Quem muito ora nunca será um covarde.

A oração mantém o justo em estado de graça, porque o protege, contra a tentação e contra o pecado.

A oração afugenta as tentações do demónio; elas obscurecem a nossa inteligência e enfraquecem a nossa vontade; pelo contrário a oração ilumina a nossa inteligência e fortifica a nossa vontade. «A oração actua como a água contra o fogo (S. Cris.); é um escudo que repele as frechas inflamadas do inimigo (S. Ambr.); é a âncora de salvação para a alma que está em perigo de naufragar (S. Cris.). Quando os demónios nos vêem em oração, retiram-se a tôda a pressa, como ladrões que vêem soldados de espada na mão (Id.). Pela oração chega o justo a praticar muitas virtudes; «quem sabe orar bem, sabe também viver honestamente» (S. Ag.) e resplandece com muitas virtudes (Bona.). Nós contrámos os costumes daqueles com quem convivemos; quem conversa continuamente com Deus, reflectirá as perfeições d'ele. Como a árvore colocada num lugar favorável para receber os raios do sol, o homem que, pela oração, se expõe ao calor benéfico do sol de justiça, crescerá em perfeições e dará frutos abundantes. Quando uma rainha entra pela primeira vez numa cidade, nunca chega sózinha; traz uma escolta composta de damas e senhores da nobreza: assim também a oração entra na alma, escoltada por muitas virtudes (S. Cris.).

3. Pela oração, os justos alcançam o perdão das penas temporais do pecado e uma recompensa eterna.

A oração alcança ao justo o perdão das penas do pecado. «A oração sobe ao céu e logo a misericórdia de Deus desce sobre a terra» (S. Ag.); ela impede a explosão da cólera divina (Id.). Com um só Padre-Nosso, recitado do fundo do coração, podemos expiar os pecados veniais dum dia inteiro (Id.). Além disso com certas orações ganha-se uma indulgência, isto é, obtemos a remissão

de mais penas temporais do pecado, do que com a oração só por si. A oração também alcança aos justos uma **recompensa eterna**. «Quando orares, disse Jesus, entra no teu aposento e, fechada a porta, ora a teu Pai, que vê o que se passa em secreto, te recompensará» (S. Mat. VI, 6) (1). A oração é uma obra de trabalho e de combate; e por isso traz consigo uma certa fadiga. Com efeito os demónios procuram muitas vezes perturbar os que oram sugerindo-lhes os mais extravagantes pensamentos; procedem como um homem que vai para o tribunal defender um processo e que emprega toda a sua astúcia, toda a sua eloquência a fim de que o juiz não profira contra ele uma sentença desfavorável (S. Egídio). Assim como o vento faz vacilar e quere apagar uma luz protegida por uma lanterna, assim também o demónio, vendo-nos orar, faz todos os esforços para perturbar o nosso fervor com as mais diversas preocupações e distrações (S. Cris.). Quem a-pesar desses obstáculos continua a orar, expia muitos pecados e tem direito a uma **recompensa**. Quem ora tem já um ante-gózo da felicidade eterna, porque a oração faz descer a **alegria** à alma pelo Espírito Santo que é o **consolador**. Jesus promete aliviar aqueles que, nas suas penas e aflições, recorrem a Ele (S. Mat. XI, 28). «Está alguém triste entre vós? acrescenta S. Tiago; que ore» (S. Tiago, V, 13). Na oração goza-se antecipadamente das **alegrias do céu**. «Nada nesta vida pode encher o coração do homem com maior alegria do que uma oração fervorosa» (S. Bern.), nela encontramos a mesma consolação que um filho sente quando pode falar a seu pai com toda a confiança, e lhe abre o seu coração cheio de desgostos. «Experimentai e vereis como é suave o Senhor» (Ps. XXXIII, 9). «Um dia passado na oração é melhor do que muitos anos passados nas alegrias e distrações da vida» (Ps. LXXXIII, 11).

4. Quem não ora, não pode salvar-se, porque cai sem dúvida no pecado mortal.

Como trataria um senhor a um criado que nunca o cumprimentasse, que nunca lhe dirigisse palavra? Se pu-

(1) Santa Teresa apareceu depois da morte a uma religiosa da sua ordem e disse-lhe: «De boa vontade sofreria todos os tormentos da terra, se por esse meio pudesse aumentar a minha bem-aventurança tanto quanto se merece com a simples recitação de uma Avé-Maria.

déssemos abrir o inferno, veríamos que está cheio de homens que não oraram. «Se já Jesus Cristo orou *noites inteiras*, que devemos nós fazer para nos salvarmos?» (S. Ambr.). Quem não ora não tem *nenhuma energia* para resistir às tentações; é semelhante a um soldado sem armas, a uma ave sem asas, a um navio sem vela nem remos, a um arbusto que o vento dobra à sua vontade. **Quem não ora já está morto** (S. Cris.), tem a sorte do peixe tirado da água (Id.), da árvore arrancada da terra (Luís de Gran.), do homem a quem se recusa todo o alimento (S. Ag.) ou que não respira (Bel.). Não devemos deixar o trigo num lugar baixo e húmido; se o queremos conservar, é preciso transportá-lo para um lugar seco e elevado: assim também o coração do homem não deve arrastar-se sobre a terra, ocupando-se só das coisas dêste mundo, mas deve elevar-se para Deus, a fim de escapar à corrupção (S. Agost.); por isso Jesus nos exorta a orar constantemente (S. Marc. XIII, 33; S. Mat. XXVI, 41). Todos os povos da terra dirigem orações às suas divindades; a obrigação de orar está pois inscrita pela lei natural no coração de cada homem.

3. O modo de orar

Uma maçã *bem madura* é-nos muito mais agradável do que *cem maçãs estragadas*; assim também Deus prefere uma oração curta e bem feita a uma oração muito comprida e mal feita. «Quando orares, diz Jesus, não fales muito como fazem os *pagãos*: êsses imaginam que pelo muito falar serão ouvidos» (S. Mat. VI, 7). Deus não avalia a oração pelo tempo que ela dura; vêmo-lo pelas curtas mas sinceras orações de David, do bom ladrão na cruz, do publicano no templo. Muitos dizem orações muito compridas sem serem ouvidos; outros quase que não mexem os lábios e alcançam tudo o que pedem (M. Lataste), porque oram bem.

Se quisermos que a oração nos seja útil devemos orar,

1.º Em *nome de Jesus*, isto é, não pedir senão o que quere Nosso Senhor Jesus Cristo.

«*Tudo o que pedirdes a meu Pai em meu nome, eu vo-lo darei*», disse Jesus Cristo (S. João XVI, 23).

Qual é o rei que desprezaria a petição de um pretendente, se este se acercasse dêle e lhe dissesse: «Vosso próprio filho me envia com esta petição?» Ora Jesus quere tudo o que contribui para a glória de Deus e para a nossa salvação. Santa Mónica, que durante dezóito anos pediu a conversão de seu filho, pedia-a em nome de Jesus Cristo. Como no *Padre-Nosso* pedimos o que Jesus Cristo quere e como esta oração nos vem do próprio divino Salvador, quem a recita ora verdadeiramente em seu nome. Não pedimos em nome de Jesus Cristo, quando pedimos o que pode ser funesto para a nossa alma (S. Agost.). Não oraria em nome de Jesus Cristo aquél que pedisse a morte do seu inimigo, que pedisse para ganhar na lotaria, que pedisse grandes honras ou outras coisas supérfluas; mas sim aquél que pedisse a Deus trabalho, socorro na miséria, a conversão dum pecador, etc. Em vez de dizermos: «Orar em nome de Jesus Cristo», podemos também dizer: «Orar segundo o espírito de Jesus Cristo, ou segundo a intenção de Jesus Cristo». Quem ora melhor, é aquél que ora com a Igreja (S. Agost.); a Igreja com efeito ora em nome de Jesus Cristo, e é por isso que termina tôdas as suas orações por esta fórmula: «Por Jesus Cristo Senhor Nossa.»

2.^º Com *devoção*, isto é, pensando em Deus quando estamos a orar.

Considerai um jogador: como ele examina as suas cartas! como está atento ao jôgo! Com quanta mais razão deveria pois aquél que ora dirigir para Deus todos os seus pensamentos! A oração é uma *conversa com Deus*, mas quando falamos com uma pessoa de respeito, só nos ocupamos com essa pessoa; na oração também o nosso espírito deve estar todo com Deus. Quando orares, eleva para o céu o teu coração juntamente com as mãos. Muitos só honram a Deus com os lábios; os seus corações estão longe dêle (S. Mat. XV, 8); enquanto oram pensam nos seus negócios temporais, ou oram como se falassem com as paredes ou com o chão. Quem ora distraído ou com tibia, isto é, sem devoção, não alcançará coisa alguma de Deus. «Como quereis que Deus preste atenção às vossas orações, se vós mesmos não lhes ligais importância?» (S. Cip.). Quem ora mal e, a-pesar-disso, espera ser ouvido, é semelhante a um homem que, lançando

trigo mau num moíinho, espera que saia boa farinha (S. Bern.). Todavia não é necessário experimentar devoção sensível, isto é, sentir na oração consolação especial e alegria extraordinária. Semelhante devoção é uma graça especial, uma recompensa que Deus pode conceder, mas que não aumenta o valor da nossa oração, assim como o desgôsto e a aridez, que por vezes sentimos, não torna a oração pior; esta oração pode até ser mais meritória, pelo que nela sofremos (S. Teresa). A devoção que é mais agradável a Deus, é aquela pela qual somos obrigados a vencer-nos (S. Âng. de Folig.), por isso o desgôsto e a aridez não devem nunca fazer-nos abandonar a oração. O demónio procura com isso desviar-nos da oração, e Deus permite-o a-fim-de que reconheçamos a nossa fraqueza e nos tornemos mais humildes. «Ainda que, na oração, não fizéssemos mais do que combater as distrações e tentações, teríamos todavia feito bem a nossa oração, porque o Senhor olha com complacência para a nossa boa vontade» (S. Fr. de S.).

Para orarmos com devoção, devemos preparar-nos para a oração, guardar os nossos sentidos durante ela, e estar numa posição conveniente.

«Antes da oração prepara a tua alma, e não sejas como um homem que tenta a Deus» (Ecli. XVIII, 23). O músico, antes de tocar, afina o seu instrumento, para evitar as notas desafinadas; e que preparativos não fazemos, quando vamos para a audiência dum rei da terra! Antes da oração, devemos pôr-nos na presença de Deus, isto é, penetrar-nos bem de que ele nos está vendo (S. Beda); é por isso que devemos começar fazendo o sinal da cruz. Devemos também afastar todos os pensamentos e preocupações terrestres. Devemos imitar Abraão que, quando ia para imolar seu filho, deixou junto à montanha de Mória o seu burro, os seus criados, e tudo o que não era necessário para o sacrifício, e disse: «Quando acabarmos de adorar, viremos ter convosco» (Gén. XXII). Assim como Jesus expulsou do templo os vendilhões, também nós devemos expulsar de nosso coração, que é um templo de Deus, todos os cuidados, antes de nos ajoelharmos. Confiai os vossos cuidados ao Pai celeste durante um quarto de hora: talvez que ele vo-lo tire por completo ou vo-lo torne mais leves. Todavia as dis-

tracções *involuntárias* não são pecados: é preciso sómente evitá-las e combatê-las. Para orar devemos fechar a nossa porta, isto é, **guardar os olhos** e retirar-nos ao aposento do nosso coração (S. Mat. VI, 6). O emprêgo de *um livro de orações* pode impedir que nos distraiamos, assim como também *uma santa imagem* ou *um santuário*, onde tudo nos lembra a presença de Deus e nos faz mais devoção. — Orando, devemos evitar **todas as posições irreverentes**; todavia, um *doente* ou *uma pessoa cansada* pode tomar a que melhor lhe convier. Vale mais rezar de pé do que de joelhos dando-nos o sono; a posição do corpo deve favorecer a devoção e não torná-la impossível.

3.^º Com perseverança, isto é, não devemos afrouxar nas nossas orações, se não formos ouvidos imediatamente.

Devemos fazer como as *crianças que não deixam de gritar* enquanto lhes não dão o que desejam (S. Ciril.). Os homens ficam mal dispostos quando os importunam com pedidos: não acontece o mesmo com Deus, *que ama esta importunidade* (S. Jer.), como ele mesmo diz na parábola do amigo importuno que não cessa de bater enquanto lhe não abrem a porta (S. Luc. XI, 5). Por vezes Deus submete a uma **dura prova** a constância de quem lhe pede, como o fez Jesus à Cananeia (S. Mat. XV); mostrou-se primeiro ríspido para com ela, mas ela não desanimou e foi ouvida. O mesmo aconteceu com o *cego de Jericó*; a multidão dizia-lhe que se calasse; ele pelo contrário cada vez elevava mais a voz, e Jesus Cristo curou-o (S. Luc. XVIII, 35). Os judeus de Betúlia recorreram à oração quando Holofernes avançava contra a cidade, mas quanto mais eles oravam, tanto mais crítica se tornava a sua situação: todavia perseveraram nas suas súplicas, e Deus salvou-os pela mão de Judit⁽¹⁾ (Judit VI-VII). Santa Mónica orou durante dezóito anos derramando torrentes de lágrimas para obter a conversão de seu filho Agostinho; mas, como foi admiravelmente ouvida a sua oração perseverante! Deus compraz-se em socorrer-nos quando a *aflição é maior*. Muitos desanimam-

(1) Aconteceu o mesmo no ano de 1683 no cerco de Viena pelos Turcos. Quanto mais oravam os cristãos, mais aumentava a aflição; mas quando tudo parecia perdido, chegou um socorro verdadeiramente maravilhoso.

se não são logo ouvidos e deixam de pedir mais; pelo contrário é mais um motivo para redobrar de ardor, à medida que Deus difere o despacho das suas súplicas. Quanto mais ele nos fizer esperar, mais generoso será o seu socorro; dar-nos-á incomparavelmente mais do que pedímos ou esperávamos (Ef. III, 20). Nós mesmos devemos esperar um ano para que a semente confiada à terra dê os seus frutos, e queríamos recolher imediatamente os frutos das nossas orações? (S. Fr. de S.).

4.º Com o coração puro, isto é, isento de pecado mortal, ou pelo menos sinceramente arrependido.

Para esse fim há uma pia de água benta à entrada da igreja; ela avisa-nos que nos purifiquemos de nossos pecados pela penitência antes de entrarmos em oração na casa de Deus. Entre os maometanos, quere o uso que à entrada da igreja se tirem os sapatos carregados de poeira e se lavem os pés. Aquelle cujo coração não está puro, não tem a energia precisa para elevar o espírito a Deus, porque, logo que começa a orar, imagens pecaminosas se apresentam a seus olhos e prendem o seu espírito à terra (S. Greg. M.). Orar com o coração manchado é apresentar-se com os vestidos sujos diante dum soberano para lhe pedir uma graça, é oferecer a alguém um ramo de belas flores (palavras santas) com as mãos sujas (S. Cris.). Deus não atende os pecadores (S. João IX, 31), porque é justo excluir dos benefícios divinos quem não quere submeter-se aos mandamentos de Deus (S. Lour. Justi.). Obedeçamos a Deus quando nos manda para que ele nos ouça quando lhe pedimos (S. Cris.). Mas desde que um pecador depõra sinceramente as suas culpas, pode esperar que será ouvido; «Deus acolhe-o como se o pecador nunca o tivesse ofendido» (S. Af.); não procede como os homens, que primeiro lançam em rosto ao suplicante todas as ofensas que dêle tem recebido; «olha não ao que o homem fez, mas ao que quere fazer». Temos um exemplo na oração do publicano arrependido (S. Luc. XVIII, 13).

5.º Com resignação à vontade de Deus, isto é, devemos deixar a Deus por completo o cuidado de atender a nossa súplica.

Jesus dizia no jardim das Oliveiras: «Seja feita a vossa vontade e não a minha» (S. Luc. XXII, 43). Deus sa-

be melhor do que nós o que nos é útil; não devemos, pois, prescrever-lhe coisa alguma, assim como a um doente não convém indicar ao médico os remédios que lhe deve receber (S. Fr. de S.)⁽¹⁾.

6.º Com humildade, isto é, com a íntima convicção da nossa fraqueza e da nossa indignidade.

Não julguemos que com a nossa oração prestamos a Deus um grande serviço. A oração do publicano no templo e a do centurião de Cafarnaum são modelos de humildade. Daniel também orava com humildade quando dizia: «Não é em vista da nossa justiça, que prostrados vos dirigimos as nossas orações, mas em vista da vossa grande misericórdia» (Dan. IX, 18). «A oração do homem humilde penetra as nuvens» (Ecli. XXXV, 21). Como os homens se inclinam humildemente quando pretendem qualquer coisa dos grandes da terra! A oração *por si mesma* já é um acto de humildade, porque por ela reconhecemos a nossa dependência do soberano Senhor do céu e da terra; quando oramos, somos uns mendigos diante da porta do grande pai de família (S. Agost.). E todavia há pessoas que ao orarem pensam que prestam um grande serviço a Deus. Que insensatez!

7.º Com confiança, isto é, com a firme convicção de que na sua infinita bondade Deus certamente nos ouvirá, se o que lhe pedimos contribuir para sua maior glória e para a salvação da nossa alma.

A oração do profeta Elias quando foi do sacrifício sobre o monte Carmelo é um modelo de oração confiada (III Reis, 18). «Tudo o que pedirdes com confiança nas vossas

(1) Certa mãe orava, numa ocasião, com grande interesse pela saúde de seu filho; e como o seu pároco a aconselhasse a pedir antes que se fizesse a vontade de Deus: «Não, nunca, exclamou indignada; é a minha vontade que deve fazer-se», e prosseguiu na sua oração. O filho curou-se, efectivamente, mas, depois de crescido, levou uma vida criminosa e morreu na forca. Que felicidade não houvera sido para aquele homem morrer em criança! Vejamos pois quanto importa deixar à vontade santíssima de Deus o cumprimento do que pedimos, pois só Deus conhece o futuro.

orações, disse Jesus Cristo, alcançá-lo-eis» (S. Mat. XXI, 22). A confiança é abundantemente recompensada (Heb. X, 35), mas quem duvida não recebe nada (S. Tiago I, 6).

Com o exercício da oração é que aprendemos a orar bem.

Orando é que aprendemos a arte de orar; porque todas as artes se aprendem com a prática, segundo o provérbio: «Usa e serás mestre». Quanto mais oramos mais amamos a oração; quanto menos oramos, mais aborrecida e desarrazoada nos parece a oração (S. Boav.).

4. O tempo da oração

I. A dizer a verdade, devemos orar sem interrupção, porque Jesus Cristo recomenda que «oremos sempre e que nunca cessemos de orar».

O nosso coração deve parecer-se com a lâmpada que se consome na igreja diante do Santíssimo Sacramento. Respiramos continuamente e assim devemos também ter sem cessar o nosso espírito elevado para Deus, segundo a exortação do Apóstolo: «Orai sem interrupção» (I Tess. V, 17). É-nos permitido falar com Deus a qualquer hora; à porta do seu palácio celeste não há guardas para nos repelir: é só chamarmos «Pai», e as portas abrir-se-ão logo (S. Cris.). Quem procurar a Deus encontra-o sempre e em toda a parte (S. Af.). Devemos imitar as andorinhas pequeninas que pelos seus gritos incessantes pedem a seus pais o alimento (Id.). A oração continua torna-nos semelhantes aos anjos que contemplam eternamente a face de Deus (S. Fr. de S.). Quem ora sempre pode obter facilmente de Deus tudo o que quiser, como aquêles que estão continuamente na companhia do rei alcançam facilmente os seus favores (S. Cris.). — Orando sem cessar afastamo-nos muitas tentações, por isso Jesus dizia no jardim das Oliveiras: «Vigiai e orai para não cairdes em tentação» (S. Mat. XXXVI, 41). A oração continua protege-nos como uma fortaleza contra o demónio, como uma couraça contra as flechas de nossos inimigos (T. Kemp.); como um pôrto seguro, onde as tempestades não podem

atingir-nos (S. Cris.). O demónio pode surpreender-nos a qualquer instante: precisamos, pois, de estar sempre prontos para orar, como as pessoas que, sabendo que as suas casas estão expostas ao perigo do fogo, têm sempre água de reserva para apagar o incêndio (S. Cris.). O soldado nunca vai para a guerra sem as suas armas, o cristão não deve nunca sair sem se munir da oração (S. Elig.). Orando constantemente é que com mais segurança perseveraremos na graça de Deus até à morte (S. T. de Aq.). O que está sempre em oração é como um combóio que sempre se mantém constantemente nos carris, e assim chega rapidamente e com segurança ao seu destino.

Contudo Deus não exige, o que aliás seria impossível, que estejamos sempre de joelhos; quere que saibamos juntar o trabalho à oração.

A nossa divisa deve ser: «A mão no trabalho e o coração em Deus!» É necessário unirmos a vida de Marta, — vida activa (trabalhando em serviço do próximo) — com a vida de Maria — vida contemplativa (meditação e oração) (S. Luc. XVIII, 40). A vida de Marta era boa, a de Maria era melhor; as duas juntas são o que há de mais perfeito (S. Bern.). Jesus Cristo, que é um modelo para todos, unia a oração ao trabalho (S. Gr. M.). Neste mundo devemos orar com obras e acções (S. Fr. de S.), só com a morte acabarão as obras, e a contemplação divina tornar-se-á depois a nossa única ocupação (S. Gr. M.). Quem tomasse a oração como pretexto para não trabalhar, também não devia comer, segundo a sentença de S. Paulo (II Tess. III, 19).

Devemos começar o nosso trabalho com a **boa intenção** de servir a Deus, e durante as nossas ocupações fazer muitas vezes **orações jaculatórias**.

Para que durante o dia pensemos muitas vezes em Deus, é que nas ruas e à beira dos caminhos se costumam levantar cruzes e estátuas de santos: vendo-as, o viajante lembra-se de Deus. Todos os santos tinham o hábito de dizer muitas vezes **orações jaculatórias**. Santa Teresa tinha na sua cela uma imagem representando Jesus Cristo junto ao poço de Jacob; de tempos a tempos olhava para ela e dizia: «Senhor, dai-me dessa água viva!» S.

Inácio de Loiola tinha como jaculatoria favorita esta exclamação: «Tudo para maior glória de Deus!» Sem as orações jaculatorias, o nosso repouso tornar-se-ia ociosidade, e a nossa actividade não será mais que dissipação e desordem (S. Fr. de S.). Pelo contrário, quem de vez em quando eleva a sua alma a Deus por orações jaculatorias, facilmente se encontra bem no meio das agitações da vida e no turbilhão do mundo como o marinheiro que não tira os olhos da bússola. As jaculatorias têm uma grande virtude; por meio delas livramo-nos da dissipação, pelo que as dizemos com muito fervor. «Uma jaculatoria que repetamos cem vezes com devoção, tem mais valor do que cem orações diferentes que só digamos uma vez» (S. Fr. de S.). No jardim das Oliveiras, Jesus repetiu muitas vezes as mesmas palavras, e S. Francisco de Assis também passava noites inteiras a repetir: «Meu Deus e meu tudo!» S. Paulo dirige-nos esta exortação: «Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para glória de Deus» (I Cor. X, 31); convém pois que nos habituemos a formar desde pela manhã a boa Intenção e a renová-la brevemente ao principiar as acções mais importantes.

Mas fazemos ainda melhor quando consagramos à oração todos os momentos livres.

«Orai pois!» respondeu um dia S. Clemente Hofbauer a um homem que, cheio de **enfado** se queixava de não saber o que havia de fazer. Os santos oravam sempre que podiam. O Apóstolo S. Tiago, bispo de Jerusalém, orava tanto tempo que a pele dos joelhos se lhe fez tão dura como o couro de um camelo (Fláv. Jos.). O verdadeiro cristão ora sempre, mas sem que ninguém o note; ora em seu coração, mesmo no meio das suas relações com o próximo, nos seus passeios, nos seus trabalhos e quando descansa (S. Clemente Hof.). A exemplo de Jesus (S. Luc. VI, 12) os santos passavam em oração uma parte das suas noites.

Também é útil contemplarmos as coisas visíveis para, em espírito, nos elevarmos até às invisíveis.

É uma prática facilíma, porque a criação visível e a nossa religião têm em muitos pontos, como obras do mesmo Criador, bastas analogias. S. Gregório de Nazianzo

considerava à beira-mar como as ondas atiravam à praia as conchas e areias, mas não podiam abalar os grandes rochedos; a primeira observação fazia-lhe lembrar os homens que não sabem dominar-se; a segunda os que se não deixam arrastar por nenhuma tentação. Depois pedia a Deus o dom da fortaleza. S. Fulgêncio viu em Roma o cortejo triunfal do rei godo Teodorico: concluiu daí que a glória duma alma ao entrar no céu devia ser ainda mais magnífica. Vendo uma ovelha, S. Francisco de Assis lembrava-se da mansidão de Jesus; S. Basílio, ao contemplar uma rosa, pensava nas amarguras que estão misturadas com tôdas as alegrias do mundo. S. Francisco de Sales passando perto duma igreja, dizia a si mesmo: «Nós também somos templos de Deus»; olhando para os campos exclamava: «Nós somos também os campos cultivados por Deus e regados com o sangue de Jesus Cristo»; ao considerar uma imagem bela: «Nos anjos e homens, que são as imagens de Deus, dizia êle, vemos resplandecer a Majestade divina». Um comensal de Jesus Cristo já tinha dito ao ver o pão: «Feliz aquêle que comer o pão no reino de Deus!» (S. Luc. XIV, 15). É fácil fazer estas considerações, porque tôdas as coisas visíveis nos fazem lembrar a omnipotência e a bondade de Deus e nos excitam de-certo modo a adorá-lo. «A nossa vida inteira deve ser uma oração contínua» (S. Hilário); porque devemos desprender o espírito das coisas terrenas e viver já neste mundo como no céu (Fil. III, 20).

2. Devemos particularmente orar pela manhã e à noite, antes e depois das refeições, e quando o sino da igreja nos convida à oração.

1. **Pela manhã** devemos dar graças a Deus por nos ter protegido durante a noite, e pedir-lhe que nos preserve durante o dia de todos os acidentes e do pecado, e nos dê o que nos é necessário para sustentar a vida.

Devemos, tanto quanto seja possível, fazer a oração da manhã de joelhos, e não tomar alimento senão depois de ter orado (S. Jer.). Omitir a nossa oração da manhã é ser semelhante aos animais irracionais; os próprios pas-

satinhos saúdam com os seus cânticos melodiosos o começo do dia (S. Ambr.): a andorinha eleva-se para o céu logo que acorda, e só depois de ter entoado o seu cântico matinal é que desce a procurar o seu alimento sobre a terra. A oração da manhã está ligada **uma bênção particular** (Eccl. XXXII, 18), a ela sobretudo é que se aplica o provérbio alemão: «A hora matinal tem ouro nos lábios». Os Israelitas procuravam o maná antes do nascer do sol, e nós obteremos a bênção de Deus se orarmos antes do despontar da aurora (Sabed. XVI, 38). Uma juventude bem empregada tem uma influência decisiva sobre o resto da vida; podemos dizer o mesmo da manhã de cada dia (Overberg). As primeiras impressões que sentimos ao ver uma pessoa não têm muitas vezes uma influência decisiva sobre a linha de conduta que para com ela adoptamos? Deus também observa com atenção a nossa conduta nas primeiras horas do dia. De manhã é que **com mais facilidade encontramos a Deus** (Prov. VIII 17), por isso também é que os primeiros cristãos se reúniam para orar antes do despontar da aurora. Desta tradição já só subsiste o costume de tocar o sino antes do sol fora, a fim de convidar os cristãos para a oração da manhã. Entregar-se uma pessoa imediatamente às suas ocupações temporais, sem ter feito a sua oração da manhã, é subir para **um combóio que não é o seu** e parte em outra direcção diversa da que se queria tomar. *Uma conta* em que nos enganamos nos primeiros algarismos, fica tôda errada. Quando um estudante trabalha mal no primeiro ano, faltam-lhe depois os princípios e poucos progressos há-de fazer; o mesmo acontece a quem se descuida de fazer a sua oração da manhã; a bênção de Deus não acompanha os seus trabalhos durante o dia. Se os alicerces não forem sólidos, a casa desabará; o trabalho do dia ficará sem frutos, se omitirmos a oração da manhã.

2. A noite devemos dar graças a Deus pelos benefícios que nos fez durante o dia, pedir-lhe que nos perdoe as faltas que nêle houvermos cometido e que nos proteja durante a noite.

Quando dais a um pobre um bocado de pão, êle não se vai embora sem vos ter mil vezes agradecido; e vós quereis ir repousar sem ter agradecido a Deus que vos alimentou durante o dia? (S. Bern.). Não esqueçais nunca

que Jesus Cristo prolongou muitas vezes pela noite adiante a sua oração. Como sobretudo durante a noite é que a morte conduz os homens ao tribunal de Deus, devemos ter cuidado, na oração da noite, de **examinar a nossa consciência**, e excitar-nos à contrição perfeita. Todos os jogadores, todos os comerciantes têm o cuidado, à noite, de fazer as suas contas para verem se tiveram perda ou ganho, ainda que nesse caso só se trate duma vantagem temporal: assim também cada um de nós deveria, no fim do dia, examinar como cuidou dos interesses da própria alma (S. Ef.). Começar o dia com Deus, e terminá-lo com Deus, é o ideal da vida.

3. Antes e depois das refeições devemos agradecer a Deus o sustento que nos dá, e *pedir-lhe* que nos preserve dos pecados que ordinariamente se cometem à mesa ou depois de comer.

Antes de comer, Jesus *dava sempre graças* a seu Pai celeste (S. Marc. VIII, 6); ordinariamente elevava os olhos ao céu, depois inclinava a cabeça, como fez na última Ceia: queria ele dizer com isso: «Pai, eu vos agradeço». «Quando comerdes, diz Moisés, e todos estiverdes saciados, tomai muito cuidado que não esqueçais o Senhor» (Deut. VI, 12). Daniel na cova dos leões deu logo graças pelo alimento que lhe enviara (Dan. XIV, 37). Quem não ora nem antes nem depois de comer, é semelhante aos animais irracionais⁽¹⁾. — Os *pecados* que muitas vezes se cometem à mesa são: a intemperança, a ira (porque os alimentos não são tão bons como queríamos), a maledicência; além disso, quando o corpo fica

(1) Afonso, rei de Aragão, quis um dia fazer compreender aos seus cortesãos a necessidade de orar antes e depois de comer. Convidou um dia um mendigo para a mesa real e proibiu-lhe severamente que saudasse o rei ao entrar na sala e que lhe agradecesse depois de ter jantado. O mendigo assim fez, e os cortesãos irritados com o seu procedimento não puderam conter-se que o não censurassem. «Vós não procedeis melhor para com o Rei do céu», lhes disse Afonso: «vós não lhe pedis; não lhe agradeceis. Julgais que ele esteja menos indignado por causa da vossa conduta do que vós pelo procedimento d'este mendigo?» Desde então os cortesãos nunca mais esqueceram as suas orações. — Um dia em que uma espantosa saraivada estragava as colheitas, uma criancinha não teve medo de dizer ao pai: «Este castigo é Deus que no-lo manda, porque temos sido muito ingratos com ele e temo-nos esquecido de rezar à mesa».

beim alimentado de mais, elevam-se n'ele numerosas tentações de preguiça, ira, impureza, tentações a que David e muitos outros sucumbiram; mais um motivo para não deixarmos de orar antes e depois das refeições. *Comendo e bebendo nunca nos esqueçamos de Deus.*

4. **O sino** avisa-nos três vezes por dia, pela manhã, ao meio dia e à tarde para recitarmos as *Ave-Marias*; ao anoitecer para *rezarmos pelas almas*; nas quintas-feiras à noite para nos lembrar a Agonia de Jesus Cristo; nas sextas-feiras às três horas a morte do divino Salvador⁽¹⁾; e para orarmos pelos que acabam de morrer, e pelos que se vão enterrar.

Em muitos lugares tocam também à elevação na missa conventual ou solene, e quando se dá a bênção do Santíssimo Sacramento. Não deixemos de orar, quando a Igreja nos convida a isso, pois é aqui ocasião de repetir as palavras de S. Agostinho: «A melhor maneira de orar é orar com a Igreja». — **O sino** da igreja não nos avisa só para rezarmos, mas chama-nos também para o culto divino; faz-nos recordar as solenidades religiosas (em quanto nas tristezas se cala, como em Sexta-feira Santa). Por exceção avisa-nos também dos perigos que nos ameaçam: incêndios, inundações, rebates de guerra, tempestades⁽²⁾. Nesses casos convida-nos a orar e a consagração que recebeu da Igreja dá-lhe virtude para obter a bênção de Deus. O sino toma assim parte nas alegrias e tristezas do homem; é pois em certo modo o seu companheiro durante a vida; e já que nos chama à oração e aos ofícios divinos e nos presta serviço como uma criatura inteligente, dá-se-lhe personalidade e impõe-se-lhe um nome próprio na sua consagração, à semelhança do que se impõe no baptismo aos homens. E como o sino serve para uma função sagrada, dantes só tinham o direito de o tocar os que já tivessem recebido ordens menores. — Antigamente não existiam os sinos; entre os judeus, os sacerdotes serviam-se duma trombeta para chamar o povo. Depois da época das perseguições convocabavam-se os cristãos ao som duma buzina e ao ruído duma matraca de madeira.

(1) Este toque e o precedente não são de uso universal: encontram-se em alguns países.

(2) Já se não tocam os sinos nas trovoadas para evitar que a vibração do ar atraia muitas vezes os ratos.

ra (como se usa ainda na sexta-feira santa). Só na idade média é que se começou a chamar os fiéis batendo numa placa de metal *pancadas com o martelo* e mais tarde tocando os sinos. Este uso começou em Nola, no século sexto; e daí o dar-se antigamente aos sinos o nome de *nolas* (1).

3. Devemos orar também na desgraça, nas tentações, antes de começar uma empreza importante, quando nos sentimos naturalmente inclinados à oração.

Há um provérbio que diz: «Para aprender a orar, entra no mar». A desgraça ensina a orar; na tribulação chegamo-nos para a cruz. Devemos orar na **desgraça**, porque Deus assim o quere. «Invocai-me, diz êle, no dia da tribulação; livrar-vos-ei e vós me louvareis» (Ps. XLIX, 15). Quando nos achamos nas águas da tribulação, fazemos como os nadadores: estendemos as mãos e sacudimos com os pés tôdas as coisas terrenas, e desta maneira não vamos ao fundo (Ven.). A oração recorreram os apóstolos na barca, os cristãos no cativeiro de S. Pedro. Mas ah! muitas vezes na tribulação só procuramos socorro junto dos homens. — Nas **tentações** também devemos recorrer à oração. «Vigiai e orai para não cairdes em tentação», disse Jesus (S. Mat. XXVI, 41). Nas tentações devemos proceder como as crianças que, vendo chegar um animal selvagem, correm logo para junto de seu pai e sua mãe (S. Fr. de S.). Se Eva tivesse orado quando foi tentada, não teria sido seduzida. Para oferecer um refúgio às pessoas *desesperadas*, costuma-se em muitas partes deixar a igreja aberta ao povo todo o dia, e muitos suicídios se têm evitado assim. — Devemos também orar antes das **emprezas Importantes**. «Pede a Deus que te dirija no teu caminho», aconselhava Tobias (IV, 20), e Jesus Cristo também orou antes de escolher os Apóstolos (S. Luc. VI, 12), antes de ressuscitar Lázaro (S. João XI, 41). Os Apó-

(1) Um dos maiores sinos é o que se encontra na catedral de Colónia: pesa 27.000 quilos. O sino da igreja do Sagrado Coração de Montmartre tem pouco mais ou menos peso. A igreja de S. Estêvão em Viena tem um sinal de 18.000 quilos. Em Moscovo havia um sino que pesava 50.000 quilos, e tinha sete metros de altura e seis de diâmetro.

tos oraram antes de eleger S. Matias (Act. I, 23) e S. Pedro antes de ressuscitar Tabita (Ib. IX, 26). S. Jerónimo aconselha ainda mais: «Quando sairmos, diz êle, armemo-nos com a oração, e quando voltarmos oremos antes de nos tornarmos a assentar». Cuidemos também em utilizar êsses momentos em que nos sentimos tocados pela graça e mais inclinados à oração, como os marinheiros que sentindo o vento favorável, se apressam a aproveitá-lo. Quando sentirmos que actua em nós o Espírito Santo, devemos seguir imediatamente o seu impulso (Luís de Gran.). E nós mesmos, quando queremos fazer uma viagem, não aproveitarmos porventura o tempo mais propício? Ah! quantas pessoas nos momentos mais sérios da vida, procuram distrair-se antes com os divertimentos mundanos! Êsses jantares extraordinários após a recepção de alguns sacramentos (nas primeiras comunhões, nos casamentos), nas grandes solenidades da Igreja, depois dos funerais, a freqüentação desnecessária dos lugares de recreio em certos casos, são prova do que dizemos. Que responsabilidade para o dia de juízo! Nos momentos solenes costumamos orar com *mais devoção*. Então vem a oração do fundo da alma e não está sujeita às distracções: é como uma árvore bem enraizada, que desafia as tempestades mais violentas (S. Cris.).

4. Devemos orar também na hora da morte.

A Igreja manda-nos receber os sacramentos dos moribundos no caso de doença perigosa: deseja que então invoquemos ao menos o nome de Jesus. Quem ora no transe da morte faz como a cotoria que, ferida pelo caçador, continua, dizem, o seu canto até cair inanimada. Aquêle que ora até à morte imita o rouxinol que, quando está para morrer, começa a cantar (1).

5. Onde devemos orar?

1. *Em todos os lugares podemos e devemos orar, visto que Deus está presente em toda a parte.*

(1) Os antigos atribuiam esta qualidade ao cisne fabuloso, e dai velo o dar-se à última oração o nome de canto do cisne.

Jesus Cristo orou não só no *templo* de Jerusalém e nas sinagogas, mas também no *deserto*, nas montanhas, no *cenáculo*, no jardim das Oliveiras, sobre a *cruz*. Jacob orava nos campos, Jonas no ventre da baleia, Job no seu monturo, Daniel na caverna dos leões, os três meninos de Babilónia na fornalha, Manassés na prisão, S. Paulo orava no cárcere; deitado, carregado de ferros, abalava os alicerces da prisão (S. Cris.). Não se pode falar a Deus senão onde Ele está, mas Deus está em toda a parte (Act. XVII, 24), como o dizia Jesus à Samaritana (S. João IV, 23). Podemos passear pela praça, julgar no tribunal, trabalhar na oficina, e no entretanto orar; Deus não olha aos lugares, querer somente um coração devoto (S. Cris.).

2. A casa de Deus é o lugar destinado à oração.

A casa de Deus é uma *casa de oração* (S. Mat. XXI, 13). «Não é necessário, dizem certas pessoas, ir à igreja, porque o mundo inteiro é o templo de Deus». Esta conclusão não é razoável; Deus de facto *exige*, pela voz da Igreja, que vamos à sua casa aos domingos, nas festas e em outras ocasiões. Jesus Cristo deu-nós o *exemplo*, pois ia muitas vezes ao templo de Jerusalém, e os primeiros cristãos reuniam-se nas catacumbas com perigo da própria vida. A oração feita na igreja tem um valor muito maior porque nos encontramos num lugar sagrado; oramos com mais piedade, porque tudo excita à devoção e lá esquecemos os cuidados diários; as orações são mais seguramente atendidas, porque lá Jesus Cristo está presente sob as espécies sacramentais, e além disso Ele assiste àqueles que oram, conforme a sua promessa. «Onde se juntarem dois ou três em meu nome, eu estarei no meio deles» (S. Mat. XVIII, 20). Se aquél que de boa fé não quere orar na igreja, ora muito cá fora, não tardará muito a entrar na igreja!!!

3. A solidão é também um lugar favorável à oração.

Jesus Cristo orou muitas vezes em lugares solitários: no deserto (S. Luc. V, 16), nos montes, particularmente no das Oliveiras (S. Luc. XXII, 39), e recomenda que cremos no quarto, com a porta fechada (S. Mat. VI, 6).

Na solidão não se está facilmente distraído, e ora-se com mais devoção. Para fugir às rãdes do pescador, o peixe esconde-se nos buracos mais recônditos: também o homem que na oração quere fugir às tentações do demónio deve retirar-se para a solidão (S. Efr.).

6. O que devemos pedir em nossas orações

1. Devemos pedir a Deus graças numerosas e importantes, por conseguinte pedir antes bens eternos do que as coisas efémeras.

Que grandes favores não pediríeis se um rei vos dissesse: «Pedi o que quiserdes?» Ora, é assim que Deus vos fala (S. Ag.). Devemos pedir coisas importantes, porque nos dirigimos a um Senhor que é infinitamente poderoso e rico (Id.). Nunca vos limiteis ao que acabais de receber, mas pedi sempre de novo: *Deus gosta mais de dar que nós de receber; nada perde quando nos dá* (S. Jer.). Não peçamos com instância os bens passageiros, mas os bens eternos (S. Amb.). Ninguém se atreveria a pedir a um monarca um fato rôto ou algum dinheiro miúdo (um tostão); não peçamos ao Senhor do céu e da terra bens percedouros (S. Cris.). É loucura escolher chumbo vil em vez de ouro precioso, desprezar pérolas para recolher conchas sem valor; sim, é loucura não pedir o útil e necessário que se pode obter (Id.). Pedi a glória do céu e as coisas que vos podem ajudar a alcançá-lo; aquêle que pede outra coisa não pede nada (S. Agost.).

2. Devemos pedir a Deus principalmente o que contribui para a sua glória e para a salvação de nossas almas, mas nunca aquilo que só pode servir para satisfazer as nossas inclinações terrenas.

«Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça, diz Jesus Cristo, e tudo o mais vos será dado por acréscimo» (S. Mat. VI, 33). Aquêle que pede os bens celestes recebe também os bens terrenos; Salomão pediu a sabedoria

para bem governar o seu povo, Deus deu-lhe a sabedoria e cumulou-o em abundância dos bens do mundo (III Reis, III). Não devemos pedir a Deus o que só pode contribuir para satisfazer as nossas *máis inclinações*: Deus não escuta semelhantes petições (S. Tiago IV, 3). Muitos pedem a Deus a riqueza (a sorte grande numa loteria), honras, etc.; não procuram a glória de Deus mas as coisas sensíveis; êsses rebaixam Deus, seu soberano Senhor, à condição de escravo, dum escravo da sua concupiscência, do seu orgulho, da sua avareza, da sua vida dissoluta. Como pode Deus atendê-lo? (S. Agost.). O rei Jeroboão tinha dessecada uma das mãos porque ofendera o profeta; pediu a cura da mão, mas não o perdão do pecado (III Reis, XIII, 6); muitos procedem do mesmo modo, pensam, quando oram, nas necessidades do corpo, não porém nas da alma. «Não devemos nunca pedir a Deus o que nós queremos, mas o que Ele quer» (S. Nilo). Por outros termos, nunca devemos pedir a satisfação daquela vontade que a carne desperta em nós, mas o cumprimento da que vem do Espírito Santo (S. Leão Magno).

7. A meditação

1. A meditação (*prece meditada — oração*) consiste em reflectir sobre verdades religiosas para excitar em nós boas resoluções.

As verdades religiosas não fazem impressão senão quando a nossa inteligência as profunda (Luís de Gran.), assim como as *especiarias* preciosas não exalam perfume senão depois de pisadas no almofariz. Aquêle que *medita* as verdades religiosas parece-se com Moisés, que feriu a rocha com a vara até que dela brotou a água; é semelhante ao que fere uma pedra com o fuzil para dela arrancar faíscas, pois que a reflexão fere o seu coração até obter da vontade salutares resoluções (S. Cir. Al.). Na meditação, damo-nos à reflexão até que o **Espirito Santo opere em nós**; o que medita assemelha-se a uma barca de remos e velas; durante a calmaria, serve-se dos remos, mas se sopra um vento favorável, abandona os remos, solta as velas e a viagem prossegue ligeira e alegre. Assim acontece na meditação: o homem prossegue nas suas reflexões até se sentir atraído e erguido pelo sopro do Espírito San-

to; já não tem então necessidade de fatigar a cabeça; abre o seu coração para deixar penetrar a graça que o inflama no amor de Deus. Se nos contentássemos só com recolher belos pensamentos ou sentenças, e ocupássemos assim a inteligência, já não tínhamos oração, mas um estudo (S. Vic. de P.). Desde que se tirou o fogo da pederneira para inflamar a isca, devemos apressar-nos a atear a chama, e seria uma insensatez continuar a ferir a pederneira.

2. A meditação é uma oração excelente, mas deve ser alternada com a oração vocal.

Pela meditação imitamos na terra a vida dos anjos, que no céu contemplam a divindade. Muitos santos deixaram escritas as suas meditações, como S. Agostinho, Santa Teresa, S. Afonso, Tomás de Kempis, etc.; a leitura reflecida destes livros facilmente se converte em oração. A oração vocal e a meditação devem alternar-se, assim como na vida ordinária ora caminhamos ora nos assentamos. A oração vocal e a meditação são os dois pés com que caminhamos para o céu (S. Bern.). A meditação é a preparação necessária para a oração; se a meditação a não precede a oração não poderá ser perfeita: será feita sem devoção, e até chegará a ser inteiramente omitida (S. Boav.).

3. Pela meditação obtemos graças actuais e chegamos rapidamente à perfeição.

A meditação alcança-nos **graças actuais**. Quando nos aproximamos do fogo temos **luz** e **calor**. Meditando as verdades religiosas a inteligência ilumina-se; reconhecemos melhor o nada das coisas terrenas, a vontade de Deus, o fim da vida, a severidade do juízo de Deus, etc., e o coração sente-se inflamado para o bem. «A meditação é uma fogueira onde se ateia o lume do amor divino» (S. Af.). A meditação é a *porta* por onde a graça divina entra no homem (S. Ter.). Uma alma fiel à meditação é como um campo bem cultivado que produz o centuplo do fruto, ou como um jardim bem regado onde as flores se ostentam em toda a sua beleza (S. Af.). O que o sono é para o corpo, é a meditação para a alma: robustece-lhe as forças; mas aquêle que não se ocupa das verdades religiosas, desconhece esta influência, fica cego e só nutre pensamentos mundanos. «A terra está desolada, dizia Jeremias, porque ninguém reflecte em seu coração (Jer. XII, 11); o desprezo

da meditação faz que o mundo seja cada dia inundado de pecados e o inferno cheio de condenados (S. Af.). — Devemos escolher os assuntos de meditação que mais nos agradam e convém voltar freqüentes vezes a êles: as abelhas só poliam sobre as flores que podem fornecer-lhes ou sucos necessários à fabricação da colmeia, e nós só gostamos de cheirar as flores que exalam agradável perfume. A meditação, sobretudo a diária, conduz à perfeição «porque destrói a tibia» (S. Amb.); foi ela o motivo da conversão de S. Inácio de Loiola e de muitos outros santos. «A oração mental (a meditação) e o pecado mortal não podem existir juntos em uma alma» (S. Ter.). O pecado pode subsistir com os exercícios de piedade exteriores; porém o pecado e a meditação são duas coisas que se excluem mutuamente, há-de se abandonar forçosamente o pecado ou a meditação: todos os santos se santificaram pela meditação (S. Af.).

As orações mais importantes

1. O Padre Nossa

O Padre-Nosso é também chamado a Oração dominical, ou oração do Senhor, porque foi *Nosso Senhor Jesus Cristo* que nela ensinou.

Só Deus sabe e só Deus pode ensinar-nos como querer ser invocado (Tert.). O Padre-Nosso tem em si os caracteres duma origem divina: «não há oração melhor nem mais santa» (T. Kemp.). Em primeiro lugar, nenhum homem, a qualquer religião que pertença, pode fazer uma só objecção a esta oração. **Ela convém a todos**, judeus, pagãos, não católicos, sábios ou ignorantes; é uma corrente de água que não só um cordeiro pode atravessar, mas em que até um elefante pode nadar (S. Greg. Mag.). Mas o Padre-Nosso tem muitas outras vantagens.

I. O Padre-Nosso é a *mais excelente* de todas as orações, porque se distingue das outras

pela sua *virtude*, simplicidade e riqueza de pensamentos.

Esta oração tem, entre tôdas as demais, a maior **virtude**, porque nós pedimos não só em nome de Jesus Cristo, mas com as próprias palavras do divino Salvador (S. Cip.). É a ela que se referem estas palavras de Jesus Cristo: «Tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome, se vos dará» (S. João, XVI, 23). Deus compraz-se em ouvir o Padre-Nosso porque é a oração do Senhor. Em razão da sua virtude os Doutores chamam-na «o rebate poderoso que chama os exércitos celestes para nos proteger contra os nossos inimigos» e a «chave da porta do paraíso». — O Padre-Nosso é a **mais simples** de tôdas as orações. A linguagem simples é a linguagem do coração; quem pede com instância não diz muitas palavras, e Jesus Cristo no-lo mostra no jardim das Oliveiras. «O Padre-Nosso é breve em palavras, mas rico em pensamentos» (Tert.). A criança recita esta oração com devoção, e o sábio medita a sua profundezas sem poder atingi-la (Stolberg.). No Padre-Nosso pedimos **tudo** o que nos é necessário tanto para o corpo como para a alma, por conseguinte todos os bens terrenos e celestes; tudo o que podemos pedir nas nossas orações está contido no Padre-Nosso (S. Cip.). Quando tiverdes percorrido tôdas as orações mais belas, nada tereis encontrado que não esteja contido na oração dominical (S. Ag.). O Padre-Nosso encerra de certo modo o resumo do sagrado Evangelho (Tert.); podemos por isso comparar esta oração a uma pedra preciosa, pequena mas de muito valor. No Padre-Nosso não só pedimos o que podemos desejar, mas pedimos também com a **devida ordem** (S. T. de Ag.).

II. O Padre-Nosso compõe-se de uma *invocação*, de sete *petições* e da palavra *Amen*.

A arca da aliança transportada sete vezes em volta de Jericó e o desmoronamento das muralhas desta cidade simbolizam a Oração dominical e os seus efeitos.

1. A invocação põe-nos na verdadeira disposição requerida para a oração; eleva o nosso

espírito para Deus e desperta a nossa confiança nêle.

A palavra «Pai» desperta em nós a confiança; as palavras «Que estais no céu» elevam o nosso espírito. Ao começo do Padre-Nosso, é fácil de ver que de alguma sorte fazemos actos de fé, de esperança e de caridade (C. Hugo).

Chamamos a Deus **Pai**, porque nos criou (Deut. XXXII, 6); porque, pela *Incarnação*, o Filho de Deus se tornou nosso irmão (Ef. I, 5), e porque no *baptismo* o *Espírito Santo* desceu sobre nós e nos fez filhos de Deus (Rom. VIII, 15).

Quando nos aproximamos dos grandes da terra vemos-nos algumas vezes embaraçados para lhes dar o título que lhes convém: o mesmo não acontece com Deus, dizemos sómente Pai e Deus fica contente com este título familiar. Nenhum mortal se atreveria a dar este título ao Senhor Omnipotente, se seu Filho único no-lo não tivesse permitido (L. de Gran.). Deus não nos obriga a chamar-lhe *Criador*, *Senhor*, *Majestade*, porque estes títulos indicam *severidade* e inspiram *temor* (S. Fr. de S.): não querer ser temido, querer ser amado; faz-se chamar Pai, porque este nome é *cheio de amor* e inspira amor (S. Agost.). Como o amor é mais nobre que o temor, Deus prefere que o chamemos antes Pai que Senhor (S. Greg. Mag.). A criança chama pai àquele a quem deve a vida, e nós chamamos a Deus nosso Pai, porque ele é nosso Criador.

Nós dizemos Pai **Nosso** e não *meu* Pai, porque todos somos irmãos e pedimos uns pelos outros.

Na Oração dominical cada um pede por todos e todos por cada um (S. Amb.); é a *oração* pública e comum dos cristãos (S. Cip.). A necessidade obriga-nos a orar por nós mesmos, mas o *amor fraternal* obriga-nos a orar pelos outros (S. Cris.). O mesmo Jesus Cristo disse que todos somos irmãos (S. Mat. XXIII, 8), dá muitas vezes aos Apóstolos o nome de irmãos (Ibid. XXVIII, 10), e os Apóstolos também usam para os fiéis d'este nome (Rom. I, 13; XII, 1); é além disso de toda a justiça que se cha-

mem irmãos os que têm um só e mesmo Pai no céu (Tert.). A palavra *Pai* adverte-nos de que devemos *amar a Deus*, a palavra *nosso* de que devemos *amar o próximo*.

Dizemos: «**Que estais nos céus**», porque Deus, ainda que presente em toda a parte, não se mostra senão no céu.

Acrescentam-se estas palavras para distinguir o *verdadeiro Deus*, que habita particularmente no céu, dos falsos deuses que, segundo a opinião dos pagãos, habitam nas imagens e nas estátuas.

2. Na *primeira* petição pedimos a *glorificação* de Deus.

A primeira petição quere dizer: «Ó Deus, fazei que nós reconheçamos e honremos cada vez mais a vossa Majestade».

A glória de Deus é o fim de toda a criação, e por conseguinte o fim último de toda a criatura. Também podemos dar a esta primeira petição o sentido seguinte: Ajudai a difusão da **verdadeira religião**; dai-nos para isso **homens capazes** de propagar a santa religião, e em particular papas, bispos, padres notáveis pelas suas virtudes, bons missionários e pregadores do Evangelho; dai-nos também bons escritores, bons redactores, e enfim bons soberanos e representantes do povo. Amparai-os com a vossa graça e com a vossa assistência.

3. Nas três petições que vêm depois, pedimos: a felicidade eterna, a graça de Deus, para cumprir a sua divina vontade, e o que é necessário ao sustento do nosso corpo.

A segunda petição quere dizer: «Dai-nos, depois da morte, a **felicidade eterna**».

A segunda petição liga-se à primeira. Poder-se-ia intercalar entre as duas êste pensamento: «É no céu que sois

conhecido e honrado mais perfeitamente; fazei pois que entremos nesse reino»; dai-nos portanto a **felicidade celeste**. A palavra *Reino de Deus* pode significar, além do domínio de Deus sobre nós (reino dos céus, bem-aventurança), o reino de Deus entre nós (a Igreja Católica) e o reino de Deus em nós (a graça santificante). Esta segunda petição tem por isso também o sentido seguinte: **Propagai a Igreja Católica**. Ficaria também ligada à primeira intercalando este pensamento: «É por meio da Igreja Católica que a vossa glória se difunde melhor sobre a terra»: propagai portanto a vossa Igreja. Esta petição tem um terceiro sentido: **Dai-nos a graça santificante**, e liga-se à primeira por este pensamento: Nós trabalhamos para vossa glória sobretudo por uma vida santa: dai-no-la pois.

A terceira petição quere dizer: «Dai-nos a **graça** de cumprir a vossa vontade na terra, com a mesma perfeição com que a cumprem os anjos no céu».

Por sua vez se liga à segunda do modo seguinte: «Para chegar ao reino dos céus devemos cumprir a vossa vontade: dai-nos para isso a graça de **sermos fiéis**». Esta petição encerra ainda este sentido: «Fazei que em nós se cumpra a vossa vontade, isto é, fazei reinar sobre a terra a felicidade do céu, destruindo toda a miséria e toda a injustiça».

A quarta petição quere dizer: «Dai-nos **tudo o que é necessário para a conservação da vida**, como o alimento, o vestuário, a habitação, o bem estar (abastança), os meios pecuniários, a saúde, etc.».

Também por sua vez está ligada à terceira. «É-nos impossível fazer a vossa vontade e obter a bem-aventurança eterna, se vós não amparais a **nossa vida**, por isso nós vos pedimos tudo o que pode **conservá-la**». Pode talvez causar surpresa que só se peça pão; mas sendo o pão o alimento *mais indispensável*, pedimos com él todos os alimentos e tudo o que contribui para a conservação da vida. De mais, nas relações ordinárias, empregamos habitualmente o termo pão, para a conservação da

vida; dizemos por exemplo: ele ganha o pão; ganha facilmente ou dificilmente o pão; não tem pão. Deus também disse a Adão: «tu ganharás o teu pão com o suor do teu rosto, isto é, não alcançarás os meios de subsistência sobre a terra maldita senão à custa dos maiores esforços». E assim Jesus Cristo ensinou-nos a pedir o pão, e o pão de cada dia, porque nos devemos contentar com o necessário e não pedir o supérfluo: «se nós temos alimento e vestuário, estejamos satisfeitos», diz S. Paulo (I Tim. VI, 8). Quando dizemos estas palavras: «dai-nos o pão nosso de cada dia», aquêle que pede deve também pensar em pedir o pão para o próximo, e em socorrer os pobres. A palavra *nosso* não deixa de ter significação; faz-nos compreender que devemos pedir o que podemos ganhar honradamente e pelo nosso trabalho. Por isso ao fazer esta quarta petição podemos dizer: «Fazei, ó meu Deus, que o trabalhador honrado receba o seu salário, e destruí o mal estar social». Mas o alimento material não basta ao homem que tem também uma alma, imagem de Deus. Também ela tem necessidade de alimento, e a quarta petição encerra certamente este sentido: «Dai-nos o pão para a nossa alma, isto é, a palavra de Deus, o conhecimento e inteligência do Evangelho, dai-nos o S.S. Sacramento do altar».

4. Nas três petições seguintes pedimos a Deus que nos livre destes males: do pecado, da tentação e do que pode ser nocivo à nossa existência.

A quinta petição quere dizer: «Perdoai-nos os nossos pecados assim como nós perdoamos àqueles que hão pecado contra nós».

Esta petição também se liga às precedentes: «pedindo pão ao nosso benfeitor pensamos logo na ingratidão de que, pelo pecado, nos tornamos culpáveis para com él; é por isso que pedimos perdão». Note-se que nesta petição proferimos uma sentença contra nós mesmos, pois dizemos a Deus: «Não nos perdoais as nossas dívidas, senão enquanto nós perdoamos aos nossos devedores». Reconciliemo-nos pois com os nossos inimigos!

A sexta petição quere dizer: «Afastai de nós as tentações a que podemos sucumbir».

Um homem robusto pode levantar um *quintal*, ao passo que uma criança não é capaz disso; assim, com o auxílio de Deus, podemos resistir a uma tentação a que um outro sucumbiria. Também não pedimos para ser inteiramente isentos de tentações, porque não podemos salvar-nos sem tentação, sem a vitória sobre as tentações. Dá-se connosco o que acontece ao estudante: é-lhe penoso o exame, mas sem este sacrifício não terá aprovação. Esta petição está ligada às precedentes. Depois de termos pedido perdão dos pecados, pedimos a Deus que nos livre de tudo o que pode conduzir ao pecado. Mas convém frisar bem que de modo algum está incluída na sexta petição esta ideia: «Livrarei-nos de toda a tentação», porque não podemos salvar-nos sem alcançar triunfo sobre as tentações. O sentido seria então: «não me deis ocasião de combater e vencer: eu renuncio à recompensa do combate e da vitória, isto é, à felicidade eterna». É impossível que esta petição tivesse semelhante significado. Ela quere dizer sómente: «Não nos tireis a força para combater a tentação»; ou «não permitais tentações às quais possamos sucumbir».

A sétima petição quere dizer: «Afastai de nós tudo o que possa ser prejudicial à nossa vida, como a carestia, a fome, a doença, os terremotos, as inundações, a guerra e os outros males temporais».

Estes três últimos males de que pedimos a Deus nos livre são opostos aos três bens pedidos em primeiro lugar.

A *bem-aventurança* eterna se opõe o *pecado*, que nos faz infelizes para a eternidade.

A graça de Deus opõe-se a *tentação*, porque a graça esclarece a inteligência e fortifica a vontade, enquanto que a tentação obscurece a inteligência e ennerva a vontade.

Ao que é necessário para a conservação da vida

opõe-se tudo o que lhe é nocivo e portanto os males de que na última petição rogamos ao Pai celeste que nos livre.

As sete petições dividem-se pois em três partes, a primeira das quais se refere a Deus, e as duas restantes a nós.

5. A palavra *Amen* é a resposta que Deus dá àquele que pede. Quere dizer: «Em verdade a tua oração foi atendida» (*Cat. rom.*).

Nas outras orações esta palavra quere dizer: **assim seja!** ou antes: «nós vos suplicamos com ardor que nos concedais o que vos pedimos».

Como no *Padre Nossa* a palavra *Amen* é a resposta de Deus, o sacerdote na *santa missa* pronuncia-a como representante de Deus; nas outras orações litúrgicas é o ajudante que a profere. Jesus Cristo empregou muitas vezes esta palavra, para afirmar a verdade, e *Amen* quere dizer então: «É assim: em verdade, em verdade vos digo».

A igreja usa desde a mais remota antiguidade o *Padre-Nossa* na *santa missa* e em quase todas as *devoções públicas*.

Os primitivos cristãos, que recebiam a cada sacrifício da missa o corpo do Senhor, aplicavam a quarta petição do *Padre Nossa* à santa comunhão. Nas *devoções públicas* que se fazem na igreja, o sacerdote recita as três primeiras petições e os fiéis as quatro restantes: o sacerdote pede os bens eternos, os fiéis os bens temporais.

2. Orações à Santíssima Virgem

As orações usuais dirigidas à Santíssima Virgem são:

1. Avé-Maria ou saudação angélica.
2. O *Angelus*, ou as Avé-Marias.

3. O Rosário.

4. A Ladaína Lauretana e a Salvè Raínha.

1. A «Avè-Maria»

Os católicos juntam quase sempre ao Padre Nosso a Avè-Maria.

Desde os tempos primitivos os cristãos imitaram o arcanjo Gabriel e, servindo-se das mesmas palavras, saudaram a Maria. A devoção à Santíssima Virgem não foi introduzida por decisão de algum concílio, por determinação do papa ou de qualquer outro modo semelhante, mas os cristãos em todos os tempos costumaram render grandes homenagens a esta imperatriz do céu (Card. Bonâ). Maria predisse que a bendiriam e a chamariam bend-aventurada todas as nações da terra (S. Luc. I, 48).

A Avè-Maria tem também o nome de **saúdação angélica**, por começar pelas palavras do arcanjo Gabriel.

1. A Avè-Maria compõe-se de três partes: a saudação do arcanjo *Gabriel*, os louvores de *Santa Isabel*, e as palavras da *Igreja*.

A saudação do arcanjo é esta: «Avè, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre todas as mulheres» (S. Luc. I, 28); o louvor de *Santa Isabel*: «Bendita sois vós entre todas as mulheres, e bendito é o fruto do vosso ventre» (Ibid. 42). Desde a palavra *Jesus*, até *Amen*, são as palavras da *Igreja*. As duas primeiras partes são um **cântico de louvor**, a terceira parte é **uma petição**. — Eis a correlação dos pensamentos: as palavras: «Avè Maria», encerram o *exórdio*; «cheia de graça», referem-se a Maria considerada em si mesma; «o Senhor é convosco», às suas relações com a humanidade. Todos estes louvores lhe são dados porque seu filho é o Filho de Deus: assim se explicam as palavras que depois seguem. Estas duas primeiras partes da Avè-Maria recitavam-se já nos primeiros séculos; tinham os fiéis por costume acrescentar-lhes diferentes súplicas. S. Agostinho acrescentava:

Rogai por nós, Soberana e Senhora, Rainha e Mãe de Deus. O papa Urbano IV (1260) juntava às saudações do Anjo e de Isabel: «*Jesus Cristo. Assim seja.*». A partir do século XV, vê-se por toda a parte espalhada esta adição: *Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós*. A terminação actual da Avé-Maria provém do papa S. Pio V, que a fez inserir em todos os livros de orações (aproximadamente em 1570). Nos primeiros séculos do cristianismo, não se recitava a Avé-Maria com tanta freqüência como hoje; foi só quando Nestório pretendeu tirar à Santíssima Virgem o título de *Mãe de Deus* que se começou a recitar mais freqüentemente. Quando mais tarde, no princípio do século XIII, novos hereges, os Valdenses e os Albigenses, rejeitaram o culto dos santos, aumentou extraordinariamente a devoção a Maria, e de então para cá, a Igreja, em todas as devoções públicas, junta ao Padre-Nosso a Avé-Maria.

2. A Avé-Maria é uma oração muito eficaz e que encerra sublimes pensamentos.

A eficácia da Avé-Maria manifesta-se sobretudo nas tentações.

Muitos santos recomendam a recitação da Avé-Maria quando somos assaltados de maus pensamentos. A «Avé Maria é uma vara com que fustigamos a cabeça da serpente infernal» (March.).

As palavras: «**Avé-Maria**» formam o exórdio, a invocação pela qual exprimimos a nossa veneração para com a Santíssima Virgem.

É costume saudarem-se as pessoas *duma posição superior*. Ora, Maria é a Mãe do Rei dos reis, a Rainha de todos os anjos e santos, e é também nossa Mãe; a ela pertence por isso, entre os anjos e os homens, a mais elevada veneração, e é este o motivo por que lhe somos devedores de todas as homenagens. «Todas as criaturas do céu e da terra têm o dever de vos honrar, porque vós sois o trono da Majestade divina» (S. Greg. Naz.) (1).

(1) Os Padres latinos e os Doutores que viviam numa época de decadência literária, fizeram algumas vezes considerações baseadas em trocas de palavras. Ainda que o seu ponto de partida seja falso, estas conside-

As palavras: «**cheia de graça**» significam: «Deus vos cumulou de graças».

Dizemos que uma vasilha está *cheia* quando nela não podemos lançar mais nada; Maria é por isso saudada «cheia de graça», porque possui *tôdas* as graças que era capaz de receber. A graça foi comunicada a Maria em *tôda a sua plenitude*, enquanto os outros santos só receberam uma parte (S. Jer.). Maria recebeu tal plenitude de graça que *ocupa o primeiro lugar junto do autor da graça* (S. T. de Aq.). Atrevo-me a afirmar, diz S. Agostinho, que Maria não foi capaz de *compreender inteiramente* o favor de que foi objecto (S. Agost.). Deus podia criar um mundo maior, um céu mais vasto, mas não podia criar mãe mais sublime que a Mãe de Deus (S. Boav.). Não é em vão que Maria tem este nome (*mária* em latim quere dizer *mar*): ela é realmente um oceano de graças (S. Alb. Mag.). Segundo alguns intérpretes, em hebreu a palavra *Maria* significa: *a que é cumulada de privilégios*; segundo outros: «*a forte, a poderosa*» (de *marah* — ser forte, dominar), e Maria recebeu realmente a plenitude das graças, pois ela certamente recebeu de Deus **mais graças que qualquer outro santo**. Certos doutores (como o célebre padre Francisco Suarez) afirmam que Maria recebeu mais *graças que todos os outros santos juntos*. A este respeito, Maria seria semelhante à *lua*, que nos dá mais luz que o conjunto das estrélas. O anjo disse a Maria: «*Achaste graça diante de Deus*» (S. Luc. 1, 30); não podemos achar senão o que está perdido, e Maria não perdeu a graça: encontrou, porém, a que os homens tinham perdido (S. Bern.). Por isso os que perderam a graça pelos seus pecados devem recorrer à Santíssima Virgem para a recobrarem por sua intercessão (S. Af.).

As palavras «**O Senhor é convosco**» signifi-

rações encerram todavia profundos pensamentos. — As palavras «Ave», «Maria», dizem êles, significam que Maria é uma gloriaza segunda «Eva», a verdadeira mãe dos vivos. «Avé» é um anagrama da palavra Eva, lida às avessas (S. Agost.). O arcanjo Gabriel teria trocado a palavra Eva, e então quis dizer: Eva era cheia de pecados, e vós sois cheia de graça; o demónio estava com Eva, e Deus é convosco; Eva foi maldita entre as mulheres; vós sois bendita entre tôdas as mulheres; o fruto de Eva foi Calm, o maldito; e o fruto de vosso ventre é Jesus, sempre bendito (Papa Inoc. III).

cam: O vosso espírito e o vosso corpo estão unidos a Deus da maneira mais íntima.

O Senhor está com a Santíssima Virgem como o sol com a lua, que elle ilumina com seus raios (S. Bern.). No templo de Jerusalém, cujo exterior era duma brancura alvincente e o interior todo recamado de ouro, Deus estava continuamente presente numa nuvem de incenso. Este templo era uma figura da Mãe de Deus «Ó Maria, Deus vos consagrou para sua morada porque Jesus Cristo, o Homem Deus, habitou em vós» (S. And. Cors.). «O Senhor é convosco, ó Maria, porque está em vosso coração e em vossas entradas, porque enche o vosso espírito e a vossa carne» (S. Ag.). Na Santa Missa o sacerdote saúda sete vezes o povo com estas palavras: «O Senhor seja convosco — Dominus vobiscum»; por este modo pede para os fiéis uma graça análoga àquela que gozava a Santíssima Virgem. Esta fórmula de saudação também foi usada no Antigo Testamento: Saúl serviu-se dela para David, quando se preparava para combater Golias (I Reis, XVII, 37). David na hora da morte também assim saudou seu filho Salomão (I Par. XXII, 11), e Tobias a seu filho quando partiu para a viagem (Tob. V, 21).

As palavras: «**Bemposta sois vós entre todas as mulheres e bemrito é o fruto de vosso ventre, Jesus**» significam: «Sois ditosa entre todas as mulheres, porque Jesus vosso filho sobre todos é ditoso».

Uma árvore é estimada por causa do seu fruto, e Maria é louvada por causa do seu Filho: Maria é a árvore da vida do paraíso terrestre, Jesus Cristo é o fruto dessa árvore (S. Bernardino). Este fruto é o alimento de todos os anjos e santos, que o adoram (Heb. I, 6). Em todos os tempos se têm proclamado ditosas as mães que tem filhos ilustres; é por isso que uma mulher, depois de ter ouvido um discurso de Jesus Cristo, proclamou bendaventurada a mãe que o tinha gerado e alimentado a seu peito (S. Luc. XI, 27); por isso não é o Filho de Maria bemrito porque ela é bemposta; mas ela é cheia de bênção porque seu divino Filho é autor e fonte de toda a bênção. «Vós sois bemposta porque bemrito é o fruto de vossas entradas» (Corn. a L.). Jesus Cristo não é cha-

mado «bemditó entre todos os homens» como Maria entre tódas as mulheres, porque êle é o Criador e não pode ser comparado com as criaturas. — Se depois da morte de Holofernes, Judit, aparecendo diante do rei Ozias, foi por êste proclamada bemdita entre tódas as mulheres da terra (Jud. XIII, 23), quanto mais merece Maria êste louvor, pois que ela contribuiu para a redenção do género humano? Maria recebe os louvores do arcanjo e de Santa Isabel, porque aos olhos do universo ela mostra-se bem-dita dos anjos no céu e dos homens na terra (S. Beda).

Para terminar a Avé-Maria pedimos à Mãe de Deus que nos assista na *hora da morte*, porque é sobretudo neste momento que necessitamos do seu auxílio.

À hora da morte, além dos penosos sofrimentos corporais, teremos talvez de sofrer violentos assaltos do demónio. «Oh! com que violência o demónio ataca o homem à hora da morte, e é implacável porque o tempo que lhe resta para nos tentar é muito curto» (S. Boav.). Na morte, havemos de ter também grande *inquietação*, pela incerteza da nossa salvação. Em todos estes sofrimentos nos pode eficazmente socorrer Maria: ela é a «Saúde dos enfermos» a «Consoladora dos aflitos» e o «Refúgio dos pecadores». Todos os inimigos fogem do leito do moribundo quando aparece a Rainha do céu (S. Antonino); ela envia S. Miguel e os outros anjos para defender os seus servos moribundos (S. Boav.); assiste aos seus fiéis servos na hora da morte; vem-lhes ao encontro a caminho do céu, e obtém-lhes uma sentença favorável no tribunal de Deus (S. Jer.). Um cristão que honra a Maria como sua Mãe, terá certamente uma santa morte (S. Ans.).

Dizemo-nos **pecadores**, para nos humilharmos pela confissão das nossas faltas e obtermos mais facilmente a graça.

Maria interessa-se sobretudo pelos **pecadores**. Se uma mãe soubesse que seu filho amou um servo a ponto de sofrer um cativeiro de vinte anos para o salvar, que afição não viria ela a ter por êsse servo? Ora, Maria sabe a que enormes sacrifícios seu divino Filho se sujeitou pa-

ra conquistar ao pecador a felicidade eterna que tinha perdido; pareceria *fazer pouco caso da morte de Jesus Cristo*, se não testemunhasse ao pecador uma afeição particular (S. Af.). Não há pecador, por mais criminoso que seja, a que Maria não dispense a sua protecção, logo que êle invoque o seu auxílio (S. Bern.), e queira sinceramente corrigir-se. «Deus confiou o julgamento a seu Filho, e a graça e misericórdia a sua Mãe» (Gerson).

2. O «Angelus» ou as «Avè-Marias»

O muçulmano volta-se muitas vezes no dia para Meca em memória do seu falso profeta Maomet; que maior razão não temos nós para levantar basta vezas ao dia os olhos ao céu a-fim-de nos lembrarmos do divino Redentor e de sua Mãe bendita! Nisto nos convida a pensar a Igreja por meio das Avè-Marias.

As Avè-Marias são uma oração que recitamos ao toque do sino, pela manhã, ao meio dia e à tarde, para honrar a Mãe de Deus e adorar ao mesmo tempo o mistério da Incarnação.

Toca o sino antes do nascer do **sol**, depois de êle se pôr e ao meio dia quando está no ponto mais elevado da sua carreira, porque Jesus é o *sol da justiça e a luz do mundo*. O aparecimento do sol no céu nos faz lembrar a vinda de Jesus à terra, por conseguinte a sua **Incarnação**. Os versículos que, às três badaladas do sino, acrescentamos à oração costumada, acordam a lembrança da Anunciação e da Incarnação do Salvador. Dizemos: 1.^º *O anjo do Senhor* (o arcanjo Gabriel) *anunciou a Maria* (o nascimento do Salvador, em Nazaré), e *ela concebeu do Espírito Santo* (por obra do Espírito Santo, tornou-se Mãe de Jesus Cristo). 2.^º *Eis aqui a escrava do Senhor: façase em mim segundo a vossa palavra.* (Foi por estas palavras que Maria atraíu à terra o Filho de Deus). 3.^º *E o Verbo* (o Filho de Deus) *incarnou* (se fez homem) e *habitou entre nós* (viveu entre os homens mais de trinta anos).

O costume de tocar três vezes ao dia só remonta ao tempo das cruzadas (1095).

Já anteriormente existia, sem dúvida, o costume de lembrar, por meio do toque dos sinos pela manhã, a hora da oração aos fiéis. Havia também o costume em muitos lugares, de tocar ao anoitecer para indicar o caminho aos viandantes que porventura se tivessem perdido na floresta, por isso se chamava a este toque o toque dos extraviados. É por este mesmo motivo que na Rússia, no meio dos perigos da neve, se toca de dia e de noite para os viajantes poderem encontrar lugar de refúgio; o mesmo costume têm os monges do monte S. Bernardo. Mas desde a época das cruzadas, começou-se a tocar regularmente de manhã e de tarde (meia hora antes do nascer e meia hora depois do pôr do sol) a fim de chamar os fiéis a implorar o auxílio divino para a conquista da Terra Santa (Urbano II, 1095); o toque do meio dia introduziu-se mais tarde (Calisto III, 1456). A princípio recitava-se somente um Padre Nossa; depois juntou-se uma Avé Maria. Depois dividiu-se esta oração em três toques (em honra, em certo modo, da Santíssima Trindade), e a cada toque rezava-se uma Avé-Maria, para pedir à Mãe de Deus a extirpação das heresias. O Angelus, ou as Avé-Marias na sua forma actual são portanto uma instituição recente (Bento XIII concedeu-lhe indulgências em 1724).

Em muitas freguesias, depois do toque das Avé-Marias da tarde, com outro sino se dá segundo sinal convidando os fiéis a orar pelas almas do purgatório.

Ganha-se uma indulgência de 10 anos, quando ao toque do sino se reza o Angelus Domini ou a Regina cæli, com as orações costumadas. S. Afonso largava toda a ocupação quando ouvia tocar as Avé-Marias. Em muitos países há o costume edificante de rezar, mesmo publicamente, as Avé-Marias de cabeça descoberta, pelo menos na estação calmosa.

3. O Rosário

De ordinário quem ora com fervor, repete muitas vezes as mesmas palavras, porque vêm do fundo do coração. Assim fez Jesus Cristo no Jardim das Oliveiras, e David só no salmo 135 repete vinte e sete vezes: «a vossa misericórdia subsiste eternamente»; S. Francisco de

Assis repetia durante noites inteiras: «Meu Deus e meu tudo!» Do mesmo modo grandes servos de Maria tinham o hábito de saudar a Mãe de Deus repetindo muitas vezes consecutivas as palavras do anjo. Ligavam-se assim as Avé-Marias como se se estivesse entretecendo uma coroa de rosas: daí vem o nome de Rosário (grinalda de rosas). Como Maria, a santa Rainha do céu, por estar cumulada de virtude, é muitas vezes comparada à rosa fragrante, rainha das flores (Is. XI, 1), e pela isenção de todo o pecado é como uma rosa sem espinhos, é costume fazer grinaldas de rosas para ornar simbolicamente as imagens da Mãe de Deus. Quem recita com freqüência a Avé-Maria em honra da Santíssima Virgem imita aquêle que adornasse **de rosas as imagens da Rainha do céu**: dedica-lhe um rosário.

1. O Rosário é uma devoção em que se repete cinco ou quinze vezes o Padre-Nosso seguido de dez Avé-Marias, meditando ao mesmo tempo sobre os mistérios da Vida, Paixão e Glória do divino Salvador e da Santíssima Virgem.

A introdução do Rosário consiste na recitação do *Credo*, ou profissão de fé, com três Avé-Marias nas quais se pede o aumento das três virtudes teologais (1). A meditação da vida, paixão e glória de Jesus Cristo faz-se enunciando ao princípio de cada dezena, antes do Padre-Nosso, um mistério do Rosário, isto é, o resumo duma circunstância da vida de Jesus Cristo (na Alemanha costuma-se anunciar o mistério depois da palavra Jesus de cada Avé-Maria); o que também se pode fazer só mentalmente (2) (Congr. Ind. 1 julho 1839). O Rosário divide-se em mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos. Nos primeiros honra-se o Pai celeste que enviou o Salvador; nos segundos, o Filho que nos resgatou; nos últimos, o Espírito Santo que nos santificou.

(1) Também se costumam rezar estas orações no fim do têrço ou do rosário.

(2) Se, por causa de trabalho manual ou outra razoável, os fiéis não puderem ter na mão o têrço ou rosário indulgenciados, lucram todavia as indulgências se, durante a recitação, os tiverem de qualquer forma consigo (S. Pen. Ap., 9 nov. 1933).

2. O Rosário deve a sua origem a S. Domingos (Leão X, S. Pio V, Leão XIII, 1 set. 1883).

Os eremitas dos primeiros séculos, que não sabiam ler os salmos, recitavam por cada salmo um *Padre-Nosso* e uma *Avé-Maria*, e para contar o número das suas orações serviam-se de pedrinhas ou pequenas contas ligadas por um fio. S. Domingos é que estabeleceu o uso de recitar 150 *Avé-Marias* em vez dos 150 salmos (uso que deu ao rosário o nome de *saltério de Maria*). Quando em 1200 a heresia dos Albigenses originava grandes estragos no norte de Itália e ao sul da França, S. Domingos, por ordem do papa, começou a pregar aos hereges (1206). Porém como os seus sermões não alcançassem sucesso, recorreu à Mãe de Deus que, segundo a tradição, lhe apareceu, e lhe indicou este novo modo de oração, como remédio eficaz contra a heresia. Este santo fundador de ordem não hesitou em introduzir em toda a parte o rosário, e obteve rapidamente a conversão de cem mil hereges. De-pressa a recitação do rosário se espalhou por toda a cristandade e conquistou o favor dos fiéis. É de facto uma oração muito fácil e ao mesmo tempo sublime. «Esta devoção é tão fácil que uma criança a pode fazer sem fadiga, e é ao mesmo tempo tão profunda em mistérios, que o maior teólogo pode aí encontrar assunto para as mais elevadas meditações» (Mons. Eberhard de Tréveris). O rosário é uma oração intuitiva, pois que traz a nossos olhos em quinze quadros as verdades mais importantes da nossa fé. «O rosário é um pequeno evangelho» (Pio IX). É um catecismo popular completo e prático, porque aí se vêem passar sob os nossos olhos, em forma de orações, os ensinamentos mais importantes da Igreja (Mons. Martin.). Como toda a oração mental, esta devoção é da maior utilidade. Meditando as circunstâncias históricas da vida de Jesus Cristo, sentimos coragem para imitar o que contêm os mistérios do rosário e esperamos alcançar o que êles prometem (Oração da festa do rosário); alternando a oração vocal com a oração mental, a recitação do rosário torna-se agradável e fácil. Além disso, nesta reza, lembramo-nos constantemente da hora da nossa morte, e este pensamento é muito útil. O rosário é pois a obra prima da oração. «Quanto mais demorada e cuidadosamente medito esta oração, tanto mais a admiro e sinto a sua sublime origem» (Mons. Martin.). O rosário é a glória da Igreja católica (Júlio III).

3. O Rosário é muito agradável a Deus, porque é uma oração humilde e uma imitação do canto dos anjos.

O rosário é uma oração **humilde**. Ao recitá-lo repetimos singelamente verdades conhecidas; os orgulhosos desprezam-no, mas Deus o ama, porque move os seus olhares sobre os humildes (Ps. CXII, 6). — O rosário é uma **imitação do canto dos anjos**. Os anjos mais elevados em dignidade cantam alternadamente: «Santo, Santo, Santo é o Senhor, o Deus dos exércitos; toda a terra está cheia da sua glória» (Is. VI, 3). E não louvamos do mesmo modo a Rainha dos céus quando recitamos o rosário? A *Mãe de Deus* mostrou quanto esta oração lhe era agradável, pois na sua aparição em Lourdes tinha um rosário nas mãos (1858), e igualmente na de Fátima (1917), onde especialmente se apresentou com o título de N. Senhora do Rosário. Pio IX também disse: Recomendo-vos particularmente o Rosário porque é a própria *Mãe de Deus* que no-lo ensinou (11 novembro 1877).

4. A recitação do Rosário é muito útil: por ele podemos alcançar preciosas graças para a salvação de nossa alma e uma protecção segura na adversidade, e ganhar numerosas indulgências.

O rosário é um verdadeiro tesouro de **graças** (S. Alano) e muitos pecadores lhe devem a conversão; é o meio mais maravilhoso para destruir o pecado e recobrar a graça (Greg. XIV). Esta devoção aumenta a virtude dos justos (Leão XIII), e é notável que todos os santos que viveram depois da sua instituição o recitavam fielmente: e de certo ela contribuiu poderosamente para sua santificação. S. Francisco de Sales e S. Afonso de Liguori obrigaram-se por voto à recitação quotidiana do rosário; S. Pio V e S. Carlos Borromeu, a-pesar das suas inúmeras ocupações, recitavam-no todos os dias e ordinariamente em comum com as pessoas da casa. S. Carlos obrigava mesmo os alunos do seu seminário à recitação dele. S. Clemente Hofbauer recitava-o a todas as horas livres, particularmente quando atravessava as ruas de Viena, para ir assistir aos doentes, e deu ao rosário a conversão de bastantes pecadores. Costumava dizer: «Cada vez que rezei o rosário pela conversão dum pecador foi-me concedido

da» (1). Alguém chamou o rosário o *termómetro da cristandade*, e com razão, pois por toda a parte onde é recitado vê-se dominar a fé e a vida cristã; onde é abandonado reconhece-se que os sentimentos religiosos estão em decadência; é ao hábito de o recitar que devemos atribuir a conservação do tesouro da integridade da fé em certos países. A cristandade, em grandes calamidades, obteve pela recitação do rosário *auxílios milagrosos*, principalmente nas guerras contra os Turcos. Atribui-se ao rosário a vitória de Lepanto em 1571, a libertação de Viena em 1683 e a vitória de Belgrado em 1716; com razão se afirma que mais as contas do rosário do que as balas dos soldados cristãos feriam os inimigos. Por isso em ação de graças pelas vitórias alcançadas pela protecção do rosário, Gregório XIII fixou a festa do mesmo rosário para o primeiro domingo de outubro. O rosário conjura os perigos que ameaçam o mundo (Sisto IV) e aplaca a ira de Deus (Greg. XIII). Assim como no tempo de S. Domingos o rosário era remédio eficaz para os males dessa época, também contribuirá poderosamente para aliviar os males presentes (Leão XIII, 1 set. 1883). Pio IX repetia: «Meus filhos, ajudai-me a combater os males da Igreja e da sociedade, não com a espada, mas com o rosário». — *Sente-se logo a virtude sobrenatural do rosário ao recitá-lo; não há oração que console mais na aflição e dissipe melhor a tribulação. Um canto monótono acalma o homem e sepulta-o no sono; também o rosário é um calmante para os perseguidos das tribulações*» (A. Stoltz). O rosário é um pequeno evangelho, dá a quem o recita assiduamente a paz prometida no Evangelho (Pio IX). Uma prova de que o rosário é uma devoção excelente, é o ódio encarniçado que os livres pensadores lhe têm, fazendo-o objecto dos seus motejos e sarcasmos. Muitos papas o enriqueceram de valiosas *indulgências*, recomendando-o com insistência. Quem recitar cinco dezenas com um terço benzido por um sacerdote que para isso tenha faculdade (Redentorista, Dominicano, etc.) ganha uma indulgência de cem dias por cada Padre-Nosso e Avé-Maria (Ben. XIII,

(1) O marechal Radetzky recitava-o antes da batalha e nunca foi vencido. — André Hofer que defendeu o Tirol contra Napoleão, era também devoto do rosário; recitava-o todas as noites em família. Costumava dizer: «Se vós comedestes comigo também comigo podeis rezar». Na batalha levava o rosário enrolado ao braço e seus valentes guerreiros imitavam-no, de forma que os podiam tomar mais por uma procissão do que por um exército que ia para o combate.

13 abril 1726). Leão XIII ordenou que todos os anos, durante o mês de outubro, consagrado ao rosário, se recitasse em todas as freguesias o terço e a ladaínha da Santíssima Virgem, ou durante a missa, ou de tarde com exposição do SS. Sacramento. Pela assistência a cada um destes exercícios, ganha-se uma indulgência de sete anos. Pio IX deixou como derradeira lembrança aos fiéis esta exortação: «Recitai *todas as noites* o rosário juntamente com vossas famílias, essa oração tão simples, tão bela e enriquecida de indulgências. É a última palavra que vos dirijo, a última recordação que vos deixo» (11 de abril de 1877). Certo dia, disse também mostrando um rosário: «Eis o maior tesouro do Vaticano!» Oxalá que cada um de nós possa dizer também: «Eis o mais precioso tesouro de minha casa».

4. Ladaínha lauretona. A Salvé Rainha

I. A ladaínha lauretana é uma oração em que damos os mais belos títulos à Mãe de Deus, implorando constantemente a sua intercessão.

Esta ladaínha teve a sua origem na peregrinação a Loreto, na Itália, onde, segundo piedosa tradição, se encontra a casa que a Santíssima Virgem habitava em Nazaré. Começa por uma invocação dirigida a Deus com o *Kyrie eleison*, assim como na missa: «Senhor, tende piedade de nós. Cristo, tende piedade de nós. Senhor, tende piedade de nós»; e vem em seguida a invocação às três pessoas da S.S. Trindade (Deus Pai celestial, compadecei-vos de nós; Deus Filho, Redentor do mundo, compadecei-vos de nós; Deus Espírito Santo, compadecei-vos de nós). Depois pedimos à Santíssima Virgem a sua intercessão. As invocações que lhe dirigimos podem dividir-se em seis grupos: 1. Os três primeiros resumem **todos os privilégios de Maria** (Santa Maria! Santa Mãe de Deus! Santa Virgem das virgens!). 2. Depois vêm os privilégios de Maria como **Mãe**: Mãe de Cristo, da divina graça, puríssima, castíssima, sempre virgem, sem mancha, amável, admirável, do bom conselho, do Criador, do Salvador. 3. Saúdamos Maria como **Virgem**, prudentíssima, venerável, digna de louvor, poderosa, clemente, fiel. 4. Celebram-se a seguir as prerrogativas de Maria nas suas **Imagens e símbolos**: espelho de jus-

tiça, trono de Sabedoria, causa da nossa alegria, vaso espiritual, vaso de honra, vaso insigne de devoção, rosa mística, torre de David, torre de marfim, casa de ouro, arca da aliança, porta do céu, estréla da manhã. 5. Exaltamos Maria nas suas **relações com a Igreja militante**: saúde dos enfermos, refúgio dos pecadores, consoladora dos aflitos, auxílio dos cristãos. 6. E finalmente nas suas **relações com a Igreja triunfante**: rainha dos anjos, dos patriarcas, dos profetas, dos apóstolos, dos mártires, dos confessores, das virgens, de todos os santos, concebida sem pecado original, do sacratíssimo Rosário, da Paz. No fim da ladaíinha, cheios de confiança na intercessão da Santíssima Virgem, dirigimo-nos ao seu *divino Filho* para que nos *perdoe*, nos *ouça e tenha piedade de nós*: Cordeiro de Deus, etc. Com isto se conclui a ladaíinha. Muitas das invocações foram acrescentadas pelos papas no decurso dos séculos por ocasião de factos notáveis: depois da vitória sobre os Turcos, «auxílio dos cristãos»; depois da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, «Rainha concebida sem mancha original»; depois da determinação do mês de outubro para mês do Rosário, «Rainha do sacratíssimo Rosário»; depois da Guerra europeia, «Rainha da Paz». Por cada vez que se recitar a ladaíinha ganha-se indulgência de 7 anos (S. Pen. Ap. 28 mar. 1933).

2. A **Salvè Rainha** recita-se em muitos exercícios de devoção e depois da santa missa.

Foi autor desta oração um devoto beneditino do século XI. As últimas palavras: «Oh clemente! oh piedosa! oh doce, sempre Virgem Marial» foram acrescentadas por S. Bernardo († 1138). A *Salvè-Rainha* foi a oração predilecta de muitos santos. Santo Afonso expô-la maravilhosamente nas suas *Glórias de Maria*.

Os exercícios de piedade mais importantes

1. Há exercícios de piedade ordinários e extraordinários: os primeiros fazem-se com regularidade, de tempos a tempos, os outros só em certas ocasiões, quando são determinados.

2. Entre os exercícios de piedade ordinários se consideram as funções da manhã e da tarde, que se fazem na igreja paroquial, nos domingos e festas, e mesmo em algumas partes também durante a semana.

Nas igrejas paroquiais, aos **domingos** e **dias santos**, segundo o número dos sacerdotes, celebra-se uma ou muitas missas; fazendo-se a uma delas um pequeno sermão ou homilia a seguir ao Evangelho. Costuma fazer-se isto à missa conventual, na qual também se dão ao povo os avisos convenientes. O sermão precede-a ordinariamente, quando a missa é cantada⁽¹⁾. De tarde recita-se a *ladianha* (a de todos os Santos, do Santo Nome de Jesus, da Santíssima Virgem, do Sagrado Coração, de S. José, são aprovadas pela Santa Sé), cantam-se *vésperas*, reza-se o têrço e termina-se às vezes pela *bênção do S.S. Sacramento*, na qual o sacerdote em sinal de respeito pela Santíssima Eucaristia põe sobre os ombros um véu branco, com que também cobre as mãos. Em quase todas as paróquias há de manhã cedo uma missa paroquial; em algumas há todos os dias de tarde exercícios como ao do-

(1) Não é esse o costume seguido em Portugal. O sermão da missa cantada é também a seguir ao Evangelho.

mingo; em outras, estes exercícios fazem-se no sábado à tarde e na véspera das festas (vésperas e ladaínha cantada), na quaresma (o Miserere), em Maio (o mês de Maria), em junho (mês do Sagrado Coração), em outubro (rosário), em março (mês de S. José), em novembro (mês das almas do Purgatório). É mau sinal se nós não sabemos nem o dia nem a hora em que estes exercícios se fazem na nossa freguesia. Também se costumam fazer novenas em preparação para as festas principais.

3. São considerados exercícios de piedade extraordinários as procissões e os funerais, as peregrinações e a via-sacra, a exposição do SS. Sacramento e as missões.

Os funerais cristãos são uma verdadeira procissão; a via-sacra não é mais que uma visita aos lugares santificados pela Paixão do Senhor, porém feita diante das imagens nas nossas terras ou casas.

1. As procissões

I. As procissões são cortejos solenes e públicos durante os quais se ora em comum.

A oração em comum tem uma grande virtude: quando todos os filhos pedem em volta do pai, este nada lhes pode recusar: do mesmo modo Deus é de alguma sorte constrangido a ouvir-nos, quando uma multidão de filhos lhe dirigem em comum as suas orações.

As cerimónias usadas nas procissões simbolizam a verdade de que nós somos na terra viandantes que nos dirigimos à pátria celeste (Heb. XIII, 14).

Saímos da igreja (*processio, de procedere* — afastar-se: daí o nome de procissão) e voltamos à igreja, o que nos indica que devemos entrar na Igreja da terra para chegarmos à Igreja triunfante. A cruz vai na frente, porque nós oramos em nome de Jesus Cristo, e para nos fazer compreender que cá na terra as cruzes e os sofrimentos

são inseparáveis da obediência aos ensinamentos do divino Salvador. As *bandeiras* remontam ao tempo de Constantino Magno, que, depois da maravilhosa visão de uma cruz brilhante no céu, mandou pôr a cruz nos seus estandartes; elas nos fazem lembrar que somos soldados, que toda a nossa vida é uma luta. O *toque dos sinos* convida-nos a orar com fervor, para que as nossas súplicas subam ao céu como o som dos sinos se eleva para as nuvens. Caminhamos em *duas fileiras*, para figurar os dois mandamentos do amor e dum modo particular o do amor do próximo. As *crianças* vão adiante, porque Deus tem predilecção pela infância por motivo da sua inocência; seguem depois os mancebos e as donzelas e a seguir o *padre* com os cantores; de trás vão os homens e as mulheres. O *padre* vai no meio da procissão, porque ele é igualmente duns e doutros, devendo servir e auxiliar a todos. Oramos ou cantamos *constantemente* durante a procissão, porque devemos sempre orar enquanto vivermos. As orações variam em conformidade com o fim da procissão: nas Rogações, diz-se a ladaína dos santos. Devemos assistir à procissão de *cabeça descoberta*: só o clero e as autoridades em serviço, revestidas das insignias das suas funções, levam a cabeça coberta (excepto se vai o Santíssimo), em sinal de preeminência. Na procissão do Corpo de Deus todos devem conservar a cabeça descoberta.

II. A Igreja estabeleceu as procissões para nos recordar mais vivamente certas circunstâncias da vida de Jesus Cristo, ou certas verdades da fé, e ainda para obter mais facilmente o auxílio de Deus; a Igreja por meio delas também nos oferece ocasião de confessarmos publicamente a nossa fé e demonstrarmos a nossa união com a Igreja.

Recordando-nos deste modo certas circunstâncias da vida de Jesus Cristo ou certas verdades da fé, a Igreja pretende fortalecer a nossa crença. Pelas procissões alcançamos auxílio mais pronto, porque Deus atende mais depressa a oração feita em comum e porque a profissão pública da nossa fé é sumamente agradável a Deus (e nos

nossos tempos muito necessária). A história ensina-nos que as procissões tiveram sempre feliz êxito. Duas procissões nos trazem à lembrança **circunstâncias da vida de Jesus Cristo**, a das *Candeias* (*Candelária*, Purificação da SS. Virgem, a 2 de fevereiro) e a de domingo de *Ramos*. Duas outras nos recordam **verdades da fé**: a da *Ressurreição* e a do *Corpo de Deus*. Duas procissões têm o fim de **implorar o auxílio de Deus**: a de *S. Marcos* e as três das *Rogações*. — Nos lugares onde a religião não goza de liberdade, as procissões fazem-se dentro da igreja.

III. As seguintes procissões são prescritas em toda a Igreja:

1. A procissão na festa da Candelária (das *Candeias*), em que se levam *velas acesas*, porque neste dia o santo velho Simeão chamou ao Menino Jesus a «*luz do mundo para iluminação dos gentios*» (S. Luc. II, 32).

A procissão da Candelária serviu em algumas partes para dar uma significação cristã aos *cortejos de luzes* que os pagãos faziam, celebrando danças, com tochas acesas, em honra das suas divindades no mês de fevereiro, em que a luz aumenta e os dias crescem. Jesus Cristo é verdadeiramente a **luz do mundo**, pois que com a sua doutrina dissipou as trevas do êrro pagão. A **vela de cera** figura Jesus Cristo, Luz do mundo; a cera simboliza a sua natureza humana, a chama a sua divindade. Da mesma sorte que a chama se alimenta da cera, também a divindade se manifesta na humanidade de Jesus Cristo pela doutrina e pelos milagres. Assim como a vela se consome alumizando os outros, também Jesus Cristo imolou a sua natureza humana para ajudar o género humano a chegar à luz e ao esplendor da felicidade eterna. Quem acende, em ocasião de *trovoada* e à *hora da morte*, as velas bentas no dia da Candelária não é réu de superstição, mas obra com sabedoria, pois que, nas orações da bênção que precede a procissão, o sacerdote pede a Deus luz e protecção para todos os que se servirem com devoção destas velas bentas.

2. A procissão do domingo de Ramos, em

que se levam *ramos bentos* em volta da igreja ou dentro dela, porque neste dia Jesus Cristo deu entrada triunfante em Jerusalém.

Os *ramos* nas mãos dos judeus significavam a vitória que o Senhor Jesus alcançou pela sua morte sobre os principes das trevas (S. Ag.); e a nossa procissão simboliza a *nossa futura entrada triunfante* no céu. O sacerdote antes de entrar bate três vezes com a cruz à porta da igreja, para indicar que só a cruz e os sofrimentos nos abrirão um dia as portas do céu.

3. A procissão da Ressurreição no dia de Páscoa⁽¹⁾, em que se leva solenemente o SS. Sacramento em volta da igreja para nos recordar que no dia de Páscoa ressuscitou e saiu do túmulo o divino Salvador.

Com esta procissão manifestamos a nossa crença na ressurreição de Jesus Cristo e na nossa. Em várias partes faz-se esta procissão no sábado santo à tarde, por haver maior concorrência de fiéis.

4. A procissão do Corpo de Deus, em que o SS. Sacramento é levado publicamente em triunfo e se expõe sucessivamente em quatro altares, para afirmarmos publicamente a nossa crença na presença real de Jesus Cristo na Sagrada Eucaristia.

A procissão do Corpo de Deus celebra-se na quinta-feira imediata à festa da Santíssima Trindade, isto é, na segunda semana depois de Pentecostes, porque pouco tempo depois da vinda do Espírito Santo, os apóstolos co-

(1) Esta procissão está pouco em uso nos países da raça latina. (É assim que se lê no original que traduzimos; mas em Portugal esta procissão é popularíssima).

meçaram a distribuir aos fiéis o Corpo do Senhor na Sagrada Comunhão. Nesta solenidade parece que a Igreja nos diz : «Jesus Cristo subiu ao céu na sua Ascensão, mas nem por isso temos motivo de nos entristecer, porque fica permanentemente connosco no SS. Sacramento do altar». A festa do Corpo de Deus soleniza-se há mais de seis séculos. Foi primeiro estabelecida na Bélgica pelo bispo de Liège, por causa dumha revelação feita a Santa Julian, religiosa dum convento desta cidade (1250); e pouco depois (1264) Urbano IV estendeu-a a toda a Igreja. João XXII ordenou que se fizesse a primeira procissão em 1317. É costume levar nesta procissão o Santíssimo na custódia, debaixo do pálio, incensando-o durante todo o trajecto: à sua passagem todos se descobrem e ajoelham, as famílias adornam as suas janelas com colgaduras e deitam flores sobre o Santíssimo em sinal de amor e reverência. Os quatro altares portáteis⁽¹⁾ que se improvisam em vários pontos do percurso indicam que todos os povos das quatro partes do mundo são convidados para a mesa do Senhor. Junto destes altares lê-se em algumas partes *uma passagem* de cada um dos quatro Evangelhos, sobre a instituição da Eucaristia, porque os Evangelistas, pelo testemunho que dão a Jesus, nos dizem a quem prestamos tais honras, e porque é que esta apariência de pão faz dobrar todos os joelhos⁽²⁾. O SS. Sacramento é levado debaixo dum pálio, porque em muitos povos, particularmente na Ásia, o pálio é um sinal da dignidade real; indica, pois, a Majestade do Deus escondido sob o véu do sacramento.

5. A procissão de S. Marcos, em que os fiéis percorrem os campos para pedir a Deus a prosperidade dos frutos da terra.

A festa de S. Marcos é no dia 25 de abril. A procissão foi estabelecida por S. Gregório Magno, cerca do ano

(1) O costume dos quatro altares portáteis não é do rito estritamente romano.

(2) Em certos países fazem depois da leitura do Evangelho uma oração para serem preservados das tempestades (*a fulgure et tempestate*), e pedem depois a bênção para os frutos da terra. Por esta oração, reconhecemos que o divino Salvador escondido sob as apariências do pão é o Soberano todo poderoso e o Senhor do universo. A procissão, ao entrar na igreja, acaba pelo canto do «Te-Deum».

600. Rebentou a peste em Roma, e o ar estava de tal modo corrompido que se morria espirrando (1). S. Gregório mandou que fizessem uma procissão implorando o socorro de Deus, e o flagelo cessou. Por isso esta procissão se chama *procissão da peste*; chamaram-lhe também *séptupla*, ou septiforme, porque os fiéis saíam de sete igrejas, e depois juntavam-se todos para acompanhar à igreja de Santa Maria Maior a imagem da Santa Virgem pintada por S. Lucas.

6. A procissão das Rogações, que também percorre, em certas regiões, os campos, para rogar a Deus que abençoe as colheitas.

As Rogações são os três dias que precedem a Ascensão do Senhor. S. Mamerto, bispo de Viena, em França, é que estabeleceu as Rogações, no ano 470, para impetrar o socorro divino contra a fome e tremores de terra. Estas procissões convidam-nos a meditar o mistério de Jesus Cristo dirigindo-se com seus discípulos para o Monte das Oliveiras, para dali se elevar ao céu.

Além destas procissões, celebram-se anualmente outras, próprias de cada região.

Por exemplo, as procissões para agradecer a Deus a colheita, no dia da Santíssima Trindade; no dia do padroeiro da nação ou do lugar, etc. Em Portugal a procissão dos Passos, a da Cinza, as da semana santa, etc.

Muitas vezes o papa ou o bispo ordena uma procissão extraordinária.

Por exemplo, nos jubileus, ou em tempos de calamidades públicas. A recepção solene dum bispo e os fúneis cristãos são, a bem dizer, procissões. Nas procissões, a coisa principal é a oração; quem, em vez de rezar, não faz mais do que conversar ou olhar para todos os lados, fazia melhor se ficasse em sua casa: a sua presença só serve para dar escândalo, sem fazer bém nenhum.

(1) Daí talvez o uso, que até hoje se conservou, de dizer a quem espirra: Deus o salve.

2. Os funerais cristãos

1. Os funerais cristãos constituem uma espécie de procissão, junta com a bênção do cadáver dum católico defunto.

É uma obra de misericórdia enterrar os mortos: por isso Deus abençoou Tobias especialmente, porque enterrara seus irmãos. Nós cristãos honramos os corpos dos defuntos, e a Igreja enterra-os com cerimónias solenes, porque sabemos que êles hão-de ressuscitar um dia. Nos enterros, vai a cruz na frente (porque oramos em nome de Jesus crucificado), tocam os sinos (porque a nossa oração fervorosa deve, como os seus sons, penetrar nos céus), cantam-se salmos e antífonas fúnebres (em particular o Misericórdia e os salmos penitenciais de David). No caminho para o cemitério deve-se orar e não conversar; pois nas procissões convém que haja oração. Em muitas paróquias rurais os assistentes conservaram o piedoso uso de rezar o terço.

2. As cerimónias particulares em uso nos enterros cristãos simbolizam a oração pela qual pedimos a Deus que seja propício ao defunto.

Levam-se, por exemplo, velas acesas para pedir a Deus que faça raiar sobre o defunto a luz eterna, e se digne admiti-lo à sua visão. Asperge-se o féretro com água benta, para pedir a Deus que purifique o defunto dos seus pecados; queima-se incenso para pedir a Deus que as nossas orações subam até ao seu trono como o fumo do incenso, e lhe sejam agradáveis; enfim diz-se ou canta-se uma missa pelo defunto e às vezes o sacerdote faz uma oração fúnebre para estimular os parentes a orar com fervor. Dantes costumava-se até levar o defunto à igreja na véspera do enterro, velar junto dele durante toda a noite em oração, e no dia seguinte celebrava-se missa de corpo presente. Por motivos de higiene, o primeiro costume cessou quase em toda a parte. Hoje, quando a missa não se celebra em presença do cadáver, levanta-se na igreja um catafalco (tumba vazia ou simulada). Só nos enterros de crianças inocentes, com menos de oito anos, isto é, que não chegaram ao uso de razão, é que a Igreja emprega

cerimónias que exprimem *alegria*, e nessas circunstâncias o sacerdote paramenta-se ordinariamente de *branco*.

3. Nos funerais, as *flôres* e as *coroas* simbolizam por um lado a *fragilidade* da vida humana e por outro a *imortalidade da alma* e a *afeição que persevera* mesmo depois da morte.

As flores que murcham rápidamente fazem-nos lembrar a fragilidade das coisas terrenas. «O homem floresce e murcha, diz a Escritura, como uma flor dos campos» (Ps. CII, 15). As flores frescas e as coroas depostas no féretro significam também que a alma *continua a viver*, ainda que o corpo seja presa da morte. Plantadas na sepultura, as flores exprimem a afeição constante que temos pelo defunto, repetem a sentença da Escritura: «O amor não morre» (I Cor. XIII, 8). Todavia, ainda que as flores sobre o féretro e o túmulo formem um belo simbolismo e não provoquem nenhuma objecção sob o ponto de vista religioso, as despesas *exageradas* que hoje se fazem com as coroas e flores são um abuso, porque são sempre manifestações de *prodigalidade* e *orgulho*. Mais valia **evitar esse luxo supérfluo** e distribuir aos pobres o custo dessas coroas. Que alívio não procuraríamos ao defunto por esta obra de misericórdia! Por isso muitas pessoas de coração nobre proibiram que pusessem coroas no seu féretro (1). Procede-se, pois, com prudência recomendando que os convites contenham a menção: «Pede-se que não mandem flores, nem coroas». Deve-se também censurar o costume que há de pendurar na igreja as coroas que estiveram sobre o féretro. Essas coroas podem propagar a doença, sobretudo se esta era infecciosa; podemos deitar essas coroas **mesmo no túmulo**, tanto mais que não devemos tirar ao defunto flores trazidas a ele como lembrança.

4. De ordinário celebram-se **solemnemente** os funerais cristãos, porque agrada a Deus ver-nos honrar os restos daqueles que morreram na sua graça.

(1) O Feldmarechal, arquiduque Alberto da Áustria, o vencedor de Custozza (1866), e filho do vencedor de Aspern, falecido em 1895, proibiu absolutamente as grinaldas e coroas pedindo que dessem esse dinheiro aos pobres ou que mandassem dizer missas. Admirável exemplo para imitar!

É conveniente honrar o corpo humano, ainda mesmo depois da morte. Devemos respeitar os nossos *corpos vivos* porque são a habitação e os instrumentos da nossa alma, criada à imagem de Deus; mas devemos também respeitar os restos do que venerámos durante a vida. Por isso é que honramos os restos dos defuntos; devemos tanto mais respeitá-los porque elas são os *templos do Espírito Santo*. Honramo-los pois com relação a Deus, e é por isso que Deus tem por agradável esta veneração⁽¹⁾. Além disso, Deus acha que é uma **obra de misericórdia** enterrar os mortos (porque preservamos da profanação os corpos dos defuntos) e não a deixa sem recompensa (história de Tobias). Na Igreja primitiva, as pessoas mais nobres, mesmo os papas, não se envergonharam de transportar sóbre os seus próprios ombros os *cristãos martirizados pela fé* e enterrá-los por suas mãos. Nesta época estavam os cemitérios em galerias subterrâneas, nas catacumbas, onde se oferecia também o santo Sacrifício. Daí veio mais tarde o uso de enterrar os defuntos nos subterrâneos das igrejas e em volta das mesmas igrejas, costume que em nossos dias foi abolido sob um pretexto exagerado de salubridade e higiene. Hoje fazem os cemitérios⁽²⁾ fora das cidades, ainda que é um preconceito julgar que os cemitérios contaminam o ar, corrompem a água e causam epidemias; médicos distintos têm provado que os **cemitérios** juntos às igrejas **nenhum dano causam à saúde**. Um cadáver insepulto ou não bem coberto, seria certamente um foco de infecção, porque a putrefacção acelera-se pelo contacto com o oxigénio do ar; mas desde que esteja debaixo da terra, a uns seis pés de profundezas, a decomposição faz-se muito mais lentamente, e assim como uma esponja absorve a água, assim também a terra absorve os gases que dêle se desenvolvem. A terra é o melhor meio de desinfecção para os corpos em decomposição; ela transforma mesmo esses gases noutras matérias que contribuem para o desenvolvimento das plantas e dão essa abundante vegetação que vemos nos cemitérios rurais. Se o ar dos cemitérios fosse tão mau, como explicar a longevidade dos coveiros e guardas dos cemitérios? Já se provou também que a água que passava através dos cemitérios não estava corrompida; os especialistas analisa-

(1) Ver, na segunda parte. Culto das relíquias pág. 107.

(2) A palavra cemitério vem do grego e significa dormitório, isto é, lugar onde se dorme da morte.

ram a água que nasce nas proximidades dos cemitérios e acharam-na absolutamente sã: a terra, com efeito é um filtro excelente e muda os miasmas em substâncias úteis. Também não temos motivos para declarar prejudicial o enterramento nos cemitérios, e tomar partido em favor da destruição violenta e anti-natural dos cadáveres, em favor da cremação. «Tenho a firme convicção», diz um grande sábio italiano, Mantegazza, que se caluniam os cemitérios. Cinquenta por cento dos incineristas fanáticos só fazem o elogio da *cremação* para passarem por livres-pensadores; quebrando a tradição, querem fingir que fazem progressos».

5. A Igreja reprova a **cremação dos cadáveres**, porque é contrária aos sentimentos cristãos (Cân. 1203, 1240, e 2339).

Desde o princípio foi uso universal de todos os povos enterrar os cadáveres porque as ossadas humanas que se encontram no seio da terra e que datam dos tempos mais longínquos não foram calcinadas pelo fogo; encontram-se mesmo câmaras funerárias fechadas com pedras. Os Judeus enterravam os seus mortos: a Escritura Santa fala em mais de trezentas partes dos túmulos dos patriarcas, dos reis e dos profetas! A recusa da sepultura passava por ser um castigo (Deut. XXVIII, 26), e os Judeus só em caso de peste é que queimavam os cadáveres (Amós, VI, 10). Os antigos Romanos também enterravam os seus mortos; consideravam os túmulos como sagrados (Cícero), e castigavam severamente a profanação dos sepulcros; cortavam ou queimavam a mão do malfeitor que tal crime praticasse. Muitas vezes punham os corpos em cima de pedras, que, diziam êles, tinham a propriedade de reduzi-los a pó no espaço de quarenta dias: daí o nome de *sarcófagos* (que comem carne). Os Romanos só quando temiam uma profanação da parte dos inimigos, é que queimavam os cadáveres (Plínio); mais tarde, quando a imoralidade se tornou geral, a incineração dos cadáveres tornou-se moda. Os antigos Egípcios e alguns povos da América embalsamavam os seus mortos (recordem-se as múmias). Em todos os povos idólatras, as fogueiras desapareceram logo que a civilização penetrou até êles: em particular o cristianismo fez desaparecer a incineração dos cadáveres. Pelo contrário na nossa época, em que a fé cristã declina, em que os costumes tornam a ser selvagens

e pagãos, preconiza-se a cremação dos cadáveres, que ferre os nossos **sentimentos cristãos**. Para nós, cristãos, a morte é um sono; os mortos estão adormecidos (I Cor. XV, 18), porque hão-de acordar um dia, na ressurreição; o cemitério é um dormitório, um lugar de descanso e de sono, e daí a palavra *campo de repouso*; ora êsse sono é figurado pelo enterrro e não pela incineração do cadáver. Além disso, depondo o cadáver na terra, professamos que o nosso corpo é como uma semente (I Cor. XV, 42) deposita na terra onde germinará e crescerá. Devia-se escrever nos cemitérios: «Aqui está deposita a sementeira que Deus semeou, o corpo que mais tarde ressuscitará: foi semeador mortal; germinará para a imortalidade». Como cristãos estimamos a nossa alma imortal, criada à imagem de Deus, e também o corpo, seu instrumento (Oríg.). Um cristão sensato nunca dará a sua aprovação à cremação dos cadáveres em que o corpo estala, os ossos rangem e se torcem, em que o cadáver é horrivelmente maltratado. Os partidários da cremação não são mais que uns homens que perderam todo o sentimento da sua dignidade humana e já não têm a fé cristã. Nós, cristãos, tomamos Jesus Cristo por modelo, e êle não se fez queimar mas sim depositar num túmulo, donde ressuscitou. Os pagãos não tinham as mesmas razões; não desejavam nem túmulos nem monumentos fúnebres, que importunamente lhes lembrassem a morte e o fim da sua felicidade terrestre. É êsse mesmo motivo que inspira os nossos livres-pensadores modernos em favor da incineração dos cadáveres. O enterrro na terra lembra-lhes demais a *imortalidade da alma*; preferem a incineração, que lhes parece figurar o aniquilamento completo do homem depois da morte. «Não deve, porém, julgar-se que nós cristãos tememos a incineração dos cadáveres como prejudicando a nossa imortalidade: Deus pode também ressuscitar os corpos dissolvidos em fumo» (Octávio). O inconveniente da incineração é que ela empesta o ar já corrompido pelo fumo das fábricas, e produz exalações perigosas que seriam ainda muito mais prejudiciais se a incineração fosse geral. Com efeito, seria necessário estabelecer nas cidades vários fornos crematórios, pois que são precisas, pelo menos, duas horas para consumir um cadáver. Os partidários da cremação deviam dizer-nos por que é que a Índia, onde está em uso a incineração, é o quartel e o foco de todos os contágios e de todas as epidemias. Além disso, a incineração dos cadáveres fica muito cara e causa uma despesa inútil de com-

bustível, que faz falta para outros fins. Emfim, há uma grave objecção que embaraça os partidários da incineração dos cadáveres: com efeito a **justiça** não pode aprovar a cremação. Se se enterram os corpos, ainda é possível depois de muitos anos verificar os vestígios de homicídio, de envenenamento, de estrangulação. Têm-se provado assim muitos crimes e salvado muitos inocentes; ora é impossível fazê-lo depois da incineração, e os seus partidários tornam-se cúmplices dos crimes de que à justiça subtraem as provas ou indícios. — Quem tiver ordenado a cremação do seu cadáver é privado de sepultura eclesiástica (cân. 1240, § 1, n.º 5).

6. A Igreja não pode conceder funerais cristãos (sepultura eclesiástica) aos que não são baptizados, aos heterodoxos e aos católicos que morreram *notoriamente em estado de pecado mortal* (cân. 1240).

Ao número dos não baptizados ou infieis pertencem as crianças que morrem sem baptismo. — A Igreja não tem nenhum poder sobre os que não estão baptizados. Os heterodoxos são, por exemplo, os protestantes, os velhos católicos, os scismáticos; a Igreja recusa-lhes os funerais cristãos, porque se firma neste princípio: «Quem, durante a vida, não esteve em comunhão connosco, também o não está na morte» (Inocêncio III). Se o padre católico também presidissem ao enterro dos que não são católicos, favoreceria o preconceito de que «tôdas as religiões são boas», o que só serviria para contribuir para a *indiferença religiosa*, ao mesmo tempo que tiraria a dignidade à verdadeira Igreja, e causaria um prejuízo grave para a salvação das almas! Todavia a Igreja tolera que, segundo as prescrições das leis civis, se enterrem nos cemitérios católicos pessoas de outras religiões, mas reserva-lhes um lugar particular que não está benzido. Permite também que se enterrem em jazigos de família membros que não são católicos (Congr. Ind. 30 de março de 1859). Salvo estas circunstâncias, mantém-se neste princípio: O cemitério benzido é um grande jazigo de família, para os que pertencem à Igreja católica: ninguém tem o direito de ser enterrado nêle se, durante a vida, não fez parte da mesma Igreja. Também se nega a sepultura eclesiástica aos suicidas que se mataram em pleno uso de razão; aos duelistas; aos pecadores públicos e manifestos. Ocorrendo alguma dúvida, consulta-se o bispo para resolver. A recusa de

sepultura eclesiástica aos pecadores públicos não é uma *sentença condenatória*, mas a expressão pública do horror que inspiram os seus pecados e um meio de desvilar os outros dêstes crimes. Nenhuma associação, por certo, se prestaria de boa vontade a acompanhar ao túmulo um de seus membros, que tivesse causado prejuízo a seus interesses; essa associação perderia o prestígio aos olhos do povo; do mesmo modo seria degradante para a Igreja e para o padre fazer funeral cristão a um mau católico. Os suicidas são enterrados à parte em terreno não benzido, mas distinto do dos não-católicos.

3. As peregrinações ou romarias

Em muitos países fez Deus brotar águas minerais, que curam as doenças corporais; também do mesmo modo escolheu vários santuários onde atende mais pronta e favoravelmente as nossas orações.

1. As peregrinações ou romarias são visitas a santuários onde muitas vezes Deus concede socorros extraordinários.

As peregrinações já se usavam entre os Israelitas: nas três festas da Páscoa, de Pentecostes e dos Tabernáculos, todos os Israelitas deviam ir a Jerusalém, e o Menino Jesus também lá foi com seus pais na idade de doze anos (S. Luc. II, 41). É para o homem uma necessidade fazer de tempos a tempos uma viagem (o que aviva as impressões): os ricos ordinariamente vão para as águas, os pobres fazem peregrinações devotas aos santuários.

2. Há peregrinações aos Lugares Santos, aos sepulcros dos apóstolos e peregrinações em honra da Santíssima Virgem e dos Santos.

As peregrinações mais importantes dos **Lugares Santos** são: o lugar da crucifixão e do S. Sepulcro no monte Calvário, em Jerusalém; o lugar da Agonia e da Ascensão, sobre o monte das Oliveiras; o lugar do nascimento de Jesus Cristo, em Belém, e o da Anunciação em Nazaré.

No monte Calvário encontra-se a igreja do S. Sepulcro que se compõe de três igrejas, a saber: a da Crucifixão, a da Ressurreição e a da Invenção da Santa Cruz, que estão todas sob o mesmo tecto. Os primeiros cristãos iam ali em grande número: por isso o imperador Adriano (cem anos depois da morte de Jesus Cristo) quis afastar dali os peregrinos cristãos e mandou edificar naqueles santos lugares um templo de ídolos. Quando Santa Helena, mãe de Constantino Magno, ali encontrou a verdadeira cruz (325), as peregrinações a Jerusalém tomaram novo incremento. O imperador Carlos Magno edificou perto do Santo Sepulcro um hospício para os peregrinos germânicos. Como os lugares santos tivessem caído em poder dos infieis, empreenderam-se as cruzadas (são sete as principais) para reconquistar a Palestina (1095-1270), que não eram mais que peregrinações heróicas. No século XV, as peregrinações à Terra Santa tornaram-se de novo freqüentes e duraram até à rebelião de Lutero. Veneza era ordinariamente o ponto de partida das peregrinações: eram precisas oito a onze semanas para chegar a Jafa, enquanto que hoje se vai lá em oito dias.

As peregrinações mais importantes em honra dos **Apóstolos** são: aos túmulos de S. Pedro e S. Paulo em Roma, e ao túmulo de S. Tiago de Compostela em Espanha.

As relíquias do apóstolo S. Pedro repousam na basílica de seu nome, ao sopé da colina do Vaticano. É a maior igreja do mundo, célebre pela sua cúpula gigantesca: foi terminada em 1626 depois dum trabalho de cento e dez anos. As relíquias de S. Paulo estão conservadas na igreja de S. Paulo fora dos muros de Roma. Esta basílica foi destruída em 1823 por um incêndio, mas reedificada e consagrada por Pio IX, em 1854, por ocasião da proclamação do dogma da Imaculada Conceição.

As peregrinações mais importantes em honra da **Santíssima Virgem**, são: Nossa Senhora de Lourdes, em França; Loreto, na Itália; Altötting, na Baviera; Kevelaer, nas províncias do Reno; Maria Zell, na Áustria (Estíria); Einsiedeln (os Ermitas).

na Suiça⁽¹⁾; Monserrate e Pilar em Espanha; Guadalupe, no México; Lujan, na Argentina; Fátima, em Portugal.

Lourdes está situada no sopé dos Pireneus ocidentais. Em 1858 a Santíssima Virgem apareceu dezóito vezes, numa gruta a uma pobre pastorinha de nome Bernadette, e pediu que lhe edificassem uma igreja naquele sítio, e ali viessem os fiéis em peregrinação. Maria, numa das aparições, disse: «Eu sou a Imaculada Conceição». Na gruta das aparições brotou do solo uma abundante nascente, cuja água tem operado, desde então até nossos dias, inúmeros milagres, entre os quais o do advogado parisiense Henrique Lasserre, curado de cegueira, que por gratidão se fez o historiador daquele santuário. Cada ano vão dali para todas as partes do mundo mais de 120.000 garrafas da água milagrosa, e o santuário vê-se visitado por muitos milhões de peregrinos que de todos os países

(1) Maria-Zell é muito célebre na Estíria, Altötting na Baviera e Kevelaer na Westfália. A peregrinação de Maria-Zell faz-se desde 1200. Foi fundada pela ordem dos Beneditinos. Um sacerdote do convento de S. Lambert, enviado para essa região, colocou num nicho feito de tábuas (zell=cela) sobre o tronco dum árvore, uma estátua de madeira, da Mãe de Deus (1156). Em breve vieram peregrinos que a exemplo do padre oravam diante da estátua da Santíssima Virgem. Muitas curas milagrosas tornaram célebres estas peregrinações. O rei da Hungria, Luís I o grande, que em 1363, depois de ter invocado a Mãe de Deus, de Maria-Zell, bateu 80.000 turcos com 20.000 homens, construiu nesse lugar uma grande igreja, onde mais tarde os soberanos da Áustria e os príncipes da Igreja vieram em peregrinação. — A capela milagrosa de Altötting, sobre o Inn, na Baviera, foi construída e consagrada cerca do ano 700 por S. Ruperto, primeiro Apóstolo da Baviera. Mais tarde foi construído a seu lado um convento de Beneditinos, que os Húngaros nas suas invasões queimaram com a igreja, em 907. Só a capela foi preservada, assim como nas seguintes guerras. As peregrinações começaram no século XVI. O que prova que este santuário tem sido freqüentado é que no espaço de 50 anos (de 1666-1716) comungaram ali vinte e dois milhões de fiéis. — Em Kevelaer, perto de Düsseldorf, na província renana, um aldeão de Geldern edificou um igrejinha em 1642, tendo recebido essa ordem dum crucifixo. Vêm a Kevelaer algumas vezes 200.000 peregrinos num ano: vêm da província renana da Westfália e dos Países-Baixos. A maior parte das peregrinações tiveram um princípio humilde, que lembra o grão de mostarda do Evangelho.

do mundo acorrem a Lourdes. — Em **Loreto**, nas vizinhanças de Ancona, em Itália, está desde o ano de 1295, em uma pequena mata de loureiros (*lauretum*), a casinha em que a Mãe de Deus vivia em Nazaré. O rei de França S. Luís viu-a ainda em Nazaré em 1252. Em 1291, viram-na de repente em Tersato perto de Fiume, na Dalmácia; em 1294 desapareceu dali e apareceu perto de Ancona, de onde ainda mudou de lugar em 1295. Esta casa foi pois sobrenaturalmente transladada pelos anjos. O altar que ali se encontrava quando foi esta miraculosa transladação é, segundo a tradição, o mesmo em que S. Pedro ofereceu o Santo Sacrifício. A estátua, de madeira de cedro, que ali se via e que tinha três pés de altura, representa a Mãe de Deus com o menino Jesus: é atribuída a S. Lucas. Em 1464 construíram uma *basílica* por cima da casa da Mãe de Deus. Em muitos sítios têm-se construído capelas imitando a santa casa do Loreto: primeiro em Tersato, depois, em 1627, na igreja de S. Agostinho em Viena. É ao Loreto que as ladeiras da Santíssima Virgem devem o seu nome. Contam-se pouco mais ou menos 500.000 peregrinos que lá vão cada ano. Pio IX foi lá curado, quando estudante. — **Einsiedeln**, na Suíça, deve a sua origem a um beneditino, S. Meinrado, da casa de Hohenzollern, que viveu como ermita durante 26 anos numa floresta, e foi morto por dois ladrões que ele alojara na sua cela (861). Em 930 o deão do cabido de Estrasburgo mandou edificar ali uma igreja, onde os fiéis começaram a ir em peregrinações para venerar a imagem da Santíssima Virgem venerada por S. Meinrado. Como S. Conrado, bispo de Constança, ali fosse para consagrar esta igreja, viu, na noite precedente, Jesus Cristo que, acompanhado dum multídão de anjos e santos, consagrava esse santuário entre cânticos do céu. Por isso ele e também todos os seus sucessores, se abstiveram, por ordem do papa, de proceder à cerimónia. Esta circunstância assim como a canonização de S. Meinrado, a transladação das suas *reliquias* para Einsiedeln (1029), e os numerosos milagres que ali se deram fizeram dessa igreja um lugar de peregrinação célebre, onde foram reis e imperadores. Por três vezes a capela milagrosa foi preservada do incêndio; foi porém destruída durante a Revolução francesa, mas a imagem miraculosa foi salva. Em 1817 foi reconstruída a igreja e todos os anos ali vão pouco mais ou menos 150.000 peregrinos prostrar-se no santuário bem-dito. — Na vizinha Espanha há santuários da Virgem que so-

brelevam aos mencionados, em antigüidade e celebriidade. **O Pilar**, de Saragoça, que começou por uma humilde capela, é hoje uma sumptuosa basílica e remonta aos tempos do apostolado de S. Tiago na península. A Santíssima Virgem, que ainda então vivia sobre a terra, apareceu-lhe nas margens do Ebro e mandou-lhe construir uma capela, protestando que tomaria sob sua protecção especial a nação espanhola. A devoção à Virgem do Pilar (recentemente coroada com um diadema de pedras preciosas de elevado valor) é geral entre os católicos espanhóis que têm o costume de saúdar a todas as horas Maria Santíssima, dizendo: *Bemditá seja a hora em que a Virgem Santíssima veio em carne mortal ao Pilar de Saragoça.* Este culto, que nunca se apagou inteiramente sob a dominação agarena, tem ligadas a si as gloriosas memórias da guerra da independência e de tantas outras heróicas empresas dos espanhóis. — **Monserrate** teve origem em uma maravilhosa revelação da Santíssima Virgem quando, no século IX, indicou onde existia uma imagem bizantina que, antes da invasão muçulmana, fôra venerada em Barcelona e que os cristãos fugitivos haviam escondido nas alcantiladas sinuosidades daquele singularíssimo monte. Vifredo el Veloso, primeiro conde independente da Catalunha, fundou ali o mosteiro de Beneditinos que conserva e presta o culto à Padroeira do principado da Catalunha. Monserate foi visitado por célebres príncipes e Santos, entre êles, Filipe II, D. João da Áustria, S. Luís Gonzaga e Santo Inácio de Loiola. — A **Virgem de Guadalupe**, no México, venera-se em memória da aparição de Maria Santíssima no cérro de Tepeiac, a um índio, de nome João Diogo, em cuja tilma ou capa deixou estampada a sua imagem venerada (1531). Os índios começaram a prestar-lhe culto numa ermida que erigiram e a devoção tornou-se geral em 1737, quando foi declarada padroeira da cidade do México e pouco depois (1748) de toda a nação mexicana, por ter levantado uma peste da capital. Em 1885 foi coroada canonicamente no meio de imensa multidão de fiéis, com assistência de grande número de Bispos. Foi ultimamente concedida ao santuário a honra de basílica, e ali afluem freqüentes Peregrinações de mexicanos. — **Nossa Senhora de Lujan** (Argentina) é uma imagem transportada em 1630 do Brasil para Córdova, que, com prodigiosas manifestações, obrigou os cristãos a deixá-la no lugar onde se venera. Após várias construções humildes, edificou-se ali um grandioso santuário, e

a imagem foi solememente coroada em 1897 por concessão de S. Leão XIII. Pio IX visitou-a em janeiro de 1824. — Em Portugal também existem alguns santuários célebres como centros de devoção, onde os fiéis afluem em grande número a cumprir votos e a implorar auxílio. Entre todos sobressai, como centro de peregrinação nacional e internacional, o de Fátima que teve origem nas aparições de N. Senhora, de 13 de maio a 13 de outubro de 1917. Ocorreram estas aparições na Cova da Iria, a cerca de 3 quilómetros da igreja paroquial da Fátima, junto à estrada que liga Leiria com Vila Nova de Ourém. Os privilegiados videntes eram três crianças: Lúcia de Jesus, de 10 anos de idade, e seus primos Francisco Marto, de 9 anos, e Jacinta Marto, de 7 anos. A Senhora aparecava uns 18 anos de idade, vestia de branco muito claro, com o vestido e o manto orlados de ouro; das mãos pendia-lhe um têrço de contas brancas, rematado por uma cruz de ouro; cercava-lhe todo o corpo, principalmente o rosto, um esplendor mais brilhante que o sol. Falou sempre com Lúcia e recomendou várias vezes que rezassem o têrço. À última aparição, em 13 de outubro, assistiram umas 70.000 pessoas que puderam contemplar vários sinais no sol. Estava tudo ennevoado e chovia torrencialmente. De repente, rasgaram-se as nuvens, e o sol apareceu inteiramente claro e começou a girar vertiginosamente, como roda de fogo artificial, com tôdas as cores do arco-íris. Este fenômeno repetiu-se três vezes e durou uns dez minutos. Em provisão de 13 de maio de 1922, o sr. Bispo de Leiria mandou instaurar o processo canônico sobre os acontecimentos de Fátima e, a 13 de outubro de 1930, publicou uma pastoral em que declarou «como dignas de crédito as visões das crianças na Cova da Iria» e permitiu oficialmente o culto de N. Senhora de Fátima. Em 13 de maio de 1931, os Prelados portugueses foram em peregrinação ao Santuário de Fátima, fazer a consagração das suas dioceses a N. Senhora; reuniram-se então ali cerca de 300.000 fiéis. O culto de N. Senhora de Fátima, hoje o mais popular em Portugal, espalhou-se em breve por todo o mundo. Nas peregrinações do dia 13 de cada mês, especialmente de maio a outubro, tomam parte dezenas de milhares de portugueses e numerosos estrangeiros.

3. Os cristãos freqüentam as peregrinações

para implorar o socorro de Deus numa grande desgraça, ou para cumprir um voto⁽¹⁾.

Deus ouve *mais de-pressa* as nossas orações, quando feitas nos lugares de peregrinação. Os reis costumam receber quem lhes vai pedir mercês numa sala especial do palácio, e é lá que elês dispensam suas graças. Deus faz o mesmo. A terra também não tem por tôda a parte a mesma fertilidade. É pois com justa razão que os santuários onde se vai em peregrinação são chamados **lugares de graças**. Muitos doentes fazem voto de irem em peregrinação a um santuário se Deus os curar. A prova disso está nos numerosos quadros votivos (*promessas*) pendurados nas paredes.

4. As peregrinações aos santuários contribuem para a conversão de muitos cristãos.

O homem que viaja põe de parte e esquece as suas preocupações, e ora com *mais devoção*. Nos santuários que visita em peregrinação confessa-se com *mais sinceridade* a um padre que não conhece, e talvez repare muitas confissões nulas: é também áí que o Espírito Santo actua mais poderosamente sobre as almas. A peregrinação é também *uma obra de penitência*, porque muitas vezes traz consigo grandes incômodos e despesas, que contrariam as nossas paixões. Acresce que a peregrinação é *uma profissão pública* de fé e um testemunho de convicção religiosa; os incrédulos nunca anuirão a tomar parte numa peregrinação. E assim é que este acto religioso é fonte de graças particulares. Antigamente prescreviam-se as peregrinações como penitência sacramental. Pode suceder que as peregrinações (e com mais razão se dirá que as nossas romarias) sejam ocasião para alguns de se dissiparem e de *pecarem mais livremente*; daí o nosso provérbio: «Boa ro-maria faz quem em sua casa fica em paz». A *Imitação*

(1) S. João Nepomuceno, na sua grande tribulação, fez a peregrinação de Alt-Bunzlau, próximo de Praga. Igualmente fez uma peregrinação S. João Bosco (+ 1888) que, ao tempo em que todo se dedicava a instruir e educar as crianças abandonadas de Turim, era vítima de duras perseguições, e não sabia como é que havia de continuar a sua obra. Recessado da sua peregrinação, depressa recebeu, de maneira miraculosa, os socorros que tinha pedido.

de Cristo também diz: «os que muito peregrinam raras vezes se santificam»; mas isso não é motivo para reprevar as peregrinações em geral; ninguém proibirá o uso do vinho só porque muita gente se embriaga.

4. A Via-Sacra

A Via-Sacra deve, segundo se diz, a sua origem à Santíssima Virgem.

Refere a tradição que a Mãe de Deus, depois da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo, percorria muitas vezes o caminho que este seguira na sua paixão, e especialmente visitava os lugares assinalados por uma circunstância particular, meditando nos sofrimentos de seu Filho (Cat. Em.). Os primeiros cristãos iam em grande número visitar os Lugares santos e seguiam também devotamente a via dolorosa. Mas quando, na idade média, a Terra Santa caíu em poder dos infieis, e só com risco de vida lá se podia ir, erigiram-se em muitas partes os cruzeiros das estações, que foram enriquecidos pelos papas com numerosas indulgências. S. Francisco de Assis, em particular, contribuiu muito para espalhar a devoção da Via-Sacra.

1. Chama-se Via-Sacra a série de catorze estações, que representam o caminho seguido por Jesus Cristo carregado com a sua cruz, desde o pretório de Pilatos até ao monte Calvário.

As catorze estações são marcadas **por catorze cruzes de madeira** (sem a imagem de Cristo) junto das quais se põem muitas vezes quadros e inscrições, que contudo não são essenciais. As Vias-Sacras são erigidas sobre os montes, nas igrejas, algumas vezes nos cemitérios e também nas ruas das povoações, e por exceção em casas particulares e nos quartos dos doentes.

2. Quem quere fazer a Via-Sacra deve mudar-se duma estação para a outra, meditando os tormentos da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Basta mudar de lugar passando duma estação para a outra. E basta também meditar em geral na Paixão do divino Salvador, mas está-se no costume de recitar em cada estação um Padre Nossa e uma Avé-Maria, depois de ler ou de ouvir ler uma fórmula de meditação, bem como rezar o acto de contrição ao começar o piedoso exercício e concluir-lo com uma comemoração das dores de Nossa Senhora.

3. Quem faz a Via-Sacra ganha muitas indulgências; excita-se à contrição dos próprios pecados e sente-se estimulado a praticar muitas virtudes.

É mais útil meditar todos os dias na Paixão de Jesus Cristo do que jejuar todas as sextas-feiras a pão e água e tomar disciplina até derramar sangue (S. Alb. M.). Uma só lágrima derramada sobre os sofrimentos de Jesus Cristo tem mais valor do que uma peregrinação à Terra Santa (S. Agost. ⁽¹⁾). Além disso para manter sempre viva em nós a lembrança das suas dores é que Jesus Cristo instituiu a santa missa. — Aos fiéis que, singularmente ou em comum, ao menos de coração contrito, fizerem o piedoso exercício da Via-Sacra, legitimamente ereta segundo as prescrições da Santa Sé, é concedida: a) indulgência plenária, de cada vez que o fizerem; b) outra indulgência plenária, se, no dia em que o fizerem ou dentro de um mês desde que o tenham praticado dez vezes, se aproxíarem da Sagrada Comunhão; c) indulgência de 10 anos por cada uma das estações, se, por causa razoável, não tiverem concluído esse piedoso exercício. — Com este exercício de piedade obtém o pecador a graça da contrição. Assim como os que eram mordidos pelas serpentes de fogo se curavam olhando para a serpente de bronze (Núm. XXI), assim também os pecadores feridos de morte pelo demónio (que estão em pecado mortal) recuperam a saúde da alma meditando muitas vezes na paixão do divino Salvador. A Via-Sacra é um dos meios mais eficazes para converter os pecadores e tornar os justos mais perfeitos (Ben. XIV). A Via-Sacra estimula-nos

(1) A seguinte história faz-nos compreender quanto é agradável a Jesus Cristo a meditação dos seus sofrimentos. Um dia que Santa Brígida viu o divino Salvador vertendo sangue por todas as feridas, preguntou-lhe quem o pusera neste estado tão doloroso. «Foram, lhe respondeu Ele, aqueles que não meditam na imensidão do amor que Eu lhes mostrei na minha Paixão».

a praticar muitas **virtudes**. «Meditando na Paixão de Jesus Cristo, obtemos a força de suportar os nossos sofrimentos não só com *paciência*, mas até com *alegria*» (S. Boav.). A nossa soberba, avareza e ira são curadas pela *humildade*, *pobreza* e *paciência* do Filho de Deus (S. Agost.). «O homem, se queres caminhar de virtude em virtude, medita com tôda a devoção possível os sofrimentos do Senhor, porque esta meditação contribui poderosamente para a santificação da alma» (S. Boav.).

4. Quem *não pode fazer a via-sacra*, pode ganhar as mesmas indulgências tendo na mão um **Crucifixo** benzido para esse fim e recitando vinte *Padre-Nossos*, vinte *Avé-Marias* e vinte *Gloria Patri*.

Os navegantes, os prisioneiros, os enfermos e os que vivem em países de infiéis ou estão legitimamente impedidos de fazer a Via-Sacra na forma ordinária, lucram as mesmas indulgências, contanto que tenham na mão um Crucifixo, benzido para esse fim por um sacerdote munido da legítima faculdade, rezando ao menos com o coração contrito e devotamente vinte Padre-Nossos, Avé-Marias e Glória, sendo um por cada estação, cinco em memória das sagradas Chagas de N. Senhor e um segundo a intenção do Sumo Pontífice. Se não puderem, por motivo razoável, recitar tôdas essas orações prescritas para a indulgência plenária, lucram a indulgência parcial de 10 anos por cada um dos Padre-Nossos com sua Avé-Maria e Glória que recitarem. Lucram as mesmas indulgências os enfermos que em virtude da doença não puderem sem grave incômodo ou dificuldade realizar esse piedoso exercício na forma ordinária nem na forma acima indicada, contanto que com afecto e contrição beijem ou mesmo até só olhem um Crucifixo benzido para esse fim, que lhes seja apresentado por um sacerdote ou por outra pessoa, e recitem, se puderem, alguma breve oração ou jactatória em memória da Paixão e Morte de N. Senhor.

5. Exposição do SS. Sacramento

I. A exposição solene do SS. Sacramento consiste em expor o Corpo de Nosso Senhor à adoração dos fiéis, *numa custódia*, colocando-a num *trono*, ou em lugar elevado, *por cima do altar*.

Nos primeiros séculos, procurava-se quanto possível esconder aos olhos do povo o Santíssimo Sacramento, a-fim-de não dar aos não baptizados ocasião alguma de zombarem dos mistérios cristãos. Só depois da instituição da festa do Corpo de Deus, é que se começou a expor publicamente o Santíssimo Sacramento. Para esta exposição são precisas pelo menos seis velas acesas sobre o altar (Congr. Ep. 9 de dezembro de 1602). No fim da exposição dá-se a bênção com o Santíssimo. Não se tem por exposição solene a exposição do Santíssimo à bôca do sacrário, que o pároco pode fazer em qualquer ocasião.

2. Costuma-se expor o Santíssimo Sacramento nas seguintes ocasiões: nas festas grandes durante a missa, nas devoções da tarde, aos domingos e dias santos, na Quinta e Sexta-feira Santa e no Sábado Santo⁽¹⁾ (no santo sepulcro), no dia da festa do Corpo de Deus, e nas Quarenta Horas⁽²⁾. As vezes também o bispo ordena que se faça a exposição do Santíssimo por um motivo grave.

Os três dias de Carnaval, que precedem a quarta-feira de cinzas, são dias de folia e pecados; a Igreja expõe o S.S. Sacramento desde manhã até à tarde para desviar os fiéis dos divertimentos mundanos, e satisfazer a justiça de Deus irritada pelas ofensas que recebe durante esse tempo. Faz como um bom filho que procura animar seu pai, quando o vê triste por causa da grosseria dos vizinhos. Ganham-se indulgências recebendo, num desses três dias, os sacramentos da Penitência e Eucaristia e visitando o SS.^{mo} Sacramento. O bispo pode também ordenar que se exponha o Santíssimo nos casos de fome, epidemias, doença do papa, do soberano, etc.

6. Missões, Retiros

1. As missões são práticas e outros exercícios dirigidos por padres experimentados, a-fim-de reanimar o espírito cristão em uma paróquia.

(1) Nos países de rito romano esta exposição só se faz na Quinta-feira Santa.

(2) Na maior parte das igrejas as Quarenta Horas celebram-se pelo Carnaval.

O Código de Direito Canónico determina que em cada paróquia se realize uma missão, pelo menos, no período de dez anos. Não devem confundir-se as missões chamadas *populares* com as *missões dos países infieis*: ordinariamente, são dirigidas por *religiosos*, entre outros pelos **Redentoristas** (fundados em 1730 por S. Afonso de Liguori, na Itália meridional), ou pelos **Jesuitas** (fundados em 1540 por S. Inácio de Loiola), ou pelos **Lazaristas** (fundados em 1630 por S. Vicente de Paulo, em Paris), que pelas constituições das suas ordens são obrigados a fazer missões, e que para isso se preparam nos seus conventos. Em muitas regiões, os *padres seculares* também fazem missões em algumas paróquias. As missões fazem sempre *muito bem*; são *exercícios extraordinários* que produzem sobre os fiéis profunda impressão. Os numerosos *sermões* que se seguem sem interrupção têm mais eficácia e parecem uma chuva salutar. Como ordinariamente os padres missionários levam uma vida piedosa, o *Espírito Santo fala por meio dêles*, e as suas palavras abalam os corações mais duros. Como estes missionários são desconhecidos na freguesia, têm os fiéis uma excelente ocasião para fazerem uma *confissão bem feita*. Nesses dias privilegiados, parece que as *graças do céu* descem com uma abundância extraordinária. Quantos inimigos reconciliados! Quantas zangas esquecidas! Quantas restituições são feitas! Quantos maus hábitos corrigidos! Quantas más confissões são reparadas! Quantos maus hábitos corrigidos! Quantas más confissões são reparadas! Quantas almas se convertem e se voltam sinceramente para Deus! (S. Af.). Por isso o Sumo Pontífice tem recomendado instanciamente aos bispos que organizem missões nas suas dioceses para despertar a fé nas paróquias e trazer os fiéis ao caminho da virtude (Pio IX, 17 de março de 1856). Os papas têm enriquecido com muitas *indulgências* os exercícios das missões. «Os libertinos não gostam da missões porque elas inquietam as suas consciências e perturbam os seus divertimentos». Assim falava Fénelon que, como bispo, não deixava de trabalhar zelosamente nestes santos exercícios.

2. Os *retiros ou exercícios espirituais* produzem os mesmos efeitos que as missões.

Os retiros ou exercícios espirituais são instruções que se dão nas igrejas, juntamente com outros exercícios

de piedade, a propósito da primeira comunhão, ou em certas casas, por exemplo, nos conventos, para os diferentes estados (padres, professores, operários, pais e mães de família, etc.), e que são seguidas da recepção dos sacramentos. Durante o retiro pensamos com mais fervor na salvação da nossa alma, e esta meditação contribui muito para fazer renascer a fé e reformar os costumes. Um relógio, ainda que não tenha nada partido, precisa, num momento dado, dum limpeza geral ou mesmo dum conserto; a alma também precisa de ser renovada por meio de exercícios particulares. Era esse o costume dos santos: quase todos, depois dum tempo mais ou menos longo, retiravam-se para a solidão a exemplo do divino Salvador que jejuou quarenta dias no deserto. Os Sumos Pontífices têm recomendado muitas vezes com instância os exercícios espirituais. Também uma pessoa pode (se tiver instrução religiosa bastante) fazer o retiro *em particular*, ou juntá-lo com uma peregrinação. Contudo não costumam produzir seus copiosos frutos senão quando se fazem sob a direção dum sacerdote experimentado.

7. Congressos católicos. Representações sagradas

Os congressos católicos e as representações sagradas contribuem para avivar a fé católica.

I. Os **congressos católicos** são reuniões de católicos que têm por fim tomar e actuar, por meio de deliberações comuns, resoluções adequadas aos tempos presentes e úteis para a Igreja⁽¹⁾. Os con-

(1) Os congressos católicos tiveram princípio na Alemanha no tempo das perseguições contra a Igreja. No começo do último século houve neste país uma luta de extermínio contra a Igreja católica. Já em 1803 lhe tinham roubado bens no valor de 120 milhões de florins, e além disso foram entregando pouco a pouco aos protestantes muitas igrejas. O estado avocou a si a direcção das coisas eclesiásticas, impediu a comunicação dos bispos com o papa, tirou aos bispos o direito de educarem os seminaristas, distribuiu a seu capricho as mitras episcopais e os benefícios eclesiásticos, promulgou decretos sobre assuntos puramente espirituais (por exemplo sobre a manelha de celebrar o culto divino: chegou até ao ponto de fixar as condições em que se podia dar a absolvição!); excluiu o mais que pôde

gressos católicos podem ser *provinciais, nacionais, ou até internacionais*, consoante nêles tomam parte os católicos duma só província, de toda uma nação ou de várias nações⁽¹⁾.

Os congressos católicos não pretendem tomar parte no governo da Igreja, mas *apoiar os seus pastores*.

Só os *bispos* têm direito de governar a Igreja, e por isso os organizadores dos congressos católicos sempre tomaram por divisa estas palavras de Santo Inácio de Antioquia: «*Nada se faça sem o bispo*». Começam por se assegurar da aprovação do papa e dos bispos, e nunca estas assembleias se devem intrometer na direcção da Igreja. Nunca passaram de *instrumentos* para fazer prevalecer os princípios católicos, de *tropas* que apoiam a acção dos bispos. Por isso sempre os bispos lhes foram favoráveis e tomaram parte nêles.

Os congressos católicos têm sido de grande utilidade para a Igreja: fundaram várias *associações*,

os católicos dos empregos públicos, recusou-lhes a licença de publicarem jornais, etc. Emfim promulgou sobre os casamentos mistos uma lei inteiramente hostil à Igreja. Como o arcebispo de Colónia, Mons. Clemente Augusto de Droste-Vischerling, recusasse submeter-se a essa lei, foi preso e encerrado na cidadela de Minden (1837). Esta prisão despertou do seu entorpecimento a Alemanha católica. Bem depressa se formaram associações, mais tarde chamadas associações de Pio IX, que se propuseram reconquistar a liberdade para a Igreja. A primeira delas teve a sua origem em Mogúncia, sob a direcção do cônego Lennig (1841), pouco depois os vinte bispos da Alemanha, reunidos em Wurzburgo, reclamaram solenemente os direitos que o Estado tinha tirado à Igreja (1848). Para dar peso às reclamações dos bispos, as associações de Pio IX reuniram-se em Mogúncia em 1848, no primeiro congresso católico. Então fundiram-se todas e formaram a União Católica da Alemanha, decidindo que dai por diante se reuniriam com regularidade.

(1) Os mais importantes que actualmente se reúnem com regularidade, são os *Congressos Eucarísticos Internacionais*. Interrompidos durante a Guerra, recomeceram em 1922 com o de Roma e têm-se reunido de dois em dois anos: em 1924, em Amsterdão; em 1926, em Chicago; em 1928, em Sydney; em 1930, em Cartago; em 1932, em Dublin; em 1934, em Buenos Aires; em 1936, em Manila (Filipinas); em 1938, em Budapeste; o de 1940 será em Nice.

favoreceram a *união*, sustentaram a *coragem* e as *convicções* religiosas, levantaram a *consideração* da Igreja, a qual libertaram cada vez mais das *peias* do Estado.

Todos os que assistem a estas assembleias ficam maravilhados do *entusiasmo* que suscita a palavra vibrante dos oradores, da vivacidade do despertar da *fé*, e da sua pública afirmação. E quem consultar a imprensa diária hostil à Igreja, vê que as resoluções e protestos destes congressos fazem *impressão cá fora*. «Nessas assembleias abatem-se pedra por pedra os muros do templo do paganism, para sobre as suas ruínas levantar uma magnífica basílica».

2. Chamam-se **representações sagradas (mistérios)** as exibições scénicas, em quadros vivos, da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo e dos episódios mais importantes da Bíblia ou da vida dos santos.

Na Idade Média já se procurava representar em *quadros vivos* os acontecimentos da vida do divino Salvador. Estes quadros supriam os livros aos olhos dos ignorantes. Foi assim que S. Francisco de Assis († 1226), com licença do Papa, construiu no meio de um pinheiral um estábulo que cobriu de musgo e de ramos e no qual colocou uma manjedoura com o menino Jesus, e ao pé as estátuas de S. José e de Nossa Senhora, e do lado de fora um boi e um burro, vivos, diante da competente provisão de feno. Na noite do Natal celebrou-se nesse presépio missa solene, em que S. Francisco acolitou de diácono, perante enorme multidão de povo, vinda de muito longe, e que manifestava indizíveis sentimentos de piedade. É desde então que no Natal se fazem **presépios** em todas as igrejas; na Idade Média chegaram mesmo a reproduzir tão naturalmente quanto possível as particularidades da vida de Jesus e da Santíssima Virgem, das personagens da Bíblia e dos Santos, e até as parábolas do Evangelho, em *quadros vivos*. Essas representações teatrais chamam-se **mistérios**; faziam-nas nas festas do ano litúrgico: havia os mistérios do Natal, da Paixão, da Páscoa, da Santíssima Virgem, parábolas e lendas, e até do fim do mundo. No

princípio representavam êsses mistérios nas igrejas e em latim; mais tarde, como se tivessem introduzido alguns abusos, passaram a executar-se ao ar livre, em público, e em língua vulgar. No século XIV usavam-se em tôdas as aldeias, mas o papa proíbiu-as absolutamente, porque em muitas partes, principalmente na França, davam ocasião a muitos abusos. Têm-se conservado os mistérios da Paixão, nos quais o povo simples e de piedosos sentimentos se comovia grandemente com muito proveito da sua alma. Muitos prelados têm proibido a sua representação nos teatros por causa das profanações a que dá lugar. Em **Oberammergau**, na Baviera, só em 1633 é que as tornaram a fazer, por causa dum voto da população. Representam ali todos êsses mistérios, *de dez em dez anos*. Muita gente, e sobretudo os livres pensadores, não gostam destes mistérios, e têm-nos *por uma profanação* com o pretexto de que os actores são *homens*. Mas nesse caso será também uma profanação toda a espécie de imagem de Jesus Cristo. Aliás, a experiência prova que os mistérios da Paixão (quando se fazem como deve ser) impressionam tão piedosamente os espectadores que estes esquecem os actores que representam os seus papéis. Os inimigos destes mistérios são além disso confundidos pelo voto dos habitantes de Oberammergau, tão bem recompensado por Deus: o que Deus aprova de um modo tão maravilhoso não pode ser mau. — Em Portugal tiveram grande voga noutrios tempos os *mistérios* que eram conhecidos pelo nome de *autos*.

As associações religiosas

A Igreja trabalha ainda pela salvação dos homens por meio das associações religiosas.

Hoje, que os inimigos da Igreja são tão numerosos, é preciso que os homens bem dispostos se formem em linha de batalha, *reúnindo as suas fôrças* para trabalhar para o mesmo fim. É esse o único meio de vencerem. O seguinte axioma talvez seja exagerado, mas contém uma verdade: «Dez homens bem unidos podem fazer tremer cem mil que estejam desunidos» (Mirabeau). A *união faz a fôrça* (1). Uma gota de água não pode fazer andar um moíinho; um fio não pode sustentar um fardo; mas muitas gotas de água reunidas põem em movimento a roda dum grande moíinho; muitos fios juntos não quebram. Dêsses deseo de reúnir as fôrças dispersas nasceram as *Ordens religiosas*. As associações religiosas imitam-nas.

1. As associações religiosas são reuniões voluntárias de fiéis, que têm por fim trabalhar pela sua própria salvação ou pela salvação do próximo (2).

(1) Um pai quis fazer compreender esta verdade a seus sete filhos, a-fim-de que se conservassem unidos depois da sua morte. Deu a cada um uma vara dizendo-lhes que a quebrassem, o que facilmente fizeram. Em seguida, tomou outras sete varas da mesma grossura que juntou umas às outras e disse-lhes que as quebrassem. Nenhum deles foi capaz de o fazer. «Vede, lhes disse ele, como a união faz a fôrça: nunca vos separareis, sêde sempre unidos e ninguém vos poderá vencer. Se vos separardes, estais perdidos.»

(2) Sobre associações religiosas convém consultar o Código de Direito Canónico, cân. 684 e seg., o Concílio Plenário Português, 148 e seg., e os regulamentos em vigor.

As associações religiosas têm um fim análogo ao das associações leigas. Estas (sociedades de ginástica, bombeiros, conversação, etc.) promovem os seus próprios interesses ou os interesses públicos. As associações religiosas em primeiro lugar trabalham para a salvação eterna dos seus membros e para a do seu próximo, mas muitas, além disso, propõem-se também o bem temporal dos seus membros.

2. As associações religiosas dividem-se em associações de orações (confrarias) e em sociedades católicas de beneficência.

As **confrarias** têm por fim sobretudo a prática de certos exercícios de piedade; as **associações de beneficência** procuram socorrer o próximo nas suas necessidades espirituais ou temporais.

As confrarias ou *irmãdades*, pois, trabalham em primeiro lugar para a *santificação* dos seus membros; as associações de beneficência para o bem-estar do próximo; contudo, nenhuma associação religiosa se deve ocupar de política. Mas as associações de beneficência procuram também arranjar *distracções* e *recreações*; assim atinge-se mais facilmente o fim principal da associação e preservam-se os seus membros de divertimentos perigosos.

3. As associações católicas, enquanto são instituições religiosas, estão sob a direcção do bispo; contudo submetem-se às leis do Estado sobre as associações.

As associações puramente religiosas são exclusivamente do domínio da Igreja (Leão XIII, 1891), por isso, só o Papa e o bispo (cân. 686, § 2) podem erigir confrarias; só o bispo pode aprovar os estatutos se ainda não foram aprovados pela Santa Sé; só ele tem o direito de fiscalizar as confrarias, já pelo que toca aos exercícios de piedade, já pelo que diz respeito à administração dos bens (Conc. Trid. XXII, 8); proibir as devocões extraordinárias (Cong. Ep. 9 de julho de 1602); prescrever o modo por que se farão os peditórios e a maneira por que devem empregar os

fundos e qual o destino a dar-lhes (Clem. VIII, 7 de dezembro de 1604); assistir às suas reuniões ou fazer-se ali representar (Congr. Conc. 16 de abril de 1692); nomear o pároco da freguesia para presidente e director da confraria (Congr. Ind. 8 de Janeiro de 1861). Para fundar uma associação católica de beneficência é preciso em primeiro lugar pedir a *aprovação da autoridade eclesiástica* e depois, em muitos Estados, também a da autoridade civil.

4. A Sé Apostólica sempre tem recomendado muito as associações religiosas e tem-nas enriquecido com *indulgências*, porque são muito úteis àqueles que delas fazem parte e à Igreja inteira.

Leão XIII recomendou em duas encíclicas (1884, 1891) as associações religiosas, em particular as conferências de S. Vicente de Paulo, os sindicatos de artistas e de operários. «As associações são exércitos em batalha, que combatem contra o demónio» (Pio IX); lutam contra as associações hostis à fé, não se servindo de armas de estrondo, mas sim tranquilamente e sobretudo pela oração. As confrarias são como a arca de Noé, porque as pessoas do mundo nelas procuram um refúgio contra o dilúvio de tentações e vícios que inundam o universo (S. Af.). Os membros das **associações de orações** e das confrarias estimulam-se mutuamente à piedade: não é fácil que desprezem a oração, visto que se lhes prescrevem para cada dia orações particulares; recebem com mais freqüência os sacramentos, em primeiro lugar porque os seus estatutos assim o determinam em certos dias, e depois porque assim ganham muitas vezes indulgências plenárias; e pelas suas relações com o respectivo confessor aprendem a praticar a *obediência*. Procuram menos os divertimentos do mundo, porque se ocupam mais das coisas religiosas, principalmente aos domingos demoram-se mais na igreja por causa dos exercícios da Congregação, e os estatutos os ensinam a vencer-se a si próprios. Os membros das confrarias e das associações de orações contribuem até muito para *reanimar a fé e a moralidade numa paróquia*; como recebem muitas vezes os sacramentos, dão bons exemplos aos outros e os animam assim a *aproximar-se do tribunal da penitência e da sagrada mesa*. Os fiéis que caíram em pecado mortal ou que há muito tempo se não confessam decidem-se com mais facilidade a ir aos pés dum confes-

sor, porque a sua presença será menos notada na multidão dos penitentes. Os membros das associações religiosas *nunca* fazem, como a experiência ensina, parte de *sociedades hostis à Igreja*, e ocupam-se de propagar os *bons escritos*, sobretudo os livros que as próprias associações mandam imprimir; são eles que dão as melhores esmolas para sustentar as obras de piedade. Muitas vezes até *ajudam* os pastores de almas no exercício das suas funções. Esforçam-se por levar *uma vida cristã* e cumprir conscientemente os *deveres do seu estado*. Ainda que certos membros sejam antes uma vergonha do que uma honra para a associação, não é esta que deve ser acusada, mas antes a negligéncia dos seus membros em cumprir os estatutos; de mais, todos os campos de trigo têm joio. — As **associações católicas de beneficência** são também de grande utilidade. Trabalhando com numerosos associados que partilham as suas ideias (a união faz a força, tanto para o bem como para o mal), os membros dessas associações animam-se mútuamente; não escondem as suas convicções religiosas, e, sem respeitos humanos, aproximam-se dos sacramentos; sustentam-se mútuamente, aprendem a conhecer melhor os *deveres do seu estado* e aplicam na vida prática os princípios do cristianismo; favorecem a boa imprensa, e nas eleições nunca dão o seu voto aos inimigos da religião. Essas associações servem também para fundar boas famílias cristãs, e por esse motivo é que os *livres pensadores* as *odeiam*. A experiência ensina-nos que as freguesias onde *não existem* associações religiosas estão num triste estado, e que uma paróquia não pode ser religiosa e moralmente levantada senão por essas associações.

5. As associações religiosas têm a vantagem de não obrigar os seus membros sob pena de pecado a praticar as obras prescritas.

S. Francisco de Sales tinha-se inscrito em muitas confrarias, e como lhe preguntassem o motivo por que o fazia, respondeu: «Nas confrarias pode-se ganhar muito sem nunca perder nada». Perdem-se sem dúvida muitas *graças* e *indulgências* quando não se observam os estatutos e isso acontece quando nos inscrevemos em muitas confrarias: mas não devemos imaginar que estamos salvos pelo facto de nos inscrevermos em bastantes confrarias: não é a confraria que nos salva, mas uma vida piedosa e cristã.

6. A tôdas as associações religiosas seculares sobreleva em dignidade a *Ordem Terceira*.

A razão disso é que ela não é uma confraria, mas uma verdadeira ordem religiosa (Nicolau IV, 1289); ora, a ordem religiosa deve ser preferida a tôdas as dignidades e a todos os bens do mundo (S. Af.).

1. A *Ordem Terceira*

1. A **Ordem Terceira** foi instituída por *S. Francisco de Assis para as pessoas do mundo*, a fim de que, ao mesmo tempo que vivem no mundo, possam, mediante o cumprimento de certas regras, chegar fácil e prontamente à santidade.

Depois de *S. Francisco de Assis* ter fundado a *Ordem dos Franciscanos* e a das *Clarissas*, um rico *negociante italiano* pediu-lhe *regras* práticas, para se santificar ficando no meio do mundo. O santo acedeu ao seu desejo, e várias pessoas do mundo observaram essas regras. Assim nasceu, aí por 1220, a ordem da Penitência, hoje chamada *Ordem Terceira*, porque foi a terceira fundada por *S. Francisco*. Os seus membros viviam no mundo e traziam um *vestido cíngulo* com uma *corda à cinta*. Nicolau IV confirmou, fazendo-lhe algumas modificações (1289), essa nova ordem que se espalhou rapidamente pelos países cristãos, e floresceu principalmente na Espanha. A *Ordem Terceira* é para as pessoas que vivem no mundo, mas não segundo o mundo; os membros das outras ordens e congregações não podem pertencer a ela (cân. 704 e 705).

2. A *Ordem Terceira* distingue-se das *confrarias* porque os seus membros são obrigados a usar hábito religioso e são dirigidos por um superior da *Ordem*.

Os membros, chamados *terceiros*, trazem por baixo dos vestidos um *escapulário* especial (vestígio do antigo hábito da *Ordem* e símbolo do jugo suave de Jesus Cristo), e um *cordão*, que representa as cordas com que foi amarrado o divino Salvador e exorta à penitência. Rece-

bem-se estes objectos na tomada do hábito, à qual só são admitidas as pessoas com mais de catorze anos, que levam uma vida cristã. Depois de tomar o hábito, segue-se um ano de prova (*noviciado*), terminado o qual se faz a profissão, ou promessa de observar fielmente os mandamentos de Deus e as regras da Ordem. O visitador da Ordem só pode ser regularmente um religioso Franciscano nomeado pelo superior. O visitador dirige os terceiros dumha circunscrição situada nas proximidades do convento, recebe os membros, vigia-os, concede-lhes dispensas, visita as comunidades, expulsa, etc. O visitador pode ser também um padre secular nomeado pelo provincial. Em todas as paróquias onde está estabelecida a Ordem Terceira, há um director que vela pela observância da regra; se os directores não forem muito zelosos, a Ordem Terceira não atinge o seu fim.

3. A Ordem Terceira distingue-se das outras Ordens porque os seus membros não são obrigados a seguir os *conselhos evangélicos*, mas só os mandamentos, e não estão obrigados debaixo de pecado a cumprir as regras da Ordem.

As prescrições da regra são facilímas de observar; Leão XIII em 1883 mitigou-as muito, acomodando-as aos nossos tempos. Eis os principais pontos: simplicidade no vestir; fugir das danças, dos teatros, dos banquetes demasiado mundanos; moderação no beber e comer; jejum, na véspera das festas de S. Francisco de Assis e da Imaculada Conceição; recepção mensal dos sacramentos da penitência e da Eucaristia; rezar todos os dias doze *Padre-Nossos*, *Avé-Marias* e *Gloria Patri* (e antes eram cinqüenta e quatro *Padre-Nossos*); não demorar em fazer testamento; evitar as contendas; fazer todas as noites exame de consciência; não ler nem sustentar os maus jornais e os maus livros; assistir todos os dias à santa Missa, tanto quanto for possível; assistir à reunião mensal da Ordem Terceira; ajudar os terceiros pobres e doentes; orar pelos membros defuntos e tomar parte nos seus enterros. Os padres gozam ainda doutras atenuações da regra e privilégios. Quem não puder observar todas estas prescrições pode pedir dispensa ao director, ou fazê-las comutar por outras boas obras. A transgressão duma regra não é pecado, senão quando ao mesmo tempo ela é também a trans-

gressão dum mandamento de Deus ou da Igreja; porém perdem-se as indulgências e as graças quando não se observarem as regras.

4. Os membros da Ordem Terceira participam de graças maiores que as de tôdas as outras confrarias.

Podem ganhar todos os meses uma **indulgência plenária** no dia que escolherem, no dia da reunião mensal e além disso em muitos outros dias, quando se aproximarem dos sacramentos, visitarem uma igreja e recitarem cinco *Padre-Nossos*, pelo menos, por intenção do Sumo Pontífice, enfim na hora da morte, recebendo os sacramentos e invocando o santo Nome de Jesus. Uma vez por mês, podem, recitando seis *Padre-Nossos*, *Ave-Marias* e *Gloria Patri*, ganhar as **indulgências dos Santos**, de Roma, da Porciúncula, de Compostela e de Jerusalém. Em nove dias determinados de cada ano podem receber dum padre, que para isso tenha autorização, a **absolvição geral**, a que estão ligadas uma indulgência plenária e outras graças; no caso de haver impedimento, podem, na oitava, receber essa absolvição no domingo ou num dia santo (Conc. Ind. 16 de janeiro de 1886) ou de qualquer padre no confessionário, depois da absolvição sacramental. Duas vezes por ano recebem a **bênção papal**. Tôdas estas indulgências podem ser aplicáveis às almas do purgatório. Quem em consequência duma doença não pode fazer a visita prescrita para ganhar as indulgências ou não pode comungar, ganha contudo as indulgências, contanto que cumpra as outras boas obras que o confessor lhe impõe para as substituir (Pio IX, 1862). O **altar privilegiado** para as missas celebradas por um terceiro defunto e os sacerdotes que são terceiros têm três vezes por semana o privilégio pessoal de altar privilegiado. A Ordem Terceira goza da intercessão de grandes e numerosos santos que dela fizeram parte, em particular da de S. Francisco, seu fundador; os santos da Ordem Franciscana e as santas da Ordem das Clarissas intercedem também junto de Deus pelos membros da Ordem Terceira que tanto se parece com elas⁽¹⁾.

(1) Já foram concedidas novas indulgências, e quem as quiser conhecer recorra a um convento de Franciscanos.

5. Muitas pessoas de elevada posição e grandes santos têm sido membros da Ordem Terceira.

Nela se contam 130 cabeças coroadas, e entre outras S. Luís rei de França, Rodolfo de Habsburgo (e depois dèle 20 membros da família imperial de Habsburgo); S. Fernando, rei de Espanha; Leopoldo de Áustria; numa época mais recente, Pio IX e Leão XIII. Entre as santas da Ordem Terceira contam-se Santa Brígida, Santa Francisca Romana, Santa Margarida de Corton, Santa Isabel condessa de Turíngia, Santa Isabel rainha de Portugal, Santa Clara de Montefalco, etc. Se a Ordem Terceira se tornasse florescente como outrora, os homens perderiam o desejo imoderado dos bens da terra; aprenderiam a combater as suas ruins paixões, a obedecer aos seus superiores e respeitar os seus direitos recíprocos: os ricos e os pobres reconciliar-se-iam (Leão XIII, 1892). A Ordem Terceira é capaz de operar a *ressurreição moral das paróquias* (S. Cura d'Ars), e de obter o triunfo do reino de Deus sobre o reino de Satanás (Cong. Cat. de Florença, 1873).

2. As confrarias e associações mais espalhadas

Para erigir uma confraria ou congregação numa paróquia, é preciso sempre *licença do bispo*, e a afiliação a uma arquiconfraria. O bispo também faz conhecer ao poder civil a erecção duma confraria, se assim o exigirem as leis.

1. A obra da Propagação da Fé tem por fim auxiliar pela oração e pela esmola os missionários que pregam entre os infieis.

Foram doze leigos que fundaram (1) esta obra, na cidade de Lião (França), em 1822. No ano do seu centenário (1922), foi julgada digna de entrar na administração da Igreja, e constitui hoje um dos serviços essenciais da Congregação da Propaganda. Há muitas pessoas que dizem: «*Nós já temos bastantes pobres no nosso país*». O avareza humana! Lembrai-vos que não podeis fazer nada mais meritório do que contribuir para a salvação das almas!

(1) A verdadeira fundadora da obra é uma pobre operária de Lião, Paulina Jaricot.

Com isso atraíreis sobre vós as bênçãos do céu e podereis não só arrancar algumas almas ao império de Satanás, mas também aliviar a miséria que houver em volta de vós; se suprimirdes cada semana alguns centavos aos vossos atavios, às vossas festas, a todas as frivolidades da moda, já podereis atender a ambas as coisas (Mons. de Bonald, arcebispo de Lião). A generosidade dos protestantes deve fazer envergonhar: ainda que menos numerosos, dão quinze vezes mais do que nós. Não esqueçais pois ano nenhum a esmola para a Propagação da Fé. Nas igrejas paroquiais, faz-se, em dia marcado pelo Bispo da diocese, um peditório para as missões dos infieis.

2. A obra da **Santa Infância** tem por fim ajudar os missionários a procurar e fazer educar cristãmente as crianças infieis expostas por seus pais.

Estatutos desta obra: Os membros pagam uma quota e rezam cada dia uma Ave-Maria com a invocação: «Ó Virgem Maria, rogai por nós e pelas pobres crianças infieis». Para uma secção é preciso haver em cada paróquia, em memória dos doze anos da infância de Jesus, pelo menos doze membros, que não tenham mais de vinte e um anos. As mães inscrevem nesta obra muitas vezes os seus filinhos e rezam as invocações em vez dêles. Alcançam assim com tanta mais segurança a saúde de seus filhos, como ajudam a salvar uma criança estranha da morte temporal e eterna. Os membros ganham por ano várias indulgências plenárias, os directores têm privilégios maiores. Os Chineses, quando têm muitas filhas ou filhos fracos, têm o hábito cruel de expor nas florestas ou em sítio em que os animais ferozes vêm devorá-los; morrem assim cada ano umas trinta mil crianças miseravelmente. Movido de piedade, Mons. Forbin-Janson, bispo de Nancy, fundou em 1849 essa obra de salvação que pôs sob a protecção do Menino Jesus. A obra recebe todos os anos um a dois milhões de francos (metade vem da França). Com êsses recursos protegem-se anualmente quinhentas mil crianças, e educam-se cristãmente perto de cem mil, das quais muitas vêm depois a ser missionários nos seus países.

3. A **confraria de S. Miguel** tem por fim auxiliar o chefe da Igreja pela oração e pela esmola.

Estatutos — Os confrades rezam todos os dias um *Padre-Nosso*, *Avé-Maria* e o *Credo* pelo chefe da Igreja, do mesmo modo que os primeiros cristãos, que oravam por S. Pedro quando estava na prisão. Cada um dá por ano uma quota fixa para o *dinheiro de S. Pedro*, que é destinado a subvencionar os missionários e os bispos expoliados pelos governos hostis à religião, a custear as chancelarias pontifícias, prover à sustentação dos Núncios que representam a Santa Sé nas várias nações, conservar os tesouros artísticos, como a basílica de S. Pedro e os museus e bibliotecas do Vaticano, etc. Esta obra foi fundada, em Viena, por várias pessoas de alta representação em 1860, quando o Papa já tinha sido expoliado dum grande parte dos seus estados. Esta confraria tomou por padroeiro o arcanjo S. Miguel, é dirigida principalmente por leigos, e os seus membros ganham várias indulgências.

4. As confrarias do **SS. Sacramento** tem por fim adorar Nosso Senhor Jesus Cristo na sagrada Eucaristia.

Em nossos dias tem tomado um grande desenvolvimento a associação da **adoração perpétua**, cujos membros se comprometem a fazer cada um *todos os meses uma hora de adoração* diante do Santíssimo Sacramento⁽¹⁾. É digno e justo que haja uma adoração perpétua em honra do divino Salvador sempre presente no SS. Sacramento; do mesmo modo que não há momento algum do dia ou da noite em que se não esteja celebrando algures o santo sacrifício da missa, do mesmo modo que no céu os anjos e os santos cantam sem interrupção o Deus três vezes santo, assim também é altamente conveniente que em toda a terra retumbe incessantemente este grito de reconhecimento: «Louvado e adorado seja a cada momento o santíssimo e diviníssimo Sacramento!» (Bispo de Ratisbonna, 1894). Esta associação tem entre outras a vantagem de promover a comunhão freqüente. «Do mesmo modo que a sombra segue o corpo, assim a comunhão freqüente segue a adoração perpétua» (Euc.). Esta associação foi fundada pelo piedoso padre Eymard, de Paris († 1868) que estabeleceu

(1) Nalgumas paróquias fazem por turnos a hora de adoração nos domingos e dias santos desde a manhã até à noite.

também a congregação Eucarística, para a adoração perpétua do SS. Sacramento, em que cada um dos membros faz durante cada 8 horas uma hora de adoração. Fundou também a Associação dos padres adoradores, que se obrigam a passar cada semana uma hora em adoração diante do SS. Sacramento. Além destas confrarias de adoração, há ainda outras em honra da adorável Eucaristia, por exemplo: a adoração nocturna, já bastante conhecida em Portugal; as associações para os paramentos da igreja, cujos membros fazem uma hora de adoração *cada mês*, tanto quanto possível na igreja, e dão uma esmola para a compra dos paramentos necessários às igrejas pobres, ou até êles próprios os confeccionam.

5. A confraria do *Sagrado Coração* tem por fim honrar o Coração de Jesus, para participar das abundantes graças que o Salvador prometeu aos que lhe renderem este culto.

Regulamentos desta devoção: os associados devem recitar todos os dias um *Padre-Nosso*, *Avé-Maria*, *Credo* com a invocação: «Doce Coração do meu Jesus, que tanto nos amais, fazei que eu vos ame cada vez mais». Recebem todos os meses os sacramentos, tanto quanto possível no primeiro domingo ou na primeira sexta-feira e devem celebrar com particular devoção a festa do Sagrado Coração, na sexta-feira depois da Oitava do Corpo de Deus, e assistir na igreja aos exercícios de piedade que se fazem em honra do S. Coração; oram finalmente pelos associados vivos e falecidos. São membros das confrarias tôdas as pessoas que declararam querer dela fazer parte: não é preciso inscrever-se e a admissão é gratuita. A Santa Sé concedeu a esta confraria numerosas indulgências. Foi fundada em 1801 por S. Leonardo de Pôrto Maurício, em Roma, onde ainda hoje existe a arquiconfraria (S. Maria della Pace). Jesus Cristo revelou a S.^a Margarida Alacoque († 1690) as abundantes e extraordinárias graças que podem alcançar os fiéis adoradores de seu Sagrado Coração. Nas igrejas paroquiais onde se estabelece a confraria, costuma-se erigir um altar com a imagem do Sagrado Coração.

6. A confraria do **Rosário** tem em vista propagar a recitação do Rosário.

Organização do chamado **Rosário vivo**: — reúnem-se quinze pessoas e dividem entre si todos os meses as quinze dezenas do rosário, ou à sorte, ou rendendo-se por série. Cada associado recita todos os dias a dezena que lhe coube, de modo que todos os dias o rosário é recitado por inteiro. Os associados estão portanto unidos entre si como os quinze mistérios, daí a expressão: *Rosário vivo*. Esta confraria está sob a direcção dos Padres Dominicanos: são êles que nomeiam os zeladores. Esta associação foi fundada em Lião em 1838 por uma piedosa senhora. A simples confraria do **Rosário** foi fundada em 1261 e o papa Alexandre IV confirmou-a logo no tempo de S. Domingos. Os membros recitam todas as semanas o rosário de quinze mistérios. Não há obrigação de os rezar no mesmo dia, mas podem distribuir-se por todos os dias da semana (Pio IX, 22 de janeiro de 1858) e podem dizer-se de joelhos ou de pé ou mesmo estando sentado. Os associados formam com a Ordem dos Dominicanos uma grande família. Todo o bem feito por esta ordem é comum a todos os associados (Leão X, 6 de outubro de 1520), sobre êles estende a SS. Virgem o seu manto protector. — Há ainda o **Rosário perpétuo**, em que cada associado se obriga a fazer cada ano ou cada mês uma hora de oração, durante a qual recita os quinze mistérios do rosário e a ladainha da SS. Virgem. Estas horas estão combinadas de forma que o rosário é recitado continuamente de dia e de noite.

7. A confraria do **Escapulário** (ou do **Carmo**) tem por fim implorar a protecção e intercessão da *Mãe de Deus* em todos os perigos da vida, na hora da morte e no fogo do purgatório.

Esta confraria foi fundada em 1250 por S. Simão Stock (assim chamado, porque na sua juventude viveu solitário num tronco de árvore), geral dos Carmelitas († aos cem anos em Bordeus, em 1265). Apareceu-lhe a Mãe de Deus e entregou-lhe um escapulário com a promessa de que todo o fiel que o usasse seria protegido nos perigos, e obteria pronta libertação das chamas do purgatório. Mais tarde, em 1316, apareceu a mesma Santíssima Virgem a Tiago de Euze (João XXII), e anunciou-lhe a sua próxima elevação ao pontificado, recomendando-lhe que publicasse o privilégio que ela havia alcançado de seu divino

Filho, em virtude do qual os confrades do Carmelo seriam libertados do Purgatório no sábado imediato ao dia da sua morte (João XXII, na sua Bula chamada *Sabatina*). Procede-se por esta forma à admissão na confraria: um sacerdote, a quem o provincial dos Carmelitas deu as competentes faculdades, recebe os associados, impondo-lhes o escapulário e inscrevendo-os no registo da Confraria. O sacerdote que para esse fim obteve faculdade do geral dos Carmelitas, recebe os associados impondo-lhes o escapulário, e inscrevendo-os no registo da confraria. O escapulário compõe-se de dois pedaços de lã, ligados por um cordão, que se lançam sobre os ombros (*scapulae*), de maneira que uma parte pende sobre as costas e outra sobre o peito. Este escapulário só pode ser imposto a primeira vez por um padre, e deve usar-se continuamente, de dia e de noite, na doença e sobretudo na hora da morte. Só se pode tirar em caso de necessidade, como por exemplo, no banho, para o consertar, etc. Pode substituir-se por uma medalha especialmente benzida para esse fim. Os confrades do Carmo, para participarem do privilégio da Bula Sabatina, além de guardar castidade segundo o seu estado, devem recitar todos os dias o ofício menor da SS. Virgem, se souberem ler, e se não, guardar abstinência de carnes às quartas-feiras e aos sábados. Os sacerdotes satisfazem com a recitação do Breviário. No entretanto o confessor pode, consoante a necessidade, comutar a obrigação da abstinência em outras obras, por exemplo, mandar recitar sete *Padre-Nossos* e *Avé-Marias*. Para comutar a obrigação do ofício menor requerem-se faculdades especiais. Há ainda cinco escapulários diferentes deste: o da Santíssima Trindade, das Sete Dores, da Imaculada Conceição, da Paixão, de S. José. Cada um goza de indulgências e privilégios especiais (por exemplo: indulgência plenária no primeiro e terceiro domingo de cada mês, e nas sextas-feiras). Podem-se receber estes cinco escapulários e cosê-los uns sobre os outros. Os sacerdotes ganham as indulgências com a recitação do breviário, os simples fiéis com a recitação do ofício menor. Para os membros da confraria do escapulário, a Mãe de Deus é uma segunda Rebeca; esta dera a Jacob as vestes de Esaú, a fim de obter a bênção paterna, e Maria nos oferece a veste da graça de seu Filho (o escapulário é imagem da cruz) para nos fazer receber a bênção do nosso Pai celeste.

3. Associações de beneficência

A Sociedade de S. Vicente de Paulo tem por fim cuidar dos indigentes de toda a sorte e proporcionar-lhes os socorros espirituais e corporais.

Organização da sociedade: — Os membros activos, de religião católica, que se organizam em conferências, visitam os pobres no seu domicílio, auxiliam-nos dando-lhes dinheiro ou provisões em géneros, e esforçam-se por lhes ser úteis sob o ponto de vista religioso e moral. Recolhem anualmente as quotizações dos sócios honorários, e em todo o tempo as dádivas dos bensfeitores: fundam bibliotecas. Os membros activos reúnem-se regularmente todas as semanas para conferenciar sobre a situação dos seus pobres. A visita dos indigentes e a todos os trabalhos em benefício dos pobres são concedidas abundantes indulgências. Esta sociedade foi fundada em 1830 por oito estudantes de Paris, que antes tinham instantemente implorado a assistência de S. Vicente de Paulo, cujas relíquias se encontram na igreja de S. Lázaro. As suas reuniões tomaram o nome de «conferências». Vovidos dez anos a sociedade contava já em Paris mais de mil sócios, que sustentavam e visitavam semanalmente cerca de duas mil famílias; cedo se espalhou para fora da França por todo o mundo. Quantas lágrimas enxugou já! Para fazer uma ideia basta dizer que só num ano, por exemplo, em 1903, as conferências de S. Vicente de Paulo distribuíram mais de treze milhões de francos aos pobres (não falando já nos socorros espirituais, sobretudo pela preservação da imoralidade).

Nota. — Nas edições anteriores, dava-se notícia de outras obras católicas próprias da Alemanha e da Áustria e desconhecidas entre nós. Suprimimos essa parte do artigo, porque muitas dessas obras estarão substituídas por outras, mais acomodadas às necessidades do nosso tempo. Muito haveria a acrescentar a este capítulo, se pretendéssemos enumerar as associações religiosas actualmente existentes. Pareceu-nos, todavia, de maior importância dar sumária notícia do movimento actualíssimo da Acção Católica. Assim fizemos, aproveitando elementos contidos no «Vademecum da Acção Católica Portuguesa» de que é autor o rev. dr. F. Maria da Silva.

Acção Católica

1. Acção Católica em geral

1. A Acção Católica, como vem descrita nas Bases da Acção Católica Portuguesa, é a união das organizações do laicado católico português que, em colaboração com o apostolado hierárquico, se propõe a difusão, a actuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Definindo-a, porém, com palavras de Pio XI: *é a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja.*

O fim último da A. C., segundo afirmações do Santo Padre Pio X e de Pio XI, é a restauração do reinado social de Cristo. Mas, em ordem a este fim, a A. C. propõe-se pugnar pela cristianização da família, da escola, da imprensa, e ainda pela moralidade pública, pelos direitos e liberdade da Igreja e pela solução cristã dos problemas sociais.

A nota característica da A. C. está em ser: *acção organizada feita pelos leigos e simultaneamente apostolado para honra e glória de Cristo.* A alma da A. C. é o zélo ardente que abrasou os Apóstolos e que sempre distinguiu as almas generosas, sacrificadas pela glória de Deus e salvação das almas. Donde, sapiente e concisamente, o Santo Padre Pio XI definiu a A. C. «*participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja.*» Esta definição, disse-o o Santo Padre, foi dada «*pensadamente, deliberadamente, pode dizer-se mesmo que não sem inspiração divina.*»

A Acção Católica não se confunde com a acção religiosa das Pias Uniões e Confrarias.

Distinguem-se pela finalidade, porque as Associações religiosas «podem ser constituídas pela Igreja ou para promover entre os associados uma vida cristã mais perfeita, ou praticar obras de caridade e piedade, ou enfim para incremento do culto público» (Cân. 685). Porém a A. C., sem em nada embarasar a acção religiosa, tem na sua frente horizonte mais vasto, qual é o apostolado *religioso-social*, que pressupõe a formação das consciências com uma cultura adequada e apta a dar solução aos problemas que interessam à sociedade civil. A acção religiosa das Associações de Piedade, Confrarias, Ordens Terceiras e congénères, é promovida com os meios de santificação das almas que a Igreja coloca ao alcance de todos; os Sacramentos, pregação, cerimónias religiosas, Liturgia, etc. A A. C. utiliza também estes meios de santificação, mas serve-se ainda de outros, não estritamente religiosos, para a actuação dos princípios católicos na família e na sociedade, como: a imprensa, a escola, propaganda com conferências públicas, representações à Autoridade, etc. A actividade religiosa das Associações Pias é sempre dirigida por sacerdotes, e estes podem inscrever-se na Associação; não é assim na A. C. que é assistida por sacerdotes devidamente autorizados, e os dirigentes e os membros só podem ser leigos.

A Acção Católica distingue-se da acção económico-social promovida pelos católicos.

A A. C. distingue-se da acção económico-social, porque o escopo imediato desta é a actuação dos princípios de justiça e de caridade na esfera da economia e do trabalho, ao passo que o fim imediato da A. C. é a formação e o exercício do apostolado religioso em todos os campos da actividade humana. Porém, têm ambas o mesmo fim último: o triunfo do reinado social de Cristo, e a A. C. não se desinteressa da acção económico-social, antes a considera um seu complemento lógico e necessário, um meio para o seu apostolado social.

Os partidos políticos formados por católicos não pertencem à Acção Católica.

A A. C. como tal está fora e acima dos partidos da política e da política dos partidos. Por isso, estes não têm lugar na A. C. É esta a vontade expressa da Santa Sé e do Episcopado Português. Na carta ao Sr. Card. Patriarca diz o Santo Padre: «Por isso, a natureza da A. C., como a da Igreja, exige que se conserve alheia (a A. C.) à actividade dos partidos políticos»; e mais adiante: «isto, todavia, não proíbe que os católicos, individualmente, pertençam a agremiações políticas, contanto que elas ofereçam garantia de em nada atentar contra os direitos de Deus e da Igreja». O Episcopado Português estabeleceu como norma o seguinte: 1) A «Acção Católica Portuguesa» actuará fora e acima de tôdas as correntes políticas, sem que contudo deixe de reivindicar e defender as liberdades da Igreja; 2) Nos organismos da A. C. podem entrar todos os católicos, quaisquer que sejam os seus ideais políticos; 3) Dos corpos gerentes de qualquer organização da A. C. não podem fazer parte indivíduos que exerçam actividade incompatível com a independência política da A. C. P.

2. A A. C., como apostolado social organizado pelos leigos sob a orientação da Igreja, tem história muito recente, embora se possa dizer que em todos os séculos cristãos ela existiu, revestindo outras modalidades, porque em todos os tempos, por meio das suas instituições, a Igreja exerceu salutar influxo na sociedade, servindo-se da acção dos leigos.

O S. Padre em discursos vários frisou que a A. C. não é uma novidade dos nossos dias, e demonstra que a primeira difusão do Cristianismo em Roma foi já operada por meio da A. C.. Os Doze Apóstolos reúniram, à sua volta, homens, mulheres, vélhos e crianças, e disseram: *trazemos o tesouro do céu, ajudai-nos a distribuir-lo.* De facto, S. Paulo fecha sempre as suas epístolas com uma ladaínha de nomes: poucos sacerdotes, muitos leigos... mesmo de senhoras... como que a dizer: são da A. C.

Em organização aproximada da actual, a A. C. nasceu no século passado, como reacção contra o ambiente criado pelo liberalismo, laicismo e indiferentismo religioso, aplicados à vida social. A primeira grande obra de A. C. que floresceu em Portugal foi o *Centro Académico de Democracia Cristã*, assim denominado por influência das doutrinas sociais do imortal Pontífice Leão XIII, que os associados se propunham realizar. Esta associação apareceu em Coimbra em Março de 1901, como reacção contra as leis anti-congreganistas publicadas pelo governo português. O Centro, desde o seu início, tomou por divisa as palavras de Jesus: «*Sine me nihil*», propondo-se informar os seus membros do lídimo espírito cristão e despertar nêles o gosto pela acção social prática. A ortodoxia de doutrina do C. A. D. C. é garantida por um Assistente Eclesiástico. Anos mais tarde, em 1908, fundou-se em Lisboa a *Juventude Católica Lisbonense*, constituída por um grupo de jovens dotados de prodigiosa actividade. Foi esta Juventude que fez renascer o culto do Beato Nuno Álvares Pereira e que, mesmo no período agudo do demagogismo, realizou grandes manifestações de fé colectiva. Em 1912, no Pôrto e Braga, existiam também núcleos de Juventude Católica que opuseram eficaz resistência à corrente deschristianizadora das ideias revolucionárias. A acção exercida por estes núcleos de J. C., quando da mudança de régimen, foi tão notável, que a Santa Sé, por intermédio do *Osservatore Romano*, chegou a propô-la como modelo às Juventudes dos outros países. Paralelamente ao movimento masculino organizava-se a A. C. Feminina. Em 1902 fundou-se em Lisboa a *Associação Promotora da Educação e Instrução Popular*, que em 1907 começou a denominar-se *Liga de Acção Social Cristã*. Filiou-se na *União Internacional das Ligas Católicas Femininas*, e em Março de 1934 era constituída em organização nacional destinada à mulher católica com o nome de *Liga de Acção Católica Feminina*. No princípio do século XX apareceram também as *Agremiações Populares Católicas* que prestaram bons serviços, sobretudo depois de coordenadas pela *Obra dos Congressos*. De 1906 a 1910 realizaram-se em Portugal quatro Congressos, sendo o 1.º em Lisboa, em 1906, o 2.º no Pôrto, o 3.º na Covilhã, o 4.º em Braga e o último em Lisboa. O *Centro Católico Português*, fundado em 1919, «em obediência ao seu programa, trabalhou, desde o princípio e com algum resultado, na defesa da Igreja, dos seus ministros e dos seus direitos invioláveis; esforçou-se por granjear para a

Igreja o respeito e a benevolência dos poderes públicos; pugnou pelo melhoramento das leis da nação, especialmente quanto às nossas missões ultramarinas; promoveu a fundação de associações católicas, e procurou que o espírito do Cristianismo voltasse a informar cada vez mais a vida social do nosso País». A nota ofíciosa do E. P. de 1933, que acompanhou a publicação das Bases da A. C. P., reconheceu a necessidade da continuação do Centro até que se modifiquem as circunstâncias que determinaram a sua fundação. O *Corpo Nacional de Escutas*, fundado em Braga, em Maio de 1923, depressa se tornou um notável movimento de jovens, tendo, já em 1932, passado pelas suas fileiras mais de 6.000 rapazes de todas as categorias sociais. Merecem ser lembradas também a *Associação dos Médicos Católicos*, a *Associação dos Jurisconsultos Católicos* e os *Círculos Católicos de Operários*, que floresceram em muitas localidades.

Em Setembro de 1932, S. Em.^{cla} o Senhor Cardial Patriarca reuniu em Lisboa vários sacerdotes das Dioceses de Portugal, para estudarem as bases sobre que devia assentar a A. C. P.. As conclusões foram propostas ao Venerando Episcopado, que as teve na devida conta, e delas extraiu o documento publicado em 1934, «Bases da Acção Católica Portuguesa».

Os Prelados de Portugal, antes de publicarem as «Bases», apresentaram-nas a S. Santidade que, depois de as aprovar, corroborou solenemente a orientação seguida com uma «Carta Apostólica» dirigida a S. Em.^a o Cardial Patriarca de Lisboa. a) Sua Santidade, depois de manifestar a grande alegria que sente pela resolução dos Prelados de Portugal de organizarem a A. C., louva-os pelo propósito tomado «de começar tal empreendimento por uma preparação, o mais diligente possível, de directores de agrupamentos». «É necessário que todos os membros sejam conduzidos por directores hábilmente preparados, e sobretudo por Assistentes Eclesiásticos idóneos, em cujas mãos está a sorte e prosperidade das associações». «No comêço, tenha-se mais em conta a qualidade do que a quantidade dos membros». b) Sua Santidade refere-se à necessidade do apostolado da A. C., nestes termos: «o apostolado é,

realmente, um dever necessário à vida cristã; e entre as múltiplas formas de apostolado que estão à mão de todos, e certamente beneméritas tôdas elas da Igreja, a A. C. é a que mais apta e eficazmente ocorre e remedia as novas necessidades dos nossos tempos, tão afligidos pela mortífera influência do laicismo». Esta doutrina demonstra a Sua Santidade, invocando os dois argumentos clássicos tirados do Baptismo e da Confirmação. c) O Santo Padre expõe a seguir as relações entre A. C. e actividade política, afirmando que, não se destinando a Igreja à consecução dum fim terrestre, o que compete ao Estado, se deve conservar alheia à actividade dos partidos políticos. não obstante cada indivíduo poder seguir as ideias políticas mais diversas, «contanto que elas ofereçam garantia de em nada atentar contra os direitos de Deus e da Igreja». «Portanto, a A. C., ainda que, na realidade e em sentido rigoroso, se abstém de fazer política, contudo prepara os seus membros, com a formação integral que lhes dá, para a ciência de bem governar a Nação». d) Recomenda S. Santidade, de preferência, à A. C., a assistência aos operários, «não só no que se refere aos interesses espirituais — a êsses se deve atender antes de mais nada — mas também aos da vida presente, promovendo, para isso, sobretudo aquelas associações que têm em vista pôr em prática os princípios e as normas da justiça social e da caridade evangélica. Portanto, onde tais instituições não existam, trabalhe a A. C. por fundá-las; onde elas já existam, esforce-se por ajudá-las». O Papa recorda depois os ensinamentos dados na «Quadragesimo Anno», que sempre a Igreja mostrara «especialíssimo cuidado pelas multidões de humildes trabalhadores», terminando com esta exortação aos sacerdotes, tirada da referida Encíclica: «De modo particular pedimos agora, de novo, ao Clero, que sem demora, com entusiasmo e concórdia, se dê a esta obra sumamente indispensável à salvação das almas, para que aquêles dos nossos filhos que, com tão grande perigo de suas almas, passaram às hostes socialistas, jamais ousem alegar, em sua desculpa, que os ricos são favorecidos pela Igreja e pelos que se proclamam unidos à Igreja; que se não faz caso dos operários, nem dêles se ocupam; e que, por êsse motivo, tiveram de entrar nas hostes socialistas, para tratarem dos seus interesses». e) Recomenda o Sumo Pontífice que se vá ao povo, na frase de Pio X, para lhe mostrar a eficácia da verdade cristã, apta para solucionar todos os problemas e mitigar tôdas as dores, e se não

descure o ensino da doutrina cristã às crianças. f) A última norma apontada na Carta diz respeito à imprensa. Depois de encarecer o alcance da «vulgarização de bons escritos, e particularmente revistas periódicas e jornais diárias», S. Santidade escreve: «por boa imprensa entendemos aquela que não só não ataque a religião e os bons costumes, mas a que, como arauto, proclama e ilustra os princípios da fé e as regras da moral». O Santo Padre tem «tôda a confiança de que, publicando a A. C. bons escritos, segundo a necessidade do tempo, se multipliquem, robusteçam e leiam, principalmente nas famílias cristãs, aqueles jornais que exortam e inflamam os espíritos à prática da virtude e dos deveres para com a Igreja». Sua Santidade exprime o desejo de que os católicos, para fazer face à poderosa imprensa adversa, procedam em união de forças, sacrificando mesmo os interesses «de determinadas regiões e indivíduos particulares» ao bem comum, visto como um jornal bem redigido exige hoje grandes meios. g) A Carta termina com uma exortação veemente à caridade unificadora dos espíritos e dos corações *ut sint unum* e com a Bênção Apostólica.

2. Constituição actual da Acção Católica Portuguesa

I. A A. C. P., segundo as Bases aprovadas e decretadas pelo Venerando Episcopado, é constituída por duas grandes Organizações masculinas e outras tantas femininas.

As organizações masculinas são: a) Liga dos Homens da Acção Católica (L. H. A. C.); b) Associação da Juventude Católica Masculina (A. J. C. M.). A palavra «associação» desapareceu nos documentos posteriores às Bases.

As organizações femininas são: a) Liga da Acção Católica Feminina (L. A. C. F.); b) Juventude Católica Feminina (J. C. F.)

Os católicos portugueses entram na A. C. inscre-

vendo-se numa destas quatro Organizações, e só os inscritos são considerados de pleno direito militantes da A. C. P.

Os órgãos coordenadores das organizações da Acção Católica Portuguesa são quatro: a) a Junta Central da A. C. P. em Lisboa, para a acção geral de toda a Nação; b) a Junta Diocesana para a acção dentro dos limites de cada Diocese; c) o Conselho Local para a acção numa localidade com mais duma Paróquia; d) o Conselho Paroquial para a acção das forças católicas da Paróquia.

A Junta Central da A. C. P. é «constituída por um assistente eclesiástico e um presidente, designados pelo Episcopado, um secretário geral e um tesoureiro nomeados pelo Episcopado, sob proposta da Presidência, e pelos Presidentes gerais das quatro organizações nacionais». O seu mandato dura três anos, podendo os seus membros ser reconduzidos. A Junta Central é por excelência o órgão directivo e coordenador de toda a Acção Católica. Compete-lhe: a) Estudar e resolver os problemas gerais de organização e de acção, o que faz duma maneira geral, por meio da actividade própria dos Secretariados. b) Dirigir e dar normas às organizações para a actuação das iniciativas gerais de apostolado, e vigiar o funcionamento de todas as instituições que gravitam na órbita da A. C. c) Coordenar a actividade das diversas organizações, em ordem a uma mais fácil realização dos fins comuns. d) Finalmente, compete-lhe representar os católicos portugueses organizados. A Junta Diocesana é constituída por um assistente eclesiástico e um presidente, nomeados pelo Prelado, um secretário e um tesoureiro, propostos pela presidência e confirmados pelo Prelado, e pelos presidentes diocesanos das quatro organizações que constituem a A. C. P. — A J. D. representa e dirige toda a A. C. da Diocese, em harmonia com as disposições estatutárias e regulamentares e as directrizes traçadas pela Junta Central. O mandato da J. D. dura três anos, podendo os seus membros ser reconduzidos. O Conselho Paroquial é constituído por um assistente eclesiástico que será o pároco, por um presidente proposto pelo pároco e confirmado pelo Prelado Diocesano, pelos presidentes das Associações de

A. C. da paróquia e por um secretário e um tesoureiro. O C. P. funciona sob a direcção do Pároco, mas depende hierárquicamente da J. D., como esta depende da J. C., pois estes dois órgãos têm como função comum, coordenar a A. C. Deve, portanto, tomar a peito fazer executar na paróquia as directivas emanadas da J. D. e seguir as instruções dadas pela mesma.

2. A organização da Acção Católica Portuguesa para os homens é a Liga dos «Homens da Acção Católica», fundada oficialmente com a publicação das Bases da A. C. P., em 1933, e com as Bases para a organização dos «Homens da Acção Católica», em 1 de Agosto de 1934.

Nesta organização entram os homens casados de qualquer idade, os solteiros de idade superior a trinta anos e os diplomados. Fazem parte desta Liga todas as associações e organismos masculinos especializados que sejam declarados de Acção Católica. Foram já declaradas associações masculinas de Acção Católica a «Associação dos Jurisconsultos Católicos» e a «Associação dos Médicos Católicos».

O programa específico da organização «Homens da A. C.» vem exposto nas Bases para a organização dos «Homens da A. C.». Resume-se em: a) promover o aperfeiçoamento religioso, moral e social dos associados; b) a defesa das liberdades religiosas e até das liberdades civis mais intimamente relacionadas com o exercício dos direitos dos católicos na vida familiar e na educação da juventude; c) a sã elevação dos indivíduos e dos diversos meios sociais; d) a propaganda e a penetração do espírito cristão em todas as instituições e campos de acção. Os órgãos dirigentes dos «Homens da Acção Católica» são: a) no centro nacional a Direcção Nacional, assistida por um Conselho Nacional. O Presidente da Direcção Nacional é nomeado pelo Episcopado que igualmente nomeia o Secretário e o Tesoureiro sob proposta da Presidência. Sendo

conveniente, a Presidência poderá agregar dois vogais; b) em cada diocese a *Direcção Diocesana*, assistida por um Conselho Diocesano, que tem composição semelhante à da Direcção Nacional. O Presidente é igualmente da nomeação do Prelado; c) numa localidade a *Direcção Local*, assistida por um Conselho Local. É de composição similar às outras Direcções; d) na paróquia a *Direcção Paroquial* assistida por um Conselho Paroquial. A Direcção Paroquial é composta por um Presidente, normalmente, proposto pelo Pároco e confirmado pelo Prelado, um Secretário e um Tesoureiro, escolhidos pelo Presidente de acordo com o Pároco.

Da Associação dos Jurisconsultos Católicos Portugueses podem fazer parte todos os diplomados em direito que professem e pratiquem a religião católica.

O programa específico da A. dos J. C. P. é: 1.^º) Obter que os seus membros perseverem numa vida integralmente cristã, harmonizando sobretudo com a Moral Católica a sua actividade profissional. 2.^º) Intensificar o estudo dos princípios do Direito Cristão, e pugnar por que à luz dêles sejam resolvidos os problemas políticos e sociais, nacionais e internacionais. 3.^º) Promover o bem moral, profissional e até material dos membros. 4.^º) Fazer Acção Católica no próprio meio. O Patrono celestial da Associação dos J. C. P. é o nosso glorioso taumaturgo Santo António de Lisboa.

Da Associação dos Médicos Católicos Portugueses podem fazer parte todos os diplomados em medicina que professem e pratiquem a religião católica.

O programa específico da A. dos M. C. é: 1.^º) Obter que os seus membros levem vida integralmente cristã, harmonizando com a moral católica sobretudo a sua actividade profissional. 2.^º) Intensificar a cultura das ciências médicas, especialmente nas suas relações com a doutrina católica. 3.^º) Pugnar pela aplicação desses princípios no exercício da medicina e da cirurgia, designadamente pelo que se refere à observância da castidade, às práticas

anti-concepcionais, às operações que põem em risco a vida da prole, etc., e orientar no sentido desses mesmos princípios a opinião médica. 4.º) Levar os associados a fazer Acção Católica no próprio meio. 5.º) Promover o bem moral, profissional e até material dos membros. O Patrono celestial da Associação dos M. C. P. é S. Lucas evangelista que, segundo a tradição, foi o primeiro médico católico e santo.

A Liga dos «Homens da Acção Católica», além do dos médicos ou dos advogados, possui outros organismos especializados.

Com Estatutos aprovados, fazem parte da Liga dos Homens, além das duas citadas Associações, a L. E. C. (Liga Escolar Católica), a L. I. C. (Liga Independente Católica) e a L. O. C. (Liga Operária Católica). Mas, por analogia com a organização da A. C. F., farão parte da Liga dos Homens, no futuro, também, a L. U. C. (Liga Universitária Católica) e a Liga Agrícola Católica.

3. A J. C. P. é constituída pelas seguintes associações: a) Juventude Agrícola Católica (J. A. C.). b) Juventude Escolar Católica (J. E. C.). c) Juventude Independente Católica (J. I. C.). d) Juventude Operária Católica (J. O. C.). e) Juventude Universitária Católica (J. U. C.).

A J. C. propõe-se: a formação moral e intelectual dos jovens em ordem à profissão franca e sincera da *Religião Católica*; estimular nos jovens o espírito de apostolado, de modo que, por palavras e obras, procurem inocular os princípios da fé na alma da juventude.

Para formar os jovens na *piedade*, a J. C. promove cursos de cultura religiosa, a freqüência dos Sacramentos, práticas colectivas do culto, a propaganda das obras mis-

sionárias, etc. Para a formação moral, cultiva nos jovens a pureza, o espírito de caridade e de beneficência, a fortaleza de caráter, incita-os à luta em prol dos princípios da moral, etc. A formação civil e social, procura obtê-la a J. C. fazendo dos jovens bons cidadãos, amantes, até ao sacrifício, da sua Pátria, incutindo-lhes amor pelo estudo dos problemas político-sociais e fazendo-os ingressar nas obras sociais de espírito nitidamente cristão. O lema da J. C. é: «Piedade, estudo, ação». Corresponde admiravelmente ao programa de formação e de apostolado da J. C. Como toda a Ação Católica, a J. C. P. procurará celebrar, revestindo-as da máxima solenidade, as festas de Cristo-Rei (último domingo de Outubro) e de Nossa Senhora de Fátima. Colocará também especial empenho na festividade comemorativa da coroação do Santo Padre. Na J. C., como nos seus organismos especializados, só serão admitidos rapazes solteiros com mais de 14 e menos de 30 anos. Além disso ninguém poderá pertencer à J. C. sem pagar ao organismo especializado a que pertence a cota mensal e adquirir o respectivo bilhete de identidade.

Para antes dos 14 anos de idade, existe a Associação dos Benjamins e Cadetes (A. B. C.), organização pré-juvenil da A. C., destinada às crianças do sexo masculino.

O programa específico da «A. B. C.» é: a) Dar formação cristã integral aos seus associados; b) promover e organizar a A. C. no respectivo meio; c) propor os sócios para ingressarem na J. C.. Procurará colaborar com a Cruzada Eucarística, levando os seus sócios a inscrever-se nela e a tomar parte nas respectivas reuniões de piedade, e trabalhará por que, por seu turno, os associados da Cruzada se inscrevam na A. B. C. e tomem parte nas respectivas reuniões de recreio, de estudo, e de apostolado. A A. B. C. compreende duas grandes Divisões: a) Benjamins; b) Cadetes. Podem inscrever-se na Divisão dos Benjamins os menores do sexo masculino que não excedam 11 anos, sejam católicos, tenham licença dos pais, paguem a importância do bilhete de identidade e do emblema, paguem regularmente as cotas, usem o emblema que é o da J. C. em tamanho reduzido com bordadura dourada e as iniciais A. B. C. e aceitem os Estatutos e

programas da associação. Os Benjamins constituem dentro da A. B. C. uma Divisão largamente autónoma, que é directamente confiada à Direcção de Senhoras da Liga de Acção Católica Feminina. Da Divisão dos Cadetes podem fazer parte os menores do sexo masculino, com mais de 11 e menos de 14 anos completos e que satisfaçam as condições indicadas para os Benjamins.

4. A organização da Acção Católica Portuguesa para as senhoras é a Liga de Acção Católica Feminina.

São abrangidas pela L. A. C. F. todas as católicas portuguesas e estrangeiras, residentes em Portugal, das diversas classes sociais, desde que tenham 25 anos ou sejam casadas, ou diplomadas por uma Escola Superior ou de Magistério Primário se, por outro lado, satisfizerem as condições exigidas pelo Estatuto ou pelos Estatutos dos organismos especializados a que pertençam.

O programa específico da L. A. C. F. vem exposto no art. 4º do Estat. «A L. A. C. F. propõe-se organizar as suas associadas para, em colaboração com o apostolado hierárquico, promover a grande obra de restauração cristã na vida individual, familiar e social, sobretudo pelo apostolado no próprio meio. Donde, a L. A. C. F. esforçar-se-á por: a) desenvolver nas associadas o conhecimento das verdades cristãs; b) dar-lhes uma noção exacta do dever de dona de casa e de mãe; c) interessá-las em obras sociais, sobretudo de assistência ao pobre e aos órfãos. A L. A. C. F., além da formação das associadas, em ordem à sua missão de mães e de educadoras, desenvolve uma outra actividade, muito mais extensa, que, dos diversos campos, a que se estende, toma vários nomes: a) *Acção religiosa*, que estuda e põe em prática iniciativas próprias para reavivar a fé no povo. b) *Acção de defesa da família*, cujo fim é instruir e educar as consciências maternas por meio de conferências e lições que interessem à espôsa e à mãe, e, com auxílios materiais, trazer para Jesus muitos corações de Mães que andam longe, por causa

da miséria. c) *Ação pro-moralidade*, quer defendendo a pureza dos costumes, especialmente no que respeita à mulher, quer vigiando e tomado providências em matéria tão delicada. d) *Ação educativa*, cujo fim é dar à educação dos jovens um cunho profundamente cristão. e) *Ação social* que da assistência ao indivíduo vai até à assistência à família e a uma classe, por meio de oportunas iniciativas de caridade e de beneficência. O distintivo da L. A. C. F. é uma cruz doirada, tendo ao centro as iniciais A. M. e, preso nos braços da cruz, um círculo de esmalte azul com a divisa «cor unum et anima una», em letras doiradas. A divisa da L. A. C. F. é a da A. C. P.: «cor unum et anima una». O Lema é: «instaurare omnia in Christo».

Os organismos especializados da L. A. C. F. são os seguintes: 1.º) Liga Agrícola Católica Feminina (L. A. C. F.) de que fazem parte as associadas do meio agrícola na aldeia ou no campo. 2.º) Liga Escolar Católica Feminina (L. E. C. F.) de que fazem parte as associadas com o curso de magistério primário. 3.º) Liga Independente Católica Feminina (L. I. C. F.) de que fazem parte as associadas dos meios sociais superiores ou médios, com cultura geral e sem encargos de profissão. 4.º) Liga Operária Católica Feminina (L. O. C. F.) de que fazem parte as associadas que exercem uma profissão ou pertencem ao meio popular nas cidades ou vilas. 5.º) Liga Universitária Católica Feminina (L. U. C. F.) de que fazem parte as associadas diplomadas pelas escolas superiores e as que exercem o magistério secundário.

5. A J. C. F. é constituída pelas seguintes associações: a) Juventude Agrícola Católica Feminina (J. A. C. F.). b) Juventude Escolar Católica Feminina (J. E. C. F.). c) Juventude Independente Católica Feminina (J.

I. C. F.). d) Juventude Operária Católica Feminina (J. O. C. F.). e) Juventude Universitária Católica Feminina (J. U. C. F.).

Podem fazer parte da J. C. F. as raparigas católicas portuguesas ou estrangeiras, residentes em Portugal, das diversas classes sociais, desde os catorze anos até ao casamento ou aos vinte e cinco anos se, por outro lado, satisfizerem as condições particulares exigidas pelos Estatutos do organismo especializado a que pertençam (Art. 2.º Est.). Quando casem ou atinjam os vinte e cinco anos, transitam para o organismo correspondente da L. A. C. F.

A J. C. F., enquanto órgão coordenador, propõe-se: a) desenvolver e aperfeiçoar os organismos especializados; b) orientar e coordenar a actividade dos diversos organismos no sentido dum programa comum; c) promover e organizar todas as actividades e serviços gerais e particularmente os que com mais eficácia possam contribuir para o fim comum que é a formação da juventude em ordem à acção católica no meio próprio. Quanto à actividade, a J. C. F. propõe-se «organizar, unir e formar as raparigas católicas de todas as classes e condições para promoverem a grande obra da restauração cristã na vida individual, familiar e social. Donde a J. C. F. esforçar-se-á por: a) levar a rapariga à profissão aberta da Fé Católica; b) formá-la religiosa, moral, intelectual e socialmente, à luz dos princípios cristãos; c) prepará-la para a missão de dona de casa e de mãe; d) propor-lhe iniciativas de harmonia com êsse escopo e dispô-la para, a seu tempo, ser membro activo dentro da L. A. C. F.. O lema da J. C. F. é: «Levar Jesus às almas e trazer as almas a Jesus». A esfera de acção da J. C. F. comprehende: a) Acção Religiosa: formar as associadas na vida interior e no espírito sobrenatural, e colaborar com o sacerdote no esplendor do culto e na salvação das almas. b) Acção Cultural: levar as raparigas a aprofundar a ciência da Religião, e todos os assuntos relacionados com a missão duma mulher cristã. c) Acção Moral: cultivar nas associadas a angélica virtude da pureza e torná-las conscientes

da sua dignidade de senhoras no modo de traçar e nas suas relações. O distintivo da J. C. F. é uma cruz dourada, tendo, ao centro, as rosas de Santa Isabel e Santa Teresa do Menino Jesus e, preso nos braços da cruz, um círculo de esmalte azul com a divisa «cor unum et anima una». Para pertencer à J. C. F. é preciso: a) ser católica e de bom comportamento; b) ter pelo menos 14 anos e não exceder 25; c) aceitar os estatutos, regulamentos, etc.; d) pagar o bilhete de identidade, emblema e possuir um exemplar dos estatutos; e) pagar regularmente a cota e usar o emblema.

Como organismo integrante da J. C. F. há as «Benjaminas da J. C. F.».

Podem fazer parte dêste organismo pré-juvenil de Ação Católica todas as crianças do sexo feminino, que sejam católicas, não tenham 14 anos, tenham licença dos pais e prometam pagar a cota. Os fins especiais dêste organismo integrante da J. C. F. são: 1.º dar formação católica integral às associadas; 2.º levá-las a fazer apostolado no próprio meio; 3.º preparar membros para a J. C. F. Procurará colaborar com a «Cruzada Eucarística», levando as suas associadas a inscrever-se nela e a tomar parte activa nas respectivas reuniões de piedade e trabalhará por que, por seu turno, as associadas da Cruzada se inscrevam na Associação das Benjaminas e tomem parte nas respectivas reuniões de recreio, de estudo e de apostolado. O mesmo critério será seguido a respeito das Imeldistas, Juventude Antoniana, Pagens do S.S. Sacramento, Cadetes, etc. O distintivo é uma cruz dourada, tendo ao centro uma cabecinha de anjo e, preso nos braços da cruz, um círculo de esmalte encarnado com a divisa «cor unum et anima una», em letras douradas. A divisa é: «servir ao Senhor com alegria». O lema é o da J. C. F.: «Levar Jesus às almas e trazer as almas a Jesus».

Indulgências

A Santa Sé concedeu aos membros da Ação Católica as seguintes indulgências, que podem ser lucradas cumprindo-se as condições costumadas: a) *Parciais*. I) De trezentos dias: 1.º aos assistentes e vice-assistentes eclesiásticos de qualquer grau, por todas as obras de apostolado

que fizerem em favor da Acção Católica; 2.^º aos dirigentes e sócios; a) quando praticarem qualquer acto em vantagem da Acção Católica, ou tomarem parte em reuniões, instruções e conferências da Acção Católica; b) todas as vezes que fizerem a meditação quotidiana durante um quarto de hora, pelo menos; II) de cem dias: aos dirigentes e sócios que trouxerem durante todo o dia o distintivo da organização a que pertencem. B) Plenária. I) Aos assistentes e vice-assistentes centrais e diocesanos, aos dirigentes e sócios: no fim dos Santos Exercícios e dos cursos de cultura, de propaganda, e de reuniões diocesanas e regionais, contanto que essas reuniões terminem por uma oportuna cerimónia religiosa com Missa e Comunhão General; II) aos dirigentes e propagandistas: duas vezes por mês, se fizerem instruções ou reuniões na paróquia e fora dela, pelo menos duas vezes durante o mês em favor dos sócios da Acção Católica; III) aos dirigentes e sócios: 1.^º no dia da agregação ou da renovação do bilhete de identidade; 2.^º uma vez por mês; a) na conclusão do retiro mensal, se tiverem tomado parte nêle; b) se, respectivamente, durante todo o mês tiverem feito meditação quotidiana ao menos durante um quarto de hora, se se tiverem confessado em cada semana, tiverem recebido a S. Comunhão todos os dias, tiverem assistido regularmente às reuniões da organização a que pertencerem; 3.^º nas festas seguintes: Natal, Epifania, Páscoa, Ascensão, Corpo de Deus, S. Coração de Jesus, Pentecostes, Imaculada Conceição, Anunciação, Assunção, S. José Espôso da Virgem Maria, S. Pedro Apóstolo, S. Francisco de Assis, todos os Santos, Santos Padroeiros de cada associação Nacional e de cada associação paroquial; 4.^º se tomarem parte nos sufrágios pelas almas dos assistentes, dirigentes e sócios falecidos da Acção Católica.

FIM DA TERCEIRA PARTE

Índice da terceira parte

As fontes da graça

A. O santo sacrifício da missa

| | Pág. |
|--|------|
| 1. Do sacrifício em geral | 5 |
| 2. O sacrifício de Cristo na cruz | 10 |
| 3. Instituição e natureza do santo sacrifício da missa | 15 |
| 4. As partes principais da missa | 25 |
| 5. As cerimónias da missa | 29 |
| 6. Utilidade da missa | 33 |
| 7. O fim da santa Missa | 41 |
| 8. Valor do santo sacrifício da missa | 46 |
| 9. A devoção durante a santa missa | 48 |
| 10. Obrigação de ouvir missa | 57 |
| 11. Tempo da santa missa | 61 |
| 12. Lugar do santo sacrifício | 63 |
| 13. Vestimentas e vasos sagrados | 69 |
| 14. Cór das vestimentas sacerdotais | 72 |
| 15. A língua litúrgica da Igreja | 75 |
| 16. O canto litúrgico | 78 |
| 17. Audição da palavra divina | 82 |

B. Os santos sacramentos

| | |
|--|-----|
| Dos sacramentos em geral | 88 |
| 1. O Baptismo | 98 |
| 2. A Confirmação | 114 |
| 3. O SS. Sacramento do altar | |
| 1. Instituição e natureza do SS. Sacramento do altar | 122 |
| 2. Necessidade da sagrada Comunhão | 133 |
| 3. Efeitos da sagrada Comunhão | 141 |
| 4. Preparação para a sagrada Comunhão | 147 |

| | Pág. |
|--|------|
| 5. Depois da sagrada Comunhão | 153 |
| 6. A comunhão espiritual | 154 |
| 4. O sacramento da Penitência | |
| 1. Natureza e necessidade da Penitência | 156 |
| 2. O confessor | 163 |
| 3. Os efeitos da Penitência | 167 |
| 4. Como se recebe dignamente o sacramento da Penitência | 173 |
| 5. A confissão geral | 193 |
| 6. Instituição divina da confissão | 195 |
| 7. Utilidade da confissão | 199 |
| 8. A recaída no pecado | 201 |
| 9. As indulgências | 205 |
| 5. A Extrema-Unção | 222 |
| 6. A Ordem | 229 |
| 7. O Matrimónio | 238 |
| 1. Instituição e natureza do matrimónio | 238 |
| 2. Propriedades do matrimónio | 243 |
| 3. As graças do matrimónio | 245 |
| 4. Impedimentos do matrimónio | 246 |
| 5. Cerimónias do casamento | 250 |
| 6. Deveres dos esposos | 256 |
| 7. Os matrimónios mistos | 267 |
| 8. O celibato | 271 |
| C. Os sacramentais | 274 |
| D. A oração | |
| 1. Natureza da oração | 282 |
| 2. Utilidade e necessidade da oração ... | 287 |
| 3. O modo de orar | 294 |
| 4. O tempo da oração | 300 |
| 5. Onde devemos orar? | 308 |
| 6. O que devemos pedir em nossas orações ... | 310 |
| 7. A meditação | 311 |
| As orações mais importantes | |
| 1. O Padre-nosso | 313 |
| 2. Orações à Santíssima Virgem Maria ... | 320 |
| 1. A Avé-Maria | 321 |
| 2. O «Angelus» ou as «Avé-Marias» ... | 326 |
| 3. O rosário | 327 |
| 4. Ladaínha lauretana. A Salvè-Rainha ... | 332 |

Os exercícios de piedade mais importantes

| | Pág. |
|---|------|
| 1. As procissões ... | 335 |
| 2. Os funerais cristãos ... | 341 |
| 3. As peregrinações ou romarias ... | 347 |
| 4. A Via-Sacra ... | 354 |
| 5. Exposição do SS. Sacramento ... | 356 |
| 6. Missões. Retiros ... | 357 |
| 7. Congressos católicos — Representações sagradas ... | 359 |

Associações religiosas

| | |
|--|-----|
| 1. A Ordem Terceira ... | 367 |
| 2. As confrarias e associações mais espalhadas | 370 |
| 3. Associações de beneficência ... | 376 |

Acção Católica

| | |
|---|-----|
| 1. Acção Católica em geral ... | 377 |
| 2. Constituição actual da Acção Católica Portuguesa ... | 383 |

Índice alfabético dos três volumes

NOTA — Os algarismos ROMANOS indicam a parte; os números ÁRABES as páginas

| | | |
|---------------------------------------|-----|-----|
| Abnegação ... | II | 474 |
| Acção Católica ... | III | 377 |
| Adivinhação ... | II | 81 |
| Adoração ... | II | 68 |
| Adulaçao ... | II | 269 |
| Água benta ... | I | 102 |
| Alcoolismo ... | II | 184 |
| Alma humana ... | I | 189 |
| Altares ... | III | 64 |
| Amizade ... | II | 41 |
| Amor de Deus ... | II | 15 |
| " dos inimigos ... | II | 45 |
| " do mundo ... | II | 27 |
| " da paz ... | II | 430 |
| " próprio ... | II | 61 |
| " do próximo ... | II | 31 |
| Animais (maneira de os tratar) ... | II | 235 |
| «Angelus» ou «Avé-Marias» ... | III | 326 |
| Anjos ... | I | 173 |
| Anjo da Guarda ... | I | 181 |
| Ano litúrgico ... | II | 169 |
| Apostasia ... | I | 98 |
| Arrependimento ... | III | 178 |
| Associações religiosas ... | III | 363 |
| Ateus ... | I | 108 |
| Autoridade (eclesiástica e civil) ... | II | 202 |
| Avareza ... | II | 443 |
| Avé-Maria ... | III | 321 |
| Baptismo ... | III | 98 |
| Bem-aventuranças ... | II | 494 |
| Bênçãos ... | III | 274 |

| | | |
|--|-----|-----|
| Bispos | I | 323 |
| Blasfêmia | II | 129 |
| Bodas | III | 250 |
| Bom propósito | III | 177 |
| Bondade de Deus | I | 128 |
| Budismo | I | 340 |
| | | |
| Calúnia | II | 262 |
| Canto litúrgico | III | 78 |
| Carácter de Jesus Cristo | I | 210 |
| " pacífico | II | 436 |
| Castidade (virtude) | II | 453 |
| " (voto) | II | 487 |
| Celibato | III | 271 |
| Cerimónias (administração dos sacramentos) ... | III | 90 |
| Cerimónias (na missa) | III | 29 |
| Céu | I | 389 |
| Chefe da Igreja | I | 314 |
| Cristão católico | I | 328 |
| Civilização (protecção dada pela Igreja) | I | 369 |
| Coleccionadores de estampilhas | II | 317 |
| Comunhão | III | 133 |
| " (dos santos) | I | 373 |
| Concílios | I | 348 |
| Confessor | III | 163 |
| " (da fé) | I | 96 |
| Confirmação | III | 114 |
| Confissão | III | 156 |
| " geral | III | 193 |
| " (sua utilidade) | III | 199 |
| Confrarias | III | 364 |
| Congressos Católicos | III | 359 |
| Conhecimento de Deus | I | 49 |
| Consagração das igrejas | III | 275 |
| Consciência | II | 8 |
| Conselhos evangélicos | II | 485 |
| Contrição | III | 181 |
| Côr das vestimentas sacerdotais | III | 72 |
| Coração de Jesus | III | 13 |
| Coroas nos funerais | III | 342 |
| Cortesia | II | 483 |
| Cremação | III | 344 |
| Criação do mundo | I | 146 |
| " do homem | I | 152 |

| | | | |
|---|--------|-----|----|
| Cruz (sacrifício da) | III | 10 | |
| " (sinal da) | I | 99 | |
| Defesa legítima | II | 230 | |
| Demónio | I | 176 | |
| Desespéro | I | 429 | |
| Desobediência | II | 429 | |
| Destino do homem | I | 33 | |
| Deus (sua existência) | I | 106 | |
| " (sua natureza) | I | 109 | |
| " (suas perfeições) | I | 114 | |
| Deveres | II | 214 | |
| " do próprio estado | II | 148 | |
| " para com o próximo | II | 222 | |
| Difusão da Igreja | I | 333 | |
| Divertimentos | II | 153 | |
| Dogma | I | 59 | |
| Dons do Espírito Santo | I | 301 | |
| Dons sobrenaturais dos primeiros homens ... | I | 194 | |
| Duelo | II | 223 | |
| Dúvida em matéria de fé | I | 90 | |
| Educação dos filhos | III | 262 | |
| Engano | II | 247 | |
| Era cristã | I | 227 | |
| Escândalo | II | 228 | |
| Escolha do estado | II | 155 | |
| Escritura Sagrada | I | 59 | |
| Escrúpulos | II | 10 | |
| Esmola | II | 322 | |
| Esperança Cristã | I | 419 | |
| Espiriritismo | I, 180 | II | 82 |
| Espírito Santo | I | 281 | |
| Esposos (seus deveres) | III | 256 | |
| Estações | III | 354 | |
| Estado (escolha dum) | II | 155 | |
| Estados da Igreja | I | 321 | |
| Eucaristia | III | 122 | |
| Evangelho | I | 61 | |
| Evangelistas | I | 62 | |
| Exame de consciência | III | 174 | |
| Exercícios espirituais | III | 358 | |
| Exercícios de piedade | III | 334 | |
| Existência de Deus | I | 106 | |

| | | | |
|--|--|-----|-----|
| Extensão da Igreja | | I | 331 |
| Extrema União | | III | 222 |
| | | | |
| Face (Santa) | | II | 134 |
| Falsidade | | II | 268 |
| Fé | | I | 68 |
| Feminismo | | II | 285 |
| Festas | | II | 165 |
| Festas da Santíssima Virgem | | II | 166 |
| Figuras de Jesus Cristo | | I | 218 |
| Fim do homem | | I | 33 |
| Fora da Igreja católica não há salvação | | I | 361 |
| Fraude | | II | 248 |
| Funerais | | III | 341 |
| | | | |
| Generosidade | | II | 442 |
| Graça actual | | I | 284 |
| » santificante | | I | 291 |
| Gratidão | | II | 326 |
| Gula | | II | 449 |
| Hereses | | I | 88 |
| Hipocrisia | | II | 269 |
| História da vida de Jesus | | I | 234 |
| História do povo judeu | | I | 221 |
| Homens | | I | 185 |
| Humildade | | II | 412 |
| | | | |
| Idolatria | | II | 76 |
| Igreja católica e sua organização | | I | 310 |
| Igreja e Estado | | I | 366 |
| Imagens dos santos | | II | 84 |
| Imutabilidade de Deus | | I | 120 |
| Impureza | | II | 459 |
| Incarnação | | I | 259 |
| Incrédulos | | I | 90 |
| Indefectibilidade da Igreja | | I | 342 |
| Indiferença religiosa | | I | 92 |
| Indulgências | | III | 205 |
| Infalibilidade da Igreja | | I | 346 |
| Inferno | | I | 394 |
| Injúria | | II | 262 |
| Intemperança | | II | 449 |
| Inveja | | II | 37 |
| Ira | | II | 438 |

| | | |
|------------------------------|-----|-----|
| Jejum | II | 175 |
| Jerarquia da Igreja | I | 353 |
| Jesus Cristo, Filho de Deus | I | 272 |
| Jornais | II | 409 |
| José (S.) | I | 261 |
| Judeus (história) | I | 221 |
| » (religião) | I | 340 |
| Juízo particular | I | 386 |
| » temerário | II | 259 |
| » universal | I | 412 |
| Juramento | II | 111 |
| Justiça de Deus | I | 135 |
| | | |
| Ladaína da Santíssima Virgem | III | 332 |
| Legítima defesa | II | 230 |
| Lei natural | II | 6 |
| Liberalidade | II | 442 |
| Limbo | I | 251 |
| Língua litúrgica da Igreja | III | 75 |
| Língua (pecar pela) | II | 276 |
| | | |
| Magia | II | 82 |
| Maldição | II | 127 |
| Maledicência | II | 260 |
| Mandamentos | II | 5 |
| » (do amor) | II | 12 |
| » (da Igreja) | II | 163 |
| Mansidão | II | 433 |
| Mártires | I | 96 |
| Matrimónio | III | 238 |
| Matrimónio civil | III | 241 |
| Matrimónios mistos | III | 267 |
| Meditação | III | 311 |
| Meios gerais de perfeição | II | 473 |
| Mentira | II | 268 |
| Milagres | I | 81 |
| Misericórdia de Deus | I | 132 |
| » para com o próximo | II | 302 |
| Missa | III | 5 |
| Missões | III | 357 |
| Mistérios da Paixão | III | 361 |
| Morte | I | 382 |
| | | |
| Nascimento de Jesus Cristo | I | 226 |

| | | |
|------------------------------------|-----|-----|
| Natal | I | 227 |
| Nome de Jesus | II | 124 |
| Notas da verdadeira Igreja | I | 356 |
| | | |
| Obediência (virtude da) | II | 349 |
| » voluntária ... | II | 424 |
| Obras de misericórdia | II | 302 |
| Ocasião de pecado | II | 406 |
| Ódio do próximo | II | 222 |
| Oração | III | 282 |
| » dominical ... | III | 331 |
| Ordem (amor da) | II | 424 |
| » (sacramento da) ... | III | 229 |
| » Terceira ... | III | 367 |
| | | |
| Paciência de Deus | I | 131 |
| » (virtude da) ... | II | 430 |
| Padre | I | 326 |
| » (sua dignidade) ... | III | 230 |
| Padre-Nosso | III | 313 |
| Pais (respeito aos) ... | II | 192 |
| Paixão de Jesus Cristo | I | 246 |
| » " " " (mistérios da) ... | III | 361 |
| Palestina | I | 228 |
| Papa | I | 314 |
| Papa, sua infalibilidade ... | I | 350 |
| Papa, sua soberania ... | I | 320 |
| Páscoa | I | 250 |
| Patriotismo cristão ... | II | 54 |
| Pecado | II | 358 |
| » da língua ... | II | 276 |
| » original ... | I | 197 |
| Pecados capitais | II | 412 |
| » que bradam ao céu ... | II | 378 |
| » contra o Espírito Santo ... | II | 375 |
| Penitência (sacramento da) ... | III | 156 |
| Peregrinações | III | 347 |
| Perfeição cristã | II | 468 |
| » (seus meios) ... | II | 473 |
| Perfeições de Deus ... | I | 114 |
| Perjúrio | II | 114 |
| Perseguição | II | 499 |
| Perseguição da Igreja ... | I | 345 |

| | | | |
|---|--------|-----|-----|
| Pobreza voluntária ... | II | 487 | |
| » de espírito ... | II | 494 | |
| » do cristão ... | II | 297 | |
| Poder de Deus ... | I | 126 | |
| Possessão diabólica ... | I | 177 | |
| Prégação ... | III | 82 | |
| Preparação da humanidade para a vinda do Salvador ... | I | 220 | |
| Presença de Deus ... | I | 116 | |
| Presunção ... | I | 431 | |
| Procissões ... | III | 335 | |
| Profanação ... | II | 128 | |
| » do domingo ... | II | 143 | |
| » dos nomes Santos ... | II | 128 | |
| Profecias ... | I | 86 | |
| » de Jesus Cristo ... | I | 275 | |
| Profetas ... | I | 209 | |
| Profissão de fé ... | I | 94 | |
| Promessas do Salvador ... | I | 208 | |
| Propriedade (direito de) ... | II | 244 | |
| Quaresma ... | II | 178 | |
| Quinta-feira Santa ... | I | 246 | |
| Raças humanas ... | I | 188 | |
| Rapina ... | II | 249 | |
| Recaída no pecado ... | III | 201 | |
| Reconhecimento para com os bemfeiteiros ... | II | 326 | |
| Recreações ... | I, 135 | II | 153 |
| Redenção ... | I | 205 | |
| Religião ... | I | 37 | |
| » (sua utilidade) | I | 430 | |
| Religioso ... | II | 491 | |
| Remissão dos pecados ... | I | 379 | |
| Renúncia de si mesmo ... | II | 474 | |
| Respeito para com Deus ... | II | 121 | |
| Restituuição ... | II | 251 | |
| Ressurreição ... | I | 408 | |
| Retiros ... | III | 357 | |
| Revelação ... | I | 52 | |
| Romances ... | II | 411 | |
| Rosário ... | III | 327 | |
| Sábado-Santo ... | I | 250 | |
| Sabedoria de Deus ... | I | 125 | |

| | | |
|--|-----|-----|
| Sacerdote ... | I | 326 |
| Sacramentais ... | III | 274 |
| Sacramento do altar ... | III | 122 |
| Sacramentos ... | III | 88 |
| Sacrifício da cruz ... | III | 10 |
| » da missa ... | III | 15 |
| Sacrifícios ... | III | 5 |
| Sacrilégio ... | II | 130 |
| Salvè-Rainha ... | III | 333 |
| Santidade de Deus ... | I | 134 |
| Satisfação ... | III | 189 |
| Sciéncia de Deus ... | I | 121 |
| Sedução ... | II | 227 |
| Segrêdo da Confissão ... | III | 165 |
| Seitas religiosas ... | I | 339 |
| Sexta-feira santa, ... | I | 248 |
| Sinais do último juízo ... | I | 412 |
| Sinal da Cruz ... | I | 99 |
| Simonia ... | II | 133 |
| Sinos ... | III | 306 |
| Soberania do Papa ... | I | 320 |
| Soberba ... | II | 420 |
| Socialismo ... | II | 290 |
| Sociedades religiosas ... | III | 363 |
| » de beneficência ... | III | 376 |
| Sofrimentos neste mundo, suas causas ... | I | 164 |
| Sofrimentos de Jesus Cristo ... | I | 246 |
| Solidão ... | II | 481 |
| Suicídio ... | II | 219 |
| Superstição ... | II | 83 |
| Suspeita ... | II | 259 |
| Símbolo dos apóstolos ... | I | 103 |
| Teatro ... | II | 408 |
| Temor de Deus ... | I | 137 |
| Temperança ... | II | 448 |
| Tempo clauso ... | II | 190 |
| Tempo pascal ... | II | 174 |
| Têmporas (quatro) ... | II | 179 |
| Tentação ... | II | 395 |
| Tentação de Deus ... | I | 432 |
| Tolerância religiosa ... | II | 49 |
| Trabalho ... | II | 145 |
| Tradição ... | I | 59 |

| | | |
|---------------------------------------|-----|------------|
| Tráfico das brancas | II | 288 |
| Tristeza conduz à alegria | II | 495 |
| Usura | II | 248 |
| Velas (simbolismo das) | III | 337 |
| Veracidade de Deus | I | 139 |
| Vestimentas do padre | III | 69 |
| Via-Sacra | III | 354 |
| Vício | II | 387 |
| Vida (deveres para com a nossa) ... | II | 214 |
| Vida do próximo (deveres para com a) | II | 222 |
| Vigário de Cristo | I | 317 |
| Vigílias | II | 179 |
| Virgem Santíssima (seu culto) ... | II | 92 |
| Virtude ... | II | 340 |
| Virtudes teologais ... | II | 346 |
| » capitais ... | II | 412 |
| » cardiais ... | II | 350 |
| Vocação (Escolha de estado) ... | II | 155 |
| Voto ... | II | 115 |
| » religioso ... | II | 117 |
| Zélo pelo bem | II | 463 |